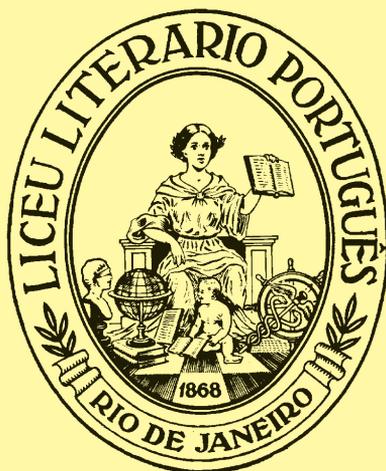


# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Per multiplum ad unum*



N.º 56 – 1.º semestre de 2019 – Rio de Janeiro

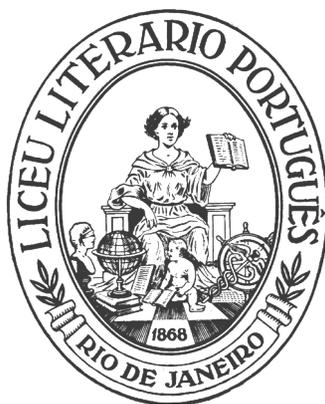
# CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

*Per multiplum ad unum*

*“As armas e padrões portugueses  
postos em África, e em Ásia, e em  
tantas mil ilhas fora da repartição  
das três partes da terra, materiaes  
sam, e pode-as o tempo gastar: però  
nã gastará doutrina, costumes,  
linguagem, que os portugueses  
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor  
da Nossa Linguagem*)



N.º 56 – 1.º semestre de 2019 – Rio de Janeiro

**LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS**  
**INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO**  
Fundado em 10 de setembro de 1868

**CORPO DIRETIVO 2017-2019**

**DIRETORIA**

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
	Presidente de Honra: Antônio Gomes da Costa ( <i>in memoriam</i> )

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

**CONSELHO FISCAL**

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

**CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS**

Diretor: Antônio Gomes da Costa

**DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO**

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

**DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Prof. Evanildo Bechara

**DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA**

Prof. Arno Wehling

**SUPERINTENDENTE**

Albino Melo da Costa

# CONFLUÊNCIA

## REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

### DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa  
Evanildo Bechara  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Antônio Basílio Rodrigues

### CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque  
Carlos Eduardo Falcão Uchôa  
Fernando Ozorio Rodrigues  
José Pereira de Andrade  
Nilda Santos Cabral  
Ricardo Cavaliere

### CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

### CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)  
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)  
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)  
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)  
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)  
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)  
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)  
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)  
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)  
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)  
Miguel Angel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)  
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)  
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)  
Volker Noll (Universidade de Münster)

Diagramação: Quadratto Comunicação e Design

Rossana Henriques / [www.quadratto.com.br](http://www.quadratto.com.br)

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Si chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português

Rua Senador Dantas, 118 – Centro

CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044

E-mail: [liceu@liceuliterario.org.br](mailto:liceu@liceuliterario.org.br) – Internet: [www.liceuliterario.org.br](http://www.liceuliterario.org.br)

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.



## SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Artigos	
Ideologia lingüística: dimensiones metodológicas e históricas .....	9
PIERRE SWIGGERS	
A biscritualidade nos mais antigos manuais da língua alemã para um público português .....	41
ROLF KEMMLER	
O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais .....	55
MARIA CARLOTA ROSA	
Sociolinguística e ensino de línguas: teorias e enquadramentos epistemológicos.....	115
PAULO OSÓRIO	
JOÃO MARTINS	
Halliday e sua retórica: posicionamentos teóricos na linguística moderna .....	133
RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA	
ÉRICO AUGUSTO CAETANO DA SILVA	
Do infinitivo impessoal e pessoal - as regras de Jerônimo Soares Barbosa .....	155
HILMA PEREIRA RANAURO	
De uma revolução no mundo da língua portuguesa: A publicação da <i>Grammatica</i> de Fernão de Oliveira.....	176
HENRIQUE BARROSO	
As ideias linguísticas no discurso <i>De Liberalium Artium Studiis (1548)</i> .....	197
LEONARDO FERREIRA KALTNER	

A variação da concordância nominal de número no português popular do sertão baiano (século xx): análise mórfica .....	218
MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAES CARNEIRO LORENA ENÉAS ROSA SANTOS	
A variação dos verbos existenciais <i>haver e ter</i> em amostra do falar culto de Fortaleza-CE .....	250
ALUIZA ALVES DE ARAÚJO RAKEL BESERRA DE MACEDO VIANA MARIA LIDIANE DE SOUSA PEREIRA	
Escrita e semiologia .....	276
RAQUEL BASÍLIO	
Gramática sistêmico-funcional & gramática do design visual: metafunções da linguagem na análise do gênero publicitário digital .....	296
ARLETE RIBEIRO NEPOMUCENO VERA LÚCIA VIANA DE PAES	
O anglicismo no Dicionário <i>Aurélio</i> .....	329
FERNANDO MORENO SILVA DENIVAL VAROTTO	
Mimese e vt pictura poesis.....	347
AMÓS COELHO DA SILVA	
Resenhas	
DIAS, Elizangela. <b>De uma página a outra</b> : o reclame em livros manuscritos e impressos .....	368
MARCELO MÓDOLO	
UCHÔA, C. E. Falcão. <b>Iniciação à linguística</b> : fundamentos essenciais..	372
RICARDO CAVALIERE	
Colaboradores deste número.....	377

## APRESENTAÇÃO

Mais um número de *Confluência* se apresenta ao público interessado em questões linguísticas. Nas páginas seguintes, encontrará o leitor artigos e resenhas de grande mérito, em que se discutem fatos relevantes e diversificados na seara dos estudos sobre a linguagem humana. A proposta editorial da revista, conforme percebem seus leitores assíduos, é a de abrir oportunidade para divulgação de pesquisa vária no amplo campo da Linguística contemporânea, que tanto se vem ampliando em interfaces como outras áreas da atividade científica. Esta é, sem dúvida, a par de uma tradição de excelência editorial a que se conjuga a ordinária qualificação dos textos publicados, uma das razões do sucesso da revista em um percurso de quase três décadas de serviços prestados à ciência linguística e filológica.

Uma boa notícia podemos anunciar para o próximo número, que deverá vir a lume em novembro de 2019. Uma nova seção, denominada Clássicos da Linguística e da Filologia Brasileira, trará a público vários estudos do passado, em sua maioria escondidos nas páginas de periódicos antigos, a fim de que suas lições possam agora servir ao leitor hodierno. São textos de riquíssima reflexão sobre a fenomenologia da linguagem humana, ora reclusos na estante das obras esquecidas, cuja contribuição em órbita historiográfica revela-se verdadeiramente inestimável, dada a riqueza e pertinência de seu conteúdo. Convidamos, pois, o leitor para a leitura dos trabalhos que se oferecem neste número e contamos com sua prestimosa colaboração com sugestões para publicação de textos do passado na nova seção que integrará a revista a partir do próximo número.

Boa leitura!



# IDEOLOGÍA LINGÜÍSTICA: DIMENSIONES METODOLÓGICAS E HISTÓRICAS

## LINGUISTIC IDEOLOGY : METHODOLOGICAL AND HISTORICAL DIMENSIONS

Pierre Swiggers

Center for the Historiography of Linguistics (CHL)

University of Leuven (BELGIUM)

pierre.swiggers@arts.kuleuven.be

### RESUMEN:

Después de ofrecer una aclaración histórico-semántica del concepto de ‘ideología’, se define el campo de la ideología(s) lingüística(s) en su relación con distintos tipos de contextos de aproximación. A continuación se distinguen tres macro-planos de ideología (del lenguaje; de una lengua; de la lingüística) y siete tipos de ideología de la lengua. En la segunda parte de esta contribución se estudian los mecanismos de elaboración de ideologías lingüísticas y su cristalización alrededor de ‘ideologemas’, lo que permite establecer una agenda de investigación. En conclusión vienen formuladas algunas reflexiones sobre ideología esencial e ideología co-ocurrente, y sobre el impacto ideológico del factor tiempo. Los ejemplos que ilustran los tipos y los mecanismos de ideología lingüística son tomados de la historia de la lingüística románica.

**PALABRAS CLAVE:** Epistemología de la lingüística; historia e historiografía de la lingüística; ideologema; ideología(s) de la(s) lengua(s); lingüística románica; tipos de ideología lingüística

### ABSTRACT:

After an historical-semantic clarification of the concept of ‘ideology’, the field of linguistic ideology is defined in its relation to various types of approaches. Next, three macro-levels of ideology (of language and speech; of a particular language; of linguistics) and seven types of ideology of (a) language are distinguished. In the second part of this contribution the mechanisms of elaborating linguistic ideologies are analysed, as well as their clustering around ‘ideologemes’; this paves the way for establishing a research agenda. In conclusion some reflections are offered on essential ideology vs. co-occurring ideology, and on the ideological impact of the dimension of time. The

examples illustrating the types and mechanisms of linguistic ideology are taken from the history of Romance linguistics.

KEYWORDS: Epistemology of linguistics; history and historiography of linguistics; ideologeme; ideology/-ies of language(s); Romance linguistics; types of linguistic ideology

## 1. El concepto de ideología

El término *ideología* es uno de los más confusos, desde el punto de vista semántico<sup>1</sup>. Esto hecho se debe a dos fenómenos:

- a. Un cambio radical de su significación originaria (que era bien delimitada);
- b. Una extensión amplísima de su ámbito de aplicación.

Echemos un vistazo rápido a los dos fenómenos.

- a. (a') Creado en 1796 por Destutt de Tracy, el término *ideología* sirvió para designar una *ciencia*: la del origen de las ideas y de las leyes de su desarrollo y funcionamiento. Se trataba de un *estudio científico*, neutro y no determinado por factores externos.

En el siglo XIX se produjo una conversión radical del semantismo del término: con la obra de Marx y de Engels, la ideología se convirtió en una construcción de opiniones, de convicciones (falsas), de prejuicios, esa construcción estando determinada por factores externos (socio-económicos, políticos), y sirviendo a los intereses de un grupo social.

- b. (b') Al inicio el término *ideología* designaba una ciencia bastante "exacta" (como la fisiología), después un sistema de ideas, y más tarde todo lo que es subyacente a sistemas de ideas: ideas políticas, religiosas, metafísicas, o científicas.

Estos fenómenos se reflejan en las informaciones que nos procuran los lexicógrafos. Si se consulta, por ejemplo, la entrada "*idéologie*" del *Trésor de*

---

<sup>1</sup> Buenas introducciones al concepto de ideología son Larrain (1979) y Eagleton (1991).

*la langue française*<sup>2</sup>, se pueden distinguir un sentido con focalización “referencial” y varios sentidos más “centrífugos”.

Esquematisando las informaciones, se obtiene lo siguiente:

- a. Un término que en su origen tenía un sentido filosófico preciso<sup>3</sup>, con referencia a una corriente filosófica de finales del siglo XVIII e inicios del siglo XIX; esta corriente fue marginalizada por Napoleón y fue criticada a lo largo del siglo XIX (por ejemplo por Maine de Biran).
- b. Un abanico de sentidos menos precisos<sup>4</sup>:
  - I. ‘conjunto de ideas y convicciones filosóficas, religiosas, sociales, políticas, dentro de una constelación temporal’
  - II. ‘superestructura intelectual’ (muy a menudo utopista)<sup>5</sup>
  - III. ‘discurso propagandista’ (cf. la expresión *ideología del progreso*)
  - IV. ‘filosofía de vulgarización’
  - V. ‘teoría nebulosa, confusa’.

Estos sentidos menos precisos se dejan sintetizar, más o menos adecuadamente, bajo un concepto generalizador de “conjunto (más o menos sistemático) de interpretación global”<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Los sentidos que da el *Trésor de la langue française*, vol. 10, s.v. *idéologie*, son los siguientes: “science des idées [...], de leur nature, de leur rapport avec les signes qui les représentent, et surtout de leur origine”; “ensemble plus ou moins cohérent des idées, des croyances et des doctrines philosophiques, religieuses, politiques, économiques, sociales, propre à une époque, une société, une classe et qui oriente l’action”; “système d’idées, philosophie du monde et de la vie”; “(idéologie): dans la philos. marxiste, par opposition aux faits économiques, à la science et à l’infrastructure, seule déterminante”; “théorie sur quelque chose que l’on veut mettre en valeur”; “(idéologie): par opposition à la philosophie dont l’idéologie apparaît comme une vulgarisation”; “théorie vague et nébuleuse, portant sur des idées creuses et abstraites, sans rapport avec les faits réels”; “théorie sur quelque chose que l’on veut mettre en valeur”.

<sup>3</sup> Se trata pues de un nombre propio que se refiere a la corriente que en francés se designa como la *Idéologie*.

<sup>4</sup> Son sentidos que se han desarrollado en obras como las de Marx, Gramsci, Mannheim, Althusser, Kristeva.

<sup>5</sup> Véase el título de la obra clásica de Mannheim (1953, original alemán: 1929).

<sup>6</sup> Véase la definición de la *Encyclopaedia universalis* (Paris, 1968-74), vol. 9, s.v. *idéologie*: “L’idéologie est un système global d’interprétation du monde historico-politique”.

También es importante observar que ideologías pueden establecer fronteras entre disciplinas: Gal y Irvine (1995), por ejemplo, tratan de este fenómeno en relación con las ciencias sociales.

Resumiendo, a largos trazos, el recorrido histórico: de concepto “absoluto”, *ideología* se desarrolló hacia un concepto “relativo”: ideología *de* (algo).

## 2. El campo de la “ideología lingüística”

Propongo el término de *ideología lingüística* para que se pueda, por un lado, circunscribir un campo de estudio que no se presenta como una evidencia, ni tampoco como una división disciplinal tradicional, y para que se puedan, por otro lado, colocar ciertos tipos de estudio.

En primer lugar, es útil indicar los contextos de estudio a partir de los cuales se han estudiado fenómenos de ideología lingüística. Se pueden distinguir por lo menos cinco contextos de aproximación:

1. La antropología (cf. Asad 1979), especialmente la antropología lingüística, y más en particular en uno de sus ramos, la etnografía de la comunicación o etnografía del hablar (*ethnography of communication/ ethnography of speaking*; véanse las contribuciones en Gumperz y Hymes eds. 1972; Bauman y Sherzer eds. 1974);
2. La sociolingüística y sociología del lenguaje, a veces con fuerte vinculación a la antropología lingüística (cf. el manual de Hymes 1974, que desarrolla una teoría de la sociolingüística en clave antropológica);
3. La semiótica (especialmente la semiótica de la vida en sociedad): en este terreno de estudios, la importancia de la ideología ha sido enfatizada bajo la influencia de Bourdieu y de Greimas;
4. La historiografía de la lingüística, especialmente la historia de ciertos tipos de *praxis* lingüísticas, como la estandarización de lenguas (cf. Joseph 1987), la lingüística misionera, la “modernización” (revolucionaria) de una lengua, etc.;
5. La filosofía y la epistemología de la lingüística: aquí cabe mencionar, aparte de la influencia de la semiótica, la de la filosofía posestructuralista (con autores como Foucault y Derrida).

Hay que resaltar el hecho de que es justamente dentro de la tradición de investigación socio-antropológica que la focalización sobre “ideología lingüística” (ingl. *language ideology/ideologies*) ha dado lugar a algunos trabajos fundamentales en los años 1970, con los artículos de Geertz (1973), sobre ideología como sistema cultural, y de Silverstein (1979), sobre el enlace entre estructuración lingüística y modelización ideológica.

En los años 1990 este interés se ha concretizado en unos volúmenes colaborativos (Schieffelin, Woolard y Kroskrity eds. 1998; Kroskrity ed. 2000) y en dos trabajos que proporcionan una visión panorámica de los estudios (Woolard y Schieffelin 1994; Woolard 1998).

Es dentro de este tipo de aproximación socio-antropológica que se han propuesto algunas definiciones de “ideología de la lengua/ideología lingüística”. Cabe notar que Silverstein (1979) utiliza el término *linguistic ideology*, Friedrich (1989: 306) habla de “*linguacultural ideology*”, mientras que autores como Irvine (1989), Woolard (1998, 1994 junto a Schieffelin), y Kroskrity (1992, 2000, 2004) utilizan el término *language ideology* o *language ideologies*<sup>7</sup>. Echemos un vistazo a las definiciones de estos términos.

Silverstein (1979) define la ideología lingüística como un conjunto de ideas y convicciones que constituyen una racionalización y justificación de estructuras y usos de la lengua, en la percepción de los hablantes (“*sets of beliefs about language articulated by users as rationalization or justification of perceived language structure and use*”).

Irvine (1989) define la ideología de la lengua como el sistema cultural de ideas, cargadas de intereses políticos y morales, acerca de relaciones sociales y lingüísticas (“*the cultural system of ideas about social and linguistic relationships, together with their loading of moral and political interests*”).

Según Woolard (1998), se trata de representaciones, explícitas o implícitas, que constituyen la intersección entre seres humanos y lenguaje dentro de un universo social (“*representations, whether explicit or implicit, that construe the intersection of language and human beings in a social world*”).

Kroskrity (2000) abarca el concepto de ideología(s) lingüística(s) como un enjambre, un *cluster concept*, caracterizado por cuatro propiedades:

- i. Las ideologías representan la percepción de la lengua y del discurso que conviene a los intereses de un grupo sociocultural particular;

---

<sup>7</sup> O: *ideologies of language*; cf. Joseph y Taylor (eds. 1990).

- ii. Las ideologías son múltiples (eso, en relación con las distinciones sociales entre grupos socioculturales con sus divergentes visiones)<sup>8</sup>;
- iii. Las ideologías lingüísticas son “compartimentadas” (se sitúan en ‘sitios’ específicos);
- iv. Las ideologías son una mediación entre estructuras sociales y formas de hablar (*forms of talk*)<sup>9</sup>.

Si intentamos definir, a partir de un examen más largo de estudios de ideología(s) lingüística(s) (llevados a cabo dentro de los cinco campos ya mencionados) el concepto de “ideología lingüística”, me parece que se puede cristalizar un “perfil” de la ideología lingüística a partir de *cinco rasgos* (véase también Woolard 1998):

1. Se trata de un fenómeno de *representación / percepción afectiva y subjetiva*<sup>10</sup>, que existe a nivel colectivo, aunque no siempre está compartido completamente dentro de una comunidad (cf. Gal y Woolard 1995);
2. La ideología se acompaña de un intento de *racionalización*, aunque no se puede justificar de manera meramente lógica; por eso, las ideologías siempre usan de estrategias *retóricas* (cf. sección 7);
3. La ideología lingüística supone una distinción entre lenguas (o variedades / registros) y entre grupos, y supone un contexto cultural y/o político de *diferenciación* (cf. Gal y Irvine 1995)<sup>11</sup>;
4. La ideología lingüística siempre tiene que ver con relaciones de ‘fuerza’ (cf. Véron 1978; Fabian 1986; Errington 2007): se trata de *poder y/o de prestigio*;
5. La ideología lingüística implica, en cierta medida, una *manipulación* (de datos, de ideas, de personas), y se acompaña de procesos de promoción, de depresión, o marginalización.

<sup>8</sup> Kroskrity (2000, 7): “Language ideologies are profitably conceived as multiple because of the multiplicity of meaningful social distinctions (class/gender/clan), within sociocultural groups that have the potential to produce divergent perspectives expressed as indices of group membership”.

<sup>9</sup> De hecho, cabe distinguir entre discursos secundarios y discursos terceros con respecto a usos (y comportamientos) lingüísticos; cf. Bloomfield (1944).

<sup>10</sup> Acerca de la percepción ‘desde fuera’, véase Flaitz (1988).

<sup>11</sup> En general se trata de una diferenciación por valoración positiva vs. negativa (donde se mezclan varios tipos de apreciación); cf. Trudgill y Giles (1978), Giles y Niedzielski (1998).

### 3. Tres macro-planos de ideología

Hasta ahora hemos utilizado el concepto abarcador de “ideología lingüística”. Cabe preguntar si es posible dar una articulación más organizada a este concepto. Me parece que hay que distinguir tres *macro-planos*:

- i. *Ideología del lenguaje*: aquí se trataría de lo que ‘se dice y se cree’ sobre el lenguaje, por ejemplo como instrumento de engaño (lo que corresponde a la visión de Platón acerca del lenguaje), como ‘espejo’ de la aprehensión de la realidad (por ejemplo, la concepción de la gramática *especulativa*), como instrumento de análisis del pensamiento (lo que fue la aproximación general del lenguaje en el siglo XVIII) o como expresión de una visión del mundo (cf. el concepto de *Weltanschauung* en la filosofía del lenguaje de Humboldt). De manera global, la ideología del lenguaje concierne a la relación entre lenguaje, la ‘identidad’<sup>12</sup> del individuo, de la sociedad y cultura, y la percepción de la realidad.
- ii. *Ideología de la lengua/una lengua*: aquí se colocan las ideologías acerca del *genio* de tal o cual lengua/grupo de lenguas, o acerca de las ‘propiedades’ de una lengua (como: dignidad; seriedad/frivolidad; gracia). A propósito de esta noción de “ideología de la lengua”, cabe distinguir entre dos niveles: la ideología de *características* de lenguas (como claridad; seriedad; riqueza), y la ideología de ciertos *usos* de la lengua (cf. la ideología del buen uso [véase *infra*]; la ideología del habla políticamente correcta).
- iii. *Ideología de la lingüística*: aquí tocamos aspectos de ideología científica, que tienen que ver con las normas (y convicciones) de cientificidad, de innovación, de modelización sistemática, etc.

Dentro de cada macro-plano, hay que distinguir (por lo menos es relevante por los macro-planos II y III) entre *actitudes* y *actividades* ideológicamente marcadas, aunque hay que reconocer que las dos están muy a menudo conectadas.

---

<sup>12</sup> Acerca de la relación entre *ideología*, *lengua*, e *identidad*, véanse McQuown (1984), Gal (1993), Hassler (2011). De hecho, la construcción identitaria – en estrecha relación con la vinculación a una lengua – siempre conlleva una dimensión ideológica (cf. las contribuciones en Gumperz ed. 1982). Los discursos ‘reflexivos’ acerca de la construcción identitaria explicitan esa dimensión, pero muy a menudo aportan una carga ideológica adicional.

#### 4. Siete tipos de “ideología(s) de la lengua”

A continuación presentamos una tipología de ideologías de la lengua/de una lengua (= el macro-plano (II) en la sección 3); cabe señalar de antemano que los tipos que vendrán distinguidos pueden mezclarse en los textos fuente y que tanto la presencia de un tipo como las combinaciones de varios tipos se presentan en grados diferentes. Hablando de presencia, es útil distinguir entre presencia explícita y presencia implícita de aspectos ideológicos; la historia de la enseñanza de lenguas, por ejemplo, es un terreno en el cual ideologías implícitas y explícitas han sido, y siguen siendo, operativas (cf. Swiggers 2010a)<sup>13</sup>.

Con la siguiente tipología de ideologías – que desde la exigencia de la ‘neutralidad’ del discurso científico se pueden considerar como ‘pecados’ –, no pretendo presentar un elenco exhaustivo; lo importante es que hallemos aquí ‘tipos’ que se conectan con aspectos distintos de la realidad fenomenológica y experiencial que es una lengua. Los ejemplos que ilustran cada uno de los tipos son tomados de la historia de la lingüística románica o europea en general.

1. *Ideología de la lengua ‘territorial’ o ‘regional’*. Aquí se trata de una ideología que se fundamenta en la concepción de la lengua como vinculada de manera intrínseca con su territorio ‘original’. Como ejemplo ilustrativo se puede mencionar la introducción de una obra anónima, publicada en Lovaina en 1559<sup>14</sup>, la *Grammatica dela Lengua Vulgar de España*: esta obrita propone una descripción de la “lengua vulgar” del país, que el autor distingue de otras tres (el vasco, el árabe, el catalán). No estando de acuerdo con la denominación de “castellano” o “español”, el autor defiende la designación como “lengua vulgar”, y la conecta con sus orígenes en León y Aragón:

es mas claro que la luz del sol, que los reinos de León, y Aragón tienen maior y mejor derecho en la lengua Vulgar, que no el reino de Castilla, i esto por tres razones: la primera, porque estando Castilla debaxo la sujecion de reies Moros, do no se hablava sino en Aravigo, en Aragon [*sic*], i Leon reinavan reies Cristianos, en cuio reino entonces ia se

<sup>13</sup> Por supuesto, las observaciones de matización tienen sus consecuencias para el estudio de los procesos y mecanismos de las ideologías (v. sección 5), así como para la agenda de investigación (v. sección 6).

<sup>14</sup> Sobre esta gramática, véase Cruz Casañez y Swiggers (2015).

hablaba en la lengua *que* ellos quieren nombrar Castellana: la segunda, porque toda Castilla fue conquistada i reduzida ala lei de Cristo por la industria emparo, i favor delos reies de León i Aragón, echando della los Moros, *que* la poseían: la tercera, por quanto siendo los dos reinos sobredichos con ceptro i real corona adornados, Castilla era condado sujeto i dando parias al reino de Leon (*Gramatica dela Lengua Vulgar de España*, Lovaina, 1559: a iij<sup>r-v</sup>)

2. *Ideología lingüístico-cultural europea, de índole religiosa*. Es el tipo de ideología que muy a menudo encontramos en las obras de los “lingüistas misioneros”<sup>15</sup> defendiendo la superioridad de una lengua/las lenguas y de la cultura europeas<sup>16</sup>. Cabe notar que en algunos autores el discurso de superioridad se matiza con una pincelada de ‘contra-ideología’, como es el caso en el prólogo de la gramática quechua de Fray Domingo de Santo Tomás, donde se destaca la *no* barbaridad de la lengua india.

Mi intento pues principal S.M. ofresceros este Artezillo ha sido, para que por el veays, muy clara y manifiestamente, quan falso es lo que muchos os han querido persuadir, ser los naturales delos reynos del Peru barbaros, & indignos de ser tractados con la suauidad y libertad que los demas vassallos vuestros lo son. Lo qual claramente conoscera V.M. ser falso, si viere por este Arte, la gran policia que esta lengua tiene. La abundancia de vocablos, La conueniencia que tienen con las cosas que significan. Las maneras diuersas y curiosas de hablar. El suauo y buen sonido el oydo dela pronunciacion dessa, La facilidad para escriuirse con nuestros caracteres y letras: Quan facil y dulce sea a la pronunciacion de nuestra lengua, El estar ordenada y adornada con propiedad de declinacion, y demas propiedades del nombre, modos, tiempos, y personas del verbo. Y breuemente en muchas cosas y maneras de hablar, tan conforme ala latina, y española: y enel arte y artificio della, que no parece sino que fue vn

---

<sup>15</sup> Acerca de la ideología vehiculada por la lingüística misionera, cf. varios trabajos de Esparza Torres (por ejemplo, 2005, 2014, 2015, 2016).

<sup>16</sup> Aunque hay que resaltar que el discurso de los lingüistas misioneros no siempre es un discurso ‘imperialista’ y de ‘superioridad’; cf. Esparza Torres (2005, 2015).

pronostico, que Españoles la auian de poseer. Lengua pues S.M., tan polida y abundante, regulada y encerrada debaxo delas reglas y preceptos dela latina como es esta (como consta por este Arte) no barbara, que quiere dezir (segun Quintiliano, y los demas latinos) llena de barbarismos y de defectos, sin modos, tiempos, ni casos, ni orden, ni regla, ni concierto, sino muy polida y delicada se puede llamar. Y si la lengua lo es, la gente que vsa della, no entre barbara, sino con la de mucha policia la podemos contar: pues segun el Philosopho en muchos lugares, no ay cosa en que mas se conozca el ingenio del hombre, que en la palabra y lenguaje que vsa, que es el parto delos conceptos del entendimiento. [...] (Domingo de Santo Tomás, *Grammatica o Arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Perú*, Valladolid, 1560, Av-Avj)

3. *Ideología de la lengua de índole 'social'*. Con este tipo de ideología de la lengua entramos en el campo de las discusiones acerca del “buen/mejor uso”, un tema de mayor relevancia en la sociedad europea de la Edad Moderna. En el siglo XVI se discutía mucho acerca del mejor modelo de lengua (nacional) y acerca de los distintos usos: el uso de los cortesanos, el uso de los cuerpos políticos y jurídicos, el uso de los eruditos (‘sabios’), y el uso popular<sup>17</sup>. Pedro de Navarra, en sus *Dialogos de la diferencia del hablar al escrevir* (Tolosa, 1590)<sup>18</sup>, ofrece una panorámica evaluativa:

La habla a todos es lícita, pero no todos saben usarla con la rectitud y orden que al bien hablar se requiere, e de aquí viene que hallarás

<sup>17</sup> Cf. Pierre de la Ramée, *Grammaire* (Paris, 1572: 30): “Bref selon le iugement de Platon, Varron, Ciceron le peuple est souuerain seigneur de sa langue, & la tient comme vn fief de franc aleu, & nen doit recognoissance a aulcun seigneur. Lescolle de ceste doctrine nest point es auditoires des professeurs Hebreus, Grecs, & Latins en luniuersite de Paris comme pensent ces beaux Etymologiseurs, elle est au Louure, au Palais, aux Halles, en Greue, a la place Maubert: Ainsi Ciceron a declaire quil sest reserue la science, mais touchant lusaige, quil la donne au peuple”.

<sup>18</sup> Título completo: *Dialogos de la diferencia del hablar al escrevir, (materia harto sutil y notable) dictados por el Illustrissimo y Reverendissimo Señor Don Pedro de Navarra, Obispo 9º de Comenge, y del consejo del Rey Christianissimo: Dirigidos al Illustrissimo Señor Don Luis de Beaumont, Condestable de Navarra, Conde de Lerin, &c.* (Tolosa, En casa de Iacobo Colomerio); hemos utilizado la reedición moderna por Pedro M. Cátedra (Bellaterra, 1985) [el pasaje citado se encuentra en las páginas 96-98].

hombres muy doctos en las ciencias e muy necios en la habla, porque si bien tengan llenos los entendimientos de doctísimos conceptos, no los saben explicar por palabra más que rústicos, aunque por escritura se muestran excelentes. [...] Ay otros que son hoja sin grano, que abundan de palabras elegantes y no saben ordenar una oración sentenciosa. Otros hazen profesión de callar, siendo capaces de hablar; y éstos son como el talento en el sudario o el diamante en el muladar, que ni sirven a si ni a los otros. Otros ay que en el escrevir son excelentes y en el enseñar y hablar torpes y confusos. Los últimos son nuestros cortesanos, que estiman por la mejor habla saber bien mal dezir de cada persona.

En el siglo XVII francés, esta discusión llegó a la distinción entre *buen uso* y *mal uso*<sup>19</sup> (cf. Trudeau 1992). Basta recordar la célebre formulación de Vaugelas:

Il y a sans doute deux sortes d'Usages, un bon & un mauvais. Le mauvais se forme du plus grand nombre de personnes, qui presque en toutes choses n'est pas le meilleur, & le bon au contraire est composé non pas de la pluralité, mais de l'élite des voix, & c'est véritablement celui que l'on nomme le Maître des langues, celui qu'il faut suivre pour bien parler, et pour bien escrire en toutes sortes de stiles (Claude Favre de Vaugelas, *Remarques sur la langue Française utiles à ceux qui veulent bien parler et bien escrire*, Paris, 1647, ãj<sup>v</sup>).

4. *Ideología de la lengua 'nativista', en clave xenófoba y defensiva.* Es el tipo de ideología (relacionado al primer tipo) que se desarrolla cuando la lengua del territorio está amenazado por una lengua de 'intrusión'. Un ejemplo muy llamativo en la historia de la lingüística es una obra de Henri Estienne (*Deux Dialogues du nouveau langage François, italianizé, & autrement desguizé*, 1578) en la cual criticó de manera vigorosa la invasión de palabras y expresiones italianas en la lengua francesa durante los reinos de Enrique II y Enrique III<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> O *literate* vs. *illiterate speech*; cf. Bloomfield (1927).

<sup>20</sup> Acerca de la lucha de autores franceses contra los italianismos en el siglo XVI, véanse Picot (1906-1907), Sozzi (1972) y Swiggers (2003).

5. *Ideología de la lengua ‘nativista’*. Este tipo de ideología, similar al tipo precedente pero (en principio) menos polémico, es el que encontramos en obras lingüísticas que alaban la lengua materna y que desarrollan un discurso acerca de las ‘cualidades’ de la lengua (como: seriedad, gracia y riqueza). La corriente de “alabanzas” de la lengua nacional arranca y se desarrolla en el siglo XVI, como se puede desprender del elenco siguiente (cf. Burke 2004: 65; Van Hal – Isebaert – Swiggers 2013: 25):

1535. Juan de Valdés, *Diálogo de la lengua* [manuscrito, editado en 1737 por Mayans y Siscar, *Diálogo de las lenguas*]  
 1540. João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, Lisboa.  
 1542. Sperone Speroni, *Dialogo delle lingue*, Venecia.  
 1549. Joachim du Bellay, *La Deffence, et Illustration de la Langue francoyse*, Paris.  
 1572. Guilielmus Rabottus, *Oratio de gente et lingua Francica*, Wittenberg.  
 1574. Martín de Viziana [Viçiana], *Libro de alabanças de las lenguas hebrea, griega, latina, castellana y valenciana*, Valencia.  
 1574. Pedro Magalhães de Gândavo, *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, Lisboa.  
 1579. Henri Estienne, *De la Precellence de la langue françoise*, Paris.  
 1586. Simon Stevin, *Uytspraeck van de weerdigheyt der duytsche taele*, Leiden.  
 1589. Jacob Rybinski, *De linguae Polonicae praestantia et utilitate*, Toruń.  
 1595–6. Richard Carew, *Epistle on the Excellency of the English Tongue* [manuscrito, en el British Museum; impr. 1614]  
 1617. Martin Opitz, *Aristarchus, sive De contemptu linguae Teutonicae*, Beuthen a/d Oder.

El ya mencionado Henri Estienne hizo seguir a su libro de 1578 otro (publicado el año después) sobre la ‘precelencia’ del francés (*Proiect du livre intitulé De la precellence du langage François*), poniendo de relieve la gracia y la riqueza de la lengua francesa y apuntando las “deudas” de otras lenguas con respecto al francés<sup>21</sup>. Este tipo de discurso dio lugar a descripciones muy ima-

<sup>21</sup> Para un análisis pormenorizado, cf. Swiggers (1997b, 2009). El contexto de valoración político-cultural ha sido estudiado por Gerighausen (1963).

ginativas y subjetivas de la lengua nativa, como por ejemplo en *Les Entretiens d'Ariste et d'Eugène* (1671) del jesuita Dominique Bouhours, quien comparó el francés con un río maravilloso, majestuoso y medurado.

Este tipo de ideología de la lengua nativa lo encontramos también, pero en clave ‘pre-comparatista’ (cf. Swiggers 2017), en los intentos de ‘genealogía lingüística’ con orientación ‘patriótica’: así, en los siglos XVI y XVII (a veces, también en los siglos posteriores) se produjeron obras de “reconstrucción” de la historia lingüística de Europa, en las cuales el hebreo fue sustituido en su papel de lengua-madre por la lengua materna del autor (el flamenco, el ‘celto-belga’, el bretón, el sueco ...)<sup>22</sup>.

6. *Ideología de la lengua como instrumento sociopolítico*: Este tipo de ideología es el que está más estrechamente vinculado a acontecimientos políticos. Un periodo que nos ofrece una amplia cosecha de ejemplos es el de la Revolución francesa<sup>23</sup>: durante aquella época, especialmente en los años 1789-1800, vieron la luz numerosos diccionarios, muy a menudo anónimos, de coloración ideológica<sup>24</sup>.

1790. [Chantreau] *Dictionnaire national et anecdotique*.

1790. [Gallais] *Extrait d'un dictionnaire inutile*.

1790. *Nouveau dictionnaire composé par un aristocrate*.

1790. [Buée] *Nouveau dictionnaire, pour servir à l'intelligence des termes mis en vogue par la révolution*.

1794. Rodoni, *Dictionnaire républicain et révolutionnaire*.

1795. *Synonymes jacobites*.

1796. *Le Néologiste français ou Vocabulaire portatif des mots les plus nouveaux*.

1799. Tenesson, *Dictionnaire sur le nouveau droit civil*.

1799. *Wörterbuch der französischen Revolutions-Sprache*.

1800. Cousin, *Dictionnaire néologique des hommes et des choses*.

---

<sup>22</sup> Acerca de los trabajos de ‘genealogía lingüística’ en los siglos XVI y XVII, véanse los estudios de Droixhe (1976) y de Van Hal (2010).

<sup>23</sup> La ideología ‘revolucionaria’ no solamente se refleja en la producción lexicográfica, sino también en las obras gramaticales de finales del siglo XVIII; cf. Swiggers (1997c).

<sup>24</sup> Para una lista de diccionarios de la época revolucionaria y un análisis pormenorizado de algunas obras, cf. Desmet, Rooryck y Swiggers (1990) y Swiggers (2011). Para las obras anónimas de las que se puede identificar el autor, indicamos el nombre del autor entre corchetes.

1800-1801. Mercier, *Néologie ou Vocabulaire de mots nouveaux*.

Según las diferentes convicciones de los autores – sean estos defensores del *Ancien Régime* o seguidores de las ideas revolucionarias – hallamos visiones opuestas de la realidad política y socio-económica cambiada y cambiante. Es interesante observar que algunos de estos diccionarios no solamente ventilan, a través de sus entradas, convicciones ideológicas, sino que también construyen un discurso metalexícográfico<sup>25</sup> en relación con la carga ideológica de las palabras:

On pourrait ranger les mots (...) en trois classes, savoir: les mots absolument neufs et qui n'avaient jamais frappé les oreilles, avant la Révolution [...] Secondement les mots, déjà connus et usités, mais employés aujourd'hui dans une signification nouvelle ou plus étendue. Et enfin les expressions demi-gauloises et tombées en désuétude, qu'on a pour ainsi dire rajeunies et portées à la hauteur de la Révolution, que leurs créateurs ne soupçonnaient guères, lors de la première création. (*Le Néologiste français ou Vocabulaire portatif des mots les plus nouveaux*, 1796, prólogo).

7. *Ideología de la lengua político-religiosa, a nivel transnacional*. Este tipo, similar al tipo que encontramos en la lingüística misionera, aunque en aquel caso se trata de un posicionamiento ideológico ‘intercontinental’ y ‘transétnico’, se caracteriza por la alabanza, y defensa, de una lengua en un contexto de enfrentamiento político y/o religioso. Me limito a dar un ejemplo, tomado de la historia de la gramaticografía española en el siglo XVII.

A inicios del siglo XVII, un maestro de lenguas alemán, activo en Colonia, Heinrich Doergang(k), publicó una gramática del español (cf. Swiggers 2008). Defensor ardiente de la religión católica, Doergang(k) alaba a la *gens Hispanica*, tan constante y aplicada en la observación de la fe y de la moral católicas. La *sobrietas* española, que en la visión de Doergang(k) contrasta con la voluptuosidad y la adicción al alcohol de los *Germani*, constituye la característica principal del modo de vivir español. Doergang(k) da un paso más, del comportamiento a la lengua: el español es una lengua «sagrada» (*lingua*

<sup>25</sup> Un discurso que moviliza una terminología metalexícográfica, como: *termes de conversation / termes familiers / termes provinciaux / termes vulgaires / termes plébéiens / termes populaires et bas; termes nobles / termes propres au palais / termes propres à l'argot*.

*sancta*), en la cual se abarca la verdad y en la cual se afirma la gloria de Dios.

*Hispani, Itali, & Galli summo odio prosequuntur ebrietatem [...] Sed Hispani in primis, nam illi solent Gallos vocare borrachos, id est, ebriosos, quamvis tamen comparati cum Germanis sint sobriissimi [...] O Germania si in hac virtute sobrietatis Hispanos imitareris! [...] Stultissimi sunt qui putant Temulentos posse melius studere. [...]*

*Lingua Hispanica Sancta.* Et in vera, sincera, aperta & sancta Religione & fide loquentur omnes gentes & populi veram synceram, apertam & sanctam linguam Hispanicam. Veram illam voco, quia Hispani veritatem amant & maximè defendunt: Synceram & apertam, quia sincero, recto & aperto sunt corde Hispani. Et praeterea non est lingua apertior & clarior, minusque tegumentis & apostrophis involuta quàm Hispanica: nam omnes litterae in ea efferuntur, & omnia clariora elementa ut sunt a, o, & u, in ipsa dominantur: Sanctam nomino, quia quemadmodum lingua Hebraica vocatur sancta, quod populus Dei ea usa sit: Ita hanc iustissimè sanctam vocare possumus, quod eam is populus loquatur qui millies & infinities magis causam Dei sine macula candidè defendunt, propagant, & amplificant, quam unquam fecerit populus Judaicus, sive Hebraeus (Heinrich Doergang(k), *Institutiones in linguam Hispanicam*, Colonia, 1614, f. ††††† 2<sup>v</sup>-3<sup>r</sup> y f. †††††† 1<sup>v</sup>).

## 5. Ideologías lingüísticas: constitución; mecanismos de elaboración; la identificación de *ideologemas*

Las ideologías pueden formarse de distintas maneras. A continuación presentamos un esbozo de tipología.

- i. Puede darse que su formación se haga de repente por una *imposición* y/o *estipulación* por parte de un individuo o de un grupo. Conocemos casos tanto en la historia de la filosofía como en la de las ciencias, como la “duda metódica” introducida como método filosófico por Descartes, o el criterio de cientificidad propuesto en el manifiesto neopositivista del círculo de Viena. Cabe observar que estos dos casos tuvieron su reflejo en la historia de la lingüística, con la corriente metódica en

la gramaticografía francesa (y europea) en el siglo XVII<sup>26</sup>, y con la inserción de la lingüística bloomfieldiana en el programa neopositivista (Bloomfield 1939; cf. Hiž y Swiggers 1990).

- ii. Al revés, hay ideologías que se forman a larga duración, de manera casi imperceptible, por “acostumbramiento”, lo que no excluye aspectos de modificación (y fenómenos de discontinuidad). Aquí se puede hablar de formación “natural” y paulatina de ideologías. Un ejemplo posible sería la evolución del reconocimiento de propiedades específicas de lenguas hacia una ideología de la *individualidad*, del *genio* de la lengua<sup>27</sup>.
- iii. Un tercer tipo es el tipo de formación “reaccionaria” (o subversiva), formación por la cual una ideología se crea para combatir (y sustituirse a) otra existente: como ejemplo, se puede mencionar la corriente de la lingüística “idealista”<sup>28</sup>, que se concibió en reacción a la lingüística de los neogramáticos.
- iv. Por fin, otro tipo de formación es la formación por “exaptación” (ingl. *exaptation*), es decir una formación por especificación y priorización de ciertos principios de una ideología pre-existente; así, a partir del historicismo romántico, se puso rumbo, bajo la influencia de ciencias como la geología, hacia el ‘uniformitarianismo’ lingüístico (cf. Christy 1983).

En cuanto a los *mecanismos de elaboración* de ideologías, estos son todos mecanismos de (seudo-)justificación y conllevan una dimensión retórica importante. Me parece que se pueden reconocer por lo menos cinco mecanismos fundamentales:

<sup>26</sup> Para una lista de gramáticas metódicas del francés publicadas en la segunda mitad del siglo XVII, véase Swiggers (1984: 17-19); para un estudio de una gramática metódica muy interesante, véase Swiggers (2019).

<sup>27</sup> Acerca del concepto de “genio de la lengua” (que tiene sus raíces en la teoría antigua de la *proprietas linguarum*; cf. Denecker 2017), véanse los estudios de Gensini (2003), Schlaps (2004) y Van Hal (2013), así como Hassler y Neiss (2009, s.v. ‘*besonderer Character einer Sprache*’). Sobre el (culto del) “genio de la lengua francesa”, cf. Siouffi (2010). Lesser (ed. 2005) ofrece una antología de reflexiones por autores literarios.

<sup>28</sup> La reacción idealista contra la lingüística de los neogramáticos se inspiró en las ideas de Benedetto Croce. Los trabajos fundamentales de la corriente idealista son los de Karl Vossler (por ejemplo 1904, 1925). Para un estudio historiográfico, véase Christmann (1985).

- a. diferenciación con valoración (recomendación vs. descalificación)
- b. simplificación o supresión de matizaciones
- c. intento de racionalización
- d. un mecanismo de ‘acomodación’, que consiste en presentar el contenido ideológico como evidente, como casi natural
- e. desplazamiento asociativo, por un proceso connotativo: la connotación, o transposición asociativa<sup>29</sup>, es un componente esencial de ideologías que conllevan una valoración. En el caso de las ideologías lingüísticas, se puede tratar de una connotación establecida entre lo lingüístico y lo social, o sociocultural<sup>30</sup>, entre lo lingüístico y lo político, entre lo lingüístico y lo étnico, entre lo lingüístico y lo económico, entre lo lingüístico y lo geográfico.

Aunque no es fácil abarcar la articulación concreta de ideologías, se pueden identificar ciertos contenidos más o menos circunscritos (y codificados), y si queremos llamar a estos contenidos “unidades de descripción”, los podríamos tildar de “*ideologemas*” (cf. Swiggers 2010b). A través de la historia de la lingüística y de las *praxis* filosófico-lingüísticas destacan algunos *ideologemas*, como por ejemplo:

- a. el *ideologema* de la lengua primitiva (ya presente en la Biblia), y su reinterpretación a través de los siglos<sup>31</sup>;
- b. el *ideologema* de la lengua perfecta (y universal), estudiado de manera pormenorizado por Eco (1993)<sup>32</sup>;
- c. el *ideologema* de la lengua pura o del dialecto puro; cabe insistir con respecto a esto que la propia distinción entre lengua y dialecto nunca ha estado exenta de coloración ideológica<sup>33</sup>;

---

<sup>29</sup> Gal y Irvine (1995) hablan de *iconicidad* y de *recursividad*: estos dos aspectos son fundamentales para la connotación, porque ésta se basa en una reproducción de una similitud parcial.

<sup>30</sup> En la literatura sociolingüística se habla de *social connotation hypothesis*; cf. Trudgill y Giles (1978), Giles y Niedzielski (1998); para una aplicación a la historia de la lingüística, véase Denecker (2015).

<sup>31</sup> Se trata de una temática muy cargada por razones religiosas, culturales y étnicas; cf. Borst (1957–63) y Olender (1989).

<sup>32</sup> Para un suplemento de información histórica y reflexiones metodológicas, véanse Droixhe (1997) y Swiggers (2001).

<sup>33</sup> La distinción entre *lengua* y *dialecto* es una distinción histórica e ideológicamente cargada: confluyen aquí datos objetivos, factores culturales y valoraciones subjetivas. Sobre los orí-

- d. el *ideologema* de la lengua clara y transparente; este ideologema tiene una presencia secular en la aproximación del francés (cf. Swiggers 2010b);
- e. el *ideologema* de la lengua ‘purificada’ (vs. variedades menos cultas)
- f. el *ideologema* de una lengua neutra, exenta de prejuicios, de discriminaciones.

## 6. Una agenda de investigación

Las ideologías lingüísticas examinadas por lingüistas, antropólogos y sociólogos suelen en general concernir a actitudes y comportamientos de hablantes, a políticas lingüísticas (oficiales o no), y a estrategias comunicativas por parte de hablantes y por parte de personas que están implicadas en uno u otro tipo de labor lingüística.

Se trata de un campo de estudios en plena evolución y muy llamativo, como lo observan Woolard y Schieffelin:

The topic of language ideology is a much-needed bridge between linguistic and social theory, because it relates the microculture of communicative action to political economic considerations of power and social inequality, confronting macrosocial constraints on language behavior. (...) It is also a potential means of deepening a sometimes superficial understanding of linguistic form and its cultural variability in political economic studies of discourse (Woolard y Schieffelin 1994: 72)

A research focus on language ideology makes a promising bridge between linguistic and social theory. In spite of the traditional difficulties posed by the ideology concept, it allows us to relate the microculture of communicative action to political economic considerations of power and social inequality, to confront macrosocial constraints on language behavior, and to connect discourse with lived experiences (...) populations around the world posit fundamental linkages among such apparently diverse cultural

---

genes lejanos y la elaboración de la distinción en la Edad Moderna, véase el estudio detallado de Van Rooy (2017). Acerca de los estereotipos en la formulación de la distinción, véase Van Hal y Van Rooy (2017).

categories as language, spelling, grammar, and nation, gender, simplicity, intentionality, authenticity, knowledge, development, power, tradition (Woolard 1998: 27).

Queda claro que la investigación de ideologías lingüísticas necesita una agenda de investigación.

En primer lugar, cabe preguntarse si es posible inscribir las investigaciones sobre ideología(s) lingüística(s) dentro de un marco más amplio. Con respecto a esta pregunta, me parece interesante considerar la oportunidad de insertarlas dentro de, o por lo menos conectarlas con, el marco de la *ecología lingüística*, tal como fue definida por Einar Haugen (1970). En la concepción de Haugen, la ecología del lenguaje o ecología de lenguas (o ecología lingüística) reúne un conjunto de disciplinas, cuyas temáticas son las siguientes, con respecto a una (o más) lengua(s) examinada(s): (1) su relación con otras lenguas; (2) los hablantes de la lengua: el número, las clases sociales y los conocimientos lingüísticos de sus hablantes; (3) su vitalidad; (4) su “espacio comunicativo”; (5) sus variedades regionales (y su diversidad social); (6) presencia de una literatura y de una tradición escrita; (7) el grado de estandarización; (8) el apoyo “institucional” del que puede gozar la lengua; (9) las actitudes y los sentimientos de los hablantes con respecto a la lengua.

En lo que se refiere a las tareas de la agenda de investigación, se pueden distinguir *tres* distintos tipos de enfoques:

- a. Un enfoque *textual (para- y metatextual)*: aquí cabe colocar la investigación sobre la ideología lingüística que se refleja en los *paratextos* (prefacios, posfacios, textos añadidos, notas, comentarios)<sup>34</sup>, y sobre la ideología que se manifiesta en los ejemplos (ejemplos de gramáticas, de diccionarios)<sup>35</sup>. El trabajo de investigación implicará un análisis de las fuentes, del grado de autoridad invocada, del nivel de lengua de los ejemplos, etc.). Dentro del componente metatextual, se sitúa el estudio de los aspectos ideológicos que están conectados

---

<sup>34</sup> Sobre la importancia de los *paratextos* como documentos ideológicos, véanse Collinot (1985) y Leiner (1990). De particular interés (para la “ideología nacional”) son los prefacios de los diccionarios y de las gramáticas publicados por las academias nacionales; cf. Quemada ed. (1997) y Gómez Asencio (2011).

<sup>35</sup> Para un amplio estudio de los ejemplos en las primeras gramáticas de las lenguas vernáculas de Europa, véase Kistereva (2015).

- con la terminología empleada (términos calificativos: marcas de uso<sup>36</sup>; glotonimia; elementos de innovación terminológica).
- b. Un enfoque *instrumental*: a este nivel cabe situar la ideología implicada en aspectos de comparación de lenguas (por ejemplo ¿qué variedades se utilizan en una gramática comparativa de las “lenguas románicas”?), y aspectos de la utilización de técnicas de análisis, de descripción y de representación<sup>37</sup>.
  - c. Un enfoque *teórico*: aquí se colocan estudios de ideología lingüística que toman como objeto de investigación los contenidos (y más en particular, la valoración “axiológica” de esos contenidos)<sup>38</sup> de las teorías.

## 7. Ideología e ideologías de la lingüística

La lengua que se habla tiene un extenso trasfondo ideológico; las actitudes y actividades emprendidas con respecto a la lengua también están marcadas por posicionamientos ideológicos. Las cosas no son diferentes cuando miramos la lingüística — a pesar de la creencia cándida en la ‘neutralidad’ de la ciencia. Aparte del hecho de que la lingüística puede ser criticada desde un punto de vista (neo)marxista como construcción teórica<sup>39</sup>, hay ideología(s) *de* la lingüística: desde los inicios de la lingüística como ciencia con denominación propia, su evolución ha sido caracterizada por tensiones y oposiciones de naturaleza ideológica. Bastará mencionar las tensiones entre filología (clásica) y lingüística comparativa (cf. Koerner 1982, Swiggers 1998), la oposición entre la lingüística de tipo neogramático y la lingüística “naturalista” (cf. Desmet 1996), la reacción de la escuela (neo)idealista contra la lingüística de los neogramáticos, la crítica del estructuralismo con respecto a la lingüística tradicional e histórica, las oposiciones entre escuelas estructuralistas y posestructuralistas en los Estados Unidos (cf. Murray 1994), o las luchas entre modelos dentro del generativismo (cf. Harris 1993).

<sup>36</sup> Acerca de la aproximación terminológica e historiográfica de las marcas de uso en la producción lexicográfica, véanse los trabajos de Hausmann (1989) y Glatigny (1998).

<sup>37</sup> Con ‘representación’ (o: notación), me refiero al aspecto de uso de diagramas, de imágenes, etc.

<sup>38</sup> En el análisis de esos contenidos se atiende a la argumentación de teorías y a convicciones o asunciones ideológicas subyacentes; cf. los trabajos de Botha (1970, 1971, 1973) y los estudios recogidos en Koerner (ed. 1975) acerca del modelo transformacional.

<sup>39</sup> Véanse el trabajo de Rossi-Landi (1973).

El estudio de tales tensiones y oposiciones pertenece al terreno de la filosofía (lógica y metodología) y la sociología de las ciencias. Los aspectos ideológicos forman una parte esencial de la investigación que se debe hacer, y para esto habrá que indagar las estrategias retóricas<sup>40</sup> y los mecanismos de desfiguración<sup>41</sup> de las teorías opuestas.

Para una comprensión adecuada de la complejidad del “relleno” ideológico de teorías lingüísticas, me parece muy relevante una distinción introducida por Herman Parret (1979) en su libro *Filosofie en taalwetenschap* (= ‘Filosofía y lingüística’): se trata de la distinción entre *ideología esencial* e *ideologías co-ocurrentes*. Partiendo de la asociación muy frecuentemente establecida entre el posestructuralismo y un cierto “antihumanismo”, y, por el otro lado, entre el generativismo de Chomsky y un (nuevo) humanismo, Parret demuestra que tal asociación no se justifica: en el posestructuralismo se observan varios aspectos ‘humanistas’, por ejemplo en la atención acordada a la expresividad (como en la estilística), o a la intersubjetividad e intertextualidad (temas de la sociolingüística y del análisis del discurso), y, al revés, el (auto)proclamado ‘humanismo’ del modelo generativista opera con nociones abstractas, más o menos deshumanizadas (ideas innatas; algoritmos de reglas, “gramática internalizada” o *I-grammar*)<sup>42</sup>.

Por esa razón, Parret, basándose en Greimas (1976), introduce la distinción entre ‘ideología esencial’ e ‘ideologías co-ocurrentes’: la ideología esencial no es otra cosa que la *praxis* discursiva que realmente fundamenta una teoría/un modelo y el quehacer de los que utilizan el modelo. Se observa entonces que el modelo generativista conlleva, en su esencia, una ideología (casi neopositivista) de ‘formalismo’, de ‘aproximación internalista’ del lenguaje, y de argumentación fundada en los principios estipulativos de la propia teoría.

Ideologías co-ocurrentes son las que los propios productores de modelos o el público receptor pueden relacionar, *a su gusto*, con una teoría. La relación con la teoría ya no es una relación lógico-analítica, sino una relación contin-

---

<sup>40</sup> Batista (2015) ofrece un estudio socio-retórico de la discusión entre formalistas y funcionalistas en la lingüística brasileña de finales del siglo XX.

<sup>41</sup> Un ejemplo desconcertante de desfiguración es la crítica por Noam Chomsky del libro *Verbal Behavior* de Skinner, como si este último hubiera contenido una teoría de la adquisición de una lengua; cf. MacCorquodale (1970) y Swiggers (1997a).

<sup>42</sup> Según Parret, queda claro que el propio Chomsky, a partir de mediados de los años 1960, ha esbozado una ideología ‘humanista’ como “envoltura” de su teoría lingüística; al mismo tiempo ha mantenido un discurso muy crítico en el cual confundió, sin matizar, corrientes como empirismo, positivismo y behaviorismo.

gente; y a veces puede suceder que una ideología co-ocurrente presente una contradicción, más o menos explícita, con la ideología esencial de la misma teoría. El terreno de las ideologías co-ocurrentes es un terreno que se abre a toda forma de estrategias retóricas, por las cuales productores y/o receptores apuntan rasgos posiblemente muy llamativos de una teoría. Y al mismo tiempo estas estrategias se acompañan de ataques contra teorías opuestas<sup>43</sup>.

## 8. El impacto ideológico del tiempo: la lección de Borges

La cuestión fundamental que cabe plantear es la siguiente: ¿es posible escapar de la ideología, de una influencia ideológica?

Es bien sabido que la solución platónica con respecto a la tentación y al embrujamiento por la *doxa*, era la de una pura contemplación de las Ideas: pero, ¿no es otra ideología la de creer en tal aproximación pura, inmaculada, de la verdad? Es por lo menos lo que un escéptico objetaría.

Autores como Jürgen Habermas (1973) o Michel Foucault (1969) insisten justamente sobre la presencia inevitable de ideologías (cf. ya Mannheim 1953): el acto de querer distanciarse (o de pensar poder hacerlo) de toda forma de ideología sería por definición un gesto fundamentalmente ideológico. Y, como lo hemos subrayado, la convicción de una ciencia ‘neutra’, que consistiría únicamente en enunciados intersubjetivamente controlables y abiertos a la ‘verificación/falsificación’, no es otra cosa sino una posición que no se puede demostrar y establecer de manera absolutamente objetiva; es, pues, ... otra posición ideológica.

Pero, más allá de la *no* inocencia de teorías lingüísticas — y, en consecuencia, de la *no* neutralidad de lingüistas —, hay otra realidad innegable, y que no se puede poner fuera de juego: es la de la función ideológica del *tiempo*. Y con esto quiero decir que el mero fenómeno del transcurso histórico es el motor de incidencias ideológicas, y de cambios ideológicos. Bastaría reproducir el texto de una gramática del siglo XVI o XVII y tomarlo como testimonio gramatical de nuestra época para darse cuenta de cómo el tiempo instaura una coloración ideológica.

<sup>43</sup> Me parece que la distinción entre ideología esencial e ideología(s) co-ocurrentes debería combinarse con la distinción entre niveles de teorización dentro de un modelo teórico: teoría del lenguaje, teoría de la gramática, teoría de la lingüística; cf. Garvin (1979) y Swiggers (1983).

Este papel ideológico del tiempo, nadie lo ha ilustrado mejor, y de manera incomparable, como Jorge Luis Borges en su historia de Pierre Menard, texto publicado por primera vez en 1941 (y recogido en el libro *Ficciones*, edición original 1944). Borges (o: el ‘narrador’ de esta breve ‘ficción’) nos cuenta el proyecto<sup>44</sup> de Menard:

No quería componer otro Quijote — lo cual es fácil — sino *el Quijote*. Inútil agregar que no encaró nunca una transcripción mecánica del original; no se proponía copiarlo. Su admirable ambición era producir unas páginas que coincidieran palabra por palabra y línea por línea con las de Miguel de Cervantes. “Mi propósito es meramente asombroso”, me escribió el 30 de setiembre de 1934 desde Bayonne. “El término final de una demostración teológica o metafísica — el mundo externo, Dios, la causalidad, las formas universales — no es menos anterior y común que mi divulgada novela. La sola diferencia es que los filósofos publican en agradables volúmenes las etapas intermediarias de su labor y que yo he resuelto perderlas” (Borges 1974: 446-447).

Menard llevó a cabo su proyecto, por lo menos, bajo forma de un texto (¡muy!) parcial, y Borges nos comenta, secamente, el resultado:

El texto de Cervantes y el de Menard son verbalmente idénticos, pero el segundo es casi infinitamente más rico. (Más ambiguo, dirán sus detractores; pero la ambigüedad es una riqueza.)

Es una revelación cotejar el *Don Quijote* de Menard con el de Cervantes. Éste, por ejemplo, escribió (Don Quijote, primera parte, noveno capítulo): ... *la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir*. Redactada en el siglo diecisiete, redactada por el “ingenio lego” Cervantes, esa enumeración es un mero elogio retórico de la historia. Menard, en cambio, escribe: ... *la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia*

---

<sup>44</sup> Un proyecto del cual el propio Menard se había hecho una idea: “El método inicial que imaginó era relativamente sencillo. Conocer bien el español, recuperar la fe católica, guerrear contra los moros o contra el turco, olvidar la historia de Europa entre los años de 1602 y de 1918, ser Miguel de Cervantes. Pierre Menard estudió ese procedimiento (sé que logró un manejo bastante fiel del español del siglo diecisiete) pero lo descartó por fácil” (Borges 1974: 447).

*de lo por venir*. La historia, *madre* de la verdad; la idea es asombrosa. Menard, contemporáneo de William James, no define la historia como una indagación de la realidad sino como su origen. La verdad histórica, para él, no es lo que sucedió; es lo que juzgamos que sucedió. Las cláusulas finales — *ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir* — son descaradamente pragmáticas.

También es vívido el contraste de los estilos. El estilo arcaizante de Menard — extranjero al fin— adolece de alguna afectación. No así el del precursor, que maneja con desenfado el español corriente de su época (Borges 1974: 449).

A través de este lúdico ensayo, transparece una verdad universal: todo acto discursivo lleva la huella de su contexto de producción, y querer negarlo – o querer borrar la impresión de esta huella – es una *manipulación*. Y justamente, ¿la manipulación no es la estrategia esencial de las ideologías? Así volvemos a la cuestión inicial: ¿hay manera de librarse de las ideologías o – utilizando una imagen de Wittgenstein (1953, § 309) – somos como la mosca cogida en la botella de la(s) ideología(s)? La pregunta queda, y quedará, abierta<sup>45</sup>.

## Referencias bibliográficas

- ASAD, Talal. Anthropology and the analysis of ideology. **Man** 14, p. 607-627, 1979.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Retórica de ruptura e descontinuidades nas ciências da linguagem: um estudo pela Historiografia da Linguística. **Confluência** 49, p. 119-141, 2015.
- BAUMAN, Richard y SHERZER, Joel. (eds.) **Explorations in the ethnography of speaking**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- BLOOMFIELD, Leonard. Secondary and tertiary responses to lLanguage. **Language** 20, p. 44-55, 1944.
- BLOOMFIELD, Leonard. Literate and illiterate speech. **American Speech** 2, p. 432-439, 1927. [Reimpr. en: **A Leonard Bloomfield anthology**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 84-93, 1970].

<sup>45</sup> El presente texto reúne temas expuestos en conferencias dadas en Salamanca, São Paulo, Verona, París, y Lieja en los últimos años. Agradezco a los distintos públicos sus observaciones y sugerencias.

- BLOOMFIELD, Leonard. **Linguistic aspects of science**. Chicago: University of Chicago Press, 1939.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficciones**. Buenos Aires: Ed. Sur, 1944.
- BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Buenos Aires: Emecé, 1974.
- BORST, Arno. **Der Turmbau von Babel. Geschichte der Meinungen über Ursprung und Vielfalt der Sprachen und Völker**. Stuttgart: Hiersemann, 1957-1963. (4 vol.)
- BOTHA, Rudolf P. **The methodological status of grammatical argumentation**. The Hague: Mouton, 1970.
- BOTHA, Rudolf P. **Methodological aspects of transformational generative phonology**. The Hague: Mouton, 1971.
- BOTHA, Rudolf P. **The justification of linguistic hypotheses: a study of nondemonstrative inference in transformational grammar**. The Hague: Mouton, 1973.
- BURKE, Peter. **Language and communities in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CHRISTMANN, Hans Helmut. **Filología idealista y lingüística moderna**. Madrid: Gredos, 1985.
- CHRISTY, Craig. **Uniformitarianism in linguistics**. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 1983.
- COLLINOT, André. L'ouverture des dictionnaires; remarques sur les titres et préfaces des dictionnaires français du XVII<sup>e</sup> siècle. **Lexique** 3, p. 11-27, 1985.
- CRUZ CASÁÑEZ, María y SWIGGERS, Pierre. La gramática anónima de Lovaina de 1559: contribución al hispanismo en Flandes. En: HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Eulalia y LÓPEZ MARTÍNEZ, María Isabel (eds.). **Sodalicia Dona**, p. 109-123. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.
- DENECKER, Tim. Language attitudes and social connotations in Jerome and Sidonius Apollinaris. **Vigiliae Christianae** 69, p. 393-421, 2015.
- DENECKER, Tim. **Ideas on language in Early Latin christianity; from Tertullian to Isidore of Seville**. Leiden / Boston: Brill, 2017.
- DESMET, Piet. **La linguistique naturaliste en France (1867-1922): nature, origine et évolution du langage**. Leuven: Peeters, 1996.
- DESMET, Piet, ROORYCK, Johan, y SWIGGERS, Pierre. What are words worth? Language and ideology in French dictionaries of the revolutionary period. En: JOSEPH, John y TAYLOR Talbot J. (eds.). **Ideologies of language**, p. 162-188. New York: Routledge, 1990.

- DROIXHE, Daniel. **La linguistique et l'appel de l'histoire**. Genève: Droz, 1976.
- DROIXHE, Daniel. Réflexions sur quelques pages d'Umberto Eco, *La ricerca della lingua perfetta*. En: BERRETTONI, Pierangiolo y LORENZI, Franco (eds.). **Grammatica e ideologia nella storia della linguistica**, p. 281-292. Perugia: Margiacchi-Galeno, 1997.
- EAGLETON, Terry. **Ideology: an introduction**. London: Verso, 1991.
- ECO, Umberto. **La búsqueda de la lengua perfecta en la cultura europea**. Barcelona: Crítica, 1993.
- ERRINGTON, Joseph. **Linguistics in a colonial world: a story of language, meaning, and power**. New York: Blackwell, 2007.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. Los prólogos de Alonso Molina (1510-1585), destrucción de una ideología. **Península - Revista de Estudios Ibéricos** 2, p. 69-91, 2005.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. La 'lengua de los vencidos' y 'nuestra lengua': de nuevo en torno al ideario de la lingüística misionera. **Boletín hispánico helvético** 23, p. 273-294, 2014.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. On the linguistic ideas underlying the work of 16th-century Mesoamerican missionaries. **Historiographia Linguistica** 42, p. 211-231, 2015.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. Elogio de la lengua nativa y planteamiento metalingüístico en las gramáticas misioneras: el ejemplo de Domingo de Santo Tomás. **Revista de Investigación Lingüística** 19, p. 15-33, 2016.
- FABIAN, Johannes. **Language and colonial power: the appropriation of Swahili in the former Belgian Congo 1880-1938**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- FLAITZ, Jeffra. **The ideology of English: French perceptions of English as a world language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- FRIEDRICH, Paul. Language, ideology and political economy. **American Anthropologist** 91, p. 295-312, 1989.
- GAL, Susan. Language and political economy. **Annual Review of Anthropology** 18, p. 345-367, 1989.
- GAL, Susan. Diversity and contestation in linguistic ideologies: German speakers in Hungary. **Pragmatics** 5, p. 155-166, 1993.
- GAL, Susan y IRVINE, Judith T. The boundaries of languages and disciplines: how ideologies construct difference. **Social Research** 62, p. 967-1001, 1995.

- GAL, Susan y WOOLARD, Kathryn A. Constructing languages and publics: authority and representation. **Pragmatics** 5, p. 129-138, 1995.
- GARVIN, Paul L. Une épistémologie empiriste pour la linguistique. **La Linguistique** 15, p. 65-89, 1979.
- GEERTZ, Clifford. Ideology as a cultural system. En: GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**, p. 193-233. New York: Basic Books, 1973.
- GENSINI, Stefano. Per la storia di 'ingegno': un termine chiave del lessico intellettuale europeo. En: RADATZ, Hans-Ingo y SCHLÖSSER, Raimund (eds.). **Donum Grammaticorum**. Festschrift für Harro Stammerjohann, p. 87-101. Tübingen: Niemeyer, 2003.
- GERIGHAUSEN, Josef. **Die historische Deutung der Nationalsprache im französischen Schrifttum des 16. Jahrhunderts**. Bonn: Friedrich-Wilhelms-Universität, 1963.
- GILES, Howard y NIEDZIELKSI, Nancy. Italian is Beautiful, German is Ugly. En: BAUER, Laurie – TRUDGILL, Peter (eds.). **Language Myths**, p. 85-93. London: Duckworth, 1998.
- GLATIGNY, Michel. **Les marques d'usage dans les dictionnaires français monolingues du XIX<sup>e</sup> siècle**. Tübingen: Niemeyer, 1998.
- GÓMEZ ASENCIO, José J. **Los principios de las gramáticas académicas (1771-1962)**. Bern: P. Lang, 2011.
- GREIMAS, Algirdas J. **Sémiotique et sciences sociales**. Paris: Seuil, 1976.
- GUMPERZ, John. (ed.) **Language and social identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ, John y HYMES, Dell. (eds.) **Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication**. New York: Holt, 1972.
- HABERMAS, Jürgen. **La technique et la science comme 'Idéologie'**. Paris: Gallimard, 1973.
- HARRIS, Randy Allen. **The linguistics wars**. New York: Oxford University Press, 1993.
- HASSLER, Gerda. Identität durch Sprache. Der Diskurs zur Apologie der Vernakularsprachen bis zum 18. Jahrhundert. En: KLETTKE, Cornelia y PRÖVE, Ralf (eds.). **Brennpunkte kultureller Begegnungen auf dem Weg zu einem modernen Europa**, p. 47-69. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2011.
- HASSLER, Gerda y NEIS, Cordula. **Lexikon sprachtheoretischer Grundbegriffe des 17. und 18. Jahrhunderts**. Berlin: de Gruyter, 2009.

- HAUGEN, Einar. **The ecology of language**. Stanford: Stanford University Press, 1970.
- HAUSMANN, Franz Josef. Die Markierung im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch: eine Übersicht. En: **Dictionaries/Dictionnaires/Wörterbücher**, vol. I, p. 649-657. Berlin / New York: de Gruyter, 1989.
- HÍŽ, Henry y SWIGGERS, Pierre. Bloomfield, the Logical Positivist. **Semiotica** 79, p. 257-270, 1990.
- HYMES, Dell H. **Foundations in sociolinguistics**. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1974.
- IRVINE, Judith T. When talk isn't cheap: Language and political economy. **American Ethnologist** 16, p. 248-267, 1989.
- JOSEPH, John E. **Eloquence and power: The rise of language standards and standard languages**. New York: Blackwell, 1987.
- JOSEPH, John E. y TAYLOR, Talbot J. (eds.) **Ideologies of language**. New York: Routledge, 1990.
- KISTEREVA, Maria. **L'exemple dans les grammaires de l'Europe occidentale des XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles**. Bruxelles [Tesis doct.], 2015.
- KOERNER, E.F. Konrad. (ed.) **The transformational-generative paradigm and modern linguistic theory**. Amsterdam: Benjamins, 1975.
- KOERNER, E.F. Konrad. On the historical roots of the philology/linguistics controversy. En: AHLQVIST, Anders (ed.). **Papers from the 5th international conference on historical linguistics**, p. 404-413. Amsterdam: Benjamins, 1982.
- KROSKRITY, Paul V. Arizona Tewa public announcements: Form, function, linguistic ideology. **Anthropological Linguistics** 34, p. 104-116, 1992.
- KROSKRITY, Paul V. Regimenting language. En: KROSKRITY (ed.) 2000, p. 1-34, 2000.
- KROSKRITY, Paul V. (ed.) **Regimes of language. Ideologies, politics, and identities**. Santa Fé: School of American Research Press, 2000.
- KROSKRITY, Paul V. Language ideologies. En: DURANTI, Alessandro (ed.). **Companion to linguistic anthropology**, p. 496-517. Malden: Blackwell, 2004.
- LARRAIN, Jorge. **The concept of ideology**. Athens: University of Georgia Press, 1979.
- LEINER, Wolfgang. Préface à la journée des préfaces. **Cahiers de l'Association internationale des études françaises** 42, p. 111-119, 1990.

- LESSER, Wendy. (ed.) **The genius of language**. Fifteen writers reflect on their mother tongue. New York: Anchor, 2005.
- MACCORQUODALE, Kenneth. On Chomsky's review of Skinner's *Verbal Behavior*. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior** 13, p. 83-99, 1970.
- MANNHEIM, Karl [= Manheim, Károly]. **Ideology and utopia**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1953. [Original alemán: **Ideologie und Utopie**, 1929]
- MCQUOWN, Norman. El lenguaje en la cultura y en la sociedad y en la personalidad. **Cuadernos de Estudios Lingüísticos** 6, p. 95-110, 1984.
- MILROY, James y MILROY, Leslie. **Authority in language: Investigating language prescription and standardization**. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- MURRAY, Stephen O. **Theory groups and the study of language in North America**. A social history. Amsterdam: Benjamins, 1994.
- OLENDER, Maurice. **Les langues du Paradis**. Paris: Gallimard, 1989.
- PARRET, Herman. **Filosofie en taalwetenschap**. Assen: van Gorcum, 1979.
- PICOT, Émile. **Les Français italianisants au XVI<sup>e</sup> siècle**. Paris: Champion, 1906-1907.
- QUEMADA, Bernard. (ed.) **Les préfaces du Dictionnaire de l'Académie française: 1694-1992**. Paris: Champion, 1997.
- ROSSI-Landi, Ferruccio. **Ideologies of linguistic relativity**. The Hague: Mouton, 1973.
- SCHIEFFELIN, Bambi, WOOLARD, Kathryn A. y KROSKRITY, Paul V. (eds.) **Language ideologies**. Practice and theory. New York / Oxford: Oxford University Press, 1998.
- SCHLAPS, Christiane. The 'Genius of Language'. **Historiographia Linguistica** 31, p. 367-388, 2004.
- SILVERSTEIN, Michael. Language structure and linguistic ideology. En: CLYNE Paul R. *et al.* (eds.). **The elements: Parasession on units and levels**, p. 193-248. Chicago: Chicago Linguistics Society, 1979.
- SILVERSTEIN, Michael. Language and the culture of gender: At the intersection of structure, usage and ideology. En: MERTZ, Elizabeth y PARMENTIER, Richard J. (eds.). **Semiotic Mediation**, p. 319-359. Orlando: Academic Press, 1985.
- SIOUFFI, Gilles. **Le génie de la langue française**. Paris: Champion, 2010.

- SOZZI, Lionello. La polémique anti-italienne en France au XVI<sup>e</sup> siècle. **Atti dell'Accademia delle Scienze di Torino** 106, p. 99-190, 1972.
- SWIGGERS, Pierre. Qu'est-ce qu'une théorie (en) linguistique ? **Modèles Linguistiques** 5, p. 3-15, 1983.
- SWIGGERS, Pierre. La méthode dans la grammaire française du dix-septième siècle. En: SWIGGERS, Pierre (ed.), **Grammaire et méthode au XVII<sup>e</sup> siècle**, p. 9-34. Leuven / Paris: Peeters, 1984.
- SWIGGERS, Pierre. Ideology in linguistic debate: Chomsky's critique of Skinner's *Verbal Behavior*. En: BERRETTONI, Pierangiolo y LORENZI, Franco (eds.). **Grammatica e ideologia nella storia della linguistica**, p. 257-279. Perugia: Margiacchi-Galeno, 1997a.
- SWIGGERS, Pierre. Français, italien (et espagnol): un concours de 'précellence' chez Henri Estienne. En: HOLTUS, Gunter, KRAMER, Johannes y SCHWEICKARD, Wolfgang (eds.). **Italica et Romanica. Festschrift für Max Pfister zum 65. Geburtstag**, vol. II, p. 297-311. Tübingen: Max Niemeyer, 1997b.
- SWIGGERS, Pierre. Grammaire et lexicographie françaises à l'époque de la Révolution. En: SPILLNER, Bernd (ed.). **Französische Sprache in Deutschland im Zeitalter der französischen Revolution**, p. 169-192. Zürich / Frankfurt am Main: Peter Lang & Europäischer Verlag der Wissenschaften, 1997c.
- SWIGGERS, Pierre. Filologia e lingüística: enlace, divórcio, reconciliação. **Filologia e Lingüística Portuguesa** 2, p. 5-18, 1998.
- SWIGGERS, Pierre. L'idée de langue universelle et de langue parfaite dans l'histoire de la linguistique occidentale. En: MASSARIELLO MERZAGORA, Giovanna (ed.). **Storia del pensiero linguistico: linearità, fratture e circolarità**, p. 13-44. Roma: Il Calamo, 2001.
- SWIGGERS, Pierre. Henri Estienne et le 'français italianisé': un témoignage écolinguistique du XVI<sup>e</sup> siècle. En: RADATZ, Hans-Ingo y SCHLÖSSER, Raimund (eds.). **Donum Grammaticorum. Festschrift für Harro Stammerjohann**, p. 303-314. Tübingen: Niemeyer, 2003.
- SWIGGERS, Pierre. Las gramáticas españolas de Doergangk (1614), De la Porte (1659) y Sobrino (1697): el foco «belgo-renano». En: GÓMEZ ASENCIO, José J. (dir.). **El castellano y su codificación gramatical, vol. II: De 1614 (B. Jiménez Patón) a 1697 (F. Sobrino)**, p. 351-386. Burgos / Salamanca: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2008.

- SWIGGERS, Pierre. Le français et l'italien en lice: l'examen comparatif de leurs qualités chez Henri Estienne. **Synergies Italie** 5, p. 69-76, 2009.
- SWIGGERS, Pierre. Les enjeux de l'enseignement des langues aux Temps Modernes: dimensions ludique, politique et idéologique de la didactique et de la didaxologie. En: SUSO LÓPEZ, Javier (ed.). **Plurilinguisme et enseignement des langues en Europe: aspects historiques, didactiques et sociolinguistiques**, p. 79-123. Granada: Editorial Univ. de Granada, 2010a.
- SWIGGERS, Pierre. La clarté du français: Examen d'un 'idéologème'. **Zeitschrift für romanische Philologie** 126, p. 443-459, 2010b.
- SWIGGERS, Pierre. La lexicografía francesa de la época revolucionaria. En: SAN VICENTE, Félix, GARRIGA, Cecilio y LOMBARDINI, Hugo E. (eds.). **Ideolex. Estudios de Lexicografía e Ideología**, p. 347-360. Monza: Polimetrica International Scientific Publisher, 2011.
- SWIGGERS, Pierre. Intuition, exploration, and assertion of the Indo-European language relationships. En: KLEIN, Jared, JOSEPH, Brian y FRITZ, Matthias (eds.). **Handbook of comparative and historical Indo-European linguistics**, vol. I, p. 138-170. Berlin / New York: De Gruyter Mouton, 2017.
- SWIGGERS, Pierre. Un traitement 'méthodique' de la matière grammaticale: Denis Vairasse (1681). En: FOURNIER, Jean-Marie, LAHAUSSOIS, Aimée y RABY, Valérie (eds.). **Grammaticalia. Hommage à Bernard Colombat**, p. 223-231. Lyon: ENS Éditions, 2019.
- TRUDEAU, Danielle. **Les inventeurs du bon usage (1529-1647)**. Paris: Éd. de Minuit, 1992.
- TRUDGILL, Peter y GILES, Howard. Sociolinguistics and linguistic value judgements: Correctness, adequacy, and aesthetics. En: COPPIETERS, Frank y GOYVAERTS, Didier L. (eds.). **Functional studies in language and literature**, p. 167-190. Gent: Story-Scientia, 1978.
- VAN HAL, Toon. **Moedertalen en taalmoeders**. Het vroegmoderne taalvergelijkende onderzoek in de Lage Landen. Brussel: KNAW, 2010.
- VAN HAL, Toon. 'Génie de la langue': the genesis and early evolution of a key notion in Early Modern European learning. **Language and History** 56, p. 81-97, 2013.
- VAN HAL, Toon, ISEBAERT, Lambert y SWIGGERS, Pierre. Het 'vernieuwde' taal- en wereldbeeld van de vroegmoderne tijd. En: VAN HAL, Toon, ISEBAERT, Lambert, y SWIGGERS, Pierre (eds.). **De Tuin der Talen**. Taalstudie en taalcultuur in de Lage Landen, 1450-1750, p. 3-46. Leuven: Peeters, 2013.

- VAN HAL, Toon y VAN ROOY, Raf . ‘Differing only in dialect’, or how collocations can co-shape concepts. **Language & Communication** 56, p. 95-109, 2017.
- VAN ROOY, Raf. **Through the vast labyrinth of languages and dialects.** The emergence and transformations of a conceptual pair in the early modern period (ca. 1478-1782). Leuven [Tesis doct.], 2017.
- VERON, Eliseo. Sémiosis de l’idéologie et du pouvoir. **Communication** 28, p. 7-20, 1978.
- VOSSLER, Karl. **Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft.** Heidelberg: Carl Winter, 1904.
- VOSSLER, Karl. **Geist und Kultur in der Sprache.** Heidelberg: Carl Winter, 1925.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations.** Ed. por Gertrud Elizabeth M. ANSCOMBE y Rush RHEES. Oxford: Blackwell, 1953.
- WOOLARD, Kathryn A. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. En: SCHIEFFELIN, WOOLARD y KROSKRITY (eds.) 1998, p. 3-47, 1998.
- WOOLARD, Kathryn A. y SCHIEFFELIN, Bambi. Language ideology. **Annual Review of Anthropology** 23, p. 55-82, 1994.

Articulista convidado

# A BISCRITUALIDADE NOS MAIS ANTIGOS MANUAIS DA LÍNGUA ALEMÃ PARA UM PÚBLICO PORTUGUÊS

## BISCRIPTALITY IN THE OLDEST GERMAN HANDBOOKS FOR PORTUGUESE READERS

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro de Estudos em Letras

kemmler@utad.pt

### RESUMO:

Com o fim de servir como ponto de partida para futuros estudos que visam analisar o uso da *Fraktur* (os chamados ‘carateres góticos’) ou mesmo das vertentes manuscritas *Kurrentschrift* vs. *Sütterlinschrift* nos manuais da língua alemã para um público português, é com base no artigo do investigador austríaco Bernd Marizzi (2012b) sobre os inícios da tradição espanhola e a biscriptualidade observada nas suas manifestações, que o presente artigo visa oferecer algumas reflexões sobre a ocorrência semelhante de formas de escrita divergentes na representação das línguas alemã e portuguesa em obras metalinguísticas que têm o português como metalinguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biscriptualidade; língua alemã, sistemas de escrita; carateres góticos, *Fraktur*, *Kurrent*; *Sütterlin*; *Antiqua*.

### ABSTRACT:

In order to serve as a starting point for future studies that aim to analyze the use of the *Fraktur* (the so-called ‘gothic characters’) or even the handwritten scripts *Kurrentschrift* vs. *Sütterlinschrift* in the German language manuals for a Portuguese public, based on an article of the Austrian researcher Bernd Marizzi (2012b) dedicated to the beginnings of the Spanish tradition and the biscriptality that can be observed in its manifestations, the present article aims to offer some reflections on the similar occurrence of divergent forms of writing in the representation of the German and Portuguese languages in metalinguistic works that have the Portuguese as metalanguage.

**KEYWORDS:** Biscriptality; German language; writing systems; Gothic characters; *Fraktur*; *Kurrent*; *Sütterlin*; *Antiqua*

## Introdução

No último capítulo do seu artigo sobre a *Gramatica de la lengua alemana: dividida en tres partes* do dominicano espanhol Antonio de Villa (fl. 1788-1811), o investigador austríaco Bernd Marizzi (2012a) dedica-se detidamente a um tema muito importante aos primórdios da aprendizagem e do ensino do alemão como língua estrangeira (DaF), nomeadamente à questão da ‘biscritualidade’<sup>1</sup> (*‘Zweischriftigkeit’*; inglês ‘biscrptality’) do alemão (no sentido de Glück 1994: 746 ou Bunčić 2011; 2016: 36) e à reprodução resultante dos tipos usuais em (quase) todas as publicações de língua alemã:

Es conocido que en el ámbito cultural germano se utilizaba hasta hace no mucho tiempo (1941) cierto tipo de letra, distinta a la antigua letra latina redonda (antiqua): la letra gótica o fracturada (Marizzi 2012a: 141)

Como Bernd Marizzi afirma ainda, a questão do tipo de letra de impressão (e das variantes associadas com a letra manuscrita, de que os estudantes da língua alemã da época não poderiam prescindir) não é, portanto, pouco problemática para o contexto da impressão de manuais didáticos do alemão como língua estrangeira, publicados fora da Alemanha ou da Europa Central:

En el siglo XVIII, cuando Antonio de Villa quiso mandar imprimir su gramática se encontró con que en España ya no había ni tipos alemanes ni “fundición de caracteres Alemanes (...) ni impresor dispuesto a costearlo” (Consejos 11.279, exp. 2, Enero de 1791). Por este motivo se vio obligado a imprimir la gramática “en el carácter del Reyno, sustituyendo la letra redonda por la Alemana, y la bastardilla ó cursiva por la Española, ó para explicar la Lengua Alemana” (Villa 1792: 2) (Marizzi 2012a: 141).

Embora possa ter havido autores de obras metalinguísticas que prescindiram do tipo ‘gótico’ alemão (*Fraktur*) por motivos didáticos – tal como Corvo Sánchez (2002: 256; ver também Corvo Sánchez 2007, 2011) conseguiu comprovar para o caso do *Thesaurvs fyndamentalis qvinqve lingvarvm* de Zumaran (1626, I: [XII]) – parece óbvio que só à primeira vista o problema ‘puramente tipográfico’ da não-existência de tipos de *Fraktur*, ou a correspondente falta

<sup>1</sup> No seu artigo em língua espanhola, Marizzi (2012a: 142) coerentemente introduz o neologismo ‘biscritualidad’, até então desconhecido em espanhol, ao qual em língua portuguesa corresponderá o termo até agora semelhantemente desconhecido de ‘biscritualidade’.

de experiência em lidar com este tipo, não só na Madrid de finais do século XVIII terá constituído um obstáculo para a edição de produtos editoriais em língua alemã, mas provavelmente também no Portugal vizinho de finais do século XVIII ou inícios do século XIX. Também é questionável se mais tarde todas as tipografias estavam munidas dos tipos de fratura, ou se, no caso dos manuais de língua alemã publicados por autores residentes em Portugal para o mercado Português,<sup>2</sup> a escolha de um local de impressão estrangeiro poderia ser relacionada com este problema de natureza principalmente tipográfica.

### O uso das escritas ‘*Fraktur*’, ‘*Kurrent*’ und ‘*Sütterlin*’

O tipo geralmente referido na cultura alemã como ‘*Fraktur*’ desenvolveu-se no século XVI, «[...] um und nach der Jahrhundertmitte als hochkalligraphische Buchschrift [...]» (Schneider 2014: 80)<sup>3</sup> (Schneider 2014: 80) como resultado dos ‘tipos góticos’ (Overgaauw 1994; Schneider 2014: 28-86) desenvolvidos com base na tradição manuscrita amplamente difundida na Europa em forma da minúscula carolíngia, devendo, enfim, a sua existência ao seu uso como escrita dos documentos da secretaria do imperador Maximiliano I (1459-1519, a partir de 1508 imperador do Sacro Império Romano) (veja-se Šedivý 2007 com mais informações). Do ponto de vista paleográfico, Schneider (2014: 80) caracteriza a *Fraktur* como «[...] eine sehr stilisierte Bastarda mit den stark verlängerten, an- und abschwellenden, ‚spindelförmigen‘ f und langen f, deutlichen Druckunterschieden, von rechts her oder mit Schleifen beginnenden Oberlängen und mit feinen Verzierungen [...]»,<sup>4</sup> sendo os grafemas (ou melhor alógrafos de <f, s>) realizados em *Fraktur* como <f, f>.<sup>5</sup>

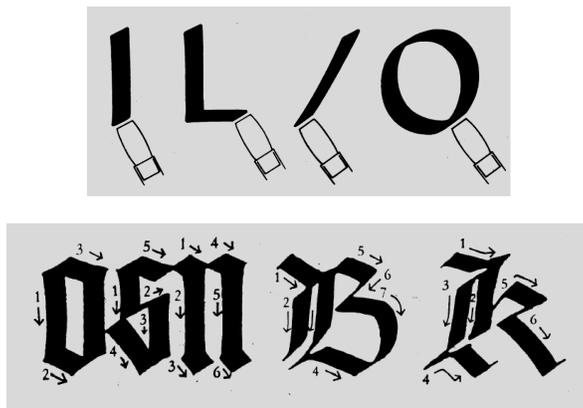
<sup>2</sup> Assim, por exemplo, Paris no caso das obras *Nova grammatica theórica e prática para o estudo da lingua allemã* (Apell 1897, 1898a), *Selecta de Leituras Allemãs* (Apell 1898b), bem como da *Grammatica Allemã* (Campos 1898a) e das *Leituras allemãs* (Campos 1898b), todas publicadas pela editora parisiense ‘Aillaud & C.<sup>ia</sup> Casa Editora e de Comissão’.

<sup>3</sup> [(...) por volta de e depois da metade do século como da escrita impressa altamente caligráfica (...)]. Todas as traduções do alemão para o português são da nossa autoria, sendo colocadas em parênteses retos.

<sup>4</sup> [(...) uma Bastarda muito estilizada com os f ‘fusiformes’ e f longos altamente alongados, crescentes e decrescentes, diferenças de impressão consideráveis, extremidades superiores a começar à direita ou com voltas e com ornamentos finos (...)].

<sup>5</sup> Tendo em mente a morfologia dos caracteres góticos, parece óbvio que particularmente a oposição gráfica <f> ~ <f> (i.e. <f> ~ <s>) poderia ter sido especialmente difícil para um público de um manual de alemão quando este ainda não tivesse a competência suficiente na leitura do alemão.

A forma de como o traçado tanto da escrita da ‘*Antiqua*’ latina (ie ‘a antiga’) como da ‘*Fraktur*’ de cunho germânico (substantivo deverbal do latim *frangere, frangō, fractus*) deve ser compreendido desde o ponto de vista gráfico ou tipográfico, é ilustrada graficamente por Plata (1999: 63) como se segue:



Uma vez que nos pareça mais provável que impressões incunábulas portuguesas, tais como as primeiras obras metalinguísticas impressas em Portugal de Pastrana / Rombo (1497), Rombo (1497) e Martins (1497) para o latim, e Oliveira (1536) para português, não sejam impressas em *Fraktur*, mas em ‘letras góticas’ não itálicas no sentido de uma ‘*textualis*’ (cf. Schneider 2014: 38-42), (isto é, sem os elementos de bastarda itálicos, que são tão característicos da *Fraktur* de estilo alemão), o complexo desenvolvimento da escrita impressa na Europa da gótica rumo à *Antiqua* ao longo dos séculos é caracterizada pertinentemente em detalhe por Christina Killius como se segue:

Zu Beginn des 16. Jahrhunderts überwogen im Buchdruck noch die Schriften der gotischen Tradition. Allmählich begann sich die Antiqua durchzusetzen, die anfänglich aber lediglich für humanistische Texte zur Anwendung kam. Italien war schließlich das erste Land, das zu einem allgemeinen Gebrauch der Antiquatypen überging. Frankreich und Spanien folgten in der ersten Hälfte des 16. Jahrhunderts, während es in England erst um 1700 zu einer einheitlichen Verwendung der Antiqua kam. Die Niederlande und Schweden verwendeten die Antiqua als allgemeine Schrift dann im 18. Jahrhundert. Deutschland nahm in

dieser typographischen Tradition eine Sonderrolle ein. Bis 1941, als durch einen Erlaß der nationalsozialistischen Machthaber die Antiqua zur Allgemeinschrift erhoben wurde, fand sie lediglich für den Druck fremdsprachiger und lateinischer Texte Verwendung (Killius 1999: 68).<sup>6</sup>

Embora a continuação do uso da *Fraktur* tivesse sido controversa na Alemanha desde finais do século XIX (até houve uma *Allgemeiner Verein für Altschrift* [Associação Geral para a Escrita Antiga] que tentou impor a *Antiqua* no *Reich* alemão a partir de 1880), o relacionamento entre as escritas do alemão nos tempos modernos geralmente se aplicava o que Süß (1995: 6) resume retrospectivamente de maneira simplista: «Die *Fraktur* als langsam schreibbare Buchschrift, die *Kurrent* (von lat.: *currere* = laufen) als Konzept- und Verkehrsschrift und die stilistisch dazwischenstehende *Kanzlei* als Aktenreinschrift» [A *Fraktur* como a escrita impressa lentamente gravável, a *Kurrent* (de lat: *currere* = correr) como uma escrita de rascunho e de comunicação e a *Kanzlei* estilisticamente intermediária para a caligrafia de processos], uma realidade que Schneider (2014: 84-86) especifica desde o ponto de vista paleográfico:

Eine aus der Kanzleibastarda entwickelte, im frühen 16. Jahrhundert neu aufkommende Schriftart ist schließlich die Kurrentschrift. [...] Es ist eine rechtsschräge Schrift mit Schleifen an den Oberlängen und den stark verlängerten f- und f-Schäften der älteren Kanzleibastarden, aber mit zahlreichen kursiv in einem einzigen Federzug geschriebenen Formen wie g, p oder rundem s; h und z haben durchgezogene Schleifen an den Unterbögen, a und r werden in zwei mit kleinen Schleifen verbundene Bestandteile zerlegt, eine charakteristische Form hat das wie geknüpft wirkende e [...]. Diese Kurrentschrift ist die Grundlage

---

<sup>6</sup> [No início do século XVI, na impressão de livros ainda predominavam os tipos da tradição gótica. Gradualmente, a Antiqua começou a prevalecer, que inicialmente, porém, apenas era usada para textos humanísticos. A Itália, afinal, foi o primeiro país a passar para um uso geral da antiqua. França e Espanha seguiram na primeira metade do século XVI, enquanto na Inglaterra um uso uniforme da antiqua somente se tenha verificado por volta de 1700. A Holanda e a Suécia passaram a usar Antiqua como tipo geral desde o século XVIII. A Alemanha desempenhou um papel especial nessa tradição tipográfica. Até 1941, quando a antiqua foi elevada ao estatuto de tipo geral por um decreto dos governantes nacional-socialistas, ela somente foi usada para a impressão de textos em latim e em línguas estrangeiras modernas].

der späteren Schriften des 17.-19. Jahrhunderts für deutsche Texte, deren letzte Entwicklungsstufe noch bis zu ihrer Aufhebung 1941 in den deutschen Schulen als Grundschrift gelehrt wurde.<sup>7</sup>

Além disso, existe ainda outra escrita (desenvolvida e padronizada, enfim, a partir da variante oitocentista da *Kurrentschrift*) de inícios do século XX, que até hoje é provavelmente a escrita histórica alemã mais conhecida. Trata-se da ‘*Normschrift nach Ludwig Sütterlin*’ [escrita normal segundo Ludwig Sütterlin], ‘*Sütterlinschrift*’ [escrita de Sütterlin], muitas vezes só mencionada como ‘*Sütterlin*’.<sup>8</sup>

*Ludwig Sütterlin* (1865-1917), dessen Name oft fälschlich als Sammelbegriff für alle deutschen Schreibschriften verwendet wird, war der landläufig wohl bekannteste Erneuerer. Er stellte seine Buchstaben senkrecht, vereinfachte deren Formen auf ein Mindestmaß und legte die Lineatur auf das Verhältnis 1:1:1 fest. Seine Schulausgangsschrift [...] fand ab 1914 versuchsweise, ab 1924 verbindlich [...] in den preußischen Grundschulen Eingang und wurde bis 1930 bereits in den meisten deutschen Ländern im Unterricht verwendet [...] (Süß 1995: 7).

<sup>7</sup> [Uma escrita desenvolvida a partir da *bastarda de chancelaria*, que emerge em inícios do século XVI, é finalmente a escrita corrente. (...) É uma escrita cursiva com laços nas extremidades superiores e com as hastes de f e s das antigas bastardas de chancelaria fortemente alongadas, mas com numerosas formas cursivas escritas numa única pluma, como g, p ou s redondo; h e z têm laços contínuos nos arcos inferiores, a e r são divididos em duas partes ligadas por pequenos laços, o e que parece ligado tem uma forma característica [...]. Esta escrita corrente é a base das escritas posteriores dos séculos XVIII-XIX para textos alemães, cujo último estágio de desenvolvimento ainda era ensinado nas escolas alemãs como escrita básica até sua revogação em 1941]. Também Seidl (1996: 9) observa o seguinte em relação à forma de letra da *Kurrentschrift* ao longo dos séculos: «Gegen Ende des 16. Jahrhunderts hat die Kurrentschrift im großen und ganzen ihre bis in das 20. Jahrhundert gültige Form erhalten. Von dieser Zeit an ändern sich die Formen der Buchstaben bis auf einige wenige Ausnahmen kaum mehr [...], es modifiziert sich lediglich der Duktus (Gesamteindruck) der Schrift» [Até finais do século XVI, a escrita *Kurrent* recebeu largamente a sua forma válida até o século XX. A partir desse momento, as formas dos caracteres, com poucas exceções, dificilmente mudam [...], apenas muda o estilo (impressão geral) do tipo de letra].

<sup>8</sup> [*Ludwig Sütterlin* (1865-1917), cujo nome muitas vezes erroneamente é usado como um termo coletivo para todas as escritas cursivas alemãs, foi provavelmente o renovador mais conhecido do país. Ele colocou os seus caracteres verticalmente, simplificou as suas formas para um mínimo e definiu a lineatura para a proporção de 1: 1:1. A sua caligrafia oficial (...) foi utilizada provisoriamente a partir de 1914 e obrigatoriamente a partir de 1924 (...) nas escolas primárias prussianas e já era usada por 1930 na maioria dos estados alemães (...)].

Ao tomarmos em consideração as características das duas escritas impressas (*Antiqua* ~ *Fraktur*) e o estilo cursivo da *Kurrent* em comparação com a *Sütterlinschrift* atualmente escrita, baseadas no alfabeto alemão estas escritas podem ser retratadas da seguinte maneira (fonte TrueType ‘Times New Roman’ em comparação com ‘Leipzig Fraktur’, ‘Wiegel Kurrent’, ‘Sütterlin’, veja-se também o resumo em Seidl 1996: 14):

Kleinbuchstaben letras minúsculas	Kleinbuchstaben letras minúsculas												<i>Kleinbuchstaben letras minúsculas</i>												<i>Kleinbuchstaben letras minúsculas</i>											
Antiqua	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z										
Fraktur	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z										
Kurrent	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z										
Sütterlin	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z										
Großbuchstaben letras minúsculas	Großbuchstaben letras minúsculas												<i>Großbuchstaben letras minúsculas</i>												<i>Großbuchstaben letras minúsculas</i>											
Antiqua	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z										
Fraktur	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z										
Kurrent	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z										
Sütterlin	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z										

Para além disso, na escrita *Fraktur*, ainda são de considerar as ligaduras alográficas, resultantes da tradição manuscrita ou da prática tipográfica, como <ch, d, ff, fi, fl, ft, ss, st, tz> para <ch, ck, ff, fi, fl, ft, ss, st, tz> (veja-se também Killius 1999: 122).

Por outro lado, foi com a data de 3 de janeiro de 1941 (Plata 1999: 68; Beck 2006: 264; Reibold 2010: 10), que a *Fraktur* (e com ela também a vertente manuscrita da *Sütterlinschrift*, vinculada à *Fraktur* desde 1924), teve um fim abrupto e inesperado: uma vez que o governante nacional-socialista Adolf

Hitler julgou ver na versão *Fraktur* da chamada ‘escrita de Schwabach’<sup>9</sup> uma ferramenta dos judeus residentes na Alemanha, mandou divulgar pelo chefe da chancelaria do partido Martin Bormann o chamado ‘Normalschrifterlass’. Com esta circular partidária (!), a ‘escrita gótica’ caiu em descrédito e declarou-se que no futuro a *Antiqua* deveria ser considerada como ‘escrita normal’ para a correspondência pública.

				
<p><b>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei</b></p> <p>Der Stellvertreter des Führers München 33, den 31. Januar 1941</p>				
<p>Stabsleiter z.Zt. Obersalzberg, den 31.1.1941</p>				
<p><u>Rundschreiben</u></p> <p>(Nicht zur Veröffentlichung).</p>				
<table border="1" style="border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">Reichs- Studentenführung</td> <td style="padding: 2px;">B.B. Nr.</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Eing. 9 JAN 41</td> <td style="padding: 2px;">Z. d. A.</td> </tr> </table>	Reichs- Studentenführung	B.B. Nr.	Eing. 9 JAN 41	Z. d. A.
Reichs- Studentenführung	B.B. Nr.			
Eing. 9 JAN 41	Z. d. A.			
<p>Zu allgemeiner Beachtung teile ich im Auftrage des Führers mit:</p> <p>Die sogenannte gotische Schrift als eine deutsche Schrift anzusehen oder zu bezeichnen ist falsch. In Wirklichkeit besteht die sogenannte gotische Schrift aus Schwabacher Judenlettern. Genau wie sie sich später in den Besitz der Zeitungen setzten, setzten sich die in Deutschland ansässigen Juden bei Einführung des Buchdrucks in den Besitz der Buchdruckereien und dadurch kam es in Deutschland zu der starken Einführung der Schwabacher Judenlettern.</p> <p>Am heutigen Tage hat der Führer in einer Besprechung mit Herrn Reichsleiter Amann und Herrn Buchdruckereibesitzer Adolf Müller entschieden, dass die Antiqua-Schrift künftig als Normal-Schrift zu bezeichnen sei. Nach und nach sollen sämtliche Druckerzeugnisse auf diese Normal-Schrift umgestellt werden. Sobald dies schulbuchmässig möglich ist, wird in den Dorfschulen und Volksschulen nur mehr die Normal-Schrift gelehrt werden.</p> <p>Die Verwendung der Schwabacher Judenlettern durch Behörden wird künftig unterbleiben; Ernennungsurkunden für Beamte, Strassenschilder u. dergl. werden künftig nur mehr in Normal-Schrift gefertigt werden.</p> <p>Im Auftrage des Führers wird Herr Reichsleiter Amann zunächst jene Zeitungen und Zeitschriften, die bereits eine Auslandsverbreitung haben, oder deren Auslandsverbreitung erwünscht ist, auf Normal-Schrift umstellen.</p>				
<p>F.d.R.: <u>Verteiler:</u> Reichsleiter, Gauleiter, Verbandsführer.</p>	<p>gez. M. Bormann.</p>			

Fac-símile da circular de Martin Bormann (Fonte: Plata 1999: 69).<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Schwabach é uma cidade do distrito de *Mittelfranken*, no Estado Federado da Baviera (*Bayern*) e perto da cidade de Nürnberg. De maneira muito vaga, o gueto dos judeus de Schwabach costuma ser relacionado com a fundição das letras e da impressão de livros em finais do século XV.

<sup>10</sup> [Não se traduzem o cabeçalho, a lista de distribuição ou a assinatura:

## Observações finais

Bernd Marizzi assinala com razão que a bisritualidade<sup>11</sup> da língua alemã, codificada nas obras metalinguísticas de alemão como língua estrangeira, no período anterior a 1941 exigiram aos estudantes da língua alemã uma enorme esforço adicional, já que estes, para além das peculiaridades da pronúncia e das extensas regras da gramática alemã, também tinham de dominar pelo menos três dos quatro repertórios de caracteres impressos e manuscritos *supra* referidos se eles desejassem obter a capacidade da leitura e da escrita em alemão:

Stehen in unserer heutigen Sicht diese Schwierigkeiten mit Texten der deutschen Sprache vor 1941 unter einer rein historischen Perspektive, so handelte es sich dagegen für Deutschlernende jener Zeit im nichtdeutschsprachigen Ausland um ein gravierendes aktuelles Problem, das den Erfolg ihrer Annäherung an

---

Circular

(Não para publicação)

Para atenção geral, faço o seguinte anúncio por ordem do Führer:

Considerar ou designar a chamada escrita gótica como uma escrita alemã está errado. Na realidade, a chamada escrita gótica consiste em letras judias de Schwabach. Tal como mais tarde assumiram o propriedade dos jornais, por ocasião da introdução da impressão os judeus residentes na Alemanha assumiram a propriedade das tipografias e, assim, deu-se na Alemanha a maciça introdução das letras judias de Schwabach.

No dia de hoje, o Führer decidiu, numa conversa com o Senhor Reichsleiter Amann e o dono de tipografia Herr Adolf Müller, que a escrita Antiqua no futuro deve ser designada como escrita normal. Todas as publicações devem ser gradualmente convertidas para esta escrita normal. Assim que for viável em termos de manuais didáticos, somente a escrita normal será ensinada nas escolas de aldeia e nas escolas de ensino primário.

O uso das letras judias de Schwabach por entidades oficiais será evitado no futuro; diplomas de nomeação para funcionários públicos, placas de rua etc., no futuro somente serão produzidas em escrita normal.

Por ordem do Führer, O Senhor Reichsleiter Amann converterá em primeiro lugar para a escrita normal]

<sup>11</sup> Para além disso, no espaço de língua alemã observava-se ao mesmo tempo a situação de «[...] einer freien, diasituativen Zweischriftigkeit (*Biglyphismus*), in der aber mehr als 80 % der deutschsprachigen Texte in Fraktur und anderssprachige Texte (oder Textteile) in Antiqua gesetzt werden [...]» [uma coocorrência de duas escritas (*biglifsimo*) livre e diassituativa, em que mais de 80% dos textos em língua alemã eram compostos em Fraktur e outros textos de outras línguas (ou partes de textos) eram compostos em Antiqua (...)] (Marizzi 2012b: 190), na qual, por exemplo, inserções latinas ou de outras línguas em textos vernaculares alemães eram regularmente distinguidas por meios tipográficos.

die deutsche Sprache und die dazugehörigen Kulturen insofern erschwerte, als die Lernenden sich nicht nur auf linguistischer Ebene ein neues Zeichensystem aneignen mussten, sondern auch neue Zeichensysteme auf graphemischer Ebene, denn im strengen Sinn mussten sie vier Gruppen von neuen Schriftzeichen rezipieren und produzieren. Zu den schon bekannten Groß- und Kleinbuchstaben der Lateinschrift kamen neu hinzu: Groß- und Kleinbuchstaben der deutschen Druckschrift (Fraktur) sowie Groß- und Kleinbuchstaben der deutschen Handschrift (Kurrent/ Sütterlin) (Marizzi 2012b: 188).<sup>12</sup>

Entre os doze manuais de alemão para um público-alvo português que apresentámos e discutimos na nossa recente tese de doutoramento (Kemmler 2018), nenhum dos autores da tradição metalinguística portuguesa prescinde da reprodução de palavras alemãs em *Fraktur*, havendo inclusive alguns autores que atribuem um papel importante à Kurrentschrift (assim, por exemplo, Apell 1906, I: 10-34). Neste sentido, parece óbvio que a observação de Marizzi, tecida em relação à gramaticografia espanhola de língua alemã, parece semelhantermente verdadeira no tocante aos inícios da tradição portuguesa correspondente:

Es etablierte sich also in Spanien im Laufe des 19. Jahrhunderts eine Konvention der Zweischriftigkeit in spanischen Deutschgrammatiken, in denen der deutsche Text in Fraktur und der spanische in Antiqua gedruckt wurden (Marizzi 2012b: 201).<sup>13</sup>

Com pequenas alterações, a afirmação *supra* de Bernd Marizzi pode ser aplicada à situação do assunto deste artigo da seguinte forma: Tal como em Espanha, também em Portugal estabeleceu-se uma convenção de biculturalidade

<sup>12</sup> [Se, desde o ponto de vista de hoje, estas dificuldades com os textos da língua alemã anteriores a 1941 não passam de uma perspectiva puramente histórica, para os estudantes de alemã em países de língua não alemã da época constituíam um problema atual sério, que dificultava o sucesso da sua aproximação à língua alemã e às culturas relacionadas no sentido em que os estudantes não apenas tinham que adquirir um novo sistema de signos a nível linguístico, mas também novos sistemas de signos a nível grafémico, pois no sentido estrito tiveram que receber e produzir quatro grupos de caracteres. Além das já conhecidas letras maiúsculas e minúsculas da escrita latina, acrescentaram-se: letras maiúsculas e minúsculas da letra de forma (*Fraktur*), bem como letras maiúsculas e minúsculas da letra manuscrita alemã (*Kurrent* / *Sütterlin*)].

<sup>13</sup> [Assim, no decorrer do século XIX, estabeleceu-se na Espanha uma convenção de biculturalidade nas gramáticas espanholas da língua alemã, nas quais o texto em alemão era impresso em Fraktur e o espanhol em Antiqua].

nos manuais portugueses da língua alemã, nomeadamente no sentido de os respetivo texto alemão ser sempre impresso em *Fraktur* e o português em *Antiqua*!

## Referências bibliográficas

- APELL, A[lfred]. **Nova grammatica theorica e prática para o estudo da língua alemã**. Por A. Apell, Revista por Z. Consiglieri-Pedroso, Lente do curso superior de letras, Paris; Lisboa: Guillard, Aillaud & C.<sup>ia</sup> Casa editora e de comissão, 1897.
- APELL, A[lfred]. **Nova grammatica theorica e prática para o estudo da língua alemã**. Por A. Apell, Autor da Grammatica aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Publica e adoptada para o 3.º ano, Revista por Z. Consiglieri-Pedroso, Lente do curso superior de letras, Paris; Lisboa: Guillard, Aillaud & C.<sup>ia</sup> Casa editora e de comissão, 1898a.
- APELL, A[lfred]. **Selecta de Leituras Allemãs: IV, V, VI Classe dos Lyceus**. Paris; Lisboa: Guillard, Aillaud & C.<sup>ia</sup> Casa editora e de comissão (Ensino Secundario Official), 1898b.
- APELL, A[lfred]. **Grammatica Allemã: primeira parte**, por A. Apell, Lente no Curso Superior de Letras, Lisboa: Ferreira & Oliveira, Limitada, Editores, 1906, I.
- BECK, Friedrich. "Schwabacher Judenlettern": Schriftverruf im Dritten Reich. In: Brachmann, Botho / Knüppel, Helmut / Leonhard, Joachim-Felix / Schoeps, Julius H[ans] (Hrsg.). **Die Kunst des Vernetzens Festschrift für Wolfgang Hempel**. Berlin: Verlag für Berlin-Brandenburg, p. 251-269, 2006.
- BUNČIĆ, Daniel. **Biscriptality in Slavic and non-Slavic languages: a sociolinguistic typology**, unveröffentlichte Habilitationsschrift, Tübingen: Universität Tübingen, 2011.
- BUNČIĆ, Daniel. History of theoretical research on biscriptality. In: Bunčić, Daniel / Lippert, Sandra L. / Rabus, Achim (eds.). **Biscriptality: A sociolinguistic typology**. With contributions by Anastasia Antipova, Carmen Brandt, Ekaterina Kislova, Henning Klöter, Alexandra von Lieven, Sandra L. Lippert, Helma Pasch, Achim Rabus, Jürgen Spitzmüller, Constanze Weth, on behalf of the Heidelberg Academy of Sciences and Humanities, the State Academy of Baden-Württemberg, Heidelberg: Universitätsverlag Winter (Akademiekonferenzen; 21), p. 27-50, 2016.

- CAMPOS, A[gostinho] de. **Grammatica alemã**, por A. de Campos. Professor do Lyceu Central de Lisboa, Paris; Lisboa: Aillaud & C.<sup>ia</sup> Casa Editora e de Comissão (Ensino Secundario Official: Curso Transitorio), 1898a.
- CAMPOS, A[gostinho] de. **Leituras alemãs**. Paris; Lisboa: Aillaud & C.<sup>ia</sup> Casa Editora e de Comissão (Ensino Secundario Official: Curso Transitorio), 1898b.
- CORVO SÁNCHEZ, María José. **Juan Ángel de Zumaran: un maestro de lenguas español entre los alemanes en el siglo XVII: Una aportación a la historia de la enseñanza de lenguas extranjeras**. Salamanca: Universidad de Salamanca, Facultad de Filología, tesis doctoral, 2002.
- CORVO SÁNCHEZ, María José. **Los libros de lenguas de Juan Ángel de Zumaran: La obra de un maestro e intérprete de lenguas español entre los alemanes del siglo XVII** Frankfurt am Main; Berlin; Bern; Bruxelles; New York; Oxford; Wien: Peter Lang (SABEST Saarbrücker Beiträge zur Sprach- und Translationswissenschaft; 12), 2007.
- CORVO SÁNCHEZ, María José. **Juan Ángel de Zumaran: maestro de lenguas extranjeras en el siglo XVII, Una aportación a la historia de la enseñanza de lenguas extranjeras**. Saarbrücken: Editorial Académica Española; Lap Lambert Academic Publishing, 2011.
- GLÜCK, Helmut: *Schriften im Kontakt*. In: Günther, Hartmut / Ludwig, Otto (Hrsg.). **Schrift und Schriftlichkeit: Writing and its Use, Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung**, An Interdisciplinary Handbook of International Research, 1. Halbband / Volume 1, Berlin; New York: Walter de Gruyter (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft; Handbooks of Linguistics and Communication Science; HSK 10.1), p. 745-766, 1994.
- KEMMLER, Rolf. **Die Anfänge des Deutschlernens und -lehrens in Portugal: die frühesten Deutschlehrwerke (1863-1926) als Reflex der 'Grammatik-Übersetzungsmethode'?**. Vigo: Universidade de Vigo, Escola Internacional de Doutoramento, tese de doutoramento, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11093/1093>,
- KILLIUS, Christina. **Die Antiqua-Fraktur-Debatte um 1800 und ihre historische Herleitung**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag (Mainzer Studien zur Buchwissenschaft; 7), 1999.
- KÜHN, Julius. **Gramatica alemana, precedida de un cuadro histórico del origen y progresos de esta lengua**, por Don Julio Kühn, Oficial de la Secretaría de la Interpretación de Lenguas, de orden superior, Madrid: En la Imprenta Nacional, 1844.

- MARIZZI, Bernd. **La Gramática de la Lengua Alemana** de Antonio de Villa (1792): fuentes y correctores. *Revista española de lingüística aplicada* 25, p. 133-146, 2012a.
- MARIZZI, Bernd. Zweischriftigkeit in frühen Deutschgrammatiken in Spanien. *Sprachwissenschaft*. 37/2, p. 187-212, 2012b.
- MARTINS, António. **Antonij martini primi quondã huius artis pastra ne in alma vniuersitate Ulixbonensi preceptoris**, materierũ editio a baculo cecorum breuiter collecta incipit /// Jmpressum vero Ulixbone per Ualentinũ ferdinandi de morauia. Anno incarnationis domini Millesimo quadringentesimo nonagesimo septimo. Die vero, xx. mensis junij, 1497.
- OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. /// Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua Portuguesa. por mandado do muy manifico senhor dom Fernando Dalmada em Lixbõa. ã casa d[e] Germão galharde a. xxvij. dias do mes de Janeyro de mil & q[ui]nhētos & trinta & seis annos de nossa saluaçam. Deo gratias, 1536.
- OVERGAAUW, Eef. Die Nomenklatur der gotischen Schriftarten bei der Katalogisierung von spätmittelalterlichen Handschriften. **Codices manuscripti & impressi** 15, p. 100-106, 1994.
- PASTRANA, Juan de; ROMBO, Pedro. **Grāmatica pastrane** /// Incipit compendium breue et vtile: siue tractatus intitulatus: Thesaurus pauperum siue speculum puerorum editum a magistro Johãne de pastrana. /// [Jmpressa vero Ulixbone per Ualentinũ ferdinandi de morauia. Ad laudẽ õipotentis dei eiusq̃ genitricis Millesimo quadringentesimo nonagesimo septimo. vj. kalendas Junij], 1497.
- PLATA, Michael. Die Abschaffung der Deutschen Schrift in schleswig-holsteinischen Tageszeitungen 1941-44. **Demokratische Geschichte**: Jahrbuch des Beitrats für Geschichte in der Gesellschaft für Politische Bildung Schleswig-Holsteins *e. V.* 12, p. 61-76, 1999.
- REIBOLD, Janina. Verbot der Frakturschriften durch die Nationalsozialisten. **un!mut: Zeitschrift an der Uni Heidelberg** 206/05 (Themenheft: Nationalsozialismus in Heidelberg, 7. Juli 2010), p. 16, 2010.
- ROMBO, Pedro. **Matariarum editio ex baculo cecorũ a petro rombo in artibus baccalario breuiter collecta incipit**. /// Jmpressa vero Ulixbone per Ualentinũ ferdinandi de morauia. Ad laudẽ *omnipotentis* dei eiusque genitricis Millesimo quadringentesimo nonagesimo septimo. vj. kalendas Junij, 1497.
- SCHNEIDER, Karin. **Paläographie und Handschriftenkunde für Germanisten**: Eine Einführung, 3., durchgesehene Auflage. Berlin; New York:

- De Gruyter (Sammlung kurzer Grammatiken germanischer Dialekte: B, Ergänzungsreihe; 8), 2014.
- ŠEDIVÝ, Juraj.: **Mittelalterliche Schriftkultur im Pressburger Kollegiatkapitel**. Bratislava: Chronos, 2007.
- SEIDL, Johannes. **Schriftbeispiele des 17. bis 20. Jahrhunderts zur Erlernung der Kurrentschrift**: Übungstexte aus Perchtoldsdorfer Archivalien, 2. Auflage, Perchtoldsdorf: Marktgemeinde Perchtoldsdorf (Schriften des Archivs der Marktgemeinde Perchtoldsdorf, 1), 1996.
- SÜß, Harald. **Deutsche Schreibrift**: Lesen und Schreiben lernen: Lehrbuch, Augsburg: Augustus-Verlag, 1995.
- VILLA, Antonio de. **Gramatica de la lengua alemana**: dividida en tres partes, la primera trata de la forma número, sonido y pronunciacion de las Letras, con las reglas generales de la Prosodia y Ortografia; la segunda procede por todas las partes de la Oracion y la tercera contiene las reglas de la Sintáxis o Contruccion Alemana, con un apendice que contiene por orden alfabetico los generos de los Nombres Substantivos, y concluidos se añade una recopilacion de terminos pertenecientes á diversas facultades; y otra al fin de frases escogidas para empezar a hablar en cosas familiares con la propiedad que corresponde, obra utilissima para la nacion española, Compuesta y arreglada á los preceptos de los dos mejores Maestros Alemanes Matias Kramer, y Juan Christoval Gottsched, Por el padre Lector Fr. Antonio de Villa, del Orden de Predicadores, Cura de Extrangeros de los Reales Hospitales General y Pasion de esta Corte, En Madrid: en la Imprenta Real, 1792.
- ZUMARAN, Juan Ángel de. **Thesaurvs fvndamentalis qvinque lingvarvm**: hoc est, liber ex qvo velvti clivite cornv copiæ rectissima eaqve facillima methodo, quidquid ad pronvntiationem, nominum, iuxta ac verborum inflexionem, Dialogos item & proverbialia, ac tandem ad ipsa quinq[ue] totius Europæ primariarum Linguarum, videlicet Latinæ, Hispanicæ, Gallicæ, Italicæ & Germanicæ Fundamenta spectare potest, quasi nullo negotio depromitur, & ad oculum demonstratur, Pars prima, In gratiam omnium Natrinum Compositus, Ingolstadtii: Typis Wilhelmi Eder, Svmptibvs Avctoris, 1626.

Articulista convidado

# O QUIMBUNDO EM CINCO TESTEMUNHOS GRAMATICAIS

## KIMBUNDU LANGUAGE ACCORDING TO FIVE GRAMMARS

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

mcarlota.rosa@gmail.com

### Resumo:

O presente artigo tem por objetivo servir de introdução ao estudo de uma linguística africana em português, pré-saussureana, que começou a ser escrita no século XVII. Focalizou-se aqui o quimbundo, na medida em que essa língua foi objeto de descrições entre os séculos XVII e XIX, o que permite acompanhar as mudanças introduzidas na descrição linguística ao longo do período.

### Palavras-chave:

tradição gramatical - línguas africanas - quimbundo - séculos XVII-XIX

### Abstract:

This paper aims at introducing the study of a pre-saussurean African linguistics written in Portuguese. Kimbundu was focused here, as this language was the subject of descriptions between the seventeenth and nineteenth centuries, which allows us to follow the changes introduced in the linguistic description throughout the period.

### Keywords:

grammatical tradition – African languages – Kimbundu -17th to 19th centuries

## **1. O surgimento de uma linguística africana**

O interesse europeu no estudo das línguas africanas subsaarianas começa a crescer a partir do século XVII em decorrência dos esforços de evangelização e de interesses econômicos. São do século XVII gramáticas sobre o congo

(1659)<sup>1</sup>, sobre o gueês — ou gueze ou ge'ez — (1661)<sup>2</sup>, sobre o amárico (1698)<sup>3</sup>, mas também sobre o quimbundo (1697)<sup>4</sup>. Entre os trabalhos pioneiros desse campo específico de estudos que então tinha início e viria a ser conhecido como *Linguística Africana* estão gramáticas escritas em português.

Este texto tem por objetivo servir de introdução ao estudo de cinco gramáticas do quimbundo escritas em português entre os séculos XVII e XIX, indicadas no *Quadro 1*.

Autor	Título	Acesso	Publicação
Pedro Dias, S.J. (?1621-1700)	<i>Arte da língua de Angola</i>	BNRJ (OR 97, 2, 15); USP/IEB (LR I 33) disponível na internet	Lisboa, 1697
Bernardo Maria de Canneccattim, O.F.M.Cap. (1749-1834)	<i>Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda ou angolense</i>	BNRJ (Obras Raras, 097, 03, 25; OG II-252,4,34) disponível na internet	Lisboa, 1805
Saturnino Souza e Oliveira (1824-1871) & Manuel Alves de Castro Francina (fl. séc. XIX)	<i>Elementos gramaticaes da lingua nbundu</i>	BNRJ (OR 97, 3, 26)	Luanda, 1864
Héli Chatelain, (1859-1908), Igreja Metodista Episcopal; Mission Philafricaine	<i>Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola</i>	disponível na internet	Genebra, 1888-89
Ladislau Batalha (1856-1939)	<i>A língua de Angola</i>	BNRJ, ANEXO II-637,1,16,n.1 disponível na internet	Lisboa, 1891

### Quadro 1: O corpus

Embora raras, tais obras já não são de difícil acesso devido à internet. As dificuldades na leitura desses textos não emergem nem da letra nem do

<sup>1</sup> Brusciotto de Vetralla, Giacinto (*O.F.M. Cap*). 1659. *Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam redactae*. Rome: Sac. Congreg. de Propaganda Fide. [\*Regras para mais fácil compreensão do difícilimo idioma do Congo, redigidas no modo de normas gramaticais\*].

<sup>2</sup> Ludolf, Hiob. 1661. *Grammatica aethiopica*. London: Thomas Roycroft.

<sup>3</sup> Ludolf, Hiob. 1698. *Grammatica linguae amharicae, quae vernacula est Habessinorum in usum eorum qui cum antiqua hac et praeclara natione christiana conversari volent, edita*. Frankfurt: Johann David Zunner.

<sup>4</sup> A *Arte* de Pedro Dias, S. J., focalizada neste texto.

português em que foram redigidas: têm por base a distância que separa esses textos da linguística atual.

Embora já distantes no tempo, dado o número de republicações recentes pode-se afirmar que a repercussão da *Arte*, das *Observações* e da *Gramática Elementar* ainda se faz sentir. A obra de Dias teve pelo menos três edições desde 2006<sup>5</sup>, além de estar disponível na íntegra na internet pela Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP) e através do Internet Archive. Para a *Collecção de Observações* de Cannecattim há sete fac-símiles recentes sob demanda<sup>6</sup> sobre a edição de 1859, uma edição e estudo sobre o texto de 1805 preparados por Gonçalves (2014), disponibilizadas ainda as edições de 1805 e a de 1859 na internet. Para a gramática de Chatelain, mais fac-símiles<sup>7</sup> e também a obra disponibilizada integralmente na internet.

Os títulos das obras aqui focalizadas registraram as diferentes denominações que essa língua recebeu dos estrangeiros ao longo dos séculos: *língua de Angola*, *língua angolense*, *língua bunda* e *Kimbundu*. As duas primeiras denominações identificavam a língua com referência à área então conhecida pelos europeus como Angola ou Costa de Angola e perderiam espaço à medida em que se expandiam as fronteiras dessa Angola sob domínio português para áreas em que outras línguas eram faladas. A denominação *língua bunda* tornara-se a predominante no século XIX na literatura portuguesa e estrangeira (CHATELAIN, 1888-89: xi), embora fosse “*quasi um termo obsceno na lingua que pretende designar*” (CHATELAIN, 1888-89: xi)<sup>8</sup>. Segundo Batalha, Chatelain foi o primeiro a defender o emprego de *quimbundo* para designar a língua, porque era essa a denominação que lhe era dada por seus falantes. Nas palavras de Chatelain,

Kimbundu [...] é o termo vernaculo, dizendo os pretos d’ Angola, os **a-mbundu**: o kimbundu, em kimbundu, fallar kimbundu [...]. Os vocabulos **mu-mbundu**, *um preto* ou *uma preta*, **a-mbundu**, *pretos* ou *pretas* e **ki-mbundu**, *linguagem de pretos* constam de uma base commum **mbundu** e dos prefixos **mu-**, **a-** e **ki-**,

<sup>5</sup> Em 2006, edição fac-similar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro; em 2010, edição por José Barbosa Machado (Braga: Edições Vercial); em 2013, fac-símile, edição e estudo por Maria Carlota Rosa (Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj).

<sup>6</sup> Fac-símiles: Facsimile Publisher, 2015; Ulan Press, 2012; Nabu Press, 08/2011 e 11/2011; Kessinger Publishing, 04/2010 e 09/2010; uma não datada e sem local de publicação.

<sup>7</sup> Fac-símiles da edição de 1888-1889: Scholar’s Choice, 2015; Kessinger Publishing, 2013, 2009 e outra s.d.; edição francesa pela Book on Demand Ltd, 2013.

<sup>8</sup> E é termo empregado por Robert Cust na introdução mesma à gramática de Chatelain e em *A sketch of modern languages of Africa* (1863: II, 393).

significando **mu-** pessoa, **a-** pessoas e **ki-** linguagem.  
(CHATELAIN, 1888-89: xi).

Às denominações que deveriam ser evitadas, Chatelain juntou *ambundo*, então em uso entre “*os brancos de Angola*”. *Ambundo* significaria “*os pretos, não sua linguagem*” e, assim como *bunda*, não era usada “*pelos indígenas que fallam a lingua em questão*” (CHATELAIN, 1888-89: xi). Passados mais de cem anos,

a utilização da palavra kimbúndù é uma realidade incontestada [...]tanto na designação de sua língua quanto de seu grupo étnico, em preferência sobre o termo ‘ambundo’ [...] o nome múmbúndù (singular de àmbúndù), em contrapartida, ainda é utilizado pelos falantes de quimbundo para designar qualquer homem negro africano, por oposição a mündélè, qualquer homem branco, seja ele africano ou não.

(XAVIER, 2010: 4).

Batalha (1891: 8) registraria ainda o emprego de *umbundo*, sublinhando, porém, que não se tratava da mesma língua e que essa denominação se referia às “*linguagens que se falam de Benguella até muito ao sul do Cunene*”.

A seleção de obras aqui apresentada — e a conseqüente delimitação do período — acompanha a transição de uma fase de forte influência da tradição gramatical greco-latina para uma outra, que procurava compreender a relação entre linguagem e evolução. A seleção de obras permite também perceber os caminhos da cristianização da África: processo inicialmente católico, com a missão subordinada à Coroa portuguesa por força de um conjunto de bulas papais e, mais tarde, diretamente ao Papa, que fazia chegar os primeiros capuchinhos ao Congo; a partir do final do século XVIII, torna-se marcante a presença protestante (PAWLIKOVÁ-VILHANOVÁ, 2007). Em termos bastante esquemáticos, o caminho indicado no *Quadro 2* (BONVINI, 1996b; PETTER, 2015, que remete o leitor a Bonvini<sup>9</sup>):

<sup>9</sup> Petter (2015), em nota, no tocante à periodização, remete o leitor a curso ministrado na USP em agosto de 2010 por Emilio Bonvini.

Primeiras descrições de línguas africanas		
séculos XVI- -XVIII	fase católica e portuguesa	línguas africanas: instrumentos de salvação; modelo de descrição: latim (PETTER, 2015: 30)
século XIX	fase protestante e anglo-alemã	multidão de línguas: obstáculo à colonização; modelo de descrição: indoeuropeu (PETTER, 2015: 30)

Quadro 2: Esboço de periodização dos primórdios da Linguística Africana

Pedro Dias e Bernardo Maria de Cannecattim, respectivamente um jesuíta e um capuchinho, estavam ligados à Igreja Católica e a Portugal; Héli Chatelain, inicialmente missionário da Igreja Metodista Episcopal, mais tarde da *Mission Philafricaine*, exemplificou o crescimento do número de estudos linguísticos sobre línguas africanas ligados a missões protestantes no século XIX.

Desmond Cole associou a filiação missionária às diferenças no modelo descritivo. Para ele, a linguística missionária católica dos séculos XVII e XVIII, mais do que a linguística missionária do século imediatamente seguinte, crescentemente protestante, tratou as línguas de modo comparável à cama de Procrusto<sup>10</sup> (“*procrustean linguistic methods*”). Em outras palavras: o latim, tal como a cama de Procrusto, era a medida a que todas as línguas deveriam adequar-se:

Most of the African linguistic work of the seventeenth and eighteenth centuries was done by Roman Catholic missionaries, particularly of the Jesuit and Capuchin Orders, and was characterized by what has been termed a ‘mediaeval Latin approach’ to the analysis and description of the languages. [...] the nineteenth century saw the advent of less procrustean linguistic methods, and of the new Protestant era which stimulated production of most of the work done since 1830. (COLE, 1971: 4)

No tocante às obras não missionárias do conjunto aqui focalizado, a aplicação às línguas africanas dos princípios estabelecidos nos estudos histórico-comparativos, o clima favorável a discussões acerca da evolução conduzem a uma nova fase na segunda metade do século XIX, aqui exemplificada com Souza e Oliveira & Francina e Ladislau Batalha.

<sup>10</sup> Personagem mítico que matava suas vítimas ou pela amputação das partes do corpo que excedessem o comprimento de sua cama, ou, se fossem indivíduos pequenos, pelo estiramento longitudinal até que ficassem do comprimento da cama.

## 2. Em português sobre o quimbundo

O fato de essas obras estarem *em português* reflete uma linguística que emergiu do encontro colonial. No final do século XVI, em 1571, o rei D. Sebastião de Portugal concedia a Paulo Dias de Novais (ca. 1510-1589) “*trinta [e] çinquo legoas de terra na costa do dito Reynno dAngola, que começará no rio Quanza e agoas vertentes a elle pera o Sul e êtrará pella terra dentro tanto quãto poderem êtrar e for de minha conquista*” (BRÁSIO, 1953:III, 37). Com a contrapartida de ajuda na ocupação do território, Novais cederia terras e dízimos à Companhia de Jesus<sup>11</sup>.

Impulsionada pela importância de Luanda como porto negreiro do Atlântico já no século XVII (ALENCASTRO, 2000: 288), a necessidade missionária da produção de materiais para o estudo de quimbundo ultrapassaria o pequeno território em que o quimbundo era autóctone e alcançaria o Brasil, destino de boa parte dos tumbeiros que de lá partiam<sup>12</sup> — pelo menos até 1831, quando da proibição da importação de escravos, processo que se intensificaria com o aumento de medidas de repressão ao tráfico em 1850<sup>13</sup> e com a abolição da

<sup>11</sup> Brásio (1988: XV: 268): Carta de doação de Paulo Dias de Novais aos padres da Companhia (18-10-1581); também Brásio (1988: XV: 333-340), “Fundação de um colégio em Angola dos padres da Companhia (15-6-1593)” e Brásio (1988: XV: 368-373), “Informação do Reino de Angola e das suas minas de prata e sal (século XVI)”.

<sup>12</sup> Thornton (2010: 49): “*mais de 80% dos escravos que chegavam à América espanhola eram procedentes dos portos de Luanda e, em alguns anos, tal número chegou a 100%. Considerando-se que a remessa de escravos para a América Portuguesa envolvia tarifas mais baixas e menos problemas para os traficantes radicados na Angola, parece provável que o Brasil recebesse uma mistura similar de africanos escravizados. Uma série de conjunções, incluindo o fato de Pernambuco ter assumido o controle do contrato com Angola e as campanhas ativistas dos governantes angolanos, principalmente após o governo de Bento Banha Cardoso (1611-1615), culminaram em guerras portuguesas muito bem-sucedidas em Angola, bem como na escravização de milhares de pessoas, especialmente ao leste de Luanda, onde se falava Kimbundu. Esses angolanos se espalharam por algumas regiões das Américas, como a Bahia e Pernambuco, e pelas Américas espanholas, cuja prosperidade e produção favoreciam a importação de escravos*”.

<sup>13</sup> Com a Lei Nº 581 de 4 de setembro de 1850, que se tornaria conhecida como *Lei Eusébio de Queirós*. Esse documento dispunha que “*As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. Aquellas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximamente desembarcado, porém que se encontrarem com os signaes de se empregarem no trafico de escravos, serão igualmente apprehendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos*”.

escravidão em 1888. Por outro lado, na Angola oitocentista, entre aqueles que se reconheciam como *filhos do país* (RIBEIRO, 2012: 12-13; MARZANO, 2013: 13) — angolenses negros e mestiços que “*dominavam a língua portuguesa e outros códigos culturais europeus*” (MARZANO, 2013: 13) — criou-se um movimento de valorização da própria cultura e das línguas locais, que gerou dicionários, cartilhas e gramáticas para que essa população — escolarizada em português — estudasse formalmente sua língua. Para isto a introdução da imprensa em Angola em 1845 (MOSER, 1986: 290) foi fator relevante.

O português se difundira para além das fronteiras de Angola e em muitos lugares da África era uma língua franca, em especial por conta de uma elite luso-africana que começara a se formar no século XVII, em geral com o quimbundo como língua materna, situação que levou Heintze a concluir que

a difusão e o uso da língua portuguesa não constituíram um fenômeno isolado no interior do continente africano, assentando sim num contexto extremamente complexo. Integravam-se num vasto intercâmbio, em que os artigos de comércio importados e exportados estavam em primeiro plano, mas que, na realidade, era muito mais abrangente e que incentivou múltiplos processos de apropriação e inovação.

(HEINTZE, 2004-2005)

Houve quem revelasse seu desagrado com o emprego do português nessas obras. Foi o caso de Robert Cust (1821-1909), funcionário da administração colonial britânica e linguista (SMITH, 1885-1912), colaborador da *Church Missionary Society* e da *Society for the Propagation of the Gospel*, que, em pelo menos dois momentos, lamentou que essa bibliografia não estivesse escrita em “*uma das grandes línguas da Europa*”: no seu *A Sketch of the Modern Languages of Africa* (CUST, 1883: II, 394) e na introdução que escreveu para a *Gramática Elementar* de Héli Chatelain (1888-1889: v).

### 2.1. *Em português para quem? A expansão do público-alvo*

A defesa ou a crítica de estar *em português* levanta perguntas acerca de por quem essas gramáticas foram originalmente escritas e a que estudantes de quimbundo se destinavam.

No ambiente missionário, as línguas autóctones das colônias eram o instrumento “*para a conversão das almas*”; fora dele, seu aprendizado não despertava

muito interesse, não obstante a produção de listas de palavras e expressões tenha tido uso entre navegadores e comerciantes (AGWUELE, 2008:13-14). Mesmo para os companheiros na missão, no entanto, parece ter sido necessário explicar que convinha “*aprender las lenguas barbaras y peregrinas, à los varones Apostolicos que se emplean en sembrar la fê en las Regiones de los Infieles*” ([BATHE], 1611: fol.25) e que estudá-las não era “*tempo perdido, nem occupação escusada, antes muito necessaria*” (MAMIANI, 1699: ij-ijj) e que à salvação das almas somavam-se os interesses de Estado, como enfatizado por Canne cattim nas primeiras linhas do prólogo ao leitor de sua *Collecção de observações grammaticas*:

A Lingua comum de um Paiz, em que deve annunciar-se o Evangelho ao povo, que o habita, he manifestamente de absoluta necessidade ao exercicio, e progresso do Christianismo entre aquelle povo. *Mas se além disto se ha-de fazer uso da mesma lingua no manejo dos negocios politicos, na administração da justiça, e até nas deliberações, e emprezas militares, então o conhecimento deste Idioma vem a ser de summa utilidade ao Estado.*

(CANNECATTIM, 1805: I – ênfase adicionada)

Héli Chatelain estabeleceu para sua gramática um público potencialmente mais amplo que seu grupo missionário. Circulando entre a intelectualidade angolense da época<sup>14</sup>, Chatelain destinou seu trabalho também aos falantes nativos de quimbundo, como parte de um processo de valorização da própria cultura. Incluiu ainda um novo tipo de público, para o qual o século XIX via surgir uma nova palavra — os “*africanistas*”. Com Chatelain essa palavra<sup>15</sup> ganhava emprego também em português.

<sup>14</sup> É o que se desprende de vários registros: Cordeiro da Matta (1857-1894) dedicou a Chatelain sua *Cartilha Racional para se aprender a ler o Kimbundu (ou língua angolense)*. A relação entre Chatelain e outros intelectuais pode ser inferida da informação em Moser (1986: 294) sobre uma carta de Chatelain reproduzida por Cordeiro da Matta: “*The introduction to Mata’s book of Kimbundu proverbs, Filosofia popular [em provérbios angolenses – MCR] (1891), contains under the significant heading “Angola’s need for a literature of her own”, the transcription of an important letter from Chatelain, where the missionary called on Mata and others—Neto (Alfredo de Sousa Neto), Lino (Lino M. de Sousa Araújo, Director of O Cruzeiro do Sul, Luanda, 1873—1878 [?]), Pinho (João Ignácio do Pinho, a Kimbundu scholar) and Luís Bastos (Luís Moreira Bastos?)—to collaborate in developing the nascent Angolan literature*”.

<sup>15</sup> Para o inglês *africanist*, o dicionário Merriam-Webster *online* indica que o uso conhecido mais antigo data de 1852. Para o português, o dicionário Houaiss registra 1899 como primeira atestação, tendo por fonte o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo. A atestação da palavra em Chatelain recua o registro mais antigo em 10-11 anos.

Ao findar o século XIX e já após a Conferência de Berlim (1884-1885) ganham peso as questões de Estado no estudo de línguas africanas. Ladislau Batalha distinguia a nova fase da anterior:

a preocupação que levava os antigos religiosos a estudar a língua de Angola, era toda religiosa. Não visava á solução dos importantes problemas de colonisação e ethnographia. O seu principal objectivo era dominar a consciencia dos indigenas, reduzindo-os á obediencia pelo temor das penas do inferno e outros da velha theologia e casuistica.

(BATALHA, 1891: 5)

A etnografia seria o caminho para compreender um povo; a linguística, o instrumento para tal. Essa proposta está traduzida na epígrafe de *A língua de Angola*, numa citação do Major Henrique de Carvalho (1843-1909), o mesmo da expedição ao muatiânvua<sup>16</sup>: “É a linguistica o principal instrumento de investigação, de que tem de se munir quem tente resolver os principaes problemas de ethnografia d>um povo” (In BATALHA, 1891: 3).

---

<sup>16</sup> *A Descrição da viagem á Mussumba do Muatiânvua*, de Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843-1909) foi publicada em quatro volumes entre 1890 e 1894; narra a expedição que partiu de Luanda para a residência dos reis (*Mussumba*) da Lunda. Está disponível no site Smithsonian Libraries <<https://library.si.edu/digital-library/book/descripcao-da-viagem-mussumba-do-muatiانvua>>.

## 2.2 *Escrito por quem? Missionários e não missionários*

Estamos diante de uma bibliografia escrita por falantes não nativos. À exceção de Manuel Alves de Castro Francina, para os demais autores das cinco obras o quimbundo era uma língua estrangeira que aprenderam já adultos.

Pedro Dias (?1621-1700) nasceu em Portugal<sup>17</sup> e veio ainda jovem para o Brasil. Aparentemente nunca esteve em Angola<sup>18</sup> e não era falante nativo de quimbundo. O que teria descrito? Fernandes (2015: 57) comenta:

nos últimos tempos um grupo de bantuístas liderados por Jean-Pierre Angenot e Vatomene Kukanda, estão estudando os 9 dialetos do Quimbundo (Mbaka, Ntemo, Puna, Jinga, Kadi, Mbamba, Sende, Dembo e Lwangu) e concluíram que a língua da *Arte* de Dias é uma variante dialetal, isto é, o subdialeto Kahenda do Mbaka, dialeto do Quimbundo, falado nos subúrbios da missão jesuítica de Cahenda, que ficava perto de Ambaca, hoje localizada na província do Cuanza-Norte de Angola, de onde seria natural Miguel Cardoso, que supervisionou a obra (ANGENOT, KEMPF e KUKANDA, 2011, p. 233).

O problema maior é que a missão de Santo António de Cahenda estava sob a tutela dos Capuchinhos e não propriamente dos Jesuítas (ver, por exemplo, BORTOLAMI, 2012, p. 104; AZEVEDO, 2000, p. 56) e nem António Brásio, CSSp (1906–1985) nem Francisco Rodrigues, S. J. (1873–1956) referem qualquer colégio jesuítico lá. Por outro lado, Serafim Leite, S.J. (1890–1969) (1940, p. 258) refere explicitamente que Miguel Cardoso era natural de Luanda e entrou na Companhia de Jesus no Brasil, no Colégio da Bahia, em 1674, quando tinha 15 anos de idade. Por isso, não parece provável que Miguel Cardoso falasse o

<sup>17</sup> Há poucas certezas sobre parte da vida de Dias: “Nasceu em 1621 (Barbosa Machado, 1752: III, 575) – ou em 1622 (Leite, 1938-1950: VIII, 199) –, em Gouveia (Sommervogel et alii, III: col. 41; Leite, 1938-1950: VIII, 199; também Leite, 1953: 162), ou Viseu (Silva, 1858-1923: VI, 402), ou na Vila de Gouveia do Bispado de Viseu (Barbosa Machado, 1752: III, 575). Morreu na Bahia em 25 de janeiro de 1700. Não se sabe quando veio para o Brasil, mas em 13 de julho de 1641 entrou como noviço na Companhia de Jesus – na Bahia (Sommervogel et alii, III, col. 41; Barbosa Machado, 1752: III, 575) ou no Rio de Janeiro (Leite, 1938-1950: VIII, 199; também Leite, 1953: 162)” (ROSA, 2013: 23).

<sup>18</sup> Rosa (2013: 24): “Não se sabe quando aprendeu a língua de Angola, “mas já a sabia em 1663” (Leite, 1938-1958: VIII, 199), “sem jamais haver pisado em terras angolanas” (Reginaldo, 2005: 36n81). Seu conhecimento teria sido adquirido no contacto com “colegas missionários em Angola, e escravos falantes de kimbundo, com os quais conviveu no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia” (Reginaldo, 2005: 36n81 – na mesma direção, Bonvini, 2008: 35; Alencastro, 2009:22), que lhe serviram de consultores”.

subdiaeto Kahenda-Mbaka mas, eventualmente, o dialeto Akwa-Loanda falado em Luanda no século XVII.

Dias assinalou a existência de variação entre os Ambundos:

Deve-se notar, que as ditas particulas custumaõ muitas vezes usar dellas os Ambundos, pondo hũas por outras, por causa das variedades das linguas Angolanas. Mas sempre fazem o mesmo sentido; porque não variaõ totalmente a sustancia dos nomes, & verbos, ainda que o idioma não fique muy culto.

(DIAS, 1697: 10)

Dias também observou que o uso entre os línguas peritos nem sempre era concordante:

Os linguas peritos trocaõ hũas particulas por outras, porque as taes particulas não mudaõ o sentido da oraçaõ; porèm nunca já mais poem as particulas do plural no singular, quando querem significar qualquer cousa singular.

(DIAS, 1697: 36).

Ambas as obras de Dias assinalam a variação, mas deixam no ar mais perguntas. Em primeiro lugar, os línguas peritos (ou intérpretes) a que se refere, que trocavam partículas, falavam uma língua franca? Essa pergunta parece ganhar respaldo quando se vê o comentário de David Livingstone (1813-1873) de que “*in passing from one tribe to another, it was only necessary to know one Language*” (in CUST, 1883: II 316).

Em segundo lugar, a variação entre os Ambundos leva a perguntar que elementos faziam parte desse universo de falantes, uma vez que autores diferentes faziam uso diverso desse vocabulário. Cust (1883:II, 395), por exemplo, refere o emprego dessa denominação por Livingstone de modo possivelmente divergente do seu próprio (“*However there is an uncertainty whether Livingstone meant the Am-Bunda, called by me Nano of Benguela, or the Bunda of Loanda*”).

Diferentemente de Pedro Dias, o capuchinho Bernardo Maria de Canne-cattim (1749-1834) viveu em Angola por bom tempo. Estaria pelos 29 anos quando desembarcou em Angola, em 1778 (CUVELIER, 1951: 133) ou 1779 (SACCARDO, 1983, como citado em BOSTOEN & SCHRYVER, 2015:155). A julgar

pela afirmação de que lá permanecera por 21 anos<sup>19</sup>, teria retornado a Lisboa em 1799 ou 1800. Informação em Gonçalves (2016), no entanto, parece contradizer tanto 1799 como 1800 como o ano de retorno de Cannecattim a Lisboa, uma vez que parece ainda estar em África cerca de cinco anos mais tarde:

Em 1804, carta de “José Maria de Florença, Capuchinho e ex-missionário de Angola, Superior dos Regulares do Asilo de Lisboa ao Arcebispo de Nísibe [Mon-senhor Lourenço Caleppi], Núncio Apostólico” refere Fr. Bernardo Maria como “missionário em Angola e Congo” (Franco, 2011, I: 145). Outra carta, de 25 de março de 1804, informa que o religioso é “missionário apostólico” e também “Prefeito das missões de Angola e Congo” (Franco, 2011, I: 146).

(GONÇALVES, 2016:4)

É como “*Capuchinho Italiano da Provincia de Palermo, Missionário Apostolico, e Prefeito das Missões de Angola, e Congo*” que o apresenta o rosto da edição do *Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza, e latina*, de 1804. No ano seguinte, porém, o rosto da *Collecção de observações* traz uma alteração: “*Capuchinho Italiano da Provincia de Palermo, Missionário Apostolico, Ex-Prefeito das Missões de Angola, e Congo, e Superior actual do Hospício*<sup>20</sup> dos Missionarios Capuchinhos Italianos de Lisboa”. Carta de 23 de abril de 1806 se refere a Cannecattim como “*Superior do Hospício dos Capuchinhos italianos de Lisboa*” (FRANCO, 2011, I: 147). Em 1810 é referido como Superior dos Missionários Capuchinhos Italianos<sup>21,22</sup>. Em

<sup>19</sup> Cannecattim (1805: v): “*guiando-me unicamente a prática, e experiencia de vinte e hum anno, que tanto tempo habitei entre os Abundos do Reino de Angola*”.

<sup>20</sup> Nesse contexto, *hospício* tinha significado diferente do atual, como notou Muguras Constantinescu (como citado em VILLELA, 2015:7): “*O termo “hospício” (do latim clássico hospitium, ‘hospitalidade’ e concretamente ‘pousada hospitaleira’) é derivado de hospes (“hóspede”), estando portanto no centro mesmo do campo semântico da noção de ‘hospitalidade’. Hospitium assumiu, em latim medieval, entre outros, o valor de “lugar de um mosteiro onde se recebem hóspedes”.* “*Hospício*” significa, primeiramente, em geral e abstratamente ‘refúgio’ em ‘prender [tomar] hospice’, ‘donner [dar] hospice’, assim como ‘lugar de asilo’ e, na segunda metade do século XVII, ‘hospício’ começa a se aplicar a uma casa, num convento, que recebe os estrangeiros da ordem, [...] os peregrinos, os viajantes”.

<sup>21</sup> BELLOTTO & DIAS (2011:128): “*1810, Outubro, 22, Lisboa ATESTADO do superior dos missionários capuchinhos italianos, frei Bernardo Maria de Cannecattim, concedendo licença ao frei Antônio da Costa Cosseine para pedir passaporte para tornar as suas missões na Ásia. AHU\_ACL\_CU\_035, Cx. 21, D. 1684*”.

<sup>22</sup> BELLOTTO & DIAS (2011:491): “[ant. 1810, Agosto, 13, Lisboa] REQUERIMENTO do superior

1818 encontramos Cannecattim como Procurador dos Missionários Capuchinhos Italianos em Portugal em duas solicitações ao rei para obter a concessão de passaporte e esmola para viajarem a Pernambuco os frades Jesualdo Maria de Florença e Joaquim de Afragola. Com a extinção das ordens religiosas e o fechamento de suas casas em Portugal pelo decreto datado de 28 de maio de 1834<sup>23</sup>, Cannecattim e os demais capuchinhos da casa de Lisboa tiveram de deixar Portugal. Cannecattim morreria antes de o navio zarpar do porto de Lisboa (CUVELIER, 1951: 134).

O conhecimento adquirido na permanência de cerca de duas décadas em Angola lhe permitiu escrever, além da *Collecção de Observações* sobre o quimbundo, de 1805, o *Diccionario Abbreviado da Lingua Congueza*, que se segue às *Observações* no mesmo volume, em que procurava demonstrar a semelhança entre ambas as línguas, porque “a lingua Bunda tem grande afinidade com a do Congo, e tanto, que ambas parecem ser filhas de huma mesma Mãe” (CANNECATTIM, Prólogo Ao Leitor, 1805: xii)<sup>24</sup>. Escreveu ainda o *Diccionario da Lingua Bunda ou Angolense explicada na portugueza, e latina*, publicado no ano anterior, em 1804.

Héli Chatelain (1859-1908) nasceu na Suíça, mas em 28 de fevereiro de 1891, aos 32 anos, viria a adquirir a cidadania norte-americana (MOSER, 1983: 518). Estava com 25 anos quando se reuniu à missão metodista do Bispo William Taylor (1821-1902)<sup>25</sup>. Estudar línguas era uma de suas funções na missão: “*My duty was to acquire the languages, impart them to the missionaries, and prepare*

---

dos missionários barbadinhos italianos, frei Bernardo Maria Canecattim, ao príncipe regente [D. João], solicitando passaporte para qualquer porto do Brasil ao padre frei Francisco José de São Sebastião”.

<sup>23</sup> “Artigo primeiro. Ficam desde já extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Domínios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaisquer casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra”. O decreto aplicava-se às ordens religiosas masculinas, mas as femininas já haviam sido afetadas por decreto do ano anterior (VILLARES, 1995).

<sup>24</sup> Na tentativa de demonstrar a qualidade da língua que descreve, Cannecattim afirma que “a lingua Bunda tem regularidade, e abundancia mui comparavel ás linguas cultas da Europa” (p. xix-xx), além de compará-la ao hebraico: *He notavel na lingua Bunda, que aquillo, que na maior parte dos Idiomas se distingue pelas terminações, ella o dá a conhecer, não por estas, mas sim pelas letras, ou syllabas iniciaes, como succede no singular, e plural dos nomes, e nas diferentes vozes, e inflexões dos verbos. Neste particular se assemelha a lingua Bunda primeiramente com a lingua Hebraica, chamada a lingua Santa”*.

<sup>25</sup> Segundo (DUIGNAN & GANN, 1984: 168), o Bispo Taylor fora designado em 1884 Bispo Missionário Metodista para Toda a África.

*grammars, vocabularies, translations, and other elementary books needed by missionaries in the course of their labors*” (CHATELAIN, 1894a: v). Chegava a Luanda pela primeira vez em 20 de março de 1885 (CHATELAIN: 1894a: v; TAYLOR, 1888: 279). Deixaria a missão dois anos mais tarde, em 1887, estabelecendo seu próprio projeto missionário, a *Mission Philafricaine* (DUIGNAN & GANN, 1984: 169). Permaneceria em Angola até março de 1888, quando voltaria à Suíça para restabelecer a saúde (CHATELAIN, 1894a: vi). Retornaria a Angola como filólogo em outubro de 1889, na Expedição Científica dos Estados Unidos à África Ocidental (CHATELAIN, 1894a: vi), permanecendo até junho do ano seguinte. Retornaria como Agente Comercial dos Estados Unidos em junho de 1891 (CHATELAIN, 1894a: vi), permanecendo até outubro de 1892. Retornaria mais uma vez em setembro de 1897 e ali permaneceria por mais dez anos, até agosto de 1907 (MOSER, 1983: 517-518), retornando à Suíça, onde morreria no ano seguinte, aos 49 anos.

Em 1885 e 1886 Chatelain não pôde aplicar-se ao estudo de línguas em razão de dois obstáculos de tipo diferente. Um deles, que afetava a todos os membros da missão do Bispo Taylor, era o ter de prover o próprio sustento<sup>26</sup>, situação criticada à época: por exemplo, na introdução de Robert Cust à gramática de Chatelain (“*though I, as critical observer of Missionary methods, cannot approve of the method of this Self-supporting Mission*” – p. vii), mas também na nota *Missionary Support in Angola*, publicada no periódico metodista *Gospel in All Lands* (SMITH, ed., 1888:219). O outro obstáculo seria a saúde, fragilizada no ambiente africano, como ele próprio relata:

During the first two years spent at Loanda the necessity of supporting myself and the station by means of tuition, which had to be given in the Portuguese tongue, added to chronic dysentery and fevers, left me practically no time for the study of the native language. But I was compelled to master Portuguese, which in Angola is indispensable for dealing with the educated classes, and is always of utility in intercourse with common natives.

(CHATELAIN, 1894:v)

<sup>26</sup> DUIGNAN & GANN (1984: 169): “*Chatelaine’s [sic] activities were handicapped by the needs of the self-supporting scheme, but he managed to prepare a dictionary and grammar of the Kimbundu language, translate a gospel into that tongue, and make a scientific study of some of the Angolan folklore*”.

Seu relato não permite perceber a gravidade do estado a que chegara, revelada numa nota publicada no periódico *The Missionary Herald* em outubro de 1885 (vol. 81 (10): 383 - Editorial paragraphs ):

Letters from Mr. Walter at Benguela, West Africa, refer to the death of some, and the serious sickness of others, of Bishop Taylor's party now at St. Paul de Loanda. One of the party, Mr. Chatelain, had come to Benguela, being, as was supposed, in a dying condition, but after careful nursing by Mr. and Mrs. Walter, he recovered and was about to return to Loanda .

O período de restabelecimento na casa da mãe na Suíça, em 1888, coincidiu com boa parte das publicações de Chatelain sobre o quimbundo: não apenas a *Gramática elementar*, mas também uma cartilha<sup>27</sup>, *Karivulu pala Kurilonga Kutanga Kimbundu* [‘livrinho para aprender a ler quimbundo’], um catecismo e a preparação de um dicionário (CHATELAIN, 1894a: vi).

Apenas no terceiro ano Chatelain pôde estudar mais, já então não em Luanda, mas no interior, em especial em Malanje: “*I had better opportunities for linguistic studies, although the necessity of teaching in Portuguese still left me only a few late hours of the night for the record of daily observations*” (CHATELAIN, 1894: v). Ao final deste período considerava ter reunido “*cerca de três mil palavras, descoberto as principais regras da fonologia, morfologia e sintaxe do Ki-mbundu*” (CHATELAIN, 1894a: v-vi). Além da recolha de contos populares de Angola (*Folk-tales of Angola*, 1894), Chatelain também preparou a edição de *Bantu notes and vocabularies*, vocabulário de várias línguas bantas com material que o colega William Richard Summers (1855-1888) lhe deixara ao morrer. Como Chatelain, Summers fazia parte do grupo de cerca de 40 missionários chegados a Luanda em 1885 (CHATELAIN, 1893b: 526-527; 529).

Chatelain tinha como línguas nativas o francês e o alemão e dominava seis outras antes da vivência na África – inglês, italiano, espanhol, grego, latim e hebraico (CUST, 1889: v). Segundo Moser (1983:517), Chatelain começou a estudar quimbundo (e também português, suaíle e zulu) a bordo do navio que o levou de Lisboa para Luanda como participante do projeto missionário do Bispo Taylor na primeira das viagens que faria para Angola. Para escrever as obras

---

<sup>27</sup> Sem local nem data. Para uma lista das obras ver Starr (1908: 31-32).

sobre o quimbundo Chatelain contaria com um informante de nome Jeremias<sup>28</sup>. Birmingham (2006: 36) parece atribuir a autoria das obras linguísticas a ambos:

When Chatelain reached his final destination near Malange, he set about recruiting the services of a cobbler's son, Jeremiah, to be his linguist informant. Over the next dozen years the two men produced grammars and dictionaries of the Kimbundu language, which were used not only in Christian missions but in the Portuguese colonial administration.

O brasileiro Saturnino Souza e Oliveira (1824-1871)<sup>29</sup> nasceu em Coimbra, quando seu pai era estudante nessa cidade de Portugal (BLAKE, 1902: VII, 199). Em 1847 defendeu a tese *Algumas reflexões sobre a séde das molestias* na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A folha de rosto desse trabalho informa que já era então “*Dr. em Medicina pela mesma Faculdade, Cirurgião Ajudante do 1º Batalhão de Fuzileiros, Socio da Academia Philomatica do Rio de Janeiro, e da Imperial Sociedade Amante da Instrucção*”.

Entre 1851 e 1852 Souza e Oliveira foi um dos editores do periódico semanal carioca *O Philantropo*, publicado entre 1849 e 1852. Nele publicou, em duas partes, o artigo “*Memoria sobre os meios de abolir a escravidão no Imperio do Brasil*”: na edição de 14 de março de 1851 ligava a chegada de navios negreiros às constantes epidemias nas cidades em que tais navios aportavam, uma vez que as más condições a bordo tornavam essas embarcações incubadoras de doenças (GUIZELIN, 2014); na segunda parte propunha um projeto de lei de extinção da escravidão no Brasil (BLAKE, 1902: VII, 199; KODAMA, 2008: 417; GUIZELIN, 2014). Para Guizelin (2016) foi a posição antiescravista de Saturnino que concorreu prioritariamente para que fosse nomeado Cônsul-Geral do Brasil em Angola, cargo que exerceu entre 1858 e 1860. Segundo Guizelin,

<sup>28</sup> Chatelain (1894a: vi-vii): “*A few days prior to my sailing once more for America, Jeremiah, my former pupil and friend of Malange, arrived at Loanda and volunteered to accompany me to Christendom. To him I owe the bulk of my tales and the best of them, as also much reliable information in regard to native beliefs and customs. A few of his stories were written on shipboard; the greater part were dictated, and subsequently type-written by him at Vineland, N. J., in 1890 and 1891*”.

<sup>29</sup> No rosto da tese seu nome aparece como *Saturnino Souza e Oliveira Junior*. A tese está disponível online, na *Biblioteca Virtual em Saúde – História e Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde*.

[e]ntre 1858 e 1860, período em que esteve à frente do Consulado-Geral do Brasil em Angola, Saturnino desenvolveu um verdadeiro serviço de inteligência e espionagem, juntamente com as autoridades colônias [sic] portuguesas e com o agente consular britânico em Luanda, sobre as atividades dos traficantes atuantes na costa atlântica da África.

(GUIZELIN, 2014: 13)

Sua atuação como diplomata está presente em documentos em diferentes tipos de impressos<sup>30</sup>. Seria exonerado do posto em novembro de 1860 (GUIZELIN, 2016: 253), em consequência dos problemas com a Coroa portuguesa decorrentes do assassinato do príncipe do Congo Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia (FERREIRA, 2015: 194; GUIZELIN, 2016). A obra linguística de Saturnino é, portanto, posterior à chefia do Consulado-Geral, função que exigia dedicação exclusiva (GUIZELIN, 2014: 9). Coligiu, com base num glossário de João Vieira Carneiro, um *Diccionario da lingua nbundu ou ngolense, tomo 1, Nbundu para portuguez*, publicado em Luanda pela Imprensa do Governo em 1864.

O segundo autor dos *Elementos*, Manuel Alves de Castro Francina<sup>31</sup> (fl. séc. XIX) era angolano. Francina é caracterizado como *filho do país* (VILLAS BÔAS, 2018: 94n246; BARBEITOS, 2005: 140). Teria sido educado no Brasil<sup>32</sup>.

Em 8 de dezembro de 1854 está presente ao *Auto de reconhecimento de preito e vassalagem* a D. Pedro V que Capita Munipolo, rei de Molembo, solicitava ao Governador Geral da Província de Angola através de seus embaixadores, assinando o documento como Oficial Menor da Secretaria do Governo

<sup>30</sup> Por exemplo, no *Boletim Oficial*, documento de 1858 (ANGOLA, PROVÍNCIA DE. 1864: 7, item 99) e no *Almanaque Laemmert* (1859: 185).

<sup>31</sup> Numa página do Facebook intitulada *A Literatura Angolana* encontra-se a informação que teria sido colhida no *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, periódico a que não tivemos acesso: “*Manoel Alves de Castro, filho de Manoel do Nascimento e Oliveira, declara que, tendo um Primo com o mesmo nome, passa d’ora em diante a assignar-se Manoel Alves de Castro Francina. - Loanda, 17 de Junho de 1847*”. A página <https://www.facebook.com/literangola/posts/em-1865-o-boletim-oficial-do-governo-geral-da-prov%C3%ADncia-de-angola-anuncia-que-sa/1270077206439733/> está datada de 2 de abril de 2017. A informação também está presente em *Vinte anos decisivos da vida de uma cidade (1845-1864)*, de José de Almeida Santos, a que também não tivemos acesso.

<sup>32</sup> Azevedo (2015: 84): “*Datam desta conjuntura inúmeras iniciativas com vistas à tornar inteligível a língua mbunda, como a publicação, em 1864, de uma gramática intitulada Elementos gramaticais da língua mbundu, formulada pelo brasileiro Saturnino de Sousa Oliveira e pelo “angolense” educado no Brasil Manuel de Castro Francina, que contaram, ainda, com a importante colaboração de José de Moraes Junior, nascido no Brasil e residente em Luanda*”.

(PORTUGAL, *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte Oficial*, 1867: I, 149-150). O *Boletim Oficial da Provincia d'Angola* (ANGOLA, PROVÍNCIA DE. 1864: 102, item 1678; PORTUGAL, *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte Oficial*, 1867: I, 658-659) o apresenta como “*oficial ordinário da secretaria do governo geral*” em nomeação datada de 1858 para reger a escola principal de Luanda por impedimento do professor que ocupava a cadeira. O *Relatório do Governador Geral da Provincia de Angola Sebastiao Lopes de Calheiros e Menezes referido ao anno de 1861*, apresenta Francina como tenente da 3ª Companhia do Batalhão de Voluntários de Luanda em documento de 8 de agosto de 1861 (1867: 128). Francina é o Oficial Maior interino da Secretaria Geral do Governo que serviu de intérprete na confirmação do *Auto de Submissão que fez o jaga de Cassange, Bumba Dia Quingudi*, em 26 de setembro de 1863 (Portugal, 1869: 254-255; ainda em Carvalho, 1898: 238-239; LEITE E VASCONCELOS, 1864: 116). Em 20 de fevereiro de 1865 permanecia Oficial Maior da mesma Secretaria (PORTUGAL, *Annaes do Conselho Ultramarino, Parte Oficial*, 1867: II, 4).

Ladislau Batalha (1856-1939) se apresenta como professor de inglês na capa de “*A Inglaterra perante a civilização*”, de 1901. Essa parece ter sido apenas uma faceta de seus múltiplos interesses. Aprendeu quimbundo em Angola<sup>33</sup>. Entre os trabalhos que compuseram a *Bibliotheca do Povo e das*

<sup>33</sup> Jacinto Rodrigues (s.d.): “*parte para S. Tomé e Príncipe em 1876. [...] Escreve de S. Tomé a Teófilo Braga, a 24 de Agosto de 1877, dizendo-lhe que está a preparar um livrinho sobre os costumes da Ilha. [...] Condoído com a miséria e a exploração dos serviçais, ou seja com a manutenção real da escravatura, mau grado as mudanças jurídicas, diante das anomalias existentes e face às dificuldades de fazer cumprir a lei aos roceiros, abandona a Ilha de S. Tomé. Segue para Luanda, mais ou menos escorraçado e perseguido, num pequeno barco. Porém, tal como o cônsul inglês em Luanda, David Hopkin, relatara em Junho de 1877 ao governador geral de Angola, a situação nesta colônia era péssima: a emigração de Angola para S. Tomé era “embarcada como rebanho” e na “pior das escravaturas”. Já nesta cidade, em contacto com o Dr. Alfredo Trony, Ladislau Batalha participa na redacção do “Jornal de Loanda” onde tentará denunciar as novas situações que encontra em Angola. Também aí viverá um relacionamento difícil com o governador. Experimenta, em seguida, partir para o interior de Angola, como comerciante e investigador. [...] Aprende kimbundo e estuda os costumes de Angola e a sua história. Sobre estes assuntos publicará livros na Biblioteca de Educação Popular. Acabará por abalar de Angola em condições confusas, atravessando o rio Cassai e dirigindo-se ao então recente “Estado Livre do Congo”. “Percorrida a região de Leopoldoville, já a jusante de Stanley-pool” desce cataratas e cachoeiras. Dirige-se à povoação de Boma e é salvo do cansaço e da miséria, por uma feitoria holandesa. Partirá então num baleeiro, em 1881, em direcção à América do Norte. E, nesta prodigiosa aventura que daria um filme, Ladislau Batalha, depois de percorrer os Estados Unidos da América, viaja ainda à Gronelândia e em seguida parte para o Japão. Cerca de 1884, voltará a África e viverá em Cabo Verde trabalhando no Consulado Francês. Vive com uma mulher*”

*Escolas*, coleção de obras cunho enciclopédico e de muito baixo preço surgida em 1881, encontram-se cinco títulos de Batalha (*Quadro 3*) relativos à África, saídos entre 1889 e 1894 (vide NABO, 2012: 102-110):

Ano	Série	Número	Título
1889	21 <sup>a</sup>	164	<i>Angola</i>
1889	22 <sup>a</sup>	175	<i>Linguas d’Africa</i> <a href="http://purl.pt/17353">http://purl.pt/17353</a>
1890	23 <sup>a</sup>	177	<i>Costumes angolenses</i>
1891	25 <sup>a</sup>	193	<i>A lingua de Angola</i> <a href="http://purl.pt/17354">http://purl.pt/17354</a>
1894	25 <sup>a</sup>	198	<i>O continente negro</i>

### Quadro 3 -Obras de Batalha na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*

#### 2.3. A recepção das obras

A facilidade de acesso às gramáticas na atualidade não encontra paralelo no passado. Cannecattim parece não ter tido contacto com a obra de Dias — afinal, o próprio Chatelain (1888-1889: xvi) reconheceu que a *Arte* de Dias era extremamente rara. Cannecattim atribuiu às suas *Observações* “o nome de primeira obra *Grammatical da lingua Bunda*” (CANNECATTIM, 1805: v). Chatelain conhecia a obra de Pedro Dias, mas informa na *Gramática* que a lera em cópia manuscrita (“*We have seen only a manuscript copy of this rare work*”, Chatelain, 1888-1889: xvi)<sup>34</sup>. A raridade da obra também seria confirmada por Robert Cust (1821-1909), que a conhecia num manuscrito incompleto que pertencera a seu amigo sanscritista Arthur Coke Burnell (1840-1882), e que viria parar em suas

---

*cabo-verdiana, de quem terá uma filha. De regresso a Portugal, por volta de 1890, sofrerá o desgosto de as ver morrer tuberculosas. Na altura em que escreve os romances, lecciona línguas em escolas livres de Lisboa e apoia o movimento operário, travando uma profunda amizade com Azedo Gneco, tipógrafo e célebre dirigente socialista”.*

<sup>34</sup> Alfredo Troni (1845-1904), jornalista e escritor português, seria o dono do exemplar da *Arte* emprestado a Chatelain (1888-1889: xvi), como, segundo Basílio (in Baião, 1940: 79), também do catecismo de Pacconio & Couto que Chatelain refere. Nascido em Coimbra, Troni foi desterrado para Angola em 1873. Lá viveria até a sua morte. Não são situações mutuamente excludentes na sociedade angolense de então ter sido desterrado e ter desempenhado “*funções administrativas e políticas, exercendo a advocacia e o jornalismo, dedicando-se mesmo à exploração agrícola numa fazenda que vem a possuir na região de Cazengo*”. Troni fundou três jornais: o *Jornal de Loanda* (1878), *Mukuarimi*, (ou *linguarudo* em quimbundo) (1888) e *Concelhos do Leste* (1891). No primeiro deles Ladislau Batalha trabalhou como jornalista (Queiroz, s.d.).

mãos como presente de outro amigo (CUST, 1883: II, 393). Cust informava ainda da colocação à venda, em Paris em 1880, de um exemplar que pertencera ao egiptólogo François Chabas (1817-1882). Talvez fosse razão para a escassez de exemplares as restrições impostas ao material elaborado por jesuítas no período pombalino<sup>35</sup> — e da ordem para sua destruição<sup>36</sup>. Canneattim deixou claro, porém, que conhecia o catecismo do jesuíta italiano Francesco Pacconio (1589-1641), preparado postumamente para publicação pelo também jesuíta nascido e criado no Congo (THORNTON, 2014: 252) Antônio do Couto (1614-1666)<sup>37</sup>, e o refere em três diferentes edições: a primeira, de 1642<sup>38</sup>, o *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé*; a segunda, com a tradução latina do capuchinho Antônio Maria de Montepandone (1607-1687), publicada em Roma pela *Sacra Congregatio de Propaganda Fide* em 1661; e ainda uma terceira edição, de 1784, também em latim, *Gentilis Angollae in fidei mysteriis eruditus*, publicada em Lisboa pela Tipografia Régia. Canneattim deixou claro que a obra não lhe causara boa impressão (CANNEATTIM, 1805: iv-v) e avisava a seu leitor de que não se servira dela para compor a sua em razão dos “*gravíssimos defeitos*” de que estava repleta.

A crítica poderia fazer algum sentido se o capuchinho se referia ao *Gentio* como fonte de dados: o *Gentio de Angola* era um catecismo, que nas páginas iniciais apresentava 10 observações relativas às decisões ortográficas dos au-

<sup>35</sup> O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), foi o equivalente a primeiro ministro do rei D. José I, de Portugal. O período pombalino é a designação que se dá aos anos em que reinou D. José, de 1750 a 1777.

<sup>36</sup> Como notou Zau (2011a), “*A 18 de Novembro de 1772, chegava a Luanda D. Frei Luís da Anunciação e Azevedo, na companhia do governador D. António de Lencastre, o qual levava instruções do Marquês de Pombal para proibir o uso do catecismo dos Jesuítas de 1642, em kimbundu, mandar recolher os exemplares impressos e manuscritos existentes, para remetê-los posteriormente para Lisboa*”. A destruição da produção bibliográfica dos jesuítas promovida pelo Marquês de Pombal encontra exemplo na carta de 22 de outubro de 1765, reproduzida em Verdelho (1982), do Juiz de Fora de Moncorvo, José Pereira da Silva Manoel, ao Diretor Geral dos Estudos, em que informava da ordem de busca aos livros e, uma vez encontrados, de queimá-los à porta de livreiros e contratadores de livros que os tivessem.

<sup>37</sup> Thornton (2012: 328 n. 30) aponta o padre Dionísio da Faria Barreto, nativo de quimundo, como aquele que teria composto o catecismo: “*The catechism was composed sometime around 1626 by the bilingual Mbundu, Dionísio da Faria Baretto [sic], and published by the Jesuit (born in São Salvador, Kongo) António do Couto [...]*”. Em obra posterior (Thornton, 2014: 252) apenas refere que esse padre acompanhou Pacconio na viagem a Ndongo em 1625: “*The presence of a theologically sophisticated native speaker of Kimbundu in the missionary team may explain both the quality of the language in the text and its syncretic character*”.

<sup>38</sup> Em Canneattim, 1643.

tores para uma língua até então sem registro escrito e a como pronunciá-las. A tradução latina do capuchinho Antonio Maria e sua republicação no século XVIII aumentaram a obra de uma seção gramatical de pouco mais de uma página, inexistente na edição de 1642: *Articuli deservientes casibus nominum pro lingua Angolae* [‘os artigos que são regidos pelos casos dos nomes na língua de Angola’], com artigos e sua declinação, e ainda uma lista de numerais e sua tradução latina, além de marcas de passiva no verbo e outras observações rápidas.

Em *A língua de Angola*, Ladislau Batalha (1856-1939) demonstrava seu descontentamento com a *Arte*, que não se alinhava com a obra dos filólogos alemães de Oitocentos:

O P. Pedro Dias, trabalhador decidido, fez o mais que se podia fazer com os recursos de que lhe foi possível dispor no seu tempo. O latim era a língua predominante e a medida de saber de cada um. [...]

Pedro Dias obedeceu a esta corrente e referiu as suas observações do quimbundo às formas e typos latinos. Assim ele imaginou descobrir na língua de Angola casos, declinações, syntaxe equivalente, gerúndios, etc. Desconhecendo a existencia do ramo aglutinativo e a dependência e filiação que o quimbundo tem relativamente áquelle mesmo ramo a que pertence, não é dificultoso calcular a que erros foi conduzido na sua improba tarefa de conciliar o latim com a língua de Angola.

(BATALHA, 1891: 6-7)

Apesar de Dias (1697: 4) afirmar que “*Naõ tem esta lingua declinações, nem casos: mas tem sigular; & plural; verbi gratia. Nzambi, Deos. Gimzambi, Deoses*”, Batalha afirma que Dias “*imaginou descobrir*” casos e declinações no quimbundo.

Essa avaliação negativa é discordante daquela feita por Chatelain (1894: I, 23). Para este, a *Arte* de Pedro Dias era “*A very short, but pretty correct, sketch of Ki-mbundu grammar*”. Opinião semelhante em Bonvini (2008: 38), para quem Dias descreveu “*uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola*”.

A dificuldade de acesso que havia em relação à *Arte* parece não ter existido em relação à *Collecção de Observações* e mesmo ao *Dicionário*, e as críticas às obras do capuchinho italiano acumularam-se no decorrer do tempo. Em 1864, cinco anos após a republicação da *Colleção de Observações*, o médico e diplomata brasileiro Saturnino de Souza e Oliveira deixaria a seguinte nota:

Ha impresso um trabalho igual do fr. Cannecatim, missionario italiano, o qual tem, para os conhecedores das linguas da provincia de Angola, muitas imperfeições, sobre tudo porque este autor confundio vocabulos de linguas differentes, como são as do Congo, de Angola e de Benguella. Isto bastaria para considera-lo imperfeito, alem de que contém muitas phrases abreviadas e dicções que o estylo tem modificado e feito variar dos preceitos geraes da lingua [...]. Demais o idioma nbundu de hoje tem variado um pouco, segundo affirmão os indigenas que melhor fallão, daquelle que se fallava ha 60 annos, quando Cannecatim colligio o dictionario que publicou, e por estas razões este terá, segundo creio, alguma utilidade. (SOUZA E OLIVEIRA, 1864: s.n. *Prólogo*)

No mesmo ano de 1864, nas páginas iniciais dos *Elementos Grammaticaes da lingua Nbandu*, “*resultado de cinco annos de meditação e de analyse da grammatica do Fr. Cannecatim*” com o “*proposito fazer-lhe annotações ou correções*” (SOUZA E OLIVEIRA & FRANCINA, 1864: iii), Souza e Oliveira & Francina punham em dúvida o conhecimento do capuchinho para levar a cabo uma descrição linguística, como questionavam também o conhecimento de quimbundo do religioso italiano, ao tecerem o seguinte comentário:

um frade, missionario italiano, de nome Bernardo Maria Cannecatim, compoz, e publicou em Lisboa, em 1805, uma grammatica da lingua ngolense com o titulo de *colleção de observações grammaticaes sobre a lingua ambunda*. Mas este homem, apesar da sua boa vontade e de ser o superior do Hospicio &. &., parece que não tinha habilitações sufficientes para tentar em tal trabalho: e, a julgar-se por alguns erros [...], pode-se concluir que elle muito pouco conhecia a grammatica latina. [...]

Parece tambem que este missionario esteve entre muitas tribus que fallavão idiomas diversos, que elle não distinguiu, por que confundiu na lingua nbundu, ou ngolense, muitos termos das do Congo, Benguéla e outras no dictionario que tambem coordenou. Quanto ao emprego das syllabas euphonicas, ou iniciaes (notavel especialidade das linguas africanas), elle nunca as percebeu: e, pelo que respeita ao estabelecimento de regras e preceitos especiaes da lingua nbundu, nada fez. Este mesmo compositor das *observações grammaticaes* fez um dictionario, no qual, além de se encontrar grande numero de vocabulos que não pertencem á lingua nbundu, mas a varias outras, encheu-o de phrases e de orações como se fossem vocabulos, o que fez tambem na observação em que tratou dos adverbios.

Por estas razões a gramática e o dicionário do frade Cannecatim nos parecem muito imperfeitos.

(SOUZA E OLIVEIRA & FRANCINA, 1864: xiv-xv)

Embora avaliasse a gramática e o dicionário de Cannecatim como “*credible productions, the result of personal local inquiries*”, Robert Cust entendeu que os problemas da obra não se limitavam à incapacidade de Cannecatim em perceber “*os princípios subjacentes a todas as línguas Bantu*”<sup>39</sup>, mas também a diferenças no seu uso: “*his statements regarding the extent over which the Bunda Language was spoken require modification, as he does not distinguish betwixt those Countries where it was the sole Language, and those where it was spoken as a Language of Commerce concurrently with others*” (CUST, 1883:II, 394). Conclui dizendo que é necessário admitir que se precisava de outra gramática dessa língua.

Não seriam melhores os comentários de Chatelain sobre a obra do capuchinho, quer na introdução da *Gramática* (p. xvii – “*Pedimos pois aos senhores criticos, que para o futuro, contrariamente ao que teem feito até aqui, reconheçam a superioridade linguistica dos padres jesuitas sobre o frade capuchinho*”), quer nos *Folk-tales* (1894: I, 23):

BERNARDO MARIA DE CANNECATTIM. Dicionario da lingua bunda. Lisboa, 1804. Owing to its incorrectness, confused spelling, and erroneous renderings of words, this large dictionary, written by an Italian Capuchin, has never been of any use to students of Ki-mbundu.

(Same author.) Collecção de Observações grammaticaes sobre a lingua bunda. Lisboa, 1805. Second edition, 1859. This grammar is no better than the dictionary of the same author. Both works are far inferior to those of the seventeenth century.

<sup>39</sup> Cust (1883: II, 393-394): “*With all due respect to the Author, I cannot but feel that his Grammar and Dictionary were compiled at a period when sound Linguistic rules had not been laid down. How otherwise can be explained the resemblances which he finds in Bunda to Hebrew, and some of the Languages of Brazil, while he does not seem to have grasped the principles which underlie all Bantu Languages ? Indeed, he had no perception of the unity of the South African Family*”. Em outra parte da mesma obra, Cust (1883: II, 292) afirmava: “*Cannecatim in the Nineteenth Century acknowledges the existence of an extensive Alliteration, produced by what Europeans call Concord ; but he was unable to discover the principle itself, or the Rules for its application*”.

Ladislau Batalha também considerou falha a descrição linguística de Cannecattim:

Fr. Commecattim [sic] não reconheceu mais do que quatro classes, a que chamou declinações; isto é, para a formação do plural (porque não chegou a descobrir as outras variadas e complicadíssimas funções de cada classe) descobriu apenas quatro regras fundamentaes.

D'aqui proveiu a desharmonia que se acha em todo o seu aliás valioso trabalho, e a grande confusão orthographica que se nota através de seu estudo gramatical. Entre os muitos erros em que aquelle autor cahiu, sobreleva o de considerar o *ri*, prefixativo dos nomes, como partícula empregada *ad libitum*, por meras conveniencias de elegancia.

Da simples inspecção do quadro anterior se vê que *ri* é o prefixo que caracteriza a quarta classe quimbunda.

(BATALHA, 1891:22)

É também uma avaliação negativa aquela que se encontra em carta do professor de quimbundo<sup>40</sup> Pe. António Moreira Basílio (1871?-19--) ao Pe. Domingos Vieira Baião, datada de Mossâmedes<sup>41</sup> em 16 de dezembro de 1940 (in BAIÃO, 1940: 73-80), na qual sublinha “*as [...] tolices do missionário capuchinho italiano, Fr. Bernardo Maria Cannecatim no Dicionário da lingua bunda [...] e na Colecção de observações gramaticais*”. Ou ainda em Gregeresen (1977a:94), que destaca as dificuldades de Cannecattim com o sistema de

<sup>40</sup> É o que se afirma neste excerto publicado no *Jornal de Angola* (Zau, 2011b): “*A escola de Intérpretes Eduardo Costa (ou curso de língua kimbundu), foi, oficialmente, inaugurada, no dia 17 de Julho de 1907, pelo príncipe real D. Luís Filipe de Bragança, que, nessa data, aportara a Luanda para a sua visita a esta cidade. Foi nomeado professor do curso de kimbundu, a 1 de Setembro de 1908, o P. António Moreira Basílio, um missionário que se destacou como estudioso e intelectual, não tendo, no entanto, deixado qualquer obra publicada*”. A indicação de que o Pe. Basílio era professor de quimbundo também pode ser encontrada na apresentação que o Mons. Manuel Alves da Cunha (1872-1947) faz da *Gramatica da lingua do Congo (kikongo) (Duas palavras*, em Tavares, 1915: xi).

<sup>41</sup> Desde 1985 que *Moçâmedes* ou *Mossâmedes* passou a chamar-se *Namibe*.

classes nominais<sup>42</sup>. Cole (1971:4) parece apenas reportar avaliações de outros estudiosos<sup>43</sup>.

Essas avaliações contrastam com as de alguns outros autores. O viajante inglês e escritor Thomas Edward Bowdich (1791-1824) dizia ser Cannecattim “*a man of very superior endowments*” e sua gramática, “*very complete*” (BOWDICH, 1824: 141). Para o historiador congolês N’sondé (2011:54) :

Il faut cependant attendre la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle et le début du XIX<sup>e</sup> siècle pour que des travaux d’un niveau scientifique acceptable aboutissent, à commencer par ceux du capucin Bernardo Maria de Cannecatim, le plus complet et le plus novateur des premiers auteurs.

Bostoen & Schryver (2015:155) consideraram bom o conhecimento de quimbundo de Cannecattim, mas não o de quicongo: «*De Cannecattim was an Italian Capuchin missionary who worked from Bengo (about 25 km north of Luanda) from 1779 to 1800 (Saccardo 1983: 128). He had a good command of Kimbundu, the language he describes, but not of Kikongo*”. Mais moderada é a opinião de Bonvini (1996), que apresentou prós e contras ao trabalho do capuchinho. Ao mencionar a *Collecção de Observações*, indicou que era seguida por um *Diccionario Abbreviado da Lingua Congueza*, que incluiu “*os termos da Lingua Bunda, identicos ou semelhantes à Lingua Congueza*”, concluindo que:

*Il s’agit d’un essai de comparaison lexicale entre le kimbundu et le kikongo. Le mérite de Bernardo Maria di Canecatti est d’avoir abordé le domaine lexical et avoir ainsi comblé, par son dictionnaire, une lacune des travaux du XVII<sup>e</sup> siècle. Malheureusement, la qualité de ses travaux n’a pas dépassé celle de ses devanciers»*

(BONVINI, 1996: 147).

<sup>42</sup> Gregersen (1977a:94): “*Bruscioetto’s grammar is sometimes contrasted, by way of tribute, which the analysis of much later grammarians such as Cannecattim who failed to untangle the noun class system of Mbundu as late as 1805, and Richard Burton, the famous explorer, who as late as 1860 labeled plural formation in Swahili as “artful”, “intricated”, and “irregular”.*”

<sup>43</sup> Ao tratar do *Diccionario* de 1804 e das *Observações*, Cole (1971:4) reporta que “*both of which are considered to be linguistically inferior to the works produced by his seventeenth century predecessors*”.

Para o Pe. António Moreira Basílio (in BAIÃO, 1946: II, 75), a gramática de Chatelain “é ainda, e continuará por muitos anos a ser, creio eu, a melhor das gramáticas publicadas sobre o quimbundo”, obra “*indispensável*” (in BAIÃO, 1946: II, 76)<sup>44</sup>.

Poucos parecem ter tido contato com o trabalho de Souza Oliveira & Francina. Cust tentara: “*I have tried in vain through my friend Vasconcellos D’Abreu of Lisbon to get a copy of a Grammar said to have been published at Loanda in 1864 by Souza and Alvez, the existence of which was certified to me in a letter from Schuchardt of Gratz*” (CUST, 1883: II, 394). Chatelain (1888-1889: xviii) lamentava que “*apesar dos nossos esforços, nunca nos foi possível obter ou mesmo ver um unico exemplar*”. Batalha conheceu a obra, mas ela não o impressionou:

Em 1864 sahiu a publico um livro de Francina, intitulado: *Elementos Grammaticaes da lingua bunda*.

N’elle pouco se adeanta: e, embora se tenha achado uma ou outra regra grammatical, no seu conjunto o livro molda-se ás formas e typos neo-latinos, não podendo por isso dar conta da mechanica e organização da lingua de que trata.

(BATALHA, 1891: 6)

Batalha revela ter em outra consideração o trabalho de Chatelain que, segundo ele, estava alinhado com a tipologia de Wilhelm Bleek (1827-1875):

Héli Chatelain publicou de 1888 a 1889 uma Grammatica elementar do Kimbundo, subordinada aos principios geraes de aglutinação, como systema a que pertence. Veiu ella lançar novas luzes sobre o mecanismo da linguagem Tu (Bantu) e confirmar algumas previsões de Bleek.

(BATALHA, 1891: 7)

---

<sup>44</sup> Por conta das informações do próprio Chatelain, o Padre António Moreira Basílio (1871? - 19--?) afirmaria em carta ao Padre D. Vieira Baião que “*a apresentação de uma joia de alto valor linguístico, como a gramática de Chatelain, a coberto de tão fraco dispêndio de energia própria, como ele afirma, sem ressalva de qualquer concurso alheio, que ele não se envergonha de calar, foi um autêntico roubo a descoberto*” (in BAIÃO, 1946: II, 78).

### 3. A exemplificação em quimbundo

No momento em que essa literatura gramatical começa a se constituir, ainda no século XVII, a organização da Companhia de Jesus e a ausência de uma ortografia do quimbundo convergem para influenciar o registro da língua em estudo. Os jesuítas de Angola e Brasil subordinavam-se à Assistência de Portugal<sup>45</sup>, esta um agente do Padroado Real Português<sup>46</sup>. Como muitos outros missionários, os jesuítas da Assistência de Portugal transformaram o alfabeto latino no seu instrumento para registro linguístico. Essa escolha trazia uma vantagem imediata: uma escrita alfabética permite ao leitor pronunciar qualquer sequência, independentemente de se entender o que se lê, desde que se dominem as correspondências entre grafemas e fonemas — que foram, então, tomadas como universais. Uma igreja universal forjava uma escrita universal, mas ao mesmo tempo essa escrita universal tomava as feições de diferentes Estados europeus.

“*O Pronunciar, & escrever he como na lingua Latina*”, afirmava o jesuíta Pedro Dias sobre o quimbundo. O latim já era, então, uma língua morta; assim, os padrões fonológicos do primeiro sistema de escrita do leitor acabariam por se impor na pronúncia desse latim (WALSH, 1996: 212). Por conseguinte, o mesmo alfabeto levaria, no latim, às mesmas correspondências entre fonemas e grafemas que eram aplicadas no português:

No período aqui focalizado, um dos pontos iniciais no estudo do latim era aprender a nomear as letras, uma vez que a letra era a unidade do primeiro nível da arquitetura gramatical, a Ortografia. A denominação das letras em latim não se afastava da nomeação em português (Rosa, 2012): “*A, Be, Ce, De, E, Ef, Ge, Ha, I, Kappa, El, Em, En, O, Pe, Qu, Er, Es, Te, V, Ix, Ypsilon, Zeta*” (Álvares,

<sup>45</sup> A Companhia de Jesus “*tinha como unidade administrativa a Província, conduzida pelo Superior ou Provincial*”; um grupo de províncias formava a Assistência (Faria, 2006). A Companhia chegou a ter cinco Assistências — Alemanha, Espanha, França, Itália e Portugal — até sua supressão no século XVIII. A *Assistência de Portugal* era constituída pela Província de Portugal, as províncias de Brasil, Goa, Japão e Malabar, e as vice-províncias da China e do Maranhão (SUITE DU RECUEIL, s.d.). A Missão de Angola estava subordinada à Província de Portugal.

<sup>46</sup> “*O direito do padroado consistia em um conjunto de privilégios eclesiásticos a ser exercido, usualmente, por uma ordem religiosa. Dentre estes privilégios constavam a nomeação de bispos e demais dignidades eclesiásticas e o direitos de recolher o dízimo dos fiéis*” (BRANDÃO, 2013). Ver Navarro (2008) para um panorama da implementação dessa nacionalização do catolicismo missionário.

1572: 46) . Dificilmente um estudante português distinguiria o <e> em <be>, longo, do <e> em <ef>, breve, uma vez que a duração não é e não era distintiva em português. Possivelmente, ressilabificaria as consoantes em coda, como em <ef>, <em>, <en>, fazendo com que passassem ao ataque de uma nova sílaba, concomitantemente à inserção de uma vogal final.  
(ROSA, 2016: 94)

O alfabeto latino nas missões da Assistência de Portugal ganhava os contornos da tradição ortográfica que se constituía para a língua portuguesa; afinal, se era “*produzido pelos Portuguezes, he Portuguez na escritura; que pode admitir a penna Portugueza*”<sup>47</sup>. Esqueciam-se as palavras de um outro jesuíta, que chamava a atenção para os problemas do aprendizado de uma língua a partir de uma escrita nunca pronunciada por um nativo: “*Pera apronuniação não basta saber a orthographia. he necessario ouuir as vozes, que se proferem, & a tentar como se proferem pellos que sabem bem fallar*” (ESTÊVÃO, 1640:4).

Ainda no século XVII, em 1622, o Papa Gregório XV (1554-1623) começaria a retirar o poder dos reis português e espanhol sobre as missões nas diferentes partes do mundo e criava a *Sagrada Congregação para a Propagação da Fé*. Em decorrência, em 1645 chegava ao Congo o primeiro grupo de missionários capuchinhos, agora subordinados à Santa Sé. Por cautela em razão da ainda recente independência de Portugal da Coroa de Espanha, a *Propaganda Fide* passou a dar preferência ao envio de missionários italianos para a região (GONÇALVES, 2008:7). O italiano Cannecattim deixaria no seu registro do quimbundo as marcas da escrita do português e do italiano:

Ha duas syllabas entre os Abundos, que tem huma pronuncia equivoca: porque humas vezes se pronunção como em Portuguez, outras como em Italiano; para nós sabermos pois determinar devemos fixamente assentar, que o apostrofe, ou sinal posto sobre varias letras do Alfabeto dos Abundos, he que mostra a verdadeira pronuncia de varias syllabas, e faz com que a palavra sempre se conserve na sua propria natureza; por cujo motivo todas as vezes que as duas syllabas *c'i*, e *c'hi* não tiverem sobre a letra *c* o tal apostrofe devem-se pronunciar como em Potu-

<sup>47</sup> *Catecismo brasilico da doutrina christã : com o Ceremonial dos Sacramentos, & mais actos Parochiaes / composto por Padres Doutos da Companhia de Jesus; aperfeiçoado, & dado a luz pelo Padre Antonio de Araujo da mesma Companhia; emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam da mesma Companhia.* Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, 1686.

guez; pelo contrario todas as vezes que se encontrarem com o sobredito apostrofe se pronunciarão como em Italiano v. g. *Quicúcc'i* quanto? *C'hiámi* meu. Neste mesmo lugar deve-se fazer menção da syllaba *q'ui*, que sendo marcada como apostrofe, vale o mesmo, que a sobredita syllaba *c'hi*, e se deve pronunciar da mesma maneira, porém se escreve com diferentes letras por ser assim necessario v. g. *Q'uiátul* pouco.

(CANNECATTIM, 1805:2)

E de sons que não estavam no português:

O Alfabeto da lingua Bunda consta das mesmas letras, de que consta o da lingua Portuguesa: todas ellas se pronuncião da mesma fôrma, que em Portuguez excepto o *a*, *e*, *o*, *u* todas as vezes que forem feridos das letras *g'* e *h'*, e sobre estas houver algum apostrofe, ou sinal, que então se pronuncião differentemente que em Portuguez, isto he, gutturalmente v. g. *Mug'attu* a mulher, *Ag'attu* as mulheres. *H'úta* a espingarda, donde se collige que todas as vezes, que as syllabas *g'á*, *g'é*, *g'ó*, ou *g'ú* e *h'á*, *h'é*, *h'ó*, *h'ú*, se encontrarem notadas com o sobredito apostrofe se pronuncião differentemete que em Portuguez, igualmente a letra *i* to-//das as vezes que for ferida da letra *h'*, e sobre este houver o tal apostrofe, posto que se não pronuncie gutturalmente; com tudo tem uma pronuncia diferente da Portuguesa, e he, a que chamão *nazál* v. g. *Ih'h'i* que tem? por cujo motivo para se evitarem os muitos erros que nascem da má pronunciação das syllabas, deve-se ter todo o cuidado no *g'á*, *g'é*, *g'ó*, *g'ú*, no *h'á*, *h'é*, *h'ó*, *h'ú*, e no *ih'*, *h'i*, que com o sobredito apostrofe, ou outro qualquer sinal, tem uma muito diferente pronuncia, do que quando o não tem.

(CANNECATTIM 1805:1-2)

Souza e Oliveira & Francina pretendiam fazer correções ao texto de Canne cattim e tomaram decisões próprias:

Neste trabalho, longe de pretendermos estabelecer os preceitos orthographicos, apenas indicamos o que nos parece expressar melhor na escripta alguma coisa que os nossos ouvidos mais claramente tem percebido. Assim, por exemplo, sendo a syllaba = *ca* =, quando anteposta aos substantivos, a formação do diminutivo, e o termo = *himbua* = significando = *cão* =; diz-se em nbundu = *câmbua* = para significar = *cãosinho* =; parece que o melhor modo de

figurar a pronúncia da contracção de  $\text{= cahimbua =}$  que certamente existe, será escrever  $\text{= ca'mbua}$ .

(SOUZA E OLIVEIRA & FRANCINA, 1864: xi)

O alfabeto era o mesmo, mas nacionalizava-se, ao que se somavam as peculiaridades do autor. Baião (1946: 19) notaria que cada autor adotou “o alfabeto que melhor lhe pareceu como mais conforme à ortografia usada em seu tempo”. A falta de padronização traz à lembrança o exemplo já famoso do missionário William Ellis (1794-1872) sobre os topônimos grafados *Owhyhee* e *Otaheite*<sup>48</sup>: à primeira leitura dificilmente conseguiríamos relacioná-los, respectivamente, com *Hawaii* e *Taiti* (ELLIS, [1827] 1917: 41)<sup>49</sup>.

Quando os estudos comparativos começaram a focalizar as línguas da África e do Novo Mundo, a nacionalização das ortografias se mostraria um obstáculo mais perturbador, porque os pesquisadores necessitavam de recorrer a fontes de várias origens, como notou Cust (1883: I,11):

On the subject of spelling names it must be recollected that the information contained in these pages is drawn from English, French, German, Swedish, Finnish, Italian, Spanish, and Portuguese authors, and the great difference of rendering sounds in recording the most ordinary names in different Languages is well known. In my book on the “Modern Languages of the East Indies”, the Materials of which were drawn from many sources, I hesitated at bringing the names, gleaned from books in many Languages, to one Procrustes-bed, and some critics expressed dissatisfaction at this want of uniformity. In this book I have adopted one uniform system, and, whether it is good or had, at any rate it is intelligible, which is more than can be said for other systems. K will always stand for hard C, as in Kongo; an accent will call attention to the fact that a vowel is long, such as Káfir ; but where a name has an European origin or notoriety, no change is made, such as Capetown, Sierra Leóne, Zanzibár, Algiers, &c., &c.

<sup>48</sup> Ellis.[1827] 1917. *A narrative of a tour through Hawaii, or Owhyhee: with remarks on the history, traditions, manners, customs, and language of the inhabitants of the Sandwich Islands*. p. 42.

<sup>49</sup> Também nomes de figuras históricas podiam não ser facilmente reconhecidos: “*We have seen the name of Tamehameha, the late king, spelt in various publications twelve or fourteen different ways; and the same variety has also prevailed in other popular names, though perhaps not to an equal extent*” (ELLIS, [1827] 1917: 41)

A discussão se ampliaria, e o problema começaria a ser atacado de outro modo que não o emprego da ortografia do autor do trabalho. William Jones ([1788]), por exemplo, já chamara a atenção para o problema em *A Dissertation on the Orthography of Asiatick Words in Roman Letters*<sup>50</sup>. Em 1848 a *Church Missionary Society* publicava a proposta do missionário James Frederick Schoen (1803-1889) e do Rev. Samuel Lee (1783-1852) de padronização do registro de línguas africanas: eram as *Rules for Reducing Unwritten Languages to Alphabetical Writing in Roman characters, with reference especially to the languages spoken in Africa*. Essas regras tinham como princípio geral — como já esboçado em Jones — o que poderia ser resumido como “*As vogais como no italiano; as consoantes como no inglês*” (GREGERSEN, 1977b: 423; BENDOR-SAMUEL, 1996:690), fixando valores para as letras do alfabeto latino, evitando dígrafos para a representação de um único som e fazendo largo uso do ponto subscrito: por exemplo, *ſ* para *j*; *ʒ* para *θ*; *ε* para *ε* (BENDOR-SAMUEL, 1996:690).

Em 1854, o diplomata prussiano Karl Bunsen (1791-1860) e a *Church Missionary Society* promoveriam uma *conferência alfabética* em Londres, na casa do diplomata. Resultaria dessa conferência o *Alfabeto Padrão* de Lepsius, publicado no ano seguinte e, revisto, em 1863, que não se tornaria universal: as missões católicas, por exemplo, nunca o aceitariam (IRVINE, 2008: 335)<sup>51</sup>. A gramática de Chatelain surge neste novo contexto. Chatelain (1893a: 307), em trabalho sobre a toponímia angolense, afirmava que lançava mão de uma ortografia fonética que despontava em Angola: “*Its novel feature is that all the names are carefully written as pronounced by the natives of Angola and*

<sup>50</sup> Jones ([1788]: 175) “Every man, who has occasion to compose tracts on Asiatick Literature, or to translate from the Asiatick Languages, must always find it convenient, and sometimes necessary, to express Arabian, Indian, and Persian words, or sentences, in the characters generally used among Europeans; and almost every writer in those circumstances has a method of notation peculiar to himself: but none has yet appeared in the form of a complete system; so that each original found may be rendered invariably by one appropriated symbol, conformably to the natural order of articulation, and with a due regard to the primitive power of the Roman alphabet, which modern Europe has in general adopted”.

<sup>51</sup> Irvine (2008: 335) reproduz em nota o comentário de um impressor da época, John Bellows sobre o Alfabeto Padrão de Lepsius: “*It requires nothing less for its accomplishment, than the revolutionizing of all the printing offices in the world; substituting for the roman alphabet, a system which makes each letter of that alphabet a sort of lay figure upon which to hang all kinds of hooks, and moons, and dots, and endless diacritical marks. As a practical printer, I feel certain that such a system cannot be carried out. . . . The universal adoption of the system of Professor Lepsius would necessitate the cutting, not a few hundred, but of many hundreds of thousands of new sorts of type!!!*”.

*spelled in accordance with the phonetic orthography adopted in their rising literature*". Sua *Gramática elementar*, porém, ecoa as "Rules" de 1848: "**Vowels: As in Italian or German [...]** **Consonants: b, d, f, g, h, k, l, m, n, p, t, v, z, as in English but unaspirated, except h**" (Chatelain, 1888-89: xxi)<sup>52</sup>

Ladislau Batalha não fala sobre a ortografia, mas parece estar em acordo com Chatelain.

#### 4. A referência aos falantes

Para um falante atual de português, ao menos no Brasil, chama a atenção o emprego de *preto* em lugar de *negro*<sup>53</sup> em alguns dos textos anteriormente referidos. O emprego atual, que trata os termos como sinônimos, quase nunca coincide com o uso que se encontra na documentação do período aqui focalizado.

Moura (2004: 288) nota que "*o termo 'negro' não servia para designar africanos [...] mas para denominar o indígena*" na documentação sobre a fase inicial da colonização do Brasil. Na documentação analisada por Alcântara Machado (1930), isto é, em "*inventários processados de 1578 a 1700*" do Arquivo do Estado de São Paulo, *negro da terra* refere o indivíduo de um povo originário do Brasil. Para o que atualmente chamamos *negro* aparece uma denominação com origem na língua geral, *tapanhuno*, ou, já no século XVII, *negro de Guiné*:

Tapanhunos, assim lhes [**aos africanos – MCR**] chamam os documentos coloniais. Em língua geral **tapuyna** significa "gente preta", em contraposição a **tapuytinga** ou "gente branca", nome aplicado aos europeus.

É em 1607 que aparece pela primeira vez um negro de Guiné. Estimam-no em quarenta mil-réis, soma exorbitante para a época.

(MACHADO, 1930: 137)

O dicionário de Raphael Bluteau (1638-1734) registrou um outro significado para *negro*: "*homem da terra dos negros*", com a remissão para a subentrada *Terra dos Negros* ou *Nigrítas*: "*Na Libia Ulterior, he huma vastissima Região da Africa, entre o Zaara, & o Guiné*" (BLUTEAU, 1712-1728: v.5, 704). Ao final da subentrada, Bluteau detalha a região: "*Divide-se a terra dos Negros em*

<sup>52</sup> Também nas *Bantu Notes* (CHATELAIN, 1893b: 529).

<sup>53</sup> Há mesmo a recomendação de uso: «*Negro – A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a "preto"*» (QUEIROZ, 2004).

*algũas quatorze Provincias, ou Reynos, que saõ Gangara, Zanfara, Cassena, Zegzeg, Cano, Guber, Gago, Agades, Mandinga, Tombuto, Gualata, Terra dos Jalofos, & Melli*” (BLUTEAU, 1712-1728: v. 5, 705). A localização da *Nigritas* assinalada por Bluteau reflete o conhecimento da época: sua descrição ajusta-se perfeitamente à região indicada num mapa contemporâneo, de 1729, do cartógrafo inglês Herman Moll (1654?-1732)<sup>54</sup>. A referência a uma determinada região da África, habitada pela “*raça etiópia dos Nigritas*” é pelo menos tão antiga quanto Ptolomeu (ca. 90-168), que a situou na sua *Geografia* ao norte do rio Nigir<sup>55</sup> (PTOLOMEU, IV, 6 e a Quarta carta da Líbia)<sup>56</sup>.

Richard Cust empregaria *negro* como designação aplicada a um tipo físico originário de uma área geográfica específica, ressaltando a diferença entre *preto e negro*:

It is often asked what Races are Negro, as the meaning of the term is not well defined. It ought to be remembered, that the word is not a National appellation, but denotes a physical type, of which the tribes in North Guinea are the representatives. When these characteristics are not all present, the Race is not Negro, though black, and woolly-haired. The Bantu, the Hottentot, the Ethiopian, and Nubian are not Negro. Yet sometimes the Moor of Shakespeare has been delineated as a Negro. Some Commentators declare that the Ethiopians of the Old Testament were Negro, and the people of North Africa with whom the Romans came in contact have been considered to be so also.

(CUST, 1878-1883: I, 53-54):

E assim a indicação de origem geográfica se torna também uma classificação linguística. Cust chama a atenção do leitor de que etnografia e linguística não são o mesmo: “*Care is taken to distinguish Ethnology from Language, as being quite distinct phenomena of the Human Race: in some cases the Race and Language coincide, in most cases they do not: of the great Bântu Race the tribes*

<sup>54</sup> Herman Moll, 1729. *Negroland and Guinea with the European Settlements, Explaining what belongs to England, Holland, Denmark, etc.* London: Thomas Bowles & John Bowles.

<sup>55</sup> Gerhard Mercator (1512-1594) e Ptolomeu (séc. II). *Africae quarta tabula*. Cologne: 1578; 1584. (Stanford Digital Repository, imagem em domínio público).

<sup>56</sup> As cartas de Ptolomeu ainda eram impressas no século XV. Schüler (2010: 30) apresenta uma edição desses mapas de 1486. Ao demonstrar ser possível contornar o Cabo da Boa Esperança, passando de um oceano a outro, a viagem do navegador português Bartolomeu Dias (1450-1500) tornaria obsoleta essa carta específica.

*“speak scores of different Languages and Dialects”* (CUST, 1878-1883: I, 78). *Negro* é, para ele, uma designação primariamente geográfica, não linguística:

It is as well to define the word “Negro”. The Race by no means extends all over Africa: it is quite distinct from the Hamitic Berber and Ethiopic, though many of those Races are black, and from the Bantu, and Nuba-Fulah, though in a general way all are called Negro: the word is not a National appellation at all, but denotes the ideal type constituted by the assemblage of certain physical characteristics, which is exemplified in the Natives of Guinea in West Africa, and in their descendants in America and the West Indies. Where all these characteristics are not found, the African, though black, is not a Negro in the strict sense. The Race occupies a vast Region South of the Tropic of Cancer and North of the Equator, from the River Senegal on the West, Eastward to the Northern bend of the Upper Niger at Timbaktu, thence along the North Shores of Lake Tsad, skirting the Great Sahara, to the Basin of the Upper Nile as far as the Somerset Nile. Of its Southern limits in the Interior little is known, but on the West Coast it reaches down to the Kamerun Mountains. Thus the whole of the Basin of the River Niger is included in this Language-Field, and, as far as we know, the whole of the Basin of Lake Tsad. The Field of the Languages of the Nuba-Fulah Group, is often intermixed with that of the Negro, and in many tracts the Fulah and Negro Languages are spoken concurrently by the same population. The difference betwixt the Negro and the Bantu in character, habits, appearance and religious notions, and especially in Language, is very marked, and it would be impossible to treat them together, whatever theories may be formed of their origin.

(CUST, 1878-1883: I, 163-164)

Apesar do aviso ao leitor, ao adotar a classificação proposta pelo linguista austríaco Friedrich Müller (1834-1898)<sup>57</sup> e embora avisasse o leitor de que se tratava de uma classificação provisória, Cust empregaria *Negro* como designação linguística:

The Languages of Africa are provisionally divided into Six Families or Groups.

I. Semitic.

II. Hamitic.

<sup>57</sup> Cust (1883: I, 50): “*I have chosen the latter method, and rightly or wrongly adopted the six main divisions of F. Muller : but all my minor subdivisions are strictly Geographical, and I have worked out the details on my own responsibility, as I have had ampler Materials available than any of my predecessors*”.

III. Nuba-Fulah.

IV. Negro.

V. Bantu.

VI. Hottentot-Bushman.

(CUST, 1883: I,80)

O acúmulo de dados sobre línguas até então desconhecidas dos europeus permitiria procurar respostas para questões formuladas repetidamente sobre a natureza das línguas, sua diversidade, a possibilidade de um ancestral comum ou de vários. A comparação dos dados privilegiaria de um lado, o estabelecimento de relações entre línguas e povos com base na história; de outro, a busca de similaridades e de diferenças como elos numa cadeia de parentesco. No período aqui focalizado, as respostas caminhariam majoritariamente para a visão de uma organização hierárquica de línguas e, por extensão, de seus falantes.

#### 4.1. *Uma classificação genética*

A consciência da diversidade linguística (e a própria criação de uma Europa) já tivera um primeiro momento com o fim do Império Romano, como assinalou Umberto Eco (1993: 18). Compatibilizar a explicação da diversidade com a narrativa bíblica foi tarefa a que se dedicaram vários estudiosos. Para Isidoro de Sevilha (560-636), por exemplo, a diversidade teria tido início com a destruição da torre de Babel; antes desse evento havia apenas uma língua para todas as nações: a hebraica.<sup>58</sup>

A busca de uma língua ancestral, de onde derivariam as demais, é bem anterior ao século XIX, mas, como notou Davies (1998:44), não é correto dizer que antes do século XIX se considerava que todas as línguas tinham como ancestral o hebraico. Metcalf (1974: 236), por exemplo, demonstrou que já no século XVII era possível encontrar autores: a) estabelecendo noções como *família*, *língua-mãe*, *línguas irmãs* e mesmo a representação em árvore e seus ramos; b) levantando a hipótese de que a língua ancestral poderia já ter

<sup>58</sup> Isidoro (XX, livro IX):” *Linguarum diversitas exorta est in aedificatione turris post diluivium. Nam priusquam superbia turris illius in diversos signorum sonos humanam divideret societatem, una omnium nationum lingua fuit, quae Hebraea vocatur*” [‘A diversidade das línguas teve origem na edificação da torre após o dilúvio. Na verdade, antes que a soberba daquela torre dividisse a sociedade em diferentes sons com significado, havia uma língua para todas as nações, chamada hebreia’.]

desaparecido, uma vez que uma língua, como um organismo vivo, passava por diferentes fases ao longo do tempo.

Ainda no século XVIII, Hervás (1785: §196) informava que não trataria da questão que dividia suas fontes, sobre o hebraico ser ou não língua matriz<sup>59</sup>. Assim, embora seja tratado como o marco inicial dos estudos comparativos o famoso *Discurso do Terceiro Aniversário, Sobre os Hindus* em 1786 na Asiatic Society em Calcutá — em que William Jones (1746-1784) assinalou a semelhança entre o grego, o latim e o sânscrito<sup>60</sup> — essa preocupação não brotava pela primeira vez naquele momento.

O acúmulo de dados sobre línguas desconhecidas dos europeus conseguido com os Descobrimentos não foi tão abundante para a África, como notou Hervás (1785: § 459) na edição italiana de seu *Catalogo delle lingue conosciute e notizia della loro affinità, e diversità*<sup>61</sup>. O interior do continente era praticamente desconhecido, situação que começaria a mudar ao longo do século XIX, mas ainda muito distante de um conhecimento minimamente satisfatório. Escrevendo para o *World's Congress of African Ethnology* realizado em 1893, Héli Chatelain afirmava que

[m]any important tribes and languages we do not yet know, and even in the case of the best known tribes the information we possess is rarely of a scientific character. As compared with the past, no doubt, knowledge is progressing with gigantic strides; but every new ray of light only makes us more palpably feel how dense is the darkness which still covers the greater portion of the continent. (CHATELAIN, 1894b: 289)

<sup>59</sup> Hervás (1785: § 196): “Non voglio perora entrare nella quistione, se la lingua Ebraica sia Matrice della Siriaca, como provano Eusebio, Mariana, ed altri, o se la Siriaca sia matrice dell’Ebraica, come difendono Teodoro, ed Amira”.

<sup>60</sup> Jones ([1786]1799:I,26): “A língua sânscrita, seja qual for sua antiguidade, tem uma estrutura maravilhosa; mais perfeita que o grego, mais copiosa que o latim e mais delicadamente refinada que qualquer deles, partilhando com ambos, contudo, quer nas raízes dos verbos quer nas formas de gramática, uma afinidade mais forte do que poderia ter sido produzida por acidente; realmente tão forte que nenhum filólogo poderia examinar as três sem concluir que tenham surgido de uma origem comum, que talvez não mais exista. Há razão semelhante, embora não tão vigorosa, para supor que o gótico e o celta [...] tenham a mesma origem do sânscrito; e o persa antigo poderia ser adicionado à mesma”.

<sup>61</sup> Hervás informa que para suprir a escassez de informações sobre línguas da África escrevera para vários jesuítas portugueses e então descobrira que todos os missionários jesuítas na África estavam presos em Lisboa.

Como, resumir, então, o conhecimento sobre o mapa linguístico da África no período aqui focalizado?

A semelhança entre hebraico, árabe e aramaico já era conhecida havia muito tempo de estudiosos judeus e muçulmanos (RUHLEN, 1991:77). No século XVII Hiob Ludolf (1624-1704) assinalara a semelhança entre o gueês e o amárico (RUHLEN, 1991:77); antes, em 1650, Christian Ravis (1613–1677) também notara semelhanças em *A general grammar for the ready attaining of the Ebrew, Samaritan, Calde, Syriac, Arabic and Ethiopic languages* (GREGERSEN, 1977a: 94). Não obstante essa tradição, foi a August Ludwig von Schlözer (1735-1809) que se atribuiu o reconhecimento e a denominação da família semítica em 1781 (RUHLEN, 1991:77)<sup>62</sup>.

Em 1776 Liévin-Bonaventure Proyart (1743-1808) apontava a afinidade entre loango, kakongo e kongo na *Histoire de Loango, Kakongo, et autres royaumes d’Afrique; rédigée d’après les mémoires des préfets apostoliques de la mission française*, chamando a atenção para línguas que viriam mais tarde a ser reunidas sob o rótulo *banto*, criado por Wilhelm Bleek : vira semelhanças nos “artigos” (referência aos prefixos das diferentes classes nominais?) e nas raízes. Proyart levantava a possibilidade de uma dessas línguas ser a língua-mãe (PROYART, 1776: 171-172)<sup>63</sup>; no entanto, a semelhança que encontrou entre algumas palavras dessas línguas e palavras gregas, latinas ou hebraicas (PROYARD, 1776: 172; 183-187) levaram o abade Proyart a levantar a possibilidade de um parentesco mais amplo, deixando a decisão para o “leitor instruído”.

Em 1808, Heinrich Lichtenstein (1753-1816) perceberia dois grupos linguísticos distintos no sul da África, que tratou como duas línguas com vários dialetos (GREGERSEN, 1977a: 97): distinguia o *hotentote*<sup>64</sup> (nama) do *cafre* (banto).

<sup>62</sup> Diferentemente de Ruhlen e de Davies (1998:45), Bertil Malmberg (1991:353) afirma que o termo *semítico* teria sido proposto, sem sucesso, por Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e outros ainda no século XVII. *Semítico* viria a substituir a denominação *línguas orientais*.

<sup>63</sup> “L’idiome de Kakongo, le même à-peu-près que celui de Loango; n’Goio, lombá & autres petits Etats circonvoisins, diffère essentiellement de celui de Congo. Plusieurs articles semblables, & un grand nombre de racines communes, semblent cependant indiquer que ces langues ont eu la même origine; mais on ignore laquelle des deux est la langue mere”.

<sup>64</sup> Denominação abandonada pelo caráter pejorativo, porque originalmente relacionava os cliques com gagueira ou soluços.

Johann Christoph Adelung (1732-1806) não chegou a ver publicado o primeiro volume de seu *Mithridates oder allgemeine Sprachkunde*<sup>65</sup> [‘Mitrídates ou linguística geral’], de 1806, sobre as línguas da Ásia. Johann Severin Vater (1771–1826) continuaria a obra, cujo terceiro volume, publicado em 1812, incluía a África. Adelung & Vater dividiram a África em três partes: o Norte, com o berbere; no Sul, bosquímano e hotentote; na África Central ficava o restante das línguas. Em 1826, Adrien Balbi (1782-1842) propunha uma classificação de todas as línguas africanas conhecidas — provisória porque reconhecia haver pouca notícia do interior do continente (ver *carta XVI*). Já relacionava o nama e as línguas dos bosquímanos (*Bosjemanns*) que apresentava como “*nation la plus sauvage et abrutie de l’Afrique méridionale*” (ver *item 288*).

Em 1854, o missionário alemão trabalhando para a *Church Missionary Society* Sigismund Wilhelm Koelle (1820-1902) publicava em Londres sua *Polyglotta Africana, or a comparative vocabulary of nearly three hundred words and phrases, in more than one hundred distinct African languages*, resultante de seu trabalho em Serra Leoa entre 1847 e 1852 — isto é, no momento em que se proclamava a independência da vizinha República da Libéria. Em Freetown, Koelle teve acesso a escravos libertos trazidos dos EUA, mas também àqueles capturados pela marinha britânica a bordo de embarcações. O levantamento de dados de tantas línguas permitiu a Koelle a postulação de onze grupos geneticamente relacionados e mais um décimo segundo, de línguas isoladas e não classificadas.

A metodologia empregada não ajudava muito a dirimir as dúvidas. Cust (1863: I, 94), tratando do Grupo Hamita, afirmaria que “*It cannot be safely asserted of all the Languages under this category, that they belong to one Family*”. Em seguida, demonstrava que se assumiu distingui-las do banto: “*It has been decidedly a step in advance to group all non-Semitic Languages with Grammatical Gender in the North and North-East of Africa together, and to divide them into three Geographical Sub-Groups. A. Egyptian. B. Libyan or Berber. C. Ethiopic*”.

Ruhlen (1991: 78) assinala que em meados do século XIX tornava-se comum reunir as famílias berbere, egípcia e cuchita num grande grupo, o *hamita* ou *camita*, e que por volta de 1860, em razão de se propor uma origem comum

<sup>65</sup> Autores da Antiguidade fazem referência ao antigo rei Mitrídates (134-63aC). Um desses autores é Quintiliano, na *Institutio Oratoria* (livro XI, II, 50): “*de quem se afirma que conhecia os vinte e dois idiomas, próprios das nações sobre as quais imperava*”. Daí terem sido intituladas *Mitridates* obras que focalizaram muitas línguas.

para essas línguas e as línguas semíticas, ambos os grupos seriam reunidos num grande grupo *hamito-semita*.

Dois autores seriam marcantes no final do século XIX: Karl Richard Lepsius (1810-1884) e Friedrich Müller (1834-1898). Para o egiptólogo alemão Lepsius (1880)<sup>66</sup>, o território africano poderia ser dividido em três (Lepsius (1880: XVII-XVIII): *semítico* (*Semitische Sprachen*), *hamítico* (*Hamitische Sprachen*), e *negro proto-africano* (*Urafrikanische Negersprache*, que incluía o banto — *Bantu-Negersprachen* — e o negro misto — *Misch-Negersprachen*). O mapeamento era linguístico (a presença de gênero é um fatores que o leva a colocar o hotentote entre as línguas hamitas), mas também racial: no nível mais elevado estavam as línguas e povos hamitas, ao Norte da África, de pele mais clara e com línguas consideradas mais sofisticadas e mais próximas das europeias (AGWUELE, 2008: 11).

A proposta de Müller seria revisada por ele mesmo mais de uma vez e, de acordo com Chatelain (1894: 290), seria aquela com maior penetração no mundo anglófono em razão da influência da obra de Robert Cust.

Ruhlen (1991: 79) ressalta que tanto Lepsius quanto Müller lançaram mão de critérios como cor da pele, tipo de cabelo e atividade de subsistência — critérios não linguísticos — na classificação das línguas. Lepsius adicionaria traços gramaticais, como ausência ou presença de gênero, desenvolvendo uma tipologia de que nada decorria.

O católico Hervás tentara compatibilizar sua visão da diversidade linguística com o episódio da torre de Babel (*Gênesis*, 11) — o que implicava a busca de uma língua primitiva única. As missões protestantes priorizaram a descendência de Noé — Sem, Jafé e Cam — responsáveis pelo povoamento do mundo (*Gênesis*, 9-10). Jafé<sup>67</sup> teria dado origem aos europeus (“*a dispersão nas ilhas das nações*” é interpretada como a região do mar Mediterrâneo); Sem, aos semitas; o amaldiçoado Cam<sup>68</sup> e sua descendência povoariam a África<sup>69</sup>.

<sup>66</sup> Data da publicação de *Nubische Grammatik mit einer Einleitung über die Völker und Sprachen Afrika's* [‘gramática do núbio com uma introdução sobre povos e línguas da África’].

<sup>67</sup> As denominações *jafética* e *ariana* perderiam lugar para *indo-germânica*, denominação criada por Conrad Malte-Brun em 1810 e *indo-europeia*, proposta por Thomas Young em 1813.

<sup>68</sup> O mais novo dos filhos de Noé, Cam, viu o pai bêbado e nu; seus irmãos, sem olhar para o pai, cobrem-no. Ao acordar, Noé amaldiçoa Cam, destinando-o, como também sua descendência, a ser escravizado pelos irmãos, que abençoou (*Gênesis*, 9, 3). Como nota Irvine (2008: 327), “*By the 19th century the ‘curse of Ham’ had already served for many centuries as a rationale for enslaving Africans, by Muslim as well as European slavers*”.

<sup>69</sup> A denominação *cuchita*, por exemplo, segue a mesma tradição: *Cuch* era um dos filhos de Cam.

Abandonada a referência bíblica, esta visão poligenética da diversidade estaria em Bleek e em August Schleicher (1821-1868), por exemplo (“*Portanto nos é impossível supor a derivação material [...] de todas as línguas do seio de uma língua primitiva única*” – SCHLEICHER, 1868 [1863]: 14), mas contestada por Charles Darwin (1809-1882), que, referindo-se implicitamente a ambos os autores (ALTER, 2007), afirmava que

Com base nas diferenças fundamentais entre determinadas línguas, alguns filólogos têm inferido que, quando o homem primeiramente se dispersou, ele não era um animal falante; pode-se suspeitar, contudo, de que as línguas – de longe muito menos perfeitas do que qualquer uma das que atualmente são faladas – auxiliadas por gestos, poderiam ter sido usadas e ainda assim não terem deixado traços nas línguas subsequentes e mais altamente desenvolvidas. Sem o uso de alguma língua, ainda que imperfeita, parece duvidoso se o intelecto do homem poderia ter alcançado os padrões implicados por sua posição dominante num período tão antigo.

(DARWIN, 2006: VII 910)

À medida que o século XIX caminhava para o fim, os ecos do texto bíblico que permeavam a classificação das línguas iam-se tornando menos audíveis, mas não completamente ausentes, como notou Irvine (2008: 327):

By the later decades of the 19th century, when human history was known to have much greater time depth than Biblical literalism afforded, and ‘race science’ began to dominate the scholarly world, the academic literature increasingly represented ‘Hamites’ as white and explained African language structures as derived from racial ‘mixtures’ when the Hamites moved southward into Africa (Lepsius, 1880). As Meinhof (1910–1911 and 1912) suggested, when the Hamites arrived in Africa they must have married black women already living there – women whose languages were not even part of the ‘Noatic’ superfamily.

#### **4.2 Uma tipologia morfológica**

A tradição gramatical greco-latina reconheceu a palavra como uma parte indivisível da oração. Sua estrutura interna não foi, a princípio, objeto de interesse: a palavra era formada por sílabas que, por sua vez, eram formadas por

letras. A *Arte* de Pedro Dias reflete essa tradição: Dias descreveu a estrutura morfológica do quimbundo lançando mão apenas de letras e sílabas.

Os estudos comparativos e históricos do século XIX alterariam essa visão. Para chegar às formas originais que permitiriam estabelecer o parentesco entre línguas era preciso dar conta de mudanças fonéticas ocorridas num passado muito distante e, por conta dessas alterações, propor unidades no interior da palavra. Afinal, como notava José Oiticica (1882-1957), “*Quem poderia ver semelhança entre zo de azoto e vi de viver? Pois ambas derivam da raiz indoeuropeia gwyē*” (OITICICA, [1919] 1958: 71).

Com Franz Bopp (1791-1867) a palavra ganhava estrutura de um nível descritivo diferente de letras e sílabas: propunha como elementos *raiz*, *afixo derivacional*, *afixo flexional*. E o século XIX via surgir uma nova denominação, *morfologia*, para dar conta de uma estrutura cujos formativos mudavam ao longo do tempo.

A nitidez das fronteiras internas da palavra ganhava importância na classificação das línguas, e a tipologia ganhava importância no estabelecimento de relações genéticas, o que redundou numa hierarquia de estágios sucessivos, sendo o mais primitivo o das *línguas monossilábicas* ou *isolantes*. A ele seguia-se o das *línguas aglutinativas* ou *afixivas*. O estágio mais sofisticado, o das *línguas flexivas* ou *fusionais*, incluía as línguas indo-europeias e as semíticas.

Wilhelm Bleek, o grande nome oitocentista no estudo das línguas bantas, defenderia a proposta de que traços linguísticos determinavam a posição de um povo numa hierarquia cultural. Seu ponto central foi a codificação do gênero. Bleek distinguiu as línguas em duas grandes classes ou famílias: as *línguas prefixo-pronominais* e as *línguas sufixo-pronominais* ou *línguas que denotam sexo*, isto é, que classificam as línguas em relação ao gênero, o que o outro grupo não faz. Trabalhando no Sul do continente africano, Bleek considerou a forma mais primitiva do primeiro grupo o *cosa* (ou *xhosa*) e o *zulu*; o segundo, o *coe* (*khoi*)<sup>70</sup>.

A distinção proposta por Bleek seria seguida por Lepsius e Cust, e traços gramaticais justificariam opor bantos e hamitas em praticamente todos os cri-

---

<sup>70</sup> Empregamos nos glossônimos as grafias em português propostas por Margarida Petter (2015).

térios para classificação de línguas bantas como já apontava Cust<sup>71</sup>. O *Quadro 4* a seguir esquematiza essa visão, seguindo Campbell & Posner (2008: 125):

<b>Banto</b>	<b>Hamita</b>
Línguas prefixais	Línguas sufixais
Ausência de gênero	Presença de gênero
Aliteração eufônica (concordância)	Sem aliteração eufônica
Uso de preposições	Uso de posposições
Genitivo depois do Nome possuído	Genitivo antes do Nome possuído
SVO	VSO, SOV
Tom	Sem tom

**Quadro 4:** Tipologia para o Banto e o Hamita na visão de Cust (adaptado de Campbell & Posner, 2008).

A importância da estrutura interna nas palavras para o Banto estaria presente em outros autores, caso de Johnston (1886):

We may therefore reduce the real features of the Bantu family of languages to these:

- I. They are agglutinative in their construction.
- II. *None* of their words ever end in a consonant except in rare instances, where the termination through contraction becomes a nasal sound.
- III. No two consonants come together without an intervening vowel, except where one of them is a nasal or a labial.
- IV. Substantives are divided into many classes or genders, the full number of which is sixteen. These are governed by characteristic prefixes, differing in singular and plural, and observing the “concord” throughout the sentence.
- V. No sexual gender is recognized, but two particular classes of prefixes (one

<sup>71</sup> Cust (1863:II, 294): “**I.** Prefixes to Nouns according to Classes. **II.** Absence of Grammatical Gender. **III.** Nominal Prefixes. **IV.** Personal Pronouns prefixed to Verbs. **V.** Euphonic Alliteration. **VI.** Use of Prepositions instead of Postpositions. **VII.** Position of the Genitive after its governing Noun. **VIII.** Position of the Subject before the Verb, and the Verb before the Object. **IX.** Insertion of a Pronoun after the Object, and before the Verb, ex. gr., “Satan (he) (her) deceived Eve.” **X.** Termination of Syllables in Vowels only, which may be modified by a Nasal. **XI.** Frequent strengthening of the Initial by a Consonantal Prefix principally by a Nasal. **XII.** The use of Tones.”

singular, and one plural) indicate sentient forms of animal life only, though these may also be expressed by nouns bearing other prefixes as well.

VI. The pronominal-particles (which are really identical in origin with the prefixes) must always precede the verbal-root, except in the imperative mood.

VII. The verbal-root may modify its termination by change of vowel or by suffixing certain particles ; or it may even change its radical vowel, either to form a tense or to alter the original meaning of the simple stem, this being actually inflection.

VIII. Adjectives and numerals always *follow* the noun.

(JOHNSTON, 1886: 491)

### 4.3. *Línguas, falantes e hierarquias*

A nascente ciência da linguagem começava a relacionar língua e raça, permitindo, com isso, a exploração política de argumentos acerca da superioridade ou inferioridade de línguas e grupos humanos (ver DAVIES, 1998: 157ss). E começava a lançar as bases, como notou Auroux, de um *racismo linguístico*, explícito, por exemplo, nas implicações da classificação de Bleek em *Sobre a origem da linguagem*, de 1869:

Is it, then, a mere accident that nearly all the nations which have made any progress in scientific acquirement speak sexual languages? [...] On the other hand, among the mass of nations speaking prefix-pronominal languages, [...] there is not one that has added any noteworthy contribution to scientific knowledge; and not a single individual who could be called great as thinker, inventor, or poet has risen among them. This fact is, doubtless, the result of an organic defect, the ground of which lies in the lack of any power of seizing poetically the constitution of things. The grammatical form of their languages does not allow their imagination that higher flight which the form of the sexual languages irresistibly imparts to the movement of the thought of those that speak them.

This enables us to see why the mode of speech, and hence also the mode of thought, prevalent among peoples who speak prefix-pronominal languages is strikingly practical and prosaic. Of poetry, as well as of science, mythology, and philosophy, there is hardly even a trace among them.

(BLEEK, 1869, pp. xxii–xxiii In KOERNER, ed. 1983)

Essas conclusões não eram melhores que as ideias contidas no *Prefácio do Editor*, do biólogo e sobrinho Ernst Haeckel (1834-1919):

As it is well known, the tribes of South Africa, the Hottentots, the Bushmen, the Kaffirs, and others, branches of the woolly-haired long-headed (dolichocephalic) family, and usually looked upon as belonging to the negro stock, have remained, down to the present day, at the lowest stage of human development, and made the smallest advance beyond the ape. This is true not only in respect of their entire physical and moral characteristics, but also in respect of their language. [...] Bleek soon found in Cape Town other and manifold opportunities for becoming more closely acquainted with those lower races of men, who in every respect remind us of our animal ancestors, and who, to the unprejudiced comparative student of nature, seem to manifest a closer connection with the gorilla and chimpanzee of that region than with a Kant or a Göthe. Whist Bleek's comparative studies in language were thus positively favored by the immediate empirical examination of those lowest stages of human linguistic developments [...]

(In KOERNER, ed. 1983: iv-vi)

## 5. O encontro de duas tradições gramaticais

Na *Arte* não há definições para qualquer termo gramatical. Era uma obra dirigida a quem já dominava a gramática latina e, por conseguinte, conhecia a metalinguagem gramatical. Nela a influência de *De institutione grammatica libri tres*, de Manuel Álvares se faz presente. Álvares é a chave para decifrar os subtítulos em Dias (ROSA, 2013: 63-68): para descrever a sintaxe do quimbundo, por exemplo, Pedro Dias a confronta com as regras de Álvares<sup>72</sup>, apresentadas apenas parcialmente, seja com a abreviatura *etc* — como em *Verbum personale, &c., Prima, & secunda persona, &c., Aut cum plus significamus, &c., Verbum infinitum, &c., Voces copulativae, &c.* — seja sem a presença da abreviatura *etc* — como em *Partitivos; Propria pagorum*. O recurso a regras alvaresianas apresentadas apenas pela primeira palavra (ou poucas mais) seguida de *et cetera* estará presente em outros trabalhos da época, como o *Promptuario de syntaxe*, do jesuíta Antônio Franco (1662-1732), publicado em Lisboa em 1699, o que reforça a visão de que, fosse pelo original, fosse por um dos cartapácios em uso em Portugal, essas regras constituíam um conjunto de conhecimento compartilhado por quem estudava gramática.

<sup>72</sup> Dias (1697: 34): “porei a primeira palavra da regra Latina, & o exemplo da lingua Angolana, declarando o exemplo da mesma lingua, para que se saiba a palavra, que pertence à regra, de que se trata”.

A arquitetura gramatical em Álvares é aquela que havia séculos fundamentava a tradição greco-latina: “*A sílaba é composta das letras, uma ou várias, assim: a, le, as. [...] A palavra é feita de sílabas, assim: aleas; algumas vezes, de uma sílaba, assim: mors. A oração é feita de palavras, assim: Aleas fuge; Mortem meditare*” (ÁLVARES, 1572: 46 – trad. MCR).

É preciso ter em mente esse modelo gramatical para compreender as razões de se descreverem processos morfológicos em termos de letras e sílabas. A obra de Dias principia pelas *Advertencias de como se hade ler, & escrever esta Lingua* (1697: 1), que focalizam também a letra e a sílaba na constituição das partes do discurso e suas alterações formais: a mudança, a introdução ou a supressão de letras ou de sílabas descrevem as alterações no significado das palavras. Dias não tem à disposição unidades como raiz ou afixo, termos que se firmariam na linguística apenas no final do século XIX, e lança mão do quadro teórico de seu tempo. Como apontado em Rosa (2013), dos termos que tinha à disposição no português para expressar o conceito de palavra – *dição, vocábulo, voz e palavra* – Pedro Dias emprega *palavra* como unidade com significado; *voz* parece enfatizar a cadeia sonora (ROSA, 2013). Considerada a palavra na formação da oração, Dias emprega ainda *parte da oração*: “*Em quanto à Rudimenta, tem esta lingua todas as oito partes da oraçãõ*” (1697: 23): *nome, pronome, verbo, advérbio, participio, preposição, interjeição e conjunção*. Nessa tradição gramatical, o substantivo e o adjetivo são subclasses do nome, e o artigo não estava entre as oito partes.

A sequência acerca de quantas e quais mudanças na forma uma parte do discurso sofre vai sendo introduzida em confronto com as estruturas do latim. Embora não enumerados, lá estão os seis acidentes do nome: *qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso*<sup>73</sup>. Seis em latim, porque Dias reconhece a inexistência de dois deles em quimbundo: afirma que a língua de Angola “*Naõ tem [...] declinações, nem casos*” (1697:4); e ainda que “*Naõ tem [...] Generos*” (1697: 23). No tocante à *qualidade*, lá estão os *nomes apelativos* (mais tarde, *comuns*) e os *nomes próprios*.

Para dar conta das mudanças morfofonológicas dos *nomes apelativos*, Dias os subdivide em *racionais* e *irracionais* (1697:7) e *designadores de officios*

<sup>73</sup> **Qualidade**: a distinção entre *nomes próprios* e *comuns* (ou *apelativos*); **gênero**: *masculino, feminino, neutro* e *comum*; **comparação**: *graus positivo, comparativo e superlativo*, aplicáveis apenas aos adjetivos, isto é, aos nomes que significam qualidade ou quantidade; **número**: *singular e plural*; **figura**: *simples e composta*; **caso**: *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo*

(1696:6). A *comparaçãõ*, aplicável apenas aos nomes adjetivos na gramática latina, é explicada em termos de um outro mecanismo gramatical que, para Dias, seria o equivalente semântico na língua de Angola:

*Para o superlativo usam os Ambundos do verbo Cubêta, que significa levar vantagem [...] Também usaõ da particula Quinêne, que significa muito; & destoutra quiãfuêle, que significa muito pouco. Se ao verbo Nguibêta acrescentarmos o adverbio quinêne, fará hum superlativo muito aventajado “*

(DIAS, 1697: 41)

Se a língua não tem “*declinações, nem casos*“, tem “*singular, & plural*” (DIAS, 1697:4). Com essa afirmação sobre a expressão do *número* tem início a apresentação da morfologia prefixal do nome e o sistema de concordância nominal — em termos de letras e sílabas, é certo, mas permitindo perceber diferentes classes nominais e sua concordância. Quanto à *figura*, isto é, as formas simples e compostas, Dias (1697:31-32) informa que

Os nomes verbaes se compoem dos verbos simplices postos na primeira pessoa do Imperativo, onde o verbo está livre de toda a composiçãõ, v.g. Ngiba, mata tu, mudando o ultimo A em I, & acrescentando a syllaba MU, no principio, fica entãõ, Mugibi, o matador.

Os verbos que acabem em Ca, Da, Ga, La, Ta, mudaraõ as ditas syllabas Ca, em Qui, Da, em Gui, Ga, em Gi, La, em Ri, Ta, em Chi, v.g. Muçonequi, escrevãõ, do verbo Soneca, escrever.[....]

Os nomes, que significaõ. instrumento, se formaõ dos primeiros compostos, tirando as particulas pessoases, & mudando o ultimo A, em O, v.g. Nbombela, carinho, ou lisonja. Nbombelo, o instrumento com que se lisongea, do verbo, Nbomba, que significa , lisongear, ou cariciar.

O pronome quimbundo, confrontado com o latino, “*Naõ tem declinaçãõ, nem variedade de casos*” (1697: 8). A distinção entre pronomes que recebem pessoa (lat. *ego, tu, ille*) e que não recebem pessoa (lat. *quis, quae, quod*) é marcada, respectivamente, como *pronomes primitivos e relativos*.

Na conjugação do verbo, formas do paradigma verbal geram outras formas do paradigma verbal, com a manipulação de letras e sílabas:

Para sabermos porque letra começa o verbo, polohemos no Imperativo, sem algum

acrescentamento, nem antes, nem depois; porque neste caso se poem o verbo simplesmente com suas letras, & syllabas essenciaes. verbi gratia. Gibá, mata tu. Nzóla, ama tu. [...] a letra A, acrescentada, & collocada entre a particula distinctiva da pessoa, & o verbo, he sinal universal de preterito: verbi gratia. üazola<sup>74</sup> zola, tu amavas. Gagiba giba, eu matava. Gazolele, eu amei. üazolele, tu amaste. (DIAS, 1697: 11)

Escrevendo no século XVII, Dias ainda não emprega *sujeito* nem *predicado*. *Nominativo* ou *agente* são os termos empregados:

Tambem usaõ do nominativo occultamente. verbi gratia. Acondequê o rigina riaye, a gente honre o vosso nome. O exemplo está em *acondeque*, verbo com nominativo occulto. (DIAS, 1697: 35)

O capuchinho Cannecattim explicita a tradição gramatical a que se filia logo nas primeiras linhas de suas *Observações*, enumerando as quatro partes de seu edifício gramatical:

Posto que a Grammatica conste de quatro partes, que são Orthografia, Prosodia, Etymologia, e Syntaxe, com tudo o Author não se propõe mais do que dar ao público algumas observações que nesta mesma lingua tem feito, cingindo-se o mais que lhe he possível áquella mesma ordem que os Grammaticos sempre adoptarão, não ficando desobrigados os Angolenses de fazerem, como elle mesmo espera, huma mais exacta, e mais completa Grammatica, visto haver entre elles, sujeitos capazes de semelhante empreza. (CANNECATTIM, 1805: 1)

Cannecattim foi duramente criticado por ter apontado gênero, casos e declinações em quimbundo. É interessante observar que Souza e Oliveira & Francina (1864) não se afastaram de Cannecattim. Ambos explicam que atribuíram gênero aos nomes segundo a tradução para o português:

17<sup>a</sup> Como até agora nenhum grammatico tem estudado o character d’esta lingua e sendo as terminações dos substantivos muito variadas para por ellas se poder

<sup>74</sup> No original, <üanzola>.

determinar-lhe os generos, (pois que mesmo as dos adjectivos, ainda que poucos, são invariaveis em genero) julgamos conveniente consideral-os com os generos que tem os seus significados na lingua portugueza; ao menos até que estudos mais aturados possam dar o conhecimento dos preceitos grammaticaes a tal respeito. (SOUZA E OLIVEIRA & FRANCINA, 1864: 4)

Souza e Oliveira & Francina reconheceram uma única declinação, consideraram a língua única quanto a esse aspecto da morfologia e padronizaram a formação de plural dos nomes:

8ª Os nomes substantivos da lingua nbundu formão o plural pela mudança de suas letras iniciaes, e não pela terminação, como acontece em todas as outras linguas; e todos, ao que parece, pertencem a uma unica declinação.

A regra geral para a formação do plural dos nomes é a anteposição da syllaba *ji* ao singular.

(SOUZA E OLIVEIRA & FRANCINA, 1864: 4)

Gonçalves (2018), unindo um comentário do Prof. Salikoko Mfwene (Universidade de Chicago) de que não há artigos no banto e uma observação de Zwartjes (2011: 217) sobre o emprego de *artigo* na gramática do congo do também capuchinho Giacinto Brusciotto, de 1659, como *elemento de ligação*<sup>75</sup>, demonstrou a semelhança entre os elementos que Cannecattim denominava ‘artigo’ e aqueles que em Baião são *prefixos de concordância*. Para ela, Cannecattim, como Brusciotto, adaptava a nomenclatura gramatical que tinha à disposição. Apontou ainda a semelhança entre as classes nominais de Chatelain e as declinações de Cannecattim (*Quadro 5*).

Cannecattim	Chatelain
1º Decl. Sing. M- (em sua maior parte um-) e Pl. A-/Mi-	Classe I. Sing. Mu- e Pl. A-. Classe II. Pl. Mi-.

<sup>75</sup> “He was aware that often the plural classifier is different from its singular counterpart. He did not treat plural classifiers as different classes, but put them together in the same paragraph. This was motivated by the use of the word article (‘article’), which etymologically has the meaning of a ‘linking’ or ‘binding’ element’, and is used by Brusciotto to describe what today we call ‘concord’ “.

<b>2º Decl. Sing.</b> N- (as guturais. Ex: Ng-) e outros nomes com diferentes iniciais no sing., mas com a mesma inicial de Pl. e <b>Pl.</b> Ji-	<b>Classe IX. Sing.</b> – (permite vários prefixos no sing.) e <b>Pl.</b> Ji-
<b>3º Decl. Sing.</b> Q- (Qui) e <b>Pl.</b> I-	<b>Classe III. Sing.</b> Ki- e <b>Pl.</b> I-
<b>4º Decl. Sing.</b> R- (Ri- em sua grande maioria) e <b>Pl.</b> M- (Ma- em sua grande maioria)	<b>Classe IV. Sing.</b> Ri- e <b>Pl.</b> Ma-

### Quadro 5 - Semelhanças apontadas por Gonçalves (2018)

## Conclusão

As cinco obras são anteriores à institucionalização da Linguística e, sendo assim, poderiam receber o rótulo *gramáticas tradicionais*, advertindo-se que essa rotulagem não tem o caráter de uma “étiquetage infamant” (Chevalier, 1986: 289), mas apenas indica que tais obras apresentam visões gramaticais que circularam antes da publicação do *Cours de linguistique générale*, de Ferdinand de Saussure. Essa generalização poderia levar à falsa ideia de que todos esses trabalhos são apenas rerepresentações do mesmo, e não são. As cinco gramáticas permitem acompanhar uma sucessão de mudanças.

São produzidas por grupos diferentes — jesuítas, capuchinhos, protestantes, estudiosos laicos. Cada grupo constituiu uma comunidade que partilhou uma “constelação de crenças, valores, técnicas, etc” (Kuhn, posfácio 1969: 218).

Para obter licença para a impressão e circulação, o linguista-missionário do século XVII submetia sua obra a um processo que mesclava censura e revisão por pares, reunindo como critérios a ausência de “*cousa, que encontre a nossa Santa Fè, ou bons costumes*” e a presença de “*regras muito proprias, & conformes ao idioma da dita lingua, que serão sem duvida de grande utilidade para os principiantes*” (Dias, 1697: ii). No final do século XIX o aval viria de outros *africanistas*, nova comunidade acadêmica que se formava.

Jesuítas, mas não os capuchinhos, tinham Manuel Álvares como modelo. No final do século XIX o estudo do quimbundo deixava a tradição gramatical greco-latina e passava a receber a influência da filologia alemã. Com isso, a palavra sem estrutura interna ganhava estrutura morfológica, que situava a língua numa hierarquia tipológica. Deixavam-se de lado as declinações e surgiam classes nominais, cujo número (16, ou mais, ou menos) seria discutido com a grande família banto como pano de fundo. Por vezes, a tradição greco-latina falava mais alto, e os paradigmas verbais surgiam em sequência, como em Batalha (1891:55).

## Referências<sup>76</sup>

- AGWUELE, Augustine. Practice of Historical Linguistics and language codification in Africa. **History Compass**, 6(1): 1-24. 2008
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: Galves, Charlotte; Garmes, Helder & Ribeiro, Fernando Rosa (org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-25. 2009.
- ALMANAQUE LAEMMERT/ **Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1859.
- ALTER, Stephen G. Darwin and the Linguists: the Coevolution of Mind and Language, Part 1. Problematic Friends. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. 38: 573-84. 2007.
- ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres**. Lisboa: João Barreiro. 1572. Ed. fac-similar: [s.l.] Junta Geral do Distrito Autônomo de Funchal, [1974].
- ANGOLA, Província de. Índice do Boletim Official da Provincia d'Angola: comprehendendo os annos que decorrem desde 13 de setembo de 1845 em que foi publicado o 1º N° até 1862 inclusive. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.
- ANÔNIMO. Ladislau Batalha (1856 - 1939): Viajante, professor, publicista, jornalista, político, pedagogo. In: **Vinculados ao Barreiro**, s.d. - <http://www.vinculadosaobarreiro.com/15Ladislau/main.html>.
- AZEVEDO, Elisa Dias Ferreira de. **O complexo cultural luandense oitocentista: reflexões sobre o papel da religião católica na conformação dos “filhos da terra”**. Rio de Janeiro: UNIRIO/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. 2015.
- BAIÃO, Domingos Vieira. **O kimbundu prático ou guia de conversação em português-kimbundu, idioma falado nas regiões de Luanda e de Malange**. S.l.: s.n. [1940]
- BAIÃO, Domingos Vieira. **O kimbundo sem mestre**. Porto: Imprensa Moderna. 1946.

<sup>76</sup> Links acessados em 24/04/2019.

- BALBI, Adrien. **Atlas ethnographique du globe, ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues**. Paris, Rey et Gravier. 1826.
- Barbeitos, Arlindo. A “raça” ou a ilusão de uma identidade definitiva. In: GONÇALVES, António Custódio (org.). **O racismo ontem e hoje. Estados poderes e identidades na África Subsariana. Papers of VII Colóquio Internacional “Estados Poderes e Identidades na África Subsariana. O Racismo ontem e hoje.”** Porto: FLUP. p. 139-148. 2005.
- BATALHA, Ladislau. **Línguas d'África**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889. (Propaganda de instrução para portugueses e brasileiros: Bibliotheca do Povo e das Escolas, série 22, nº 175) <http://purl.pt/17353>
- BATALHA, Ladislau. **A língua de Angola**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891. (Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros : Bibliotheca do Povo e das Escolas, série 25, nº 193). <http://purl.pt/17354>
- BATHE, William. **Ianua linguarum, sive Modus maxime accommodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas Salmanticae**. Salamanca: Franciscum de CeaTesa. 1611.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli & Dias, Erika Simone de Almeida Carlos (orgs.). **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/IICT/Portugal (1581-1834):** referentes à Ultramar, Serviços de partes, Visita do ouro, Contratos do sal, Brasil-geral. Rio de Janeiro: MinC, 2011.
- BENDOR-SAMUEL, John. African languages. In: Daniels, Peter T. & Bright, William (eds.). **The world's writing systems**. New York/ Oxford: Oxford University Press, p. 689-691, 1996.
- BIRMINGHAM, David. **Empire in Africa: Angola and its neighbors**. Athens: Ohio University Press, 2006.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v 7, 1902.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. 8 v., 1712-1728.
- BONVINI, Emilio. Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. [I. Du XVIIe siècle au XVIIIe siècle : dans le sillage des explorations]. In: **Histoire Épistémologie Langage**, n. 18, v. 2, p. 127-148, 1996.
- BONVINI, Emilio. Interférences anthropologiques dans l'histoire de la linguistique africaine. **Histoire Épistémologie Langage**, n. 29, v. 2, p. 113-130, 2007.

- BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida. **África no Brasil: a Formação da Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, p. 15-62, 2008.
- BOSTOEN, Koen & Schryver, Gilles-Maurice de. Linguistic innovation, political centralization and economic integration in the Kongo kingdom : Reconstructing the spread of prefix reduction. **Diachronica**, n. 32, v. 2, p. 139-185, 2015.
- BOWDICH, Thomas Edward. **An Account of the discoveries of the Portuguese in the interior of Angola and Mozambique**. London: Printed for John Booth, 1824.
- BRANDÃO, Renato Pereira. A Companhia de Jesus e o padroado português: conflito de nacionalidades no seio jesuítico. **XXVII Simpósio Nacional de História–Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal: 2013.
- BRÁSIO, António. **Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1470-1599)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. III, 1953. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/34043>
- CAMPBELL, Lyle & Posner, William J. **Language classification: history and method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CANNECATTIM, Bernardo Maria de. **Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza, e latina**. Lisboa: Impressão Regia, 1804. Disponível em: <http://purl.pt/13927/1/>
- CANNECATTIM, Bernardo Maria de. **Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense e Diccionario abreviado da lingua congueza**. Lisboa: Impressão Régia, 1805. Disponível em: [http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10524258\\_00001.html](http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10524258_00001.html)
- CANNECATTIM, Bernardo Maria de. **Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense e Diccionario abreviado da lingua congueza**. Lisboa. Imprensa Nacional. 1859. Disponível em: <https://archive.org/details/collecodeobs00cannuoft>
- CARVALHO, Henrique A. D. de. **O jagado de Cassange na Província de Angola**. Lisboa: Tipographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898.
- CHATELAIN, Héli. **Grammatica elementar do kimbundo ou lingua de Angola**. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888-1889.  
<http://www.archive.org/stream/kimbundugrammar00chatgoog#page/n28/mode/2up>
- CHATELAIN, Héli. Names of Angola, West Africa. **Journal of the American Geographical Society of New York**. n. 25, p. 304-312, 1893a.

- CHATELAIN, Héli. Bantu notes and vocabularies. No. I. The Language of the Bashi-Lange and Ba-Luba. **Journal of the American Geographical Society of New York**. n. 25, p. 512-541, 1893b.
- CHATELAIN, Héli. Folk-tales of Angola: fifty tales, with Ki-Mbundu text, literal English translation, introduction, and notes, collected and edited by Héli Chatelain. **Memoirs of the American Folk-Lore Society**. Boston/New York: The American Folk-Lore Society, 1894a. v. 1.
- CHATELAIN, Héli. African races. **The Journal of American Folklore**. v. 7, n.27, p. 289-302, 1894b..
- CHEVALIER, Jean-Claude. Qu'entendre par "grammaire traditionnelle"? **Revue Québécoise de Linguistique**. n. 15, v.2, p. 289-296, 1986.
- COLE, Desmond T. The history of African linguistics to 1945. In: Sebeok, Thomas A. (ed.). **Current trends in linguistics**. v.7: Linguistics in Sub-Saharan Africa. The Hague/Paris: Mouton, p. 1-29, 1971.
- CONSELHO ULTRAMARINO/ Brasil-Pernambuco. **Requerimento** do missionário capuchinho italiano, frei Jesualdo Maria de Florença, por seu procurador Bernardo Maria da Cannecattim, ao rei [D João VI] pedindo passaporte para fazer viagem à capitania de Pernambuco e o auxílio em dinheiro normalmente destinado aos missionários. - AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 280, D.18946.
- CONSELHO ULTRAMARINO/ Brasil-Pernambuco. **Requerimento** do missionário capuchinho italiano, frei Joaquim de Afragola, por seu procurador frei Bernardo Maria da Cannecattim ao rei [D. João VI], pedindo passaporte e esmola para fazer viagem à capitania de Pernambuco. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 280, D. 18956.
- CUST, Robert Needham. **A sketch of the modern languages of Africa**. London: Trübner, 2v., 1883.
- CUST, Robert. Introduction. In: CHATELAIN, Héli. **Grammatica elementar do Kimbundo ou lingua de Angola**. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888-1889.
- CUVELIER, J. Canicatti (de) (Bernard-Marie). In: INSTITUT ROYAL COLONIAL BELGE. **Biographie Colonial Belge/ Belgische Koloniale Biografie**. t.2, p. 133-134, 1951.
- DARWIN, Charles. The descent of Man. In: Wilson, Edward O. (ed.). **From so Simple a Beginning**. The Four Great Books of Charles Darwin. Edited, with introduction by E. O. Wilson. New York/London: W. W. Norton & Co., p. 767-1248, 2006 [1871].

- DAVIES, Anna Morpurgo. Nineteenth-Century linguistics. Lepschy, Giulio (ed.). **History of Linguistics**. London: Longman, v. IV 1998. print on demand.
- DIAS, Pedro, S.J. **Arte da lingua de Angola, oeferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãy, & Senhora dos mesmos Pretos**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, anno 1697. Edição fac-similar: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Biblioteca/YAN/Media/YAN3387-1.pdf>
- DUIGNAN, Peter & Gann, L. H. *The United States and Africa: a history*. Cambridge, Gr. Brit.: Cambridge University Press, 1984.
- ECO, Umberto. **The search for the perfect language**. Oxford: Blackwell, transl. James Fentress, 1995 [1993].
- ELLIS, William. **A narrative of a tour through Hawaii, or Owhyhee: with remarks on the history, traditions, manners, customs, and language of the inhabitants of the Sandwich Islands**. Honolulu: Hawaiian Gazette Co., 1917 [1827].
- ESTÊVÃO, Tomás. **Arte da lingoa canarim** composta pelo Padre Thomas Esteuão da Companhia de Iesus & accrescentada pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia. E nouamente reuista. & emendada por outros quatro Padres da mesma Companhia. Rachol: Collegio de S. Ignacio, 1640.
- FARIA, Patrícia Souza de. A Companhia de Jesus. In: **Rede Memória/Rede da Memória Virtual Brasileira**, 2006. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/religiao/a-companhia-de-jesus/>
- FERNANDES, Gonçalo. Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa. **Confluência**. n.49, p. 43-67, 2.º sem. 2015.
- FERREIRA, Frederico Antônio. **O imperador e o príncipe: a participação do governo imperial brasileiro na questão da crise dinástica no reino do Congo (1857 – 1860)**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dissertação para obtenção do grau de mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, 2015.
- GONÇALVES, Catarina Lobo. **Uma descrição missionária do quimbundo: a Collecção de Observações Grammaticaes de Fr. Bernardo Maria de Canecattim, O. F. M.** Cap. 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Catarina\\_Lobo-Goncalves](https://www.researchgate.net/profile/Catarina_Lobo-Goncalves)
- GONÇALVES, Catarina Lobo. **Um estudo sobre a Collecção de Observações Grammaticaes, de Fr. Bernardo Maria de Cannecattim, O. F. M. Cap.** Rio de Janeiro: UFRJ, trabalho de conclusão de curso de graduação, 2018.

- GREGERSEN, Edgar A. **Language in Africa: an introductory survey**. New York: Gordon and Breach, 1977a.
- GREGERSEN, Edgar A. Successes and failures in the modernization of Hausa spelling In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). **Advances in the Creation and Revision of Writing Systems**. The Hague: Mouton, p. 421-440, 1977b.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva. Um posto do primeiro escalão: o papel almejado pela diplomacia do Segundo Reinado para o Consulado do Brasil na província portuguesa de Angola. **Anais do XXIII Encontro Estadual de História**, 14, 2014.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva. **Depois dos navios negreiros: a criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as relações do Império com a colônia portuguesa de Angola, 1822-1860**. Franca: UNESP, tese (doutorado em História), 2016.
- HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Caderno de Estudos Africanos**. n. 7/8: p. 179-207, julho 2004-junho 2005.
- IRVINE, Judith T. Subjected words: African linguistics and the colonial encounter. **Language & Communication**. n. 28, p. 323–343, 2008.
- ISIDORO DE SEVILHA. **Isidori Hispaliensis Episcopi Etymologiarum sive Originum**. Libri XX, Tomus I, Libros I-X Continens . W. M. Lindsay (ed.). Oxford: Ex typographeo Clarendoniano.
- JONES, William. The third anniversary discourse, on the Hindus, delivered 2d of February, 1786. In: **The Works of Sir William Jones in Six Volumes**. London: G. G. and J. Robinson, Pater-Noster-Row and R. H. Evans, v. 1, p. 19-34, 1799.
- JOHNSTON, Harry Hamilton. **The Kilima-Njaro expedition**. A record of scientific exploration in eastern equatorial Africa. And a general description of the natural history, languages, and commerce of the Kilima-Njaro district. London: K. Paul, Trench, and Co., 1886.
- JONES, William. A Dissertation on the Orthography of Asiatick Words in Roman Letters. In: **The works of Sir William Jones in six volumes**. London: G. G. and J. Robinson, Pater-Noster-Row and R. H. Evans, v. 1., p. 175-228, [1788]1799.
- KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**. 28, v.56, p. 407-430, 2008.

- KOERNER, Konrad (ed). **Linguistics and evolutionary theory**: Three essays by August Schleicher, Ernst Haeckel, and Wilhelm Bleek. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1962].
- LEITE E VASCONCELLOS, José Máximo Castro Neto. **Collecção oficial da legislação Portuguesa**: anno de 1863. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 116, 1983.
- MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, prefácio José Luis Jobim, 2013 [1930].
- MALMBERG, Bertil. **Histoire de la linguistique**: de Sumer à Saussure. Paris: PUF - Presses Universitaires de France, 1991.
- MAMIANI, Luiz Vincencio. **Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1699.
- MENEZES, Sebastiao Lopes de Calheiros e. **Relatório do Governador Geral da Província de Angola Sebastiao Lopes de Calheiros e Menezes referido ao anno de 1861**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- METCALF, George J. The Indo-European hypothesis in the sixteenth and seventeenth centuries. In Hymes, Dell (ed.). **Studies in the History of Linguistics**: Traditions and Paradigms. Bloomington: Indiana University Press, p. 233-257, 1974.
- MOLL, Herman. **Negroland anda Guinea with the European Settlements, Explaining what belongs to England, Holland, Denmark, etc**. London: Thomas Bowles & John Bowles, 1729.
- MOSER, Gerald. Héli Chatelain: Pioneer of a national language and literature for Angola. **Research in African Literatures**. N.14, v.4, p. 516-537, 1983.
- MOSER, Gerald. Angola. In: Gérard, Albert S. (ed.). **European-language writing in sub-Saharan Africa**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v. 1, p. 290-304, 1986.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.
- NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato. **Educação e Difusão da Ciência em Portugal**: A “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no Contexto das Edições Populares do Século XIX. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre/ Escola Superior de Educação de Portalegre, diss. de mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, 2012.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. O reino deste Mundo: o padroado e seus reflexos nas cartas de José de Anchieta. **Teresa**. N. 8, v. 9, p. 238-250, 2008.

- N'SONDÉ, Jean de Dieu. **Parlons kimbundu langue de l'Angola**. Paris: L'Harmattan, 2011.
- OITICICA, José. **Manual de análise (léxica e sintática)**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958 [1919].
- PACCONIO, Francesco & Couto, Antonium do. **Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé**. Obra posthuma, composta pello Padre Francisco Pacconio da Companhia de Iesu. Redusida a methodo mais breve & accomodado á capacidade dos sogeitos, que se instruem pello Padre Antonio do Couto da mesma Companhia. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642.
- PACCONIO, Francesco & Couto, Antonium do. **Gentilis angollae fidei mysteriis...** / per R. P. Antonivm de Covcto Soc. Iesv theologum ; Nunc autem latino per Fr. Antonivm Mariam Prandomontanum, concionatorum capucinum.... Romae : Typis S. Congreg. de Propaganda Fide, 1661.
- PACCONIO, Francesco & Coucto, Antonium do. **Gentilis Angolae in fidei mysteriis eruditus**. Opusculum reginae fidelissimae Mariae I. Iesu denuo excussum. Olisipone: ex Typographia Regia, 1784.
- PAWLIKOVÁ-VILHANOVÁ, Viera. Christian missions in Africa and their role in the transformation of African societies. **Asian and African Studies**. N. 16, v.2, p. 249-260, 2007.
- PORTUGAL. **Boletim do Conselho Ultramarino**. Legislação novíssima. vol. IV, 1863. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.
- PORTUGAL. **Annaes do Conselho Ultramarino**, parte official. Lisboa, Imprensa Nacional, série I, fevereiro de 1854 a dezembro de 1858, 1867.
- PORTUGAL. **Annaes do Conselho Ultramarino**, parte official. Lisboa: Imprensa Nacional, série II, janeiro de 1859 a dezembro de 1861, 1867.
- PORTUGAL. **Boletim do Conselho Ultramarino**: Legislação novíssima. Lisboa: Imprensa Nacional, v. 4, 1869.
- PROYARD, Liévin-Bonaventure. **Histoire de Loango, Kakongo, et autres royaumes d'Afrique; rédigée d'après les mémoires des préfets apostoliques de la mission française**. Paris/ Lyon: C. P. Berton; N. Crapart/ Bruysset-Ponthus, 1776.
- PTOLEMY, Claudius. **The geography**. New York: Dover Publications, transl. & ed. by Edward Luther Stevenson, with an introduction by Joseph Fischer, 1991.
- QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto & direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

- QUEIROZ, Artur. Um jornalismo de combate pela liberdade e autonomia. **Cultura, *Jornal Angolano de Artes e Letras***, s.d.
- quintiliano, Marcos Fábio. **Instituição oratória**. Campinas: Editora da Unicamp, trad. e notas Bruno F. Basseto, 2015. 4vv.
- RIBEIRO, Maria Cristina Portella. **Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado em História da África, 2012.
- RODRIGUES, Jacinto. **A Especificidade do Imaginário Colonial nos Romances de Aventuras de Ladislau Batalha**. s.d. Disponível em: <http://jacintorodrigues.blogspot.com/p/ladislau-batalha.html>
- ROSA, Maria Carlota. As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no ensino de línguas estrangeiras. **Revista de Estudos da Linguagem**. N. 6, p. 97-149, 1997.
- ROSA, Maria Carlota. **Uma língua africana no Brasil Colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S. J.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- ROSA, Maria Carlota. **E se tivesse de ler em voz alta, numa língua desconhecida, não ouvida antes?** Rio de Janeiro: M.C. Amaral Paixão Rosa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/1236>
- SCHLEICHER, August. La théorie de Darwin et la Science du Langage/De l'importance du langage pour l'Histoire Naturelle de l'homme. In: **Recueil de travaux originaux ou traduits relatifs a la Philologie & a l'Histoire Littéraire avec un avant-propos de M. Michel Bréal**. Paris: A. Franck, trad. M. de Pommayrol, 1868 [1. ed. 1863/1864].
- SCHÜLER, C. J. **Cartografando o mundo**. Paris: Éditions Place des Victoires, 2010.
- SMITH, George. **The dictionary of national biography**, second Supplement. London: Smith, Elder & Co., vol 1 [1885-1912], 1912.
- SOUZA E OLIVEIRA JR, Saturnino de. *Algumas reflexões sobre a séde das moléstias*. These apresentada á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada no dia 13 de dezembro de 1847. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, de N. L. Vianna. 1847.
- SOUZA E OLIVEIRA, Saturnino de. **Diccionario da Lingua Nbandu ou Ngolense Tomo 1º - Nbandu para Portuguez**. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.

- SOUZA E OLIVEIRA, Saturnino de & Francina. Manuel Alves de Castro. **Elementos grammaticaes da língua bunda**. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.
- STARR, Frederick. **A bibliography of Congo languages**. Chicago: The University of Chicago Press, 1908.
- SUITE du recueil **des pieces concernant le bannissement des Jesuites de toutes les terres de la domination de Sa Majesté Catholique**: Denombrement general des Maisons, Collèges, Résidences, Séminaires, & Missions des Jesuites dans tous les pays du Monde. s.d.. S.l.: s.n., [ 17--].
- TAVARES, José Lourenço. **Gramática da língua do Congo (kikongo)**: (dialecto kisolongo). Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1915.
- TAYLOR, William. Bishop Taylor's African Missions. In: Smith, Eugene R. (ed). **The Gospel in all lands** [for year 1888]. New York: Missionary Society/ Methodist Episcopal Church, 1888.
- THE MISSIONARY HERALD. n. 81, v.10, out. 1885.
- THORNTON, John. Angola e as origens de Palmares. In: Gomes, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: 7Letras. 2010, p. 48-60.
- THORNTON, John K. **A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- THORNTON, John K. Conquest and Theology: The Jesuits in Angola, 1548–1650. **Journal of Jesuit Studies**. v. 1, n.2, 2014, p. 245 – 259
- VERDELHO, Telmo. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal. **Brigantia**. v. 2, n.4, out-dez 1982, p. 347-356
- VILLARES, Artur. As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX. **Revista de História**. n. 13: p. 195-223, 1995.
- VILLAS BÔAS, Felipe Pires. **Portugueses, moradores e sobas em Golungo Alto, Angola: Negociação e conflito em narrativas de militares, (c. 1840 c. 1860)**. Campinas: Unicamp, dissertação de mestrado, 2018.
- VILLELA, Clarisse Martins. **Hospícios da Terra Santa no Brasil**. São Paulo: USP. tese de doutorado, 2015.
- WALSH, Thomas J. Spelling lapses in early medieval Latin documents and the reconstruction of primitive Romance phonology. In: WRIGHT, Roger (ed.). **Latin and the Romance languages in the early middle ages**. University Park, Pa.: Pennsylvania State University Press, p. 205-218, 1996.
- XAVIER, Francisco da Silva. **Fonologia segmental e supra-segmental do Quimbundo**: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange. São Paulo: USP, tese de

- XAVIER, Francisco da Silva. **Fonologia segmental e supra-segmental do Quimbundo**: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange. São Paulo: USP, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, 2010. doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, 2010.
- ZAU, Filipe. O nascimento do clero africano em Angola. **Jornal de Angola**. 19 jul. 2011. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/o\\_nascimento\\_do\\_clero\\_africano\\_em\\_Angola](http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/o_nascimento_do_clero_africano_em_Angola) 2011a.
- ZAU, Filipe. O ensino em Angola à entrada do século XX. **Jornal de Angola**. 18 out. 2011. Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/o\\_ensino\\_em\\_angola\\_a\\_entrada\\_do\\_seculo\\_xx](http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/o_ensino_em_angola_a_entrada_do_seculo_xx) 2011b.

Recebido em 1 de março de 2019.

Aceito em 30 de abril de 2019.

SOCIOLINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS:  
TEORIAS E ENQUADRAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

SOCIOLINGUISTICS AND TEACHING OF LANGUAGES:  
EPISTEMOLOGICAL THEORIES AND FRAMES

Paulo Osório

Universidade da Beira Interior

pjrso@ubi.pt

João Martins

Universidade de Évora

jomartinsrita@gmail.com

RESUMO:

Este artigo pretende refletir acerca de alguns conceitos muito produtivos em Didática e Ensino de Línguas, favorecendo-se, para o efeito, o enquadramento teórico e metodológico da Sociolinguística. O estudo sobre o ensino de línguas, partilhando a visão de vários autores como Garmadi (1983), Elia (1987), Amor (1993), entre outros, deve ser realizado observando os pressupostos fornecidos pela Sociolinguística, bem como o valor que ela assume para a compreensão dos vários fatores implicados no processo de ensino-aprendizagem de uma língua. A problemática das línguas e do seu ensino tem suscitado grandes controvérsias no seio dos linguistas e de vários estudiosos interessados pela área da Linguística. Deste modo, estamos certos de que o ensino da língua não pode ser estudado isoladamente da Sociolinguística pelas razões que apontaremos ao longo da nossa reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; práticas de ensino; lusofonia.

ABSTRACT:

This paper intends to reflect on some very productive concepts in Didactics and Teaching of Languages, favoring, for this purpose, the theoretical and methodological framework of Sociolinguistics. The study on language teaching, sharing the view of several authors such as Garmadi (1983), Elia (1987), Amor (1993), among others, should be carried out observing the assumptions provided by Sociolinguistics, the value it takes to understand the various factors involved in the teaching-learning process of a language.

The problems of languages and their teaching have aroused great controversy among linguists and various scholars interested in Linguistics. In this way, we are certain that the teaching of language can not be studied in isolation from Sociolinguistics for the reasons we will point out in our paper.

KEYWORDS: Sociolinguistics; teaching practices; lusophony.

## Introdução

No que diz respeito à Sociolinguística, a ela coube um papel decisivo por se ocupar, propriamente, dos estudos sistemáticos da covariação das estruturas linguísticas e sociais, associando-a ao facto de fornecer instrumentos básicos e perspectivas à Didática de Línguas. Para além dos contributos referidos, também a sua intervenção atribui importância ao estudo das articulações entre o código linguístico e os outros códigos, sendo que no contexto de ensino-aprendizagem, ela procura compreender os mecanismos pelos quais o próprio discurso pedagógico se gera e reproduz (AMOR, 1993, p. 16-17). É nesta perspectiva que refletimos sobre a dimensão da Sociolinguística no ensino do Português, dado o seu enfoque no domínio linguístico. Ainda na base deste assunto, conjugando fatores como língua e ensino, atitude dos falantes e sociedade, traduz-se imperioso que os docentes e investigadores de língua tenham uma preparação óbvia em Linguística e Sociolinguística, o que fornecerá ferramentas para o entendimento dos vários fenómenos que se operam no interior e no exterior da língua. Alguns deles têm sido muito discutidos como *variação e mudança, variedades linguísticas* e outras realidades ou fatores implicados nestes fenómenos.

Adicionalmente, tal como sabemos e conforme pode ser evidenciado, a questão linguística não é delimitada pela sociedade, mas é pertinente sabermos que a língua pode sofrer interferência da questão social de um determinado território. Igualmente, quando se fala de língua, o elemento social é fundamental porque funciona como um canal que permite a passagem de outros dados importantes como os padrões culturais e educacionais (ELIA, 1987: 146). Com efeito, apreciando determinados traços ligados às *atitudes linguísticas*, Garmadi (1983) apela-nos a alguma atenção a termos com a importância do objeto de estudo da Sociolinguística, colocando à tona a Sociolinguística Aplicada. A autora em apreço, entretanto, ressalta o valor da Sociolinguística e considera-a como sendo responsável no registo das mudanças que as atitudes linguísticas

vão manifestando, seja na consciência dos factos da língua e dos factos sociais que alguém possa ter, assim “como naqueles para quem a língua e a sociedade são objetos de investigação e de preocupações profissionais” (GARMADI, 1983, p. 26-27).

Efetivamente, a reciprocidade entre a língua e a sociedade é uma das linhas que reflete o objeto de estudo da Sociolinguística. É com base nessa perspectiva que o Ensino do Português, em nossa opinião, deve ser feito. Assim, na mesma ordem de ideias, podemos crer que a posição de Reis (2006, p. 11) merece cuidadosa atenção, na medida em que para o autor esse convívio entre a língua e a sociedade representa uma unidade intrínseca. A relação referida está patente no interior do objeto de estudo da Sociolinguística, tal como faz menção o autor citado e, da mesma forma, o podemos corroborar se considerarmos que a Sociolinguística tem como fundamento estudar os problemas diversos ligados à natureza social da língua, suas funções sociais, mecanismos de influência de fatores sociais sobre a língua e o papel que a mesma exerce na vida da sociedade. Relativamente à interação entre a língua e a sociedade, visto que tal reciprocidade representa algumas das linhas do objeto de estudo da Sociolinguística, vale destacar diferentes aceções apresentadas por vários autores. Assim, de igual modo, podemos atentar em Xavier e Mateus (1990, p. 341) que, baseando-se em Crystal, D. (1985), nos apresentam uma relevante contribuição, ao considerarem que a Sociolinguística é o ramo da Linguística que estuda todos os aspetos da relação entre a língua e a sociedade como, por exemplo, a identidade linguística de grupos sociais, atitudes sociais em relação à língua, o uso das línguas e as variedades sociais e regionais das línguas.

De facto, para um melhor exercício da prática docente, ao nível do Português, é fulcral que se observe e que se compreenda a situação sociolinguística da comunidade onde está inserido o aluno. Conhecer melhor a língua, a cultura e a sociedade dos alunos poderá facilitar o ensino da língua portuguesa por parte do professor. Neste sentido, acreditamos ser fundamental dar-se a devida atenção ao conhecimento da situação sociocultural do aluno, na medida em que esse mesmo conhecimento poderá contribuir, do ponto de vista metodológico, para encontrar as vias mais adequadas para aquela realidade de ensino-aprendizagem.

A Sociolinguística, enquanto ramo da Linguística, assume-se verdadeiramente como sendo o elemento basilar para o ensino de línguas pelo facto de fornecer, aos interessados pela investigação e ensino de línguas, dados imprescindíveis sobre a dimensão da língua e da linguagem, bem como o modo de articulação destes na sociedade, o que assegura a realização de um melhor

ensino de línguas. Igualmente, podemos constatar essa mesma veracidade em Crystal (1985, p. 304), dando-nos conta que a Sociolinguística é a área de domínio que estuda o modo como a linguagem se articula com a sociedade, podendo ser também o estudo do modo como a estrutura linguística muda em reação às suas diferentes funções sociais e a definição de quais são essas funções.

Torna-se igualmente necessário refletirmos sobre o poder que a língua possui, bem como as funções diversas que ela desempenha na sociedade. É neste sentido que ao falarmos de ensino-aprendizagem não podemos dissociar a língua da sociedade, porquanto se completam as duas realidades. Contudo, nos tempos hodiernos, alcançar as maravilhas que residem na língua e que nos levam a conhecer outros mundos não tem sido trabalho leve; quer para os que aprendem a língua, quer para os que a ensinam. Sobretudo para os primeiros, na medida em que alguns, constantemente, vão revelando pouco interesse na aprendizagem da LP. Realmente, estes alegam ser uma disciplina de difícil compreensão por haver uma diversidade de regras impostas pela gramática (OSÓRIO, 2002, p.7), daí compreendermos a necessidade de se repensar nos avanços ou não dos modelos adotados na prática docente do ensino de Língua Portuguesa, se se ajustam ou não aos novos tempos, à realidade vigente; bem como de se avaliar a possibilidade de reformulação do tipo de formação concedido aos professores de língua.

É, portanto, fundamental reconhecer que se torna indispensável aludir sobre determinados pressupostos linguísticos que, neste âmbito de abordagem, contribuem para uma melhor percepção do assunto em questão, colocando-nos mais próximos do enfoque sociolinguístico e do ensino de línguas.

## **1. Sociolinguística e uma definição de língua**

Pela sua vitalidade e nas relações entre a língua e os membros de uma comunidade ou grupo, tendo como base a influência do etnocentrismo ocidental que despertou no seio dos investigadores o interesse nos estudos das línguas indo-europeias, baseando-nos em Garmadi (1983, p. 23-24), perspetivamos a língua em três planos: no primeiro, a língua é vista como o reflexo do povo, a memória coletiva em que este deposita a experiência a transmitir às gerações futuras, sendo o povo a influenciar a língua. Já no segundo plano, a língua é o meio mais seguro, talvez o único, de descoberta e de ordenamento do real, ela é o quadro e a matriz do pensamento coletivo e condiciona a experiência dos

que a falam, enquanto que, para o último, a língua simultaneamente manifesta e molda o espírito do povo, influenciando este a sua própria língua, mas, também, recebendo influência dela.

Nesta sequência, segundo o *Dicionário de Linguística* (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 378), no sentido mais corrente, podemos definir a língua como sendo um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais específicos aos membros de uma mesma comunidade. Na mesma esteira, segundo o idealismo de Chomsky, afirma-nos Vogt (1989, p. 41) que “[...] a língua é o espaço em que reside a liberdade do homem, a sua capacidade criativa [...]”. Com efeito, acreditamos que é neste pressuposto onde radica o poder da língua, pois ela é o espelho que reflete a identidade e o mundo dos que a falam.

De igual modo, Cunha e Cintra (2015, p.1) reportam que a língua é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos, sendo também a expressão da consciência de uma coletividade e o meio pelo qual ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Os gramáticos referem que a utilização social da faculdade da linguagem, enquanto criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou.

Seguidamente, nesse quadro teórico de concepções, não nos dispensa, com relevância, referir que, no século XX, os estudos sobre a linguagem foram profundamente marcados pelos linguistas, pois a esse respeito desenvolveram várias concepções. É isto, exatamente, o que nos reporta Vogt, afirmando que entre as hipóteses levantadas por Chomsky para o estudo da linguagem humana, a linguística moderna viveu a partir de 1957, com o livro *Syntactic Structures* de Noam Chomsky (1957, p.94), uma revolução cujas influências se fazem sentir até hoje. Nesta sequência, pensa o referido autor (1957, p. 102) que a estrutura e a função da linguagem são realidades históricas. É, de facto, neste prisma onde radica a relatividade destes conceitos, a sua fraqueza e também a sua força. Não obstante a esta alusão, no passado e no presente, a linguística ofereceu e tem oferecido, sem dúvida alguma, grande contribuição ao estudo da linguagem.

Contudo, no contexto da linguística antiga e medieval, consoante está plasmado no *Dicionário das Ciências da Linguagem*, podemos evidenciar que, muito antes do século XX, as preocupações dos linguistas e de outros interessados pelo estudo da língua sempre nortearam o desenvolvimento dos estudos linguísticos e a busca de respostas sobre este fenómeno, conforme podemos apreciar em Ducrot e Todorov (1972, p. 65), reportando-nos que a reflexão sobre

a linguagem é contemporânea da história da humanidade e que podemos encontrar os seus traços desde os primeiros documentos de que se dispõe. Os autores acrescentam que não poderia ser de outro modo, uma vez que a escrita, que nos preservou esses textos, assenta necessariamente numa análise preliminar da linguagem. Todavia, a maior parte das vezes, essa reflexão apenas indiretamente anuncia a Linguística, na medida em que são antes devaneios sobre a origem, a forma e a força das palavras. Com base nestes autores, percebemos que as investigações sobre a origem da linguagem, mais particularmente, mantem-se no momento em que aparecem as primeiras gramáticas e prosseguem mesmo ao longo da história ocidental, até meados do século XIX.

Contudo, queremos sublinhar que, escrevendo sobre a linguagem, William Labov referiu a esse respeito apresentando a linguagem como sendo “um índice sensível de muitos processos sociais, sendo uma matéria relativamente fácil de estudar e que permite tirar conclusões sobre a estrutura da sociedade” (1982, p. 85-86). Efetivamente, parece-nos ser uma perspectiva sociológica de pendor sociolinguístico e que, realmente, justifica ser fundamental termos em conta o valor da dimensão social e seus fatores no ensino de línguas.

Assim, já segundo *o Dicionário de Didática das Línguas*, a linguagem é vista como sendo o meio de comunicação utilizado por uma comunidade humana ou animal para transmitir mensagens (GALISSON E COSTE, 1983, p. 445). De igual modo, merece também destaque a concepção patente no *Dicionário de Linguística*, que nos reporta à linguagem como a capacidade específica da espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 387).

Todavia, a linguagem humana enquanto objeto de estudo da Linguística parece-nos não se esgotar nas suas aceções. Dada a sua importância na sociedade e na esfera particular dos indivíduos, frequentemente, muitos são os estudiosos que se debruçam com alguma preocupação sobre esta matéria. Assim sendo, a título elucidativo e, ainda, nesta perspectiva, gostaríamos de trazer à colação algumas concepções de linguagem fundamentais, conforme Eufrásio (2013, p.132) dava conta, ao analisar a linguagem na perspectiva de Geraldí (2006, p. 41), num modelo de abordagem que apresenta como base três correntes linguísticas:

1 - *A linguagem é a expressão do pensamento*: essa concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebemos a linguagem como tal, somos

levados a afirmações correntes de que pessoas que não se conseguem expressar não pensam, o que não nos parece adequado afirmar.

2 - *A linguagem é instrumento de comunicação*: essa concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao recetor certa mensagem. Em livros didáticos, é a concepção confessada nas instruções ao professor, nas introduções e nos títulos, embora, em geral, seja abandonada nos exercícios gramaticais.

3 - *A linguagem é uma forma de interação*: mais do que possibilitar uma transmissão de informações, de um emissor a um recetor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana. Sendo assim, por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistam à fala.

Contudo, sem perder de vista a visão do citado autor, grosso modo, essas três concepções, conforme apresentadas acima, acabam por refletir as diversas tipologias de abordagem linguística e sociolinguística sobre como a prática docente deve ser operacionalizada, bem como a dimensão do valor social que a linguagem assume na vida do Homem. Além disso, estas noções de linguagem são de conhecimento imprescindível para o investigador e para o docente de língua, pois costumam ser relacionadas às três grandes correntes dos estudos linguísticos, apesar de não haver certo consenso entre os diferentes modelos teóricos que abordam sobre a concepção da língua e os modelos gramaticais. Assim, tomando Oliveira (2013, p. 3-17) e Sousa (2014, p. 38-45), concretamente, referimo-nos às seguintes correntes linguísticas: i) o Estruturalismo (que privilegia a gramática tradicional), ii) o Funcionalismo (que busca entender a diversidade de usos da linguagem, ou seja, às diferentes situações comunicativas) e iii) o Generativismo (que privilegia o funcionamento da faculdade da linguagem).

A Sociolinguística, do ponto de vista do ensino de línguas, configura-se como sendo uma área determinante e auxiliadora capaz de fornecer dados que, verdadeiramente, respondam aos vários fenómenos ligados ao ensino-aprendizagem de uma língua. Como sabemos, de facto, é fundamental conhecermos a realidade sociocultural do aluno para se ensinar melhor uma determinada língua. Assim, lembrando que a relação língua e sociedade, língua e etnias são algumas das linhas que refletem o objeto de estudo da Sociolinguística (Reis, 2006, p. 11), apresentamos atentamente Mahmoudian (1982), que nos reforça, também, de maneira evidente sobre o valor da Sociolinguística no ensino de línguas,

considerando que “uma língua apresenta variações inerentes ao seu sistema. E estas variações repartem-se segundo os fatores geográficos e conforme as classes sociais” (Mahmoudian, 1982, p. 136). É neste sentido que, quando se ensina uma língua, não podemos dispensar conhecer a realidade social e cultural do aprendente, uma vez que esse conhecimento ajudar-nos-á a perceber melhor a questão da variedade linguística e como dar conta das diversas produções discursivas dos alunos.

## **2. A Sociolinguística: um caminho para o aperfeiçoamento do ensino das línguas**

Do ponto de vista Sociolinguístico e Linguístico, por quanto se assumem como áreas basilares que contribuem para a compreensão dos fenômenos que ocorrem na língua, revela-se preponderante, em primeiro lugar, percebermos que as línguas evoluem, o que é inquestionável há várias décadas, e que, em segundo lugar, compete às escolas acompanhar e orientar essa evolução e não promover a sua rutura (ELIA, 1987, p.107).

O ensino de línguas ajustado à nova realidade social, para além de ser desenvolvido com base em conhecimentos de Linguística e de Sociolinguística, deve zelar pelo tipo de professor que a sociedade pretende e a sua visão face à tarefa de ensinar e aprender, com uma particular atenção para perceber como este profissional concebe o processo de ensino-aprendizagem de línguas, por um lado e, por outro, pensando num ensino inclusivo e com docentes inclusivos, é-nos solícito dizer que o paradigma atual mostra-nos a necessidade de um professor que tenha o desejo e habilidades para promover uma aprendizagem capaz de envolver todos os alunos, que esteja disponível para refletir sobre a sua ação pedagógica, bem como realizar processos críticos de reflexão sobre as práticas pedagógicas que contribuam para o aperfeiçoamento do ensino de línguas e o seu desenvolvimento, melhorando desta forma o seu desempenho como docente.

De maneira alguma, a inclusão referida faça menção aos alunos com necessidades especiais ou àqueles que tenham alguma deficiência, mas sim a uma escola e professores que, em função da sua responsabilidade, tenham a noção de ensinar face à diversidade da população existente no espaço escolar. Deste modo, quanto ao ensino do Português e refletindo num ensino inclusivo na base da diversidade, cabe-nos fazer perceber que a escola inclusiva, neste contexto, pressupõe um romper definitivo da visão tecnicista das dificuldades

dos alunos, baseado no método de ensino certo para as necessidades deste e/ou daquele aluno; o que se pretende é a adoção de uma nova metodologia assente na valorização dos fatores contextuais, culturais e estruturais inerentes ao processo de ensino e aprendizagem (NUNES, 2010, p. 17).

Pelo que referimos anteriormente, cabe-nos frisar que o êxito do ensino da LP implicará com as suas devidas consequências a adoção urgente de uma nova conceção para o ensino da gramática, que é na atualidade uma preocupação que se assume ou que deveria ser assumida como prioritária no quadro das políticas de ensino-aprendizagem e políticas de conceção dos planos curriculares.

Sequencialmente, a nível metodológico e com pendor na postura docente, assume-se relevante frisarmos que, para uma prática produtiva do processo de ensino-aprendizagem, a Sociolinguística faz-nos compreender que é preponderante incidirmos as nossas atenções sobre o falante (aluno) como membro de uma comunidade, como indivíduo cuja linguagem pode caracterizar a origem étnica, a profissão, o seu nível de vida e a integração numa classe (FABRE, 1979, p.105). Assim, refletindo sobre o valor da Sociolinguística no ensino-aprendizagem da língua, assume-se valioso termos o conhecimento de que o binómio língua e cultura bem como a sua legitimação é um dos vários contributos desta inquestionável área do saber linguístico, sendo que, diante do aluno e na atividade docente, o professor não deve deixar de os considerar, visto que a sua relação com a comunidade é intrínseca, fornecendo dados sobre a origem, a história e o modo de vida do aprendente, o que favorece, certamente, a tarefa de quem ensina e de quem aprende (ZAU, 2011, p.16).

Quanto às contribuições para o aperfeiçoamento do ensino de línguas, queremos também salientar que, significativamente, já desde a segunda metade do século XX que se observa que a área em foco não para de dar contributos teóricos e práticos, nem deixa de revelar pontuais descobertas, ainda assim, com a dinâmica da sociedade e dos tempos, estamos em crer que outras descobertas e avanços hão de surgir no domínio da Sociolinguística.

Contudo, a nosso ver, o ensino de língua e a Sociolinguística não devem estar dissociados; e os professores, políticos e a sociedade têm de possuir o domínio desta relação, na medida em que “uma língua mais do que ser utilizada como instrumento ao serviço de uma determinada comunidade humana, acaba, ela própria, por utilizar os membros dessa mesma comunidade” (ZAU, 2011, p.17). É nesta força da língua que, de facto, pensamos residir as motivações que catapultarão o professor ao buscar um conjunto de ferramentas para fortalecer a sua atividade docente e ao iniciar-se com seriedade numa/para uma cultura

sociolinguística. É neste sentido que se justifica, claramente, que descrever o uso variável da língua e os determinantes sociais e linguísticos dessa variação seja o escopo da Sociolinguística, mais concretamente no domínio da Teoria da Variação e Mudança Linguística, também denominada de Sociolinguística Quantitativa, Sociolinguística Laboviana ou Sociolinguística Variacionista (SILVA, 2014, p.93). Na mesma sequência, a autora citada faz-nos perceber que é necessário reconhecermos que a competência linguística dos indivíduos requer que eles dominem os diferentes modos de se expressar em sua própria língua, sendo esta perspectiva o ponto de encontro da Sociolinguística Variacional e a educação como um todo e o ensino de língua materna, de forma mais específica. Essa reflexão é a que apelamos aos docentes e futuros docentes de língua, uma vez que pode contribuir para o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem da LP e a devida adequação na maneira de se conceber a realidade prática em sala de aula. Com efeito, tendo como base a visão Laboviana, o profissional que trabalha com a questão linguística (os fenómenos que se operam ao nível da língua) deve preocupar-se não só com a realidade social, como também com as formas das regras linguísticas, sua combinação em sistemas, a coexistência de vários sistemas e a evolução destas regras e sistemas com o tempo (LABOV, 2008, p. 216). O autor lembra-nos da preocupação de termos em conta que é comum que uma língua tenha diversas alternativas de se dizer a mesma coisa ou nomear várias realidades (2008, p. 221), o que deve ser compreendido pelos alunos e qualquer falante, sendo o professor o responsável na transmissão deste conhecimento.

Assim, de maneira também subsidiária, consideramos ser pertinente realçar a preocupação de sabermos que a língua portuguesa é dinâmica e viva, ela é uma modalidade não estática, pelo contrário, segue o seu caminho ou deriva, fazendo-se ininterruptamente no uso dos que a utilizam como sendo a forma normal e modelo de comunicação e expressão (CUNHA, 1981, p. 19). Por conseguinte, no domínio da aquisição linguística, torna-se decisivo o papel do professor em habilitar o aluno para a cultura linguística escolar, no sentido da língua padrão. Esta é a função que, normalmente, prevalece ou deveria prevalecer na escola, a de assegurar uma educação linguística da variedade padrão, a mais prestigiada e também designada de culta; entretanto, sem estigmatizar as variedades linguísticas presentes na sociedade.

### **3. Língua, sociolinguística e lusofonia**

A propósito destas considerações anteriores, é-nos crucial recordar que a língua portuguesa, em Angola, nos tempos que correm, é um macro sistema que integra duas grandes variantes nacionais distintas: o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB). Esta situação faz originar dentro de cada uma destas variantes nacionais normas internas, precisamente as de natureza regional (dialetos) e de natureza social (socioletos) e uma norma de referência, aquela que domina o uso culto, o ensino e a comunicação social (norma padrão).

Assim sendo, uma vez que as duas variedades do Português estão constantemente em contacto com os alunos e com toda a realidade escolar, a prática docente tem de ter em conta a existência de duas grandes normas-padrão do Português, suas características e aplicar uma delas em função do contexto linguístico e social dos alunos e dos professores. Vale assim recordar que o ensino de língua, assim como o de outras disciplinas, deve incidir no indivíduo. O ensino e a sociedade congregam-se de tal modo que uma não pode existir sem a outra; certamente, as duas realidades funcionam como se fossem duas forças focalizadas na vida do indivíduo.

A participação do ensino na sociedade assume um lugar de destaque, sem menosprezar o papel da sociedade neste processo, pois, sabemos que os elementos da cultura, com todo o seu saber e força que carregam, circundam na sociedade, contribuindo para um bom ensino e para o desenvolvimento do próprio Homem.

Quanto ao uso, indiscutivelmente, consideramos ser uma língua viva aquela que é capaz de servir os cidadãos no funcionamento da vida social, pois esta função da língua é primordial e faz-nos perceber que a preocupação do processo de ensino-aprendizagem da LP deveria pautar-se nestes moldes (CAMILLO, 2007, p. 34).

Contudo, pensando que a Sociolinguística tem no cerne das suas preocupações compreender as relações entre a língua e os seus locutores (os que a falam), acreditamos ser esta área do saber imprescindível para a melhoria do ensino de língua e para responder a algumas inquietações voltadas para o ensino da LP, bem como poder contribuir para uma formação cabal do professor que trabalha ou trabalhará com a realização concreta da linguagem verbal, escrita ou oral. Destarte, para um panorama preciso sobre as linhas de apoio a nível do ensino-aprendizagem, baseando-nos em Fabre (1979, p.104-105), vamos elencar algumas das áreas de atuação da Sociolinguística, nomeadamente as seguintes:

- a. Estudo das relações entre uma língua e a visão do mundo daqueles que a falam, a nível do campo semântico, da busca de concepções e de organização de conhecimento;
- b. Estudo das reflexões do falante sobre a linguagem e as línguas, a nível dos mitos, das ligações entre a língua e a natureza e da interpretação individual das palavras;
- c. Estudo da comunicação, a nível dos tipos de línguas, tipos de discurso, do plurilinguismo, da diglossia e do sentimento de culpa linguística, etc.
- d. Estudo das relações entre a língua e um determinado grupo social.

Paralelamente ao que aduzimos, ainda no âmbito da adequação do ensino da LP, é essencial termos em conta que a comunicação e a simbologia da língua, enquanto dimensões básicas do saber linguístico devem merecer respeito, quer a nível de conhecimento, quer a nível de função. Queremos com isso dizer que o acesso a nível da gramaticalidade, necessariamente, constituirá um instrumento fundamental para o desenvolvimento da linguagem. Para tal, é imperioso estabelecer a articulação adequada dos contextos e práticas comunicativas devidamente definidas; assim sendo, estar-se-ia diante de uma gramática da língua capaz de fomentar a comunicação e interação. Podemos assim chamá-la de gramática da comunicação-interação (AMOR, 1993: 10-11).

Na mesma linha de pensamento, face à situação atual do ensino da LP em Angola, e porque não está ainda disponível um diploma que oriente o ensino do PLS, pensamos que a prática docente no que tange ao ensino do Português necessita ser repensada e reorganizada, na medida em que, na atualidade, uma nova abordagem para a melhoria do ensino-aprendizagem da LP já é uma realidade bastante discutida. Neste prisma, Wittke (2012, p. 573) dá conta da existência de consenso de que os tradicionais exercícios mecânicos e automáticos de gramática normativa, cujo objetivo comumente consiste em identificar e classificar conteúdos para, posteriormente, serem cobrados em prova ou avaliação regular, não são adequados à atual função social que deve desempenhar o ensino de uma língua, visto que os procedimentos tradicionais não são eficientes para que se desenvolva a capacidade interativa do aluno, quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita.

Contudo, a autora indicada considera ser fundamental que se ajuste o objeto de ensino assim como o procedimento didático-pedagógico, priorizando-se o trabalho com o texto, nos mais variados géneros textuais, desenvolvendo os

elementos básicos ao ensino de língua, nomeadamente: diferentes estratégias de leitura, de oralidade, de aspetos linguísticos e de produção textual, revelando-se, desta feita, uma aula de português que funcione como um espaço onde o aluno desconstrói e constrói diversos tipos de textos, facilitando-lhe o processo de interação com os outros que o cercam e possibilitá-lo ao exercício constante de comunicação, seja na oralidade, seja na escrita.

Com base nesta reflexão, tendo o texto como suporte, o professor pode criar oportunidades para que os alunos desenvolvam a oralidade. Ademais, depois do trabalho relacionado com a oralidade, às regras que sustentam um diálogo e a oratória, o professor pode promover debates, com júris simulados, criar programas de TV, de telejornais, de rádio, dramatizações e atividades que estimulam e exercitam a prática oral da língua, não de maneira aleatória, mas de modo organizando, respeitando as regras de uso social. Assim, feita a leitura e estudado o texto, estimulada a oralidade, vai-se para o momento da expressão escrita (WITTKE, 2012, p.583).

Ora, ainda com base na autora citada acima, dependendo do tipo de texto e da temática trabalhada, o professor pode sugerir inúmeras atividades de produção, com finalidades diversas e com vários leitores. Entretanto, vale lembrar que antes de começar a escrever, o aluno precisa saber por que razão vai escrever aquela mensagem e quem será o seu possível leitor. Ele precisa estar ciente do género que produzirá e conhecer as suas características típicas tais como vocabulário e expressão, estrutura, onde circula o referido tipo de texto bem como considerar os aspetos de produção, circulação e receção de um texto. Nessa perspetiva, é relevante que alguém leia o texto produzido, sem precisar que seja unicamente o professor e que o aluno tenha a oportunidade de reescrevê-lo, superando as dificuldades de léxico, de estrutura frásica e textual, de coesão e coerência, uso de conectores, pontuação, grafia e concordância, e.g., aquelas dificuldades que prejudicam a qualidade da sua expressão escrita.

Para um ensino de língua aperfeiçoado devemos considerar a linguagem não apenas como meio de aquisição de conhecimento, mas sim como a principal via de realização do discurso em ação, pensando num ensino de língua como discurso em que podemos observar e orientar a atividade linguística do escritor; o que não ocorre no ensino de língua pela língua que dá primazia aos aspetos normativos da gramática. Com esta abordagem, o professor de língua adquire um novo papel, deixando de ser um mero transmissor de saberes e passa a ser um mediador entre o texto e o aluno, um facilitador do processo de aprendizagem e um auxiliar na construção do conhecimento.

Ao lado deste ponto de vista, refletindo sobre o ensino da LP no contexto angolano, partilhamos o pensamento de que é necessário olhar para a noção de linguagem como sendo um processo ativo na construção de significados e símbolos linguísticos e culturais, elementos que devem estar sempre presentes numa escola atual, atuante e reflexiva (PERDIGÃO, 2009, p.2). Em conformidade com a visão da já citada autora, entendemos que o posicionamento do linguista/professor deve nortear-se no pressuposto de que a diversidade linguística, comunicativa e cognitiva trará consigo riqueza, mudança e aperfeiçoamento do aluno, enquanto leitor e escrevente.

A Sociolinguística, com os seus avanços e ganhos, sempre contribuiu e continua a contribuir para o entendimento dos diversos fenómenos decorrentes da língua e da diversidade linguística dos povos, o que assegura a adequação do ensino-aprendizagem de língua aos seus locutores. Assim, as particularidades que observamos a nível da LP, hoje, não constituem admiração e ajudam-nos a perceber que ela é, sem hesitação, diferente consoante a região onde se fala, ficando expressa o que chamamos de variedades geográficas, tal como abordava Galvão (2014, p. 11). Com efeito, estas variedades, por sua vez, são constituídas por diversos dialetos regionais, caracterizados por uma pronúncia, entoação e sintaxe própria.

Relativamente aos dialetos regionais, podemos encontrar com naturalidade os regionalismos, comportando expressões características de cada região. Nesta senda, há também a necessidade de mencionarmos os dialetos sociais, designados geralmente por socioletos e influenciados por determinados fatores como a classe social, o sexo, a origem étnica, a idade, entre outros elementos. A título exemplificativo, referimo-nos ao calão ou à gíria, formas que diferem, claramente, do idioleto enquanto forma particular de falar de um só indivíduo. Ora, em correspondência com esta diversidade, a linguística também apresenta variedades como i) os cronoletos, que dependem da faixa etária e/ou geração; ii) os etnoletos, que têm a ver com as variedades usadas pelos grupos étnicos; iii) os ecoletos, que dizem respeito aos hábitos e/ou modos particulares do uso da língua, adotados por pessoas de uma mesma casa, conforme nos reporta a já citada autora.

Deste modo, estas variedades, a nível de impacto que produzem na vida do aluno, podem vir a influenciar direta e/ou indiretamente a aquisição e aprendizagem da língua e, de acordo com as variações em causa, são capazes de facilitar ou prejudicar o processo de aprendizagem, uma vez que as mesmas acabam por constituir parte da construção identitária do passado linguístico

dos familiares do aluno. As alusões feitas implicam que as raízes familiares e os seus membros influenciam a forma como os alunos desenvolvem os seus conhecimentos, podendo facilitar ou dificultar a aprendizagem de uma nova língua, seja a LP, seja LE ou LA. Contudo, acreditamos que os familiares, a situação educacional e económico-financeira do país, bem como a comunidade na qual os alunos estão inseridos são elementos que exercerão sempre influência na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno, pelo que é primordial atender a esses fatores e conjugá-los de forma a facilitarem o processo de ensino-aprendizagem (GALVÃO, 2014, p.12).

Assim sendo, o ensino da LP deverá ser orientado, primeiramente, para um registo cuidado/elaborado, sem o desrespeito de outros registos sociais e apresentados pelos alunos, uma vez que, de antemão, devemos saber que o aluno terá contacto com outros registos e variedades quotidianas da língua portuguesa, quer como resultado da vida familiar, quer como produto da sua interação no quotidiano. Deste modo, fica claro que o ensino da Língua Portuguesa se torna um desafio contínuo para os professores e, para o efeito, devem levar em consideração todos os elementos e especificidades do aluno em causa.

Diante do que ficou exposto, pensamos estar aqui patente o conceito de lusofonia, sendo indiscutível e necessário que se perceba e se respeite as variedades do português (fatores de variação e de mudança linguística), observando a lusofonia enquanto sistema de comunicação linguístico-cultural, valorizando as particularidades linguísticas, geográficas e sociais dos vários povos que a utilizam como língua materna e língua segunda, simultaneamente. Estamos a falar de países como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, incluindo assim os falantes dos antigos territórios portugueses da Índia, China, Malásia e das comunidades portuguesas migrantes espalhadas pelo mundo (GALVÃO, 2014, p.12).

## **Considerações finais**

No quadro de perfil sociolinguístico de uma língua portuguesa pluricêntrica e de um mundo lusófono, a nível de prática docente, torna-se indispensável que o professor apresente ao aluno a variante culta, sem dúvida alguma, mas, além de ensinar a variedade culta da língua apresentada, é necessário considerar, na práxis escolar, todas as variedades linguísticas que os alunos trazem dos seus ambientes, pois os estudos sociolinguísticos comprovam que não existe uma

maneira certa ou errada para falar, o que existe são variedades distintas dentro de uma mesma língua, todas eficazes no âmbito da comunicação. Deste modo, podemos afirmar que todas as variantes trazem apenas formas enunciativas diferenciadas, que expressam o mesmo valor real de sentido, conforme davam conta Sgarbi e Roncália (s/d, p. 3).

Ora, se o professor não toma em conta os fatores sociais sobre a língua, podemos pensar que a sua visão incide apenas para a dimensão estrutural e estruturante da linguagem, aquela que concebe a língua como um sistema homogêneo e unitário, conforme a visão Saussuriana, o que impede uma consideração adequada da determinação dos fatores sociais e do valor socio-histórico do fenómeno linguístico, na medida em que os processos de variação e heterogeneidade na língua estão relacionados aos processos de mudança linguística, tal como nos reporta Lucchesi (1998, p. 63).

É fundamental sublinhar que ser professor não é e nunca foi tarefa fácil. Ademais, nos tempos hodiernos, implica enfrentar constantes desafios, sendo crucial moldarmo-nos às necessidades da sociedade e, principalmente, dos nossos alunos. Sendo assim, a melhoria e a eficácia no sentido da qualidade da formação dos professores deve ser urgente uma realidade a nível de todos os sistemas de ensino, como acontece em outras sociedades que têm ultrapassado esta preocupação, fruto de uma efetiva política educativa; podemos, assim, referir o exemplo dos países da União Europeia que consideram a formação dos professores como sendo de extrema importância, uma vez que pensam ser urgente e indispensável capacitar estes profissionais, preparando-os para responder às mudanças sociais e culturais da escola moderna, onde a evolução do conhecimento científico, acompanhada das TIC, em todas as áreas do saber é um facto incontornável (RODRIGUES, 2012, p. 91).

Em suma, só um enquadramento sociolinguístico da aula de LP permitirá eficácia na prática pedagógica desta disciplina.

## Referências bibliográficas

- AMOR, E. **Didática do português: fundamentos e metodologia**. Porto: Texto Editora, 1993.
- CAMILLO, L. **Conceção de linguagem e ensino gramatical: a visão do professor**. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.

- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Lisboa: João Sá da Costa, 2015.
- CUNHA, C. **Língua, nação, alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. **Dicionário das ciências da linguagem**. Lisboa: Editora Perspectiva, 1972.
- ELIA, S. **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1987.
- EUFRÁSIO, D. **O ensino de língua portuguesa e sua configuração disciplinar em dissertações de mestrado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- FABRE, Christian e BAYLON, P. **Iniciação à linguística**. Coimbra: Almedina, Trad. Telmo Verdelho. 1979.
- GALISSON, R. e COSTE, D. **Dicionário de didática das línguas**. Coimbra: Almedina, 1983.
- GALVÃO, C. **Ensino do português como segunda língua: a perspetiva dos professores do 1º CEB**. Coimbra: Escola Superior de Educação, 2014.
- GARMADI, J. **Introdução à sociolinguística**. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1983.
- GIRALDI, J. Escrita, Uso da Escrita e Avaliação. In: GIRALDI, J (Org.). **O Texto na Sala de Aula**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2006, p. 127-131.
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- MAHMOUDIAN, M. **A linguística hoje**. Paris, Edições 70, 1982.
- NUNES, R. **Trabalho cooperativo e a aprendizagem do português língua não materna**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.
- OLIVEIRA, A. **As principais correntes teóricas da linguística e os estudos gramaticais**, 2013. Consultado em [http://www.letramagna.com/17\\_1.pdf](http://www.letramagna.com/17_1.pdf). Acedido em 17.06.2018.
- OSÓRIO, P. **Reflexões metalinguísticas sobre a sintaxe do português e a dimensão histórica de fenómenos sintáticos do português arcaico médio**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2002.

- PERDIGÃO, R. **Contacto entre línguas, a cultura crioula/cabo-verdiana na escrita em português**, 2009. Consultado em [https://www.researchgate.net/publication/276457999\\_Contacto\\_entre\\_linguas\\_a\\_cultura\\_crioula\\_cabo-verdiana\\_na\\_escrita\\_em\\_Portugues](https://www.researchgate.net/publication/276457999_Contacto_entre_linguas_a_cultura_crioula_cabo-verdiana_na_escrita_em_Portugues). Acedido em 14.02.2018.
- RODRIGUES, M. **A língua portuguesa como língua segunda na província do Huambo. Caracterização educativa e propostas pedagógicas para a formação de professores do 1º nível**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- SGARBI, N. e RONCÁLIA, F. **Sociolingüística educacional: teoria e prática nas aulas de língua portuguesa**, s/d. Consultado em [http://www.interletras.com.br/ed\\_anteriores/n10/edicao/vol10/artigos/14.pdf](http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n10/edicao/vol10/artigos/14.pdf). Acedido em 03.05.2018.
- SILVA, I. **Sociolingüística variacionista, ensino de línguas estrangeiras e avaliação de livros didáticos**, 2014. Consultado em [https://revistaapalavradada.files.wordpress.com/2014/11/06\\_izabelmariadasilva\\_artigo.pdf](https://revistaapalavradada.files.wordpress.com/2014/11/06_izabelmariadasilva_artigo.pdf). Acedido em 03.05.2018.
- SOUZA, F. **Teorias linguísticas e suas concepções de gramática: alcances e limites**, 2014. Consultado em <http://www.uece.br/linguagememfoco/dmdocuments/vol%206%20n%201%202014%20-%20artigo%203.pdf>. Acedido em 17.06.2018.
- VOGT, C. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- WITTKE, C. **Perfil contemporâneo do professor de língua: um pesquisador**, 2012. <http://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/6207/4870>. Acedido em 21.04.2018.
- XAVIER, F. e MATEUS, M. H. **Dicionário de termos linguísticos**. Lisboa: Cosmos, 1990.
- ZAU, D. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

Recebido em 30 de agosto de 2018.

Aceito em 17 de setembro de 2018.

# HALLIDAY E SUA RETÓRICA: POSICIONAMENTOS TEÓRICOS NA LINGUÍSTICA MODERNA

## HALLIDAY AND HIS RHETORIC: THEORETICAL APPROACHS IN MODERN LINGUISTICS

Ronaldo de Oliveira Batista  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
CNPq  
ronaldo.obatista@gmail.com

Érico Augusto Caetano da Silva  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
caetano.eric@gmail.com

### RESUMO

Pela perspectiva da Historiografia da Linguística, propõe-se uma análise da retórica empregada por M.A.K. Halliday na década de 1980. Esta narrativa historiográfica segue procedimentos teórico-metodológicos de um quadro sociorretórico de análise e estabelece correlação interpretativa entre fatores discursivos e sociais da retórica de Halliday em busca de legitimação científica de suas ideias linguísticas. Compreende-se, neste texto, a atividade científica como tarefa humana, permeada de atos persuasivos e posicionamentos pessoais, ainda que mascarados pelos rótulos da ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Linguística, Retórica, Halliday, Funcionalismo

### ABSTRACT

From the perspective of the Linguistic Historiography, it is proposed an analysis of M.A.K. Halliday's rhetoric in the 1980s. This historiographic narrative follows theoretical-methodological procedures of an analytical socio-rhetoric frame and establishes interpretative correlation between discursive and social factors of Halliday's rhetoric in search of scientific legitimation of his linguistic ideas. Scientific activity is understood, in this text, as a human task, permeated by persuasive acts and personal positions, although masked by the labels of science.

**KEYWORDS:** Linguistic Historiography, Rhetoric, Halliday, Functional Grammar

## Introdução

Pela perspectiva da Historiografia Linguística (HL), propõe-se uma análise da retórica<sup>1</sup> empregada pelo funcionalista britânico M.A.K. Halliday. Desde os anos 1970, o funcionalista adotava um discurso que pregava ruptura com uma linguística imanente (voltada a uma concepção psicológica ou biológica da linguagem), em defesa de uma ciência ancorada essencialmente na relação entre línguas e sociedade (a partir da qual se privilegiariam o uso e as funções comunicativas na observação analítica).

Para tanto, em primeiro lugar, esclarece-se o que se compreende como retórica em HL e como esta pode ser observada analiticamente. Em seguida, o discurso de Halliday adotado na Introdução de seu livro *An Introduction to Functional Grammar* (1974) é analisado à luz de considerações teórico-metodológicas estabelecidas. Compreende-se, neste artigo, que a ciência é empreendimento humano que envolve associações intelectuais e pertencimentos a grupos teóricos<sup>2</sup>. Uma perspectiva historiográfica que parte dessa premissa deve auxiliar na compreensão dos movimentos de continuidade e descontinuidade que formam a pluralidade teórica e metodológica da linguística moderna no século XX.

---

<sup>1</sup> Não se entende aqui *retórica* como área de estudos sobre argumentação e persuasão ou figuras de linguagem, tal como proposto, por exemplo, pela Retórica Clássica, Nova Retórica, Retórica Literária; também não se entende *retórica* como técnica do bem falar. O termo é utilizado em um sentido específico, denotando modos de discurso de indivíduos ou grupos que objetivam alcançar efeitos de persuasão por meio de seus enunciados. A abordagem fundadora para a reflexão das retóricas dos linguistas é Murray (1994), que propõe a observação da retórica para uma análise de processos sociais que envolvem práticas científicas. O autor estabelece os conceitos de *retórica de continuidade* e *retórica de ruptura*, que dizem respeito a percepções que grupos teóricos de cientistas têm sobre si mesmos e suas formas de atuação na produção e difusão do conhecimento. Considerar *retórica* como elemento de análise traz como consequência a afirmação de que a ciência e o conhecimento intelectual devem ser situados em um panorama sociológico, pois se entende ciência como produto de uma situação social específica, que pode ser observada nos meios de troca do conhecimento, os quais passam a adquirir valores a serem alcançados ou negados, um capital reconhecido pelas comunidades de pesquisadores e intelectuais.

<sup>2</sup> “O empreendimento científico é corporativo. [...] Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho mas fiscalizam permanente e zelosamente as contribuições de cada um.” (ZIMAN, 1979, p. 25)

## **1. A retórica dos linguistas<sup>3</sup>**

Entende-se retórica em HL como uma manifestação linguístico-discursiva de natureza persuasiva de um agente da produção ou recepção de estudos sobre línguas e linguagem, circunscrito a um programa de investigação (SWIGGERS, 2017) e a um grupo teórico (MURRAY, 1994). Essa prática enunciativa se faz por meio de gêneros específicos e de atos de fala que estabelecem rupturas ou continuidades em relação a paradigmas científicos no campo dos estudos da linguagem.

Analisar o papel da retórica na legitimação de ideias linguísticas é tarefa a ser executada a partir de um quadro sociorretórico, por meio do qual se procura investigar os discursos, em busca de convencimento e persuasão, de agentes produtores e receptores de conhecimento inseridos num contexto histórico.

Interessam a esse quadro: compreender como se constrói a legitimidade de um saber por meio do discurso adotado por agentes da produção e recepção de ideias linguísticas; analisar recursos linguísticos e argumentativos utilizados na elaboração de retóricas de ruptura ou de continuidade; interpretar os saberes, e o discurso que veicula esses saberes, em sua circunscrição histórica e social.

Esse quadro sociorretórico determina as seguintes etapas de investigação: a) contextualização da retórica em um domínio histórico e social; b) análise da retórica, que compreende observar: (i) provas e argumentos que sustentam posicionamentos discursivos e estratégias argumentativas empregadas; (ii) a configuração lexical e gramatical da retórica, com a observação da estrutura textual que veicula posicionamentos argumentativos adotados; c) correlação da retórica com seu ambiente de circulação e recepção, seus gêneros de divulgação e modos de interação que estabelece entre sujeitos do discurso retórico e seus interlocutores.

Em termos de circularidade analítica, essas três etapas relacionam fatores internos e externos propostos pelo quadro sociorretórico e permitem interpretações sobre a elaboração, circulação e recepção das retóricas como discursos persuasivos na produção do conhecimento sobre linguagem. Na sequência deste artigo, as três etapas serão empregadas para análise de nosso documento histórico<sup>4</sup> selecionado.

---

<sup>3</sup> As considerações sobre análise da retórica em HL seguem Batista (2015, 2016, 2017, 2018a, 2018b, 2019).

<sup>4</sup> Entende-se como documento histórico um texto escrito sobre linguagem em qualquer época.

## 2. A retórica de Halliday em *An introduction to functional grammar* (1974)

O documento histórico analisado é a Introdução de Halliday em *An Introduction to Functional Grammar*, lançado em 1985 (manual de grande sucesso, como atestam as edições e reimpressões constantes)<sup>5</sup>. O livro apresenta uma teoria funcionalista da linguagem e descreve aspectos da gramática do inglês. A introdução é dividida em 14 partes que apresentam fundamentos teóricos da concepção adotada de gramática (entendida como teoria sobre a língua). Esse texto visava sobretudo oferecer ferramentas para análise textual a partir da concepção sistêmico-funcional de linguagem (ainda que na Introdução Halliday faça a ressalva de que o aspecto sistêmico não foi tratado extensivamente no manual).

A gramática introdutória de Michael Alexander Kirkwood Halliday (1925-2018)<sup>6</sup> é marco na trajetória histórica dos estudos funcionalistas<sup>7</sup>, e ele é um dos nomes fundamentais quando se trata de um cânone no escopo amplo do que se convencionou reconhecer como programa de investigação da Gramática Funcional<sup>8</sup>. Esse programa apresenta diferentes vertentes e um de seus pólos

---

<sup>5</sup> Após a 1a. edição de 1985 (reimpressões em 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1993), Halliday lançou em 1994 a 2a. edição revista. Em 2004, com auxílio e revisão de Christian Matthiessen, Halliday (já professor na Austrália em Sidney) publicou a 3a. edição. Com a mesma parceria (Halliday e Matthiessen, este agora atuante na Universidade de Hong Kong), e com nova nomeação *A Introdução de M.A.K. Halliday à Gramática Funcional* (*Halliday's Introduction to Functional Grammar*), a 4a. edição foi publicada em 2014.

<sup>6</sup> Linguista da tradição britânica, é reconhecido como o nome principal da Gramática Sistêmico-Funcional (ou Linguística Sistêmico-Funcional). Sua teoria, sob forte influência de J.R. Firth (de quem foi aluno), desenvolveu-se a partir de pesquisas principalmente com a língua inglesa. A linguagem é entendida como sistema de signos imersos na dimensão social, que deve ser considerada na análise linguística, que para ele é sobretudo de caráter social, evidenciado em escolhas linguísticas (para a produção de significados) feitas nos diferentes contextos em que os falantes interagem.

<sup>7</sup> A gramática de Halliday é resultado de trabalhos apresentados ao público desde a década de 1950 (em trabalhos sobre a gramática do chinês). Na 4. edição de 2014, os autores informam que o manual é resultado de um trabalho iniciado em 1961 com a publicação do artigo “Categories of the theory of grammar” e com os textos sobre a descrição gramatical do inglês.

<sup>8</sup> Em entrevista a Parret (1974, p. 92), Halliday afirmava reconhecer o termo *funcionalista* para a descrição do tipo de trabalho realizado por ele.

principais de difusão de ideias foram, nas décadas de 1970 e 1980, os países de tradição anglo-saxã<sup>9</sup>.

Como núcleo irradiador das ideias de que a língua é sistema funcional orientado para finalidades, estava o Círculo de Praga, que na década de 1920 se reuniu em torno de Vilém Mathesius (1882-1945)<sup>10</sup>, ao qual se associaram Karl Bühler (1879-1963), Nikolai Troubetskoï (1890-1938), Roman Jakobson (1896-1982). Em linha de continuidade histórica com esses pensadores (muitas vezes não em trilha de semelhança teórico-metodológica), estão André Martinet (1908-1999), John Rupert Firth (1890-1960), Louis Hjelmslev (1899-1965) e, já na segunda metade do século XX a constituir de fato um grupo em torno de um programa institucionalizado como funcionalista, Simon Cornelis Dik (1940-1995) e Halliday.

O programa de investigação de um grupo teórico que se reconheceu como centro produtor de pesquisas funcionalistas formulou, em sua constituição histórica e legitimação social no campo da linguística, uma oposição a programas de pesquisa enquadrados no que se pode reconhecer como o campo da Gramática Formal<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> “[...] é muito difícil um estudo global do que vem sendo chamado *funcionalismo*, especialmente porque as abordagens atuais ditas ‘funcionalistas’ não são, em geral, identificáveis por rótulos teóricos, ligando-se várias delas, apenas aos nomes dos estudiosos que as desenvolveram. Apontei, ainda, que, apesar das reconhecidas diferenças, admite-se a existência de um denominador comum que pode ser rastreado nas diferentes posições existentes, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem.” (NEVES, 1994, p. 109)

<sup>10</sup> “Os princípios de uma gramática funcional estão presentes desde 1909 nos ensinamentos de Mathesius e estão expostos nas teses de Praga. A ideia central é de que a forma é subordinada à função.” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 138).

<sup>11</sup> A oposição formalismo vs. funcionalismo estabelece uma das mais tradicionais controvérsias na história da linguística, como se uma concepção só pudesse se afirmar em contraposição à outra, como aponta Neves (1997, p. 39): “A consideração da existência de um modelo com visão funcionalista da linguagem, isto é, com uma visão da linguagem como entidade não suficiente em si, leva, em primeiro lugar, à contraposição com outro modelo que, diferentemente, examina a linguagem como um objeto autônomo, investigando a estrutura linguística independentemente do uso”. No entanto, uma radical visão de oposição entre escolas linguísticas como estruturalismo, funcionalismo, formalismo deve ser considerada com cautela: “O próprio termo funcionalismo, no que ele permite supor quanto a autonomia dos trabalhos que ele designa e reúne em aproximadamente um século, pode parecer designar uma corrente em si, distinta ou separada do estruturalismo fundador oriundo dos trabalhos de Saussure. Mas as etiquetas em *-ismo* achatam as realidades teóricas, e os dicionários ou as obras de síntese apresentam como distintas – frequentemente por motivos de clareza didática – correntes, na realidade, estreitamente imbricadas tanto nas suas concepções teóricas quanto nas suas filia-

Essa oposição se manifestou em torno de dicotomias como: orientação sintagmática (gramática formal) vs. orientação paradigmática, sem descuidar daquela sintagmática (gramática funcional, daí a abertura para a dimensão textual); concepção de língua como conjunto de estruturas com correlações regulares (gramática formal) vs. língua como rede de relações, sendo que as estruturas são compreendidas como interpretação dessas relações (gramática funcional); ênfase em universais linguísticos, tendo a sintaxe como base (gramática formal) vs. ênfase nas variações entre línguas, tendo a semântica por base (gramática funcional)<sup>12</sup>.

Na década de 1960, Halliday filiou-se à escola sistêmico-funcional<sup>13</sup> ao lado de nomes como R.A. Hudson, constituindo, em Londres, um grupo teórico em um programa com bases epistemológicas e metodológicas definidas. Essa escola viria a se solidificar nos anos seguintes, com expansão de seus domínios em áreas diversas como inteligência artificial, aquisição de linguagem e análise do discurso. Já na década de 1970 o grupo se institucionalizou com mais destaque: em 1974 organizou-se o primeiro workshop em teoria sistêmico-funcional. De lá para cá, eventos anuais, encontros internacionais, publicações especializadas fornecem as evidências de uma abordagem que na década de 1990 contabilizava, segundo o próprio Halliday (1995), mais de mil livros e artigos.

Na década de 1970, Halliday formou com sucesso (medido pelo número de alunos interessados nos cursos) um departamento de linguística na Universidade de Sidney, orientando vários estudantes e firmando diretrizes teóricas de uma comunidade científica dedicada à abordagem funcionalista sistêmico-funcional. Nesse sentido, condições externas (de natureza social) eram favoráveis ao projeto de análise linguística sistêmico-funcional. Havia um líder intelectual e organizacional, figura que se associou à imagem de Halliday e seus esforços

---

ções: funcionalismo, estruturalismo, formalismo, distribucionalismo não constituem corpos teóricos completos e autônomos, mas correntes imbricadas umas nas outras, ligadas por relações de filiação ou de oposição e por escolhas teóricas complexas” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 115).

<sup>12</sup> O grupo de especialidade funcionalista privilegia, em termos gerais, os seguintes pontos (considerando que cada vertente explora estes de modos diversos): linguagem como atividade sociocultural; estrutura (maleável) está subordinada a funções comunicativas e cognitivas, sendo portanto não arbitrária; mudança e variação são constantes; o sentido é dependente do contexto; categorias não podem ser definidas discretamente, mas em função do contexto de emprego e função; gramáticas são emergentes; as regras gramaticais permitem exceções.

<sup>13</sup> Uma teoria sistêmica, segundo Halliday (1985, p. xiv), é uma teoria do significado como escolha, pela qual uma língua, ou outro sistema semiótico, é interpretada como redes de opções restritivas.

em estabelecer estudos funcionalistas em sua atuação como pesquisador e professor na Austrália. Seria de lá, um espaço de produção científica distante dos centros tradicionalmente difusores de ciência (EUA e Europa), que as pesquisas na teoria sistêmico-funcional efetivamente influenciariam outros linguistas a partir da década de 1970. Como resultado desses esforços de Halliday, está, por exemplo, além do seu legado em livros e artigos, a formação da Associação Australiana de Linguística Sistêmico-Funcional (ASFLA).

Em contexto intelectual e científico de filiações e oposições, na década de 1980 a gramática de Halliday era um manual em que se apresentava uma abordagem funcionalista de língua. A perspectiva sociofuncional (incorporação da dimensão social nos estudos linguísticos) foi uma das linhas centrais de seu trabalho, influenciado pelo Círculo de Praga, por Martinet, pela Escola de Londres (em especial Firth – de quem Halliday foi aluno<sup>14</sup>), pela Glossemática de Hjelmslev e pelos trabalhos de Sidney M. Lamb (n. 1929)<sup>15</sup>.

Essa filiação declarada na Introdução argumentativamente funcionava como estabelecimento de pertencimentos e heranças de prestígio. Uma estratégia argumentativa que apelava para utilização não só do argumento de autoridade (pela recuperação de nomes fundamentais da história da linguística) como também para a presença de um processo argumentativo derivado do valor da pessoa (os méritos individuais de cada linguista citado colaboravam para fortalecer os posicionamentos assumidos por Halliday). Sem dúvida, o valor institucional da ciência se ressaltava pela figura dos “homens” de ciência. Figuras de prestígio, evidenciando a importância da dimensão sociológica na produção e difusão do conhecimento.

A explanação de Halliday sobre a relação entre sistema linguístico e texto nos fornece nomes que estariam na gênese de seu pensamento sobre a linguagem, fazendo parte, portanto, de sua rede de influências:

Linguistas das principais ‘escolas’ funcionalistas europeias – a escola de Praga, os funcionalistas franceses, a escola de Londres, a escola de Copenhague – todos, em diferentes mas relacionadas perspectivas, consideraram o texto como objeto

---

<sup>14</sup> Em entrevista na década de 1970 (v. PARRET, 1974), Halliday afirmava aceitar de bom grado a caracterização como pupilo de Firth e assumia a filiação indicando ter continuado as ideias do mestre, ainda que em perspectiva diversa.

<sup>15</sup> Em outro trecho de sua introdução, Halliday (1985, p. xxvi) lista suas influências na elaboração da teoria sistêmica. Ele elenca os nomes de Firth, Hjelmslev e as ideias do Círculo de Praga.

da linguística junto com o sistema. A visão deles seria a de que não se pode realmente entender um sem o outro.<sup>16</sup> (HALLIDAY, 1994, p. xxii, tradução nossa)

Foi no discurso da Introdução a sua gramática que Halliday fez a apresentação do seu programa de investigação e o cotejo teórico com uma concepção oposta de compreender a linguagem e seus fenômenos. Halliday reconheceu que uma gramática totalizante de um idioma (em termos de escopo e descrição linguística total) seria uma obra gigantesca, por causa da natureza inexaurível da língua. Essa estratégia argumentativa colocava em pauta a qualidade e quantidade do material trabalhado para responder antecipadamente a críticas sobre a adequação descritiva (expressão em moda nas décadas de 1970-1980, quando Noam Chomsky estabelecia objetivos para sua descrição gramatical). Além de admitir limites, o autor elaborou discursivamente um *ethos* de humildade epistêmica por parte do pesquisador, o que lhe conferia um capital de valor simbólico que contribuía para o efeito de persuasão.<sup>17</sup>

Posicionamento semelhante seria adotado por Halliday em entrevistas nas quais era questionado sobre seu papel na história da linguística. Em respostas, como a dada para uma entrevista de 1998 (publicada na revista *DELTA* em 2001), o linguista afirmou que não tinha a pretensão em nenhum momento de fazer teoria. Seu objetivo era a descrição gramatical. No entanto, a ausência de fundamentos teóricos adequados para suas metas de descrição o teria levado à proposição de seu programa de investigação.

Em manifestações desse tipo, encontra-se uma retórica contraditória, na qual a despreensão afirmada aparecia junto com uma constatação da necessidade de uma nova teoria. Aquela criada por ele. Um posicionamento argumentativo, presente em diferentes manifestações discursivas de Halliday, que colocava em operação uma inversão do argumento da ordem: nesses casos,

---

<sup>16</sup> No original: “Linguists of the main European functional ‘schools’- the Prague school, the French functionalists, the London school, the Copenhagen school – all, in different but related ways, regarded the text as the object of linguistics along with the system. Their view would be that one cannot really understand the one without the other”.

<sup>17</sup> A construção do *ethos* por parte do orador passa pela transmissão de traços positivos e que exprimem confiabilidade. Tal construção constitui um componente na persuasão do público. No caso do reconhecimento da circunscrição da gramática apresentada, o *ethos* é concebido em função da posição institucional do autor, antecipando respostas e expectativas dos destinatários de seu texto. A posição firmada era a de que mesmo uma gramática que pretende dar conta de fenômenos linguísticos não vai conseguir passar de ser um fragmento dos casos possíveis de serem postulados no idioma em questão.

certos saberes que lhe antecediam eram considerados negativamente, abrindo espaço, assim, para que a ruptura se fizesse necessária no âmbito dos estudos sobre a linguagem.

As dicotomias que constituíam o cerne do embate teórico (expressas muito mais por insinuações e pressuposições do que por ataques frontais) foram discutidas em diversas passagens do texto introdutório. O leitor estava diante de uma abordagem funcionalista, em oposição a um viés formalista, no jargão utilizado por Halliday. A forma com que o autor caracterizou o viés formalista de análise linguística serviu para diferenciar-se dele e para delimitar o funcionalismo em caminho promissor.

Em entrevista concedida a Herman Parret (publicada em 1974), Halliday se posicionava contrariamente a uma linguística formal ancorada apenas em um *background* biológico. A necessidade de uma linguística de caráter social estava presente na sua retórica, estabelecendo dissensões e filiações científicas. A construção textual em paralelo evidenciava a compreensão de dois modos distintos de entender a linguagem humana. Implicitamente, uma oposição a toda uma tradição linguística que encontrava na Gramática Gerativa (e sua concepção biológica de linguagem) seu exemplar naquele momento da década de 1980:

Há modas na linguística [...]. A mais recente [Halliday fala da década de 1970] tem sido enfatizar a natureza biológica do ser humano, evidenciando aqueles aspectos em que somos todos semelhantes. Isso precisa ser complementado por referências à natureza cultural do ser humano, apresentando aqueles aspectos em que nós nos diferenciamos. A linguagem expressa tanto a natureza biológica quanto a cultura humana (PARRET, 1974, p. 118, tradução nossa).<sup>18</sup>

Para Halliday a gramática funcional que apresentava ao público (estudantes de graduação e pós-graduação, como indicava na Introdução ao propor formas de trabalho com o livro na universidade) procurava oferecer bases teórico-metodológicas de descrição e interpretação do funcionamento da língua inglesa (o que poderia ser estendido a outras línguas). Em termos argumentativos, a gramática se concretizava como um discurso do gênero discursivo do manual.

---

<sup>18</sup> No original: “There are fashions in linguistics, as I said before. The recent fashion has been to emphasize the biological nature of the human being, bringing out those respects in which we are all alike. This needs to be complemented by reference to the cultural nature of the human being, bringing out those respects in which we may differ. Language expresses both human biology and human culture”.

Essa finalidade em si mesma já conferia ao material um fator positivo de persuasão, ancorado nos valores sociais que são usualmente atribuídos a materiais didáticos e outros afins voltados para o ensino.

Na sua retórica, as sentenças afirmativas declaravam aquilo que poderia ser concebido como universal e inquestionável. Eram características linguísticas de um texto que pretendia persuadir o leitor sobre a validade da iniciativa funcionalista: tempo presente das verdades gerais, ordem preferencialmente direta, linguagem clara, sem excessos de estilo.

Assim, a persuasão, como no fragmento abaixo, se ancorava no efeito da verdade universal, típico dos discursos científicos. A construção linguística elaborada por Halliday evidenciava sua estratégia argumentativa que colocava em ação o argumento da essência: em linguagem que aparentava ser imparcial, afirmava-se a superioridade de uma abordagem científica que melhor representava as buscas por explicações para o funcionamento e uso das línguas.

É [uma gramática funcional] no sentido de que é elaborada para descrever como uma língua é **utilizada**. Todo texto – ou seja, o que é dito ou escrito – se revela em algum contexto de uso; ademais, são os usos da linguagem que, durante milhares de gerações, moldaram o sistema. A linguagem evoluiu para satisfazer necessidades humanas, e a forma com que é organizada é funcional em relação a essas necessidades (HALLIDAY, 1994, p. xiii, tradução nossa).<sup>19</sup>

Em diferentes passagens da Introdução, Halliday argumentou ser a abordagem funcionalista mais promissora para descrição linguística, exatamente porque, ao se preocupar com o funcionamento da língua, entendia serem o uso e o significado aspectos essenciais para entender a linguagem humana. Para fortalecer o argumento a favor do funcionalismo, Halliday afirmou que o significado seria construído em função do uso. Esse posicionamento teórico indicava, ao leitor atento, uma falha fundamental do formalismo concorrente.

De fato, a retórica de Halliday no seu texto introdutório caminhou nessa direção, pois a uma afirmação das potencialidades do programa funcionalista, corresponderiam falhas nas abordagens formalistas. No entanto, em grande

---

<sup>19</sup> No original: “Its functional in the sense that it is designed to account for how the language is **used**. Every text – that is, everything that is said or written – unfolds in some context of use; furthermore, it is the uses of language that, over tens of thousands of generations, have shaped the system. Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to these needs”.

parte de seu texto, Halliday não foi direto nesse confronto. Seu discurso sem dúvida apelava para o bom senso e para a capacidade crítica que julgava ideal em seu leitor.

Desse modo, Halliday mobilizava a opinião comum, na qual crenças e representações coletivas alimentam o estoque informativo do público em geral. Se uso real e significado não poderiam ser explicados pelo programa concorrente, então não haveria pontos de acordo entre a pesquisa formalista e a expectativa que a opinião comum talvez possuísse sobre a explicação gramatical. Assim, a verossimilhança do programa concorrente seria afetada negativamente perante o leitor.

Na ênfase no uso da gramática como dispositivo para a interpretação textual estava integrada uma crítica velada a programas de pesquisa que não partilhavam da teoria e das premissas do funcionalismo. Tanto aqueles estudos em sintaxe do programa gerativista, como técnicas de análise empregadas na psicolinguística eram negadas na retórica de Halliday.

Na seção intitulada “gramática e o texto”, Halliday afirmou ser

óbvio que um trabalho exegetico desse tipo, seja ideológico, literário, educacional ou de qualquer outro tipo, é um trabalho de interpretação. Não existe meio de transformar essa tarefa em um algoritmo, de especificar uma série de operações a serem completadas que vão resultar em uma consideração objetiva do texto [...] (HALLIDAY, 1994, p. xvi, tradução nossa).<sup>20</sup>

Halliday nos dizia implicitamente que qualquer abordagem divergente daquela que ele propunha estaria em caminho equivocado. Em implícitos da retórica do funcionalista, como as expressões lexicais nos evidenciam, está a consideração de que a teoria funcionalista então proposta seria a mais adequada para explicar fenômenos linguísticos. Esse argumento da essência é mobilizado como estratégia argumentativa em articulação com o argumento da qualidade, pois a perspectiva funcionalista se impunha diante de qualquer outra e, assim, assumia a imagem do único e inquestionável em termos qualitativos.

Halliday colocou como premissa da análise gramatical o trabalho interpretativo do texto. As convenções linguísticas foram definidas em função da

---

<sup>20</sup> No original: “It is obvious that an exegetical work of this kind, wther ideological, literary, educational or anything else, is a work of interpretation. There is no way of turning it into al algorithm, of specifying a series of operation to be carried out that will end up with an objective account of the text [...]”.

sua contribuição para a exegese textual, tirando a ênfase do arsenal analítico desenvolvido para examinar sintagmas em sentenças em uso no gerativismo e em outros programas formalistas. Conferiu, assim, destaque aos parâmetros postulados como centrais no programa funcionalista, nomeadamente relacionados à análise de textos. Halliday justificou essa relevância da dimensão textual com a hipótese de que o significado seria produzido por uma cadeia de palavras em construções gramaticais em dimensões textuais. Daí o texto precisar da gramática como nível de análise.

Os passos da argumentação desenvolvida na retórica de Halliday, as premissas estabelecidas e as definições fornecidas fortaleceram a defesa do programa funcionalista. Pode-se ver uma construção geral nos moldes da questão complexa na estratégia argumentativa, porque todos os pressupostos para fazer pesquisa linguística isolavam a tradição formalista como incapaz de responder a certas questões e já implicavam, no nível descritivo exposto pelo autor, as premissas do programa funcionalista, que deveria ser a conclusão da argumentação retórica.

Visto que, se o texto necessitava de um nível gramatical para seu estudo, e como a produção de significado seria feita em construções gramaticais que ultrapassavam a extensão da sentença, então o programa de pesquisa funcionalista, que estuda justamente o nível textual e coloca o sentido como parâmetro norteador de trabalho, seria o programa adequado para pesquisas linguísticas sobre gramática.

Halliday defendeu que a gramática funcional conseguiria atingir uma relação mais satisfatória do que a formal com o estudo dos significados, porque aproximava a pesquisa de um campo aos estudos do outro. Segundo o autor, o modelo esparso de estrutura gramatical, que não empregava constituintes e, assim, se afastava das noções herdeiras do gerativismo, deveria ser formado por categorias:

em particular, por causa de duas características relacionadas: uma porque usa um modelo esparso de estrutura gramatical, em vez de um denso (categorias, não constituintes imediatos [...]), a outra razão é que é uma gramática de ‘escolha’, não uma gramática de ‘cadeia’ (paradigmática, não sintagmática em sua organização conceitual) (HALLIDAY, 1994, p. xix, tradução nossa).<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> No original: “[...] in particular, because of two related characteristics: one that it uses a sparse rather than a dense model of grammatical structure (ranks, not immediate constituents [...]), the other that it is a ‘choice’ grammar not a ‘chain’ grammar (paradigmatic not syntagmatic in its conceptual organization)”.

A retórica mobilizava um jogo comparativo que colocava em confronto (para o leitor atento às disputas teóricas entre formalismo e funcionalismo) dois modos distintos de descrição gramatical. A balança pendia para o funcionalismo, naturalmente, cuja abordagem paradigmática era reiteradamente qualificada como superior. Se o discurso não fez uso de um léxico de ataque frontal a outros programas de investigação, a elaboração textual estava (mesmo que não intencionalmente por parte de seu autor) permeada de implícitos que revelavam o teor persuasivo da Introdução à gramática de Halliday.

Essas características e relações postuladas garantiam ao programa funcionalista o traço da naturalidade. A retórica de Halliday se ancorou em uma isotopia que remetia a noções gerais de criatividade e uso linguístico, pois o léxico empregado ressaltava que o funcionalismo se tratava de uma gramática de “escolhas”, não de “cadeias”, e de “paradigmas”, não de “constituintes”. A apresentação da teoria funcionalista dessa forma, enfatizando o que fazia parte da teoria e o que ficava de fora (noções correntes em outros programas de pesquisa eram ignoradas ou substituídas por outras noções), servia para estabelecer oposição a uma tradição de estudos formais, nos quais as noções de constituintes e sintagmas eram conceitos fundamentais.

Em termos de ruptura e descontinuidade com tradições de pesquisa na linguística que lhe era contemporânea, Halliday adotou um tom discursivo que buscou marcar retoricamente a superioridade do programa funcionalista. A crítica sobre o tratamento inadequado da significação na linguagem no programa formalista era reiterado, porque o programa funcionalista aproximaria de maneira expressiva o estudo da gramática ao estudo da semântica:

Uma vez que a relação da gramática com a semântica é neste sentido natural, não arbitrária, e desde que ambas são sistemas puramente abstratos de codificação, como sabemos quando uma termina e a outra começa? A resposta é que não sabemos: não há linha clara entre semântica e gramática, e a gramática funcional é aquela que é pressionada na direção da semântica (HALLIDAY, 1994, p. xix, tradução nossa).<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> No original: “Since the relation of grammar to semantics is in this sense natural, not arbitrary, and since both are purely abstract systems of coding, how do we know where the one ends and the other begins? The answer is we don’t: there is no clear line between semantics and grammar, and a functional grammar is one that is pushed in the direction of the semantics”.

Halliday apresentou a teoria das correlações entre classes gramaticais e noções semânticas como inovação teórica e metodológica. Nesse posicionamento retórico estava presente o argumento e o atrativo da novidade conceitual, aliado ao traço da praticidade em sua ênfase por destacar que a gramática funcional era organizada de modo a ajudar o leitor a analisar textos.

Halliday adotou, como dito, uma retórica de não agressão direta em relação a outros programas de investigação da linguística contemporânea a suas ideias. A abordagem foi a do comedimento perante o objeto de estudo e alcance de sua teoria:

No estado presente de conhecimento nós não podemos descrever o sistema semântico de uma língua. Nós podemos dar uma interpretação semântica de um texto, descrever o sistema semântico de um registro restrito, e fornecer uma consideração geral de algumas das características semânticas de uma língua; mas de um jeito ou de outro, estudos semânticos permanecem parciais e específicos (HALLIDAY, 1994, p. xx, tradução nossa).<sup>23</sup>

O autor reconheceu os limites, atuais na época de lançamento da obra, e as lacunas existentes na teoria, principalmente em sua dimensão e ênfase semântica. Daí a proposição de uma gramática funcional, e não uma semântica funcional, pois a pesquisa sobre a construção e o uso de significados ainda não estava avançada para tal empreendimento. A cautela remete o leitor a perceber favoravelmente a tentativa do linguista de propor uma gramática diferente e que se declarava inovadora.

A consideração de que não haveria limites entre semântica e gramática incidia diretamente no conhecido posicionamento de teorias estruturalistas (como as de Bloomfield e os primeiros trabalhos de Chomsky) que retiravam da descrição gramatical a relação entre a análise das estruturas e a do significado linguístico. Para o leitor atento, Halliday mantinha sua retórica de ruptura com fundamentos teóricos das abordagens formalistas.

De forma velada, por meio do que seria uma apresentação informativa e objetiva, os programas concorrentes foram apresentados, na retórica de Halliday, de maneira a identificar a tradição formal como antiquada e desconectada

---

<sup>23</sup> No original: “At the present state of knowledge we cannot yet describe the semantic system of a language. We can give a semantic interpretation of a text, describe the semantic system of a fairly restricted register, and provide a general account of some of the semantic features of a language; but in one way or another semantic studies remain partial and specific”.

da realidade, descendente de teorias remotas ultrapassadas. A tradição formal seria arbitrária na sua caracterização da língua, não natural e não daria conta do estudo do significado.

Ao definir posição no debate com a tradição formalista, a retórica de ruptura com a teoria de Noam Chomsky foi estabelecida. A citação ao linguista gerativista colocava em jogo uma das figuras mais populares da ciência da linguagem do século XX. Figura que na retórica de Halliday era desestabilizada, mesmo diante do grande sucesso que a Gramática Gerativa gozava nas décadas de 1970 e 1980, reconhecida como “uma revolução na linguística contemporânea”. Assim, o funcionalista assumia o lugar, na dinâmica social dos grupos teóricos, da voz dissonante e que clamava por descontinuidade com o programa de investigação de maior sucesso e prestígio em sua época.

Ele parece não ter tido ciência, ou talvez não tivesse interesse, sobre a tradição etnográfica na linguística; sua polêmica foi direcionada unicamente sob aqueles os quais ele estava trabalhando, referidos como ‘estruturalistas’. Por gerativo ele quer dizer explicitamente: escrito de tal forma que não dependa das presunções do leitor mas que possa ser operada como um sistema formal. [...] Mas você tem que pagar um preço: a língua precisa ser tão idealizada tal que ela tenha pouca relação com o que as pessoas realmente escrevem – e ainda menos com o que elas falam. [...] Não houve ‘revolução Chomskiana’, como foi sensacionalmente declarado; mas novas questões foram exploradas, e isso levou a uma mudança de ênfase, nos Estados Unidos e conseqüentemente em outros lugares, do ponto de vista antropológico para o filosófico. (HALLIDAY, 1994, p. xxviii, tradução nossa)<sup>24</sup>

Mesmo que a retórica de Halliday afirmasse que sua oposição teórica se dava em realidade numa chave epistemológica (abordagem sintagmática vs. abordagem paradigmática), a referência à figura de Chomsky reiterava a conhecida disputa entre os funcionalistas e gerativistas. Na oposição a Chomsky, havia

---

<sup>24</sup> No original: “He seems to have been unaware of, or perhaps just uninterested in, the ethnographic tradition in linguistics; his polemic was directed solely at those he was building on, referred to as ‘structuralists’. By generative he meant explicit: written in a way which did not depend on the unconscious assumptions of the reader but could be operated as a formal system. [...] But you have to pay a price: the language has to be so idealized that it bears little relation to what people actually write – and still less to what they actually say. [...] There was no ‘Chomsky revolution’, as has been somewhat sensationally claimed; but new questions were explored, and this led to a shift of emphasis, in the United States and consequently elsewhere, from the anthropological to the philosophical standpoint”.

traços de um ataque mais direto, incomum no discurso que Halliday adotou em grande parte de sua Introdução (mais afeita a uma suposta imparcialidade dos textos didáticos). A caracterização feita à atitude do linguista (“não ter tomado ciência de certos estudos”) pesava a mão na crítica, pois sabemos todos da força negativa que uma construção textual como a empregada representa quando se trata da atividade e do conhecimento científicos. A tal ponto que Halliday negava a tão alegada revolução chomskiana. Ruptura explícita com uma tradição de pesquisa que era oposta ao seu modo de compreender o estudo da linguagem.

A comparação entre os dois programas, dessa maneira, servia a múltiplos propósitos. Halliday enfatizava a produtividade, a atualidade e a praticidade como traços do funcionalismo, e posicionava a tradição formal, especialmente o gerativismo, em uma perspectiva anacrônica. A mensagem era a de que a tradição de estudos gramaticais de linhagem formal seria fruto de uma época quando se precisava mutilar o objeto de estudo para pesquisá-lo, com premissas de pesquisa ultrapassadas, que servira a seu propósito, mas que possuía limitações fatais para dar conta de outros aspectos da língua.

O reposicionamento do debate foi marcante, pois tais declarações contrastavam em demasia com a avaliação de historiadores sobre o impacto do gerativismo no século XX e a influência do pensamento de Chomsky e outros linguistas herdeiros da teoria gerativa.

Na retórica de Halliday houve também o uso do argumento da finalidade (o valor de algo depende de seus propósitos finais). Não se tratava de uma teoria de torre de marfim sem aplicação concreta e visível (posição que implicitamente recusava a imagem simbólica de cientificidade proclamada pelo programa gerativista), mas de algo que pudesse impactar na maneira como o leitor lidaria com textos falados e escritos. Os exemplos de aplicabilidade da gramática funcional fizeram parte da estratégia de convencimento adotada pelo funcionalista: cursos para professores de língua inglesa; outros interesses educacionais que incidiam sobre uso da língua; aplicações da linguística em áreas como estudos de patologias, inteligência artificial e planejamento linguístico.

O teste de uma teoria da linguagem, em relação a qualquer propósito, é: ela funciona? Ela facilita a tarefa em demanda? Geralmente há uma troca entre abrangência contra profundidade: nós precisamos tanto de máquinas altamente especializadas que vão realizar uma tarefa perfeitamente e máquinas menos especializadas que farão uma ampla gama de atividades efetivamente sem ser a

alternativa mais econômica e eficiente para qualquer uma das tarefas (HALLIDAY, 1994, p. XXX tradução nossa).<sup>25</sup>

Halliday ainda ressaltou traços da praticidade do seu programa, e das várias aplicações que são defendidas como possíveis usando a gramática funcionalista. Halliday cita os fins educacionais que a gramática funcionalista pode ajudar. Esse posicionamento discursivo encontrava respaldo em sua própria experiência na docência e pesquisa em linguística aplicada, pois, em sua trajetória profissional, Halliday atuou em cursos de pós-graduação (como os que ministrou na Universidade de Sidney) que objetivavam reflexões sobre a prática docente.

[As aplicações educacionais] provavelmente [constituem] a área com a maior abrangência de aplicações; ela inclui experiência em alfabetização inicial, escrita de crianças, língua na educação secundária, análise de discurso em sala de aula, ensino de língua estrangeira, análise de manuais, análise de erros, ensino de literatura e educação de professores (HALLIDAY, 1994, p. XXX tradução nossa).<sup>26</sup>

Mais uma vez, o argumento de que se tratava de um programa útil, que dialogava com fins práticos, serviria de evidência dos benefícios da pesquisa aplicada em linguística, sob o viés do funcionalismo. O jogo argumentativo se construía em torno do argumento do existente (a superioridade do que é real, factível), ao mesmo tempo em que de modo implícito negava possíveis valores sociais a um programa como o da Gramática Gerativa, que reconhecidamente se afastava, em suas proposições teóricas, de preocupações de tal natureza.

Essa caracterização também interpelava o leitor a olhar favoravelmente a gramática funcionalista, porque ser contra o programa seria ir na contramão da possibilidade de auxiliar nos fins sociais citados. Ou seja, a aplicabilidade social da ciência apelava para o senso de justiça do leitor para que este, no mínimo, visse o programa funcionalista com simpatia. Tratava-se da interpeleção

---

<sup>25</sup> No original: “The test of a theory of language, in relation to any particular purpose, is: does it go? Does it facilitate the task in hand? There is usually a trade-off of breadth against depth: we need both highly specialized machines that will do just one job perfectly and less specialized machines that will do a broad range of jobs effectively without being most efficient or economical for any one”.

<sup>26</sup> No original: “This last [the educational applications] [area] is probably the broadest range of its applications; it includes experience in initial literacy, children’s writing, language in secondary education, classroom discourse analysis, teaching of foreign languages, analysis of textbooks, error analysis, teaching of literature and teacher education”.

do público pelo *pathos* do destinatário, não exprimindo sentimentalismo, mas suscitando a emoção de contribuição e adesão do outro via discurso.

Ao relacionar a defesa do programa funcionalista a benefícios à sociedade, o autor tocava afetividades e emoções dos leitores. Halliday colocava o público receptor em certa disposição para aceitar com mais facilidade as premissas do programa de pesquisa, trabalhando o *pathos* dos leitores em termos positivos. Na era da necessidade de aplicação de conhecimentos teóricos, a retórica de Halliday incidia diretamente nos anseios sociais de valoração dos saberes produzidos nas universidades.

Na seção sobre “Teorias de Linguagem”, Halliday elaborou sua narrativa sobre um percurso da história da linguística, negando a ênfase historiográfica na ruptura entre formalismos e funcionalismos. Ao reposicionar o debate, o autor redefinia os parâmetros e os termos de comparação das vantagens e das desvantagens de programas de investigação na linguística.

[...] a oposição básica, nas gramáticas da segunda metade do século vinte, não é entre ‘estruturalista’ e ‘gerativista’ como foi posta em debates públicos da década de 1960. Existem muitas variáveis segundo as quais as gramáticas são escritas, e qualquer agrupamento dessas opções vai distorcer o quadro geral; mas a oposição fundamental é aquela entre as gramáticas principalmente sintagmáticas na orientação (no geral as gramáticas formais, com raízes na lógica e na filosofia) e aquelas que são principalmente paradigmáticas (no geral as gramáticas funcionalistas, com raízes na retórica e na etnografia) (HALLIDAY, 1994, p. xxviii, tradução nossa).<sup>27</sup>

O quadro geral da linguística foi retratado, por Halliday, como necessitando de uma inovação teórica, a qual o funcionalismo viria a preencher a demanda. Segundo o autor, a linguística do século XX experimentaria uma pluralidade teórica na qual muitas vezes o velho vinha em embalagem nova apenas. Por posicionamentos retóricos como esse, o autor invalidava contribuições das teorias rivais no século XX, apontadas como ultrapassadas em suas concepções

---

<sup>27</sup> No original: “The basic opposition, in grammars of the second half of the twentieth century, is not that between ‘structuralist’ and ‘generative’ as set out in the public debates of the 1960s. There are many variables in the way grammars are written, and any clustering of these is bound to distort the picture; but the more fundamental opposition is between those that are primarily syntagmatic in orientation (by and large the formal grammars, with their roots in logic and philosophy) and those that are primarily paradigmatic (by and large the functional ones, with their roots in rhetoric and ethnography)”.

e inadequadas frente aos problemas da linguística contemporânea. Sendo que o funcionalismo seria o programa com as novidades necessárias.

Nesse texto introdutório, a retórica de Halliday se manifestou em uma linguagem (concretizada na seleção lexical e no tom discursivo utilizado) que recusou para si o confronto direto com outros programas de investigação. As descontinuidades que se marcaram com a concepção formalista de linguagem se deram essencialmente na base de implícitos presentes na construção argumentativa. Não se encontrará na retórica de Halliday palavras ou expressões de ataque frontal a nenhuma abordagem linguística. Sem dúvida, a esse comedimento verbal se associava a imagem de uma cientificidade neutra, simulacro que tão bem responde aos anseios científicos de objetividade e transmissão de verdades incontestáveis. Uma pesquisa posterior deverá, em contraponto com retóricas de outros linguistas, observar se a esse comedimento linguístico e discursivo corresponderia um traço cultural britânico, distinto, por exemplo, daquelas características de um discurso mais agressivo adotado pelos norte-americanos em busca de legitimidade de suas ideias linguísticas.

## **Conclusão**

A linguística do século XX caracterizou-se como uma ciência plural, dividida em diferentes programas de investigação praticados por pesquisadores circunscritos a diferentes grupos teóricos<sup>28</sup>. Essa efervescência científica relacionava-se também com o período em que, a partir da segunda metade dos anos 1900, linguistas alcançaram a legitimidade de suas práticas acadêmicas. Isso se deu via institucionalização da ciência da linguagem, traduzida em um campo de atuação prestigioso, em estabelecimentos de centros de pesquisa e ensino principalmente tendo como foco difusor de teorias a Europa e os EUA.

Essa dimensão social (organização de departamentos em universidades, disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação, cargos de docência e pesquisa, bolsas de estudo e pesquisa) encontrou respaldo na publicação cres-

---

<sup>28</sup> Em entrevista a Parret (1974, p. 114), Halliday delineou um panorama da linguística de sua época em que é evidente a divisão polarizada em diferentes grupos teóricos presentes na ciência da linguagem do século XX. Para ele, a linguística de sua época se dividia em duas grandes tradições. Uma representada pelos trabalhos de Hjelmslev, dos linguistas do Círculo de Praga, de Firth e da Escola de Londres, de Sidney Lamb e de Pike. Outra tradição corresponderia aos trabalhos de Bloomfield, Chomsky, que teriam originado, ainda, outra vertente presente nas abordagens de Lakoff e McCawley na semântica gerativa.

cente de manuais introdutórios, estudos monográficos (originados a partir de mestrados e doutorados), artigos em periódicos especializados, livros coletivos e anais de congresso. De fato, a linguística que chegou ao final da segunda metade do século XX foi uma ciência estabelecida intelectual e institucionalmente.

Uma ciência que também experienciou (como ainda é sua realidade) uma destacada pluralidade teórica. Os pesquisadores se dividiram em diferentes (e muitas vezes opostos) programas de investigação. Se à institucionalização coube o estabelecimento de aspectos sociais que ajudaram a formatar um cenário para a prática da linguística contemporânea, aos diversos grupos teóricos coube o papel da busca por legitimidade científica. Uma questão institucional que se refletiu em debates e rupturas no plano intelectual, no qual linguistas se enfrentaram em verdadeiras “guerras linguísticas” (para usar expressão já clássica cunhada por R.A. Harris no livro *The Linguistics Wars*, de 1993).

Nessa fórmula, a autonomia e legitimação científicas vieram acopladas à noção de sucesso e repercussão, índices que marcaram a aceitação (ou não) de um programa teórico. Halliday e sua retórica de defesa do programa funcionalista responde a essa demanda social e científica de sua época.

Observar a história da linguística a partir de uma análise das retóricas estabelecidas pelos pesquisadores em busca da legitimação de propostas teórico-metodológicas recupera o aspecto humano da ciência. Aspecto quase sempre apagado pelo efeito de sentido de verdade e objetividade científicas.

Cabe ao historiógrafo resgatar essa dimensão da elaboração, circulação e recepção de ideias linguísticas. Exatamente no espírito do que Alan G. Gross nos alertava em *The rhetoric of science*, de 1990: ainda que a prática científica não seja uma arte da oratória, ela é, sem dúvida, um empreendimento retórico e como tal apresenta como uma de suas essenciais funções a da persuasão. Assim, onde houver ciência, haverá o cientista. Figura humana que em essência está em constantes embates para ter seu espaço social reconhecido e legitimado.

## Referências

- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da linguagem: um estudo pela historiografia linguística. **Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n.49, p.119-141, 2015.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A Historiografia da Linguística e a *retórica* dos linguistas: a força das palavras e seu valor histórico. **Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo: Universidade de São paulo, n. 18, v.2, p. 301-317, 2016,.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Forma vs. Função na história da linguística brasileira: debates e retórica de ruptura – uma interpretação pela Historiografia da Linguística. **Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 52, p. 9-32, 2017,.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Semântica vs. Pragmática na história da linguística brasileira: debate e retórica de ruptura. **Línguas & Letras**. Cascavel: Unioeste, v. 19, n. 43, p. 20-39, 2018<sup>a</sup>.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. “A cada um convém uma coisa”: debate e polêmica em torno da sociolinguística paramétrica na história da linguística brasileira. **Alfa**. São José do Rio Preto: Unesp, v. 62, n. 2, p. 255-276, 2018b,.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro socio-retórico de análise. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.
- GROSS, Alan G. **The rhetoric of science**. Cambridge/Massachussets: Harvard University Press, 1990.
- HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K. Systemic Theory. In: KOERNER, E.F.K.; ASHER, R.E. (eds.). **Concise history of the language sciences: from sumerians to the cognitivists**. Oxford: Pergamon, p. 272-276, 1995.
- HARRIS, Randy Allen. **The Linguistics wars**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.
- MURRAY, Stephen. **Theory groups and the Study of Language in North America**. A social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 1994.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da Gramática Funcional. **Alfa**. São José do Rio Preto: Unesp, v. 38, p. 109-127, 1994.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- PARRET, Herman. **Discussing language**: dialogues with Wallace L. Chafe, Noam Chomsky, Algirdas J. Greimas, M.A.K. Halliday, Peter Hartmann, George Lakoff, Sidney M. Lamb, André Martinet, James McCawley, Sebastian K. Saumjan, and Jacques Bouveresse. The Hague/Paris: Mouton, 1974.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. brasileira coord. por Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2006.
- SWIGGERS, Pierre. Linguistic Historiography: a metatheoretical synopsis. **Todas as Letras**: Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 73-96, 2017,.
- ZIMAN, John. **O conhecimento público**. Trad. de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

Recebido em 25 de fevereiro de 2019.

Aceito em 29 de março de 2019.

# DO INFINITIVO IMPESSOAL E PESSOAL - AS REGRAS DE JERÔNIMO SOARES BARBOSA

## ABOUT THE PERSONAL AND NON-PERSONAL INFINITIVE – THE JERÔNIMO SOARES BARBOSA’S RULES

Hilma Pereira Ranauro

Universidade Federal Fluminense

hilmaranauro@gmail.com

### RESUMO:

Sabemos ser o infinitivo flexionado caso singular da língua portuguesa. Sobre isso muito se escreveu. As regras relacionadas por Jerônimo Soares Barbosa em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza* serviram de base ao que se veio a postular sobre o emprego do infinitivo flexionado em português, malgrado as críticas negativas de alguns de nossos estudiosos. Ponto importante a considerar é a sua observação quanto à correferência de sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infinitivos impessoal e pessoal; Jerônimo Soares Barbosa, originalidades; avaliações de estudiosos; contradições.

**ABSTRACT:** The inflected infinitive is a peculiar verbal form of the Portuguese language, about which several articles have been written over time in respect to its semantic and morphological value. The inflected infinitive rules established by Jerônimo Soares Barbosa in his *Grammatica philosophica da lingua Portuguesa* were accepted as the basis for the use of the inflected infinitive, despite the negative critics of some of our scholars. An important point to consider is his observation about the co-reference of subjects.

**KEYWORDS:** Personal and non-personal infinitive; Jerônimo Soares Barbosa; peculiar aspects; scholars evaluation; contradictions.

Apresentaremos os princípios básicos estabelecidos por Jerônimo Soares Barbosa quanto ao uso dos infinitivos pessoal e impessoal. Faremos um levantamento do que sobre ele se veio a dizer em função de suas colocações. Atente-se

para o que afirmaram alguns de nossos estudiosos em total desacordo com a avaliação de outros que trataram especificamente do assunto: nos primeiros, a crítica negativa; nos segundos, a crítica positiva, e exatamente sobre itens semelhantes. A primeira crítica, negativa, tem, porém, prevalecido entre nós, até mesmo entre os que confessadamente sequer leram a sua obra.

## 1. Uso do infinitivo impessoal

1.º "todas as vezes que o sujeito a oração regente é o mesmo que o da oração regida, d'esta sorte: *eu quero fazer, tu quiseste fazer, nós queremos fazer.*"

Conclui que "não devia por tanto dizer Camões: E folgarás de *veres* a policia" (*Lus.* VII, 72); nem: "..... não te espantes / De Bacco nos teus reinos *receberes*". (*Lus.* VI, 15). (BARBOSA, 1881, p. 199).

Esses comentários quanto ao emprego do infinitivo flexionado em Camões gerou polêmicas infundáveis entre nossos estudiosos. Sobre isso falaremos adiante.

2.ª "Todas as vezes que lhe basta exprimir a coexistência do attributo em um sujeito qualquer sem o determinar; e então emprega-o como substantivo verbal que é, para todos os officios a que se prestam os mais nomes, servindo-se d'elle, já para sujeito, já para attributo da oração, como: *mentir é faltar á verdade*; já para complemente (grafou-se *complemente* por *complemento*) objectivo de outro verbo, como: não querer *mentir*; já para complemento de varias preposições, como: *em mentir* ha peccado; *entre mentir* e não *mentir* ha meio; *sem mentir* posso dizer: *de mentir* se passa a *jurar* falso; *para mentir*, etc." (respeitamos a pontuação do original). (BARBOSA, 1881, p.199-200).

## 2. Uso do infinitivo pessoal

### 2.1 A coreferência do sujeito.

A Lingua Portugueza tem a singularidade de ter dois infinitivos, um *impessoal*, como todas as Linguas, e outro, e *pessoal* que é um idiotismo seu. Usa do impessoal, como apresentamos no item I: "todas as vezes que o sujeito a oração regente é o mesmo que o da oração regida, d'esta sorte: *eu quero fazer, tu quiseste fazer, nós queremos fazer*".

E observa: “Não devia por tanto dizer Camões”:

E folgarás de *veres* a policia

Nem:

não te espantes

De Bacco nos teus reinos *receberes*

(BARBOSA, 1881, p. 199).

Remete às fontes em pé-de-página (*Lus.* VII, 72 e *Lus.* VI, 15, respectivamente). Esses exemplos são por ele retomados à p.263, quando, ao apresentar a Regra III da concordância das proposições parciais com as totais, vem a observar quanto ao emprego dos infinitivos impessoal e pessoal:

Nas parciaes integrantes do infinito impessoal, o sujeito da acção do verbo regido é sempre o mesmo que o do verbo regente; e esta identidade faz a sua concordancia. Porém as orações feitas do infinito pessoal sempre tem um sujeito differente do da oração regente. Por isso não é coisa indifferente uma fórmula ou outra. (BARBOSA, 1881, p.263).

"No pessoal", conclui, "disse bem Camões, *Lus.*, 76:

*Faz-te mercê, barão, a sapiencia*  
*Suprema, de c'os olhos corporaes*  
*Veres o que não póde a vã sciencia".*

"E Garcez, *Comm.* tom. II, pag. 281, not. 188", acrescenta, "não teve razão de tachar bastantemente licenciosa a locução *de c'os olhos veres*, pois o sujeito do verbo *veres* é differente do verbo *faz*". (BARBOSA, 1881, p.263).

Considera que "mais razão teve Manoel de Faria e Souza, *Comm.* tom III, col. 335, para notar os dois logares de Camões, *Lus.*, VII, 72:

*E folgaras a veres a policia*  
e VI, 15:  
*Não te espantes*  
*De a Bacco nos teus reinos receberes".*

(BARBOSA, 1881, p.263).

Pondera que "n'estas duas orações os sujeitos dos verbos regidos são os mesmos que os dos verbos regentes, e assim devia dizer: *e folgarás de ver; e não te espantes de receber*, para guardar a concordancia". (BARBOSA, 1881, p.264).

Para evitar “equivocação”

- "quando póde haver equivocação sobre qual é o de que se falla, ainda que seja o mesmo”:

*“julgo seres tu sabedor; creio termos sido enganados  
A haverem de chegar á manhã, está tudo preparado”.*

(BARBOSA, 1881, p.200).

“quando a oração do infinito, ou como sujeito e attributo de outro verbo, ou como complemento de alguma preposição se toma em um sentido não já abstracto mas pessoal”:

Ex.: *O louvares-me tu me causa novidade.*

Para me louvares *com verdade, farei aquilo de que me louvas*

*Os maus, com se louvaram, não deixam de o ser.*

Após apresentar os exemplos acima, vem dizer: “Aqui, ainda que o sujeito de ambas as orações parece ser o mesmo não o é. O pessoal *louvarem-se* era necessário para exprimir o sujeito que reflete sobre si a oração, ou a reciproca com outro”. (BARBOSA, 1881, p.200).

## 2.2 As críticas de nossos estudiosos

a) quanto à falta de base documental

A primeira regra proposta por Soares Barbosa para o emprego do infinitivo impessoal, pela qual considera não recomendável seu emprego por Camões item I, gerou polêmicas infundáveis, polêmicas acirradas entre estudiosos, filólogos e gramáticos brasileiro.

Os mesmos exemplos por ele apresentados no subitem 2.2 vêm a ser relacionados por Said Ali entre os que apresenta na sua *Gramática Secundária*

da *Língua Portuguesa* em ilustração à regra pela qual justifica o emprego do infinitivo pessoal desde que “possa haver equívoco ou se queira mostrar que a pessoa a quem o verbo no infinitivo se refere é ou deve ser vivamente afetada pelo sentimento”. (ALI, 1966, p.179).

Após a apresentação dos exemplos que destaca dos inúmeros “encontráveis em escritores portugueses”, vem a observar: “Para mais exemplos e esclarecimentos contrários à *deficientíssima regra de Soares Barbosa* (destaque nosso), consulte-se nossa *Sintaxe do Português Histórico*”. (ALI, 1966, p.179).

Said Ali retoma o assunto na sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* e em *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Ele próprio remete a *Dificuldades*.<sup>1</sup>

Mostrei noutra lugar (da *Dificuldades Língua Portuguesa* a págs. 97-98 e 110-111) mostrei neste sentido e bastante a propósito de dois belíssimos exemplos camonianos que, contrariando *certa regra gramatical errônea* (grifamos), causavam estranheza por não se haver até então cuidado de procurar lições para eles em outros escritores e, coligida uma razoável série, decidir se eram êstes os que desconheciam as delicadezas e os segredos da linguagem ou se *era o formulador da tal regra*<sup>2</sup> quem se havia enganado (destaque nosso). (ALI, 1971, p.348).

Cumprе ressaltar que Soares Barbosa, “o formulador da tal regra”, de “certa regra gramatical errônea” sabia da existência de exemplos nos clássicos em que o sujeito do infinitivo pessoal é o mesmo do verbo principal. Ele não só dá conta da sua existência como os comenta; e o faz imediatamente após apresentar os exemplos que vieram a ser retomados por Said Ali.

Diz Soares Barbosa:

Comtudo algumas vezes se encontram nos classicos exemplos de infinitivos pessoaes com o mesmo sujeito do verbo principal a que servem de complemento. (BARBOSA, 1881, p. 264).

---

<sup>1</sup> Em *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico* (2ª edição p. 143 e seguintes), que saiu incorporada à *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (Melhoramentos, 1931), Said Ali buscou demonstrar, com exemplificação abundante, que, em tais construções, o uso do infinito flexionado é bastante comum.

<sup>2</sup> Ao contrário do que ocorrera na *Gramática Secundária*, no texto acima Said Ali sequer o nomeia.

Barbosa argumenta, que, quando isso ocorre, “ou vem antes d'elle, ou, se vem depois, em todo o caso é sempre para tirar qualquer equivocação ou incerteza que possa haver, sobre se é ou não o mesmo sujeito de ambos os verbos”. (BARBOSA, 1881, p.264). "Fóra d'estes casos", conclui, "se se encontra algum exemplo, que é raro, deve-se por pouco correcto e por um pleonasmto escusado". (BARBOSA, 1881, p.264).

Não se pode, pois, em sã consciência, acusá-lo de não procurar lições em outros autores, especificamente nos clássicos. Espanta a constatação de que Said Ali, tão criterioso, no afã de criticá-lo acusa-o de não tê-lo feito (!!). Pois se o fez!

As críticas de Said Ali vêm a ser repetidas por Gladstone Chaves de Melo, dentre outros. Chaves de Melo, em *Iniciação à Filologia Portuguesa*, vem a afirmar que as 72 regras (contou-as!) de Soares Barbosa,

apesar de *cerebrinas* (grifamos) e contraditórias, apesar de nascidas de especulação pessoal e não da observação exata dos fatos da língua, pegaram e perturbam até hoje a cabeça de muita gente, porque entraram a ser repetidas pelas gramáticas posteriores. (MELO, 1957, p.196).

Atente-se para o adjetivo empregado (*cerebrinas*), repetido por alguns de nossos estudiosos. Anteriormente, Júlio Ribeiro já o empregara em ponderações semelhantes às de Said Ali e Chaves de Melo:

As regras *cerebrinas* (grifamos) que na diferença de sujeitos baseiam Soares Barbosa, Sotero Reis e cem outros, só servem para gerar incerteza no espírito de quem estuda. Segundo tais regras os escritos de Camões, de Frei Luís de Sousa, de Vieira, de Herculano, estão inçados de erros!!!. (RIBEIRO, 1881, p.241)<sup>3</sup>.

Também Júlio Ribeiro, como vemos, aponta para o fato de que a regra de correferência dos sujeitos apontava para erros nos clássicos, sem sequer mencionar que o próprio Soares Barbosa os justificava para evitar o equívoco. A pretensa agressão aos clássicos por Soares Barbosa, acabamos por concluir, terá sido a grande heresia do gramático português, que até hoje leva a peja de ter estatuído as *cerebrinas* regras *a priori* e sem base documental alguma.

<sup>3</sup> Leia-se Maurer Jr., Theodoro Henrique. *O Infinitivo Flexionado Português: estudo histórico-descritivo*, São Paulo, Editora Nacional/Editora da USP, 1968.

Com isso não concordam muitos dos que estudaram o emprego do infinitivo em português, com veremos a seguir.

b) opinião contrária de outros estudiosos

Ainda como crítica negativa a JSB, Gladstone Chaves de Melo, em sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, pondera:

O emprego do infinitivo, pessoal e impessoal (ou flexionado e inflexionado), tem sido objeto de muitos estudos, e a respeito se formularam diversas regras, nem sempre baseadas nos fatos da língua, o que é o mesmo que dizer regras sem valor. De tais regras inventadas, a que mais sucesso fez foi a de um gramático do séc. XVIII, editado no séc. XIX, Jerônimo Soares Barbosa, *misteriosamente prestigiado e seguido até hoje* (grifos nossos), não obstante a falta de base documental de suas normas *cerebrinas* (grifamos). Não vamos aqui repeti-las, nem para contestá-las, porque entendemos ser má didática veicular o erro geralmente bem aceito: serviria para fixá-lo e não para erradicá-lo. (MELO, 1980, p. 185-186).

À opinião do eminente mestre em relação ao “misteriosamente prestigiado” contrapomos a afirmação de João Malaca Casteleiro (“Jerônimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do séc. XVIII”):

A obra que consagrou, porém, J.S. Barbosa como notável gramático é a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (G.F.), publicada postumamente em 1822, a qual ainda hoje se pode considerar como um dos melhores modelos de descrição gramatical existentes sobre o português". (CASTELEIRO, s/d, p.13).

Talvez se pudesse classificar o julgamento de Gladstone Chaves de Melo de *precipitado e injusto*, tal como Teodoro Maurer classificou o de Carlos Góis com referência a Frederico Diez. Declara Maurer:

Inteiramente descabida é a apreciação feita por Carlos Góis, em sua *Sintaxe de Concordância*, ao trabalho do criador da lingüística românica. Diz ele: ‘A regra de Diez seria excelente, se o insigne filólogo romanista houvesse procurado harmonizá-la com a do seu predecessor e com os fatos preexistentes da língua. Ao invés disto, porém, preocupou-se com opô-la hostilmente à de Jerônimo Soares Barbosa, e procurou sobrepor-la aos fatos da língua, esquecido de que não é a

língua que deve subordinar-se aos preceitos, mas esta que deve acomodar-se aos fatos da língua’ (!!!). Dificilmente se pode imaginar julgamento mais precipitado e injusto sobre o eminente romanista alemão do que aquele que acabamos de transcrever’ ”. (MAURER, 1968, p.129).

Justifica Maurer:

“Não tinha Diez a preocupação de estabelecer leis, nem quis dogmatizar, passando por cima do uso de autores antigos ou modernos, levando os fatos a se ajustarem às suas teorias ou mesmo preocupando-se com hostilizar o gramático português, cujas regras acima estudamos. Muito ao contrário, foi com ele que se iniciou a preocupação de um estudo mais objetivo das línguas românicas, pondo de lado regras lógicas preconcebidas. (MAURER, 1968, p.129).

É interessante registrar que, quanto ao argumento de que se deva “firmar-se em exemplos dos clássicos”, Júlio Nogueira, numa das várias respostas a seus consulentes quanto ao emprego do infinitivo, vem a ponderar:

Firmar-se em exemplos dos clássicos nem sempre é bom conselho. A língua vive em constante movimento, procurando acompanhar o capricho de seus criadores, que somos todos nós, em proporção mais ou menos sensível. Deixemos os clássicos com a sua língua. Não na copiemos assim como não copiamos a indumentária do seu tempo, com as cabeleras empoadas, os calções ou calças de presilha e outros aspetos já inaceitáveis no século da televisão, do radar, do avião supersônico, da propulsão a jato e outras maravilhas que eles desconhecaram. (NOGUEIRA, 1956, 121).

Atente-se para o fato de que Carlos Góis acusa Frederico Diez de sobrepor sua regra aos fatos da língua. Contrariamente, para Júlio Ribeiro (*Gramática Portuguesa*), a doutrina de Diez, “deduzida dos fatos”, é “positiva, simples, satisfatória”.

Essas contradições permeiam as discussões entre nossos estudiosos, como veremos adiante, o que nos leva à conclusão de que o que se fez no mais das vezes foi repetir o parecer deste ou daquele autor sem sequer consultar as obras de Barbosa e Diez.

Lembra Teodoro Maurer que entre os que levam em conta positivamente o trabalho de Soares Barbosa e Diez está Eduardo Carlos Pereira que, em sua *Gramática Expositiva*, ao reportar-se às doutrinas de Barbosa e Diez, aos quais se reporta como “mestres eminentes”, considera boas as regras por eles estabelecidas. (cf. MAURER, 1968, p.131).

Justifica o citado gramático: “pois encaram o mesmo problema por duas faces diferentes; ambas se completam na parte em que não se contradizem, e servem de fio condutor no labirinto do uso clássico do infinito pessoal”. (cf. MAURER, 1968, p.131).

Argumenta Eduardo Carlos Pereira, porém, que elas estão “aquém dos fatos”, e busca suplementá-las com algumas normas especiais. Já em sua *Gramática Histórica*, lembra Maurer, que JCP considera as regras de Diez de mais fácil compreensão e mais de acordo com o uso geral dos clássicos. (cf. MAURER, 1968, p.131)<sup>4</sup>.

Como se pode constatar, a colocação de que se deva seguir o uso geral dos clássicos permeia o julgamento de muitos de nossos estudiosos.

E Soares Barbosa ousara apontar como não ideal um uso do infinitivo pessoal em Camões! Terá sido esse, talvez, o seu crime, ou a sua heresia.

Lembremos que ele destaca o que considera um bom uso em Camões (item 2.1): "No pessoal, disse bem Camões, *Lus.*, 76:

*Faz-te mercê, barão, a sapiencia  
Suprema, de c'os olhos corporaes  
Veres o que não póde a vã sciencia".*

Sequer atentaram para o fato de que são colhidos aos clássicos os vários exemplos por ele citados em toda a sua Gramática e não só em relação ao emprego do infinitivo flexionado, e que, ao final de sua Gramática (Capítulo VI do Livro IV), Barbosa parte das duas primeiras estâncias do Canto I de *Os Lusíadas* para aplicação dos princípios, regras, normas e usos nela apresentados.

Disso tornaremos a falar mais adiante.

---

<sup>4</sup> Maurer remete às páginas 338 e 345 da 12.<sup>a</sup>ed. da *Gramática Expositiva* e sugere a leitura da p.509 à p. 522 da 2.<sup>a</sup> ed. da *Gramática Histórica*, na qual, informa, Eduardo Carlos Pereira "discute mais amplamente o assunto". (MAURER, 1968, p. 131).

### 3. O emprego do infinitivo flexionado para evitar “equivocação”

Há que ponderar, como antecipamos anteriormente, que, tal como Said Ali, Soares Barbosa também apontou para o emprego da flexão do infinitivo para evitar equívoco (*equivocação*, para ele) quanto ao sujeito dos verbos. Observa S.B. que caberia o emprego do infinitivo flexionado, repetamos, "*quando pôde haver equivocação sobre qual é o de que se falla, ainda que seja o mesmo*" (destacamos). (BARBOSA, 1881, p. 200).

O princípio de emprego do infinitivo flexionado para que se evite o equívoco está, pois, formulado na GFLP, e exatamente com base em exemplos colhidos aos clássicos. Soares Barbosa, portanto, não os ignorava. O que se deduz é que, para ele, nos exemplos em discussão, não havia a possibilidade de equívoco quanto ao sujeito do verbo *receber*.

Já para Said Ali o contexto propicia o equívoco, daí recomendar o emprego do infinitivo pessoal, flexionado. Essa é também a opinião de Gladstone Chaves de Melo, que, após recomendar a flexão do infinitivo "quando a clareza exige que, pela flexão, se indique qual é o sujeito da oração infinita" (MELO, 1980, p.188), dá como exemplo exatamente a passagem citada por Soares Barbosa, qual seja: "Ó Netuno, lhe disse, não te espantes / de Baco nos teus reinos *receberes*, / Porque também c'os grandes e possantes / Mostra a Fortuna injusta seus poderes". (*Lus.*, VI, 15).

"Baco", pondera, "indo visitar Netuno em casa, começa por dizer-lhe que não se surpreenda de ver no reino marítimo o rei do vinho, o que certamente ocorre por alguma razão grave. Realmente a deusa Fortuna, tantas vezes injusta, persegue os grandes e poderosos". (MELO, 1980, p.188-189).

"Depois desta explicação", acrescenta, "note-se que, se Camões empregasse aí o infinitivo inflexionado, dizendo *receber*, estabeleceria uma ambigüidade, porque pareceria que o sujeito a que se refere esse infinitivo é Baco, e então não se compreenderia nada". (MELO, 1980, p.189).

Para os críticos de Soares Barbosa sem a flexão do infinitivo o equívoco ocorreria. Para Soares Barbosa, não.

Há que ponderar que há todo um contexto, todo um nível de saber que propicia o entendimento do que diz o poeta. É uma questão de entendimento, interpretação, que, sabemos, depende de uma série de fatores até mesmo extra textuais.

A nosso juízo, sem a flexão não haveria a ambigüidade, apesar de não julgarmos deselegante seu emprego, que, cremos, enfatiza o fato em questão.

Particularmente optaríamos pela flexão do infinitivo até mesmo para efeito estilístico, principalmente pelas inversões dos termos e pelo distanciamento entre o sujeito e as duas formas verbais, e entre elas próprias entre si.

Ponderamos, contudo, que Soares Barbosa propôs a regra e argumentou que, por ela, a flexão do infinitivo no contexto em questão não caberia. Hoje, pela gramática tradicional, não deveria ocorrer a flexão do infinitivo, só justificada caso houvesse a possibilidade de equívoco, o que depende da análise e da interpretação de cada um.

Não é, a nosso juízo, uma questão que deveria cair numa prova de avaliação de aprendizagem ou num Concurso, por exemplo.

Observemos, por exemplo, o exemplo colhido a Zurara e mencionado ainda por Said Ali nas críticas a Soares Barbosa: “Folgaste de achares *em mi o que viste*”. (Zurara, *Inéd. Port.* 3, 202, *apud* ALI, 1971, p.346).

A flexão do infinitivo, redundante, para alguns, é justificada por Said Ali:

Quando se exprime por meio de um infinitivo regido de preposição *de* a causa determinante de um sentimento e se quer mostrar que a pessoa a quem este verbo se refere é ou deve ser vivamente afetada pelo sentimento, dá-se ao infinitivo a forma pessoal. (ALI, 1971, p.346).

Said Ali apresenta exemplos em que o “sentimento” é de alegria, contentamento (p.346-347); espanto, admiração (p.347); euforia, orgulho (p.347-348); vergonha (p.348); temor, esperança, desesperança (p.348). Na maioria dos exemplos relacionados a *alegria, contentamento*, o infinitivo pessoal *regido de preposição* vem imediatamente após o verbo *folgar (folgar de)*. O primeiro deles foi o colhido a Zurara.

É de se perguntar como procederia um professor de português diante de construção semelhante em textos de seus alunos ou mesmo se ele próprio faria a flexão do infinitivo nesse contexto.

Perguntamos ainda: o exemplo citado apresenta algumas das justificativas apresentadas pelo respeitável mestre? Depende, cremos, de cada o leitor.

É interessante observar que Said Ali, após o comentário com a alusão a Soares Barbosa, vem a advertir:

Cumpramos advertir que seria erro não menos grave do que *essa regra estatuída á priori* (destacamos) o cair no extremo oposto e concluir dos numerosos exemplos aqui citados e divulgado que se daria sempre a forma flexionada ao infinitivo *dependente, de folgar de, espantar-se de...* etc. (ALI, 1971, p.348).

E justifica:

Os escritores portugueses, que neste ponto não conheciam sistematismo, regulavam-se para cada caso particular unicamente pelo sentimento da linguagem, e assim muitíssimas outras vezes não havendo razão para fazer valer a ênfase, pôsto que empregassem os mesmos verbos, adjetivos ou nomes, se lhes impunha a necessidade de recorrerem ao infinitivo sem flexão. (ALI, 1971, p.348).

Mais adiante, vem novamente a dizer:

Convindo, pelo contrário, pôr em evidência o agente do verbo, emprega-se o infinitivo pessoal. Que é árbitro, para a escolha entre as duas formas de infinitivo preposicionado, o intuito do escritor, e não um preceito gramatical fixo(\*), decidiu-o Antonio Vieira nos seguintes passos:....". (ALI, 1971, p.351).

No pé de página a que remete, informa: "Reporta-se a êsse preceito Faria e Sousa em comentar à linguagem camonianiana. Soares Barbosa reviveu o reparo do comendador, formulou a regra e desprezou-a na prática, como todos os escritores d'além-mar". (ALI, 1971, p.351).

Como se pode constatar nos textos por nós apresentados no início deste item, Soares Barbosa não se limitou a reviver o reparo do comendador como se dele partisse. Ele simplesmente argumenta, após suas considerações sobre o emprego desse infinitivo, que Faria e Souza, segundo seu entendimento e os princípios que ele próprio, Soares Barbosa, estabelecia para o uso do infinitivo, "mais razão teve" "para notar os dois logares de Camões". (BARBOSA, 1881, p.263). (Reveja-se citação anterior).

Soares Barbosa concordou com Faria e Souza, assim como outros tantos estudiosos de renome concordaram com os princípios e as observações do por ele, JSB apresentados. Said Ali e outros nas sua pegadas não concordaram. Questão de opinião, caberia dizer, mas daí a entender a ira contra Soares Barbosa, não somente em sua regra para emprego do infinitivo, mas em relação a toda a sua obra...

E tudo isso acabou por nos privar de uma obra que apresenta minuciosa descrição do português, com análise de seus usos e normas. Cabe falar de seus acertos e da sua originalidade, de que deram testemunho João malaca Casteleiro e Theodoro Maurer Jr., dentre outros.

#### **4. Acerto e originalidade – a correferência de sujeitos**

João Malaca Casteleiro, ao tratar do tratamento dado por Soares Barbosa ao infinitivo impessoal e ao infinitivo pessoal, afirma que esse gramático “faz intervir com acerto e originalidade a noção de correferência de sujeitos, para explicar as diferenças entre um e outro tipo de infinitivo”. (CASTELEIRO, s/d, p.106). Essa noção, lembra Casteleiro, veio a ser consagrada em trabalhos de Gramática Generativa.

Theodoro Maurer Jr. (*O Infinitivo Flexionado em Português*) considera fundamentais os trabalhos de Jerônimo Soares Barbosa e Frederico Diez: “cujas regras sobre o uso do infinito têm sido frequentemente consideradas básicas, embora todos reconheçam a sua insuficiência para uma solução completa do problema”. (MAURER, 1968, p.125).

Após considerar as regras clássicas dos dois autores, pondera: “Alguns gramáticos modernos procuram suplementar as referidas regras, enquanto outros se esforçam por apresentar normas próprias, muitas vezes numerosas, com as quais se perdem de vista os grandes princípios gerais da sintaxe do infinito”. (MAURER JR., 1968, p.125).

Para Maurer ambos observaram o mesmo fato de dois prismas diferentes. Em sua opinião, ambos se complementam. Quanto a ser a linguagem de Soares Barbosa de difícil compreensão ou mesmo confusa, admite Maurer que, apesar de “alguns méritos incontestáveis”, “a formulação de Soares Barbosa, tem o inconveniente de uma linguagem às vezes rebarbativa e até inexacta”. “Demais”, acrescenta, “aqui e ali as regras se repetem, quando não se contradizem”. (MAURER, 1968, p.126).

Para a sua linguagem por vezes confusa chamamos a atenção em vários momentos de nossa análise crítica e comparativa da GFLP. Por vezes seu texto se faz realmente confuso, não muito claro. Muitas vezes peca por excesso de informação, explicações ou justificativas; noutras, faz-se por demais sucinto, o que chega a ser estranho, posto que prima pelos detalhes de descrição e explicação. Ocorre que não o descreveríamos como um autor confuso em todo a sua gramática.

Ainda com referência às regras de emprego do infinitivo em português, cabe lembrar ponderações de Júlio Nogueira:

Todos reconhecemos que as regras para o emprego do infinitivo português, por ser a variabilidade caso *sui generis*, sem correlação nas demais línguas

românicas, são precárias, em face da multiplicidade de construções. A riqueza excessiva atrapalha. O infinitivo flexionável é, positivamente, um presente grego. (NOGUEIRA, 1956, 121).

Quanto às regras de Soares Barbosa e F. Diez, afirma:

A regra de Soares Barbosa, baseada na identidade do sujeito, é boa. Diógenes, pela língua de Vieira, disse: 'Lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos!'. Boa também é a do filólogo alemão F. Diez, baseada na possibilidade de transformar o infinitivo em oração de verbo em modo finito. (NOGUEIRA, 1956, 121).

E vem a concluir: “Assim, sejamos amigos das regras, mas sejamos ainda mais amigos da língua, soberana, que, às vezes, ri à socapa da pretensão dos sistematizadores e gramáticos”. (NOGUEIRA, 1956, 121).

Afora essas considerações, é importante atentar para as ponderações de Teodoro Maurer e Malaca Casteleiro, dentre outros, em relação às regras estabelecidas por Jerônimo Soares Barbosa em total desacordo com o que contra elas disseram nossos estudiosos.

## 5. Considerações necessárias

Como vemos, as contradições permeiam todo o estudo do uso desse idiomatismo do português, considerado por Júlio Nogueira um presente grego, como vimos anteriormente ("O infinitivo flexionável é, positivamente, um presente grego" (NOGUEIRA, 1956, 121).

É curioso observar o efeito provocado em nossos estudiosos pela interpretação e análise de Soares Barbosa quanto a um emprego do infinitivo flexionado em *Os Lusíadas*. Quanto se gastou discutindo sobre o mesmo exemplo colhido a Camões!

Julgamos por bem retomar sua observação, positiva, com referência a exemplo colhido a Camões: "No pessoa, disse bem Camões, *Lus.*, 76: *Faz-te mercê, barão, a sapiência / Suprema, de c'os olhos corporaes / Veres o que não póde a vã sciencia*".

Chamou-nos a atenção em especial o fato de que, em muitos de nossos estudiosos e gramáticos, o que se fez foi repetir a crítica feita a Soares Barbosa sem sequer consultá-lo. Não procede sequer a crítica à falta de base documental de que o acusam, que também se repete nos que o criticam.

Curiosamente até mesmo a adjetivação "cerebrinas" para as regras por ele estabelecidas para o emprego do infinitivo flexionado se repete em seus críticos. Isso ocorre ainda hoje, como pudemos verificar, quando dele se vem a falar.

Concordar ou não com as considerações, análises e conclusões de um estudioso é um direito que todos temos. Acusá-lo de formulá-los *a priori*, sem a devida atenção aos fatos vai uma grande distância, principalmente quando em seu trabalho se comprova, em todos os momentos, um levantamento exaustivo desses fatos.

Trata-se, na realidade, o que constatamos em vários momentos de nosso trabalho, de um pré-conceito em relação, a princípio, à própria gramática filológica em si, frequentemente acusada de basear-se em princípios estatuídos *a priori*, com base na ciência da Lógica, o que não corresponde à realidade quanto se trata de uma gramática de uma língua particular, que parte exatamente dos fatos dessa língua, como não poderia deixar de ser.

Mário Barreto, em resposta a um consulente indignado com uma crítica que um professor e crítico de então fizera a pretensos erros de concordância em Camões, responde- lhe, dentre outras coisas: \_

O que fêz agora o meu prezado camarada \*\*\* no artigo em que se empenhou em vestir a Camões o sambenito de descuidado e negligente, já o fizeram outros, o Padre Macedo com a sua *Censura dos Lusíadas* (Lisboa, ano 1820), Jerônimo Soares Barbosa, na sua *Análise dos Lusíadas* (Coimbra, 1859) feita com o prurido pedantesco de corrigir Camões a cada passo, e F. Gomes de Amorim numa edição anotada de *Os lusíadas*, na qual ficou demonstrada, a juízo do sr. Mendes do Remédio, a sua falta de educação filológica (é dele o destaque em itálico), - deplorável publicação com lhe chamou Epifânio Dias, e à cerca da qual é indispensável ler-se o opúsculo do ilustre professor Leite de Vasconcelos, *O texto dos Lusíadas, segundo as ideias do sr. F. Gomes de Amorim* (Pôrto, 1890). (BARRETO, 1954, p. 167-168).

Percebe-se que a aversão a Soares Barbosa não se baseia somente no que afirmara em sua Gramática, mas ao que apontara em seu estudo sobre *Os Lusíadas* em *Análise dos Lusíadas*.

Ainda sobre a consulta de seu consulente, observa Mário Barreto:

No mencionado artigo do *Jornal do Brasil* de 20 de novembro último há, em meu sentir, um êrro fundamental: o crítico baseia-se na maneira actual de dizer (des-

*taque nosso*) para repreender Camões. Se o cantor dos *Lusíadas* tivesse composto nos nossos dias o seu poema imortal, poderia justificar-se a repreensão. Luís de Camões, porém, escreveu como era natural, de acôrdo com o uso mais geral e admitido do seu tempo, e as mesmas construções sintácticas vamos encontrá-las noutros autores de fama em todo o século de oiro da nossa literatura. Convém distinguir os tempos para deslindar os campos e poder formular com precisão e clareza os preceitos e leis que a cada época em particular correspondem. (BARRETO, 1954, p.168-169).

Pondera, com propriedade: “As regras e preceitos gramaticais que os clássicos observaram para estabelecer a concordância e harmonia das partes da oração, foram múltiplas e variadas; não como agora, constantes e fixas”. (BARRETO, 1954, p.168-169).

Não havemos de corrigir nas suas obras os grandes mestres como Camões, do mesmo modo que o fariamos nos cadernos dum aluno, mas estudá-los com uma maneira doutra época e que não deixou de ser de todo da fala actual". (BARRETO, 1954, p.171-172).

É importante atentar para o cuidado com que Mário Barreto se reporta ao fato de que o tal crítico (nunca o nomeia) ter-se-ia baseado em parecer de Soares Barbosa. Apesar de ter-se reportado a S.B, Barreto limita-se a registrar:

Em-quanto aos exemplos em que, segundo o critico abordado ao parecer de Soares Barbosa, *asneou* Camões dando ao infinitivo a forma pessoal (*folgarás de veres a pol'cia portuguesa na paz e na milícia, Lus.*, VII, 72, e *não te espantes de Baco ns teus reinos receberes*, *ib.*, VI, 15) estão muito certos como demonstrou no seu magistral estudo àcerca do infinitivo pessoal o prof. Said Ali. Já está vendo o critico quem é que, neste ponto, defende Camões da sua acusação. (BARRETO, 1954, p.177-178).

Dá para se ter uma idéia de como a coisa foi tomando corpo. Encarou-se a observação de Soares Barbosa, com base nos preceitos por ele sugeridos, como uma *acusação*, e não como uma observação ou recomendação quanto a uso do infinitivo flexionado a partir de preceitos por ele formulados nos anos oitocentos.

Sequer se considera o fato de que Soares Barbosa toma Camões com modelo para a aplicação do que expõe nos Livros e Capítulos da GFLP o que faz ao final Livro IV, Capítulo VI, com o qual conclui sua Gramática.

Nesse Capítulo VI, intitulado "Aplicação dos princípios d'esta grammatica ás duas primeiras estanças do canto I dos 'Lusíadas' de Camões. Soares Barbosa passa à aplicação dos princípios apresentados na GFLP às duas primeiras estâncias do Canto I de *Os Lusíadas*: análise geral (p. 304-306) e análise particular (p. 306-315),.

Na Análise Geral, salienta aspectos quanto à estruturação do período e dos membros ou proposições e os analisa quanto à classificação das proposições dentro dos preceitos apresentados quanto à sintaxe e construção (tipos, qualidades) e quanto à identificação e classificação dos sujeitos e complementos verbais. em alguns momentos, pontua aspectos morfossintáticos, estudados no Livro III - Etimologia ou partes da oração: emprego de artigo definido, de pronomes pessoais, etc.

Na Análise Particular, procede à análise de cada uma das orações. Procede ao que se vulgarizou entre nós sob o denominação de "Análise Sintática". Apesar de todas as críticas negativas, esse modelo de análise foi, durante décadas, o cavalo-de-batalha das aulas de português em nossas escolas, e exatamente a partir de *Os Lusíadas*.

A verdade é que a Gramática de Jerônimo Soares Barbosa serviu de base e modelo para muitas de nossas gramáticas tradicionais, além de ter deixado marcas no próprio ensino da língua. O método de análise sintática (antes análise lógica) permanece ainda hoje sobre rótulos outros, essa é a verdade. O que se percebe é que mesmo os que o criticavam dele partiam para suas análises e descrições.

Cabe salientar, ainda quanto aos empregos e usos do infinitivo, que Barbosa tece comentários quanto a usos de acordo com classes sociais e épocas, e logo na introdução de seus estudos, o que prova que não ignorava o que veio a salientar com propriedade Mário Barreto.

E Soares Barbosa, cabe acrescentar, estava entre os que iniciaram um movimento de prestígio da língua portuguesa enquanto língua vernácula, desatrelada do latim, até então a metalíngua, e que, é este o seu grande mérito, apresentou o primeiro modelo exaustivo de descrição do português, levantando questões, propondo e discutindo soluções muitas vezes a partir de obras e autores então existentes.

Não o fez da própria cabeça, "*a priori*", como se passou a dizer e, o que é pior, a propagar. Barbosa apresentou um modelo pioneiro de descrição do português, e em todo os seus aspectos. E o fez não somente numa descrição dos fatos e usos da l e normas. Fê-lo também numa análise, crítica e comparativa, desses fatos, usos e normas.

Ainda quanto ao exemplo colhido a Camões e que gerou tanta discussão e *frison* entre nossos estudiosos, é de se questionar porque o mesmo não ocorreu e/ou não ocorre quando se menciona o famoso "alma minha (grifamos) gentil, que te partiste" de Camões<sup>5</sup> a cada momento em que se estuda o cacófato.

Não se afirma/ensina que se deve evitar o tipo de efeito sonoro (desagradável, como não?) gerado pelo "*almaminha*"? Não é ele considerado "não bom", algo que se deva evitar? E Camões fica desmoralizado por isso? Condenou-se quem primeiro notou o fato? Aliás, quem foi este observador atento?

Ninguém é condenado por isso, que saibamos. E citamo-lo a cada momento, à exaustão, como exemplo de cacófato, de algo que não se deve usar, de algo a ser evitado, pois.

Soares Barbosa considerou inadequado um dos empregos do infinitivo flexionado em Camões. Se o fez acertadamente ou não, se concordamos com ele ou não é uma outra história.

Constatamos, enfim, que o que afirmara Soares Barbosa em sua Gramática não justificava tanta rejeição à sua obra. Resta saber se, em sua *Análise dos Lusíadas*, não teria "pesado a mão", como se costuma dizer, em suas críticas a Camões. Não tivemos oportunidade, até o momento, de conhecê-la.

Há que dizer ainda que a discussão gerada pelo tal emprego do infinitivo cresceu entre os intelectuais brasileiros, que buscavam firmar-se pela polêmica pura e simples.

Lembremos as réplicas e trélicas de Rui Barbosa? Também ele se permitiu discutir sobre o uso e emprego do infinitivo, e com o próprio Said Ali..

## 6. A polêmica entre Rui Barbosa e Said Ali

O infinitivo flexionado gerou polêmicas em e por si mesmo. Ele mereceu especial atenção de Rui Barbosa (Leia-se *Projeto do Código Civil Brasileiro, Réplica do Senador Rui Barbosa às Defesas da Redação do Projeto dos Deputados*, parágrafo 195), que critica as regras estabelecidas por F. Diez.

Para Theodoro Maurer Jr. "não são justas algumas referências a essas regras pelo eminente autor da Réplica". (MAURER, 1957, p.129). "Fala Rui Barbosa", lembra Maurer, "em 'primeira lei de Diez', na 'Escola do Grande sábio Salomão', que 'neste particular não está de acôrdo consigo mesma, que

<sup>5</sup> CAMÕES, Luís de. *Lírica II*, edição comemorativa do IV Centenário da morte do poeta, Lisboa, Editorial Verbo, 1980. Soneto de n.º 120, p.227.

dogmatiza o uso antigo' e, finalmente, 'em direito de que usa Diez, rejeitando, para afirmar a última regra, exemplos dos melhores mestres"'. (MAURER, 1957, p. 129).

Também Ricardo Cavaliere lembra que Rui Barbosa, "em um momento da *Réplica*, ataca a posição de Diez contrária à flexão do infinitivo em construções perifrásticas cujo sujeito do verbo auxiliar é o mesmo do verbo principal". (CAVALIERE, 2000, p. 101).

"Na realidade", pondera Cavaliere, "Ruy Barbosa, aproveita um trecho da *Grammaire des langues romaines*, em que Diez assegura ser o infinitivo invariável quando depende de auxiliares modais, para descarregar sua munição sobre o romanista, incumbindo-se, para tanto, de citar alguns exemplos de construções perifrásticas com auxiliar modal em que o infinitivo se flexionava - *vão correrem, podem saírem, busquem fugirem* - já que 'não faltam, entre os velhos mestres solenes exemplos do infinitivo conjugado nesses casos"'. (CAVALIERE, 2000, p. 101-102).

"A resposta de Diez", prossegue Cavaliere, "sai da pena de Said Ali, que revela ter o próprio mestre alemão admitido, na parte final do trecho citado por Ruy, que alguns escritores flexionavam o infinitivo arbitrariamente. Segundo Ali, Ruy teria maldosamente omitido esse apêndice final, dando uma feição peremptória a uma tese dilatória, a fim de denegrir o saber filológico de Diez perante a comunidade científica brasileira.

"Arguto, Said Ali também faz observar que Ruy Barbosa cita exemplos sem oferecer as fontes - 'Quais são as fontes de *vão correrem, podem saírem, busquem fugirem*? Onde é que Ruy Barbosa viu isso?' - dando a entender que o objetivo do eminente publicista e jurista brasileiro não ia além da promoção pessoal, que vislumbrou auferir mediante demérito de uma sumidade da filologia européia". (CAVALIERE, 2000, p. 102).

Said Ali, como se pode constatar, acusa Rui Barbosa de ignorar, ou omitir, observação do próprio Diez pelas quais se constata que ele registrara o emprego do infinitivo flexionado nos clássicos. Ocorre que, semelhantemente, também ele acusara Soares Barbosa de ignorar exemplos desse emprego do infinitivo nos clássicos, o que mostramos ser improcedente.

Como se pode constatar Said Ali aponta em Rui falhas semelhantes às que lhe apontáramos em seus comentários sobre Soares Barbosa. Cabe-nos, agora, perguntar: também Said Ali não omitiu (não tinha lido?) informações expostas na GFLP, como observamos anteriormente? Said Ali, como salienta Cavaliere e como já dissemos anteriormente, era extremamente criterioso...

Ao fim e ao cabo, acabamos por concluir que a polêmica pela polêmica era não somente moda à época, mas também um modo de destacar-se como autoridade nas questões da língua. Só que um Barbosa, o Jerônimo Soares, não teve direito à réplicas e tréplicas.

Mais um motivo para resgatá-lo; afinal, "a quem honra, honra". (Romanos 13:17)<sup>6</sup>.

## Referências bibliográficas

- ALI, Manuel Said. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.
- ALI, Manuel Said. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1965; 7 ed., revista e comentada de acordo com a NGB por Evanildo Bechara. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
- ALI, Manuel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7 ed. melhorada e aumentada de **Lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico**, estabelecimento do texto, revisão, notas e índices por Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, col. Biblioteca Brasileira de Filologia, vol. 19, 1971.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem**. 7 ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- BARRETO, Mário. **Através do dicionário e da gramática; correio de consulentes**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, Obras Completas de Mário Barreto, vol. VI, 1954.
- CAMÕES, Luís de. **Soneto de n.º 120; Lírica II**. Edição comemorativa do IV Centenário da morte do poeta. Lisboa: Editorial Verbo, p.227, 1980.
- CASTELEIRO, João Malaca. Jerônimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII, **Boletim de Filologia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, p.101-110. s.d.
- CAVALIERE, Ricardo. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EDUFF, 2000.

<sup>6</sup> *A Bíblia Sagrada - Velho Testamento e Novo Testamento*, versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida de acordo com os melhores textos em hebraico e grego, 4.<sup>a</sup> impressão, Rio de Janeiro, Imprensa Bíblica Brasileira, 1994.

- MAURER Jr., Theodoro Henrique. **O infinitivo flexionado português: estudo histórico-descritivo**. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1968.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- MELO, Gladstone. **Gramática fundamental da língua portuguesa (de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira)**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1980.
- NOGUEIRA, Júlio. **Indicações de linguagem**. Rio de Janeiro: Org. Simões, Col. “Rex”, n. 15, 1956.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica**. 2. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1919.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva, curso superior**. 101. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- RANAURO, Hilma. **Para compreender uma gramática filosófica – uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerônimo Soares Barbosa**. Niterói: Editora Alternativa, 2015.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Grammatica portuguesa philosophica*. In: **Estudos gramaticais e filológicos**. 2 ed., revista por Deraldo I. de Sousa. Bahia: Livraria Progresso, 1958.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões gramaticais ou nova grammatica portuguesa**. 2. ed. aumentada e cuidadosamente revista pelo autor. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1915.
- RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

Recebido em 5 de outubro de 2018.

Aceito em 2 de fevereiro de 2019.

# DE UMA REVOLUÇÃO NO MUNDO DA LÍNGUA PORTUGUESA: A PUBLICAÇÃO DA *GRAMMATICA* DE FERNÃO DE OLIVEIRA<sup>1\*</sup>

## ON A REVOLUTION IN THE WORLD OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: THE PUBLICATION OF FERNÃO DE OLIVEIRA'S *GRAMMATICA*<sup>\*</sup>

Henrique Barroso  
Universidade do Minho  
hbarroso@ilch.uminho.pt

### RESUMO:

Pretende-se, com este artigo, sublinhar o caráter deveras revolucionário que representa a publicação, em 1536, da *Grammatica* de Fernão de Oliveira. Com efeito, o seu autor, pode asseverar-se, foi o “1.º fonólogo funcionalista”, 400 anos antes de o Funcionalismo se constituir como modelo de análise e descrição linguísticas; apresentou o 1.º esboço de Lexicologia e 1.ª teoria da composição das palavras na história da linguística românica; traçou as linhas mestras da gramática *stricto sensu* (ou morfossintaxe) do português do séc. XVI, isto é, identificou as categorias gramaticais que funcionam efe-

- 
- <sup>1</sup> \*Este artigo reproduz praticamente na íntegra o texto da conferência plenária proferida na Cerimónia de Abertura do XI Congresso Alemão de Lusitanistas (11. Deutscher Lusitanistentag) que teve lugar, entre 16 e 19 de setembro de 2015, na Technische Universität Aachen, Alemanha, subordinado à temática *O mundo lusófono em movimento – (r)evoluções e transformações* ou, na língua de Goethe, *Umbrüche und Aufbrüche. Die portugiesischsprachige Welt in Bewegung*. Retirei apenas as palavras iniciais relativas (i) aos cumprimentos a todo(a)s o(a)s congressistas, (ii) às felicitações aos/às organizadores/-as do Congresso pela escolha, oportuna, da temática e (iii) aos agradecimentos pelo convite, honroso, feito pela organização (a saber, pela Dr.ª Doris Wieser, da Universidade de Göttingen) para proferir esta conferência.
- Porque se trata de um artigo, acrescentei algumas notas de rodapé, as referências bibliográficas e, mas não muito significativamente, uma ou outra correção/alteração ao longo da extensão textual.
  - Já o fiz lá, mas volto a fazê-lo aqui: quero dedicar este texto à Memória dos Professores Amadeu Torres (Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho) e Eugenio Coseriu (Universidade de Tübingen), que o inspiraram. Ao primeiro porque, em parceria com o Professor Carlos Assunção, da UTAD, organizou a edição crítica, semidiplomática e anastática da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 2000 pela Academia das Ciências de Lisboa. Ao segundo, porque lhe dedicou um ensaio absolutamente notável (faz por isso parte da edição agora referida, numa tradução portuguesa por Maria Christina da Motta Maia, para a EDUFF, Niterói, 1991), publicado em 1975, com o título de «Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)».

tivamente nesta língua; elencou os princípios da Dialetoлогия ou, mais explicitamente, da Sociolinguística quantitativa laboviana; e, *last but not least*, colocou bem o acento tónico na política de língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Descrição fonética e fonológica; léxico e morfologia lexical; morfologia flexional e categorias morfossintáticas; variação e mudança linguísticas; política de língua; português (séc. XVI); Fernão de Oliveira.

**ABSTRACT:**

The purpose of this article is to point out the truly revolutionary nature regarding the publication in 1536 of the *Grammatica* of Fernão de Oliveira. Indeed, one may state, its author was the “first functional phonologist”, 400 years before Functionalism became a model of analysis and linguistic description; he presented the 1<sup>st</sup> outline Lexicology and the 1<sup>st</sup> theory of composition of words in the history of Romance linguistics; he traced the master lines of the grammar *stricto sensu* (or morphosyntax) of the 16<sup>th</sup> century Portuguese, i.e. he identified the grammatical categories that work effectively in this language; he listed the principles of Dialectology or, more explicitly, the Labovian quantitative sociolinguistics; and, last but not least, he placed the emphasis on language policy.

**KEYWORDS:** Phonetic and phonological description; lexicon and lexical morphology; inflectional morphology and morphosyntactic categories; language variation and change; language policy; Portuguese (16<sup>th</sup> century); Fernão de Oliveira.

## **Introdução**

A publicação, em 1536, da *Grammatica da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira representa, de facto, uma ‘revolução’<sup>2\*\*</sup> porque (para já, só as aceções globais):

---

<sup>2</sup> \*\*Muito embora a temática daquela reunião científica tenha versado sobre revoluções ocorridas bastante mais recentemente (últimos 40 a 30 anos – no mínimo, nós somos já testemunhas), um discurso (agora, artigo) sobre a revolução que representa a publicação da *Grammatica* de Fernão de Oliveira no mundo da língua portuguesa, só para os mais distraídos, e mesmo assim aparentemente, é que poderá parecer estranho ou, até, destoar. Com efeito, revoluções em Portugal (Revolução dos Cravos, em 1974), nos PALOP (independência das ex-colónias portuguesas, em 1975) e no Brasil (fim da ditadura militar, em 1985) são revoluções no mundo lusófono, e Fernão de Oliveira é, nas palavras de Torres (1989), como nas de vários outros nomes que poderia referir, o primeiro gramático e filólogo da lusofonia. Eis um elo *ou* eis o elo.

1. Fernão de Oliveira foi o 1.º gramático português do português;
2. escreveu a 1.ª gramática da língua portuguesa em português, e não em latim ou castelhano, como era normal/habitual;
3. foi um dos gramáticos mais originais do seu tempo:
  - 3.1. por ter sido o mais importante foneticista da Renascença,
  - 3.2. pelo pioneirismo (apresentou o 1.º esboço de lexicologia e a 1.ª teoria da composição das palavras na história da linguística românica) e
  - 3.3. pela atualidade do seu pensamento;
4. foi, por isso, um verdadeiro linguista, muito antes do tempo.

Porque Fernão de Oliveira é original sobretudo descritivamente (em termos teóricos, apesar de algumas inovações, o suporte metalinguístico é o modelo gramatical greco-latino: Prisciano e os que o precederam), vejamos então em que consiste esta originalidade, que é ao mesmo tempo demonstração/ revelação/ materialização das aceções específicas desta ‘revolução’.

## 1. Revolução no domínio da descrição fonético-fonológica

Fernão de Oliveira escreveu sobre matérias muito distintas.<sup>3</sup> Porém, no que aos estudos linguísticos diz respeito, é sobretudo na sua qualidade de foneticista/ fonólogo que é recordado.<sup>4</sup> De qualquer modo, em parte pela teorização linguística a propósito do português, mas de modo particular pela descrição gramatical desta língua, revelou-se um verdadeiro precursor, de renome internacional, como o realçou já – e muito justamente – Coseriu (2000, p. 60):

[...], podemos afirmar, creio, que Oliveira merece um lugar de considerável destaque na história da linguística românica e na da linguística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original, e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na

<sup>3</sup> Num volume de homenagem, coordenado por Morais (2009), que assinala o quingentésimo aniversário do seu nascimento (1507), pode ver-se isso muito bem.

<sup>4</sup> Torres (1998, p. 68), por exemplo, salienta-o deste modo: «São [...] inegáveis os seus méritos na fonética e na minuciosa articulação dos fonemas, assim como na sua classificação e simbolização gráfica, no que mostra não só não ter ouvido rombo de marinheiro, como estar atento, naqueles, a valores distintivos.»

România. As suas ideias na lexicologia e naquilo que hoje se chama ‘sociolinguística’ são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na linguística descritiva é a de um grande precursor. (COSERIU, 2000, p. 60)

Com efeito, há quinhentos anos, altura em que o latim era uma língua científico-culturalmente muito forte, um português escrever uma Gramática do português em português, pondo propositadamente de lado quer o latim quer o castelhano (também era frequente escrever-se nesta língua – Camões e Sá de Miranda, só para citar dois casos, fizeram-no) e, para além disso, afastando-se de modo original dos modelos greco-latinos, ou seja, “teoriza” sobre a descrição que vai fazendo recusando-se a ser um mero seguidista, é de facto algo de singular.

1.1. A perspetiva de Oliveira é quase exclusivamente sincrónica, ou seja, descreve o(s) modo(s) como falam os seus contemporâneos chegando, pelo seu levantamento, ao modelo ideal, único, para todos os falantes (o que assegura a intercompreensão).

Apesar de utilizar o termo *letra*, que é muito abrangente (compreende os nossos conceitos de *letra*, *grafema*, *som/fone* e *fonema*), preocupa-se já em distinguir *figura*, *senal* (representação gráfica) de *pronunicação*, *força*, *virtude* (unidade fónica correspondente). Por conseguinte, um aspeto marcadamente inovador.

As unidades fónicas que Fernão de Oliveira identifica como segmentos em português são, de uma maneira geral, *fonemas*; a ‘nasalidade’ (ele fala de ‘til’) é apenas um *traço distintivo* (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 101).<sup>5</sup> Em relação às *vogais*, distingue as *orais* (oito ao todo) das *nasais* (cinco), isto é, considera estas últimas como unidades vocálicas simples. Temos, aqui, outro aspeto revolucionariamente inovador, «pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas como tais na România (e talvez seja a primeira vez em geral).» (COSERIU, 2000, p. 38) Também não menos inovador é a diferença que Oliveira faz entre *vogal grande* (= aberta) e *vogal pequena* (= fechada), que ele interpreta mais como ‘longo’ vs. ‘breve’, respetivamente. No que respeita ao(s) *ditongo(s)*, quando é(são) nasal(ais), faz questão de sublinhar que a ‘nasalidade’ afeta ambas as vogais) (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 106), e não apenas a vogal-núcleo silábico.

---

<sup>5</sup> Muito embora tenha igualmente compulsado as edições de Buescu (1975) e Franco e Silvestre (2012), é pela de Torres e Assunção (2000) que faço todas as citações insertas neste artigo.

1.2. Coseriu (2000, p. 34) escreveu que Oliveira superou todos os seus modelos, mesmo Nebrija, particularmente «pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses.» Porque não constitui objetivo deste artigo passá-los em revista a todos,<sup>6</sup> vejamos, apenas com um único exemplo, como esta afirmação é verdadeira em toda a sua extensão:

[l]: som consonântico lateral alveolar (BARROSO, 2011 [1999], p. 98)

A pronúncia do l lambe as gengibas de cima com as costas da lingua achegando as bordas della òs dentes queixaes. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 96)

O que faz para este segmento, fá-lo para todos (sistematicidade descritiva), começando pelos sons vocálicos orais ([v, a, e, ε, i, o, ɔ, u]), passando aos sons vocálicos nasais ([ẽ, ê, î, õ, û], sem a descrição articulatória do tipo da dos orais) e terminando com os sons consonânticos e semivocálicos ([b, k, d, f, g, l, m, n, p, w, R, r, ʀ, t, ʃ, Z, s, ʒ, v, j] e, apenas listados, sem qualquer descrição articulatória, [tʃ, ʎ, ɲ]).

1.3. A Fernão de Oliveira também não escaparam as modificações sonoras resultantes dos sons em interação mútua. E de tal maneira estava atento que, no seu texto, só no capítulo XXV (constituído por apenas um parágrafo), descreve três fenómenos fonéticos (mais rigorosamente, dois: ‘crase’ e ‘elisão; o terceiro consiste na manutenção do ‘hiato’, apesar de o português tender a desfazê-lo), como a citação de todo aquele capítulo-parágrafo (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 109) claramente o documenta:

Quando hũa dição acaba em vogal e outra dição logo começa também em vogal, se são ambas d'hum mesmo genero, mesturam-se ambas e fazem hũa vogal [‘crase’]; e às vezes grande de seu genero de que ellas eram, como *d'escrever* por *de escrever*, *estav'assi* por *estava assi*, e *com'os latinos* por *como os latinos* [exemplos de ‘crase’]. E se são de diversos generos a primeira perde-se; e a segunda, em que começa a segunda dição, fica e muitas vezes em maior quantidade [‘elisão’], como *mesturã's'ãbas* por *mesturam-se ambas*, e *com'este* por *como este* [exemplos de ‘elisão’]. Ainda porém que às vezes ficam ambas inteiras [‘hiato’], maiormente se são diversas, como *acaba em a vogal e começa a segunda* [exemplos de ‘hiato’].

<sup>6</sup> Fi-lo já noutro lugar (cf. BARROSO, 2009, p. 247-252).

Para além destes, fala desenvolvidamente de ‘assimilação’, descrevendo vários tipos nos capítulos XVIII, XXVI e XXVIII (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 104, 109-110 e 114).

1.4. No segundo parágrafo do capítulo XI (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 94), encontramos, no mínimo, um esboço de fonologia (mas, se calhar, já todo um programa de teoria fonológica) que orienta Oliveira na descrição do português do seu tempo, concretamente, alusões aos seguintes conceitos:

1.4.1. ‘oposição fonológica’, ‘base de comparação’ e ‘traço distintivo’, centrais na teoria fonológica de Trubetzkoy (1986, p. 33 ss), em O proprio [‘traço distintivo’] de cada letra entendemos a particular pronúncia de cada hũa; e o comum [‘base de comparação’] chamamos aquella parte da pronúncia e força em que se hũa parece com a outra. E isto nos manda Quintiliano bem ver, porque nisto consiste o saber ler e mais que saber ler [‘oposição fonológica’]. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 94)

1.4.2. ‘método comutativo’ e ‘técnica dos pares mínimos’, em

Porque só mudar hũa letra, hum acento ou som [‘comutação’], e mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena ou de pequena a grande, e assi também de hũa consoante dobrada em singela ou, ao contrario, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito no significado da língua [‘técnica dos pares mínimos’]. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 94)

Este esboço de fonologia continua noutros locais, com alusão a outros conceitos:

1.4.3. ‘correlação’ e ‘pares correlativos’, em

Até aqui dissemos do proprio genero e particular de cada letra; agora vejamos da comunicação que alghũas têm, ou d’alghũa participação que todas têm antre si [‘correlação’].

Antre as consoantes, **b** e **p** são mui semelhantes, e **c** com **g** têm muita vezinhença, e **d** com **t**, **f** com **v**, **l** com **r** singelo, **c** com **z** e **s** ou **ss**, **j** e **x** [‘pares correlativos’]. Também as vogaes hũas com outras em ter voz; e

as consoantes antre si em ferir sobre as vogaes.

E as letras semivogaes em seu officio, e as liquidas na sua valia todas têm hũas com outras algum parecer; e contudo quaesquer que se parecem ainda que muito, consigo trazem alghũa certa maneira de mover a boca, lingua, dentes e beiços, ou formar o espirito por onde temos necessidade de as particularizar. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 103-104)

1.5. Oliveira avança um pouco mais na estrutura da língua. No capítulo XXI descreve a ordem de ocorrência das unidades fonemáticas na constituição de unidades linguísticas pertencentes a um nível hierarquicamente superior, ou seja, o do seu agrupamento em *silabas*, informando-nos da sua tipologia mono (a mais pequena), bi, tri e tetrassegmental (a maior) e quais as unidades que precedem o *núcleo silábico* (em português, sempre constituído por uma vogal), as que o seguem e as que o precedem e seguem simultaneamente; e, em um outro momento, inventaria, distinguindo-os, os segmentos fonológicos que terminam sílaba (capítulo XX) e os que a iniciam (capítulo XXII), ou seja, os que podem ocupar, respetivamente, as posições de coda e ataque silábicos.

1.6. No capítulo XXVII (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 110-111), embora confundindo-o com o ‘grau de abertura bucal’, Oliveira apresenta o traço prosódico *quantidade*, que não tem qualquer estatuto linguístico em português. Em todo o caso, revela que Oliveira conseguia captar as diferenças entre sílabas e/ou segmentos produzidos durante mais tempo (*longos*) ou menos (*breves*).

Ainda neste capítulo, e ao contrário de Quintiliano (que cita), propõe os cinco, em terminologia atual, *padrões silábicos* seguintes (Oliveira fala apenas de ‘numero das sillabas’): /V/ e /CV/, sílabas sem coda, portanto abertas; e /VC/, /CVC/ e /CCVC/, ao invés, com coda, logo sílabas fechadas (BARROSO, 2011 [1999], p. 160-161), tal como se depreende das suas próprias palavras (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 113):

O numero das sillabas Quintiliano o não quer determinar. Mas nós podemos saber onde ellas podem chegar, desta feição; tomando cada vogal por si, ella pode fazer sillaba, e com letra semivogal trás si, e com muda antes, e mais com muda mesturada com letra liquida. Assi, *a, as, ba, bas, bras; e, es: te, tes, tres*; e com ditongo, como *o, ou: do, dou, dous; e, eu: se, seu, seus; a, ao, ão: ga, grao, grão*; e assi de todas as vogaes.

O *acento* é o traço prosódico de que Oliveira fala a seguir, e define assim: «Acento quer dizer principal voz ou tom da dição, o qual acaba de dar sua forma e melodia às dições de qualquer lingua.» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 113), acrescentando, contudo, logo: «Digo às *dições* somente, porque a linguagem ainda no ajuntamento das dições e no estilo e modo de proceder tem suas particularidades ou propriedades» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 113), o que remete – parece-me – para a *entoação* e *ritmo*, mais duas propriedades prosódicas com funções linguísticas claras, que resultam simultaneamente da intensidade, duração, frequência fundamental e de outras características acústicas implicadas na produção/transmissão dos sons falados.

Segundo Oliveira, «nós falamos com grande repouso como homens asentados» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 84), o que denota um ‘ritmo lento’ do português falado no séc. XVI, por oposição ao de hoje, um ‘ritmo acelerado’, comprovado, por exemplo, pela tendência consonântica do português atual (TEYSSIER, 1984, p. 66).

1.7. Por fim, no capítulo XXIX (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 115-118), Oliveira passa em revista um conjunto de propriedades que permitem reconhecer a sílaba acentuada de qualquer palavra (*dição*) do português, dizendo que o acento pode recair numa das três últimas sílabas (a contar do fim), tal como hoje, o que nos permite afirmar serem já estes os *esquemas acentuais* típicos do português de Quinhentos: (i) *oxítono* (última sílaba): /-<sup>1</sup>-/, (ii) *paroxítono* (penúltima sílaba): /-<sup>1</sup>- -/ e (iii) *proparoxítono* (antepenúltima sílaba): /!.../.

## 2. Revolução no domínio da descrição lexical/morfolexical

Orientemos, agora, o foco para outra faceta por que também se distinguiu: a de lexicólogo/morfólogo, ou seja, a que resulta do modo como “teoriza” sobre o léxico e interpreta/descreve esta componente da gramática do português de Quinhentos. Podemos, desde já, afirmar que também nesta área foi pioneiro e original, propriedades igualmente ressaltadas por Coseriu (2000, p. 45), e nos seguintes termos:

[...], Oliveira apresenta nos parágrafos sobre o vocabulário («Das dições»), em poucas páginas, um esboço de lexicologia e, neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro – e em certo sentido o único – esboço

desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica.

2.1. Eis como Oliveira, depois de identificar e definir as unidades de descrição lexical (**dições**, na sua terminologia), enuncia as formas de abordagem deste módulo da gramática do português:<sup>7</sup>

O que primeiro nestas havemos d’olhar e o seu fundamento é donde vieram, a que os gregos chamam, como dissemos, *etimologia*. E esta dividimos em nossa, alhea e comum, porque as dições cuja etimologia aqui buscamos, ou são nossas próprias, como *castiçal, janela, panela*; ou alheas, como *ditongo, acento, picote, alquicé*; ou comuns, como *mesa, çapato*. E cada hũa destas ou são apartadas, como *fazer*, ou juntas como *contrafazer*; ou são velhas, como *ruão, compengar, cicais*, ou novas, como *peita e arcabuz*, ou usadas, como *renda, sisa, casa, corda*. Ou também são próprias, como *livro*, porque lemos, ou mudadas, como *livro*, estromento de musica; ou são premeiras, como *livro*, ou tiradas, como *livreiro e livraria*. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 118-119)

Ou seja, numa terminologia atual(izada): as diferentes categorias de unidades lexicais (i) resultantes das focalizações etimológica e comparativa (palavras vernáculas, empréstimos e palavras de circulação interlinguística), diacrónica (arcaísmos, neologismos e palavras correntes) e a baseada nos usos literal/figurado (palavras denotativas e metafóricas ou, numa terminologia mais recente, ‘empréstimos internos’), (ii) as que resultam, na expressão de Coseriu (2000, p. 49), da «analisabilidade segmental da significação lexical» (palavras simples e complexas) e, por fim, (iii) as que são produto da relação de derivação (palavras primitivas e derivadas).

2.1.1. A procedência histórica das unidades lexicais de uma língua constitui tema central da investigação sobre o léxico, tanto na atualidade quanto já no tempo de Oliveira, que não fugiu à regra, pois é exatamente por aí que começa a “teorizar” sobre léxico, com aplicação ao português. Com efeito, e de acordo com este parâmetro, distingue três categorias. A primeira é a das palavras vernáculas (**dições nossas**, para o autor) que são, por um lado, as palavras primitivas próprias da língua e, por outro,

<sup>7</sup> Noutro local (BARROSO, 2013), trato desta matéria com um pouco mais de detalhe.

as que se formaram por meio dos processos morfológicos a operar nesta, nomeadamente a afixação e a composição.

A segunda categoria é a dos empréstimos (**dições alheas**), que são palavras importadas de outras línguas para satisfazer necessidades denominativas emergentes. Exibindo diferentes graus de adaptação à gramática da língua de acolhimento, podem, com o uso e o tempo, tornar-se unidades lexicais completamente integradas, como se de palavras autóctones se tratasse, ou seja, o falante deixa de as sentir como importações.

Por fim, a terceira e última categoria é constituída por vocábulos de circulação internacional (**dições comuns**). Trata-se de palavras atestadas em várias línguas nas quais não parece ser possível reconhecer o idioma que lhes deu origem. Formam, por essa razão, um património interlinguístico comum a um número considerável de línguas.

2.1.2. Tendo em consideração o segundo parâmetro, o relativo à diacronia das unidades lexicais, Oliveira distingue igualmente três categorias. A primeira apresentada pelo autor são os arcaísmos (**dições velhas**). Trata-se de palavras criadas e usadas noutra época, que pode ser mais ou menos recuado em relação ao presente em que o falante se situa, mas que, por razões e circunstâncias várias (o léxico é uma entidade dinâmica), deixaram de ser usadas pela comunidade locutora. São, pois, palavras que já fizeram parte do léxico ativo de uma língua, mas caíram em desuso. A segunda categoria é a dos neologismos (**dições novas**), isto é, palavras de criação recente, construídas para denominar justamente novas realidades e novos conceitos que vão aparecendo todos os dias e que carecem, por consequência, de representação linguística. Oliveira distingue, nas dições novas, as construídas “de todo” (ausência de motivação) das construídas “em parte” (motivação) ou, numa metalinguagem atual, a criação neológica *ex nihilo* (CORREIA & LEMOS, 2005, p. 23) da criação neológica fruto dos processos morfológicos de formação de palavras a operar na língua, particularmente a afixação (concatenação de bases e afixos), por estar mais documentada.

E, agora, a última das três categorias: as palavras correntes (**dições usadas**). Como o próprio termo indica, trata-se de todos os itens lexicais que, independentemente da eventual exibição de outras marcas, (i) se usam frequentemente, (ii) são transversais à comunidade locutora e (iii) reconhece-se-lhes, como denominador comum, não serem nem arcaís-

mos nem neologismos. Correspondem, no fim de contas, à esmagadora maioria das palavras de uma língua em uso num determinado período da sua história.

2.1.3 O uso denotativo (ou literal) e figurado (ou não literal) das unidades lexicais é o parâmetro que permite a Oliveira distinguir, respetivamente, e na sua expressão, as **dições próprias** das **dições mudadas**.

A aquisição de novos significados por parte de palavras já existentes constitui um processo de renovação lexical bastante produtivo. A metáfora e a metonímia (e também a sinédoque) são, para além de recursos cognitivos, os mecanismos semânticos responsáveis por este processo de formação de palavras<sup>8</sup> a que, por convenção, se tem chamado ‘empréstimos internos’ ou, o mesmo é dizer, ‘empréstimos dentro do sistema’ (CORREIA & LEMOS, 2005, p. 51). Ou seja: uma palavra que era usada num determinado registo de língua passa a ser usada num outro completamente distinto.

Premonitório ou não (em todo o caso, curioso), trata-se de um dos temas de eleição da investigação atual no quadro teórico da Linguística Cognitiva, o paradigma em voga.

2.1.4. É nos capítulos XXXIV e XXXV (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 124-128) que Oliveira descreve as categorias que resultam do parâmetro ‘analisabilidade segmental da significação lexical’. Porém (absoluta novidade – daí o seu pioneirismo), desenvolve ao mesmo tempo, muito brevemente, uma teoria da composição das palavras, que se caracteriza essencialmente por procurar um critério apropriado para a descrição das palavras complexas.

Assim, num primeiro momento, Oliveira ensaia o critério da existência dos componentes como palavras autónomas, do tipo *contrafazer*, analisável em *contra* e *fazer*, que podem ocorrer isoladamente no discurso (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 125). Ao invés, *fa-* e *-zer* não são constituintes independentes, pois não podem funcionar sozinhos discursivamente porque *fa-*, por um lado, e *-zer*, por outro, não significam nada. Portanto, fica aqui inequivocamente expresso que a delimitação dos componentes tem presente a associação entre significante e significado ou, o que vale o

<sup>8</sup> Sobre as relações semânticas na gestão dos conceitos, cf. Glessgen (2011, p. 430-437).

mesmo, apenas se pode segmentar, desde que aos constituintes resultantes dessa operação correspondam outros tantos significados.

Ora, porque a possibilidade de análise de uma palavra complexa não implica sempre a existência autónoma dos seus constituintes, este critério não é suficiente para explicar todos os casos que Oliveira pretende descrever. Abandona-o, por isso, e avança este outro: há componentes que significam ou podem significar de modo isolado e palavras ou partes destas que se juntam. Neste caso, é suficiente que um componente funcione de modo isolado e o outro que se possa considerar como palavra virtual. Estão, nesta situação, *re-* e *des-* em, por exemplo, *refazer* e *desfazer*, componentes aqueles que não podem funcionar isoladamente no discurso.

O quarto parâmetro («analisabilidade segmental da significação lexical») permite identificar, distinguindo-as, as palavras simples (**dições apartadas**) e as palavras complexas (**dições juntas**). Aquelas caracterizam-se (diz-se hoje) por exibirem um radical morfológicamente inalisável e estas, inversamente, por aquele constituinte ser morfológicamente analisável.

2.1.5. Convocando, por fim, a relação de derivação (último parâmetro), Oliveira distingue duas categorias: as palavras primitivas (**dições primeiras**) e as palavras derivadas (**dições tiradas**). Quanto às primeiras, hodiernamente caracterizadas como unidades de significado lexical indecomponíveis, que estão (ou podem estar) na base de uma ou mais palavras construídas, são «As dições [...] cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquelle que as primeiro pôs, como *roupa, manta, esteira, cadeira e matula e candieiro, [...]*» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 133)

No que às segundas diz respeito, que modernamente se caracterizam como unidades lexicais construídas a partir de uma base (o radical) derivante, ou seja, de uma única unidade de significado lexical (e não de duas ou mais, o que é típico da composição) que se concatena com afixos, temos «As dições tiradas, a que os latinos chamam dirivadas, [...] cujo nacimentos [sic] vêm doutras alghũas dições donde estas são tiradas, como *tinteiro, velhiçe, honrrada.*» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 133) Para fechar, pode-se afirmar que Fernão de Oliveira, ainda sem ter essa consciência (nem podia), parece perceber que a palavra, constituinte

sintático terminal, exhibe uma estrutura interna, ou seja, constituintes morfológicos terminais (radicais e afixos) a que estão adscritas determinadas funções: morfológicas, morfossintáticas e morfossemânticas.

### 3. Revolução no domínio da descrição morfossintática

Também nesta área foi pioneiro e original, como o destacou já, e de novo, Coseriu (2000, p. 50), por estas palavras:

[...]. Mas, mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode notar-se o seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português. E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa, em grande parte independente dos modelos latinos.

3.1 O conceito de gramática descritiva revelado na secção da *Grammatica* que trata desta matéria (capítulos XLIII a XLVIII) é uma nota inequívoca da sua independência em relação ao(s) modelo(s) latino(s), senão observemos:

Não dizemos aind’agora neste lugar nem livro que cousa é artigo, nem tão-pouco mostramos qual officio tem, porque aqui não falamos senão das formas ou figuras das vozes ou dições; e para isto só abasta saber que os artigos, na nossa lingua, diversificam ou variam a forma de sua voz em generos, numeros e casos. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 140-141)

Pelo que escreve, não restam pois dúvidas de que Oliveira prescinde das definições das categorias (bem como das suas funções), limitando-se apenas a identificar e a descrever as formas que as expressam. Diz isto, acabámos de o verificar, a propósito do artigo. Mas volta a fazê-lo, e de modo ainda mais explícito, no capítulo seguinte, ao tratar “dos nomes e seu genero” (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 145):

Não dixemos aqui quantos nem quaes eram os generos dos nomes, nem tão-pouco que cousa é nome, como também fizemos aos artigos e faremos nos verbos, porque do intento desta parte da grammatica que agora tratamos não é mais que só dar noticia das vozes, e não difinções ou determinadas declarações das cousas.

Por não ser, portanto, seu objetivo, nesta obra, teorizar sobre as classes (e subclasses) de palavras, mas tão-só descrever as formas resultantes da flexão (ou, na sua terminologia, declinação natural), não é pois de estranhar que apenas se lhes refira quando procede à inventariação das respetivas formas e, por consequência, negligencie ou remeta para um segundo plano as que não são afetadas por tal fenómeno linguístico. De qualquer modo, mesmo que indiretamente, seja nesta secção seja noutras, Oliveira não esquece – se estive atento – nenhuma classe.

3.2. Das classes abertas, trata (só das formas, relembro) do nome (substantivo e adjetivo, hoje duas classes autónomas) e do verbo; das fechadas, apenas do artigo e do pronome, rigorosamente: daquele, as formas do artigo definido e, deste, algumas formas do pronome pessoal.

O artigo não existia em latim, mas em grego, pelo que é uma novidade oliveiriana a sua consideração como classe autónoma em português (hoje é uma subclasse do determinante). Quanto às suas formas, eis o que escreve (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 140-141): «[...] os artigos, na nossa língua, diversificam ou variam a forma de sua voz em generos, numeros e casos. Em generos, como *o* e *a*; e em numeros, como *os* e *as*; e em casos, como *o*, *do*, *ò* [ao], *o*; *a*, *da*, *à*, *a*; *os*, *dos*, *òs* [aos], *os*; *as*, *das*, *às*, *as*.»

3.3. Quanto às categorias morfossintáticas – que se caracterizam por ser obrigatórias para uma classe de palavras considerada como um todo numa determinada língua (ROSA, 2013, p. 120) –, Oliveira descreve as nominais ‘caso’, ‘género’ e ‘número’ e as verbais ‘tempo-aspeto-modo’ e ‘pessoa-número’.

**Caso:** Trata-se de um processo antigo ainda em funcionamento, mas só numa subclasse de palavras: a do pronome pessoal. Portanto, os casos, na classe de palavras nome, como observou já Coseriu (2000, p. 51), são mantidos como tipos de funções oracionais, nunca categorias morfológicas (para Oliveira, em português só há declinação de casos em alguns pronomes). Os artigos é que são as marcas das funções oracionais: *o*, *a*, *os*, *as* (com o e a pequenos, como diz Oliveira), para o ‘prepositivo’; *do*, *da*, *dos*, *das* (também com o e a pequenos), para o ‘possessivo’; *ao*, *à*, *aos*, *às* (com o e a grandes), para o ‘dativo’, e *o*, *a*, *os*, *as* (igualmente com o e a pequenos), para o ‘pospositivo’.

**Género:** Oliveira tem consciência de que os nomes pertencem obrigatoriamente a uma classe genérica (ou masculino, ou feminino, ou indeterminado, ou comum. Atento como estava, reconhece que o neutro, uma classe genérica do

latim, não está representado em português), mas não apresentam um marcador geral/universal, capaz de os compreender a todos. Por consequência, o que nos apresenta são – dir-se-ia hoje assim – classes temáticas do nome, lexicalmente determinadas: formas de tema em -a: *moça* (feminino); de tema em -o: *moço* (masculino), *isto* (indeterminado); de tema em -e: *almadraque* (masculino), *alface* (feminino); de tema -ø: *barril* (masculino), *flor* (feminino), *ingrês* (comum); atemáticas: *rezão* (feminino), *tom* (masculino), *alguém* (indeterminado); constituintes temáticos marginais: *Marcos* (masculino).<sup>9</sup>

Perante esta realidade, escreve Oliveira (2000 [1536], p. 145): «Porque era longo compreender tanta variedade de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quaes sempre ou as mais vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os generos desses nomes.»

Isto significa que a indicação do género dos nomes já se fazia, no séc. XVI, tal como hoje, *sintaticamente*, ou seja, usando as formas do artigo (ou, de acordo com o conhecimento atual, de um qualquer outro determinante) para o declarar, isto é, para explicitar a sua classe genérica.

**Número:** É já uma categoria morfossintática de expressão flexional, pelo menos o valor ‘plural’, marcado geralmente pelo acréscimo de -s à forma do singular. E pode dizer-se que é sempre assim, só que por vezes com alomorfia – termo não usado por Oliveira mas bem consciente desse fenómeno linguístico, senão vejamos (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 145): «[...] Mas isto de diversas maneiras porque às vezes acrescenta também outras co’ella, e às vezes tira alghũas e outras também muda, ficando sempre o s no plural.»

No termo da descrição desta categoria, Oliveira (2000 [1536], p. 148) afirma que, relativamente à variação do nome no plural, o português conhece quatro declinações: (i) a que acrescenta a letra *s* (*moço/moços*), (ii) a que acrescenta sílaba (*pavês/paveses*), (iii) a que muda letra (*animal/animais*) e, por fim, (iv) a que muda sílaba (*almeirão/almeirões*). Como se assinalou já, é de alomorfia e da relação entre morfologia e fonologia que se trata ou, numa formulação concisa, de processos morfofonológicos.

**Tempo-aspecto-modo:** Depois de ter identificado três conjugações (em -ar, -er e -ir), Oliveira (2000 [1536], p. 151-152) diz que estas têm **modos**,

<sup>9</sup> Villalva (2003, p. 921-925) identifica, para o português europeu atual, nada mais nada menos que 23 classes temáticas para os nomes e 9 para os adjetivos, sublinhando, um pouco como fizera Oliveira há quase cinco séculos, que a “complexidade deste sistema decorre do grande número de distinções existentes e da quase impossibilidade de estabelecer generalizações.” (VILLALVA, 2003, p. 923).

como *falamos*, *falemos*, *falae* e *falar*, que são, sem o ter contudo explicitado, ‘indicativo’, ‘conjuntivo’, ‘imperativo’ e ‘infinitivo’, respetivamente, e cada modo tem **tempos**, como *falo*, *falava*, *falei* e *falarei*, ou seja, ‘presente do indicativo’, ‘pretérito imperfeito do indicativo’, ‘pretérito perfeito do indicativo’ e ‘futuro (simples) do indicativo’ ou, de acordo com Câmara (1980, p. 100), ‘futuro do presente do indicativo’.

**Pessoa-número:** Para concluir o paradigma verbal, diz que os tempos têm **números**, como *falo* e *falamos*, *falas* e *falae*, *fala* e *falam*, isto é, ‘singular’ (as três primeiras formas de cada par) e ‘plural’ (as três segundas), e cada número tem **peçoas**, como *falo*, *falas*, *fala*, *falamos*, *falae*, *falam*, ou seja, ‘1.<sup>a</sup>’, ‘2.<sup>a</sup>’ e ‘3.<sup>a</sup> peçoas do singular’ e ‘1.<sup>a</sup>’, ‘2.<sup>a</sup>’ e ‘3.<sup>a</sup> peçoas do plural’.

Por tudo o que aqui se disse mas, em particular, por ter oposto, nas categorias morfossintáticas, as de expressão flexional às de expressão lexical e/ou sintática, não há dúvidas de que Oliveira foi bem para além dos modelos latinos – o que denota, uma vez mais, um espírito arguto e, até, revolucionário.<sup>10</sup>

#### 4. Revolução no domínio dos estudos sociolinguísticos

A *Grammatica* de Fernão de Oliveira também se revela revolucionária ao conceder importância à língua falada (não é com certeza por acaso que lhe dedica metade da obra: do capítulo VI ao XXIX). O seu autor, por exemplo, aceitava com tal pragmatismo os traços do português do seu tempo, que Neves (2009, p. 41), entre outros nomes que poderia convocar, a considera «uma original gramática do uso lingüístico no séc. XVI», porque trata os usos como tais, e não como erros a corrigir. É, de facto, surpreendente vermos já lançados, neste século, os fundamentos da linguística atual de base empírica, que trabalha com as noções de ‘variação’ (intrínseca à língua), de ‘mudança’, de ‘condicionamentos extralinguísticos como o género, escolarização, profissão, faixa etária e proveniência geográfica do falante’ – as premissas da Dialetoлогия e, mais explicitamente, da Sociolinguística quantitativa laboviana (CALLOU, 2009, p. 126-127).

Que Oliveira tem nítida consciência da heterogeneidade linguística, de variação e mudança linguísticas, resulta evidente no confronto dos excertos que explicitarei a seguir. Antes, porém, deve ressaltar-se algo de crucial/ re-

---

<sup>10</sup> Para um tratamento mais desenvolvido desta matéria, cf. Barroso (2015).

volucionário: Oliveira entende a mudança linguística não como ‘corrupção’ – que era o entendimento de João de Barros e Nunes de Leão (BUESCU, 1978, p. 26) – mas, sim, como ‘evolução’, fenómeno natural e intrínseco à língua, como pode comprovar-se por estas palavras (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 86): «não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens».

E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens. (OLIVEIRA, 2000 [1536] p. 129) [**tempo: variação diacrónica**]

E porém se estas e quaesquer outras semelhantes as metéremos em mãos d’hũ homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 129) [**faixa etária e região de origem do falante**]

E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as dos mancebos mais leves. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 131) [**variável não linguística: idade**]

E assi diz Marco [...]; e mais não se muda tão asinha, posto que o uso do falar tenha seu movimento, como ele diz, e não persevere hum mesmo antre os homens de todas as idades. [**variável não linguística: idade**]

E porém de todas ellas ou são geraes a todos, como *Deos, pão, vinho, ceo e terra*, ou são particulares: e esta particularidade ou se faz antre officios [**variação diastrática**] e tratos [**variação diafásica**], como os cavaleiros que têm huns vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm hũas falas e os d’Alentejo outras [**variação diatópica**]. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos [**variação diacrónica**], assi também as terras [**variação sincrónica: diatópica**] criam diversas condições e conceitos. (OLIVEIRA 2000 [1536], p. 131)

Neste último excerto (relativo ao léxico), pode observar-se que Oliveira subdistingue, na categoria de palavras correntes, as (palavras correntes) ‘gerais’ das ‘particulares’, ou seja, as de uso geral e as de circulação mais restrita, por estar muito atento quer à variação dialetal, quer em particular à socioletal. Trata-se, por conseguinte, dos chamados ‘tecnicismos’ (termos próprios de linguagens especiais, isto é, técnico-científicos) e ‘dialetalismos’ (termos regionais).

Concluindo: vimos que a mudança é concebida como natural e intrínseca à língua e que a diversidade não se explica só pelo tempo e pelo espaço.

## **5. Revolução no domínio da política de língua**

O objetivo de Fernão de Oliveira, ao contrário de João de Barros (que pretendia facilitar o ensino da gramática latina), não é pedagógico. É político. Ou seja, os portugueses devem olhar para o português, tal qual os latinos/romanos olhavam para o latim: estatuto de igualdade entre as línguas latina e portuguesa (NETO, 2009, p. 48). É isto que se pode ver no seguinte excerto (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 86):

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria da terra em que florecem, porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a eles sojeitas aprender suas línguas, e em ellas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par'ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso. Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço.

Na parte final desta citação, mais precisamente «porque melhor é que ensinemos a Guiné», podemos ver (se assim o quisermos entender, é claro) a bênção da 1.<sup>a</sup> pedra do monumento que paulatinamente se foi e/ou veio erigindo, com essa vocação/função e/ou esse estatuto/papel, que teve já várias denominações e hoje se chama Instituto Camões ou, numa outra dimensão: o português como língua global, que parece estar bem na ordem do dia.

## **E para concluir...**

Pôde/Pode observar-se, nesta descrição oliveiriana da gramática do português do séc. XVI, que não há notas soltas, atomisticamente dispostas, mas gerais, que afetam a língua como um todo: para ele, como assinalou Coseriu

(2000, p. 54), as línguas são uma estrutura, um sistema de regularidades – daí o confronto constante entre as regras e as realizações.

É inegável a atualidade do seu pensamento em todos os domínios sobre que fizemos incidir o foco neste artigo: muitas das observações feitas por Oliveira continuam a preocupar fonólogos, lexicólogos, morfólogos e outros especialistas contemporâneos.<sup>11</sup> Portanto, e de novo, revolucionário.

Revolucionário, revolucionário, teria sido, ainda, Fernão de Oliveira ter descrito a componente sintática da gramática do português da primeira metade do séc. XVI com o detalhe e a argúcia aplicados na descrição da fonológica. Porém, de tal módulo gramatical, dá-nos apenas um “programa”, se assim se pode dizer, no único capítulo que lhe dedica, XLIX (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 152-153), que desenvolverá noutro trabalho («[...] temos começada hũa obra em que particularmente e com mais comprimento [...]»). Se o terminou ou não, desconhece-se – pelo menos, até agora, não se encontrou nada, infelizmente. Aí, sim – repito –, é que teria sido absolutamente revolucionário, pois seria o início de uma mudança de paradigma (teria sido?!): passar da palavra (conforme o *Crátilo* de Platão e a análise proposicional de Aristóteles) à frase – o que veio a acontecer, mas muito mais tarde, praticamente já no nosso tempo.

De qualquer modo, o mundo da língua portuguesa, após a publicação deste texto – pode dizer-se – seminal e, a vários títulos, inaugural, nunca mais foi o mesmo. Que tenha espoletado todas as transformações, é óbvio que não. Porém, contribuiu para muitas mudanças/(r)evoluções – acabámos de vê-lo.

Face ao que aqui se expôs, e entre vários outros atributos, considerar Fernão de Oliveira um linguista *avant la lettre* parece-me ser o corolário lógico. Ora isto – ninguém o negará – é verdadeiramente revolucionário.

## Referências

ABAURRE, M. B. Fernão de Oliveira: as “reflexões fonológicas” de um autor do século XVI. In: ABAURRE; M.<sup>a</sup> B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.).

**Fernão de Oliveira: um gramático na história.** Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 59-69.

ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

<sup>11</sup> Podemos vê-lo confirmado, entre muitas outras referências igualmente convocáveis, respetivamente, em Abaurre (2009) e Bisol (2009), Basílio (2009), Callou (2009) e Neves (2009).

- BARROSO, H. Fonética e Fonologia (segmental e prosódica) em Fernão de Oliveira (1536). In: MORAIS, C. (ed.) **Fernando Oliveira: um humanista genial**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009, p. 243-260.
- BARROSO, H. **Forma e substância da expressão da língua portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 2011.
- BARROSO, H. Léxico e morfologia em Fernão de Oliveira (1536). **Древняя и новая Романия, выпуск, II.**, Санкт-Петербургский государственный университет. Кафедра романской филологии. [**Antiga e nova Romanía, II.** Universidade Estatal de S. Petersburgo, Cátedra de Filologia Românica.], 2013, p. 114-126.
- BARROSO, H. Morfossintaxe em Fernão de Oliveira (1536). In: **Diacrítica** 29, n. 1, 2015, p. 379-393.
- BASÍLIO, M. Com a palavra Fernão de Oliveira: um estudo sobre o conceito de palavra na língua portuguesa. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 269-283.
- BISOL, L. Fernão de Oliveira e a sílaba. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 87-97.
- BUESCU, M.<sup>a</sup> L. C. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, v. 18, 1978.
- CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CALLOU, D. (2009). De Fernão de Oliveira e da (sócio)linguística. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.) **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 123-128.
- CORREIA, M. & LEMOS, L. S. P. de **Inovação lexical em português**. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2005.
- COSERIU, E. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. [Trad. port. de “Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira” por Maia, M.<sup>a</sup> C. (1991). Niterói, R. J.: EDUFF, Editora Universitária]. In TORRES, A. & ASSUNÇÃO, C. *Fernão de Oliveira, Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)* [...], p. 29-60, 2000.
- GLESSGEN, M.-D. Le statut épistémologique du lexème. **Revue de Linguistique Romane**. n. 299-300 Jui.-Déc. 2011, p. 391-468.
- MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Caminho. 2003.

- MORAIS, C. (ed.) **Fernando Oliveira: um humanista genial**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.
- NETO, J. B. A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 43-51.
- NEVES, M. H. M. A obra de Fernão de Oliveira: uma *téchne* do uso linguístico no século XVI. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 35-42.
- OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**. *Fac-simile*, introdução e edição actualizada e anotada por FRANCO, J. E. & SILVESTRE, J. P. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 [1536].
- OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa (1536)**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por TORRES, A. & ASSUNÇÃO, C., com um estudo introdutório do Prof. E. Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências, 2000 [1536].
- OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**. Introdução, leitura actualizada e notas por BUESCU, M.<sup>a</sup> L. C. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975 [1536].
- ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984.
- TORRES, A. Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da lusofonia. In: TORRES, A. **Gramática e linguística**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, 1998 [1989], p.73-81.
- TORRES, A. **Gramática e linguística**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, 1998.
- TRUBETZKOY, N. **Principes de phonologie**. Paris: Éditions Klincksieck, 1986.
- VILLALVA, A. Estrutura morfológica básica. In: Mateus, M. H. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5 ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 917-938.

Recebido em 20 de julho de 2018.

Aceito em 14 de março de 2019.

AS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO DISCURSO *DE  
LIBERALIUM ARTIUM STUDIIS (1548)*

THE LINGUISTIC IDEAS IN THE *DE  
LIBERALIUM ARTIUM STUDIIS* SPEECH (1548)

Leonardo Ferreira Kaltner  
Universidade Federal Fluminense  
leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO:

Debatemos as ideias linguísticas no humanismo renascentista português (1485-1596), que influenciou no Brasil quinhentista. Neste contexto, se desenvolveu a educação humanística de S. José de Anchieta (1534-1597), que fora aluno do Real Colégio das Artes de Coimbra. Analisamos as ideias linguísticas da época a partir de um discurso proferido em latim pelo humanista Arnaldo Fabrício (FABRÍCIO, 2011), na véspera de abertura do ano letivo do Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548, intitulado: *De Liberalium Artium Studiis Oratio*.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística, educação humanística, línguas clássicas, Anchieta

ABSTRACT:

I discuss the linguistic ideas of Renaissance humanism in Portugal (1485-1596), which influenced sixteenth-century Brazil. In this context, was developed the humanistic education of S. José de Anchieta (1534-1597), who had been a student at the Royal College of Arts in Coimbra. I analyze the linguistic ideas of the time in a speech entitled *De Liberalium Artium Studiis Oratio*, given in Latin by the humanist Arnaldo Fabrício (FABRÍCIO, 2011) on the eve of the Royal College of Arts (Coimbra) school year of 1548.

KEYWORDS: Linguistics Historiography, humanistic education, classical languages, Anchieta

## Introdução

A Historiografia da Linguística é um campo de investigação que tem se desenvolvido nas últimas décadas no intuito de compreensão do desenvolvimento das ideias linguísticas, a partir do processo histórico e através de uma análise historiográfica. Tomamos de empréstimo as palavras do linguista e historiógrafo Pierre Swiggers, da Universidade de Lovaina, para iniciar nossas breves considerações, sobre o tema:

Na historiografia da linguística, como estudo do desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas, os objetos primários que se devem estudar são textos (publicados ou não publicados). Há muitos aspectos do fenômeno a que denominamos “texto” que merecem certa reflexão do ponto de vista do historiador da linguística: I - Sua inserção em um “circuito” mais amplo: aqui surgem problemas como os concernentes a (a) intertextualidade, (b) polissistema de textos e (c) “serialidade” (série de textos) (SWIGGERS, 2013, p. 41).

A área de investigação pressupõe que para além do texto, como uma entidade individual, os pontos de ancoragem de análise devem se relacionar a uma visão contínua destes, na investigação de redes de conhecimento, históricos de instituições, formação de escolas de pensamento, organização de grupos de trabalho e pesquisa, círculos intelectuais, sociedades acadêmicas e movimentos culturais (SWIGGERS, 2013, p. 47), contextos em que se inserem os textos individuais, a fim de que se analisem conceitos e princípios teóricos de uma determinada época, por exemplo:

Os textos que o historiógrafo (ou o historiador) da linguística deve estudar podem ser considerados o “reflexo (ou depósito) material” da história da linguística. A história da linguística se pode definir como o conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos (SWIGGERS, 2013, p. 42).

No presente artigo, neste aspecto, cumpre salientar que analisamos as ideias linguísticas do humanismo renascentista português, movimento cultural e espiritual, que influenciou na colonização do Brasil quinhentista. Seleccionamos, dentre os textos que compõem o patrimônio material do movimento humanís-

tico renascentista em Portugal, um discurso, a *De Liberalium Artium Studiis Oratio* (Oração sobre o estudo das artes liberais), proferida pelo humanista Arnaldo Fabrício em 21 de fevereiro de 1548, na inauguração do Real Colégio das Artes em Coimbra, instituição em que estudara José de Anchieta, ainda adolescente, a partir do mesmo ano (FABRÍCIO, 2011, p. 9 e seguintes). O discurso em latim renascentista versa sobre as ideias educacionais da época, inclusive as concepções da educação linguística renascentista, pautada no ensino de línguas clássicas, nas disciplinas do trívio, gramática, retórica e dialética, como veremos mais adiante.

O pesquisador Carlos Tannus, seguindo como referência o renomado pesquisador da história do humanismo renascentista português, Américo Ramalho, propõe a datação do movimento humanístico em Portugal entre 1485 e 1596, tendo como marco inicial a chegada do humanista italiano Cataldo Parísio Sículo à corte de D. João II e como marco final a publicação das obras completas de D. Jerônimo Osório em 1596 (TANNUS, 2007, p. 16). Após a chegada de Cataldo Parísio Sículo a Portugal, que será preceptor de nobres, em uma etapa de consolidação do movimento, há uma política cultural à época de D. Manuel e de D. João III de enviar bolsistas para outras universidades europeias, a fim de fomentar a formação humanística:

Mas a história do humanismo português está ligada, também às Universidades de Lovaina, Toulouse e Paris. Estas últimas concentraram – sobretudo a de Paris – a maior parte dos escolares bolseiros dos reis D. Manuel e D. João III e daqueles que pertenciam a alguma ordem religiosa e eram por ela mantidos, conforme facilmente se vê nas relações dos estudos de Paris e Toulouse. Em Lovaina, dominada pelas figuras de Erasmo e Luís Vives, o grande humanista espanhol, estudaram alunos que viriam a ter, mais tarde, importante papel na história do humanismo português, nomeadamente Frei Diogo de Murça, futuro reitor da Universidade de Coimbra, de 1543 a 1555; Frei Brás de Braga, prior do Mosteiro e renovador dos estudos em Santa Cruz de Coimbra e, ainda, André de Resende, que, como veremos, foi um dos responsáveis pelo prestígio de Erasmo em Portugal, até que a Inquisição se voltasse contra o humanista (TANNUS, 2007, p. 18).

Como resultante deste processo, a Universidade de Paris e o Colégio Santa Bárbara, passarão a influenciar as ideias linguísticas na reforma universitária posterior que ocorreria no reinado de D. João III:

Na Universidade de Paris, para onde se dirigiu a maioria dos portugueses sob D. João III, estudarão e professarão grandes nomes do humanismo português, em especial no Colégio de Santa Bárbara que, aliás, esteve, durante cerca de vinte anos, sob a direção de Diogo de Gouveia, o Velho, e a seguir de André de Gouveia, seu sobrinho. Entre os que aí estudaram ou ensinaram contam-se Marcial de Gouveia, poeta latino e gramático, que também ensinou em Coimbra no Colégio das Artes e em Poitiers; Antônio de Gouveia, responsável pela célebre defesa de Aristóteles contra Petrus Ramus, em 1543, bem como pela renovação dos estudos de Direito Romano, licenciado e doutorado pela Universidade de Toulouse (TANNUS, 2007, p. 18).

A reforma universitária empreendida por D. João III na Universidade de Coimbra, que resultou na fundação do Real Colégio das Artes, em 1548, na mesma cidade, só foi possível após uma integração maior da intelectualidade do reino português com as redes de influência da educação humanística italiana e francesa, profundamente influenciadas pelas ideias de Erasmo de Roterdã, em todo contexto europeu renascentista. Portanto, contando com uma intelectualidade já consolidada em seu reinado, D. João III poderia implementar uma política cultural vinculada à reforma das universidades portuguesas e a criação de instituições como o Real Colégio das Artes de Coimbra, dentro do espírito humanístico. Esse processo seria concomitante com o avanço da Reforma católica, da qual surgiria a *Societas Iesu*, a Companhia de Jesus, em 1534, que em 1555 assumiria a administração do Real Colégio das Artes.

José de Anchieta nasceu nas Ilhas Canárias em 1534, tendo ido com catorze anos de idade para Coimbra, em 1548, a fim de ingressar no Real Colégio das Artes, ao acompanhar um irmão que iria cursar Cânones. Os biógrafos, por falta de documentação, não conseguem atestar a data precisa em que Anchieta estudara no Real Colégio das Artes de Coimbra. As datas oscilam com intervalos entre 1548 e 1551, até 1553, quando Anchieta embarca para o Brasil. Segundo Hélio Viotti, que figura entre os principais estudiosos da vida de Anchieta, temos o seguinte relato:

Nascido a 19 de março de 1534 em São Cristóvão da Laguna, fez José na cidade natal seus primeiros estudos, cursando provavelmente as escolas dos padres dominicanos, não muito distantes de sua casa, ainda hoje existente, na Praça Maior, agora “del Adelantado”. Aos 14 anos, em 1548, foi enviado, em companhia de seu irmão mais velho por parte de mãe, Pedro Nuñez, depois sacerdote,

a matricular-se no Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra e então reorganizado por Dom João III com excelentes professores. Diogo de Teive foi ali seu mestre principal (VIOTTI, 1980, p. 28).

Anchieta fora um dos alunos do Real Colégio das Artes em 1548, ano em que o discurso do humanista Arnaldo Fabrício fora proferido, segundo os poucos relatos desta época, tendo sido identificado como um dos colegas de D. Jorge de Ataíde, e este por sua vez citado no processo inquisitorial de Diogo de Teive, em 1550. Anchieta passara uma temporada adoentado, provavelmente no ano de 1552, antes de viajar ao Brasil em maio de 1553:

Em Coimbra se distinguiu ele desde logo entre os melhores alunos de sua classe, possuindo grande facilidade para a poesia latina, razão pela qual lhe deram os colegas o apelido, alusivo igualmente à sua pátria, de “canário de Coimbra”. Ali veio a conhecer a nova Ordem religiosa, fundada por seu parente Inácio (ou Ínigo) de Loiola. Educado por seus pais no fervor da piedade cristã e havendo prometido em voto a Deus, diante do altar de Maria SSma. na velha Catedral de Coimbra, perpétua castidade, empolgou-se com os ideais missionários da Companhia de Jesus, para ela entrando em 1 de maio de 1551.

Como noviço, prosseguiu no Colégio das Artes seus estudos, já então de Filosofia. Ajudando pela manhã, na capela de seu próprio colégio, a cinco, seis e até dez missas diariamente, em jejum e com o máximo fervor de espírito, contraiu por esse esforço uma grave moléstia e teve de recolher-se, no ano seguinte à enfermidade, interrompendo os estudos. Como consequência lhe resultou irremediável defeito na espinha dorsal, deformidade de que ele será mais tarde o primeiro a gracejar. Mas então temeu ser, por incapaz, despedido da vida religiosa (VIOTTI, 1980, p. 29).

Em 1998, na Universidade de Coimbra, realizou-se importante Congresso Internacional, em homenagem aos 450 anos da passagem de Anchieta pela instituição, em 1548 (PINHO & FERREIRA, 2000). Este evento, que congregou especialistas de diversos países, teve como resultado a publicação de três volumes com variados estudos sobre esse importante momento histórico, que influiu na posterior fundação do Brasil quinhentista, a colônia incipiente da América portuguesa. Note-se que as ideias linguísticas de humanistas como Anchieta influíram no estabelecimento do contato linguístico inicial entre europeus e povos indígenas, o que propiciaria, por sua vez, o estabelecimento definitivo dos colonos e missionários no Brasil.

## 1. Artes liberais e as ideias linguísticas no humanismo renascentista

O discurso do humanista francês Arnaldo Fabrício, *De liberalium artium studiis oratio* (Oração sobre o estudo das artes liberais), proferido no dia 21 de fevereiro de 1548, na inauguração do Real Colégio das Artes de Coimbra foi editado em Coimbra no mesmo ano, na tipografia de João de Barreira e João Álvares, como consta no frontispício da obra (FABRÍCIO, 2011, p. 27): *Conimbricae habita in Gymnasio Regio pridie quam ludus aperiretur. IX. Cal. Martii M. D. XLVIII, Conimbricae, Apud Ioannem Barrerium et Ioannem Alvarez, M. D. XLVIII* (proferida em Coimbra, no Ginásio Real, um dia antes que a escola fosse aberta, em 21 de fevereiro de 1548, editada em Coimbra por João de Barreira e João Álvares).

Em 2011, a obra foi reeditada em um conjunto com outras “orações de sapiência”, proferidas em Coimbra entre 1548 e 1555. Esses discursos em latim, que eram proferidos na abertura do ano letivo, compunham uma tradição da época renascentista. Modernamente, a edição de 2011 teve como organizador o professor Sebastião Tavares de Pinho, contando com o texto latino, a tradução e comentários dos discursos proferidos nas ocasiões supracitadas. A partir desta edição moderna, teceremos comentários sobre a relação dos discursos com as ideias linguísticas na época da formação de Anchieta em Coimbra.

A questão linguística central do humanismo renascentista, como movimento acadêmico, está na difusão do pensamento original das culturas da antiguidade clássica, sobretudo da criação de uma nova tradição gramatical, a partir da herança das línguas clássicas, o latim, o grego e o hebraico: *trium linguarum gnarus*.<sup>1</sup> Com o uso do latim como língua de cultura, os humanistas em Portugal encetam novos debates sobre as novas línguas de contato na expansão do império ultramarino português. Surge, dessa necessidade também, um debate sobre o ensino das línguas clássicas e um maior interesse por desenvolver uma tradição gramatical vernácula. José de Anchieta foi educado neste contexto, tendo sido um dos mais notórios alunos matriculados no Real Colégio das Artes de Coimbra, desde o ano de sua abertura em 1548, em que a instituição começara a funcionar.

<sup>1</sup> Expressão retirada do diálogo *Ichthyophagia, De Piscium Esu*, de Erasmo de Roterdã, que define o humanista (ROTODAMI, 1693, p. 335): “*Si scire vis, Cephalus est vir trium linguarum et omnis litteraturae perpulchre gnarus, tum in sacris voluminibus et vetustis Theologis diu studioseque versatus*” (Se queres saber, Céfalo é o homem conhecedor das três línguas e de toda a literatura de forma bela, assim é versado nas Sagradas Escrituras e nos velhos teólogos, de forma zelosa e há muito tempo).

Neste artigo, temos como proposta analisar as ideias linguísticas do humanismo renascentista português pelas referências às disciplinas do trívio (gramática, retórica e dialética) no discurso de abertura do ano letivo em 1548, proferido pelo humanista Arnaldo Fabrício, *De Liberalium Artium Studiis Oratio* (Oração sobre o estudo das artes liberais), como supracitado. Seleccionamos alguns excertos do discurso em relação às ideias linguísticas nele contidas, que expressam e registram o pensamento da época, marcada pelas Reformas protestante de Lutero e, posteriormente, a católica, no Concílio de Trento, também pelo início da ocupação territorial da América portuguesa, o Brasil quinhentista, com a instituição do governo-geral (MONTEIRO, 2007, p. 136-137).

No discurso do humanista Arnaldo Fabrício, as ideias linguísticas da educação humanística renascentista são tratadas no contexto das artes liberais, de herança clássica e medieval, sobretudo em relação à sua categorização como disciplinas pertencentes ao trívio. Trata-se, dessa forma, o discurso do humanista em Coimbra de uma síntese do pensamento didático e educacional no ano letivo acadêmico de 1548, com a invocação de preceitos herdados da antiguidade clássica e de sua recepção pela escolástica no medievo, como sustentação da educação humanística europeia renascentista, o que abarcava o ensino de línguas clássicas no Real Colégio das Artes de Coimbra, instituição em que Anchieta estudara.

## 2. O trívio e a gramática latina

A tradição gramatical herdada da antiguidade clássica está expressa em duas gramáticas que foram muito influentes nas tradições posteriores, sobretudo no medievo ocidental. De um lado, a gramática de grego intitulada *Tekhné Grammatiké* atribuída tradicionalmente a Dionísio, o Trácio, entre os séculos I e II a.C. (CHAPANSKI, 2003, p. 12), e, do outro, as duas artes de gramática latina de Donato, a *Ars Minor* e a *Ars Maior* do século IV d.C. (DEZZOTI, 2011, p.13) foram textos fundamentais para a tradição gramatical medieval baseada nas línguas clássicas. Além desta herança, que chega ao período renascentista, há também a organização dos estudos pela escolástica medieval, que muito influenciou nas ideias linguísticas do humanismo renascentista:

Quanto às disciplinas literárias, a gramática abrangia tanto o estudo da língua latina como as obras literárias nesse idioma, e a retórica, que trata da arte de

bem falar, ligava-se estreitamente à dialética, a arte de pensar corretamente e de discutir com acerto. Em obras como a de Varrão ou nos escritos lógicos de Boécio vinham a lógica aristotélica e a estoica esquematicamente compendeadas para uso dos estudantes, enquanto para a retórica passaram a valer as obras elegantes e eloquentes de Cícero. No tocante à gramática pura, Donato, professor de retórica em Roma na metade do século IV, redigiu duas sendo a *inferior* para os principiantes, e a *superior* para os alunos mais adiantados. Além disso, concorreram para o enriquecimento dessa disciplina os gramáticos Charisius e Diomedes na segunda metade do século IV mas principalmente Prisciano que, no fim do século V, redigiu os dezoito livros das suas *Institutiones grammaticae*, de tal forma que veio a ser, junto com Donato, o autor preferido para os estudos de gramática durante a Idade Média (NUNES, 1975, p. 4).

O discurso de Arnaldo Fabrício, em Coimbra, remete-se à organização de disciplinas nomeadas artes liberais, cuja tradição nos leva ao início do pensamento científico e da organização das ciências, as artes e as técnicas em contextos da antiga civilização da Hélade, que foram absorvidos pelos povos latinos. Sendo o trívio um compêndio dos estudos relacionados à linguagem neste contexto, com suas três disciplinas: a gramática, a retórica e a dialética ou lógica, é natural que estes estudos estivessem vinculados à filosofia e à retórica na Atenas clássica dos séculos V e IV a.C., contexto em que Platão e Isócrates teriam fundado as suas antagônicas escolas de pensamento e formação acadêmica (LACERDA, 2014, p. 72-76).

Após a fundação da Biblioteca de Alexandria, no século III a.C., a tradição gramatical organizou-se pela criação da noção de filologia, o que redundaria em um desenvolvimento da tradição clássica ateniense no contexto alexandrino, com vistas à recuperação da obra homérica, mais antiga, e a renovação das concepções de mundo, por uma difusão da filosofia aristotélica e das obras dos sábios de Alexandria (GARCIA, 2010, p. 128). A gramática superveniente de Dionísio, o Trácio é um documento que registra esse movimento histórico, em uma época que seria sucedida pela dominação romana e a reconfiguração do Egito como província.

O período helenístico de dominação romana, na África, resulta em uma renovação cultural em Roma, marcada por novas gerações de eruditos que se expressavam em Latim como Varrão, que propõe a reorganização do sistema de disciplinas na obra *Disciplinae* (As disciplinas), também conhecido pelo título de “Nove Livros das Disciplinas”, e uma sistematização do conhecimento

linguístico de sua época na obra *De Lingua Latina*, do século I a.C., apogeu de Roma (VALENZA, 2010, p. 9-10). As obras de Cícero e, mais posteriormente de Quintiliano, que influenciariam a retórica renascentista profundamente, são oriundas deste contato intercultural originário e da releitura de obras da tradição alexandrina.

Após este período, no despontar do medievo, as gramáticas de Donato, os manuais de Boécio e a obra de Prisciano (FORTES & FREITAS, 2015, p. 5-6) são fundamentais para se compreender a manutenção e transmissão das ideias linguísticas greco-romanas no contexto de declínio da civilização romana. Será, porém, o africano Marciano Capela, contemporâneo de Santo Agostinho, que registrará, em Cartago, uma compilação sobre as artes liberais na obra intitulada *De nuptiis philologiae et Mercurii* (Sobre as núpcias da Filologia com Mercúrio).

Plotino, Santo Isidoro de Sevilha, Remi d'Auxerre são importantes autores que auxiliariam, posteriormente, o estabelecimento da escolástica medieval. O tema é profundamente debatido nas obras de Gregório de Tours e de Hugo de São Vitor (MEIRINHOS, 2007, p. 187-188), como expoentes do movimento organizador das disciplinas das artes liberais, as disciplinas que Arnaldo Fabrício elencaria, em 1548, como elementos fundamentais da educação humanística do Real Colégio das Artes de Coimbra, em que teria estudado José de Anchieta, ainda adolescente.

### **3. De Liberalium Artium Studiis Oratio**

Vejamos alguns excertos retirados do discurso, acerca do trívio e principalmente da gramática. Em um primeiro momento, Arnaldo Fabrício refere-se no discurso à política educacional de D. João III, que estava presente na ocasião em que este foi proferido, na inauguração do Real Colégio das Artes. O humanista refere-se à educação humanística italiana e francesa:

*Porro autem adolescentes artium, quae summis ac ueris laudibus hic ornantur, studiis deditos hoc officio demereri uolui, qui cum ad cognitionem illarum, quibus tot, tantaque, ad omnem uitae partem proposita sunt praemia, hac laudatione, cohortationeque mea sentient se fortasse non parum moueri, libenter agnoscent, quantum hoc uno litterarum nomine illustrissimo ac sapientissimo Regi debeant; qui dum acria Lusitaniae iuuentutis ingenia politissima Gallorum et Italarum aduenticia doctrina cultiora reddantur, nullis sibi ea in re sumptibus parcendum putat (FABRÍCIO, 2011, p.30).*

Além disso, quis com o meu trabalho incitar os jovens a entregarem-se ao estudo das artes que aqui se enaltecem com os mais elevados e verdadeiros argumentos. Quando eles, com este louvor e com a minha exortação, se sentirem talvez impedidos ao conhecimento das artes, que proporcionam durante toda a vida tantas e tão grandes recompensas, reconhecerão de bom grado quanto devem, no aspecto literário, a tão Ilustríssimo e Sapientíssimo Rei. De facto, entende que não se deve furtar a despesas nesta matéria, contanto que os espíritos perspicazes da juventude lusitana se tornem mais cultos, em contacto com o saber brilhantíssimo dos Franceses e Italianos (FABRÍCIO, 2011, P. 31).

Mais adiante, Arnaldo Fabrício cita seu modelo para o discurso, as obras de Cícero, tendo em vista que o humanismo renascentista se baseava na emulação de autores clássicos, cuja influência era patente, através do estudo da retórica clássica no Renascimento:

*Illud uero neque, dissimulabo neque, me fateri pudebit, in hac locorum communium tractatione loca quaedam quae ad hanc rem maxime pertinere [iiij] uidebantur a M. Cicerone me mutuatum esse; ita tamen, ut uerbis, ac ipsis prope modum rebus commutatis ea ut imitator in usum meum transtulerim. In quo, si modo meus hic labor non omnino frustra susceptus uidetur, spero meliori fore me condicione, quam cui uni Ciceronis imitativo nunc demum uitio, culpaque tribuatur.* (FABRÍCIO, 2011, p. 30)

Não ocultarei, porém, nem terei pejo em confessar que, neste versar lugares comuns, fui buscar a M. Cícero certas passagens que pareciam [iiij] mais concernentes ao tema proposto. Mas fi-lo de tal modo que, mudando as palavras e até quase os próprios assuntos, tudo utilizei como um modelo. Assim, se não parecer que este meu trabalho foi inteiramente inútil, espero estar em melhores condições do que aquele a quem somente a imitação de Cícero pode ser imputada de vício e culpa (FABRÍCIO, 2011, p. 31).

As artes liberais, herança clássica e medieval, para os humanistas renascentistas, são descritas pelo humanista como encontradas pela observação da natureza e a percepção do ser humano:

*Talis enim mens est homini data, quae uirtutis, cuius est capax, non nisi elementa habeat. Quocirca artes exquisitae sunt, atque ex notatione, animaduersioneque naturae inuentae: quarum subsidio ad ea quae accepimus, consequentia*

*adiungeremus, et quod in nobis est praestantissimum ab ipsa natura incohatum, perficeremus* (FABRÍCIO, 2011, p. 34).

Na verdade, foi oferecida ao homem uma inteligência específica, que apenas possui elementos de virtude de que é capaz. Razão pela qual se procuraram as artes, encontradas a partir da observação e descrição da natureza humana, a fim de que, com o auxílio delas, acrescentássemos consequências lógicas ao que recebêramos, completando assim o que de mais nobre a própria natureza em nós começara (FABRÍCIO, 2011, p. 35).

Arnaldo Fabrício define as artes liberais, e a educação humanística, como derivadas da sabedoria, pertencentes aos espíritos mais livres, sendo as artes relacionadas à virtude, e em seguida numera-as, na divisão sistemática do trívio (gramática, dialética e retórica) e do quadrívio (aritmética, música, geometria e astronomia):

*In iis Prudentia, quae recte a ueteribus ars uitae nuncupata est, primum locum obtinet, nam et quae a natura data sunt, sedulo tuetur; et quae desunt, comparat. Ex quo fonte deductae sunt artes, quae idcirco ingenuae et liberales dictae sunt, quod ingeniis liberalius sint dignae. Hae uero sunt quidam habitus animi ad uirtutem, ad quam maxime facti a natura uidemur, rectis studiis quasi subacti, et praeparati, [viiij] ut Grammatica, Dialectica, Rhetorica, itemque numerorum, sonorum, mensurae, siderum rationes* (FABRÍCIO, 2011, p. 34).

Entre as artes, ocupa o primeiro lugar a Sabedoria à qual os antigos chamaram, justamente, a arte da vida; de facto ela vela cuidadosamente pelos atributos que nos foram dados pela natureza e procura os que faltam. Desta fonte brotaram as artes que, por isso, se chamaram nobres e liberais, porque são dignas dos espíritos mais aristocratas. Estas representam como que um certo pendor do espírito para a prática do bem para o qual parece sermos destinados pela natureza e como que impelidos e preparados por estudos adequados, [viiij] tais como a Gramática, a Dialética, a Retórica e ainda as Ciências Matemáticas, a Música, a Geometria e a Astronomia (FABRÍCIO, 2011, p. 35).

Mais adiante no discurso, debate uma a uma as sete artes liberais. Apresentamos o primeiro excerto sobre a gramática, a primeira das artes do trívio, que se relaciona aos estudos de linguagem:

*Veniamus iam ad eas artes, quae in perficiendo sermone [xviiij] uersantur, in quibus Grammatica, quae est litterarum scientia, prima numeratur. Cuius quidem*

*professio multo maior est, quam uulgus intelligat. Nam praeter pure, et emendate loquendi scientiam, auctorum quoque enarrationem complectitur* (FABRÍCIO, 2011, p. 44).

Abordemos já aquelas disciplinas que se ocupam do aperfeiçoamento [xvii] da linguagem. Entre elas, figura, em primeiro lugar, a Gramática, que é a ciência das letras. O seu emprego é muito maior do que vulgarmente se crê. Assim, além de uma ciência de ensinar a falar com pureza e correção, abrange ainda o comentário dos autores (FABRÍCIO, 2011, p. 45).

O conceito de gramática, na educação humanística renascentista, pelo discurso de inauguração do Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548, relaciona-se ao aprendizado de latim, da leitura dos autores clássicos e do domínio da expressão em latim, além de serem citados no discurso aspectos relacionados ao estudo da morfologia:

*Eius ratio ut in loquendo est necessaria, ita percipiendis, interpretandisque aliorum dictis, sensibusque opportuna. Etenim uerba propria, et apta nobis administrat, quibus animi sensa explicemus, et ne perturbata, discrepans, aut praepostera exeat oratio, docet sic ea coniungere, ut casibus, temporibus, personis, genere, et numero consentiant* (FABRÍCIO, 2011, p. 44).

O seu estudo é tão necessário na linguagem como oportuno na compreensão e interpretação do discurso e dos sentimentos dos outros. Pois, fornece-nos os vocábulos precisos e adequados para expressarmos os nossos pensamentos e, para que o nosso discurso não saia desordenado, confuso, e às avessas, ensina a conjugar as palavras de modo a concordarem em caso, tempo, pessoa, género e número (FABRÍCIO, 2011, p. 45).

A partir da gramática, o humanista diz se desenvolverem as outras artes liberais, pois a gramática se relaciona à prática da leitura e da escrita, sem a qual o domínio destas habilidades não seria possível:

*Ad eruendos praeterea sensus auctorum abstrusos, et reconditos copiosum quoddam instrumentum uaria rerum supellectile paratum adhibet, et quae tenuis, et exigua a primo uidetur, talem ad extremum se profert, ut quae in illustrioribus artibus sunt praeclarissima, nisi firmis huius fundamentis nitantur, consistere omnino nequeant* (FABRÍCIO, 2011, p. 44).

Ainda, para descobrir os pensamentos complexos e profundos dos autores, acrescenta uma abundância de processos feita com materiais diversos; e a Gramática,

que de início parece insignificante e exígua, apresenta-se, por fim, tão importante que o que de mais notável existe nas artes mais nobres não pode de forma alguma manter-se, se não se apoiar nos seus sólidos fundamentos (FABRÍCIO, 2011, p. 45).

O humanista define, mais precisamente, a gramática como ciência da linguagem, de uma forma generalizada, sendo a gramática considerada as primícias de um pensamento metalinguístico e filosófico, a partir do qual qualquer um pode passar a refletir sobre a sua própria linguagem:

*Est enim omni loco, omnique tempore ita nobis necessaria, ut siue quid legamus, siue scribamus, siue cum aliis loquamur, siue ipsi nobiscum cogitemus, nullo modo ea carere possimus. Quae profecto cum ceteris artibus ita est coniuncta, ut quo modo haec ab illis, aut illae ab hac seiungi queant, ne intelligi quidem possit* (FABRÍCIO, 2011, p. 44-46).

De facto, a Gramática é para nós tão necessária em todo o lugar e em todo o tempo que de forma alguma nos podemos privar dela, quer estejamos a ler, a escrever, ou a conversar com os outros ou mesmo a reflectir connosco. Ela está tão em sintonia com as outras artes que de modo algum pode ser separada delas, ou vice-versa (FABRÍCIO, 2011, p. 45-47).

Após definir a gramática, Arnaldo Fabrício tece seu discurso sobre a disciplina da dialética, na educação humanística, a segunda das artes do trívio, apresentando conceitos que atualmente consideramos como pertencentes à sintaxe, à estilística e a um uso mais complexo da linguagem:

*Dialectica proxime sequitur Grammaticam, a qua cum sermonem rectum, et nudum [xix] acceperit, primum dispicit simplicia uerba ad quod genus sint referenda. Deinde coniunctorum uim, naturamque considerat, quid ὑποκείμενον sit, quid κατηγορούμενον (quod utrumque dialecticorum uulgus subiectum, et praedicatum nominat) quid enuntiatio quot eius genera* (FABRÍCIO, 2011, p. 46).

A Dialéctica segue de forma muito próxima a Gramática. Dela tendo recebido a linguagem correcta e descarnada, [xix] primeiro examina as palavras simples e o género a que se referem; depois considera o valor e a natureza dos elementos das proposições, aquele que seja o ὑποκείμενον e o κατηγορούμενον (que os estudos de dialéctica designam vulgarmente por sujeito e predicado), bem como o que constitui uma proposição e quantas espécies há (FABRÍCIO, 2011, p. 47).

A dialética, segundo o humanista, permite também a discussão de questões relacionadas à semântica e à produção textual e discursiva, sendo disciplina que aprofunda o estudo de questões de coesão e coerência, na produção textual:

*Tum regulam adhibet, qua uerum, falsum ne sit, quod enuntiatur, et quid e quoque efficiatur, quid cuique consequens, quid contrarium sit, iudicetur. Cumque multa sint natura ambigua, atque confusa, ut quaeque plane, explicataeque dicantur, haec ars docet uniuersam rem in suas partes distribuere, ambiguam distinguere, latentis, et inuolutae uim definitione proferre, atque euoluere (FABRÍCIO, 2011, p. 46).* Emprega ainda regras pelas quais seja possível distinguir se um enunciado é verdadeiro ou falso e o que dele resulta, avaliando qual seja o conseqüente e o seu contrário. E, uma vez que muitas coisas são ambíguas e confusas por natureza, para que cada uma delas seja dita de forma exacta e clara, esta arte ensina a dividir o todo nas suas partes, a distinguir o que é incerto e a dizer e a explicar através de definições o significado do que está oculto e obscuro (FABRÍCIO, 2011, p. 47).

Segundo Arnaldo Fabrício, a dialética permite, sobretudo, a interpretação e análise de argumentos, assim como a produção de novos argumentos, sendo a arte relacionada aos debates, como etapa anterior ao estudo direto da oratória:

*Cuius cum duae sint partes, una iudicii, de qua iam diximus, altera inuentionis, quae uiam, rationemque monstrat promendi ex locis, in quibus inclusa sunt argumenta, mirum est quantam in quaque disputatione facultatem, copiamque afferat tum ad disserendum, tum ad iudicandum. Ex quibus quanta sit huius doctrinae utilitas, satis apparet (FABRÍCIO, 2011, p. 46).*

Como a Dialéctica é formada de duas partes, uma a do juízo de que já falámos, a outra a da invenção que mostra a via e o método de tirar argumentos de onde eles se encontram, é admirável quantas possibilidades e recursos traz, em qualquer discussão, tanto para dissertar como para emitir juízos de valor. Em face disto, é bem evidente a utilidade desta ciência (FABRÍCIO, 2011, p. 47).

Após a definição de dialéctica, o humanista francês Arnaldo Fabrício cita a última das três artes liberais que compõem o trívio, as artes relacionadas às letras, a retórica:

*Huic finitima est Rhetorica, quarum tanta est cognatio, ut cum pleraque [xx] omnia habeant inter se communia, quid interea intersit aptius designari nequeat,*

*quam qua hac in re manus similitudine Zeno usus traditur. Cum Dialecticam pugno, Rhetoricam palmae similem diceret. Est enim utriusque eadem materia, sed illa disserendi ratio angustior; haec dicendi latior est, atque ornatio, et cum populariter loquatur, animis mouendis, uulgiue sensibus magis accommodata* (FABRÍCIO, 2011, p. 46).

Com ela confina a Retórica, cujo parentesco é tão grande que possuem [xx] a maior parte das matérias em comum. E não pode afirmar-se em que divergem de forma mais expressiva do que com a semelhança da mão de que dizem ter-se servido Zenão, uma vez que costumava dizer que a Dialéctica era semelhante ao punho e a Retórica à palma da mão. Ambas são formadas da mesma matéria, mas naquela a forma de dissertar é mais sóbria e nesta é mais ampla e embelezada. E, porque é possível falar de harmonia com a linguagem popular, é mais apropriada para comover a alma e para exprimir os sentimentos do vulgo (FABRÍCIO, 2011, p. 47).

O humanista descreve a fala como uma faculdade humana, comum a todos, dentro de sua concepção de mundo renascentista, relacionada à questão divina, também teológica:

*Neque uero putandum est, id frustra natura esse comparatum. Nam secundum mentem diuinitus acceptam linguae, et sermonis uim máxime propriam habemus, qua a mutis pecudibus discreti excellentis naturae dignitatem multo melius, quam corporis, orisque figura, et specie exprimimus. Quam quidem a natura nobis iccirco esse tributam re ipsa intelligitur, ut sermonis usu inter nos communicando quantum quisque ingenio, et prudentia ualeret, alii alios docendo, monendo, hortando, mutuis officiis generis humani communitatem, ad quam nati sumus, societatem coleremus* (FABRÍCIO, 2011, p. 46).

E não se pense que isso foi estabelecido inutilmente pela natureza. Pois, segundo a inteligência recebida como um dom de Deus, temos o privilégio, que nos é muito peculiar, da língua e da conversação, pela qual, distintos dos mudos animais, expressamos muito melhor a dignidade da excelência da nossa natureza do que pela figura e aspecto do corpo e do rosto. Certamente se compreende que, por essa razão, a linguagem nos foi dada pela natureza para que comunicando entre nós pelo uso da palavra, segundo as possibilidades do talento e da sabedoria de cada indivíduo, uns ensinando os outros, aconselhando e exortando a que cultivemos, de mútuas formas, o convívio humano e a sociedade para que nascemos (FABRÍCIO, 2011, p. 47).

A partir do trívio, é descrita a eloquência, como virtude resultante dos estudos humanísticos propostos, e como meio de ação:

*Quae facultas arte subnix usuque, et exercitatione confirmata Eloquentiam parit, ac procreat, quae quoniam rerum scientiam cum uirtute complexam tenet, nihil aliud esse definita est, quam copiose loquens sapientia. Qua una quid ad splendorem, et gloriam illustrius, aut ad laudem admirabilius, aut omnino ad opes, ad gratiam, ad dignitatem praestantius, non esse tantum, sed dici, aut etiam cogitari potest* (FABRÍCIO, 2011, p. 48)?

Esta capacidade, apoiada na arte e no uso, e confirmada pelo exercício, origina e cria a Eloquência que pela razão de possuir o conhecimento das coisas de braço dado com a virtude, foi reconhecida simplesmente como sendo a sabedoria eloquente. O que pode não só existir mas também dizer-se, ou até imaginar-se, de mais notável para o esplendor e para a glória, ou de mais admirável para a honra, ou de mais excelente para a influência, reconhecimento e dignidade do que esta ciência (FABRÍCIO, 2011, p. 49)?

Por fim, referindo-se a uma visão de mundo irenista, com influência do pensamento erasmiano, o humanista Arnaldo Fabrício descreve o estudo de artes liberais com a meta de estabelecer a paz e a amizade entre os povos, nos próprios reinos e na sociedade, algo que só pode se desenvolver pelo diálogo. Este é um dos principais ideais da educação humanística, e fruto da eloquência:

*Haec pacem, amicitiamque inter populos conciliat, haec ciuitates, regna, imperia consiliis instruit, haec leges reipublicae salutare rogat, iudicia tuetur, oppressos periculis subleuat, nocentem fraudes, et scelera detegit, ac poenis ulciscitur. Haec denique ad animos commouendos tantam in omnem partem uim habet, ut nulla sit tam obstinata sententia quae expugnari, nulla tam excitata iracundia, quae sedari, nihil denique tam persuasum, atque animo infixum, quod moueri, euellique eius uiribus non possit* (FABRÍCIO, 2011, p. 48).

É ela que fomenta a paz e a amizade entre os povos, é ela que com os seus conselhos instrui as cidades, os reinos e os impérios, é ela que promulga leis eficazes para o Estado, resolve as contendas, afasta os oprimidos dos perigos, descobre e castiga com penas as fraudes e os crimes dos malfeitores. Em suma, ela tem tanta força, em qualquer circunstância, para impressionar os ânimos que não existe opinião, por mais obstinada, que não seja vencida; não há nenhuma cólera tão violenta que não seja apaziguada; por último, nada existe tão persuasivo e

arreigado ao espírito que não possa ser removido e desenraizado pelos tentáculos da Eloquência (FABRÍCIO, 2011, p. 49).

No mesmo âmbito, o discurso cita os estadistas Demóstenes e Cícero, que, por sua formação humanística, como bons cidadãos, puderam servir às suas sociedades, em momentos cruciais para a sua estabilidade:

*Quibus instructus uir bonus, qualem esse oratorem oportere intelligimus, quantam opem non singulis solum, sed uniuersae reipublicae affere possit, ut alios praetermittam, quos eloquentiae laude in ciuitatibus suis floruisse legimus, exemplo sunt duo illi oratores omnium, quos unquam natura procreauit, praestantissimi Demosthenes, et Cicero* (FABRÍCIO, 2011, p. 48).

Demóstenes e Cícero, que foram, entre todos, os dois oradores mais ilustres que a natureza jamais alguma vez criou, para não lembrar outros que, segundo lemos, brilharam nas suas cidades pelo fulgor da sua Eloquência, servem para demonstrar o enorme contributo que um homem de bem, como em nosso entender deve ser o orador, pode prestar não só ao indivíduo em particular como a todo o Estado.

Ainda sobre Demóstenes, o humanista Arnaldo Fabrício cita seu exemplo histórico, de como o estudo da eloquência pode influir na luta contra injustiças:

*[xxij] Quorum ille non solum pro ciuitate sua multa alia praeclare gessit, sed etiam ut et historiae, et diuina eius scripta declarant, pro totius Graeciae libertate Philippo Macedoniae regi cunctis opibus Graeciam inuadenti sese opposuit, aduersus quem tanta contentione dimicauit, ut populus Atheniensis, quem is ad defensionem communis libertatis suscipiendam hortatu suo impulerat, tot copiis, tanto imperio, tanta prudentia et gloria longo tempore, et rerum gestarum magnitudine comparata, non fortius, quam hic unus mentis, ac linguae uiribus potentissimo hosti restiterit* (FABRÍCIO, 2011, p. 48).

[xxij] Aquele vulto notável não só realizou em prol da sua cidade muitos feitos nobres, como ainda, segundo consta de factos históricos e dos seus escritos divinos, se opôs, em prol da liberdade de toda a Grécia, ao rei Filipe da Macedónia que invadira o país com imensos recursos militares. Contra ele lutou com tal determinação que o povo ateniense, que ele entusiasmara com a sua exortação a tomar a defesa da liberdade comum, apesar de possuir muitas tropas, poder, sabedoria e glória de longos anos, alcançada com a grandeza de acções memoráveis, não resistiu ao inimigo poderosíssimo mais fortemente do que ele, sozinho, com os recursos da sua inteligência e oratória (FABRÍCIO, 2011, p. 49).

E, por fim, Arnaldo Fabrício cita o exemplo do orador romano Cícero, que combateu conspirações em Roma e a corrupção de Verres. Note-se que a educação humanística, neste aspecto, situa-se na dimensão do uso social e político da linguagem:

*Quid uero M. Tullius? Quisquam ne in ulla ciuitate unquam maiore eloquentia, animo, contentione, quam hic in Romana republica orbis terrarum principe, publicae libertatis, legum iudiciorum causam sustinuit? Quis fortius contra sceleratos ciues, et pestem patriae nefarie molientes pugnavit? Quis constantius sceleri et audaciae restitit? Quis acrius tyrannidem repulit* (FABRÍCIO, 2011, p. 48)? E que dizer de Marco Túlio? Porventura alguém em alguma cidade, com mais eloquência, coragem e determinação do que ele, na República romana, cabeça do mundo, sustentou a causa da liberdade, das leis e do fórum? Quem com mais veemência do que ele lutou contra cidadãos criminosos que maquinavam, impiamente, a ruína da pátria? Quem com mais perseverança lutou contra o crime e o atrevimento? Quem com mais veemência repeliu a tirania (FABRÍCIO, 2011, p. 49)?

Ainda versa sobre o corrupto Verres, a conjuração de Catilina, Clódio e Marco Antônio, inimigos tiranos que Cícero combateu com o uso da retórica e da eloquência, em inflamados discursos, defendendo o senso republicano de Roma:

*Hic eloquentia, consilio, fide armatus Verris libidinem, auaritiam, crudelitatem ultus est. Hic Catilinae coniurationem oppressit, et arma contra patriam suscepta e perditissimorum ciuium manibus extorsit. Hic turbulentos, et furiosos P. Clodii conatus refutauit. Idem M. Antonium rempublicam armis obsessam tenentem, et gladiatorum terrore iam ad se omnia trahentem, hostem iudicauit, urbeque expulit. [xxiij] Cum cuius salute ita reipublicae salus erat coniuncta, ut non prius tyrannorum importunitate opprimi ac potuerit, quam eadem ui diuina haec uox intercepta, sublataque fuisset* (FABRÍCIO, 2011, p. 48-50).

Foi ele que, armado com a sua eloquência, determinação e lealdade, puniu o desregramento, a ambição e a crueldade de Verres. Foi ele quem surpreendeu a conjuração de Catilina e arrancou das mãos dos cidadãos depravados as armas brandidas contra a pátria. Foi ele que repeliu as tentativas turbulentas e loucas de Clódio. Foi ele ainda quem considerou como inimigo Marco Antônio, que tinha a nação sitiada pelas armas e já pelo terror das espadas tudo levava diante de si; e expulsou-o de Roma. [xxiij] A salvação da República estava tão ligada

a Cícero, que não podia ser esmagada pela crueldade dos tiranos, sem que a sua voz prodigiosa fosse primeiro interceptada e suprimida por essa mesma violência

(FABRÍCIO, 2011, p. 49-51).

## Conclusão

Após o discurso *De Liberalium Artium Studiis* (Sobre o estudo das artes liberais), proferido pelo humanista francês Arnaldo Fabrício, em 21 de fevereiro de 1548, na presença do rei D. João III, se iniciou o ano letivo do Real Colégio das Artes de Coimbra, como supracitado. José de Anchieta (1534-1597), ainda adolescente, participou das atividades letivas desde 1548, ano de inauguração do Real Colégio, e pudemos ter, através deste relato coevo, uma visão geral das ideias linguísticas desta época. No ano de 1998, o *Congresso Internacional – Anchieta em Coimbra 1548* reuniu dezenas de pesquisadores de todo o mundo para analisar a estadia de Anchieta na instituição. Entre os trabalhos apresentados, o professor Eduardo de Almeida Navarro coligiu informações sobre as gramáticas estudadas no contexto desta educação humanística (NAVARRO, 2000, p. 385 e seguintes).

O ensino de latim em Portugal em 1548, influenciado pela tradição francesa, provavelmente se pautou pela gramática latina de *Despauterius*, enquanto o ensino de grego e de hebraico teria sido influenciado pelas obras de Nicolau Clenardo, humanista flamengo. Posteriormente, a gramática de Manuel Álvares suplantaria a obra de Despautério no ensino de latim, após o início da administração jesuítica de 1555:

Com a erecção do Colégio das Artes, acentuar-se-ia a influência francesa sobre o ensino em Portugal, que já desde a década de vinte era forte naquele país. O que importa dizer, agora, é que a gramática de Despautério, a mais usada na França e nos Países Baixos em todo o século XVI, chegou a Portugal com os mestres franceses, talvez já com a reforma do Mosteiro de Santa Cruz, na década de trinta, e, certamente com a fundação do Colégio das Artes, conforme fica patente com a leitura do importante documento *Schola Aquitanica*, de André de Gouveia, seu primeiro diretor (na época chamado de "principal") (NAVARRO, 2000, p. 396).

Quanto à organização dos estudos no Real Colégio das Artes de Coimbra à época de Anchieta, um dos documentos mais próximos para conhecermos

o processo de ensino-aprendizagem pelo qual o jovem humanista passara é o *Schola Aquitanica* de André de Gouveia, elaborado para o Colégio Santa Bárbara em Paris, e próximo do desenvolvimento inicial do Real Colégio das Artes em 1548, até a administração jesuítica de 1555. Como documento resultante das políticas linguísticas e educacionais deste período incipiente, se registra a *Ratio Studiorum* jesuítica, em 1599.

A educação humanística e as ideias linguísticas referentes às sucessivas reformas educacionais de Portugal, após a criação da Companhia de Jesus, redundariam na fundação dos primeiros colégios jesuíticos no Brasil quinhentista, após a chegada de Nóbrega e de Anchieta, trazendo as ideias linguísticas renascentistas como base para o contato linguístico com os povos autóctones da América portuguesa. De certa forma, se pode afirmar que as ideias linguísticas, oriundas da educação humanística, na qual Anchieta fora instruído em Coimbra, estariam vigentes na política missionária e de ocupação territorial da América portuguesa no século XVI.

## Referências

- CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, dissertação de mestrado em Letras, 2003.
- DEZZOTI, Lucas Consolin. **Arte menor e arte maior de Donato**: tradução, anotação e estudo introdutório. São Paulo: Universidade de São Paulo, dissertação de Mestrado, 2011.
- FABRÍCIO, Arnaldo et al. **Orações de sapiência: 1548-1555**. Coimbra: Imprensa da Universidade, prefácio de Sebastião Tavares Pinho, 2011.
- FORTES, Fábio e FREITAS, Fernando Adão de Sá. O contato linguístico e cultural entre o grego e o latim: reflexos na constituição da disciplina gramatical em Roma. **Revista Veredas**. Juiz de Fora: UFJF, v. 19, p. 3-13, 2015.
- GARCÍA, Nilsa Aréan. Panorama histórico da língua grega. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro: Cifefil, n. 48, p. 124-134, set/dez 2010.
- LACERDA, Ticiano Curvelo Estrela de. Platão versus Isócrates: divergências e convergências. **Revista Phaos**. Campinas: Unicamp, n. 14, p. 71-87, 2014.
- MEIRINHOS, José Francisco. **Estudos de filosofia medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa moderna. **Revista Varia Historia**. Belo Horizonte: v. 23, n. 37, p.130-150, Jan/Jun 2007.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. In: PINHO, Sebastião Tavares de et alii. **Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra - Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 385-406, 2000.
- NUNES, Rui Afonso da Costa. As artes liberais na Idade Média. **Revista de História**. São Paulo: USP, v. 51, n. 101, p. 3-23, Jan/Mar 1975.
- PINHO, Sebastião Tavares & FERREIRA, Luísa de Nazaré (org.). **Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio da Universidade (1548-1998)**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 3 v., 2000.
- ROTERODAMI, Desid. Erasmi. **Colloquia familiaria**. Roterodami: Typis Regneri Leers, 1693.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 44/45, p. 39-59, 2013.
- TANNUS, Carlos A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. **Revista Calíope**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 16, p.13-31, 2007.
- VALENZA, Giovanna Mazzaro. **De língua latina, de Marco Terêncio Varrão**: tradução dos livros VIII, IX e X. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, dissertação de mestrado, 2010.
- VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta, o apóstolo do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980.

Recebido em 23 de abril de 2018

Aceito em 17 de julho de 2018.

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE  
NÚMERO NO PORTUGUÊS POPULAR DO SERTÃO BAIANO  
(SÉCULO XX): ANÁLISE MÓRFICA

THE VARIATION OF NOMINAL NUMBER AGREEMENT  
IN THE POPULAR PORTUGUESE OF THE BAHIA “SERTÃO”  
(20<sup>TH</sup> CENTURY): MORPHIC ANALYSIS

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
marianafag@gmail.com

Zenaide de Oliveira Novaes Carneiro  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
zenaide.novais@gmail.com

Lorena Enéas Rosa Santos  
Universidade Federal da Bahia  
lore\_rosinha@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo discute a variação da concordância nominal de número, apresentando uma abordagem mórfica, em 91 cartas pessoais, editadas por Santiago (2012), escritas entre 1906 e 2000 por sertanejos baianos semialfabetizados, definidos como “inábéis” (MARQUILHAS, 2000). Para tanto, constroi-se de acordo com o escopo teórico da Linguística Histórica *stricto sensu*, nos termos definidos por Mattos e Silva (2008), e da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1972), para a qual a mudança deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também pelos externos. A partir da análise dos dados, foram identificados os fatores linguísticos e sociais que mais condicionam a variação do fenômeno em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Inábéis. Concordância Nominal. Abordagem mórfica.

ABSTRACT:

This article discusses about the variation of nominal number agreement, through a morphic approach, in 91 personal letters, edited by Santiago (2012), written between 1906 and 2000 by semi-literate bahian inlanders, defined as “unskilled” (MARQUILHAS, 2000). Therefore, is constructed according to the theoretical scope of Historical

Linguistics *stricto sensu*, under the terms defined by Mattos e Silva (2008) and the Labovian Sociolinguistics (LABOV, 1972), for whom the change must be explained not only by arguments internal to the system, but also by external ones. Data analysis managed to identify the linguistic and social factors that most influence their variation.

KEYWORDS: Unskilled. Nominal Agreement. Morphic Approach.

## **Considerações iniciais**

No presente trabalho, analisamos a concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal, em cartas pessoais produzidas por sertanejos baianos, no século XX. São 91 cartas, editadas por Santiago (2012), escritas entre 1906 e 2000, por redatores oriundos da zona rural do semiárido baiano, pouco escolarizados, definidos como “inábeis”, a partir de Marquilhas (2000, p. 235), para se referir a escreventes adultos “estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”.

Dentre os fenômenos linguísticos variáveis no PB, talvez a concordância nominal seja um dos traços mais estigmatizados socialmente, representando, na maioria das vezes, um indicador de falta de escolarização ou de desprestígio social. Diante disso, a realização de pesquisas que contribuem para um maior esclarecimento acerca do fenômeno da concordância, destacando os condicionamentos estruturais que interferem na presença/ausência de marca de plural, converge para uma visão menos preconceituosa do fenômeno.

Em verdade, no âmbito da morfossintaxe, este tema é um dos aspectos mais estudados no conjunto de fenômenos linguísticos variáveis em terras brasileiras, em diferentes abordagens teóricas, como no âmbito da sociolinguística (SCHERRE, 1988, 1991; LOPES, 2001; NARO; SCHERRE, 1997; BAXTER, 2009; LUCCHESI, 2008; ANDRADE, 2003; OLIVEIRA; SOUZA; COELHO, 2009; entre outros), para opor as variantes populares e não populares do PB, e na gerativa (FERRARI NETO, 2003; LOPES, 2004, 2006; SCHMITT; MUNN, 1999; SIMIONI, 2007; entre outros). Essas abordagens têm apresentado bons resultados, uma vez que colaboram para a caracterização do PB em oposição ao português europeu (doravante PE) e trazem contribuições significativas sobre o processo do contato linguístico que caracterizou a formação do PB.

Embora a variação de número dentro do SN seja um dos aspectos mais “bem-resolvidos”, porquanto vem sendo exaustivamente estudado, no conjunto

de fenômenos linguísticos variáveis do PB, o estudo aqui proposto em torno dessa temática apresenta um diferencial, já que desenvolve uma análise desse fenômeno linguístico em um *corpus* bastante raro, escrito por indivíduos que não possuem maior domínio das habilidades de escrita, sendo, por isso, representativo da variedade popular do PB. Nesta perspectiva, temos como objetivos principais neste trabalho:

- a. analisar, sob uma perspectiva mórfica, a concordância de número nos sintagmas nominais, em cartas pessoais, escritas por inábeis, redatores em níveis incipientes de aquisição de escrita, oriundos da zona rural da região semiárida da Bahia, ao longo do século XX, identificando os fatores linguísticos e sociais que mais condicionam a sua variação;
- b. fazer comparações entre os resultados encontrados na análise com outras pesquisas sobre a realização da concordância no sintagma nominal em regiões diferentes do país, tanto em *corpus* oral como em *corpus* escrito;
- c. Verificar se as estratégias mais usadas por esses escreventes estariam mais próximas às variantes populares do PB ou apontariam para processos comuns de indivíduos adultos em processo de aquisição de escrita, com construções próximas às encontradas em estudos sobre aquisição, a exemplo do que ocorre com crianças, ou ainda, se são encontradas ambas as situações.

De uma forma geral, pretendemos trazer contribuições a nível descritivo/explicativo em torno das variáveis linguísticas e sociais que regem a concordância nominal variável em *corpus* escrito numa sincronia passada. Assim, ao estudar os aspectos linguísticos e sociais voltados ao passado, com base em um *corpus* escrito, valem-nos das respectivas metáforas<sup>1</sup> feitas por Roger Lass (1997, p. 45) e William Labov (1982, p. 20), a respeito do tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica, no sentido de que é como “ouvir o inaudível” e praticar “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”.

---

<sup>1</sup> Essas metáforas, cujas expressões originais são “hearing the inaudible” (ROGER LASS, 1997, p. 45) e “the art of making the best use of bad data” (LABOV, 1982, p. 20) foram traduzidas por Mattos e Silva (2008, p. 7).

## 1. A concordância nominal de número no português brasileiro

De modo geral, a concordância nominal é frequentemente definida em termos da reiteração de certas informações – de gênero, número – de um elemento a outro inter-relacionado sintática ou semanticamente. Essa reiteração de informações pode ser vista, como bem elucida Brandão (2009), como uma marca explícita da dependência sintática ou semântica que existe entre tais elementos. Diante disso, é possível lançar mão da seguinte afirmação: concordar está diretamente relacionado ao ato de reiterar, já que se tem a repetição de um conteúdo morfológico nos constituintes do SN.

Entretanto, no PB, é possível identificarmos padrões variáveis de concordância. De um lado, temos a regra geral que corresponde à variedade tida como padrão – em virtude dos padrões apresentados nas gramáticas tradicionais e normativas<sup>2</sup> – que se caracteriza pela reiteração das marcas morfológicas de número. Segundo essa regra, no âmbito do SN, colocam-se marcas explícitas de plural em todos os seus elementos flexionáveis quando o núcleo do sintagma for formalmente plural. Não obstante, do outro lado temos a regra de concordância não-redundante, podendo ou não ser reiterada nos demais itens do SN.

Isso implica dizer que a concordância de número dentro do SN não é uma regra categórica, mas resulta na presença da forma binária: presença de marca formal de número plural em todos os elementos do SN X ausência de marca formal de número plural em algum(uns) elemento(s) do SN. Destarte, resultados de pesquisas variadas, tanto na perspectiva sincrônica contemporânea em *corpus* de língua falada (SCHERRE, 1988; LOPES, 2001; ANDRADE, 2003; BAXTER, 2009, entre outros) como em sincronias passadas em documentos escritos (OLIVEIRA; SOUZA; COELHO, 2009) acerca desse fenômeno, evidenciam que a marcação de plural pode-se exibir em várias posições do SN, conforme os exemplos<sup>3</sup> a seguir:

### (i) na inserção da marca de plural em todos os elementos do SN

(1) Os meus tios queridos ou todos aqueles estudantes.

---

2 Ali (1927); Pereira [incluir na bibliografia] (1949); Rocha Lima (1983); Cunha; Cintra (1985); Xavier; Mira Mateus (1990); Almeida (1992); Bechara (1999), entre outros.

3 Exemplos extraídos de Oliveira, Souza e Coelho (2009).

**(ii) na inserção da marcação de plural em alguns elementos**

(2) Os meus tios queridos ou todos aqueles estudantes.

**(iii) na inserção da marcação de plural num único elemento do SN, geralmente o que reside na primeira posição (ou em outras posições)**

(3) a. Os meu tios queridos ou todos aquele estudante.  
b. O meus tios queridos.

A partir do exposto acima, é possível, portanto, prever que o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número. Essas construções são aceitas e avaliadas pelos falantes da língua portuguesa como variáveis em sua língua.

Apesar de a não realização da concordância prevista ter um forte cunho estigmatizante e representar um indicador de falta de escolarização ou de desprestígio social, muitos são os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a sua variação. Nesse sentido, alguns dos principais fatores internos e externos apontados na literatura como sendo favorecedores ou desfavorecedores da presença redundante da marca morfológica de plural são: a saliência fônica, o paralelismo formal e discursivo, a posição linear do constituinte, o gênero (masculino/feminino), a faixa etária, o nível de escolarização, entre outros.

Diante do que já foi exposto, podemos perceber que a variação nos processos de concordância de número do português vernacular do Brasil não ocorre de forma aleatória, mas sistemática, regida por condicionamentos linguísticos e extralinguísticos.

## **2. O corpus de pesquisa**

Correspondente ao período que vai de 1906 a 2000, o material utilizado neste trabalho é constituído por um conjunto de 91 cartas pessoais<sup>4</sup>, transcritas por Santiago (2012), escritas por 43 remetentes (23 mulheres e 20 homens)

---

<sup>4</sup> Esses documentos fazem parte do CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), coordenado pelas Professora Doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda. A transcrição dos documentos adota as normas do projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB).

que possuem pouca escolarização, nascidos nas zonas rurais dos municípios do sertão baiano, a saber, Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu.

Ao subdividirmos o total de cartas por município, obtivemos as seguintes informações:

- a. *amostra I*: amostra de 58 cartas pessoais de remetentes da zona rural de Riachão de Jacuípe;
- b. *amostra II*: amostra de 24 cartas pessoais de remetentes da zona rural de Conceição de Coité;
- c. *amostra III*: amostra de 9 cartas pessoais de remetentes da zona rural de Ichu.

As cartas pessoais que compõem este *corpus* possuem caráter afetivo, e, dentre outros motivos, foram escritas para expressar saudades, obter notícias de familiares e fazer pedidos, enviadas por amigos, compadres, namorados, cunhados, sobrinhos, irmãos, filhos e mãe. Nesse sentido, são materiais significativos para a temática deste estudo, já que a informalidade é uma característica marcante do *corpus* em questão e, com isso, podem revelar produções que se distanciam das convenções da escrita, aproximando-se, em muitos aspectos, da fala.

### **3. O método de análise**

Nosso estudo apoia-se no que postula a teoria da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), para a qual a mudança deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também pelos externos.

No presente trabalho, fazemos uma análise em torno da concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal em português, em documentos escritos por sertanejos baianos, ao longo do século XX. Tal análise foi feita através da perspectiva mórfica, a qual considera cada elemento do SN como um dado de análise, buscando observar como algumas variáveis atuam especificamente sobre cada elemento do SN.

Fixou-se como variável dependente a realização ou não da marca de concordância nominal de número. Quanto às variáveis independentes, foram eleitas as seguintes variáveis, linguísticas e sociais, descritas no quadro 1:

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	VARIÁVEIS SOCIAIS
<b>ANÁLISE MÓRFICA</b>	
Posição do constituinte em relação ao núcleo	Data de escrita das cartas
Saliência Fônica e Tonicidade	Data de nascimento dos redatores
Marcas Precedentes ao item analisado	Faixa etária dos redatores quando da escrita das cartas
-	Código dos redatores
-	Gênero
-	Situação de aprendizagem
-	Naturalidade dos remetentes
-	Presença/ ausência em fórmulas

Quadro 1: variáveis independentes linguísticas e sociais

Encontram-se no escopo de nossa análise todo e qualquer SN que tenha pelo menos uma marca formal ou semântica de plural. Desta maneira, pretendemos analisar aqui os dados envolvidos no processo gramatical de concordância nominal de número plural que esta mesma tradição prevê como existente, explícita ou implicitamente, e que, diante de sua ausência, rotula-os como desvios da norma gramatical ou simplesmente como erros.

Então, todo e qualquer sintagma que apresentasse pelo menos uma marca formal ou semântica de plural que implicasse necessariamente outra ou outras marcas formais de plural nos elementos flexionáveis do SN foi nosso objeto de estudo. Nesta perspectiva, estabelecemos que o valor positivo foi atribuído aos SNs cujos constituintes são todos marcados, como em (4), e àqueles SNs em que nem todos os elementos recebem marcação de plural foi atribuído o valor negativo, como em (5), (6) e (7), conforme descritos abaixo:

**(i) SNs com todas as marcas formais de plural**

(4) [...] a v<sub>i</sub>jem santiszima derramais la du| alto seu **a<sub>s</sub> maiores felicidades** sobre a ti i todos| que ti sercam [...]. (SFS- 40)

**(ii) SNs com algumas marcas formais de plural**

(5) Irmão us João pitanga e **todos<sub>s</sub> us| meus<sub>s</sub> irmao<sub>Ø</sub>** eu pego na minha| di minu ta pena para mandar as| minha notisia | [...]. (MC- 36)

**(iii) SNs com apenas uma marca formal de plural ou até sem nenhuma marca formal explícita, quando ocorre um SN contendo um numeral como primeiro elemento seguido de outros elementos não marcados**

(6) Commedi u destas| duas linha ir solmenti par dar| as **as<sub>s</sub> minha notia** ir nu memo| tenpos eu salb salber da suas| [...]. (AFS-45)

(7) Conpade pitanga eu jar li| mandei **2 carta<sub>Ø</sub>** i do Senhora| eu So Resibil uma | [...]. (LFO- 32)

Os dados foram submetidos ao programa VARBRUL, na versão GOLD-VARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que forneceu os resultados quantitativos das variáveis em contextos de variação linguística e extralinguística, como veremos na seção a seguir.

## **4. Resultados**

Nesta perspectiva atomística, consideramos como dado de análise cada um dos constituintes flexionáveis dos SNs plurais, de modo que se o constituinte estivesse formalmente marcado, consideramos presença de concordância; caso contrário, consideramos ausência. Dito isto, cumpre destacar que, nesta análise, também foram considerados os casos de SNs precedidos por numerais. Vejamos:

**(i) constituinte marcado**

(8) [...] Deiti **umma<sub>s</sub> bensa<sub>s</sub>** unu mus| f f filhos sim p onpadi| [...]. (AFS- 2)

(ii) **constituente não marcado**

(9) [...] envio li estas duas linhas dando as minhas| **nutisia**Ø e u mesmo tempo saber das suas e de| todos [...]. (JCO-31)

Consideramos, nas cartas dos inábeis, 710 constituintes passíveis de receber a concordância de número dentro do SN. Destes, 420 (59%) obtiveram a marcação de plural, ao passo que 290 (41%) não receberam a marca, conforme podemos observar na tabela 1:

SINTAGMA NOMINAL	Frequência	%
Com concordância	420/710	59
Sem concordância	290/710	41

Tabela 1: taxas da variação da concordância entre os itens do SN.

Estamos diante, portanto, de um favorecimento maior da marcação de pluralidade nos constituintes flexionáveis do SN. Apesar disso, os índices sem marcação de pluralidade não são desprezíveis, uma vez que o percentual tido para a não marcação, de 41%, indica que, embora tenha desfavorecido a presença de concordância, não foi significativamente baixo, representando, assim, uma ideia de variação.

Diante da variação da concordância de número entre os elementos dos SNs nas cartas dos inábeis, partiremos para análise quantitativa em torno das variáveis linguísticas e sociais selecionadas pelo GOLDVARB X. Desse modo, começaremos analisando as variáveis linguísticas e, posteriormente, faremos as análises das variáveis sociais.

#### 4.1 *Variáveis linguísticas*

No intuito de observar como ocorre a variação da concordância de número nos constituintes do SN, analisamos os seguintes grupos de fatores linguísticos, a citar: (i) a posição do constituinte em relação ao núcleo; (ii) a saliência fônica envolvendo a tonicidade; e (iii) as marcas precedentes ao ele-

mento analisado. Todas as três variáveis linguísticas foram consideradas pelo GOLDVARB X como sendo fatores relevantes para a análise da marcação ou não de plural nas cartas de inábeis.

Pesquisas anteriores<sup>5</sup> que tratam da variação da concordância no sintagma nominal afirmam que essas variáveis são importantes para o entendimento desse fenômeno. Portanto, a partir de então, analisaremos as três variáveis que se tomam como possíveis fatores a interferir na variação de número na aplicação das regras de concordância entre os elementos do SN.

#### **4.1.1 A posição do constituinte em relação ao núcleo**

A análise da variável posição do constituinte em relação ao núcleo permite a observação do condicionamento da presença de marcas de plural no sintagma sobre a realização de plural no elemento analisado, considerando a sua posição em relação ao núcleo: se anterior ao núcleo, localizando-se à esquerda, mas não adjacente a ele; se imediatamente anterior ao núcleo, adjacente a ele; se elemento nuclear ou posterior ao núcleo.

Em seus trabalhos, Scherre (1988, 1998) concluiu que as classes antepostas ao núcleo tendem a ser mais marcadas do que as pospostas a ele. De maneira semelhante, apenas distinguindo as posições pré-nucleares em termos de adjacência ao núcleo, ou seja, as classes imediatamente anteriores ao núcleo das não imediatamente anteriores ao núcleo, Lopes (2001) verificou que, além da posição à esquerda do núcleo, a adjacência ao núcleo é um dado favorecedor da marcação de pluralidade nos constituintes do SN. Logo, assumimos aqui também essa hipótese.

Posto isso, para a análise em questão, desmembramos essa variável em seis fatores: à esquerda adjacente ao núcleo, à esquerda não-adjacente ao núcleo, núcleo em 1<sup>a</sup> posição, núcleo em 2.<sup>a</sup> posição, núcleo em 3.<sup>a</sup> posição em diante e itens à direita do núcleo<sup>6</sup>. Essas ocorrências puderam ser verificadas nas cartas dos inábeis, conforme esboçam as seguintes construções:

##### **(i) à esquerda adjacente ao núcleo**

<sup>5</sup> Scherre (1988); Lopes (2001); Baxter (2006), entre outros.

<sup>6</sup> Como se pode observar, apenas foi considerada a linearidade do constituinte com relação ao núcleo.

(10)

- a. [...] Deiti **ummaş** bensas unu mus| f f filhos sim p onpadi| [...]. (AFS- 2)
- b. [...] eu vou passando como que Jeus e sîntindo| e numeros as saudades das **nossaØ** paslestar.. formidavel| [...]. (SFS- 40)

**(ii) à esquerda não adjacente ao núcleo**

(11)

- a. [...] Comadre e Compadre envio as| **minhaş** treste nutisia [...]. (MDC-84)
- b. Venho por meio **destaØ** atrevidas.| linhas. pedir-lhi á mão de vossa.| Filha Maria Inez: á cazamento.| [...]. (APC- 83)

**(iii) núcleo em 1ª posição**

(12)

- a. [...] eu tenho gosto i prazer quando| tenho **notisiaş** sua| [...]. (JMS- 68)
- b. [...] lenbarnca as| menina da|qui **meninaØ**| bonitas|. <sup>7</sup> (ASF- 10)

**(iv) núcleo em 2ª posição**

(13)

- a. [...] eu| estou com muita votadi di| cormer aquela **furtaş**| b boa i gostoza| [...]. (AFS- 25)
- b. [...] Lembrança a meus **tioØ** todos| [...]. (JCO- 31)

**(v) núcleo em 3ª posição em diante**

(14)

- a. [...] a vjem santiszima derramais la du| alto seu as maiores **felicidades** sobre a ti i todos| que ti sercam [...]. (SFS- 40)
- b. [...] hojin chegou a occazião dí eu lhe| comta os meus **pascadoØ** [...]. (JMS- 66)

---

<sup>7</sup> Foi encontrada apenas essa ocorrência para a não-marcação do constituinte nuclear em 1ª posição.

**(vi) itens à direita do núcleo**

(15)

- a. [...] Lembrança a meus tio **todos** [...] (JCO- 31)
- b. [...] recebi duas cartas **dua** i 2 di conpadi [...]. (AFS- 7)

Ao analisar a *tabela 2*, podemos verificar os números coligidos para a variável *posição com relação ao núcleo*, representando todos os índices a que se fizeram referências nos exemplos anteriores.

POSIÇÃO DO ITEM COM RELAÇÃO AO NÚCLEO	Frequência	%	Peso Relativo
À esquerda adjacente ao núcleo	173/231	74,9	0.530
À esquerda não adjacente ao núcleo	78/125	62,4	0.358
Núcleo em 1ª posição	10/11	90,9	0.776
Núcleo em 2ª posição	96/190	50,5	0.487
Núcleo em 3ª posição em diante	48/118	40,7	0.592
Itens à direita do núcleo	15/35	42,9	0.477

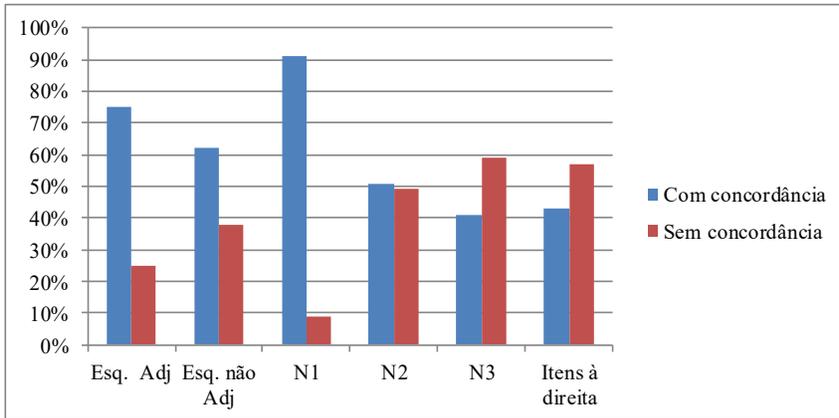
**Tabela 2:** efeito da posição do constituinte em relação ao núcleo sobre a realização da concordância de número.

A análise, através dos dados da *Tabela 2*, revela que a posição do item localizado à esquerda do núcleo, adjacente a ele, é que favorece a presença da marca de pluralidade, com um peso relativo (PR) de .530; a posição à esquerda não adjacente ao núcleo apresenta um peso relativo de .358, indicando desfavorecimento. Logo, em termos de adjacência, há uma tendência maior à retenção da marca de pluralidade nos constituintes localizados à esquerda adjacente ao núcleo.

Quando comparamos os itens localizados à esquerda adjacente ao núcleo com os itens situados à direita, percebemos que há um desfavorecimento à marcação de pluralidade nos constituintes situados à direita do núcleo, posição que apresenta um peso relativo de .477 para a retenção da marca.

Com relação aos constituintes nucleares, percebemos que há uma forte marcação de pluralidade do núcleo em primeira posição, com um peso relativo de .776, apesar de serem poucas as aparições desses itens nesta posição

do sintagma nominal; já nas 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> posições, o que se pode colocar em relevo é que a variação na concordância é maior, indicando que há um desfavorecimento da marcação de pluralidade nos constituintes nucleares em 2<sup>a</sup> posição, com um peso relativo de .487, e um aumento de concordância nos núcleos em 3<sup>a</sup> posição, com um peso relativo de .592. Vejamos no gráfico os resultados através das porcentagens:



**Figura 1:** Efeito da variável posição do constituinte em relação ao núcleo na variação na concordância de número nas cartas dos inábeis

Em termos percentuais, a figura 1 aponta para um fato recorrente nos estudos sobre variação de concordância: os constituintes pré-nucleares parecem exibir mais tendências a reterem a marca de plural do que os constituintes pós-nucleares. Dessa forma, enquanto os itens localizados à esquerda adjacente e não-adjacente apresentam um percentual de 75% e 62%, respectivamente, para a marcação de pluralidade, os constituintes situados à direita do núcleo apresentam um desfavorecimento à retenção da marca, com apenas 43% de marcação de PL.

#### 4.1.2 Saliência fônica e tonicidade

A saliência fônica tem sido considerada uma variável linguística importante para o estudo da concordância. Acredita-se que a quantidade de material existente na oposição entre singular e plural interfere na possibilidade de se fazer a concordância no sintagma nominal, de maneira que as formas mais

salientes, e por isso mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas com o morfema de plural do que as menos salientes.

Na presente pesquisa, consideramos, conjuntamente, os processos de formação de plural e a tonicidade, juntos, como a variável Saliência. Para isso, desmembramos essa variável em oito fatores, a saber:

- a. os de plural regular, levando-se em consideração a tonicidade: regular oxítono ou monossílabo tônico; regular paroxítono e regular proparoxítono;
- b. os outros processos de formação de plural: itens de plural metafônico ou duplo, itens em terminação em /R/, itens terminados em /S/ ou /Z/, itens terminados em -ão irregular e itens terminados em -ão regular.

Vale destacar ainda que os itens terminados em /L/ também não foram considerados, em virtude da baixa ocorrência de dados, com apenas três vocábulos, todos eles sem marcação de pluralidade. São eles:

(16)

- a. [...] já acertei com os **oficialØ** para| fazer as porta [...]. (MCO- 33)
- b. [...] eu vou passando como que Jeus e sîntindo| e numeros as saudades das nossa paslestar.. **formidavelØ**| [...]. (SFS- 40)
- c. [...] eu vou passando como que Jeus| sintindo enumeras as saudades das nossa| palestar **formidavelØ** ! [...]. (FPS- 47)

Vejamos, agora, alguns exemplos de itens que possuem plural regular e outros processos de formação de plural, retirados do *corpus* em questão.

**(i) palavras com plural regular oxítono ou monossílabos tônicos**

(17)

- a. [...] como| vais **vosseis** todos| [...]. (MC- 36)
- b. [...] farsa 3 quarto na minha caza| i us combios **bomØ** pordir farzêr| [...]. (AFS-17)

**(ii) palavra com plural regular paroxítono**

(18)

- a. [...] Não Sou batom mais| Só queria andanos teus| **labios**| [...]. (AHC- 55)

- b. [...] se for di 1000 para| cá me traga duas **duziaØ** que quando| chegar nos acerta [...]. (MCO- 33)

**(iii) palavra com plural regular proparoxítono**

(19)

- a. [...] lhi pesco as minhas desculpa que| são as minhas poucas **praticas** [...]. (JMS- 66)
- b. [...] Conpadi Pitanga eu larbalho nesta firmar Aqui ni São paulo er marhor| firmar di são paulo er Aondi farzi| toudas **marquinaØ** ir loudo carro| [...]. (AFS- 12)

**(iv) palavras de plural metafônico<sup>8</sup>**

(20)

- a. [...] meus **olhos** triste nunca para| de chorar.| [...].(AHC- 60)
- b. [...] Quero Ser teus **olhoØ** [...]. (AHC- 57)

**(v) itens terminados em /r/**

(21)

- a. [...] Sir eu viraci um cannarinnho| D Dar queri| bem cantador par| carnta nu seu tereiro| par carbar aminha **dores** [...]. (AFS- 8)
- b. [...] us **porotadroØ** não| podia espera [...]. (MC- 36)

**(vi) itens terminados em /s/ ou /z/**

(22)

- a. [...] pitanga farsa a mia **vesis** por mia farmiria| [...]. (AFS- 2)
- b. [...] São as horas mais **filizØ** quando pego| Nesta caneta para da minha noticias| [...]. (AHC- 59)

**(vii) itens terminados em -ão irregular<sup>9</sup>**

(23)

- a. Quridinha Amiguinha Amerinda| As minha **saudaçãos** [...]. (APS- 43)

<sup>8</sup> Foram encontradas apenas três ocorrências de palavras com plural metafônico.

<sup>9</sup> No total, foram encontrados apenas três itens terminados em -ão irregular. Desses, há apenas uma ocorrência para a marcação de pluralidade. Embora a aplicação da regra de concordância não tenha sido feita de acordo com o que preconiza a tradição gramatical, foi levada em consideração a tentativa de pluralidade neste caso.

- b. [...] Zezito você deichando|pra vir depois das **eleção**Ø você mi mastrata de| mias [...]. (AHC- 55)

**(viii) itens terminados em -ão regular**

(24)

- a. [...] Linbranca e abarco a todos us| Meus **ermãos** [...]. (MC- 37)  
b. [...] conpadi| deiti ummasBESA | **BENSA**Ø nu menino| [...]. (AFS- 21)

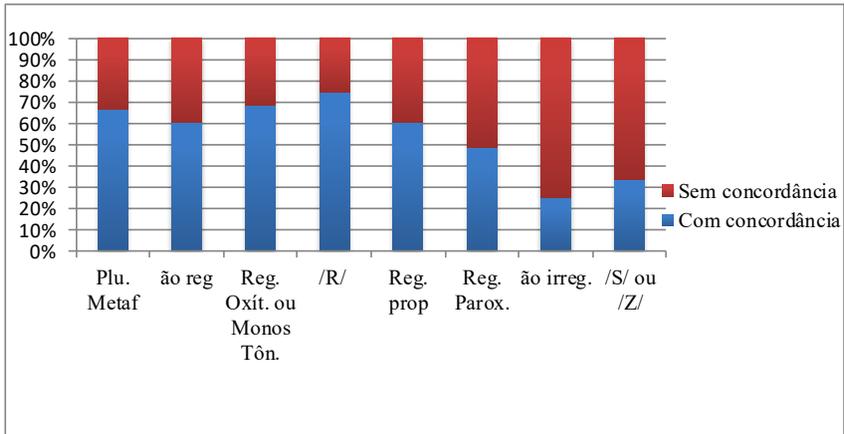
A tabela 3 intenta compactar, no quesito Saliência Fônica, observando-se as variáveis Processos de Formação de Plural e Tonicidade, todos os índices que acima foram descritos:

SALIÊNCIA FÔNICA	Frequência	%	Peso relativo
Regular oxítono ou monossílabo tônico	48/70	68,6%	0.645
Regular paroxítono	214/440	48,6%	0.477
Regular proparoxítono	3/5	60%	0.549
Plural metafônico	2/3	66,7%	0.690
Itens terminados em /R/	6/8	75%	0.613
Itens terminados em /S/ ou /Z/	3/9	33,3%	0.264
Itens terminados em -ão irregular	1/4	25%	0.329
Itens terminados em -ão regular	3/5	60%	0.665

**Tabela 3:** efeito da saliência fônica e tonicidade sobre a realização da concordância de número nos itens do SN

A partir dos dados da tabela 3, verificamos que os vocábulos que têm maior peso relativo de concordância são as palavras de plural metafônico (PR .690), as palavras terminadas em -ão regular (PR .665), os regulares oxítonos ou monossílabos tônicos (PR .645), seguida das palavras terminadas em /R/ (PR .613) e os regulares proparoxítonos (PR .549). A situação se inverte com os demais vocábulos de plural regular paroxítono, os itens terminados em -ão irregular e os terminados em /S/ ou /Z/, com um desfavorecimento da marcação

de pluralidade nestes contextos, apresentando um peso relativo de .477, .329 e .264, respectivamente. Tais resultados também podem ser melhor visualizados no gráfico que segue.



**Figura 2:** Efeito da Saliência fônica na concordância nominal

Sendo assim, a julgar pelas percentagens, e também pelos pesos relativos expostos na tabela 3, podemos observar que a escala de saliência fônica, na dimensão maior ou menor oposição de substância fônica entre singular e plural, parece não se aplicar, de modo geral, aos dados em questão. Quanto a processos e tonicidade, entretanto, verificamos que as formas mais salientes, formadas pelos oxítonos regulares e monossílabos tônicos têm realmente maior peso na probabilidade de marca que os menos salientes (os regulares proparoxítonos e os regulares paroxítonos).

#### 4.1.3 Sobre as marcas precedentes ao elemento nominal

A variável *marcas precedentes* vem sendo tradicionalmente analisada nos estudos sobre a variação PL no SN no PB. Tal variável consiste na análise do efeito da presença de outras marcas de PL no SN, anteriores ao item em análise, a fim de verificar se exerce alguma influência no que diz respeito à marcação de plural. Dito de outra forma, tem como objetivo verificar se a presença de marcas anteriores inibe ou favorece a ocorrência de outros elementos marcados.

Dessa maneira, a fim de verificar as taxas de uso da concordância em função das marcas precedentes ao item analisado, no *corpus* em questão,

desmembramos essa variável em seis fatores: ausência de marca formal na 1ª posição, presença de marca formal na 1ª posição, numeral, mistura de marcas precedentes com marca formal, mistura de marcas precedentes com zero e ausência de marcas precedentes. Essas ocorrências puderam ser verificadas nas cartas dos inábeis, conforme esboçam as seguintes construções:

**(i) Ausência de marca formal na 1ª posição (item analisado na 2ª posição)**

(25)

- a. [...] conpadi sir uØ **tenpos**| tirver bom min.| mandí Dizêr [...]. (AFS- 14)
- b. [...] sim comade deu Lembraca| a [. ] compadi Nerado e| a dona maria e tio agusti| e a nide mais u espozo| e aØ **criançar**Ø todás| [...]. (AOL- 72)

**(ii) Presença de marca formal na 1ª posição (item analisado na 2ª posição)**

(26)

- a. [...] Amerinda **as horas**...|siliçioza da minha vida que pêgo| nu meu radio lapas para ti.| ênviar-l as minha noticias i di todos| mêus [...]. (APS- 43)
- b. [...] commadi u destas| duas linha ir solmenti par dar| as **as minha**Ø notiça ir nu memo| tenpos eu salb salber da suas| [...]. (AFS- 45)

**(iii) Numeral**

(27)

- a. [...] eu levei uma| Estrepada que pasei **45 dias**| Parado [...]. (GOR-28)
- b. [...] farsa **3 quarto**Ø na minha caza| i us combios bom pordir farzêr| [...]. (AFS- 17)

**(iv) Mistura de marcas precedentes com marca formal (item analisado na 3ª posição em diante)**

(28)

- a. [...] Não Sou batom mais| Só queria andanos **teus**| **labios**| [...]. (AHC- 55)
- b. [...] meus **olhos** **triste**Ø nunca para| de chorar.| [...]. (AHC- 60)

**(v) Mistura de marcas precedentes com zero (item analisado na 3ª posição em diante):**

(29)

- a. [...] para mim| serar os maiorØ prazerris que eu averas| di ter [...]. (JMS- 66)
- b. [...] aceiti lembranca qui maria i garcina i nenen| li manda i labarco i aceiti as minhaØ lenbracaØ| [...]. (FP- 78)

**(vi) Ausência de marcas precedentes (item analisado na 3ª posição em diante):**

(30)

- a. [...] u senhor | tiri uØ ceuØ retartos ir| min mandi par min| [...]. (AFS- 10)
- b. [...] pesso desculpa nestaØmal| feitaØ Lenhas [...]. (JCO- 31)

Conforme podemos observar, nas cartas dos inábeis, foram encontradas construções sintagmáticas nestas seis situações. Ao analisar a tabela 4, podemos verificar os números coligidos para a variável *marcas precedentes*:

MARCAS PRECEDENTES	Frequência	%	Peso relativo
Ausência de marca formal na 1ª posição	29/40	72,5	0.874
Presença de marca formal na 1ª posição	110/202	54,5	0.517
Numeral	11/39	28,2	0.406
Mistura de marcas precedentes com marca formal; item analisado na 3ª posição	31/60	51,7	0.421
Mistura de marcas precedentes com zero; item analisado na 3ª posição	16/74	21,6	0.223
Ausência de marcas precedentes; item analisado na 3ª posição	11/14	78,6	0.916

**Tabela 4:** efeito das marcas precedentes sobre a realização da concordância de número nos itens do SN.

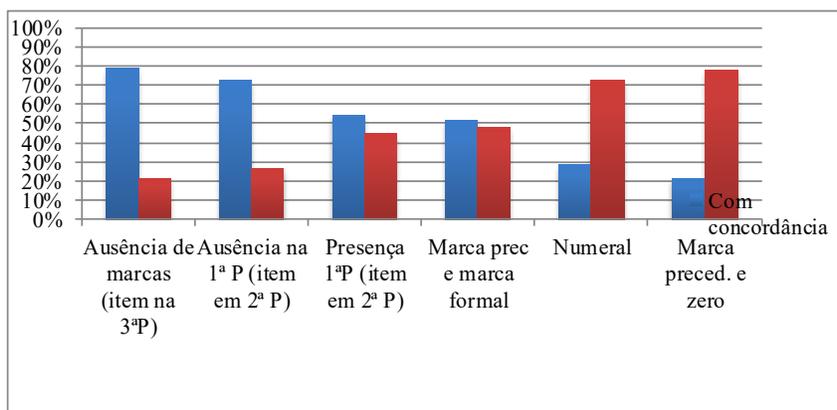
A partir dos resultados da tabela 4, podemos observar que o fator que favorece a marcação na segunda posição do SN é a *ausência de marca formal na 1ª posição*, com um peso relativo de .874. Esse dado parece confirmar a hipótese funcionalista de Kiparsky (1972) de que só o dado relevante é mantido, sendo

descartado o redundante ou o desnecessário. Dessa forma, evidencia-se aqui uma tendência de inserir o -S, quando ele é fundamental para indicar a ideia de pluralidade, de modo que a presença de marca de concordância no elemento em segunda posição, em sintagmas com zero em primeira posição, recupera e garante, assim, a informação de pluralidade.

Quando há presença de marca formal na 1ª posição, contudo, o peso relativo de concordância é muito próximo do ponto neutro, com .517, não indicando favorecimento ou desfavorecimento. A presença do numeral em primeira posição, ao contrário, não favorece a marcação do segundo item, apresentando um peso relativo de .406, o que nos permite observar que entre a presença de marca na 1ª posição ou os numerais, é a presença de marca antecedente o elemento mais favorecedor da concordância no item em segunda posição.

Por outro lado, a marcação do item em terceira posição é desfavorecida, tanto pela presença de uma mistura de marcas com marca formal precedente (PR .421), como pela presença da mistura de marcas com zero formal precedente (PR .223). Contudo, é evidente que o maior favorecimento de PL no primeiro desses dois fatores e o menor favorecimento no segundo poderiam ser interpretados como indícios de um leve efeito de processamento paralelo.

Entretanto, ainda com relação aos elementos situados na 3ª posição, os dados indicam que as maiores chances de aplicação da regra canônica da concordância ocorrem com mais frequência quando há ausência de marcas precedentes, na 1ª e 2ª posição, apresentando um peso relativo de 0.916. Vejamos, no gráfico, que segue, os resultados através das porcentagens:



**Figura 3** – Efeito da variável marcas precedentes na variação na concordância de número nos SNs

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Logo, o que se depreende desses resultados é que o *processamento paralelo*, resumido no princípio *marcas levam a marcas e zeros levam a zeros* não é relevante, de maneira geral, para as cartas escritas por inábeis das zonas rurais do sertão baiano, quando se trata de marcas flexionais precedentes, uma vez que ficou demonstrado, através da tabela 4 e da figura 3, que zero em posições precedentes favorecem a marcação do elemento nas posições subsequentes e zero na primeira posição favorece a marcação do elemento na segunda posição.

Uma vez feitas as análises em torno das variáveis linguísticas, discutiremos agora os resultados das variáveis sociais.

#### 4.2 Variáveis sociais

A análise das variáveis sociais também tem trazido grandes contribuições nos estudos dos fenômenos linguísticos variáveis, principalmente nos casos em que uma das variantes é estigmatizada. Deste modo, pode-se afirmar que, por meio da abordagem externa e interna da língua, é possível observar a heterogeneidade linguística.

Considerando, então, essas proposições, em que se coloca para a investigação da variação e da mudança da língua a necessidade de se correlacionar fatores linguísticos e extralinguísticos, consideramos oito variáveis sociais. Porém, dessas, o programa estatístico GOLDVARB X selecionou como fatores relevantes ao uso da marca de plural no PB apenas as variáveis *data de escrita das cartas* e a *situação de aprendizagem*.

A variável social *data de escrita das cartas*, no entanto, não será tratada neste estudo em virtude de um possível enviesamento dos dados, já que, embora as cartas tenham sido escritas ao longo do século XX, há uma grande lacuna devido à ausência de cartas escritas entre o ano de 1910 a 1950. Logo, tendo em vista a pouca quantidade de cartas escritas na primeira metade do século XX e a ausência de datas declaradas em algumas cartas, essa variável não será levada em consideração, a fim de garantir a transparência do estudo aqui realizado.

Vale dizer ainda que, embora não tenha sido selecionada pelo Goldvarb, discutiremos também, por meio apenas dos resultados percentuais, a variável *presença/ausência do constituinte em fórmulas*, haja vista a grande ocorrência de expressões cristalizadas no *corpus*. Com isso, objetiva-se analisar se as fórmulas cristalizadas representam ou não espaços de resistência à variação da concordância de número que se faz no SN.

#### **4.2.1 A situação de aprendizagem**

A variável social *situação de aprendizagem*, assim definida neste trabalho, possui uma relação direta com outra variável bastante estudada nos trabalhos em torno da variação da concordância de número no SN: o nível de escolaridade. Essa variável tem sido muito focalizada pelos estudos sociolinguísticos, já que, do ponto de vista social, as pessoas com diferentes graus de escolaridade, ou que se encontram em diferentes contextos de aprendizagem, estão expostas a situações diversas, o que pode influenciar a escolha de uma ou outra forma linguística.

Nesta perspectiva, cumpre esclarecer que, neste trabalho, optou-se por utilizar o termo *situação de aprendizagem*, tendo em vista o nível de escolaridade em que todos os remetentes se encontravam: todos os remetentes possuem pouca escolaridade. Logo, para que pudéssemos observar o efeito da variável *situação de aprendizagem*<sup>10</sup> sobre a presença de marcas de plural nos SNs, dividimos essa variável em cinco dimensões: *os que estudaram pouco em casa, os que estudaram apenas os primeiros anos, os que estudaram até a 4ª série, os que aprenderam através da convivência com os amigos e leitura da bíblia e aqueles sem identificação* quanto a situação de aprendizagem. Posto isso, vale dizer que, para essa análise, apenas os contextos declarados quanto a situação de aprendizagem foram levados em consideração.

Feitas essas considerações, a análise dessa variável tem como objetivo verificar se a situação de aprendizagem a qual os redatores foram expostos influencia na realização ou não da marcação de pluralidade nos constituintes dos SNs presentes nesse *corpus*. O efeito da variável *situação de aprendizagem* sobre a presença da concordância de número plural, neste *corpus*, pode ser observado, inicialmente, a partir da tabela 5.

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM	Frequência	%	Peso relativo
Estudou pouco em casa	180/280	64,3	0.508

---

10 As informações acerca das situações de aprendizagem dos remetentes foram coletadas de Santiago (2012), que fez essa identificação a partir de conversas com alguns remetentes e destinatários, já que muitos ainda estão vivos.

Estudou apenas os primeiros anos	14/29	48,3	0.511
Estudou até a 4ª série	53/85	62,4	0.723
Aprendeu através da convivência com os amigos e leitura da Bíblia	68/181	37,6	0.376

**Tabela 5:** efeito da situação de aprendizagem sobre a realização da concordância de número nos itens do SN.

Com base nesses resultados, podemos verificar que os remetentes que realizaram maior marcação de PL nos elementos do SN foram aqueles que estudaram até a quarta série (PR .723), aqueles que estudaram os primeiros anos (PR .511) e aqueles que estudaram em casa com o auxílio de uma professora que esporadicamente ia às fazendas (PR .508).

Logo, através da interpretação desses resultados, percebemos que os indivíduos que tiveram uma maior exposição à educação formal, tanto aqueles que conseguiram chegar até a 4ª série, antigo primário, como aqueles que tiveram acesso apenas aos primeiros anos, ou ainda aqueles que puderam contar com a ajuda das professoras itinerantes, tendem a realizar mais a marca de número plural entre os elementos do SN do que aqueles que não tiveram acesso à escolaridade, aprendendo apenas através da leitura da Bíblia (PR .376). Nesse sentido, o que se depreende desses resultados, de maneira geral, é que o acesso à educação formal ainda exerce muita influência na aplicação das regras de concordância nominal.

#### 4.2.2 A presença/ausência do constituinte em fórmulas

Neste *corpus*, foram encontradas expressões cristalizadas que se fazem presentes em, praticamente, todas as cartas escritas ao longo do século XX. Diante disso, cabe-nos observar como se dá a marcação de número na aplicação das regras de concordância nos elementos dos SNs nos constituintes presentes nestas fórmulas, a fim de verificar se também há variação nas construções cristalizadas.

Os nossos resultados demonstraram que, dos 710 constituintes analisados, 221 (31,1%) residem em fórmulas e 489 (68,9 %) encontram-se fora das expressões cristalizadas. Dos 221 itens instalados nas fórmulas, 113 (51,1%) receberam a marca de plural, ao passo que 108 (48,9%) dos constituintes não atenderam à aplicação da regra da concordância de número, conforme podemos verificar na tabela 6:

FÓMULAS	COM CONC.		SEM CONC.	
	Frequência	%	Frequência	%
Presença	113/221	51,1	108/221	48,9%
Ausência	304/489	62,2%	185/489	37,8%

**Tabela 6:** efeito da presença/ausência em fórmulas sobre a realização da concordância de número nos itens do SN.

A partir dos exemplos seguintes podemos visualizar com mais precisão o que, em termos percentuais, é informado pela tabela 6:

**(i) constituintes marcados presentes nas fórmulas**

(31)

- a. [...] João eu faco **estas** duas **lihas** comen| te Para da as mihs notica| [...]. (SFS- 42)
- b. [...] O inicio desta duas linhas e pra dar minha **noti-|cias** e quero saber das Suas [...]. (AHC- 55)

**(ii) constituintes não marcados presentes nas fórmulas**

(32)

- a. [...] **Esta**Ø duas **linha**Ø solmente| par li di zer que eu vou bem di.| xergada [...]. (AFS- 2)
- b. [...] João eu faco estas duas lihas comen| te Para da as mihs **notica**Ø| [...]. (SFS- 42)

Tomando como base a análise da concordância de número nos constituintes presentes nos SNs das fórmulas, percebemos que a cristalização morfossintática destes termos é apenas aparente, já que ocorre a variação na aplicação das regras de concordância também entre os itens presentes nas expressões cristalizadas nas cartas produzidas por inábeis. Com isso, constatamos que as fórmulas não constituem lugares de resistência à variação linguística, sendo perceptíveis itens em variação também nessas construções.

### **4.3 Análise contrastiva de dados**

Tendo feito o levantamento das variáveis linguísticas e sociais para a análise da marcação de pluralidade em sentenças retiradas das cartas de inábeis,

sob a perspectiva que considera cada elemento do SN como um dado de análise (análise mórfica), partiremos para um estudo comparativo<sup>11</sup> com os resultados de pesquisas anteriores realizadas em torno dessa temática, tanto em *corpus* oral como em *corpus* escrito e em dados de crianças no processo de aquisição da linguagem, a fim de discorrer um pouco mais sobre esse fenômeno.

#### **4.3.1 Dados escritos versus dados orais**

Considerando os resultados obtidos para a variação da concordância de número no SN nas cartas dos inábeis, verificamos uma semelhança parcial com o que se observa nos estudos da concordância em dados urbanos, tomando como referência os padrões observados por Scherre (1988), com base em dados de fala do Rio de Janeiro, e Lopes (2001), a partir de uma amostra de dados de fala em Salvador, e com os resultados dos dados orais das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como o estudo feito por Baxter (2009).

Ao comparar os nossos resultados, obtidos para as variáveis saliência fônica, posição do item com relação ao núcleo e as marcas precedentes ao elemento analisado, com os resultados dessas pesquisas, temos o seguinte resultado:

---

<sup>11</sup> O estudo comparativo aqui realizado se baseará apenas nos resultados da análise atomística, em virtude de ser esta a perspectiva de análise adotada pela maioria das pesquisas antecedentes com que esta análise dialogará. Dos estudos anteriores em torno do fenômeno, apenas Scherre (1988) analisou as duas perspectivas, a atomística e a sintagmática.

	<b>Scherre (1988)</b>	<b>Lopes (2001)</b>	<b>Baxter (2009)</b>	<b>Inábeis</b>
<b>Posição do item com relação ao núcleo</b>	- Os Elementos determinantes à esquerda do núcleo recebem mais marcas explícitas de plural	- A posição à esquerda do núcleo, adjacente a ele é que favorece bem mais a presença de marca	- Mais marcação de PL na área pré-nuclear - forte papel da posição adjacente ao núcleo	- É o item situado à esquerda adjacente ao elemento nuclear quem mais favorece a marcação de pluralidade
<b>Saliência Fônica e Tonicidade</b>	- Favorecem mais os itens lexicais que apresentam mais diferença material fônica; - e se o item lexical for oxítono ou um monossílabo tônico	-Processos ou Processos e Tonicidade: Os itens mais salientes, têm realmente maior peso na marca que os menos salientes	—	-Processos: a escala de saliência fônica, não se aplica. -Proc. e Tonic: os oxítonos regulares e monossílabos tônicos favorecem.
<b>Marcas Precedentes ao elemento analisado</b>	Favorecem: -Zero na 1ªP -Marca na 1ªP -Marcas levam a marcas -Zeros levam a zeros	Favorecem: -Zero na 1ªP -Numerais -Marcas levam a marcas -Zeros levam a zeros	Favorecem: -Zero na 1ªP -Numerais	Favorecem: -Zero na 1ª P -Marca na 1ªP -Ausência de marcas precedentes (elemento na 3ªP)

**Quadro 2:** comparação entre os dados escritos e os dados orais

O que se depreende da análise comparativa entre os dados das cartas e os dados extraídos de *corpus* oral é que, apesar de terem sido verificadas algumas especificidades nos dados dos inábeis, percebemos que há, de maneira geral, algumas semelhanças próximas às variantes populares do PB. Feita essa análise, no subitem a seguir, faremos comparação entre os dados dos inábeis e os dados das atas, a fim de verificar se há semelhanças ou diferenças entre esses resultados.

#### **4.3.2 Dados das cartas versus dados das atas**

Os dados das cartas dos inábeis foram comparados com os dados das atas escritas por africanos e negros brasileiros forros da Sociedade Protetora dos Desvalidos (irmandade negra originada em 1832), escritos na Salvador oitocentista, analisada por Oliveira, Souza e Coelho (2009). Foram considerados os dados da variação da concordância de número no SN diante da saliência fônica, das marcas precedentes e da posição do item com relação ao núcleo. Tal comparação nos levou a observar os seguintes dados:

	Oliveira, Souza e Coelho (2009)	Inábeis
Posição do item com relação ao núcleo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não analisou a adjacência ao núcleo;</li> <li>- Os constituintes pré-nucleares favorecem a concordância</li> </ul>	- Além da posição à esquerda, a adjacência ao núcleo é um dado favorecedor.
Saliência Fônica e Tonicidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerou Processos e Tonicidade separadamente.</li> <li>- Processos: a escala de saliência fônica não se aplica;</li> <li>- Tonicidade: todos os fatores favorecem a marcação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisou conjuntamente Processos e Tonicidade;</li> <li>- Processos: a escala de saliência fônica não se aplica;</li> <li>- Proc. e Tonic: as formas mais salientes favorecem a marcação.</li> </ul>
Marcas Precedentes ao elemento analisado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não houve associação entre Marcas Precedentes e Posição nos elementos na 2ªP e 3ªP.</li> <li>- Todos os fatores favoreceram a marcação de pluralidade;</li> <li>- a ausência de qualquer marca fora do SN provoca um alto percentual de marcas no item em 1ªP;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação entre Marcas Precedentes e Posição</li> <li>- Zero na 1ª P</li> <li>- Marca na 1ªP</li> <li>- Ausência de marcas precedentes (elemento na 3ªP)</li> </ul>

**Q Quadro 3:** comparação entre os dados das cartas e os dados das atas.

Com base no exposto acima, vemos que Oliveira, Souza e Coelho (2009) adotaram critérios de análise diferentes dos que são frequentemente utilizados no estudo das variáveis linguísticas que podem estar relacionada à variação da concordância no SN, o que pode, de certa forma, ter contribuído para um possível enviesamento dos dados em certas circunstâncias. De fato, a adoção de critérios de análise distintos e um possível enviesamento dos dados, em decorrência disso, dificultou maiores comparações com esse estudo.

Entretanto, de modo geral, notamos uma leve semelhança entre os resultados das atas dos africanos e dos inábeis, em virtude da não aplicação da escala da saliência fônica em ambas as análises. Além disso, com relação à variável *Posição do item com relação ao núcleo*, apesar de não ter sido observada a adjacência dos elementos não nucleares localizados à esquerda do núcleo, na análise das atas, os resultados apresentados para essa variável nos dois *corpora*, o *corpus* das atas e dos inábeis, foram parecidos. De maneira geral, o que se tem observado nos estudos sobre a variação de concordância, com relação à variável

posição do item com relação ao núcleo, é que, de fato, os itens localizados à esquerda do núcleo tendem a receber mais marcas explícitas de plural do que aqueles situados à direita do núcleo.

### **4.3.3 Dados das cartas versus dados de crianças**

Os dados de aquisição são importantes para explicar os resultados dos inábeis, uma vez que, conforme elucida Marquilhas (2000), esses escreventes, apesar de adultos, estão ‘parados’ em uma fase de aquisição de escrita. Por isso, comparamos os dados da escrita de inábeis com dados de aquisição do número gramatical por crianças falantes do PB, apresentados por Ferrari-Neto (2008).

O estudo desenvolvido por Ferrari-Neto (2008) visa investigar o processo de aquisição do sistema de número gramatical no PB, e, para isso, o autor realizou 4 testes experimentais com crianças que tinham entre 1 e 5 anos, no total. Cada experimento atingiu uma determinada faixa etária. Contudo, vale ressaltar que, dos experimentos feitos por Ferrari-Neto (2008), interessa-nos comparar apenas os experimentos 1 e 2, descritos abaixo:

- a. No Experimento 1, explorou-se a capacidade de a criança reconhecer variação morfo-fonológica no âmbito do DP, tomando esta variação como indicativa da manifestação do número no PB, e relacioná-la ao nome por meio da concordância. Para tanto, participaram do experimento 18 crianças com idade média de 2 anos. O presente experimento lida com duas variantes do português como realizações gramaticais – a Padrão, em que D e N são flexionados em número e a Não-Padrão, em que apenas D apresenta essa flexão.
- b. O Experimento 2, por sua vez, teve como objetivo verificar se crianças da faixa etária de 23 e 30 meses identificam a informação relativa ao número gramatical quando codificada morfológicamente apenas no N, como em construções existenciais, e o quanto a alomorfa de número afetaria o reconhecimento desta informação.

Dessa forma, a partir desses dois experimentos específicos, comparamos os seus resultados com determinadas construções realizadas pelos inábeis, e obtivemos os seguintes resultados:

Ferrari-Neto (2008)		Inábeis
Experimento 1 (crianças com +/-2 anos)	Experimento 2 (crianças com +/-2 anos e meio)	
Realizam a pluralidade gramatical padrão e não-padrão de modo semelhante;	São capazes de perceber a informação relativa a número, mesmo quando aparece exclusivamente em N;	São realizadas construções nas quais a informação relativa a número aparece expressa exclusivamente em N
Há uma predisposição maior para a realização de sentenças não-padrão;	O número pode ser interpretado nos elementos que estaria em concordância com o D.	Não se constituiu um problema para o reconhecimento da informação relativa a número, mesmo quando essa aparece exclusivamente em N.
Identificam o número plural de DPs com base na flexão de número do D, independente da marcação morfológica de número em N.		Maiores tendências à realização da forma gramatical não-padrão, com retenção da marca de número no Determinante

**Quadro 4:** comparação entre os dados dos inábeis e os dados das crianças.

Assim, ao observar a comparação entre os dados dos inábeis e os dados das crianças, percebemos que, de modo semelhante às crianças, os resultados dos inábeis sugerem que a extração de informação de número de D pode ser tomada como evidência de concordância de número no âmbito do DP.

## Considerações finais

Tendo em vista o fato de este tema ser bastante analisado, sobretudo em *corpora* esteados na linguagem oral, numa sincronia contemporânea, este trabalho procurou contribuir a partir de uma nova perspectiva: uma análise da variação da concordância de número no sintagma nominal, em documentos escritos numa sincronia passada. Logo, este estudo caminhou no sentido de tentar contribuir com as pesquisas anteriores em torno do assunto, trazendo dados inéditos, extraídos de um *corpus* representativo do PB popular.

Esta análise variacionista da marcação do plural no SN, em sua abordagem mórfica, revelou que o fenômeno linguístico aqui analisado relaciona-se

a, principalmente, três grupos de fatores linguísticos ou estruturais: a posição do item com relação ao núcleo, a saliência fônica e tonicidade e as marcas precedentes ao elemento nominal.

A análise das variáveis sociais demonstrou, com relação à *situação de aprendizagem*, que aqueles que estudaram até a 4ª série realizaram maior marcação de PL nos itens do SN, ratificando a influência da educação formal na realização das marcas explícitas de PL nas regras de concordância. Já com relação à *presença/ausência do constituinte em fórmulas* foi evidenciado que a cristalização morfossintática destes termos é apenas aparente, já que ocorre a variação na aplicação das regras de concordância também entre os itens presentes nas expressões formulaicas das cartas produzidas por inábeis.

Por fim, a partir da análise aqui realizada, percebemos que as estratégias mais usadas pelos escreventes inábeis, no que diz respeito à realização das marcas de pluralidade no SN, estão próximas às variantes populares do PB, como também às construções encontradas em estudos sobre aquisição.

## Referências

- ALI, M. S. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1927. 25p.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 658p.
- ANDRADE, P. R. de. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro**. 2003. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, UFBA, Salvador.
- BAXTER, A. A concordância de número. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, p. 269-293, 2009.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (Org.). **Ensino de gramática-descrição e uso**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.
- CUNHA, C; CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- FERRARI-NETO, J. **Aquisição de Número Gramatical no Português Brasileiro**: Processamento de Informação de Interface e Concordância. 2008. Tese (Doutorado em Letras – Estudos da Linguagem), PUC, Rio de Janeiro, 2008.
- FERRARI-NETO, J. **Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do português brasileiro**. 2003. Dissertação de Mestrado – PUC, Rio de Janeiro.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].
- LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins: p.17-92, 1982.
- LASS, R. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LOPES, N. S. **Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade**. 2001. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- LOPES, R. E. V. **Bare Nouns and DP Number Agreement in The Acquisition of Brazilian Portuguese**. Cascadilla Proceedings Project, 2006.
- LOPES, R. E. V. Estágios no processo de aquisição de número no DP do português brasileiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 157-171, 2004.
- LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (Org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, p. 148-168, 2008.
- MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.
- NARO, A. J; SCHERRE, M. M. A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (Org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, p. 93-114, 1997.
- OLIVEIRA, K; SOUZA, V.; COELHO, J. S. B. Concordância nominal (cenas da variação em palcos do século XIX). In: LOBO, T. C. F. (Org.). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: EDUFBA, p. 255-316, 2009.
- PEREIRA, C. E. **Gramática Expositiva**: curso superior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- SANKOFF, D. et al. **Goldvarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: <[http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV\\_index.htm#ref](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref)>. Acesso em: 01 de maio de 2016.
- SANTIAGO, H. S. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. 2012. Dissertação de Mestrado - UEFS, Feira de Santana.
- SCHERRE, M. M. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. *Organon – A variação no português do Brasil*. Porto Alegre, UFRGS-Instituto de Letras, p. 52-70, 1991.
- SCHERRE, M. M. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese de Doutorado em Linguística – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SCHMITT, C.; MUNN, A. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. In: TAMANJI, P.; HIROTANI, M.; HALL, D. **Proceedings of NELS**, n. 29, p. 339-353, 1999.
- SIMIONI, L. **A aquisição da concordância nominal de número no português brasileiro: um parâmetro para a concordância nominal**. 2007. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006. [1968].
- XAVIER, M. F.; MIRA MATEUS, M. H. (Org.). **Dicionário de termos linguísticos**. v. II. Lisboa: Edições Cosmos, 1990.

Recebido em 30 de maio de 2018.

Aceito em 27 de setembro de 2018.

A VARIAÇÃO DOS VERBOS EXISTENCIAIS *HAVER* E *TER* EM  
AMOSTRA DO FALAR CULTO DE FORTALEZA-CE

THE VARIATION OF THE EXISTENTIAL VERBS *HAVER* AND  
*TER* IN A SAMPLE OF THE CULTURED  
SPEECH OF FORTALEZA-CE

Aluiza Alves de Araújo

Universidade Estadual do Ceará

aluizazinha@hotmail.com

Rakel Beserra de Macedo Viana

Universidade Estadual do Ceará

rakelbeserra@gmail.com

Maria Lidiane de Sousa Pereira

Universidade Estadual do Ceará

lidiane\_lidiarock@hotmail.com

Resumo:

Com base na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, analisamos a atuação de fatores linguísticos e sociais sobre a variação dos verbos existenciais *haver* e *ter*. Coletamos dados da fala de 18 informantes do *corpus* do projeto Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT e analisamos sete variáveis linguísticas e duas variáveis sociais. Os resultados da análise estatística revelaram que, de 683 dados, 81% são de *ter* e 19% de *haver*. Os grupos de fatores relevantes para o verbo *haver* foram, nessa ordem de importância: *forma verbal*, *traço semântico do SN*, *faixa etária*, *sexo*, *repetição do verbo no mesmo enunciado*, *posição do SN em relação ao verbo* e *presença versus ausência de elementos à esquerda do verbo*.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista; Verbos existenciais; Falar culto; Fortaleza.

Abstract:

Based on the Variationist Sociolinguistics model, we analyse the influence of linguistic and social factors on the use of verbs *ter* and *haver* meaning “existence”. On this purpose, we use a speech corpus of 18 informants from the project Português Oral

Culto de Fortaleza – PORCUFORT, in wich is provided the analysis of seven linguistic variables and two social variables. The results of the statistical analysis revealed that, from 683 occurrences, 81% use *ter* and 19% use *haver*. Relevant factors regarding the use of *haver* are: verbal form, SN semantic trait , age range, gender, verb repetition in the same statement, position of the SN in relation to the verb and presence *versus* absence of elements before the verb.

Key-Words: Variationist Sociolinguistics; Existential verbs; Cultured speech; Fortaleza.

## **Introdução**

A variação entre os verbos existenciais no português do Brasil (PB) vem de muito longe, mais precisamente, desde o século XIII, período em que o verbo *ter* começou a competir com *haver* no sentido de posse, até então restrito a esse último (SAMPAIO, 1978). A partir da substituição nas estruturas de posse, *haver* inicia uma disputa com *ter*, nas estruturas existenciais, até o século XVI, com o predomínio de *haver*, que vem a aparecer em gramáticas portuguesas e com sentido existencial apenas no século XVIII, como nas gramáticas de Argote (1725) e Lobato (1770). Nessas gramáticas, os autores não mencionam *ter* existencial, assim como Barbosa (1822), que cita *ter* apenas como auxiliar e reconhece *haver* como verbo existencial (BARBOSA, 1822).

Atualmente, as gramáticas normativas não consideram o verbo *ter* com sentido existencial, dando aos verbos *haver* e *existir* esse papel (BECHARA, 2004; CUNHA; CINTRA, 2007). Ao contrário do que preconizam os gramáticos normativos, os falantes brasileiros usam, em sua grande maioria, o verbo *ter* em sentido existencial e, dessa forma, os verbos *haver* e *existir* variam com *ter* em todas as camadas da população, como evidenciam vários estudos (CALLOU; AVELAR, 2000; SILVA, 2001; BATISTA, 2012; MARTINS; CALLOU, 2003; VITÓRIO, 2011, 2012, 2013; OLIVEIRA, 2014; SOUZA, 2015). Já autores de gramáticas descritivas, como Bagno (2011) e Perini (2013), trazem o emprego do verbo *ter* como preferido no falar dos brasileiros.

Observando os estudos desenvolvidos com base em bancos de dados de fala culta e popular que também analisaram a variação entre *haver* e *ter*, percebemos que, quanto à descrição desta regra variável no banco de dados de fala culta

de Fortaleza – o Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT)<sup>1</sup> – não há, até o momento, nenhum estudo além deste. Assim, acreditamos que, com este trabalho, estamos contribuindo para o preenchimento de tal lacuna, bem como com a descrição do atual PB, ao apresentarmos uma fotografia sociolinguística inédita do fenômeno em pauta, no falar fortalezense.

De modo mais direto, intentamos realizar, à luz da Sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 1994, 1996, 2008 [1972]), uma análise, em tempo aparente, do uso variável dos verbos *haver* e *ter*, numa amostra de fala culta de Fortaleza do início da década de 1990. A partir disso, buscamos observar as frequências de uso das variantes analisadas e identificar as variáveis linguísticas e/ou sociais que beneficiam a aplicação do verbo *haver*.

Para esta pesquisa, analisamos a fala de 18 indivíduos a partir de entrevistas do tipo Diálogo entre Dois Informantes (D2). As variáveis linguísticas estudadas na pesquisa foram: *traço semântico do sintagma nominal; presença versus ausência de elementos à esquerda do verbo; posição do SN em relação ao verbo; peso do SN; forma verbal; repetição do verbo no mesmo enunciado; concordância entre o verbo e o SN*. Por sua vez, as variáveis sociais controladas foram: *faixa etária e sexo*.

Temos, para este trabalho, algumas premissas para o fenômeno variável em estudo: (i) o verbo *haver* ainda ocorre com frequência superior a 10% no falar culto<sup>2</sup>; (ii) *ter* concentra, frente ao verbo *haver*, a maior frequência de uso entre nossos informantes; (iii) a *faixa etária* (idosos) e o *sexo* (feminino) são as variáveis extralinguísticas que favorecem a permanência de *haver* na amostra de fala analisada; (iv) o *tempo passado* beneficia *haver* em detrimento dos *tempos do presente*; (v) enquanto o *traço semântico* [-humano] favorece *haver*, o *traço semântico* [+humano] privilegia *ter*; (vi) acreditamos ainda que há indícios de uma mudança em progresso no sentido de *ter* estar tomando o lugar *haver* na fala culta dos fortalezenses.

Este artigo está dividido em cinco seções: esta introdução, onde apresentamos o nosso objeto de estudo e sua delimitação, bem como o objetivo

<sup>1</sup> O PORCUFORT será mais bem observado na seção da Metodologia.

<sup>2</sup> Pensamos em 10%, baseando-nos nos estudos sobre verbos existenciais a partir de bancos de dados constituídos na década de 1990, como o PORCUFORT. Esses estudos são baseados nos contemporâneos ao PORCUFORT: 2ª fase do NURC (1990) e VALPB (1993) que obtiveram as frequências iguais ou superiores a 10%. Na próxima seção, abordamos melhor essa questão.

da pesquisa, algumas premissas, a justificativa para a sua realização, além de sinalizarmos o *corpus* e a amostra selecionada; na seção seguinte, fizemos uma breve revisão da literatura já produzida sobre o tema; na terceira seção, delineamos a metodologia da pesquisa na qual detalhamos o *corpus* escolhido, a amostra selecionada, o perfil dos informantes e os procedimentos metodológicos usados na coleta dos dados; na quarta seção, apresentamos e discutimos os resultados obtidos; na quinta seção, tecemos algumas considerações finais.

## **1. Estudos variacionistas sobre os verbos existenciais**

Diversos trabalhos têm sido realizados sobre os verbos existenciais *haver* e *ter*; apresentando, cada um desses, uma valiosa contribuição para a descrição do PB, como os trabalhos descritivos realizados com base em dados retirados de diversos *corpora* de fala culta e popular, a exemplo do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba - VALPB, contemplado por Silva (2001); o Projeto Amostra Linguística do Interior Paulista - ALIP, cujos dados foram analisados por Oliveira (2014); o Projeto Norma Oral Popular de Fortaleza – NORPOFOR, analisado por Souza (2015) e o *corpus* próprio de Vitória (2011, 2012, 2013).

Além desses, vale citar também o *corpus* do Projeto Norma Urbana Oral Culta – NURC que figura como um dos mais significativos para o estudo das variedades cultas do Brasil. Iniciado precisamente no ano de 1969, esse projeto vem sendo desenvolvido desde a década de 1970. Atualmente, o NURC é composto por inquéritos registrados a partir da linguagem oral de falantes com nível de escolaridade superior completo e naturais de cinco grandes cidades brasileiras, a saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre<sup>3</sup>.

O NURC compreende, ainda, entrevistas com informantes que são estratificados por *sexo, faixa etária e tipo de registro*. Importante colocar que, ao longo da década de 1990, outras entrevistas foram realizadas visando à ampliação do *corpus* e o recontato com os informantes, pois, assim, seria possível observar mudanças, em tempo real, como nos estudos de Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003) e Batista (2012).

No que diz respeito ao uso dos verbos existenciais, no tocante ao projeto NURC, os dados foram analisados por Callou e Avelar (2000) que analisaram

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

apenas os dados do Rio de Janeiro; Martins e Callou (2003) que fizeram uma análise dos verbos existenciais com dados das capitais do Rio de Janeiro e Salvador; e Batista (2012) analisando os dados das capitais do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre. Vale ressaltar que todas essas pesquisas são baseadas nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]).

Nossa pesquisa vem somar-se a essas, com o intuito de também contribuir para a compreensão da variação dos verbos *ter* e *haver* com sentido existencial no PB, pois os estudos que analisam o falar culto no Brasil apresentam percentuais mais sensíveis ao uso do verbo *haver*, já que na escrita formal, *haver* é o verbo existencial canônico (COSTA et al., 2011; VITÓRIO, 2013).

A literatura pertinente vem revelar uma tendência apresentada, categoricamente, nos estudos sobre esse fenômeno: o verbo *ter* vem sendo usado em lugar de *haver* na fala culta dos brasileiros, com índices superiores a 70%. Outra tendência revelada por estudos variacionistas com os verbos existenciais é que é possível perceber, nos dados de *corpora* mais antigos, como no caso do NURC em suas amostras de cinco cidades brasileiras, que os dados de *haver* se apresentam mais frequentes do que em dados de *corpora* mais recentes, como o *corpus* de Vitória (2012) com fala culta e popular em Alagoas, ou seja, há uma tendência à mudança em progresso.

Em linhas gerais, os estudos de Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003) e Batista (2012) realizam uma análise em tempo real de curta duração a partir de um estudo em tendência, como propõe Labov (1994), ou seja, as pesquisas tratam-se de uma observação do PB em dois momentos do tempo, fato que dá mais segurança ao pesquisador para falar em mudança linguística.

A esse respeito, vejamos, nos Quadros 1, 2 e 3, a distribuição, mais detalhada, dos respectivos trabalhos e as variáveis que se mostraram relevantes nos mesmos.

NURC (coletas em 1970 e 1990); 1528 ocorrências; apresenta porcentagens e peso relativo.		
Variáveis testadas	Resultados gerais da variação	Resultados das variáveis
<p><b>03 sociais:</b> sexo/gênero; faixa etária e década de gravação; <b>02 linguísticas:</b> tempo verbal e especificidade semântica do argumento interno.</p>	<p><b>Frequências gerais:</b> Haver – 31%; Ter – 69% <b>Década de 1970</b> Haver – 37% Ter – 63% <b>Década de 1990</b> Haver – 24% Ter – 76%</p>	<p>- <b>Tempo verbal</b> – o presente favorece <i>ter</i> (0.60) nas décadas de 1970 e 1990, enquanto o passado favorece <i>haver</i>: (0.91) pretérito perfeito, (0.66) pretérito imperfeito para a década de 1970 e (0.62) pretérito perfeito, (0.55) pretérito imperfeito para a década de 1990; - <b>Especificidade semântica do argumento interno</b> – o traço [-material] favorece o uso de <i>haver</i> e o [+material] promove o uso de <i>ter</i>; - <b>Faixa etária</b> – quanto mais velho o falante, mais favorecedor de <i>haver</i>; - <b>Sexo</b> – na década de 1970 as mulheres usam mais <i>haver</i>.</p>

Quadro 1: Resumo de Callou e Avelar (2000) sobre verbos existenciais.

Callou e Avelar (2000) nos mostram, no quadro 1, que os tempos do passado favorecem o uso de *haver*, assim como o traço [-material] do argumento interno, nos falantes mais idosos e nas mulheres. Os autores chegam à conclusão de que “a manutenção de *haver* no sistema está ameaçada” (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 97, destaque dos autores), pelo uso frequente de *ter* através das décadas analisadas: as frequências sobem de 63% na década de 1970 para 76% na década de 1990.

Seguindo, os resultados de Martins e Callou (2003) seguem um rumo bastante parecido como podemos visualizar no quadro 2.

NURC (coletas em 1970 e 1990); 2036 ocorrências; apresenta porcentagens.		
Variáveis testadas	Resultados gerais da variação	Resultados das variáveis para os dados das duas capitais juntas
<p><b>03 sociais:</b> sexo/gênero; faixa etária e década de gravação;</p> <p><b>02 linguísticas:</b> tempo verbal e especificidade semântica do argumento interno.</p>	<p><b>Frequências gerais:</b>            Haver – 25%            Ter – 75%</p> <p><b>Haver, década 1970</b>            Rio de Janeiro – 37%            Salvador – 24%</p> <p><b>Haver, década 1990</b>            Rio de Janeiro – 26%            Salvador – 14%</p>	<p>- <b>Tempo verbal</b> – o presente favorece <i>ter</i> enquanto o passado favorece <i>haver</i>;</p> <p>- <b>Especificidade semântica do argumento interno</b> – o traço [-material] favorece o uso de <i>haver</i> enquanto que o traço [+material] promove o uso de <i>ter</i>;</p> <p>- <b>Faixa etária</b> – quanto mais velho o falante, mais favorecedor de <i>haver</i>;</p> <p>- <b>Sexo</b> – os homens de faixa etária 3 usam mais <i>haver</i>.</p>

Quadro 2: Resumo de Martins e Callou (2003) sobre verbos existenciais.

Martins e Callou (2003) ao analisarem dados do Rio de Janeiro e Salvador, constatam tendências semelhantes aos dados de Callou e Avelar (2000): o presente promove *ter* enquanto que o passado favorece *haver*. Além disso, o traço [-material] beneficia o uso de *haver* enquanto que o traço [+material] favorece o uso de *ter*. Quanto à faixa etária e ao sexo, quanto mais velho o indivíduo, mais favorecedor de *haver*, sendo que, como diferença entre os dois estudos, nas duas cidades os homens de faixa etária 3 usam mais *haver*, enquanto que em Callou e Avelar (2000) são as mulheres, na década de 1970, que usam mais a variante padrão.

Em conclusão, Martins e Callou (2003) afirmam estar diante de um processo de mudança linguística de *ter* sobre *haver* em estágio mais avançado em Salvador.

No quadro 3, podemos observar a pesquisa de Batista (2012) e seus resultados.

NURC (coletas em 1970 e 1990); 1283 ocorrências; só apresenta porcentagens.		
Variáveis testadas	Resultados gerais da variação	Resultados das variáveis para os dados das três capitais juntas
<p><b>04 sociais:</b> sexo/gênero; faixa etária; década de gravação e cidade;</p> <p><b>02 linguísticas:</b> tempo verbal e natureza semântica do argumento interno.</p>	<p><b>Frequências gerais:</b>                      Haver – 25%                      Ter – 75%</p> <p><b>Haver, década 1970</b>                      Porto Alegre – 31%                      Rio de Janeiro – 37%                      Salvador – 26%</p> <p><b>Haver, década 1990</b>                      Porto Alegre – 22%                      Rio de Janeiro – 24%                      Salvador – 15%</p>	<p>- <b>Faixa etária</b> – a faixa 3 (indivíduos com mais de 50 anos) é a que mais aplica <i>haver</i> nas duas décadas (41% e 32%, respectivamente 1970 e 1990);</p> <p>- <b>Tempo verbal</b> – o pretérito perfeito apresenta as maiores ocorrências de <i>haver</i>;</p> <p>- <b>Natureza semântica do argumento interno</b> – o argumento que acompanha o verbo <i>haver</i> é geralmente [+abstrato] ou [+evento];</p>

Quadro 3: Resumo de Batista (2012) sobre verbos existenciais.

Em Batista (2012), diferentemente dos estudos anteriores, o sexo não foi selecionado como relevante, mas de forma semelhante aos mesmos, a faixa etária 3 aplica mais *haver*, assim como o tempo passado (especialmente o pretérito perfeito) e os traços semânticos [+abstrato] e [+evento]. Em sua conclusão, a autora afirma que “dos anos 70 para os anos 90, o uso de *ter* passa por um aumento, indicando uma possível mudança em curso.” (2012, p. 68, grifo no original).

Em resumo, nos estudos apresentados nos Quadros 1, 2 e 3, podemos ver os seguintes grupos de fatores *tempo verbal*, *faixa etária*, *natureza semântica do argumento interno* e *sexo* selecionados como relevantes para a variação entre *haver* vs. *ter*. Notamos ainda que, no grupo de fatores *tempo verbal*, o *tempo pretérito perfeito* é aliado de *haver*; na variável *faixa etária*, o fator favorecedor é a maior *faixa etária*, falantes com idade acima de 56 anos; quanto aos fatores que tratam do *traço semântico do verbo* (animacidade, natureza do argumento interno), os fatores favorecedores de *haver* são os traços [-humano], [+abstrato], [-animado], [-material] e [+evento]; já, no grupo de fatores *sexo*, também é possível notar que geralmente, as mulheres usam *haver* mais que os homens.

Ressaltamos que em pesquisas de falar popular (SILVA, 2001; VITÓRIO, 2011, 2012, 2013; OLIVEIRA, 2014; SOUZA, 2015), o índice de *haver* é mínimo, pois sabemos que o uso desse verbo está ligado à escolarização do indivíduo, ou seja, é na escola que as crianças aprendem o seu uso (KATO, 1986; AVELAR, 2006a, 2006b), o que nos mostra que quanto mais escolarizado o indivíduo, maior seu domínio sobre o uso do verbo *haver*.

## 2. Metodologia

### 2.1 Corpus e amostra

Como *corpus* desta pesquisa, elegemos o PORCUFORT. Esse banco de dados, constituído por 72 informantes estratificados de acordo com o *sexo*, a *faixa etária* e o *tipo de registro*, foi construído com o objetivo de figurar como um banco de dados da variedade urbana culta falada pelos fortalezenses (ARAÚJO, 2000). Elaborado nos moldes do projeto NURC, o PORCUFORT constitui-se, hoje, como o único *corpus* representativo da norma culta falada em Fortaleza e encontra-se totalmente transcrito e digitalizado. A elaboração do PORCUFORT foi coordenada pelo Prof. Dr. José Lemos Monteiro – Universidade Estadual do Ceará (UECE) – no período de 1993 a 1995, e contou com o auxílio de três bolsistas do Conselho Nacional de Apoio à Pesquisa (CNPq) (ARAÚJO, 2000; ARAÚJO, VIANA, e PEREIRA, 2018).

Todos os informantes do PORCUFORT apresentam as seguintes características: i) são fortalezenses natos, filhos de pais fortalezenses ou pelo menos de mães fortalezenses e pais cearenses; ii) nunca se ausentaram de Fortaleza por, no máximo, dois anos consecutivos; iii) possuem graduação completa e, em sua grande maioria, já estavam inseridos no mercado de trabalho (ARAÚJO, 2000; ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2018).

Quanto à estratificação social, os informantes do PORCUFORT estão organizados de acordo com o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (I - 22 a 35 anos, II - 36 a 55 anos e III - 56 anos em diante) e o tipo de registro (diálogo entre informante e documentador - DID, diálogo entre dois informantes - D2 e elocução formal - EF).

Nossa amostra é constituída por 18 informantes, distribuídos, equitativamente, segundo o sexo e a faixa etária, conforme podemos visualizar no quadro 4.

		Sexo	
		Masculino	Feminino
Faixa etária	I (22-35)	3	3
	II (36-50)	3	3
	III (51 em diante)	3	3

Quadro 4: Distribuição dos informantes por sexo e faixa etária na amostra analisada.

Quanto à divisão de faixas etárias apresentadas, neste estudo, é válido ressaltar que optamos por reorganizá-las diferentemente das faixas originais do projeto, porque desejávamos obter uma distribuição equilibrada dos informantes por célula, pois, observando as faixas etárias do PORCUFORT, a faixa III conteria apenas dois informantes, em razão de esta compor-se de indivíduos com mais de 55 anos. Dessa forma, nossa estratificação passa a ser da seguinte forma: faixa I - 22 a 35 anos; faixa II - 36 a 50 anos e faixa III - 51 anos em diante, apresentando, assim, 03 informantes por célula. No que tange ao tipo de inquérito analisado, decidimos trabalhar apenas com as entrevistas do tipo diálogo entre dois informantes (D2).

## 2.2 Variáveis, coleta e programa estatístico

Nossas variáveis linguísticas foram selecionadas a partir de alguns trabalhos já existentes sobre a variação dos verbos existenciais em outros *corpora*, como os de Silva (2001), Vitória (2012, 2013), Oliveira (2014) e Souza (2015).

Conforme já sinalizamos, os grupos de fatores linguísticos testados, nesta pesquisa, são: traço semântico do sintagma nominal (doravante SN) ([+humano] e [-humano]); presença *versus* ausência de elementos à esquerda do verbo (presença e ausência); posição do SN em relação ao verbo (SN à direita do verbo e SN à esquerda do verbo); peso do SN (SN simples, SN complexo e outros); forma verbal (presente do indicativo, presente do subjuntivo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do pretérito do indicativo, futuro do subjuntivo, infinitivo, gerúndio e particípio); repetição do verbo no mesmo enunciado (sem repetição e com repetição); concordância entre o verbo e o SN (Verbo singular → SN singular, Verbo singular → SN plural e Verbo plural → SN plural).

Já a escolha das variáveis extralinguísticas foi motivada em função do que permitia nosso banco de dados. Assim, decidimos analisar as seguintes variáveis sociais: faixa etária (faixa I de 22 a 35 anos, II de 36 a 50 anos e III acima de 51 anos) e *sexo* (masculino e feminino)<sup>4</sup>.

Os dados deste trabalho foram coletados não só por meio da sua identificação durante a leitura das entrevistas transcritas, com a utilização da ferramenta “localizar” do programa Microsoft Word, mas também através da audição, na íntegra, dos inquéritos selecionados o que garantiu maior confiabilidade à coleta de dados. Coletadas as orações que continham os verbos em questão, codificamos os dados e os submetemos à análise estatística do programa computacional GoldVarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, e SMITH, 2005).

A seguir, apresentamos os resultados obtidos para *haver vs. ter* em sentido existencial.

### 3. Descrição e análise dos dados

Ao todo, encontramos 770 dados, sendo que 73% (562 ocorrências) de *ter* e 16,9% (130 ocorrências) de *haver* e 10,1% (78 de ocorrências) de *existir*. Para uma análise mais criteriosa e por questões de espaço, neste trabalho, nos deteremos apenas na descrição dos dados para a rodada com os verbos *haver vs. ter*, haja vista eles se apresentarem como os mais produtivos da amostra. No entanto, os dados referentes aos verbos *haver vs. existir*, assim como *existir vs. ter*, serão apresentados em trabalhos futuros.

Neste estudo, optamos pela análise binária entre os verbos *haver vs. ter*, com aplicação para o verbo *haver*, que resultou num total de 692 dados, distribuídos da seguinte maneira: 562 ocorrências para *ter* (81%) e as mesmas 130 ocorrências para *haver* (19%), como nos mostra o Gráfico 1.

---

<sup>4</sup> Importante frisar que utilizamos a palavra *sexo* para designar o traço biológico dos informantes, assim como estabelecido no banco de dados.

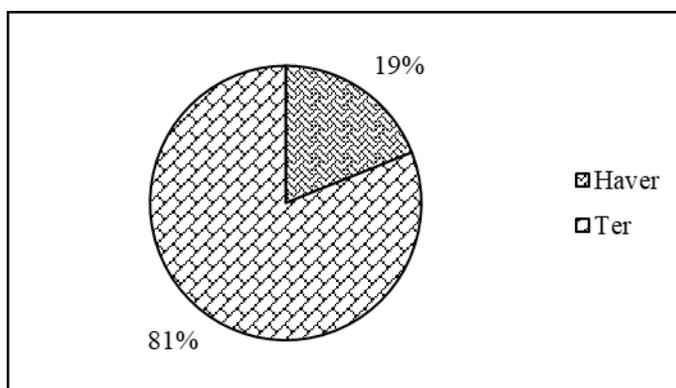


Gráfico 1: Frequências de dados para *haver* e *ter*.

Nessa primeira rodada, obtivemos nocautes (nove dados para o verbo *ter*) no grupo de fatores forma verbal, que foram excluídos de nossos dados: apenas uma ocorrência do particípio com o verbo *ter*; três ocorrências do futuro do pretérito do indicativo também para *ter* e cinco ocorrências do presente do indicativo ainda para o verbo *ter*, ou seja, não houve ocorrências para o verbo *haver* no particípio, assim como no futuro do pretérito do indicativo e presente do indicativo. Dessa forma, nossa análise permaneceu com 683 dados de *haver* e *ter*<sup>5</sup>.

Em sua pesquisa, Batista (2012) encontrou 25% de *haver*; Callou e Avelar (2000) registraram 31% e Martins e Callou (2003), 25%. Todos esses estudos, como já mencionamos, têm, como variáveis relevantes para a aplicação de *haver*, os tempos verbais (passado); especificidade semântica ou natureza interna do SN (mais abstrato, menos material, ou menos animado); sexo (feminino); faixa etária (acima de 50 anos). Percebemos aqui, que nossos resultados vão ao encontro dos resultados dos estudos supracitados, embora com uma porcentagem de *haver* um pouco menor: 19%.

Dito isso, frisamos que, para este estudo, os grupos de fatores selecionados para a aplicação de *haver* foram, por ordem de relevância: forma verbal, traço semântico do SN, faixa etária, sexo, repetição do verbo no mesmo enunciado, posição do SN em relação ao verbo e presença *versus* ausência de elementos à esquerda do verbo. Todavia, as variáveis concordância do SN com o verbo e peso do SN não foram selecionadas para esta análise.

<sup>5</sup> Nessa etapa, o GoldVard X selecionou o *step up* #41 como a melhor análise (*convergente at interaction 7; input 0.132; log likelihood = -259.371; significance = 0.025*).

A seguir, discutiremos os resultados obtidos para cada grupo de fatores selecionado na rodada, assim como tentaremos traçar paralelos, sempre na medida do possível, com as pesquisas já mencionadas sobre o estudo dos verbos existenciais em *corpora* de fala culta. Também ilustraremos, cada um dos fatores linguísticos, com um dado e, no caso de aqueles que apresentarem apenas 05 ocorrências, apresentaremos todos os dados.

### 3.1 Forma verbal

As formas verbais que analisamos foram: presente do indicativo, presente do subjuntivo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do pretérito do indicativo, futuro do subjuntivo, infinitivo, gerúndio e particípio.

Tabela 1: Atuação da variável *forma verbal* sobre o verbo *haver*

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
pretérito perfeito do indicativo	27/34	79,4	<b>0,942</b>
pretérito imperfeito do subjuntivo	3/6	50,0	<b>0,883</b>
Gerúndio	3/9	33,3	<b>0,660</b>
Infinitivo	10/45	22,2	<b>0,582</b>
futuro do subjuntivo	2/11	18,2	<b>0,553</b>
presente do indicativo	73/437	16,7	0,485
pretérito imperfeito do indicativo	12/141	8,5	0,324

Tabela 1: Atuação da variável forma verbal sobre o verbo *haver*.

Vejamos os fragmentos de (1) a (7) que ilustram cada um dos fatores da tabela 1. Destacamos o verbo *haver* em questão.

1. “porque ele SAbe... que *HOUve*... uma... digamos” – (PORCUFORT, D2, 30)
2. “EU ACHO o seguinte se NUM *houvesse* na realidade prova então que a Secretaria” – (PORCUFORT, D2, 16)

“se *tivesse* um sistema de rádio... num... num...” – (PORCUFORT, D2, 45)

“se *houvesse* uma oportunidade da gente fazer...” – (PORCUFORT, D2, 34)

3. “uma... digamos esTÁ *haVENdo*:: um momento desemprego na faixa etária” – (PORCUFORT, D2, 30)

“tá *havendo* hoje enTÃO:: houve uma abertura então qualquer...” – (PORCUFORT, D2, 45)

“dos escândalo tá *havendo* essa separação divergência...” – (PORCUFORT, D2, 45)

4. “é exatamente pra isso pra... *haver* uma massificação de esPORte” – (PORCUFORT, D2, 34)

5. “todos os problema que a gen/ tem... s e *houver* uma... sabe? uma... estrutura...” – (PORCUFORT, D2, 34)

“se *houver* uma... sabe? uma... estrutura...” – (PORCUFORT, D2, 34)

6. “toda vida que *há* corte em investimento... consequentemente *HÁ* desemprego... né?” – (PORCUFORT, D2, 45)

7. “o voto era... manobrado... num *havia*... democracia portanto *NÉ?*.” – (PORCUFORT, D2, 39)

Para essa variável, lembramos que os fatores participípio, presente do subjuntivo e futuro do pretérito apresentaram nocautes e, por isso, foram retirados da análise<sup>6</sup>.

Como apresentado na tabela 1, para o verbo *haver*, o pretérito perfeito do indicativo (0,942) e pretérito imperfeito do subjuntivo (0,883) surgem como os seus maiores aliados, sendo que o gerúndio (0,660), o infinitivo (0,582) e o

<sup>6</sup> Para o *participípio*, encontramos apenas uma ocorrência com o verbo *ter*: “dizem que teve boiCOTE de:: história de orçamento e tal ma/... pode até ter *tido*” – (PORCUFORT, D2, 30); para o *presente do subjuntivo*, encontramos apenas cinco ocorrências apenas, também, com o verbo *ter*: “Como vai demorar um pouquinho que *tenha* ventilador que *tenha* ar condicionado...” – (PORCUFORT, D2, 07); “toMara que num *tenha* ninguém do inte{rior” – (PORCUFORT, D2, 30); “pode ser até que *tenha* CAsa aí que num trate mas” – (PORCUFORT, D2, 30); “ou o trabalho mental ele talvez não *TENha* o intelectual porque até o mental...” – (PORCUFORT, D2, 39); e para o *futuro do pretérito*, apenas 03 ocorrências, também, apenas com *ter*: “{de colégio particular não *teria*” – (PORCUFORT, D2, 07); “e *teria* um incremento e:: e *teria* um incremento de duzentos/ e cinquenta mil” – (PORCUFORT, D2, 45).

futuro do subjuntivo (0,553) também se revelaram favorecedores da regra, mas não tanto quanto os dois primeiros tempos verbais supracitados.

Acreditamos que o motivo de os tempos do passado favorecerem mais o verbo *haver* que o verbo *ter*, se deva ao fato de que os inquiridos de nosso *corpus* abordam temas do passado lembrados e relatados pelos falantes. O relato dessas narrativas passadas foi explorado pelos documentadores, porque deixava o falante mais confortável na entrevista, evitando posicionamentos que poderiam gerar situações de impolidez. Como diz Callou e Avelar (2000, p. 91, grifos do autor), “*haver*, no português oral, tornou-se um verbo típico de narração, modalidade discursiva que privilegia o emprego de tempos do sistema ‘*passado*’”.

Nos estudos de Callou e Avelar (2000), Martins e Callou (2003) e Batista (2012), o tempo passado favorece *haver*, enquanto o presente beneficia *ter*, o que vai ao encontro de nossos achados, aqui. Em Batista (2012), o presente, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo, assim como em nosso estudo, revelaram o mesmo comportamento para os verbos analisados. A nosso ver, esses três estudos denotam que os tempos do passado favorecem a manutenção de *haver*, funcionando este, pelo que nos parece, como um verbo típico de narração.

### 3.2 Traço semântico sintagma nominal (SN)

A respeito das ocorrências para os traços [-humano] e [+humano], apresentamos os excertos de (8) a (14).

1. “ele PAssa dentro da cidade...já *houve* acidente dentro de cidade que...” – (traço semântico [+ humano]) – (PORCUFORT, D2, 45)
2. “ali *havia* alunos de:... eh:: de:... que não tinha o norMAL” – (traço semântico [- humano]) – (PORCUFORT, D2, 33)
3. “que *há* brasileiros que vão... JunTAR dinheiro no...” – (traço semântico [- humano]) – (PORCUFORT, D2, 33)
4. “rezar o ter::ço... {e *Há* ... os libertários que são aqueles que...” – (traço semântico [- humano]) – (PORCUFORT, D2, 33)
5. “por outro lado *há* os conservadores... que são aqueles...” – (traço semântico [- humano]) – (PORCUFORT, D2, 33)
6. “então *havia* pessoas que dormia... de TÃO cansada sabe?” – (traço semântico [- humano]) – (PORCUFORT, D2, 07)

7. “também aí num *havia* razão de /tar ...” (motoqueiros) – (traço semântico [- humano]) – (PORCUFORT, D2, 11)

Nessa variável, analisamos os traços [+humano] e [-humano]. Sobre os resultados obtidos para esse grupo de fatores, vejamos a tabela 2:

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
[-humano]	124/532	23,3	<b>0,591</b>
[+humano]	6/151	4,0	0,214

Tabela 2: Atuação da variável traço semântico do SN sobre o verbo *haver*

Segundo a tabela 2, o traço semântico [-humano] beneficia *haver* (0,591) e o traço [+humano] inibe (0,214) esta variante, sendo que este último fator apresenta apenas 6 ocorrências de um total de 151, como podemos vê-las nos excertos de (9) a (14).

Esse grupo de fatores também tem se mostrado relevante para o estudo dos verbos existenciais, pois, os traços [+abstrato], [-humano], [-genérico], [-material] e [-animado] têm mostrado, na literatura, que privilegiam o uso do verbo *haver* (CALLOU; AVELAR, 2000; MARTINS; CALLOU, 2003; BATISTA, 2012). Esse fato também é abordado em Neves (1996 *apud* CALLOU e AVELAR, 2000, p. 93), em que a autora afirma que a especificidade abstrato se “apresenta como casos prototípicos de verbos-suporte, que constituem estruturas cujo objetivo ocorre sem determinante, não havendo, portanto, referencialidade...”. Em nossa amostra, encontramos o seguinte exemplo em (15):

1. “mas aí não *há* continuidade /tá entendendo?” – (PORCUFORT, D2, 34)

### 3.3 Faixa etária

A terceira variável relevante, neste estudo, a faixa etária, foi, também, bastante significativa para o estudo dos verbos existenciais (CALLOU; AVELAR, 2000; MARTINS; CALLOU, 2003; BATISTA, 2012), assim como essa variável se apresenta de grande importância para os estudos da Sociolinguística Variacionista, por apresentar o delineamento do estágio que uma regra variável pode desempenhar em tempo aparente. A variável faixa etária também nos permite

perceber o grau de distinção do comportamento linguístico entre os falantes jovens, adultos e idosos, sendo assim possível rastrear o curso da mudança (VITÓRIO, 2012). Sobre esse ponto, Paiva e Duarte (2003, p. 14) observam:

O estudo da mudança no tempo aparente está baseado no pressuposto de que diferenças lingüísticas (sic) entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes. O comportamento linguístico de cada geração reflete um estágio da língua, com os grupos etários mais jovens introduzindo novas alternantes que, gradativamente, substituirão aquelas que caracterizam o desempenho linguístico dos falantes de faixas etárias mais avançadas.

Chambers (2002) e Labov (2008 [1972]), observando a variável faixa etária, verificaram que quanto maior a idade dos falantes, maior é a sua tendência de preferirem o uso de formas padrão, em contraponto com os falantes mais jovens. Labov (1996) nos diz que, através da estratificação de uma amostra de comunidade de fala em distintas faixas etárias, pode ser possível detectar a direção de uma mudança em curso. Ainda segundo Labov (1994, p. 72), “as inferências sobre mudança em progresso a partir do tempo aparente não podem ser desprezadas e que este tipo de análise pode ser realizada com proveito quando não há dados de tempo real disponíveis”<sup>7</sup>.

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
a partir de 50 anos	54/208	26,0	<b>0,632</b>
26 a 49 anos	62/304	20,4	<b>0,539</b>
15 a 25 anos	14/171	8,2	0,281

Tabela 3: Atuação da variável *faixa etária* sobre o verbo *haver*

A tabela 3 nos diz, dessa forma, que há indícios de mudança em curso de *ter* sobre *haver*, haja vista os pesos de *haver* apresentarem um aumento de favorecimento da faixa II para a faixa III, enquanto que, de forma contrária, para *ter* os PRs apresentam um decréscimo de favorecimento da faixa etária I para a faixa II e mais ainda para a faixa etária III.

<sup>7</sup> No original: “It appears that the inferences to be drawn about change in progress from apparent time are not negligible, and that this type of analysis can be pursued profitably when no real-time data are available” (LABOV, 1994, p. 72. Tradução nossa).

De acordo com Callou e Avelar (2000) e Martins e Callou (2003), a faixa etária de falantes mais velhos favorece o uso do verbo *haver*. Batista (2012) apresenta as frequências de 41%, na década de 70, e 32%, na década de 90, para o verbo *haver*; no Rio de Janeiro e Salvador, respectivamente.

Em nossa amostra, observando a Tabela 3, essa tendência também se confirma, pois, os mais velhos (pessoas com mais de 50 anos) são os maiores aliados da regra (0,632), enquanto os mais jovens inibem *haver* (0,281), confirmando nossa hipótese inicial, segundo a qual, os idosos favorecem o seu uso. Os adultos (de 26 a 49 anos) também se mostraram aliados do verbo *haver* (0,539), porém não apresentaram um comportamento tão favorável à regra quanto os mais velhos, ficando próximo da neutralidade.

Martins e Callou (2003), analisando as capitais do Rio de Janeiro e de Salvador, afirmam que as estruturas existenciais são constituídas preferencialmente com *ter*, o que apresenta processo de mudança linguística já avançada, principalmente em Salvador.

### 3.4 Sexo

Os resultados apresentados na tabela 4 confirmam nossa premissa inicial com relação ao uso do verbo *haver* por homens e mulheres: o sexo feminino (0,596) privilegia a sua ocorrência, ao passo que o sexo masculino (0,385) inibe o seu uso, como também revelam as pesquisas de Callou e Avelar (2000) e Martins e Callou (2003) e Batista (2012).

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
feminino	47/309	21,9	<b>0,596</b>
masculino	82/374	15,5	0,385

Tabela 4: Atuação da variável *sexo* sobre o verbo *haver*

Os dados de Martins e Callou (2003) apresentam as mulheres como aliadas de *haver*, na década de 1970, enquanto que, na década de 1990, os homens idosos favorecem o uso de *haver*, e afirmam que, embora esses dados para a década de 1990, “são as mulheres que tendem a liderar os processos não-estigmatizados de mudança linguística e que quanto mais jovem o falante, maior a frequência de uso de *ter*.” (MARTINS; CALLOU, 2000, p. 822, grifos dos autores).

### 3.5 Repetição do verbo no mesmo enunciado

Atuação da variável *repetição do verbo no mesmo enunciado* sobre o verbo *haver*

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
com repetição	16/46	34,8	<b>0,769</b>
sem repetição	114/637	17,9	0,478

Tabela 5: Atuação da variável *repetição do verbo no mesmo enunciado* sobre o verbo *haver*

O fator com repetição do verbo no mesmo enunciado, como apresentado na tabela 5, é favorecedor de *haver* (0,769), enquanto que o fator sem repetição o inibe, com peso 0,478. Podemos observar uma ocorrência de cada um desses fatores nos excertos (16) e (17).

1. “quer dizer *há há há* governo que eu já passei por vários...” (governos que que dão muita ênfase à Educação) – (PORCUFORT, D2, 07)
2. “num *houve* interesse da minha parte...” – (PORCUFORT, D2, 16)

As ocorrências em (16) e (17) acontecem numa conversa em que os interlocutores são muito próximos, mas que estão em um momento de gravação. Em (16), a ocorrência com repetição acontece nos minutos iniciais da gravação do inquérito, enquanto que, em (17), a ocorrência sem repetição aparece já no final da gravação.

Acreditamos que essa repetição no diálogo se dá porque o falante está pensando na formulação de sua frase, enquanto mantém o turno da fala, o que deve ser uma forma de manter a conjugação padrão do verbo *haver*, levando em consideração tal variante ser um verbo impessoal que exige atenção na construção da frase.

### 3.6 Posição do SN em relação ao verbo

A posição do SN, com relação ao verbo, ocorre a sua direita ou a sua esquerda. Considera-se que a estrutura prototípica para os verbos existenciais seja o SN à direita do verbo, como assevera Perini (2013, p. 79, grifos do

autor): “*ter* e *haver* são sinônimos, e aparecem tipicamente na construção **de apresentação de existência**, acompanhados de um objeto posposto”. Para as construções existenciais, os verbos *haver* e *ter* se apresentam como impessoais transitivos diretos (LUFT, 2016), o que justifica a necessidade de complemento verbal, ou seja, de um objeto posposto (PERINI, 2013).

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
SN à direita do verbo	125/641	19,5	<b>0,518</b>
SN à esquerda do verbo	5/42	11,9	0,247

Tabela 6: Atuação da variável *posição do SN em relação ao verbo* sobre o verbo *haver*

Dessa forma, o *SN* aparece na grande maioria das construções existenciais com *haver*, à *direita do verbo*, com peso relativo de 0,518, como apresentado na Tabela 6. Mesmo com um peso relativo próximo da neutralidade, acreditamos que isso se deve à grande quantidade de ocorrências de *ter*. De um total de 130 ocorrências para *haver*, apenas 05 estão com *SN* à esquerda do verbo (0,247), ou seja, 3,8% dessas construções de *haver* são atípicas. Vejamos em (18) *SN* à direita do verbo e em (19) a (21) ocorrências do *SN* à esquerda do verbo *haver*, destacadas em itálico.

1. “mas *houve* um melhoramento muito grande...” (PORCUFORT, D2, 07)
2. “ou felizmente num *há* num *há* o infelizmente não... eu num POSSO ir né?” – (PORCUFORT, D2, 39)
3. “tá havendo uma moréia... quer {tem *HÁ:: HÁ::*” – (PORCUFORT, D2, 30)
4. “quer dizer *houve*...” (projetos para a educação) – (PORCUFORT, D2, 30)

### 3.7 Presença *versus* ausência de elementos à esquerda do verbo

O último grupo de fatores selecionado pelo GoldVarb X como relevante para a ocorrência de *haver* apresenta dois fatores: presença ou ausência de elementos à esquerda do verbo. Para a testagem dessa variável, partimos do pressuposto de que as construções existenciais apresentam estruturas com uma

posição à esquerda do verbo, que fica disponível para o preenchimento por diversos elementos. Segundo Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), esse preenchimento não se dá apenas com a presença de sintagmas adverbiais, marcadores discursivos, negação e pronomes relativos na posição pré-verbal, mas também na presença de sintagmas determinantes.

FATORES	Aplic./total	%	P.R.
ausência	74/309	23,9	<b>0,570</b>
presença	56/374	15,0	0,442

Tabela 7: Atuação da variável presença vs. ausência de elementos à esquerda do verbo em relação ao verbo sobre o verbo *haver*

A tabela 7 nos apresenta a ausência de elementos à esquerda do verbo como aliada do verbo *haver* (0,570), ao passo que o fator presença de elementos à esquerda do verbo favorece mais as ocorrências com *ter* (0,442). Vejamos os excertos (22) e (23).

1. “há o trabalho físico também esforço né?” – (PORCUFORT, D2, 39)
2. “EU ACHO o seguinte se NUM *houvesse* na realidade prova então que a Secretaria...” – (PORCUFORT, D2, 16)

Posto isso, os dados do PORCUFORT assemelham-se aos do NURC com relação à variação dos verbos existenciais, sendo as frequências de *haver*, no primeiro, são menores que a do segundo.

## Considerações finais

Neste estudo, pretendemos analisar os condicionamentos linguísticos e sociais que atuam sobre a variação entre os verbos existenciais *haver* vs. *ter* em uma amostra do português oral culto de Fortaleza, a fim de que nossos dados sejam somados à descrição dessa variação no falar brasileiro.

Constatamos que, para esse fenômeno, nossas premissas iniciais foram confirmadas na amostra do PORCUFORT: o verbo *ter* concentra, frente ao verbo *haver*, a maior frequência de uso; a faixa etária (idosos) e o sexo (feminino) são as variáveis extralinguísticas que favorecem a permanência de *haver*;

o tempo (passado) favorece *haver* em detrimento dos demais; assim como o traço semântico [-humano] beneficia *haver*, o traço [+humano] favorece *ter*.

Dessa forma, na variedade culta do falar de Fortaleza, o uso do verbo *haver* chega ainda a 19%. De qualquer forma, as estruturas existenciais no português brasileiro são construídas, em sua grande maioria, com o verbo *ter*, o que já vêm apresentando uma mudança linguística, constatada em nossos dados, com uma possível mudança em progresso. Ademais, inferimos, ainda, que a escolarização é fator primordial para a presença de *haver* no falar fortalezense, pois, a partir do contato com a gramática normativa, os falantes tomam conhecimento do uso do verbo *haver*, como já mencionamos anteriormente.

Nossa pesquisa não se encerra aqui, pois ainda é preciso analisar a variação entre os verbos *existir* vs. *ter* e *existir* vs. *haver*. Faz-se necessário, também, responder a outras questões que surgiram a partir de nossa pesquisa, como as seguintes: i) a disputa dos verbos existenciais é mesmo com o verbo *ter* ou a disputa, na verdade, seria entre os verbos *haver* e *existir*? e ii) quais fatores favorecem a ocorrência, mesmo que pouca, de *existir* na fala fortalezense? Para responder estas questões, vemos a necessidade de realização de estudos futuros que venham a esmiuçar mais esse fenômeno na fala dos fortalezenses.

## Referências

- ARAÚJO, Aluiza Alves de. **A monotongação na norma culta de Fortaleza**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, dissertação de mestrado em Linguística, 2000.
- ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Rakel Beserra de Macedo; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. O projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza – PORCUFORT: das origens aos dias atuais. **Web Revista SOCIODIALETO** [S.l.], v. 8, n. 24, p. 174-198, jun. 2018. Disponível em: <http://sociodialeto.ojs.galoa.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/39>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- ARGOTE, Contador de. **Regras da lingua portugueza**: espelho da latina. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725. Disponível em: [http://purl.pt/10/4/1-601-p\\_PDF/1-601-p\\_PDF\\_24-C-R0150/1-601-p\\_0000\\_1-398\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/10/4/1-601-p_PDF/1-601-p_PDF_24-C-R0150/1-601-p_0000_1-398_t24-C-R0150.pdf). Acesso em: 9 ago. 2017.

- AVELAR, Juanito Ornelas de. Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/em* no português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte: v. 14, n. 2, dez. 2006a p. 99-143, Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2425>>. Acesso em: 28 out. 2014.
- AVELAR, Juanito Ornelas de. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: v. 41, n. 1, 2006b p. 49-77, Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2425>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia Academia das Sciencias, 1882. Disponível em: [http://purl.pt/128/5/1-296-v\\_PDF/1-296-v\\_PDF\\_24-C-R0072/1-296-v\\_0000\\_capa-guardas2\\_t24-C-R0072.pdf](http://purl.pt/128/5/1-296-v_PDF/1-296-v_PDF_24-C-R0072/1-296-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf). Acesso em: 9 ago. 2017.
- BATISTA, Priscila Guimarães. **Ter e haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro Salvador e Porto Alegre**: do social ao linguístico. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Letras Vernáculas, 2012. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/BatistaPG.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- BERLINCK, Rosane de Andrade; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; OLIVEIRA, Marilza de. Predicação. In: KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/284762/mod\\_resource/content/1/GRAMATICA%20DO%20PORTUGU%C3%8AS%20CULTO%20FALADO%20NO%20BRASIL.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/284762/mod_resource/content/1/GRAMATICA%20DO%20PORTUGU%C3%8AS%20CULTO%20FALADO%20NO%20BRASIL.pdf). Acesso em: 11 ago. 2017.
- CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito Ornelas de. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. **Revista Gragoatá**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, n. 9, 2000, p. 85-100,. Disponível em: [http://www.academia.edu/15828109/Sobre\\_TER\\_e\\_HAVER\\_em\\_constru%C3%A7%C3%B5es\\_existenciais\\_varia%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_mudan%C3%A7a\\_no\\_Portugu%C3%AAs\\_do\\_Brasil](http://www.academia.edu/15828109/Sobre_TER_e_HAVER_em_constru%C3%A7%C3%B5es_existenciais_varia%C3%A7%C3%A3o_e_mudan%C3%A7a_no_Portugu%C3%AAs_do_Brasil). Acesso em: 2 nov. 2016.

- CHAMBERS, J. Patterns of variation including change. In: CHAMBERS, J.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Org.). **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford UK: Blackwell Publishing Ltd, p. 349-372, 2002.
- COSTA, Alessandra de Azevedo; PINTO, Daglécia dos Santos; SOUZA, Gisélia Evangelista; REIS, Josenilto Andrade; BIZERRA, Priscila Reis Brito. Verbos existenciais: ter/haver. **ReVEL** – Revista Virtual de Estudos da Linguagem. Dourados: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_17\\_verbos\\_existenciais.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_verbos_existenciais.pdf). Acesso em: 2 ago. 2017.
- CUNHA, Celso F. da; CINTRA, Luís Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, William. **The social stratification of English in the New York City**. Washington. DC: Centar for Applied Linguistics, 1996.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Backwell Publishers, 1994
- LOBATO, Antonio José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua Portugueza**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770. Disponível em: [http://purl.pt/196/4/clul-r-116\\_PDF/clul-r-116\\_PDF\\_24-C-R0072/clul-r-116\\_0000\\_guardas1-guardas2\\_t24-C-R0072.pdf](http://purl.pt/196/4/clul-r-116_PDF/clul-r-116_PDF_24-C-R0072/clul-r-116_0000_guardas1-guardas2_t24-C-R0072.pdf). Acesso em: 9 ago. 2017.
- LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2016.
- MARTINS, Luciene; CALLOU, Dinah. Mudança em tempo aparente e em tempo real: construções *ter/haver* existenciais. In: **Anais Eletrônicos do Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**. Curitiba: Mídia Curitibaana, p. 820-825, 2003. Disponível em: <http://celsul.org.br/Encontros/05/pdf/114.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- OLIVEIRA, Carolina Sartori de Oliveira. **A variação entre ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita da variedade riopretense**. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista, dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos, 2014. 144 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122109>. Acesso em: 10 jun. 2017.

- PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (orgs.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. 1. ed. 1. Reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- SAMPAIO, Maria Lúcia Pinheiro. **Estudo diacrônico dos verbos TER e HAVER: duas formas em concorrência**. Assis: Nigro, 1978. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/159053795/Estudo-Diacronico-Dos-Verbos-TER-e-HAVER-Maria-Lucia-Pinheiro-Sampaio>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. University of Toronto, Department of Linguistics, 2005. Software. Disponível em: [http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV\\_index.htm#ref](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref). Acesso em: 10 jun. 2017.
- SILVA, Rosângela Neres Araújo da. **Variação ter/haver na fala pessoense**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, dissertação de mestrado em Letras, 2001. 106 f
- SOUZA, Francisco Ferreira de. **Tem chance de haver ainda existir no falar popular?: a variação dos verbos existenciais em amostra do NORPOFOR**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, dissertação de mestrado em Linguística Aplicada, –2015, 105 f. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Francisco%20F.%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. **Construções existenciais com os verbos ter e haver na fala e na escrita: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutorado júnior em Letras Vernáculas, – 2013, 26 f.
- VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. **Ter/haver existenciais na fala alagoana: variação estável ou mudança em progresso**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, tese de doutorado em Linguística, 2012, 152f.

- VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. A alternância ter/haver existenciais na fala maceioense. **Revista Interdisciplinar**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe - UFS, ano 6, v. 14, 2011, p. 77-85, Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1067/905>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em 15 de junho de 2018.

Aceito em 1 de outubro de 2018.

ESCRITA E SEMIOLOGIA  
WRITING AND SEMIOLOGY

Raquel Basílio  
Universidade Federal da Paraíba  
raquel.basilio@gmail.com

RESUMO:

A relação entre Semiologia e Escrita apresenta uma reflexão necessária sobre os processos de atualização da linguagem por meio da incessante produção de sentido. A fim de preencher a lacuna bibliográfica sobre a escrita do ponto de vista sistêmico no seio das recentes pesquisas sobre a linguagem, recorreremos aos escritos de F. de Saussure (1879-1916) publicados por J. Starobinski (1971). A construção dos dados de análise ocorreu por meio da delimitação dos documentos essenciais ao tema dentro do quadro teórico/filosófico saussuriano. Os documentos analisados neste artigo apontam, inicialmente, para o componente anagramático como um modo de compreender a escrita como sistemas semiológicos produtores de significação.

PALAVRAS-CHAVE: semiologia; anagramas; escrita; texto.

ABSTRACT:

The relation between Semiology and Writing presents a necessary reflection about the updating processes of language by means of the incessant production of meaning. In order to fill the bibliographic gap about the writing under the systemic point of view within the most recent researches about the language, we resort to the pieces of written work of F. de Saussure (1879-1916) published by J. Starobinski (1971). The construction of the analysis data happened through the delimitation of essential documents to the theme within the theoretical/philosophical saussurian picture. The analysed documents in this article points out, initially, to the anagrammatic component as a way to understand the writing as semiological systems which produce meaning.

KEYWORDS: semiology; anagrams; writing; text.

## Inicialmente, os papéis e o recorte

“Mas o que é a língua separada do discurso?” (SAUSSURE, 1096-1909/1974, p. 12). Questões dessa ordem levam Saussure a desenvolver uma série de pesquisas e indagações apresentadas de forma concisa e lacunar em seus famosos três cursos ministrados em Genebra que serviram de ponto de partida para a edição de 1916 do *Curso de Linguística Geral* (doravante CLG).

O trabalho inaugural realizado por Robert Godel, *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de Ferdinand Saussure* (1956), abriu portas para a pesquisa do *corpus*<sup>1</sup> saussuriano imprimindo outro modo de ler a reflexão do professor (KIM, Sung-Do, 2008, p. 23-42). Diversos trabalhos realizados consolidam as (re)leituras que se seguiram aos esforços de Godel. Podemos citar, dentre tantos, a edição de Simon Bouquet e Rudolf Engler (doravante ELG) como um marco destes estudos que constantemente revestem de um novo valor o pensamento saussuriano, diverso do valor elaborado pelo Estruturalismo que nasceu tendo como base o CLG.

O conjunto dos documentos relacionados ao pensamento de Saussure, - a saber, cartas, cadernos, anotações avulsas, rascunhos, projetos para artigos e livros, entre tantos outros -, apresentam, para além da figura do professor, um pesquisador inquieto e voraz, interessado em diferentes aspectos da linguagem humana, como a escrita poética, como veremos adiante. Tais documentos nos deixam diversas indagações, como por exemplo: Qual é o desdobramento da teoria/filosofia saussuriana para os estudos sobre a linguagem? A qual noção de textualidade podemos nos referir quando tratamos do texto escrito a partir da Semiologia?

Iniciaremos nossa reflexão sobre semiologia e escrita abordando os textos publicados por Jean Starobinski em 1971, com o título *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure* (doravante ANAGRAMAS), referente ao estudo de textos literários classificados por R. Godel e arquivados na Biblioteca Pública de Genebra. Juntos, somam mais de uma centena de

---

<sup>1</sup> Segundo Rossitza Kyheng, em seu artigo intitulado *Principes Méthologiques de constitution et d'exploitation du corpus saussurien*, "corpus saussuriano" significa todos os textos de Ferdinand de Saussure (livros, artigos, notas, rascunhos, aulas, cartas, etc.), e nada mais que os textos que o autor é legítimo é Saussure. Enquanto a coleção saussuriana de documentos historicamente ligados à personalidade de Saussure, trata-se de um arquivo aberto que continuamente recebe textos de vários autores: os textos de Saussure, mas o texto do Curso de Linguística Geral e Bally Sechehaye, lembranças, cartas para Saussure, documentos de trabalhos identificados como pertencentes a outros autores, notas sobre a entonação da Lituânia, etc (KYHENG,2007)

cadernos e folhas preenchidos com exercícios de leitura dos versos latinos (ANAGRAMAS, p.7-9). Partimos do pressuposto de que tais estudos tinham o objetivo de compreender um pouco mais sobre a natureza dos sistemas semiológicos e revelam, até certo ponto, os princípios e o funcionamento do sistema de escrita<sup>2</sup>, particularmente da poesia latina.

## 1. Semiologia, o ângulo da dobradura

Aparentemente, Saussure passou os três cursos que deram forma à edição de 1916 se esforçando a conceder à jovem Linguística um aparato científico que incluía as questões primordiais das unidades e da natureza e do objeto (SOFIA, 2017, p. 179). Responder a estas questões permitiriam a realização do “corte epistemológico” ao qual Dosse se refere em sua pesquisa sobre o Estruturalismo como gesto essencial para o estabelecimento da Linguística como Ciência piloto do momento Estruturalista da história da ciência (BOUQUET, 2007, p. 81-88, 101-103). Porém, o próprio Saussure (ANAGRAMAS p. 11), ao que parece, não estava plenamente convencido de ter feito um trabalho completo, pois suas pesquisas sempre apontavam para a impossibilidade da nova ciência atender plenamente aos requisitos científicos das ciências naturais, modelo de cientificidade da época. (BACON, 2014 [1620]; POPPER 2007 [1934]; BOURDIEU, 1983, 2002, 2004; BASÍLIO, PEREIRA, MENEZES, 2016).

Por exemplo, o esforço feito em torno da definição das unidades da língua. O fato de os valores, produto do funcionamento linguístico da ordem do sentido e da significação, serem atualizados num fluxo constante, torna difícil delimitar qualquer unidade estável ou fixa, como o modelo científico das ciências naturais supõe. Desse modo, a questão que deveria ocupar grande parte dos trabalhos de Saussure não se restringia à unidade do objeto científico, mas de igual modo, à sua natureza (diferencial e negativa) e seu funcionamento (mecanismo de atualização) (CLG, p.119-129). Dessa forma, ao perguntar-se “o que é a língua separada do discurso?”, Saussure aponta para outro lugar científico: a Semiologia.

Saussure desenha uma nova ciência que poderia responder às questões epistemológicas inerentes às suas pesquisas sobre a linguagem. Para ele, os movimentos de produção de sentido, não permitem a abordagem científica

---

<sup>2</sup> A expressão *sistema de escrita* utilizada neste artigo refere-se ao funcionamento da escrita como sistema semiológico produtor sentidos, semelhante ao sistema da língua (ELG, p. 48).

conhecida. Perceber isso o leva a desenvolver outro paradigma científico que atenderia à complexidade do objeto.

A importância desse fato foi amplamente discutida pelo professor no artigo sobre *Whitney*, nas notas para um livro sobre Linguística geral, por exemplo (ELG, p. 259-266). Nestes textos, Saussure desenvolve seu projeto de uma ciência que permitiria compreender o funcionamento de todos os sistemas de significação que permitem/produzem a interação social (BRONCKART, BOTA, 2014c). A Semiologia, portanto, é a uma ciência transdisciplinar (CLG, p. 24; MOITA-LOPES, 1998) que apresenta:

- Sistemas de significação que possuem um princípio organizador baseado em dualidades: sincronia/ diacronia (tempo); mutabilidade/imutabilidade (transformação); semelhança/diferença (valor); individual/social (interação); significado/significante (signo) (CLG, p. 79, 85-89, 94-114).
- Sistemas que funcionam segundo leis ou princípios estáveis: o princípio da arbitrariedade dos signos, o princípio da negatividade dos signos e o princípio da linearidade dos significantes (CLG, p. 81-84; ELG, p. 65, 66)
- Sistemas ativos e produtivos cujas as atividades são organizadas no tempo e no espaço (CLG, p. 94-114, 205- 206, 221-254);
- Sistemas de significação que produzem sentidos a partir da (re)elaboração dos valores (CLG, p. 142-145, 148-152, 187-197).

O principal sistema semiológico a ser compreendido, segundo a visão de Saussure, é o sistema de língua. Isso decorre do fato que, diferente de outros sistemas, signos linguísticos são radicalmente arbitrários (CLG, p. 83), ou seja, em sua raiz não há motivações que não sejam do próprio sistema e permitidas pelo seu próprio funcionamento à imagem de um algoritmo (CLG, p. 152-155). Suas unidades se definem reciprocamente num movimento relacional. Um valor é a diferença resultante da soma de todos os demais valores do sistema, um valor é o que os outros não são (CLG, p. 129, 141; BOUQUET, 2000, p. 266). Esse princípio é a base ou o núcleo de todos os sistemas semiológicos já que é uma característica das unidades do sistema, os signos. O grau do arbitrário irá variar de sistema para sistema, incluindo os símbolos; e de contexto interacional em contexto interacional, incluindo o arbitrário relativo e o absoluto (ELG; p. 132; CLG; p. 152; ANAGRAMAS, p. 42, 105).

A primeira consequência do princípio da arbitrariedade dos signos semiológicos pode ser lida em uma longa nota em que Saussure escreve sobre a essência dupla da linguagem. Nela ele escreve os pares social/individual, diacronia/ sincronia e em que medida as dualidades estão ancoradas no princípio da arbitrariedade dos signos (ELG, p. 258). Resumidamente, Saussure afirma nesta nota que os signos, por serem arbitrários, não possuem a tarefa de nomear o real e, exatamente por isso, os significantes podem vir a significar outra coisa, dando vida aos sistemas semiológicos por meio da negatividade/diferença (ELG, p. 21-80). Segundo Giuseppe D’Ottavi, Saussure se inspirou na teoria da *apoha*, teoria linguístico-epistemológica desenvolvida no quadro do budismo indiano. O autor esclarece: “enquanto as correntes bramânicas tradicionais ensinam que as palavras se encontram numa relação direta (...) com o real, para os lógicos budistas, a essência da significação tem um caráter negativo, e as palavras não têm e nem podem ser vinculadas com os estados ou os objetos do mundo” (D’OTTAVI, 2014, p. 205, 206).

A segunda consequência importante é que, por serem arbitrário, os signos podem produzir sentidos quando imersos nos processos de interação<sup>3</sup>. O grau de consciência ou intenção existente nesses processos nunca é pleno ou absoluto, nos termos de Saussure, “escapa” (CLG, p. 25, 85, 105; ELG, p. 142). Escapar permite o deslizamento significante próprio da atividade discursiva. Sem isso, a língua não possui vida, ficando, pois, condenada à imobilidade.

O movimento dos signos no sistema, seu deslizar, está vinculado ao princípio da linearidade dos significantes que diz que “os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após outro; forma uma cadeia” (CLG, p. 84). O modo como os signos se apresentam em sua interação com os demais signos é linear, uma sucessão no tempo. Este princípio é apresentado no CLG, delimitando a imagem acústica. Porém, ele parece ter papel semelhante nos signos gráficos, como no caso aqui estudado da poesia latina, e também, supomos, em todas as espécies de sintagmas. Na verdade, a amplitude e a importância de sua aplicação aos demais signos/símbolos dos diversos sistemas semiológicos ainda precisa ser devidamente investigada.

Diferente de autores como S. Bouquet (2000), por exemplo, acreditamos que todas as pesquisas realizadas por Saussure estão interligadas pelo ponto de vista semiológico, que, semelhante a um mecanismo coesivo, permite a leitura da fragmentada filosofia/teoria saussuriana de forma integral, abandonando as

---

<sup>3</sup> Sobre os níveis de interação na filosofia/teoria saussuriana ler os trabalhos desenvolvidos por Bronckart sobre o signo linguístico (2003, 2010, 2014a, 2014b).

tradicionais divisões em torno dos seus documentos. Torna-se imprescindível, portanto, o aprofundamento do conhecimento sobre a natureza semiológica dos signos para o estudo da linguagem.

## 2. A primeira dobradura: língua é um sistema de valores puros

“A língua constitui um sistema de valores puros” (CLG, p. 95). Com esta única frase Saussure declara sua teoria/filosofia da linguagem em termos semiológicos, ou seja, a frase apresenta uma descrição da *natureza*, dos *princípios gerais* e do *funcionamento* das línguas naturais, resultante do estudo e de “observações sobre o conjunto das línguas, através do tempo e do espaço” (ELG, p. 265).

Analisemos um pouco os desdobramentos da frase *a língua é um sistema de valores puros*.

O termo *sistema* pertencera ao fundo conceitual da Linguística da época e estava no título de obras como *Ueber das Konjugationssystem* (1816), de Bopp. Além disso, o termo *sistema* também é encontrado na obra *La Vie du langage* (1875), quando Whitney fala do “sistema das vogais” da língua inglesa, e no título do famoso *Mémoire sur le système des voyelles* (1878) de Ferdinand de Saussure. Porém, o uso que Saussure faz do termo é reelaborado e ganha outro valor. Ele apresenta um modelo de sistema organizado em dualidades e que tem como traço identitário a negatividade e a diferença (COURSIL; 2016).

O sistema é um modo de organização da atividade de (re)elaboração de valores no tempo e nos espaços sociais e geográficos (CLG; p. 125; 221-226; ELG; p. 264, 265). O modo de organização do sistema é realizado por meio do tempo estruturado em dois eixos: eixo diacrônico, por acumulação, e eixo sincrônico, por sucessão (CHOI, 2002). O processo de (re)elaboração dos valores é a atividade principal dos sistemas. Seu produto final é o sentido, ou melhor, os sentidos possíveis em cada interação de linguagem mediada pelos signos. É nesse ponto que a língua é discurso, já que a “língua, simples repertório de conceitos isolados, separada do discurso (da fala) é uma abstração” (ANAGRAMAS, p. 12).

O termo *valor*<sup>4</sup>, comum nas ciências matemáticas e nos estudos sobre economia, é revestido de uma acepção ligada ao funcionamento sistêmico. Se-

---

<sup>4</sup> A brevidade deste artigo não nos permite discutir de modo apropriado a influência da Semântica de Michel Bréal na teoria do valor saussuriana (BRÉAL, 1897/1992).

gundo Bouquet, em meados do século XVII surgiu na França os dicionários de sinônimos. Esses dicionários eram organizados baseados na ideia de que não há sinônimos absolutos. Eles se concentravam não na definição das palavras, mas no uso que a comunidade linguística fazia delas. Saussure faz uso de exemplos de um dos dicionários de sinônimos de sua época, mais especificamente da lista encontrada no dicionário do abade Girard para exemplificar sua teoria do valor linguístico (CLG, p. 135; BOUQUET, 2000, p. 185, nota).

A escolha dos exemplos feita por Saussure revela um pouco sobre o conceito do termo *valor*, como usado por ele, em uma vinculação necessária ao termo *sistema*. Saussure tinha em mente que os signos, união do significante e do significado, podiam se revestir de um valor que alteraria sua significação inicial, não de modo radical e permanente, mas de forma contínua no (1) tempo sincrônico e nos espaços sociais que resultaria em transformações perceptíveis no (2) tempo diacrônico e nos espaços geográficos (CLG, p. 136, p. 199-201). Cada intersecção entre os eixos temporais e os espaços resultaria em um modo específico de (re)elaborar os valores.

Por exemplo, partindo da intersecção entre o eixo sincrônico e os espaços sociais, a palavra *trabalho*, em nossa língua, pode vir a ser usada para significar no mínimo três valores associados entre si pela memória de um significado semelhante e ativada por um significante (CLG, p.150; ANAGRAMAS, p. 15): (1) a ocupação profissional de uma pessoa; (2) um dado esforço ou a labuta durante um processo ou experiência; e também (3) o produto final de um projeto ou obra. As diferenças delimitam ideias próximas, ou, dito de outra forma, os valores delimitam-se reciprocamente e formam um sistema de valores marcados pela semelhança (traços de permanência) e diferenças (traços de mudança). Sobre os sistemas de valores lemos:

Todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos: 1° por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; 2° por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa (CLG, p. 134, grifos do autor). Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores* (ELG, p. 30, grifos do autor).

O fato de os valores existirem sempre em relação aos demais que formam o sistema, como dito na citação acima, é próprio da sua natureza negativa e

diferencial. Não há valores positivos, mas valores que existem apenas em relação aos demais valores que formam o sistema. Sobre o emprego do plural em sânscrito e em francês Saussure afirma: “seu valor, pois, depende do que está fora e em redor deles” (CLG, p. 134, 135). Isso decorre do princípio da arbitrariedade que atua em seu mais alto grau no sistema linguístico produzindo valores, ou seja, sem relação com a materialidade, mesmo uma materialidade conceitual que possa limitar a constante produção de valores. Desse modo, os valores são *puros* devido a intensidade em que o princípio da arbitrariedade atua nos signos permitindo que estes possam continuar como identidades significantes capazes de vir a significar continuamente, no constante processo de atualização discursiva da linguagem (CLG, p. 135). Podemos ler: “Quando se chega, em terceiro lugar, às ciências que se ocupam, não mais do valor que tem raiz nas coisas, mas de valor *arbitrariamente fixável* (semiologia) = signo arbitrariamente fixável (linguística)” (ELG, p. 287, grifos do autor). Ainda, sobre o princípio da arbitrariedade e os sistemas de escrita Saussure escreve:

Mas a linguagem e a escritura não são BASEADAS numa relação natural das coisas. Não há relação alguma, em momento algum, entre um certo som sibilante e a forma da letra S e, do mesmo modo, não é mais difícil a palavra cow do que a palavra vacca para designar uma vaca” (ELG, 2002, p.181).

Os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras. [...]. Como o signo gráfico é arbitrário, sua forma importa pouco, ou melhor, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema (CLG, p. 139).

Fatores como o material simbólico, o modo de significação e o traço de materialidade (simbólica ou não-simbólica), implicam mudança no grau de arbitrariedade de cada sistema semiológico. Supomos, portanto, que essa diferença altera de forma significativa a constante produção de valores nos sistemas de escrita, já que esta depende diretamente da arbitrariedade dos signos (CLG, p. 35).

Resumindo, como observamos, a *natureza* negativa e diferencial dos sistemas está baseada no *princípio* da arbitrariedade de suas unidades. A *função* primeira dos sistemas semiológicos é a (re)elaboração de valores, que são, por natureza, forjados pela negatividade e diferença, pois, “considerada de qualquer ponto de vista, a língua não consiste de um conjunto de valores *positivos* e *absolutos*, mas de um conjunto de valores negativos ou de valores relativos

que só têm existência pelo fato de sua oposição” (ELG, p. 71, grifos do autor). Ainda, sobre a constante (re)elaboração de valores observamos:

A cada signo existente vem, então, SE INTEGRAR, se pós-elaborar, um valor determinado [...], que só é determinado pelo conjunto de signos presentes ou ausentes no mesmo momento; e, como o número e o aspecto recíproco e relativo desses signos mudam a cada momento, de uma maneira infinita, o resultado dessa atividade, para cada signo, e para o conjunto, muda também a cada momento, numa medida não calculável (ELG, p. 80).

Saussure se refere a um conjunto de signos presentes e ausentes capazes de determinar o valor de um signo em um dado momento. Tal determinação é volátil já que o “resultado dessa atividade”, ou funcionamento, está em mudança contínua. Toda variação/mudança ocorre dentro de certos limites, o que impede que a língua se transforme de modo radical, afetando a comunicação. Lemos na edição de 1916:

A propagação dos fatos de língua está sujeita às mesmas leis que regem qualquer outro costume, a moda, por exemplo. Em toda massa humana, duas forças agem sem cessar simultaneamente e em sentidos contrários: de um lado, o espírito particularista, o “espírito de campanário”; de outro, a força de intercurso, que cria as comunicações entre os homens (CLG, p. 238).

Desse modo, o *funcionamento* do sistema linguístico é descrito de modo a conservar o frágil equilíbrio entre permanência, mudança e variação na constante (re)elaboração de valores. Ao escrever sobre as modificações históricas da lenda o pesquisador as descreve como uma “vontade de permanecer de outro modo na tradição” (ANAGRAMAS, p. 15).

A atividade sistêmica, seu funcionamento, ocorre por meio das relações sintagmáticas e das relações associativas. A atividade dos signos em cada uma das relações ocorre de modo a conservar a (re)elaboração de valores. As relações sintagmáticas organizam a atividade dos signos na linearidade que o tempo impõe aos significantes. São construídas na presença, por meio das relações de contiguidade estabelecida entre os signos. Elas funcionam como um estofo que barra as incalculáveis possibilidades de combinação entre os valores (CLG, p. 142). A existência desta “linha”, o sintagma, denuncia a existência de apensos, relações associativas em que a atividade dos signos é organizada

na ausência. Em cada unidade do sintagma, podemos encontrar uma ou mais coordenações associativas construídas na ausência. As relações associativas são supostas ou percebidas apenas pelo elo de ligação com o sintagma que lhe serve de estofo, simultaneamente os valores existentes na ausência alimentam, insuflam e determinam o sintagma (CLG, p.148-152).

Na pesquisa com o texto escrito Saussure supõe certo modo de funcionamento similar ao descrito para o sistema de língua baseado na observação das línguas naturais. Porém, como veremos adiante, as anotações do pesquisador deixam questões abertas, como por exemplo: Como atua o princípio da arbitrariedade nos sistemas de escrita? Qual(is) o(s) modo(s) de (re)elaboração de valores nos textos escritos? Os anagramas são um modo de funcionamento de qualquer sistema de escrita ou apenas do texto poético/literário?

### 3. Escrita e o componente anagramático dos textos

A escolha dos documentos que serviram de base para a nossa reflexão não foi uma escolha fortuita, mas ocorreu em razão da pesquisa dos anagramas explorarem o tema de um modo específico, já que partem da escrita literária, permitindo-nos entrever, de um ângulo privilegiado, a reflexão saussuriana acerca da especificidade da escrita e dos textos a partir de esquemas formais ou poéticos dos significantes e dos processos de simbolização que ocorrem na operação anagramática.

Não estamos afirmando, no entanto, que Saussure tinha a intenção de escrever uma teoria sobre os sistemas de escrita ou de desenvolver um método de análise textual, nem tampouco que os exercícios de versificação são um método de análise literária. A princípio, todas as questões levantadas nesses documentos estão ligadas ao texto literário e apenas poucos textos em prosa (ANAGRAMAS, p. 12, 78, 79). As implicações para o sistema de linguagem desta pesquisa são nosso foco de estudo. Portanto, assumimos que as leis e princípios encontrados por Saussure nos textos latinos permitem compreender a relação entre linguagem, escrita e textualidade (RASTIER, 2005, 2014).

Partir dos textos referentes à pesquisa com os anagramas para realizar uma leitura global da filosofia/teoria saussuriana é possível quando constatamos que as dezenas de cadernos preenchidos com exercícios de leitura dos versos latinos (1906 a 1909) são estudos contemporâneos aos estudos dos *Niebelugen* que se estenderam até 1911 e aos três cursos ministrados em Genebra (1906-1910)

que deram origem ao CLG. Ao mesmo tempo, todas as pesquisas e estudos do professor possuem uma harmonia interna que nos obriga a traçar paralelos entre os diferentes documentos. Por exemplo, sobre os paralelos entre as diferentes pesquisas podemos observar que o termo *discurso* assemelha-se aos termos: (1) *língua* em diferentes contextos de uso que determinam de algum modo o espaço social da comunicação por meio das relações sintagmáticas, na linearidade do significante; (2) *fala*, entendida como realização concreta do sistema de língua através dos mecanismos de produção de sentido, as relações sintagmáticas e as relações associativas. Por razões desta ordem, acreditamos que é possível observarmos, por meio dos anagramas, leis ou princípios gerais de funcionamento que são comuns a todos os sistemas semiológicos, em especial os sistemas de escrita e os textos (ANAGRAMAS, p. 12, 18, 34, 35, 81, 85, 95).

Entendemos que nos cadernos de leitura do texto latino, Saussure desenvolve uma teoria sobre a produção do texto poético em língua latina. Sua teoria está baseada em um componente organizador que ele chamou de *anagrama*, *hipograma*, *paragrama*, *logograma*. A terminologia usada sofre algumas variações no decorrer do trabalho com o objetivo de recobrir com maior precisão as especificidades do material encontrado (ANAGRAMAS, p. 21-25). Falaremos apenas do termo *anagrama* para nos referir ao componente organizador do texto.

O termo *anagrama*, desse modo, refere-se à repetição de certos grupos de fonemas dentro de um verso. Saussure descobre que essas repetições revelam a existência de uma palavra ou uma sequência de palavras que não aparecem na superfície do verso, mas que surgem por baixo do texto. Saussure chamou a atenção para como o quadro fonético dessa palavra ausente do texto, de algum modo, parecia organizar todas as ocorrências da sequência fônica espalhada ao longo do texto, como uma espécie de programação (ANAGRAMAS, p. 37-40). Às vezes, o anagrama redobra uma palavra presente no texto da superfície. Às vezes define o tema poético no qual a passagem é construída. Às vezes o tema da palavra está latente (ANAGRAMAS, p. 47-55, 57-73). Saussure resume: “Este nome, que não é pronunciado no texto, torna-se o tema de uma cadeia ininterrupta de anagramas – mas que é construída de uma maneira particularmente clara” (ANAGRAMAS, p. 39).

Os *anagramas* são apropriadamente definidos como *palavra-tema* do discurso poético (ANAGRAMAS, p. 18, 34, 40). A palavra-tema existe na ausência e é a base ou o modo de produção do verso, o algoritmo do sistema. Saussure afirma:

[...] em um tal sistema não se pode falar dos anagramas como de um jogo acessório da versificação, eles se tornam a base, quer o versificador queira quer não [...] fazer versos com anagrama é, forçosamente, fazer versos segundo o anagrama sob o domínio do anagrama (ANAGRAMAS, p. 23).

De que modo o *anagrama* exerce domínio? A palavra-tema que está em apenso sob os versos, antecede e guia o produtor/leitor textual (CLG, p. 150). Como Saussure explica, ela se apresenta na repetição de elementos fônicos presentes no texto e não em uma palavra antecedente estranha ao próprio discurso. Como, por exemplo, no estudo do canto II da *Eneida*, Saussure destaca que nos versos 268 e 297 a palavra-tema é H-e-i-t-o-r surge nos versos como motivo ou tema condutor da criação poética (ANAGRAMAS, p. 40, 92-95, 102). A palavra-tema é produtora das combinações específicas que permitem cada sistema de versos particular, mecanismo gerador do próprio discurso poético, podendo em um texto ser possível observar sistemas de anagramas que cooperam para produção de sentido do texto escrito (ANAGRAMAS, P. 33-40; 75-77).

O anagrama é descrito como uma operação de natureza dupla. (ANAGRAMAS, p.132). Poder ser dobrado em dois resulta numa identidade singular, ou seja, numa identidade semiológica, onde a dobradura final revela a identidade única, ímpar do verso. O movimento de desdobrar-se de uma sílaba poética para outra, de um verso para outro, de um texto para outro, revela um deslizamento contínuo pela via da alteridade que é o próprio funcionamento discursivo e da linearidade dos significantes, nas palavras de Saussure, “o fio das sílabas” (ANAGRAMAS, p. 95).

Ao explicar os movimentos ou o funcionamento do texto, Saussure fala de duas leis correlacionadas: a lei do acoplamento silábico e a lei de compensação do verso. A lei geral de acoplamento silábico indica que o número final de sílabas do verso é sempre um número par devido ao acoplamento das sílabas. Por sua vez, a lei de compensação do verso garante que o cálculo final resulte em um número par, pois um verso se apoia no verso seguinte, impedindo que o resultado final seja ímpar. De fato, a lei da compensação declara que o verso anterior é autenticado pelo seguinte (ANAGRAMAS, p. 26; LACAN, 1998, p. 505-506; LACAN, 1999, p. 527, 528). Em carta datada de 14 de julho de 1906 Saussure explica:

[...] se há um resíduo irreduzível qualquer, quer nas vogais, o que acontece necessariamente se o número das sílabas do verso for ímpar; [...] vemo-lo então reaparecer no verso seguinte como novo resíduo correspondente à sobrecarga do precedente (ANAGRAMAS, p. 18).

Uma sílaba está, desde que surge, ligada a outra que ainda há de vir, implicando “forçosamente um resto, que a vogal que permanece isolada seja compensada no verso seguinte” (ANAGRAMAS, p. 19). Do mesmo modo, um verso só está completo por meio do verso seguinte, gerando uma cadeia de sucessão, semelhante a uma linha (linearidade), em que o texto está apenas à espera do seguinte, mas é gerado por um texto ainda ausente de modo semelhante ao funcionamento das relações sintagmáticas e associativas (ANAGRAMAS, p. 34-37).

Esta relação de interdependência que permite a continuidade do movimento linear, é em si mesma, o funcionamento geral de produção textual. Seu papel, portanto, é essencial para o arranjo discursivo, pois detém a própria potencialidade do discurso poético. Saussure apresenta um exemplo interessante na leitura do verso de Livius e o compara à poesia védica e germânica na tentativa de encontrar dados suficientes para pensar que o fenômeno não está restrito à escrita em língua latina (ANAGRAMAS, p. 26-30). Qual a consequência desta constatação? Há duas hipóteses gerais possíveis, segundo Saussure.

A primeira, seria que, se o fenômeno é natural, deve ser encontrado em todos os sistemas de escrita e nos diversos gêneros de textos escritos, não apenas no literário. Caracterizando um fenômeno natural da escrita, seria um princípio gerador dos textos que organizaria as interações escritas de modo a sempre escapar da intenção/consciência do sujeito que escreve. (ANAGRAMAS, p. 80). Confirmada a hipótese, caberia ao pesquisador compreender como o funcionamento do fenômeno na relação mente/linguagem.

A segunda hipótese, seria que o anagrama é um exercício de ordem social e não um fenômeno. Ao se constatar que o componente anagramático está presente na escrita de outros idiomas, como tentou verificar Saussure, a resposta está na influência da língua latina em outras línguas, uma espécie de interferência linguística como a descrita por Uriel Weinrich (1953). Escrever em latim seria escrever sob o domínio do anagrama, uma tradição que teria se infiltrado em outros sistemas de escrita no decorrer das épocas. Em outras palavras, Saussure teria observado em sua pesquisa a forma como práticas específicas de escrita foram internalizadas e realizadas numa dada época por determinado grupo

social, sendo adquiridas e alicerçadas pela força da interação social, que teria “transmitido como uma combinação infalível e inseparável de toda composição literária através dos séculos e dos meios mais diversos conhecidos pela cultura e tradição latina” (ANAGRAMAS, p. 81, 86, 91, 92; CLG, p. 238-245; ELG, p. 268-280).

O próprio Saussure lembra o uso de algo semelhante ao anagrama no vaticínio, composições poéticas curtas com quatro a oito linhas nas quais a palavra latente corresponderia ao nome do deus invocado como parte dos rituais religiosos e questiona como essa prática inicialmente circunscrita a certos versos de natureza específica e usadas em contextos socioculturais também específicos, tem seu uso ampliado a outros contextos que não apenas o religioso (ANAGRAMAS, p. 42, 75). Caberia, neste caso, investigar como o componente anagramático estaria relacionado à natureza e ao funcionamento dos gêneros de textos escritos e as práticas de escrita e leitura, por exemplo.

Saussure busca a resposta na origem, nas suas palavras, ele está “a interrogar ao monstro e a operar às cegas contra ele” (ANAGRAMAS, p. 17). Conhecer a origem do anagrama poderia modificar completamente o ponto de vista das suas observações sobre a escrita em latim, em especial, a escrita literária. Saussure envia uma carta a um autor para sanar sua dúvida a respeito da possível intencionalidade do fenômeno anagramático. O anagrama é um exercício ou um fenômeno? O autor jamais escreve uma resposta e, aparentemente, este é o motivo do abandono da pesquisa (ANAGRAMAS, p. 103-105).

Independente de qual das hipóteses é a mais aceitável do ponto de vista de Saussure enquanto pesquisador diante da sua descoberta, suas anotações nos revelam o funcionamento de um sistema de escrita e nos convidam a retornar às questões sobre a relação mente/linguagem; as práticas de escrita/leitura; textualidade e discursividade, agora, do ponto de vista semiológico. A pesquisa de Saussure nos deixa algumas perguntas importantes para a compreensão da teoria/filosofia da linguagem, por exemplo: (1) Como a textualidade se desenvolve nos sistemas semiológicos de escrita? (2) Qual a relação estabelecida entre língua, discurso e sentido nos sistemas de escrita? (3) O que revela sobre o funcionamento dos sistemas semiológicos de textos escritos?

## **Os sistemas semiológicos de escrita, considerações**

Iniciamos nosso diálogo com duas questões gerais que envolvem a escrita compreendida como sistema semiológico, a saber: Qual é o desdobramento

da teoria/filosofia saussuriana para os estudos sobre a linguagem e a escrita? A qual noção de textualidade podemos nos referir quando tratamos do texto escrito a partir da Semiologia? Escolhemos iniciar nossa reflexão a partir dos documentos publicados por J. Starobinski (1971) porque apresentam a pesquisa de F. de Saussure sobre a escrita literária em latim. São estudos conhecidos pelo seu componente principal, o *anagrama*. Acreditamos que os anagramas revelam as regras gerais, os mecanismos de funcionamento e a produção de sentido(s) existente por meio dos sistemas de escrita a partir da leitura da poesia latina, em especial.

Assumir o ponto de vista semiológico implica outra compreensão sobre a formação dos textos, seus mecanismos de funcionamento e as formas de interação social por meio dos signos. O funcionamento do componente anagramático parece-nos dizer que o discurso existe como meio e fim de um processo permanente em que linguagem e sujeito falante estão imbricados numa dualidade que produz a identidade dos textos e dos discursos, um sentido ímpar (ARRIVÉ, 1994; 1999; 2007). O sistema de escrita, desse modo, seria construído a partir de três dobraduras iniciais: o princípio da arbitrariedade dos signos; o valor produzido em cadeias (relações associativas e relações sintagmáticas); a linearidade do significante.

A primeira dobradura é a da arbitrariedade do signo semiológico (ANAGRAMAS, p. 20,26). Sem a arbitrariedade, todo sistema semiológico passa a ser apenas forma. O que percebemos como importante para Saussure quando trata do texto literário é a atividade do produtor de sentido (ANAGRAMAS, p. 16). Essa questão está colocada para Saussure em todas as suas pesquisas, mas quando trata do texto literário, a intencionalidade parece desafiar o princípio da arbitrariedade. O caráter arbitrário da relação significado/significante permite diversas combinações possíveis no mesmo fragmento de um texto. É necessário, como já apontado, averiguar em que medida (grau) o arbitrário está presente nos sistemas de escrita (ANAGRAMAS, p. 79).

A segunda dobradura é a do valor linguístico (re)elaborado na relação entre as cadeias associativas e as cadeias sintagmáticas. A palavra-tema a que Saussure se refere em suas anotações funciona na escrita, de modo similar à descrição feita das relações associativas e sintagmáticas no sistema de língua. Ambos os sistemas possuem uma existência semelhante a de um rio que corre por baixo da terra. Só sabemos da sua existência por indícios ou marcas deixadas na superfície. Cada anagrama encontrado no texto, ao modo das relações sintagmáticas, revela um significante antecedente que permite certo número

de combinações ao mesmo tempo que barra as demais, fazendo-se de estofa (ANAGRAMAS, p. 40).

A terceira dobradura é a da linearidade distribucional do significante e o deslizamento discursivo em cadeias. Transbordar, escapar, deslizar. O princípio da linearidade do significante permite o movimento que faz um verso ligar-se ao seu par num movimento contínuo, signo a signo. A lei do acoplamento silábico e da compensação do verso demonstra a capacidade de movência de sentidos que liga ou referencia os textos escritos e os discursos. Sem este fato, não existe atualização da língua em discurso e a língua seria apenas abstração. (CLG, p. 131; ANAGRAMAS, p. 12, 94).

A figura final ou a positividade resultante da dupla negatividade e diferença é o próprio processo ou operação de atualização da língua em discurso que se organiza na dobra entre o deslizamento da cadeia significante e significada.

Como podemos perceber, a existência dos anagramas na escrita dos textos poéticos analisados por Saussure sublinha o funcionamento dos sistemas de escrita e dos textos gerados a partir de sua atividade semiológica, são sistemas de valores, e, portanto, capazes de permanecer e se modificar ao longo do tempo (sincronia /diacronia), dos espaços (sociais/geográficos), dando origem à textualidade.

Entendemos, portanto, que um texto é referenciado por outro a partir de suas diferenças e semelhanças, criando cadeias discursivas relativas organizadas na linearidade /contiguidade e nas oposições/semelhanças em cadeia (*valor*), fato este que lhes dá especificidade por produzir sentido. Ainda nos perguntamos, todavia, qual a ordem da relação entre os sistemas língua/escrita na produção de valores (atividade discursiva) considerando a materialidade dupla dos sistemas de escrita (signo acústico/gráfico), os esquemas de utilização desses sistemas e os usos validados pelas interações sociais (RABARDEL, 2014, p. 239).

A pesquisa de F. de Saussure sobre o texto escrito nos aponta caminhos para o estudo dos sistemas de escrita que ainda não foram percorridos. Para esse fim, precisamos inicialmente compreender: (1) o desenvolvimento dos processos de simbolização e como eles revelam o trabalho dos significantes na cadeia discursiva e as possíveis implicações para noção geral de sistema semiológico (ANAGRAMAS, p. 113); (2) de quais modos e em quais níveis os sistemas de signos produzem/permitem as diversas formas de interação social mediada pelos sistemas de escrita; (3) qual noção de textualidade está presente na reflexão saussuriana e quais suas consequências para os estudos sobre a linguagem.

## Referências

- ARRIVÈ, Michel. **Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente:** Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. Lucy Magalhães, 1999.
- ARRIVÈ, Michel. **Linguística e psicanálise.** São Paulo: EDUSP, trad. Mário Laranjeira, 1994.
- ARRIVÈ, Michel. **Em busca de Ferdinand de Saussure.** São Paulo: Parábola, 2007.
- BACON, Francis. **Novo órganon.** São Paulo: EDIPRO, 2014 [1620].
- BASÍLIO, R.; PEREIRA, R. C. M.; MENEZES, R. de L. C. de. A epistemologia científica que subjaz aos estudos da linguagem no âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo. **DELTA.** v. 32, n. 2, 2016, p. 405-425.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure.** São Paulo: trad. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco, Cultrix, 2000.
- BRÉAL, Michel. [1897]. **Ensaio de Semântica.** São Paulo: Fontes/Educ, trad. F.Aída et al., 1992.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos.** Por um interacionismo socio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- BRONCKART, J. P. L'analyse du signe et la genèse de la pensée consciente. **Cahiers de l'Herne.** n.76, 2003, p. 94-107.
- BRONCKART, J. P. Les diferentes formes d'interaction et leur statut dans une science du langage: réflexions et questions. **Caledoscópio.** n. 2, p. 64-155, mai. 2010.
- BRONCKART, J. P. A obra saussuriana e a ciência do homem. In: BRONCKART, Jean-Paul, BULEA, Ecaterine & BOTA, Cristian (org.), **O projeto de Ferdinand de Saussure.** Trad. Marcos Bagno. Fortaleza: Parole, p. 404-418, 2014a
- BRONCKART, Jean-Paul, BULEA, Ecaterine & BOTA, Cristian (org.), **O projeto de Ferdinand de Saussure.** Fortaleza: Parole, trad. Marcos Bagno, 2014b.

- BRONCKART, Jean-Paul; BOTA, Cristian. Dinâmica e sociabilidade nos fatos de linguagem. In: BRONCKART, Jean-Paul, BULEA, Ecaterine & BOTA, Cristian (org.). **O projeto de Ferdinand de Saussure**. Fortaleza: Parole, trad. Marcos Bagno, p. 232-258, 2014c.
- CHOI, Yong-Ho. **Le problème du temps chez Ferdinand de Saussure**. Paris: L'Harmattan, 2002.
- COURSIL, J. Idiosynchronie: programme saussurien de la langue. Communication donnée dans la session de Gabriel Bergounioux, La linguistique à partir du CLG : Empirie et théorie, au colloque **Le Cours de Linguistique Générale, 1916-2016. L'émergence**, Paris, 15-17, juin 2016. Disponível em: . Acesso em: junho de 2018.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo: o campo do signo**. Bauru: Edusc, v. 1, trad. Álvaro Cabral. 2007.
- D'OTTAVI, GIUSEPPE. Saussure e a Índia: a teoria do apoha e as entidades negativas da linguagem. In: BRONCKART, Jean-Paul, BULEA, Ecaterine & BOTA, Cristian (org.), **O projeto de Ferdinand de Saussure**. Fortaleza: Parole, trad. Marcos Bagno, p. 205-231, 2014d.
- MOITA-LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada? In: SIGNORE, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado das Letras, p. 113-128, 1998.
- NORMAND, Claudine. **Saussure**. Paris: Les Belles Lettres, 2000.
- NORMAND, Claudine . **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- NORMAND, Claudine. **Petite grammaire du quotidien: paradoxe de la langue ordinaire**. Paris: Hermann Psychanalyse, 2010.
- FEHR, Johannes. **Saussure entre linguistique et sémiologie**. Paris: PUF, 2000.
- GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure**. 2 ed. Genebra: Librairie Droz S. A, 1969.
- KIM, Sung-Do. La raison graphique de Saussure. **Cahiers Ferdinand de Saussure: Revue suisse de linguistique générale**. n. 61, p, 23-42, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/281961>. Acesso em maio de 2018.
- KYHENG, Rossitza. Principes méthodologiques de constitution et d'exploitation du corpus saussurien. **Texto**. v. XII, n. 2,avr. 2007. Disponible sur : [http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur\\_Saussure/Kyheng/Kyheng\\_Corpus-saussurien.html](http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Kyheng/Kyheng_Corpus-saussurien.html). Acesso em março de 2018.

- KOMATSU, Eisuke; HARRIS, Roy (eds.). **Troisième cours de linguistique générale (1910-1911) d'après les cahiers d'Emile Constantin**. Oxford: Pergamon Press, 1993.
- LACAN, Jacques. **Ecritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. Vera Ribeiro, 1998a.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. Vera Ribeiro, 1999.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. M.D. Magno, 1998b.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. de M.D. Magno, 1985.
- LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. Vera Ribeiro 2003.
- LOPES, Edward. **A identidade e a diferença**. São Paulo: Edusp, 1997.
- MAURO, Tullio de. Notas. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. 4 ed. Paris: Payot, 1995.
- MAURO, Tullio de. **Une introduction a la sémantique**. Paris: Payot, trad. de Louis-Jean Calvet, 1969.
- NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Saussure*. Paris: Les Belles Lettres, 2000.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007 [1934].
- RABARDEL, Pierre. **Les hommes et les technologies; approche cognitive des instruments contemporains**. Paris: Univ-Paris8, p. 239-151, 2014. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01017462>. Acesso em maio de 2018.
- RASTIER, François. Saussure au futur: écrits retrouvés et nouvelles réceptions. **Texto**. mars 2005. Disponible sur: [http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur\\_SaussureRastier\\_Saussure.html](http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_SaussureRastier_Saussure.html). Acesso em maio de 2018.
- RASTIER, François. Saussure e a ciência dos textos. In: BRONCKART, Jean-Paul, BULEA, Ecaterine & BOTA, Cristian (org.), **O projeto de Ferdinand de Saussure**. Fortaleza: Parole et Vie, trad. de Marcos Bagno, p. 378-403, 2014e.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Ecritos de linguística geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco, 2004.

- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. Bras. Antônio Chelini et al. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- SOFIA, E. Système et systématique chez Ferdinand de Saussure. **Linx**. Paris: 2017, p. 129-148. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/1748>. Acesso em junho de 2018.
- STAROBINSKI, J. **As palavras sob as palavras**: os anagramas de Ferdinand Saussure. Trad. brasileira de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- TURPIN, B. **Discours, langue et parole**. Une comparaison entre la réflexion sur les anagrammes et les études sur les légendes, 1995. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/1173>. Acesso em março de 2018.

Recebido em 18 de junho de 2018

Aceito em 22 de outubro de 2018.

GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL & GRAMÁTICA DO  
DESIGN VISUAL: METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM NA ANÁLISE  
DO GÊNERO PUBLICITÁRIO DIGITAL

SYSTEMATIC-FUNCTIONAL GRAMMAR & GRAMMAR OF VISUAL  
DESIGN: METAFUNCTIONS OF LANGUAGE IN THE ANALYSIS OF  
THE DIGITAL ADVERTISING GENRE

Arlete Ribeiro Nepomuceno

Universidade Estadual de Montes Claros

arletenepo@gmail.com

Vera Lúcia Viana de Paes

Universidade Federal de Minas Gerais

verapaes2@gmail.com

RESUMO:

Nosso objetivo neste artigo é investigar significações de recursos semióticos como elementos ideológicos do gênero anúncio publicitário no meio digital. Valendo-se de uma pesquisa de cunho qualitativo-interpretativo, o *corpus* constitui-se de uma peça publicitária de O Boticário no *Instagram*, na qual se priorizam categorias de análise das metafunções ideacional e interpessoal da Gramática Sistêmico-Funcional, bem como das metafunções representacional e interativa da Gramática do *Design* Visual (Teoria Multimodal). Os resultados elencados nessas categorias metafuncionais mostram que a estratégia publicitária de associar valores culturais a produtos e marcas visam construir identidades, conceitos, estilos e hábitos, por intermédio do imaginário coletivo, trabalhado a partir dos processos mentais, assim como pelas semioses representadas nas imagens.

PALAVRAS-CHAVE: Multimodalidade; Anúncio Publicitário; Mídia digital.

ABSTRACT:

Our goal in this article is to investigate meanings of semiotic features as ideological elements of the advertising genre in the digital environment. Using a qualitative-interpretative research, the corpus is an advertising piece of O Boticário in the Instagram, in which the categories of analysis of the ideational and interpersonal metafunctions of the Systemic-Functional Grammar are prioritized, as well as the metafunctions repre-

sentational and interactive design of the Visual Design Grammar (Multimodal Theory). The results in all metafunctional categories have shown that the advertising strategy of associating cultural values with products and brands builds identities, concepts, styles and habits, through the collective imagination, working from the mental processes as well as the semioses represented in the images.

KEYWORDS: Multimodality; Advertisement; Digital media.

## **Introdução**

A sociedade atual caracteriza-se pela velocidade da comunicação, que ultrapassa fronteiras e é continuamente transformada pela revolução tecnológica contemporânea, a exemplo das mídias digitais. Por conseguinte, a linguagem verbal foi transfigurada em linguagem multissemiótica (KRESS; VAN LEEU-  
VEN, 2006[1996]), na qual os textos são (re) configurados, por meio de gráficos, imagens, técnicas de *layout*, cor, luminosidade, brilho, o que torna difícil se deparar com um texto que use somente a linguagem verbal. Essas tecnologias fazem-se presentes em todas as esferas do conhecimento, exigindo do cidadão comum o domínio dessa nova linguagem híbrida, inclusive como condição de inclusão social e cultural.

Devido ao aumento de *softwares* e larga disponibilidade de tecnologia digital, as tradicionais definições de letramento não são mais adequadas em um mundo no qual os textos são configurados dessas novas maneiras. Para atender a essas demandas, são necessárias novas habilidades de interpretação de textos que convergem mais de uma linguagem, ou seja, torna-se fundamental o domínio da linguagem multissemiótica, imbricada por semioses significativas que demandam conhecimento prévio.

Nesse viés, a reconfiguração da linguagem e a revolução tecnológica contribuíram para a sofisticação da linguagem publicitária, a qual se faz presente na mídia digital *Instagram*. Utilizando-se da plataforma digital, essa rede influencia globalmente por meio da construção de discursos, práticas sociais, estilos de vida e representações de valores inculcados sobre os atores sociais, os quais são programados para reagir a determinados estímulos comportamentais e ideológicos, à medida que “ [...] os recursos disponíveis em uma cultura geram significados em todos os signos e níveis e em qualquer modo, ou seja,

em múltiplas articulações”<sup>1</sup> (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001). Dessa forma, na concepção multimodal “[...] os **discursos** são conhecimentos socialmente construídos sobre algum aspecto da realidade, desenvolvidos em um contexto social específico, de maneiras apropriadas aos interesses dos atores sociais desses contextos”<sup>2</sup> (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001- grifo dos autores).

No estudo empreendido, sobrelevam-se os textos publicitários multimodais, nos quais são selecionados modos semióticos multivariados para persuadir o consumidor, não só incitando a venda de produtos e/ou serviço ofertados, como, evidentemente, considerando também a existência de produtos concorrentes no mercado. Diante disso, os produtos neles veiculados são apresentados de forma singular, fugindo da vala do comum, agregando ao valor de mercado uma projeção simbólica, que transformará o produto em um bem ou valor, considerando-se que a peça publicitária trabalha com crenças, valores e comportamentos dos participantes interativos, pois os participantes representados e o consumidor prospectado interagem pelo anúncio (PIMENTA; SANTANA, 2009).

Seguindo esse raciocínio, a escolha da veiculação do gênero publicitário na mídia digital *Instagram* fortalece essa interação porque se torna um espaço em que o usuário não é somente leitor, mas também um produtor de textos na rede, que emite opiniões, concorda, discorda e pode ampliar a veiculação dos anúncios em sentido global pelo compartilhamento dos conteúdos, utilizando-se de funções discursivas (HALLIDAY, 2004[1985]).

Sob essas considerações iniciais, este artigo resulta da participação em dois projetos de pesquisa, intitulados “A Multimodalidade em Anúncios Publicitários”, desenvolvidos na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), sob fomento da Fapemig, editais PRP 10/2015 e PRP 07/2016. A partir dos estudos desenvolvidos ao longo desses projetos, e, levando-se em conta a demanda por letramento do gênero multimodal publicitário, este artigo<sup>3</sup> objetiva evidenciar, por meio de uma análise crítica e semiótica, algumas estratégias do

---

<sup>1</sup> No original: “We see multimodal resources which are available in a culture used to make meanings in any and every sign, at every level, and in any mode” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, p. 4).

<sup>2</sup> No original: “Discourses are socially constructed Knowledges of (some aspect of) reality. By “socially constructed” we mean that they have been developed in specific social contexts, and in ways which are appropriate to the interests of social actors in these contexts” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, p. 4)

<sup>3</sup> Parte deste artigo foi apresentado como resumo expandido no 10º FEPEG, na Unimontes, em 2016.

discurso multimodal em uma peça publicitária de O Boticário na mídia digital *Instagram*. Como objetivos específicos, destacamos:

- i. Analisar como **processos, participantes e circunstâncias** são escolhidos e articulados para promover significações por intermédio da metafunção ideacional da linguagem (HALLIDAY, 2004[1985]);
- ii. Analisar como elementos estruturais e semioses influenciam as relações no sistema **modo e modalidade** da metafunção interpessoal (HALLIDAY, 2004[1985]);
- iii. Analisar modos de significação semiótica do texto visual, por meio de categorias de análise das funções **representacional e interativa** (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006[1996]).

Tais objetivos têm como alicerce a hipótese de que a publicidade relaciona o processo de identidade dos consumidores a conceitos e estilos de ser e viver vinculados à marca anunciada, projetando desejos, sonhos, conquistas, os quais formam *inputs* inconscientes de que essas metas se realizarão, de alguma forma, se se fizer o uso cotidiano desses produtos. Dessa forma, os atores sociais (consumidores) sentir-se-ão, pelo processo de identificação, parte da marca. Em função disso, acreditamos que o foco na qualidade de produtos no meio digital torna-se secundária em relação à prioridade que é dada à formação de conceitos e imagem da empresa/logomarca junto aos consumidores, pois a criação de semioses valorativas verbais e imagéticas (multimodais) determinarão, naturalmente, o conceito positivo e o efeito desejado em todos os produtos da marca representada.

Esta pesquisa, de cunho metodológico qualitativo-interpretativo, fundamenta-se no aporte teórico da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, (2004[1985]), da Teoria Multimodal do Discurso (KRESS; VAN LEEUWEN, (2001), a qual dialoga com a Gramática do *Design* Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, (2006[1996]), bem como no estudo de gêneros textuais, de Marcuschi (2008).

A escolha do gênero publicitário veiculado em mídias digitais justifica-se porque permite combinações únicas de elementos significativos e multifuncionais, estruturando imagens e textos em projetos multissemióticos. Seu poder de influência é aumentado pela interatividade permitida entre os usuários das redes, garantindo a facilidade de se implantar uma cultura consumista.

A escolha pela plataforma digital deve-se ao caráter imediato e instan-

tâneo em que as informações chegam às pessoas via computadores, *tablets* e *smarthphones*, estabelecendo uma relação de proximidade e maior facilidade em influenciar “de perto”, em tempo real, vinte e quatro horas por dia, fato que potencializa os efeitos persuasivos da publicidade, num ambiente virtual em que o consumidor prospectado pode interagir. Nos termos de Marcuschi (2008), as mídias digitais não só são plataformas de relacionamentos, mas também redes de *marketing* digital, nas quais há flexibilidade de postagens e compartilhamento de informações, conhecimentos e interesses, sobretudo em gêneros de linguagem heterogênea, como o anúncio publicitário.

Este artigo divide-se em três seções, além dessa introdução. A seção seguinte aborda o arcabouço teórico com as respectivas categorias de análise referentes às metafunções ideacional e interpessoal no plano verbal, renomeadas no plano visual, como representacional e interativa. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos aplicados na análise do *corpus* adotado. A terceira seção apresenta a análise e discussão dos dados obtidos, com a aplicação prática das ferramentas teóricas de base sistêmico-funcional, desenvolvidas por Halliday, bem como por Kress e van Leeuwen na aplicação à análise de imagens. Por fim, a última seção apresenta as conclusões.

Com a proposição desse estudo, buscamos não só contribuir para pesquisas da língua em uso, como também apresentar uma análise interdisciplinar, pois consideramos que a interlocução dessas teorias fornece uma visão mais abrangente dos inúmeros elementos semióticos que compõem o anúncio publicitário. Ademais, esta análise evidencia que, tanto o modo semiótico verbal quanto as semioses visuais, são parciais na produção de significados. Por essa razão, a reunião de modos forma o conjunto multimodal, que contempla o todo do texto publicitário.

## 1. Gramática Sistêmico-Funcional (GSF)

Passando em revista a GSF, poder-se-ia dizer que, nos termos de Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 20), uma gramática sistêmica é “[...] sobretudo, paradigmática, isto é, considera unidades sintagmáticas apenas como relações linguísticas e as relações paradigmáticas como nível profundo e abstrato da linguagem. [...] Já o termo funcional refere-se às funções da linguagem, que usamos para produzir significados”.

Assim é que podemos dizer que só se produz a língua(gem) a partir do momento em que se fazem presente no uso efetivo da língua a forma e a função

a serem desempenhadas por ela. Nesse contexto, enquanto no nível paradigmático (sistêmico) existem escolhas linguísticas, nem sempre conscientes, que se processam com ou sem a intencionalidade do falante, no nível sintagmático (funcional) existe um conjunto de regras não avaliadas do ponto de vista da forma, mas sim como uma série de recursos de que o falante dispõe para descrever, interpretar e fazer significados, o que corrobora o pensamento de Furtado da Cunha e Souza (2007).

Posto isso, para o linguista Halliday (2004[1985]), a linguagem humana é organizada e inter-relaciona-se por meio de um feixe sistêmico, em torno do qual existem dois sistemas (melhor dizendo: níveis, categorias ou estratos): o de **dados do sistema extralinguístico** e o **do sistema linguístico**.

A par disso, na perspectiva *hallidayana*, no contexto dinâmico atual, as concepções tradicionais da linguagem precisam ser repensadas, senão substituídas, ou pelo menos complementadas para o entendimento da natureza da linguagem como um sistema complexo, com diversos níveis. Seguindo tal pensamento, Halliday (2004[1985]) faz emergir a necessidade do uso da linguagem sob um olhar sistêmico, para uma compreensão mais abrangente dos textos em uso da sociedade vigente, o que inclui o conhecimento desses dois sistemas dos quais falamos.

Para Halliday (2004[1985]), em linhas gerais, enquanto o **nível extralinguístico** compreende o **contexto de cultura** (no qual se realiza o gênero) e o **contexto de situação** (no qual se materializa o registro, dando eco às metafunções), o **nível linguístico** abrange o **sistema de conteúdo** – em que a semântica é realizada por intermédio da lexicogramática<sup>4</sup>, ou seja, é o sistema de significados realizado em orações –, e o **sistema de expressão** que compreende o sistema de sons, gestos e escrita (fonologia, grafologia).

O **contexto de cultura**, conforme Halliday (2004[1985]), abrange tudo o que produtores e falantes podem fazer significar em uma cultura, com uma multiplicidade de significados semióticos, na linguagem, nos gestos, nas expressões faciais, entre outros. Se se considerar a amplitude do que possa ser contexto de cultura, uma vez que ele envolve conhecimento de mundo, vivências, troca de experiências no uso do ambiente virtual, por exemplo, Halliday

---

<sup>4</sup> Segundo Gouveia (2009, p. 45): “No quadro teórico da LSF, a gramática não é separável do vocabulário, porquanto são encarados como dois extremos de um mesmo e único contínuo. Daí que o uso da palavra lexicogramática seja preferível precisamente porque dá conta da inseparabilidade entre uma coisa e outra. Embora se use a palavra gramática, [...], deverá sempre ser tido em conta que por gramática se entende lexicogramática”.

(2004) pondera que há necessidade de serem avaliados contextos de cultura menores. Com isso, o linguista busca analisar vários **contextos de situação** (família, educação, administração, mídia, saúde), com vistas a apresentar situações efetivas de uso da língua.

Conforme Marcuschi (2008), é no contexto de cultura que os gêneros textuais são institucionalizados e transformados em ações de ordem comunicativa com estratégias convencionais para atingir determinados objetivos. A título de exemplo, o gênero publicitário veiculado nas mídias digitais, como o *Instagram*, apresenta a mesma estrutura convencionada em todas as culturas em que atua. No entanto, essa atuação sempre ocorre em contextos menores, específicos, materializada no **contexto de situação**, num sistema semântico particular, associado ao ambiente imediato, resultando em uma combinação dos dois tipos de contextos.

Em consonância com Furtado da Cunha e Souza (2007), essa combinação pontua as semelhanças e diferenças dos gêneros. Por isso, uma interação mediada pelo gênero publicitário é diferente de uma realizada pelo gênero palestra, por exemplo. Nesse sentido, podemos considerar que uma interação -mediada pela mídia digital atinge ou não seus objetivos, dependendo do nível de criticidade e cultura de seus usuários.

Ainda segundo essas autoras, o contexto de uso produz diferentes construções sintáticas, que estão a serviço do discurso e da pragmática, ou seja, a sintaxe terá determinada forma em razão das estratégias de organização da informação que os falantes empregam no momento da interação discursiva. Nesse caso, a estrutura dos enunciados é determinada pela funcionalidade do uso e pelo contexto comunicativo, sendo os critérios para serem definidas as regularidades gramaticais de uma língua. Tendo em vista isso, as funções externas ao sistema linguístico contribuem para moldar a organização interna desse sistema. Assim, a língua é considerada maleável, sujeita às pressões de variadas situações comunicativas, ou seja, um objeto não autônomo; e a gramática funcional não é um conjunto de regras.

Consoante Halliday (2004[1985]), na esfera social, há uma forma de atuação no contexto de situação, a qual pode ser caracterizada em termos de **campo, relação e modo**. O **campo** refere-se ao que acontece em uma situação, à natureza da atividade social e semiótica, à área de experiência dessa atividade, relacionada ao assunto, à situação, ao evento, revelando em que os participantes estão envolvidos, representados e constituídos como sujeitos. A **relação** diz respeito àqueles que fazem parte de uma situação: não só aos

papéis desempenhados por eles (discursivos ou sociais), por exemplo, papéis institucionais, papéis de poder, papéis de contatos (familiaridade, variando em maior ou menor grau de proximidade), como também aos valores que os participantes constroem na área (social, educacional, jurídica, religiosa). Já o **modo** refere-se ao papel que está sendo desempenhado pela linguagem e pelos outros sistemas semióticos na situação, como, por exemplo, a escolha textual pode ser retórica, persuasiva, exortatória, polêmica; com turno dialógico ou monológico; na mídia escrita ou falada.

Essas três variáveis do **contexto de situação** são denominadas por Halliday (2004[1985]) de **variáveis de registro**, as quais descrevem as dimensões desse contexto com impactos significativos no uso da linguagem. Elas, assim como os gêneros, são planos de realização dos textos, ressoando nas metafunções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual), materializadas em orações.

Para Halliday (2004[1985]), as escolhas dos falantes materializam-se em forma de textos, sendo descritos e analisados por meio da unidade central de processamento da lexicogramática, que é a oração, pois, por meio da oração<sup>5</sup>, os significados de diferentes tipos são mapeados em uma estrutura gramatical integrada. Ainda consoante esse linguista, essa perspectiva descreve as categorias gramaticais por intermédio do sistema semântico, o que ele considera um modo perspicaz de análise da gramática como modo de adentrar no discurso.

Em linhas gerais, à luz da GSF, seguindo de perto Gouveia (2009), em uma análise linguística, existem dois grandes planos: o vertical e o horizontal. No plano vertical, a língua(gem) é analisada a partir do gênero (contexto de cultura), passando pelo registro (contexto de situação), pela semântica do discurso (construção de significados), pela lexicogramática (oração), e finalizando no sistema de expressão (o qual não tratamos aqui: fonologia, grafologia). Para isso, a linguagem segue níveis de estratificação: linguístico (sistema de conteúdo e expressão) e extralinguístico (contexto de cultura e situação).

Já no plano horizontal, analisa-se a linguagem centrando-se nas variáveis de registro (campo, relação e modo), as quais são ditadas pela **metafunção ideacional** (no campo do discurso e dos significados experienciais), pela **metafunção interpessoal** (nas relações do discurso e dos significados interpessoais), bem como pela **metafunção textual** (no modo do discurso e nos significados textuais). Ressaltamos aqui que não trabalhamos com a metafunção textual.

---

<sup>5</sup> No original: The clause is the central processing unit in the lexicogrammar: in the specific sense that it is in the clause that meanings of different kinds are mapped into an integrated grammatical structure (HALLIDAY, 2004, p.10).

## 2. Metafunção ideacional

Retomando a variável **campo** de que falamos no item anterior, convém dizer que, para Halliday (2004[1985]), essa variável ressoa na **metafunção ideacional**, construindo o significado de nossas experiências de mundo, tanto no plano interior (psicológico) quanto exterior (social), através do **sistema de transitividade** – uma unidade estrutural que serve para expressar significados ideacionais ou cognitivos através dos papéis de transitividade da oração: **processos, participantes e circunstâncias**. Melhor dizendo: em uma oração, podemos analisar, respectivamente, **quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias**. É a oração como representação.

Por essa via, **participantes** são pessoas ou coisas envolvidas em um evento, enquanto os **processos** são as ações envolvidas nas sentenças (verbos). Já as **circunstâncias** se referem a quem, onde, quando, como e por que o processo ocorreu. Nesse sistema, atuam seis processos (verbos), os quais se associam a participantes e circunstâncias para construir uma experiência em dado contexto (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 54): **processos materiais, mentais e relacionais** (principais), e os processos **verbais, comportamentais e existenciais** (secundários).

Os processos **materiais** são representações concretas do mundo material, as quais podem ser comprovadas ou vistas, realizadas por verbos de ação, através de um participante denominado **Ator**, que faz algo a outro participante denominado **Meta**.

Por sua vez, os processos **mentais** se relacionam com crenças, valores e desejos humanos, entre os quais estão os processos de sentir e de perceber, de afeição (gostar, odiar, agradar, etc) e de cognição (pensar, compreender, imaginar, entre outros). Conforme Furtado da Cunha e Souza (2007), não se trata de ações, mas de reações mentais, pensamentos, sentimentos e percepções. Nesse processo, o participante que experimenta essas ações mencionadas é o **Experienciador**, enquanto o que é percebido, sentido ou compreendido é o **Fenômeno**.

Já os processos **relacionais** configuram a noção de ser ou de estar, identificam ou classificam uma identidade, ou seja, conectam verbos a elementos que caracterizam ou identificam o participante na sentença. Os processos relacionais podem ser atributivos – em que o participante chamado de **Atributo** é uma qualidade que se dá ao participante classificado como **Portador** – ou **Identificativos** –, em que há definição ou identificação de uma entidade atra-

vés de outra, com um participante **Característica** (a entidade definida) e um participante **Valor**, que é o termo definidor ou identificador.

Diferentemente desses processos principais, existem os **verbais comportamentais** e **existenciais**, tidos como secundários. Os processos verbais relacionam-se ao **dizer** e ao **comunicar**, incluindo não apenas verbos como pedir, dizer, mandar, perguntar, afirmar, como também processos semióticos como **mostrar** ou **indicar**. Nesse processo, o participante que faz a comunicação é o **Dizente**, enquanto o participante para o qual o processo se dirige é chamado **Verbiagem**. Os processos **existenciais** representam algo que existe ou acontece, tendo apenas um participante classificado como **Existente** e se realizam por intermédio dos verbos haver e existir. Por fim, os processos **comportamentais** estão relacionados com o processo humano fisiológico: dormir, conversar, focar, ouvir e assistir, para citar apenas alguns.

Todos os processos elencados, geralmente, no sistema de transitividade, vêm acompanhados por **circunstâncias** variadas. Essas circunstâncias, nos termos de Furtado da Cunha e Souza (2007), materializam-se em termos gramaticais por meio de advérbios ou sintagmas adverbiais. Assim, o que conhecemos como advérbios e locuções adverbiais da gramática tradicional assume um viés semiótico na oração, marcando significações da língua em uso em cenas enunciativas situadas.

### 3. Metafunção interpessoal

Além de a linguagem figurar **como representação**, como vimos na metafunção **ideacional**, ela também constitui uma **interação** no chamado **sistema de MODO** da metafunção **interpessoal**, em que a **variável de registro (relação)** ocorre em determinado **contexto de situação**. Na interação, o falante adota um papel particular e, ao fazer isso, estabelece um papel complementar para o interlocutor, na qual cada um deles desempenha um papel social.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que as diferentes maneiras pelas quais o falante combina as orações não são governadas pelo sistema da língua apenas, mas fazem parte também das escolhas a que ele procede durante a interação.

Halliday (2004[1985]) aponta dois papéis fundamentais na interação:

- i. dar/oferecer;

- ii. solicitar/demandar, por exemplo, quando o falante dá uma informação para o interlocutor, está, ao mesmo tempo, numa relação dialógica, solicitando uma resposta.

Além dessa classificação, esse autor faz outra distinção fundamental das trocas nas interações discursivas:

- i. troca de bens e serviços;
- ii. troca de informações.

Ressaltamos que esses papéis encenados são classificados de acordo com a natureza da troca.

A partir disso, Halliday (2004[1985]) pontua quatro tipos básicos de funções discursivas: **oferecer**, **comandar**, **declarar** e **perguntar**. Se a troca refere-se a produtos e serviços, o interlocutor pode aceitar ou rejeitar o comando ou oferta, obedecer ao comando ou à oferta, que acontece por meio de uma **proposta**. Já a troca de informações exige um papel do interlocutor: afirmar, negar, fornecer uma informação, o que ocorre por intermédio de uma **proposição**.

Assim é que essas funções discursivas realizam **propostas** ou **proposições** por intermédio da escolha de um MODO oracional, que pode ser interrogativo, declarativo ou imperativo, materializados na lexicogramática. Além disso, Halliday (2004[1985]) pontua que essas funções podem ser configuradas entre polaridades positivas ou negativas (**modalidade**), conforme as reações, as opiniões e os julgamentos dos falantes.

A título de exemplificação, tomando como referência a modalidade, na locução verbal **pode atingir**, o produtor publicitário modaliza o verbo para atingir seus objetivos, abrindo possibilidades para o interlocutor. Além desse recurso interpessoal, Halliday (2004[1985]) denomina as escolhas positivas, denominadas pela Gramática Tradicional de adjetivos, como **atributos avaliativos**, dos quais os produtores se valem para destacar as qualidades dos produtos, associados a valores que as consumidoras almejam.

Halliday (2004 [1985]) classifica o termo MODO para indicar o principal sistema interpessoal de uma oração: Indicativo ou Imperativo<sup>6</sup>, no qual são desempenhadas as funções discursivas nas interações sociais. Em orações de

<sup>6</sup> No original: A major clause is either indicative or imperative.

MODO Indicativo, há o operador **Finito e sujeito**<sup>7</sup>, com orações ainda **subdivididas em MODO declarativo ou interrogativo**<sup>8</sup>.

Em orações do MODO Imperativo, Halliday (2004) classifica-o como o modo para troca de bens e serviços, incluindo interações não comerciais como em *deixe-me ajudá-lo*. Por questões de limitações de espaço, não trabalhamos com o **modo (sujeito + finito)** e os elementos **Resíduo e Predicador** da metafunção interpessoal.

Com base nos sistemas funcionais de Halliday (2004[1985]) acima especificados, a nossa proposta de análise do **plano verbal** consiste, num primeiro momento, em investigar como os **processos, participantes e circunstâncias** são escolhidos e articulados para promover significações por intermédio da **metafunção ideacional**. Num segundo momento, analisar, sob o viés da **metafunção interpessoal**, como os **modos semióticos** influenciam as relações no sistema **modo e modalidade** da oração.

Na seção seguinte tratamos de alguns conceitos preliminares da TMD para, em seguida, apresentarmos conceitos referentes à análise de imagens.

#### **4. Teoria Multimodal do Discurso (TMD) e Gramática do Design Visual (GDV)**

Como se sabe, no universo digital, houve o surgimento de novas tecnologias da comunicação que demandaram novas práticas multissemióticas, o que contribuiu para que Kress e van Leeuwen (2001), pensando nisso, criassem uma teoria semiótica apropriada: a Teoria Multimodal do discurso (TMD).

A TMD, preconizada por Kress e van Leeuwen (2001), preocupa-se em retratar como a comunicação contemporânea veicula gêneros multimodais nas diversas mídias, operando em sistemas semióticos diversos e integrados. Nesse contexto, a questão do significado na teoria multimodal de comunicação é vista de forma diferenciada da linguística tradicional, que define a linguagem como a articulação entre forma e significado.

Em se tratando da forma como as imagens são construídas, partimos dos pressupostos teóricos da Teoria Multimodal do Discurso (KRESS; VAN LEEWEN, 2001), cujo cerne é a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN

<sup>7</sup> No original: If indicative, it has a Finite(operator) and a Subject.

<sup>8</sup> No original: An indicative clause is either declarative or interrogative(HALLIDAY, 2004, p. 23).

LEEWEN, 2006[1996]), , da qual nos valem para separar categorias de análise semiótica. De acordo com Vieira e Silvestre (2015), multimodalidade é designação para definir como diferentes modos semióticos se combinam na construção de um texto.

Na esteira de Kress e van Leeuwen (2001), a comunicação contemporânea adotou novos recursos semióticos na composição de textos/gêneros que permeiam as diversas esferas sociais, configurando-os como textos multimodais – típicos na apresentação das páginas das mídias digitais: *layout* com participantes heterogêneos (verbais e visuais) em que até mesmo os aspectos verbais são unidos por meios semióticos, numa estrutura semântica coerente e sempre visual.

Dessa forma, acima de tudo, o letramento desse tipo de texto constitui-se no entendimento dos meios visuais semióticos usados para fundir elementos heterogêneos em um todo coerente. Estruturas visuais relacionam elementos visuais uns com os outros – uma palavra como um elemento visual, um bloco de textos escritos como um elemento visual, uma imagem, um número ou uma equação como um elemento visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006[1996]).

Cumpramos assinalarmos que o termo semiótico provém da Semiótica Social e abarca “[...] os significados socialmente construídos através de formas semióticas, textos semióticos e práticas semióticas de todos os tipos da sociedade em todos os períodos da história” (HODGE; KRESS, 1998, APUD PIMENTA; NATIVIDADE, 2009).

Kress e van Leeuwen (2001) contribuíram para os estudos da Semiótica Social, uma vez que exploraram criticamente os significados, tendo por parâmetros a ideologia e o contexto histórico-cultural e social em que estiveram inseridos. Destaca-se como princípios semióticos a noção de escolha, de contexto e de funções semióticas (ideacional, interpessoal e textual), já propostos por Halliday (2004[1985]).

A noção de escolha é considerada motivada por ser uma representação selecionada, intencionalmente, para o que se quer significar. Dito de outra forma: escolhem-se o signo linguístico e os meios de representação e comunicação, baseados em um interesse prévio, que pode ser ideológico ou de poder. Esses princípios semióticos de escolha, de contexto e de funções são fundamentados em estudos de Halliday (2004[1985]), que considerou a linguagem sob o prisma social e semiótico, originando a GSF, conforme vimos anteriormente.

Ainda no que concerne às significações semióticas, Pimenta e Natividade (2009, p. 21) revelam que “[...] o uso da linguagem está revestido por

significados potenciais associados a situações específicas e influenciados pela organização social e cultural”. Esses significados potenciais pressupõem o contexto social com valores, crenças, costumes e ideologias, com mensagens construídas e trocadas socialmente.

Nesse sentido, Kress e van Leeuwen (2006[1996]) asseguram que “[...] as estruturas visuais não reproduzem simplesmente as estruturas da “realidade”, mas as imagens da realidade de acordo com interesses das instituições sociais, dentro das quais essas imagens são produzidas, circuladas e lidas”. São, de fato, ideológicas, e não meramente formais, possuem uma dimensão semântica importantíssima, visto que há conceitos totalmente abstratos na vida que são tidos como reais. Assim, as possibilidades de realização por meio dos modos semióticos são determinadas histórica e socialmente e pelas potencialidades e limitações inerentes a um modo semiótico, cuja representação é mediada visualmente por discursos.

Tributários da GSF, Kress e van Leeuwen (2006), ao estudarem os recursos semióticos visuais, propuseram a GDV:

Assim como a gramática da língua descreve como palavras se combinam em frases, sentenças e textos, nossa “gramática” visual irá descrever a maneira pela qual os elementos retratados – pessoas, lugares e coisas – se combinam em “declarações” visuais de maior ou menor complexidade e extensão<sup>9</sup> (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 2).

Nela, Kress e van Leeuwen (2006) pontuam que as imagens visuais podem ser lidas como textos. Nesse caso, o termo “gramática” pode ser aplicado para o estudo da linguagem visual, pois não é apenas um conjunto de regras para o correto uso da língua, mas sim um conjunto de recursos socialmente construídos para a produção de significados.

Fazendo um paralelo, o que na língua é realizado por meio de palavras da categoria verbos de ação (processos), em imagens, é realizado por elementos formalmente definidos como vetores (participantes); o que na língua é realizado por preposições locativas (circunstâncias), nas imagens, é realizado pelas características formais que criam o contraste entre o primeiro plano e o plano

---

<sup>9</sup> No original: Just as grammar of language describe how words combine in clauses, sentences and texts, so our visual “grammar” will describe the way in which depicted elements- people, place and things- combine in visual “statements” of greater or lesser complexity and extension (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 2).

de fundo (enquadramento). Com isso, não queremos dizer que todas as relações que podem ser realizadas linguisticamente também podem ser realizadas visualmente ou vice-versa. Nem todos os significados transmitidos visualmente são também transmitidos verbalmente.

De forma semelhante ao que acontece na linguagem verbal, as imagens representam experiências do mundo interior e exterior, expressam interações sociais e comunicam posições ideológicas em estruturas visuais. Na senda dos estudos de Kress e van Leeuwen (2006[1996]), a produção de uma imagem considera: a visão de mundo apresentada, o tipo de proximidade entre os representantes da imagem e o leitor, como esses participantes são construídos, os gestos, a cor, o brilho, a luminosidade, o enquadramento da imagem, a posição do olhar, entre outros.

Conforme vimos na teoria da GSF(HALLIDAY, 2004[1996]), a **metafunção ideacional** representa experiências de mundo, no sistema verbal, através do processo de transitividade. Para Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), a construção dessas experiências, por meio de imagens, são efetivadas através da **metafunção representacional** e seus participantes representados.

Além da metafunção ideacional (HALLIDAY, 2004[1996]), discorreremos sobre a metafunção interpessoal de Halliday, da qual Kress e van Leeuwen(2006[1996]) se valem nas análises imagéticas, redefinindo-a como **metafunção interacional**.

Neste artigo, focamos especificamente nas **metafunções representacional e interativa**, no que diz respeito à GDV, as quais abordamos a seguir.

## 5. Metafunção representacional

Kress e van Leeuwen(2006[1996]) identificam processos que carregam significados **representacionais** nas imagens: **narrativos** e **conceituais**. Os **narrativos** apresentam o desdobramento de ações e eventos, em que os participantes são conectados por vetores, os quais podem ser formados pelos corpos em ação, fazendo alguma coisa em relação ao outro, de modo personalizado e dramatizado, não sendo abordados pela não pertinência a esta análise.

Já as estruturas representacionais **conceituais** categorizam, identificam e dão significações aos participantes, que são apresentados de forma estática, atemporal, visando à formação de um conceito. Assim sendo, é possível identificar um participante representado em imagens conceituais, seja pessoa, seja

coisa, seja lugar, por uma ausência de ação. Dito de outra forma: nada acontece na imagem em termos de representação de uma história. Os participantes dessa estrutura são representados por sua essência de classe, sua estrutura ou seu significado, sendo identificados como processos **classificatórios, analíticos e simbólicos**.

No processo conceitual **classificatório**, com o qual não trabalhamos nesta investigação, os participantes relacionam-se de forma taxonômica: de forma **aberta** ou **fechada** (PINHEIRO; MAGALHÃES, 2006). Segundo essas autoras, nas palavras de Kress e van Leeuwen (2006[1996]), em uma taxonomia dita **fechada**, é possível a identificação do participante especificado como Superordenado<sup>10</sup>, não só por meio do texto que acompanha a imagem, mas também por inferências, a partir de características similares dos participantes Subordinados. Essas características são equivalências que se realizam na imagem por uma composição equilibrada e harmônica, conferindo um caráter estável à classificação.

Já nas taxonomias **abertas**, os participantes Superordenados são indicados claramente e podem ser multinivelados. Nesse caso, o participante chamado Interordenado pode ser Subordinado em relação a uns participantes e Superordenado em relação a outros, numa estrutura em que participantes do mesmo nível pertencem à mesma classe.

No processo conceitual **analítico**, o qual também foge ao escopo desta pesquisa, há uma relação entre os participantes por meio de uma estrutura que relaciona a parte<sup>11</sup> com o todo, de modo que o todo é denominado **Portador** e as partes desse todo são os **Atributos possessivos**, havendo a possibilidade de o Portador ser analisado por seus atributos distintos, conforme interesses do analista (KRESS; VAN LEEWEN (2006[1996])).

Esse processo permite que os atributos do Portador sejam analisados pelo observador, com imagens mais interacionais do que representacionais. Nele, os

---

<sup>10</sup> Seguindo de perto Kress e van Leeuwen (2006[1996]), a título de exemplificação do processo classificatório, podemos pensar em uma peça publicitária de O Boticário, na qual a linha a ser ofertada – maquiagem – (assunto do anúncio em questão, melhor dizendo, participante superordenado), é composta por batom, *blush*, base, sombra, entre outros, os quais são tidos como participantes subordinados. Já o participante interordenado seria, por exemplo, na categoria batom, a subdivisão em cores, tamanho, preço.

<sup>11</sup> No que diz respeito à relação parte-todo, tomando com exemplo um anúncio, o participante (portador) é o todo, o qual se liga às partes (atributos possessivos), o que implica dizer que, nesse caso, significa os objetos = partes pertencentes a ele (participante animado ou inanimado).

participantes não exercem papéis de ator e meta, mas de **Portador** e **Atributo**, os quais se organizam para constituir um todo mais amplo. Vejamos o exemplo arrolado por Kress e van Leeuwen (2006[1996]: em uma imagem na qual há um explorador da Antártica vestido com suas roupas (atributos possessivos), estabelecendo uma relação parte-todo, o explorador é o todo (portador), e as roupas dele são as partes (atributos possessivos). Traduzindo o processo visual analítico para a linguagem verbal, não temos uma oração de ação, mas uma oração atributiva possessiva como: O explorador da Antártica porta blusa de frio, luvas de pele, etc.

Por fim, nosso foco de análise recai sobre a estrutura representacional conceitual **simbólica**, a qual se constitui de simbologias típicas do gênero publicitário, escolhidas intencionalmente para seduzir os espectadores das mídias digitais. Os processos **simbólicos** exploram um participante representado: o que ele significa ou é, sendo divididos em duas categorias: **atributivos** e **sugestivos**.

No processo **simbólico atributivo**, o significado é produzido pelo destaque de um participante representado na imagem em relação a outro, seja por meio do tamanho, da cor, da iluminação, do lugar na composição da imagem, seja por qualquer associação convencional que tenha valores simbólicos em uma cultura particular, direcionando o foco do leitor para isso, por meio de gestos ou linhas direcionadoras.

Já no processo **simbólico sugestivo**, o significado é produzido por apenas um participante representado, sugerindo um símbolo que possui valores culturais, voltados ao senso comum. Esse destaque funciona para associar um participante representado (o **Portador**), por seu significado e sua identidade com o outro que representa esse significado ou identidade (o **Atributo Simbólico**). Destacamos que a abordagem conceitual de Kress e van Leeuwen(2006[1996]), nas estruturas visuais, são análogas aos processos relacionais e existenciais da GSF(HALLIDAY, 2004[1985]).

## 6. Metafunção interativa

Na **metafunção interativa**, as imagens promovem não só uma interação entre os componentes da própria imagem, como também entre quem a vê e quem a produz, ou seja, os criadores dessa imagem e o público que a observa. Consoante Kress e van Leeuwen (2006[1996]), os produtores da imagem e os que a observam são classificados como **participantes interativos**. Nesse

contexto, toda imagem é produzida para fazer circular um discurso, o qual é criado num contexto de produção, em que o produtor fica ausente do contexto de recepção, no qual o público a que se destina observa tal imagem.

Em vista disso, a relação entre esses dois **participantes interativos** (produtor e observador) realizar-se-á por meio da imagem. Por essa via, o produtor expressa componentes ideológicos e uma intencionalidade prévia sobre o público-alvo. Dessa forma, os participantes interativos são reais, e não **representados** nas imagens, como ocorre nas representações narrativas e conceituais. Portanto, há dois tipos de participantes envolvidos em cada ato semiótico – os **participantes interativos** e os **representados** –, os quais constituem o tema da comunicação, ou seja, pessoas, lugares e coisas (incluindo coisas abstratas) representadas na e pela fala, escrita ou imagem, sendo participantes sobre quem ou o que falamos, escrevemos ou produzimos imagens. Kress e van Leeuwen (2006[1996]) pontuam que essas interações ocorrem, por exemplo, por meio do **olhar**, da **distância/afinidade social** e do **ponto de vista/perspectiva**.

As imagens podem apresentar **participantes representados**, dispostos em um tipo de olhar: seja para o observador (**participante interativo**), seja para outro participante dentro da imagem. Nesse caso, Kress e van Leeuwen (2006[1996]) ponderam que o participante representado seja humano e, se for objeto, tenha características humanas. Assim como na proposição verbal, na proposição visual – em que uma imagem oferta ou demanda alguma coisa –, um ator social pode aceitar ou rejeitar uma oferta ou um comando. Essas interações são chamadas **atos de imagem** (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006[1996]) e podem estabelecer um **olhar de oferta** ou **de demanda**, que marca maior ou menor interação com o leitor.

Em uma imagem com **olhar de demanda**, na visão da gramática visual de Kress e van Leeuwen (2006, p. 118):

O olhar do participante (e o gesto, se presente) exige algo do espectador, exige que o espectador entre em algum tipo de relação imaginária com ele ou ela. Exatamente o tipo de relação que é então representado por outros meios, por exemplo, a expressão facial dos participantes representados. Eles podem sorrir, caso em que o espectador é convidado a entrar numa relação de afinidade social com eles; eles podem olhar para o espectador com desdém frio, caso em que o espectador é convidado a se relacionar com eles, talvez, como um inferior se relaciona a um superior; eles podem fazer beicinho sedutor para o espectador, caso em que este é convidado a desejá-los [...]

À luz do exposto, podemos depreender que, ao usarmos essa gramática visual para a análise de um relação “demanda” entre personagens, o participante representado na imagem pode olhar para o participante interativo com um olhar diretivo, sedutor, íntimo, demandando-lhe algo, criando vínculo, intimidade, relação imaginária (com sugestão de afinidade, sedução, dominação, convite), com o propósito de ser desejado, admirado e respeitado. Visualmente, essa configuração aborda o consumidor de forma direta e impactante. Como bem equacionam Kress e van Leeuwen (2006[1996], em imagens com esse tipo de olhar, há o envolvimento emocional tácito dos dois participantes no jogo imagético da cena enunciativa.

Em uma imagem com um **olhar de oferta**, na esteira de Kress e van Leeuwen (2006[1996]), o olhar do participante representado, numa *mise en scène*, direciona-se ao participante interativo de forma indireta e impessoal. Nesse tipo de escolha, o participante interativo não é objeto de contemplação, mas sim aquele que olha para o participante representado, como algo a ser contemplado ou admirado, enquanto, para o participante representado, o participante interativo assume um papel invisível.

Esses dois autores de que falamos definem que todas as imagens que não contêm participantes representados olhando diretamente para o participante interativo são desse tipo: oferecem **participantes representados** aos interativos como fontes de informação, como se fossem objetos expostos em vitrines e objetos de contemplação. Em resumo: os olhares dos participantes podem ser encenados em diferentes contextos, de forma variada, exigindo, assim, ora algum tipo de resposta social imaginária do participante interativo (**demanda**), ora a percepção de um olhar como objeto de contemplação do participante representado (**oferta**).

A **distância** ou **afinidade social**, para Kress e van Leeuwen (2006[1996]), refere-se ao distanciamento, sendo em forma de **close-up**, **plano médio** e **plano aberto**, traçando na imagem uma relação imaginária de maior ou menor distância social entre o **participante representado** na imagem e o observador, dependendo do enquadramento: quanto menor a distância entre eles, maior o grau de proximidade com o participante interativo. Dependendo do ângulo em que as pessoas são retratadas nas imagens, elas podem expressar uma relação imaginária de amizade ou estranheza. Por exemplo, as imagens permitem-nos chegar imaginariamente mais perto de figuras públicas como se eles fossem nossos amigos e vizinhos ou podemos olhar para pessoas semelhantes a nós mesmos como estranhos. Por essa razão, as interações sociais são determina-

das, literal e figurativamente, pela distância que mantemos uns dos outros, pois carregamos barreiras invisíveis, permitindo a ultrapassagem somente de certas pessoas (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006[1996]).

Os autores definem que uma imagem, com enquadramento *close-up* (de perto), mostra cabeça e ombros do participante representado, enquanto uma foto enquadrada em *close-up* extremo (bem de pertinho) mostra bem menos que isso. Na imagem enquadrada no **plano médio**, o participante representado aparece fotografado até o joelho. Já no **plano aberto**, a distância é mais ampla, com o participante sendo representado com o corpo inteiro, incluindo todo o cenário que se encontra a sua volta.

Outrossim, a distância social pode ser aplicada à representação de objetos e do ambiente. Um objeto mostrado a uma **distância próxima** faz com que o observador se sinta engajado com ele, usando o produto ou realizando algo. Se o enquadramento tem uma **distância média**, o objeto é mostrado inteiramente, sem espaço à sua volta, colocando o observador de frente para o que está sendo exibido, sendo o mais comum na publicidade. À **longa distância**, cria-se uma barreira invisível entre o espectador e o objeto, colocando-o fora de nosso alcance, como se fosse exibido em uma vitrine, apenas para contemplação.

Além da escolha entre olhar de demanda ou oferta e o tamanho do enquadramento (perto, médio ou amplo), o publicitário deve selecionar o ângulo ou ponto de vista em que a imagem será apresentada. Para Kress e van Leeuwen(2006[1996]), isso implica a possibilidade de expressar atitudes subjetivas para os participantes representados, as quais, frequentemente, são determinadas socialmente, porém codificadas como subjetivas, individuais e únicas. Assim, pontos de vista socialmente determinados podem ser naturalizados. Os autores classificam dois tipos de imagens nas culturas ocidentais: **subjetivas** e **objetivas**.

Em imagens **subjetivas**, o observador pode ver o que há para ser visto somente através de um ponto de vista particular, enquanto as imagens **objetivas** revelam tudo que há para ser decifrado ou o que a imagem julgou ser sobre os participantes representados. Imagens objetivas não levam em consideração o observador e tendem a ocorrer em diagramas e mapas técnicos. Em contraposição, o ponto de vista da imagem subjetiva foi selecionado para o observador e é imposto não só aos participantes representados, como também ao observador, no sentido de serem sujeitados a algo ou alguém. Assim, a escolha de um ângulo frontal imprime maior envolvimento com o observador, enquanto um ângulo oblíquo causa um distanciamento, sugere um comportamento. O ângulo na linha dos olhos representa igualdade entre os participantes e não há diferença

de poder envolvidas, enquanto um ângulo alto faz o sujeito parecer pequeno e insignificante, pois tende a diminuir o indivíduo, reduzindo-o ao nível do chão. Já um participante representado, colocado em um ângulo baixo, faz o observador parecer imponente e incrível (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006[1996]).

Em vista disso, seguindo de perto Kress e van Leeuwen, 2006[1996], um participante representado pode nos fazer sentir inferiores, superiores ou iguais, dependendo do ângulo que ocupa na imagem. Isso se aplica também a imagens de produtos para publicidade, colocados em ângulo alto para ter poder simbólico sobre nós, ou fotografados abaixo da nossa linha de visão para torná-los acessíveis e nos oferecer poder de compra. Em textos verbais, o poder é demonstrado em frases publicitárias moduladas como: “você precisa”, “você não pode”, em que compreende a falta de reciprocidade. No caso de imagens, o poder de um produtor é transferido para os participantes representados como, por exemplo, a modelo que anuncia um produto.

## 7. Metodologia

### 7.1 Constituição do corpus

No profuso ambiente virtual tomado pelo *marketing* digital, limitamos o *corpus* a um recorte: o do anúncio publicitário compartilhado na mídia digital *Instagram*.

Por que escolhemos a rede *Instagram*? A escolha justifica-se porque as mídias digitais não podem ser ignoradas por nenhuma estratégia de *marketing*, uma vez que se tornaram onipresentes no dia a dia das pessoas, ultrapassando um contingente de usuários inimaginável que publica, por dia, milhões de fotos acessadas por inúmeras pessoas, as quais dão um número surpreendente de “curtidas” nos conteúdos postados na rede. Assim, graças ao grande número de usuários e os compartilhamentos aumentados em cadeia, o *Instagram* dita regras de comportamento, via rede social, que precisam ser consideradas.

Marcado por múltiplas significações semióticas, o anúncio publicitário digital destaca-se por seu discurso dominante e sua capacidade de instituir conceitos, valores sociais e comportamentos consumistas que sugerem *status* aos atores sociais diante da grande visibilidade das redes, visando agregar valor de mercado a logomarcas e produtos.

Em virtude de restrições de espaço, , bem como da extensão das categorias analisadas, selecionamos, para a composição do *corpus*, um anúncio de O Boticário, veiculado no *Instagram*, colhido em Setembro de 2016. Neste trabalho, não analisamos a totalidade do anúncio, a exemplo dos comentários dos usuários da rede *Instagram*, tendo em vista nossa finalidade de análise do discurso do produtor publicitário de O Boticário, publicado na rede, e não a opinião dos usuários da mídia sobre o que foi postado.

Na seleção do anúncio de produtos de beleza da marca O Boticário, foram considerados os seguintes critérios:

- i. Presença de orações que materializam na língua processos, participantes e circunstâncias, para análise metafuncional da GSF;
- ii. Presença de funções discursivas, como comandos, declarações afirmativas, que sugerem ao consumidor tomar uma ação ou partilhar de determinados conceitos;
- iii. Presença de *design*, cores, enquadramento de imagens, participantes representados em ângulos e perspectivas, para análise com as ferramentas da GDV;

## **7.2 Procedimentos teórico-metodológicos**

Para este artigo, selecionamos o arcabouço teórico da GSF (HALLIDAY, 2004[1985]), a TMD e GDV, nos termos de Kress e van Leeuwen (2006[1996]), bem como estudos de gênero e tipos textuais (MARCUSCHI, 2008), em uma análise multidisciplinar.

Buscando realizar uma análise de cunho qualitativo-interpretativo, os passos metodológicos consistem, inicialmente, de uma abordagem descritiva do uso linguístico no sistema da oração: unidade central de processamento da lexicogramática, considerando-se o contexto de situação e o contexto de cultura como níveis extralinguísticos, posicionados acima da oração, conforme Halliday (2004). Nesse nível, identifica-se o gênero publicitário digital inserido no contexto de cultura com todas as significações semióticas que possam emergir desse sistema de níveis mais elevados e amplos de significados, como, por exemplo, a crença na beleza, por vezes tão ostentada e desejada.

Assim, o gênero publicitário atua para influenciar em tudo que possa (re)significar em termos culturais, de forma pré-determinada. No entanto, a atuação publicitária na esfera social é realizada dentro de um contexto mais

específico: o contexto de situação. Nesse contexto, analisam-se as semioses que ocorrem nas variáveis de registro **campo** e **relação**, ou seja, a natureza da atividade publicitária e os papéis interacionais do produtor publicitário e dos interlocutores da mídia digital abordada.

No sistema da oração, com base na GSF, a metodologia de investigação centra-se na análise verbal dos **processos**, **participantes** e **circunstâncias** dos anúncios, ditados pelo sistema de transitividade da **metafunção ideacional** da linguagem. Em seguida, verificam-se como os modos semióticos influenciam as relações no sistema **modo** e **modalidade**, com foco nas relações de troca da oração, na **metafunção interpessoal**, como uma mensagem interativa entre produtor e consumidor em que se objetivam proposições ou propostas.

Neste trabalho, não investigamos os sistemas abaixo da oração (HALLIDAY, 2004[1985]), como grupos nominais, verbais, adverbiais, preposicionais, morfemas, fonemas, entre outros. Cabe destacar que a investigação da oração afasta-se da estrutura formal para considerar a gramática não como um sistema autocontido, mas sim como um sistema semântico, um recurso de produção de significados, cujas descrições gramaticais das categorias fazem referência ao que elas significam<sup>12</sup>. Dessa forma, Halliday (2004[1985]) considera essa perspectiva essencial para que a análise seja um modo perspicaz para entrar no estudo do discurso.

Em seguida, trabalhamos com conceitos advindos da Semiótica Social, base teórica presente tanto na gramática *hallidayana* como na GDV, para análise da semiótica visual do anúncio e do modo como essas gramáticas são utilizadas para produzir significados pelos seus produtores. Nessa direção, analisamos as semioses contidas nas **metafunções representacional** (processo conceitual simbólico atributivo) e **interativa** (olhar, enquadramento e perspectiva).

Concernente à GDV, é importante destacar que, devido ao caráter ubíquo das imagens e aos propósitos comunicativos e manipulativos dos produtores, Kress e van Leeuwen (2006[1996]) sugerem que as pessoas devem ser treinadas para interpretar imagens, pois cada imagem traz inclusão ou exclusão de detalhes, formas, maneiras de execução e ideologias. Assim sendo, a GDV é uma ferramenta prática e crítica para identificar as significações semióticas das imagens, o que é realizado, neste trabalho, por intermédio das metafunções representacionais e interativas, as quais designam ações e construções sociais.

---

<sup>12</sup> No original: The perspective moves away from structure to consideration of grammar as system, enabling us to show the grammar as a meaning-making resource and to describe grammatical categories by reference to what they mean (HALLIDAY, 2004, p. 10)

Posto isso, metodologicamente, buscamos, por meio do gênero publicitário, evidenciar:

- Como processos, participantes e circunstâncias são escolhidos e articulados para promover significações por intermédio da metafunção ideacional;
- Como elementos estruturais e semioses influenciam as relações no sistema de modo e modalidade da metafunção interpessoal;
- Como as categorias de análise visual representacionais e interativas compõem os significados idealizados pelos publicitários.

Após essas breves considerações, centremo-nos na análise do anúncio como forma de consubstanciar a teoria na prática social contextualizada.

### 7.3 Análise dos dados



Figura 1: Anúncio publicitário Make B – O Boticário. Fonte: Rede social Instagram, em setembro 2016.

Retomando Halliday (2004[1985]), procedemos a divisão do texto em orações, considerando as metafunções ideacional e interpessoal a que fizemos referência na composição do aparato teórico desse estudo.

## Período1: Metafunção Ideacional

Olhar marcante	se faz	com máscara para cílios e brilho nos olhos
Participante Meta	Processo Material	Circunstância

Metafunção Ideacional	# Acreditenabeza
	Processo Mental (acredite) + Participante Fenômeno (na beleza)

## Período 2: Metafunção Ideacional

Aquele brilho no olhar	de quem	se olha	no espelho	e vê	a pessoa	que mais admira
Participante Fenômeno	Participante Experienciador	Processo Mental	Circunstância	Proc. Mental	Partic. Fenômeno	Processo Mental

Oboticario	#Acreditenabeza
	Processo Mental (acredite) + Participante Fenômeno (na beleza)

Em se tratando de nível extralinguístico, o gênero publicitário, na senda dos estudos de Halliday(2004[1985]), faz parte de um contexto cultural mais amplo e convencionado, que influencia o anúncio veiculado na mídia virtual, em um contexto situacional de produção publicitária, com recursos multissemióticos e *layout* que atendam aos propósitos dos produtores ao compartilhá-lo via mídia social. Nesse cenário, a cultura da beleza é fortemente valorizada, e as pessoas são motivadas a expor suas qualidades nas redes, buscando atrair atenção, reconhecimento e aprovação, exigidos no jogo social (BAUMAN, 2008).

Ainda nos termos de Halliday (2004[1985]), as pessoas estão interagindo através da rede, e representando papéis pessoais e sociais perante os outros. Diante disso, a escolha publicitária mais apropriada para compor o nível linguístico de conteúdo (semântico), entre outros elementos léxico-gramaticais, é o **processo material**, representado pelo **fazer** (que denota uma ação concreta no mundo material), para emitir uma oração de MODO Indicativo-declarativa-afirmativa no **nível linguístico de expressão**: Olhar marcante se **faz** com

máscara para cílios e brilho nos olhos, em que **olhar marcante**, nos termos da gramática tradicional, é um sujeito paciente que sofre a ação de ser feito por um agente não identificado, estrategicamente colocado, para que o consumidor se veja como esse agente e tome a atitude que se espera dele. Nota-se que não é qualquer olhar, é um olhar adjetivado como **marcante**, aquele que confere a seus possuidores destaque diante dos demais; é uma escolha, entre tantas outras, no nível paradigmático.

Como sabemos, as pessoas buscam os cuidados com a beleza, ainda mais em tempos de redes sociais, seja para aparecer bem nas fotos, seja para impressionar, e, com isso, muitas delas esforçam-se para aumentar o número de seguidores. Com efeito, o anúncio declara, por meio de sintagmas adverbiais, como se consegue esse olhar –valorizando, simultaneamente, o produto e o consumidor: **se faz com máscara para cílios e brilho nos olhos**, alimentando o brio, o ego de leitoras e possíveis consumidoras que acessam a rede, pois o processo material do **fazer** as induz/convida a se tornarem o **participante Ator** que realizará o processo de fazer um olhar marcante (**participante meta**).

Além disso, a **circunstância** marca a retórica desse discurso, ao mostrar que se consegue os resultados pretendidos com o uso do produto, que é associado a um valor positivo (marcante). Desse modo, a publicidade valoriza o poder da beleza no contexto de cultura e de situação, relacionando a máscara para cílios com o brilho nos olhos, suprimindo uma carência da consumidora que se identifica com esse discurso e almeja espelhar o tipo de pessoa que o anúncio propõe.

Ademais, a escolha dos processos **mental** (acreditar) e **material** (fazer) visa atender aos objetivos de seus produtores – formar uma crença que leve a consumidora à compra (ação concreta)–, lidando, propositalmente, com um ponto sensível: a autoestima das usuárias da rede.

Dando prosseguimento às análises, o período 2 reforça o processo de identidade que se pretende firmar entre a consumidora e a marca do produto, especificando qual é o tipo de brilho no olhar: **aquele de quem se olha no espelho e vê a pessoa que mais admira**, expresso em uma oração declarativa afirmativa que traz os **processos mentais** de percepção **olhar, ver** e **admirar** (verbos que refletem atividade no mundo interior, ou seja, cognitivo ou mental). O **participante** que tem essa percepção diante do espelho é denominado o **Experienciador**, enquanto a imagem de si mesma refletida no espelho é o **Fenômeno experienciado**. Esses processos promovem instantaneamente um sistema de autoidentificação na interlocutora, pois olhar-se no espelho, admirar-se, orgulhar-se de si é um desejo comum à maioria das pessoas.

Assim, aspira-se posicionar a consumidora como experienciadora desses processos, associados à *Make B* e, conseqüentemente, ela associará o uso dos produtos a esses valores em si mesma (**Fenômeno experienciado**).

Por fim, os períodos 1 e 2 são concluídos com a *hashtag* #acreditenabeleza que, ao ser clicada, direciona as usuárias do *Instagram* para vários *posts* similares, alimentando uma interação dinâmica na rede, através do *slogan* que é repetido de forma incessante. Esse *slogan* representa a escolha de um **processo mental**, pois o verbo **acreditar** expressa uma atividade do mundo mental ou cognitivo, visando manter a crença no poder da beleza, reforçada pela repetição da *hashtag* **Acredite na beleza** no final de cada período.

Além desses **processos ideacionais**, seguindo de perto a GSF, esse anúncio carrega, simultaneamente, pensando na **Metafunção Interpessoal**, os significados **interpessoais**, os quais exercem uma interação e demandam um papel complementar junto ao interlocutor. Nesse caso, os períodos 1 e 2 são **proposições**, conforme Halliday (2004[1985]), pois oferecem à consumidora uma informação/declaração, de polo positivo, que pode ser aceita ou rejeitada. A título de exemplo, ela pode concordar ou discordar do comando “Acredite na beleza”, que é uma **proposta** solicitada para que a possível consumidora pratique essa crença, carregada de simbologias. Além disso, foram aplicados recursos interpessoais que visam influenciar o julgamento do interlocutor, conforme Halliday (2004[1985]), como o adjetivo **marcante** (período 1), que expressa um julgamento positivo, o que ele denomina de **atributo avaliativo**. Também no período 2, o sujeito e verbo são motivados semanticamente na proposição de polo positivo com um **atributo avaliativo** em forma de oração: **que mais admira**. Esses recursos induzem o interlocutor a julgar o produto com base em seu valor como pessoa.

Os verbos do período 1 e 2 estão marcando o tempo presente, que estende a continuidade da ação do produto, MODO Indicativo, contendo funções discursivas declarativas nas proposições na troca com o consumidor, mais precisamente afirmativas, visando formar os conceitos pré-estabelecidos no anúncio.

Em ambos os períodos sobreditos, aparece o verbo **acreditar** no MODO Imperativo, assumindo o papel de solicitar/demandar, por intermédio de um comando na troca interpessoal com as prospectadas consumidoras. Ressaltamos que não apareceram níveis de modalidade nas proposições e propostas deste anúncio.

Há de se destacar que, apesar de a análise ser expressa em termos de formas gramaticais do ponto de vista estrutural da língua, podemos entender que Halliday (2004[1985]) propõe que ela seja entendida na enunciação interativa

e significativa em uso contextualizado, de maneira que a estrutura formal seja uma das partes que contempla todo o sistema funcional, que é materializado linguisticamente na forma.

Prosseguindo na análise, na **metafunção representacional**, convalidando os estudos de Kress e van Leeuwen (2006[1996]), no anúncio em tela, publicado na rede social *Instagram*, há um processo **representacional conceitual** porque há ausência de ação ou de uma narrativa. Podemos identificar a participante representada dentro de um processo **conceitual simbólico atributivo**, pois explora o que a participante representada é ou significa: uma mulher que tem brilho no olhar e se admira. As qualidades e significações da imagem dessa mulher – de olhar marcante, brilho nos olhos e que se orgulha de quem é – são atribuídas à máscara para cílios Make B, tornando-a um ingrediente fundamental na receita para alcançar esses valores.

Essa participante representada (**Participante Atributo Simbólico**) aparece destacada pela posição central, cor, iluminação e brilho, associada ao produto por valores importantes no nosso meio cultural e social, como a autoestima e autovalorização. Esse anúncio pressupõe a ideia de que a prospectada consumidora que venha a adquirir o produto faça parte de um grupo especial na sociedade: aquelas que têm brilho nos olhos e se admiram (a ideia de pertencimento). O **participante Portador** da imagem (máscara para cílios) porta **atributos simbólicos** que são expressos pela modelo representada na imagem, pelo processo de associação com valores importantes e convencionados em uma comunidade, como se admirar e se respeitar.

Quanto à **Metafunção Interativa** de análise visual, vemos que a modelo aparece representada sob um **olhar de demanda**, pois seu raio de visão interage diretamente com o consumidor (participante interativo), envolvendo-o, de forma a estabelecer uma relação imaginária com a participante representada. É uma interação pelo olhar como um convite para ter um olhar marcante com a máscara de cílios *Make B*. A escolha desse tipo de interação é marcada pela sensação de familiaridade, intimidade e confiança da participante representada, que “olha nos olhos” do visualizador do anúncio. Nessa medida, ela tem a função de criar uma forma visual de comunicação direta e pessoal, configurada como “atos de imagem” (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006, p.117)

No que se refere à **distância**, a participante representada na imagem aparece em *close-up*, ou seja, numa posição de maior afinidade e proximidade com o consumidor, quebrando barreiras, pois aparece bem próxima, com o rosto focado. Esse tipo de escolha demonstra o grau maior de intimidade com

o observador da imagem. Desse modo, a distância que se estabelece não é de caráter distante e formal, como numa relação entre estranhos, mas de caráter íntimo, tendo em vista que há maior vínculo de confiança nas pessoas que estão mais próximas a nós, e a participante representada se coloca nessa posição para nos recomendar um produto, deixando-nos à vontade como entre pessoas próximas. Além da participante representada, a máscara para cílios *Make B* também é colocada em distância *close up*, fazendo com que a espectadora dessa imagem sinta-se engajada com ela, de forma que possa pegar e manusear o produto. Em suma, a imagem possibilita ao público-alvo sentir-se confiante, pela criação, que lhe parece natural a familiar, dessa conexão estabelecida pelo produto e por quem o representa.

Por fim, sob análise do **ponto de vista** ou **perspectiva**, a participante representada interage com o consumidor de modo **subjeto** em *ângulo frontal*, pois se coloca em posição de igualdade e empatia com o participante interativo observador, favorecendo, assim, a aceitação do que é proposto na imagem. Nessa relação de igualdade, estabelecida pelo ângulo colocado na linha dos olhos, não há diferença de poder envolvidas. Os participantes interativos (participante representada e consumidora) detém o mesmo poder para que haja negociação. O modo subjetivo é caracterizado porque a modelo escolhida para representar a consumidora expressa atitudes subjetivas, as quais são determinadas socialmente e aparecem codificadas como individuais e únicas (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006). Em outras palavras, a ideia de sucesso e orgulho de si mesma é constituída pelo social, como uma imagem de aprovação, e tal aprovação é conseguida pelo poder de compra de cada indivíduo, tornando-se uma busca pessoal. Assim, esse ponto de vista socialmente determinado pode ser naturalizado, impondo à espectadora essa visão.

## Considerações finais

Nesta pesquisa, buscou-se analisar, criticamente, uma peça publicitária de O Boticário na mídia digital *Instagram*, que contemplasse a língua em uso como um conjunto de práticas enunciativas sociais e dialógicas, nas malhas da produção publicitária. Nessa perspectiva, sob a égide funcionalista de Halliday (2004[1985]), buscou-se apresentar sobretudo a análise do sistema semântico das orações, considerando elementos lexicogramaticais e pragmáticos atuantes nas variáveis de registro **campo** e **relação** do **contexto de situação** e o **contexto**

**de cultura**, como pontos de partida para a análise discursiva. Consequentemente, nos termos de Halliday (2004[1985]), considerando-se a oração como a unidade central de processamento da lexicogramática, investigamos como **processos, participantes e circunstâncias** são escolhidos e articulados para promover significações por intermédio do sistema de transitividade da **metafunção ideacional**.

Pudemos observar que, no anúncio analisado, a presença dos **processos mentais** acreditar, ver, olhar e admirar evidencia um propósito importante da publicidade da marca Boticário, que é influenciar a experiência mental do consumidor, pelo processo de cognição **acreditar**, repetido como um mantra no anúncio; pelos processos de percepção **olhar e ver**, que chamam a atenção da consumidora prospectada para que perceba sua própria beleza associada ao produto; pelos processos perceptivos/sensitivos **admirar e sentir**, os quais contemplam a associação de emoções que interligam valores pessoais, como autoestima, amor próprio e realização, a produtos, por intermédio de neuroassociações. Esses processos são responsáveis por mudar a percepção que se tem da realidade, objetivo imprescindível na publicidade, cujo *marketing* busca encantar consumidores.

Além dos processos mentais, a escolha do **processo material** fazer é justificada porque os processos materiais são responsáveis por **fazer e acontecer** no mundo concreto, provocando uma alteração da situação inicial por um participante (Ator), que realiza a ação. Nesse caso, o que foi inculcado na mente, em relação aos processos mentais, tomam forma como ação pelo uso dos produtos de o Boticário, já que se afirma a existência de uma realidade projetada na tela digital: que não há nada melhor que a autorrealização proporcionada pelo uso de *Make B*, interligada à realização pessoal daquelas pessoas que observam o anúncio. Nesse sentido cria a existência de cenários para que a encenação da tela seja efetivada no mundo real.

Os participantes **Meta, Ator, Fenômeno, Experienciador** complementaram o significado desses processos, ora como agentes, ora como pacientes, ora como uma micelânea deles, pelo sistema de transitividade da oração. Já as circunstâncias delimitaram que os bons resultados anunciados fariam o efeito desejado somente com o uso do produto, associado à capacidade de realização e autoestima da consumidora prospectada na rede.

A análise de participantes, processos e circunstâncias da metafunção ideacional revelaram em cada escolha da composição semiótica do anúncio a intencionalidade da produção publicitária, em meio a infinitas opções do sistema

paradigmático da língua, como preceitua Halliday (2004 [1985]). Essas escolhas deixaram claro que o destaque na qualidade dos produtos no meio digital não é tão essencial quanto à formação de conceitos inter-relacionados ao uso de produtos, pois a criação de um ícone de valor na logomarca acrescerá valor a todos os produtos da linha.

Findas as categorias de análises ideacionais, procuramos responder nesta pesquisa como os modos semióticos influenciam as relações no sistema de modo e modalidade nos termos da metafunção interpessoal (HALLIDAY, 2004). Esse sistema realiza as proposições e propostas no nível léxico-gramatical correspondentes aos papéis desempenhados na interação com o consumidor via mídia social. Nesse viés, a interação é influenciada pela escolha das funções discursivas, seja oferecer, comandar, declarar ou questionar:

Nesse quesito interpessoal, pudemos perceber a predominância de orações declarativas afirmativas de MODO Indicativo, cuja função discursiva é dar/oferecer informações por intermédio de proposições de polo positivo, numa atitude de afirmação de tais informações perante os usuários da rede. Esse enfoque caracteriza a prioridade da marca na criação de conceitos e ideias, o que já fora evidenciado na categoria analítica dos processos mentais da função ideacional.

Em segundo lugar, aparecem as orações de MODO Imperativo, as quais fortalecem as afirmativas colocadas pelo comando repetido de se acreditar na beleza, o que constrói e naturaliza o hábito de se usar produtos de beleza. Nesse sentido, concluímos que as afirmativas em MODO Indicativo declarativo reforçam os conceitos pretendidos com a escolha dos processos ideacionais, pois afirmam para convencer e suggestionar.

Após a análise do sistema verbal, procuramos responder, nesta pesquisa, como as categorias de análise visual representacionais e interativas (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) compõem os significados idealizados pelos publicitários. Mediante as categorias analíticas da GDV, conclui-se que a prioridade do produtor publicitário, no anúncio ora analisado, é o **processo representacional conceitual simbólico atributivo**. A razão para isso é que esse processo permite que se transforme a realidade densa, objetiva e, muitas vezes, difícil em imagens perceptivas e mentais que acionam os sonhos, os desejos, as fantasias idealizadas das pessoas, associando esses valores à marca o Boticário, em um processo que forma e atribui conceitos presentes no participante representado ao produto anunciado.

Dessa forma, as pessoas são induzidas não só a adquirir um produto, mas também a comprar a simbologia de alcance de seus desejos, sobretudo porque

esse processo permite, em suas mensagens simbólicas, o recurso da inferência, ou seja, o acesso a mensagens não ditas explicitamente. Essa estratégia de uso do **processo conceitual simbólico atributivo** nos permite confirmar a hipótese inicial desta pesquisa, na qual o foco na qualidade de produtos no meio digital torna-se secundária em relação à prioridade que é dada à formação de conceitos e imagem da empresa/logomarca junto aos consumidores, pois a formação de arquétipos que insinuam poder pessoal por meio de uma marca venderá, por consequência, todos os produtos dessa marca, o que, naturalmente, é uma estratégia mais eficaz, comercialmente, do que o foco na qualidade de produtos, tendo em vista que consumidores gostam de experimentar novidades.

Quanto à estratégia interacional do anúncio, sobreleva-se o olhar de **demanda**, em que o participante representado olha diretamente nos olhos de quem observa a imagem, estabelecendo uma conexão, um contato imaginário, no intuito de envolvê-lo e fazer com que execute a ação sugerida na imagem. Em se tratando do enquadramento da imagem, o anúncio apresentou o enquadramento *close up*. A escolha desse recurso coloca a provável consumidora no maior nível possível de intimidade com a participante representada na imagem, sugerindo uma interação com uma pessoa íntima, amiga, confiável, o que facilita o convencimento pela proximidade.

Por fim, a análise da **perspectiva** exprimiu a escolha do **ângulo frontal** no anúncio observado, o que figura na intenção de se estabelecer maior envolvimento com o observador da imagem, alinhados frente à frente, no mesmo ângulo de visão, de igual para igual, conquistando a empatia nessa relação, através da imagem, numa equiparação de poderes. Nessa relação, a participante representada diz para a consumidora (participante interativa) que ela tem o mesmo poder que foi representado na imagem.

A partir das reflexões tecidas nesta pequena análise, apresentamos algumas semioses presentes no gênero publicitário no meio digital, destacando a necessidade de letramento multimodal para que seja possível interpretar melhor os gêneros presentes na comunicação contemporânea.

## Referências

- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M.M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

- GOUVEIA, C. A. M. Texto e Gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional: **Matraga**. Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun.2009. Disponível em <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga24/arqs/matraga24a01.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to function grammar**. London: Edward Arnold, 2004.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 1996.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 2006.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.
- MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NATIVIDADE, C. ; PIMENTA, S. M. de O. A semiótica social e a multimodalidade. *In*: LIMA, C.H. P.; PIMENTA, S. M. DE O. e AZEVEDO, A. M.T. (org.). **Incursões semióticas**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PINHEIRO, V. S.; MAGALHÃES, C.. A representação de atores sociais em capas da revista “Raça Brasil”. *In*: **33rd International systemic functional congress**, 2006. Disponível em : [http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/23id\\_pinheiro\\_m489a513.pdf](http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/23id_pinheiro_m489a513.pdf). Acesso em: 20 abr. 2017.
- SANTANA, C.; PIMENTA, S. M. de O. Multimodalidade: Análise Multimodal de Peças Publicitárias da Revista Veja. *In*: LIMA, C.H. P.; PIMENTA, S. M. DE O. e AZEVEDO, A. M. T. (Org.). **Incursões semióticas**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.
- VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. **Introdução à multimodalidade: contribuições da gramática sistêmico-funcional, análise de discurso crítica, semiótica social**. Brasília, DF: J. Antunes Vieira, 2015.

Recebido em 14 de novembro de 2017.

Aceito em 27 de fevereiro de 2018.

## O ANGLICISMO NO DICIONÁRIO *AURÉLIO*

### THE ANGLICISM IN THE DICTIONARY *AURÉLIO*

Fernando Moreno Silva

Universidade Estadual do Norte do Paraná  
moreno@uenp.edu.br

Denival Varotto

Universidade Estadual do Norte do Paraná  
denivalvarotto@gmail.com

#### RESUMO:

O processo de empréstimo linguístico – entrada de palavras de origem estrangeira em outra língua – contribui para a expansão do léxico, seja na forma adaptada, seja na forma estrangeira. Apesar de não consensual, costuma-se chamar a forma adaptada de “empréstimo” (escâner), e a forma estrangeira de “estrangeirismo” (ingl. *scanner*). Quantos estrangeirismos existem no português brasileiro? Há muitos estrangeirismos registrados em dicionário? Quais áreas mais contribuem para a entrada deles? A partir dessas questões, a proposta deste trabalho foi fazer um levantamento de todos os estrangeirismos (formas não adaptadas ao português) registrados no dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), analisando em especial os anglicismos (palavras de origem inglesa, como “commodity” e “lobby”). A pesquisa mostrou que o estrangeirismo não representa uma “ameaça” ao português, já que, num universo de 144.342 verbetes do dicionário, há 1.330 formas não adaptadas ao português (0,92%), predominando o anglicismo (624).

PALAVRAS-CHAVE: empréstimos, estrangeirismos, anglicismos, dicionário.

#### ABSTRACT:

The process of linguistic loan - entry of words of foreign origin into another language - contributes to the expansion of the lexicon, either in the adapted form or in the foreign form. Although not consensual, it is often called the adapted form of “loan” (escâner), and the foreign form of “foreignism” (in English *scanner*). How many foreignisms are there in Brazilian Portuguese? Are there many foreignisms registered in the dictionary? Which areas most contribute to their entry? From these questions, the proposal of this work was to survey all foreignisms (non-Portuguese-adapted forms) recorded in the Aurelio dictionary (FERREIRA, 2010), analyzing in particular the Anglicisms (words

of English origin, as “commodity” and “lobby”). The research showed that foreignism does not represent a “threat” to Portuguese Language, since, in a universe of 144,342 words in the dictionary, there are 1,330 forms not adapted to Portuguese (0.92%), and predominantly Anglicism (624).

KEYWORDS: loans, foreignisms, anglicisms, dictionary.

## Introdução

A língua de um povo é o resultado de uma série de processos linguísticos, isto é, se apresenta como a soma de sucessivas renovações lexicais que foram acontecendo ao longo dos tempos. Assim, a evolução de um idioma é o produto de um conjunto de fenômenos que se enriquece no contato de seus falantes com novas realidades da existência e até com falantes de outras línguas, muitas vezes incorporando termos lexicais alheios nas mais diferentes formas.

Nessa perspectiva, o português brasileiro desde seu início se mostrou receptivo à entrada de palavras vindas de outros idiomas. Muitas línguas, quando em contato com nosso idioma, em diversos momentos históricos, contribuíram por meio de empréstimos para a ampliação do acervo lexical do português. Uma das línguas mais importantes nesse intercâmbio linguístico é a língua inglesa.

O inglês se transformou na língua veicular por excelência para a comunicação internacional e sua influência ocorre em diferentes áreas. No Brasil, não foi diferente; o brasileiro está socialmente situado num cenário com forte presença do anglicismo, sendo seu uso já incorporado ao cotidiano dos falantes. “A forte influência desse idioma extrapola os campos político-econômico e sociolinguístico, firmando-se como ideologia dominante, despertando credibilidade e fascínio” (SOUZA, 2011, p. 18).

Segundo Michaelis (2015, s.v. anglicismo), a “palavra ou expressão própria da língua inglesa, introduzida em outra” é chamada “anglicismo”.

Diante do fenômeno da forte presença do anglicismo na língua portuguesa, surgem algumas questões: o inglês é de fato o idioma mais influente no léxico do português brasileiro? Se nosso idioma sofre a influência de línguas estrangeiras, esses empréstimos representam um universo significativo das palavras em uso, a ponto de termos manifestações “puristas” como o projeto de lei do

deputado Aldo Rebelo<sup>1</sup>? Quais as áreas de conhecimento que mais contribuem para o processo do empréstimo linguístico?

Para resolver essas incógnitas, teríamos vários caminhos: fazer um levantamento junto às publicações midiáticas, sobretudo revistas e jornais; pesquisar teses e dissertações que tratam do assunto; analisar os registros dos dicionários; entre outros. Optamos pela pesquisa em dicionários, escolhendo aquele que representa, pela história e pela influência no mercado editorial, uma referência lexicográfica: a última edição mais completa do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010).

Nossa proposta, portanto, foi investigar, segundo o dicionário Aurélio, qual a língua estrangeira mais recorrente no léxico da língua portuguesa. Para isso, buscamos no dicionário apenas as formas não adaptadas registradas. Isso significa que analisamos apenas os estrangeirismos, entendido aqui como formas não adaptadas ao português, como *shopping* e *hacker*. Após o levantamento, debruçamo-nos apenas sobre os anglicismos (palavras de origem inglesa, como *commodity* e *lobby*) Além disso, investigamos qual a área de conhecimento que mais contribui para a inserção dos anglicismos no português brasileiro.

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, vamos discutir a dinâmica do léxico e os conceitos de empréstimo e de estrangeirismo.

## 1. Dinâmica do léxico

O português brasileiro, a exemplo do que ocorre em qualquer outro idioma, recebe influência de muitas línguas, afinal, o idioma, em seu processo evolutivo, muda com o passar do tempo, pois as línguas não constituem uma realidade estática.

Queremos com isso dizer que as línguas estão em movimento, mas nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão. Em outras palavras, as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados. Os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando. Parece que, como falantes,

---

<sup>1</sup> O deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) é autor do Projeto de Lei 1676/1999, aprovado em março de 2001 na Câmara dos Deputados, que objetiva proibir o uso de palavras oriundas de outras línguas que possuam o mesmo significado na língua portuguesa.

construímos uma imagem da nossa língua que repousa antes na sensação de permanência do que na sensação de mudança. (FARACO, 2006, p. 14)

Uma das características da língua é a transformação, pois ela é um organismo vivo; tanto o nascimento como o desaparecimento de palavras representam uma situação normal no sistema de linguagem. Carvalho (2009, p. 32-33) afirma que o léxico de uma língua é como uma galáxia que vive em expansão permanente, refletindo a cultura da sociedade.

Um dos fatores responsáveis pela mudança nas línguas são os intercâmbios culturais e as trocas de conhecimentos científico e tecnológico entre os povos. Isso traz implicações no âmbito linguístico, sobretudo, no nível lexical.

Como diz Alves (1995, p. 319), o acervo do léxico português se enriquece por meio de dois procedimentos: processos vernáculos (derivação, composição, truncação, transferência semântica) e empréstimos de outros sistemas linguísticos. O empréstimo linguístico pode provocar a entrada de palavras de origem estrangeira no léxico de três maneiras: (i) tradução literal de palavra estrangeira. Ex.: **arranha-céu** (do inglês *skyscraper*), **cachorro-quente** (do inglês *hot-dog*); (ii) incorporação da forma original. Ex.: *best-seller*, *internet*; (iii) adaptação de forma estrangeira à vernacular. Ex.: balé (do francês *ballet*), **lasanha (do italiano lasagna)**, futebol (do inglês football).

As línguas são influenciadas por outras de forma direta ou indireta, sendo os empréstimos lexicais uma das maneiras de interferência. Entretanto a utilização intencional ou não desses empréstimos mostra o quanto é difícil, talvez impossível, estabelecer o controle da influência que as línguas exercem umas sobre as outras. O empréstimo linguístico se apresenta como um reflexo desse acontecimento. Essa questão denota, por um lado, uma intercambialidade social que contrasta, em um mesmo ambiente, diversas línguas, permitindo as diferentes formas de transações linguísticas.

Alves (1990, p. 72-77) diz que “não há dúvida de que o empréstimo faz parte do dinamismo inerente ao sistema linguístico. Essas incorporações são frutos de intercâmbios de diversas naturezas, sobretudo linguísticos e culturais: “...do mesmo teor que os indivíduos, as nações não podem viver insuladas em seu território. Das relações que são obrigadas a manter na vida internacional, ficam quase sempre vestígios indelévels nos respectivos léxicos.” (COUTINHO, 1974, p. 201).

Seguindo esse raciocínio, Carvalho (2009, p. 80) explica:

A adoção de um termo estrangeiro pode ser um fato de cultura e gosto, mas é sempre gerada por uma necessidade prática. A cunhagem de um novo termo demanda tempo e interesse, enquanto a adoção é instantânea. As palavras estrangeiras são o testemunho de uma lacuna lexical por não existir anteriormente o objeto ou o hábito na cultura importadora, sobretudo no caso das terminologias, quando nomeiam realidades desenvolvidas em outras culturas e línguas.

O uso de conjuntos lexicais e expressões de outras línguas não representa apenas uma forma diferente de se expressar; significa também entrar no universo de um outro grupo social, com diferentes maneiras de sentir, pensar, agir e conviver. Por isso, é importante olharmos para esse fenômeno com muita atenção, entendendo que estamos partilhando história, tradições e outras visões de mundo; em sua caminhada, a palavra incorpora diferentes percepções, sensações e sentimentos. Nessa perspectiva, Faraco (2006, p. 42-46), referindo-se ao estudo histórico da composição do léxico, enfatiza que esse tipo de estudo no eixo temporal se relaciona ao estudo mais amplo da história cultural da comunidade linguística, pois o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura.

Atualmente, quando nos referimos ao empréstimo linguístico, uma língua que se destaca é o inglês. O anglicismo - palavra ou expressão própria da língua inglesa - ocorre por conta sobretudo da força do inglês no mundo como língua franca, a língua das relações internacionais. Talvez isso tenha sido impulsionado pela influência política, cultural e sobretudo econômica dos Estados Unidos. Mas, claro, não é somente o anglicismo que enriquece o português. Outros estrangeirismos, como galicismo e latinismo, estão presentes. Veremos a seguir um pouco um mais sobre o conceito de “estrangeirismo”.

## **2. Empréstimo e estrangeirismo**

Empréstimo, estrangeirismo, peregrinismo, xenismo, palavra estrangeira... São vários termos para denominar a palavra estrangeira que entra em outro idioma. Para uns, os termos são sinônimos; para outros, há diferenças. Ou simplesmente ignoram o par em favorecimento de um.

Barbosa (2001, p. 42), referindo-se ao neologismo alogenético, ou seja, novas formas estrangeiras, estabelece as seguintes etapas: (i) palavra estrangeira: aparece apenas no discurso em que é empregada; (ii) peregrinismo:

primeira fase de inserção de forma estrangeira; (iii) xenismo: forma estrangeira que apresenta aumento de frequência, mas ainda não sofreu adaptações; (iv) empréstimo: forma estrangeira que se torna frequente, sofrendo adaptações.

Para Alves (1990, p. 72-77), estrangeirismo é a primeira etapa pela qual passa uma palavra oriunda de outra língua ao adentrar um outro idioma. Depois de adaptar-se, sofrendo alterações, torna-se empréstimo:

O estrangeirismo passa por algumas etapas até integrar-se à língua receptora, isto é, tornar-se um empréstimo. Primeiramente, o elemento estrangeiro é sentido como externo à língua vernácula, não fazendo parte do seu acervo lexical. Em seguida, o estrangeirismo é empregado juntamente com uma forma vernácula, sobretudo em textos escritos, com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor. Em seguida ocorre a integração, que pode manifestar-se por meio de adaptação gráfica, morfológica ou semântica.

Valadares (2013, p. 111) também defende que a entrada de determinado item lexical em outro e diferente acervo linguístico ocorre pelo fenômeno do estrangeirismo:

Estrangeirismos são palavras, efetivamente, oriundas de outro sistema linguístico, tomadas por empréstimo para suprir alguma necessidade conceitual, de ordem tecnológica, ou para a expressão de elementos socioculturais, referentes às trocas de ordem linguístico-cultural entre comunidades falantes de idiomas diversos.

Na visão de Campos (1986, p. 34), “o estrangeirismo seria um empréstimo que ainda não se naturalizou”; Barbosa (2004 p. 71-72) entende que “o estrangeirismo consiste em transferir (transcrever ou copiar) para a língua-alvo vocábulos ou expressões da língua-fonte que se refiram a um conceito, técnica ou objeto mencionado na língua-fonte que seja desconhecido para falantes da língua-alvo”; Guilbert (1975, p. 95-7) diz que o estrangeirismo é “a unidade lexical sentida como externa à língua”; na visão de Faraco (2001, p. 33), “estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português.

Em nosso trabalho, com base nos autores precitados, adotamos dois

conceitos, apesar da polêmica<sup>2</sup> que envolve os termos: “estrangeirismo”: uma unidade estrangeira ainda não adaptada ao português brasileiro (ingl. *scanner*); “empréstimos”: unidade de origem estrangeira que foi adaptada ao português brasileiro (escâner). São vários os tipos de estrangeirismo: africanismo (de línguas africanas), americanismo (de línguas americanas), anglicismo ou inglesismo (do inglês), hispanismo, castelhanismo ou espanholismo (do espanhol), galicismo (do francês), germanismo (do alemão), grecismo ou helenismo (do grego), indigenismo (de línguas indígenas), italianismo (do italiano), japonismo (do japonês), latinismo (do latim), portuguesismo, lusismo ou lusitanismo (do português europeu), tupinismo (do tupi).

Nosso objetivo aqui proposto foi investigar todos os estrangeirismos registrados no Aurélio, em especial o anglicismo. A seguir, apresentamos a metodologia do trabalho.

### 3. Metodologia

Para investigar o fenômeno do anglicismo, adotamos como *corpus* a quinta edição do Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), que apresenta 144.342 verbetes<sup>3</sup> em 2272 páginas. Portanto, o trabalho que se caracteriza como pesquisa bibliográfica.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, com levantamento feito manualmente, seguindo a classificação do próprio dicionário.

Na primeira etapa, foram identificados todos os estrangeirismos registrados pela obra, que adota, na sua marcação, uma seta azul que precede a cabeça de verbete ou entrada, com origem da palavra entre colchetes: [ingl.]. Portanto, para levantamento dos dados, seguimos o critério adotado pela obra. Segue exemplo de verbete com marca de estrangeirismo:

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre essa polêmica, consultar: Assis, 2007; Câmara Júnior, 1996; Dubois *et al.*, 2007.

<sup>3</sup> O verbete (também chamado “artigo”, “artigo léxico” ou “artigo lexicográfico”) constitui um conjunto sistematizado de informações (classe gramatical, gênero, flexão, definição, exemplos, etc.) da unidade lexical registrada no dicionário. Esse conjunto é sistematizado por meio de uma estrutura chamada “microestrutura”.

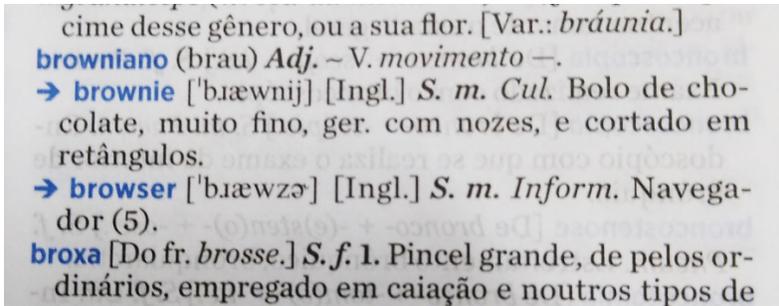


Figura 1: Exemplo de anglicismo registrado em (FERREIRA, 2010, p. 354).

Foram excluídos do levantamento: siglas (CPU – *central processing unit*), abreviações, símbolos químicos, palavras oriundas de derivações e formas híbridas. Excluímos também de nossa pesquisa os empréstimos, ou seja, palavra de origem estrangeiras que foram adaptadas ao português. Segue abaixo, a título de curiosidade, os empréstimos (formas adaptadas ao português) registrados pelo Aurélio:

Língua/fonte	Qtde	Palavra original	Forma aportuguesada
Africano	1965	mbirimbau	berimbau
Alemão	68	kobalt	cobalto
Algonquiano	01	caribu	caribu
Australiano	05	koala	coala
Árabe	1753	al gatra	alcatra
Aramaico	11	abba	aba
Aruaque	05	canoa	canoa
Bérbere	01	al-hiri	aleli
Caraiba	14	curare	curare
Céltico	09	baikkion	beijo
Cigano	8	chuló	chulé
Chinês	12	Ch`a	chá
Cingalês	01	beribéri	beri
Concani	19	bangló	bangalô
Controversa	206	acabrunhar	acabrunhar
dakota	05	shaiyena	cheine

Escandinavo	02	Bank-is	banquisa
Eslovenio	03	krovat	croata
Espanhol	2316	cangrejo	caranguejo
Esquimo	05	qajaq	caiaque
Francês	2185	blouse	blusa
Frâncico	46	knif	canivete
Gaélico	01	clann	clã
Galego	03	campesyno	campesino
Galibi	01	camixi	camixi
Gascão	06	capdet	cadete
Germânico	52	burc	burgo
Grego	5073	akademikós	acadêmico
Gótico	39	haspa	aspa
Guarani	32	capiau	capiau
Hebraico	59	amén	amém
Hispano-americano	68	bandoneón	bandônion
Hindi	13	bandana	bandana
Hindustani	08	batha	bata
Holandês	02	brood	brote
Incerta	381	cabrobó	cabrobó
Indígena	126	anhambi	anhambi
Inglês	1375	bluff	blefe
Italiano	685	aggio	ágio
Japonês	21	kaki	caqui
Latim	21938	affabile	afável
Lunfardo	05	bácan	bacana
Malaio	22	bambu	bambu
Malaiala	19	kanji	canja
Marata	04	bhará	borá
Mongol	03	konkani	concani
Nauatle	28	xicalli	xícara
Neerl	06	bloco	bloc
Obscura	387	canjebrina	canjebrina
Occitano	07	capitel	capitel
Persa	59	bazar	bazar
Pré romana	63	borona	broa

Polonês	03	briska	brisca
Polinesio	02	kanaka	canaca
Quichua	21	tchina	china
Russo	27	tzar	kzar
Semítico	11	Ab addir	abadir
Sânscrito	41	avatara	avatar
Tagalo	01	abacá	Abacá
Tâmul	09	Anai-kondra	anaconda
Taino	02	batata	batata
Turco	28	xakâl	chacal
Tupi	3373	abacaxi	abacaxi
<b>Total de empréstimos</b>	<b>42.660</b>		
<b>Total verbetes no Aurélio</b>	<b>144.342</b>		

Tabela 1: Empréstimos adaptados ao português registrados no dicionário. Fonte: FERREIRA, 2010.

Como segunda etapa, após identificação de todos os estrangeirismos, fixamos nossa atenção apenas nos anglicismos. Neles, buscamos a área de conhecimento em que são usados. Para isso, seguimos a marca de uso do dicionário. A marca de uso<sup>4</sup> mostra as restrições de uso de uma unidade lexical: informal, formal, literário, vulgar, pejorativo, eufemismo... Há marcação para uso temporal, espacial, social, de tecnoleto, de frequência. Para Borba (2003, p. 322), “a ausência de qualquer rótulo significa uso neutro ou não marcado.”

Após o levantamento, sistematizamos os dados para verificar o fenômeno do anglicismo e quais áreas mais contribuem para seu uso.

#### 4. Resultados e discussão

Com o levantamento realizado no dicionário Aurélio, elencamos a quantidade de estrangeirismos, de anglicismos e as área de conhecimento.

<sup>4</sup> Embora o termo “marca de uso” seja o termo mais recorrente, há outros nomes: comentário de uso, etiqueta, marca de registro linguístico, marca diassistemática, marca diassistêmica, marca estilística, marca lexicográfica, marcação de especialidade (domínio técnico-científico), nota de uso, registro, restrição de uso, rótulo, rubrica.

Abaixo, apresentamos em ordem decrescente os estrangeirismos (palavra estrangeiras não adaptados ao português) registrados no Aurélio:

Língua de origem	Quantidade
Inglês	624
Francês	302
Latim	237
Italiano	58
Alemão	28
Japonês	19
Hebreu	16
Grego	10
Espanhol	09
Russo	06
Árabe	04
Chinês	04
Africano	03
Aramaico	01
Bengali	01
Coreano	01
Egípcio	01
Havaiano	01
Haida	01
Neer	01
Polonês	01
Persa	01
Quíchua	01
<b>Total geral</b>	<b>1.330</b>

Tabela 2: Estrangeirismos registrados em (FERREIRA, 2010).

Abaixo, apresentamos em ordem decrescente apenas os anglicismos (palavra inglesas não adaptadas ao português), com as áreas de conhecimento em que são usados, segundo as marcas de uso do Aurélio:

Área	Qtde	Exemplos
Sem marca de uso	388	<i>baby, bold, country, foul, ferry, indoor, job, king, rush</i>

Informática	55	<i>bit, drive, firewall, hyperlink, gateway, joystick, kilobyte</i>
Esportes	37	<i>ace, beach-soccer, baseball, kick-boxing, handicap, iron</i>
Música	16	<i>blue, grunge, heavy metal, jazz, long-play</i>
Marketing	11	<i>display, micromarketing, share-of-mind, target, spot</i>
Economia	10	<i>agribusiness, commodity, dumping, float, swap</i>
Jornalismo	08	<i>interview, fanzine, feature, hard news, news latter</i>
Culinária	06	<i>chips, cheddar, chutney, donut, muffin, shiraz</i>
Surf	06	<i>floater, hangteen, handfive, point break</i>
Cinema/televisão	05	<i>dolly, dolly-in, dolly-out, storyboard, set</i>
Propaganda	05	<i>busdoor, press-kit, teaser, reprint</i>
Televisão	05	<i>videomaker, network</i>
Turfe	05	<i>book maker, starter, steeple-chase, starting-gate, train</i>
Cinema, rádio, teatro, televisão	04	<i>gag</i>
Física	04	<i>bottom, spin, langley</i>
Tecnologia têxtil	04	<i>oxford, plush, challis</i>
Cirurgia plástica	03	<i>resurfacing, lift, lifting,</i>
Medicina	03	<i>aids, check-up, jet lag,</i>
Radiologia	03	<i>broadcast, broadcasting</i>
Teatro	03	<i>pageant, off-off-brodway,</i>
Vestuário	03	<i>spencer; twin-set, body</i>
Simbologia	03	<i>fox-terrier, husky, pointer</i>
Eletrônica	02	<i>flip-flop, dimmer</i>
Futebol	02	<i>center-foward, center-half</i>
Zoologia	02	<i>hamater, minke</i>
Aeronáutica	01	<i>allerom</i>
Arquitetura	01	<i>lobby</i>
Artes gráficas	01	<i>perfect blindin</i>
Arte poética	01	<i>blank verse</i>
Astronomia	01	<i>airglow</i>
Automobilismo	01	<i>caster</i>
Basquetebol	01	<i>over-time</i>
Biologia	01	<i>crossing over</i>
Canoagem	01	<i>rafting</i>
Citologia	01	<i>replicon</i>
Comunicação	01	<i>newsmaking</i>

Documentação	01	<i>abstract</i>
Ecologia	01	<i>permifrost</i>
Editoração	01	<i>clip art</i>
Esporte-surf	01	<i>sky-surf</i>
Físico-Químico	01	<i>laser</i>
Fotografia	01	<i>close-up</i>
Geografia	01	<i>bush</i>
Informática, rádio e televisão	01	<i>allnews</i>
Jurídico	01	<i>delivery ordem</i>
Linguagem	01	<i>pidgin</i>
Medicina nuclear	01	<i>gray</i>
Metalurgia	01	<i>carboly</i>
Meteorologia	01	<i>haboob</i>
Psicologia	01	<i>insight</i>
Radiotecnica	01	<i>knob</i>
Rádio, televisão	01	<i>network</i>
Tênis	01	<i>break-point</i>
Terapêutica	01	<i>bal</i>
Viticultura	01	<i>pinotage</i>
Total	624	

Tabela 3: Anglicismos e áreas de uso. Fonte: FERREIRA, 2010.

Alguns verbetes apresentam na marca de uso mais de uma área em que o referido termo é usado. No verbete *dolly*, por exemplo, aparecem “cinema e televisão”; em *gag*, “cinema, rádio, teatro, televisão”; em *allnews*, “informática, rádio, televisão”.

Em relação à quantidade de estrangeirismos, o Aurélio registra um total de 1.330 formas não adaptadas ao português. Considerando que a nomenclatura do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010) apresenta 144.342 verbetes, esse número de estrangeirismos representa menos de 1% do total de palavras contempladas na macroestrutura do dicionário, precisamente 0,92%. Esses dados revelam que o português, segundo o Aurélio, não sofre uma “invasão” significativa ou empobrecimento por conta da presença de estrangeirismos.

Quanto aos tipos de estrangeirismos, há predomínio do anglicismo (624), seguido do galicismo (302), do latinismo (237), do italianismo (58), do germa-

nismo (28), citando os seis primeiros mais representativos. Isso mostra que o inglês é uma língua de grande influência sobre o português brasileiro. Ele está presente em 54 áreas do conhecimento, além dos registros sem marca de uso. Num total de 624 anglicismos, são 388 sem marcação (*baby, bold, country, foul, ferry, indoor, job, king, rush, etc.*), 55 ligados à informática (*drive, firewall, hiperlink, gateway, joystic, kilobyte*), 37 ao esporte (*beach-soccer, kick-boxing*), 16 à música (*heavy metal, jazz, long-play, rock*), 11 ao marketing (*display, macromarketing, share-of-mind, target*) e 10 à economia (*agribusiness, commodity, dumping, float, swap*), apenas para citar os seis mais representativos.

A informática é o setor em que o anglicismo está presente em maior número, refletindo assim o avanço científico e tecnológico dos EUA; palavras como *bit, drive, kilobyte* são utilizadas na rotina da informática, representando assim uma unidade linguística corriqueira. Alguns vocábulos se tornaram tão comuns no cotidiano a ponto de serem aportuguesadas, já são considerados empréstimos linguísticos, ou seja, foram adaptadas para o português. É o caso de “internet”. Este item lexical já não mais se apresenta registrado no dicionário como estrangeirismo. É uma palavra incorporada ao léxico do português brasileiro, sendo usada em situações de uso diário, inclusive pela população considerada mais simples do ponto de vista da alfabetização.

A segunda área com maior presença do fenômeno do anglicismo é a do esporte, com 37 itens. Palavras usadas para nomear atividades esportivas populares em países de língua inglesa, notadamente os EUA, como *ace, beach-soccer, baseball, kick-boxing* e *handcap*, também são utilizadas na rotina do brasileiro. É importante ressaltar que o Aurélio usa a marcação genérica “esporte” e oito marcações específicas: surf, turfe, futebol, automobilismo, basquetebol, canoagem, esporte-surf, tênis.

A terceira área mais representativa na ocorrência do anglicismo é a música, com 16 palavras. Palavras como *blue, grunge, heavy metal, jazz, long-play* povoam o universo musical linguístico do Brasil. Embora o número seja reduzido, sua presença em um setor altamente exposto nas mídias representa impacto importante em função da exposição e da frequência de uso.

O mundo do entretenimento e das manifestações culturais, como teatro, rádio, cinema e televisão, também recebem anglicismos. Essas áreas juntas totalizam 19 palavras. Unidades como *videomaker, network, storyboard* e *set* estão inseridas no espaço social. O campo da comunicação, jornalismo, marketing e editoração apresentam 10 palavras. No mundo da economia, finanças e dos

negócios, aparecem itens lexicais como *display*, *macromarketing*, *share-of-mind*, *target*, *spot*, *agribusiness*, *commodity*, *dumping*, *float*, *swap*.

Como vemos, o fenômeno do anglicismo se apresenta como predominante no que se refere aos empréstimos linguísticos. A presença dessas unidades no dicionário revela o avanço científico de uma época. Muitos termos presentes num dicionário num momento são abolidos em outro, quando o referente nomeado evolui ou se torna obsoleto. Contudo os dados demonstram de forma inequívoca que o número de palavras registradas não apontam para uma invasão ou empobrecimento do português brasileiro; mostram também que as palavras advindas da língua inglesa se acham pulverizadas em diversas áreas, não impactando expressivamente apenas uma. Como alguns itens lexicais estão em determinados momentos expostos nas mídias, atraem de modo especial a atenção comunidade, levando o falante a supervalorizar equivocadamente a presença dessas palavras nos diversos espaços e ambientes sociais.

Os números demonstram que o anglicismo não representa atualmente dependência ou inferioridade cultural em relação aos países de língua inglesa; as palavras adentram o conjunto lexical nos ventos de novas tecnologias de amplitude mundial que trazem consigo novos produtos, como a internet, os computadores os telefones celulares com suas nomenclaturas.

O idioma é alterado de modo relevante pela globalização, que permite o intercâmbio constante de ideias, músicas, remédios, alimentos, entre outros; meios de comunicação como a internet permite compartilhar revistas, telejornais, informações de toda ordem e locais do mundo, transmitidos na maioria das vezes por empresas de âmbito mundial e que se comunicam utilizando a língua inglesa. Outras áreas de influência, como esportes, filmes, medicina, contribuem para a disseminação do anglicismo, contudo esse movimento é parte integrante do mundo moderno.

Assim a pesquisa esclarece que o fenômeno do anglicismo representa um progresso importante para facilitar a comunicação em um mundo moderno e globalizado. Essas alterações, frutos da convivência das línguas e culturas dentro de um território, são produtos de intercâmbios de diversas naturezas, inclusive lexical, onde, retomando Coutinho (1974, p. 201), “ficam quase sempre vestígios indeléveis...”.

## **Considerações finais**

Partindo do pressuposto de que a língua é viva e está em constante transformação, o processo de acréscimo de novas palavras se torna constante, influenciado por diferentes fatores, como a globalização. As diversas línguas em todo o mundo recebem influências umas das outras de diversas formas, sendo o estrangeirismo uma das maneiras de inserção de itens lexicais de um idioma para outro.

Assim, embora em um primeiro momento o estrangeirismo possa causar certa preocupação em função de apresentar-se como uma novidade, com o passar do tempo esse fenômeno constitui-se em fator de contribuição da ampliação do idioma para dar outras formas às expressões do povo. Tratam-se de processos integrante da língua e faz parte de seu desenvolvimento; muitos itens lexicais oriundas desses fenômenos acabam registrados em dicionário e absorvidos pela sociedade.

O Brasil desde o início da colonização sofreu fortes influências de povos que por aqui passaram ou ainda estão entre nós nas pessoas de seus descendentes, deixando suas marcas em nosso idioma, assim como também as heranças de seus costumes e culturas.

Nessa perspectiva, os estrangeirismos estão longe de representar uma ameaça ou um mal para o português brasileiro. Como diz Sacconi (2010, p. 873), “rejeitá-los equivale a recusar o mundo moderno (...), numa demonstração de caturrice inominável.” A pesquisa ilustrou que esse fenômeno é um elemento agregador, um agente de alteração e ampliação de nossa língua, transformando-se assim em agente de contribuição para a formação do acervo lexical brasileiro.

## Referências

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990, \_\_\_\_\_. Empréstimos nas línguas de especialidade: algumas considerações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 319-321, 1995.
- ASSIS, Ana Beatriz Gonçalves de. **Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do Inglês por falantes de Português Brasileiro**. 2007. 266 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 33-51, 2001.
- BARBOSA, Heloisa G. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2004.
- BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1996 [1956].
- CAMPOS, G. **O que é tradução**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, Nelly de. **Empréstimos Lingüísticos**. São Paulo: Ática, 2009.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.
- DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. Trad. Frederico Pessoa de Barros *et al.* 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2007 [1973].
- FARACO, Carlos Alberto (org.) **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GUILBERT, Louis. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.
- MICHAELIS **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>

- SACCONI, Luiz Antônio. *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa. São Paulo*: Nova Geração, 2010.
- SOUZA, Suzana Maria Lucas Santos de. **Antropônimos de origem inglesa: adaptações ortográficas e fonético-fonológicas realizadas por falantes do português brasileiro de São Luís-MA**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), 2011, 247 f. - , , 2011.
- VALADARES, Flavio B. **Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro: variação e mudança linguística**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), tese (Doutorado em Língua Portuguesa), 2013, 190f.

Recebido em 4 de setembro de 2018.

Aceito em 10 de abril de 2019.

## MIMESE E VT PICTURA POESIS

### MIMESIS AND VT PICTURA POESIS

Amós Coêlho da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

amoscoelho@uol.com.br

#### Resumo:

Neste ensaio, faz-se uma breve comparação entre uma passagem bíblica, homérica e um fragmento intertextual de Oscar Wilde para caracterização da identidade do Ocidente em sua busca de conhecimento do mundo através de aspectos míticos e religiosos nas fronteiras da poesia. Examina-se a consistência histórica em Aristóteles, Horácio da mimese e da éfrase, na tradição da *Vt pictura poesis*, quanto ao sentido figurativo das artes literárias e plásticas da Antiguidade à luz da preocupação didática pela expressão icônica. Périplo de Ulisses e sua vitória contra a ferocidade de Polifemo. A estética da mimese e éfrase, além de interlocução intertextual, em Catulo e Ovídio no episódio mítico entre Ariadne e Teseu. Exame de elementos míticos não só como lição ou experimentos estéticos da vida, mas também através de uma análise das fronteiras entre o poético e o mítico. A etimologia analisando a mensagem mítica pelo apoio linguístico do étimo grego e latino.

Palavras-chave: mito; poesia; etimologia; intertextualidade.

#### ABSTRACT:

In this essay, a brief comparison is made between a biblical, Homeric passage and an intertextual fragment of Oscar Wilde to characterize the identity of the West in its quest for knowledge of the world through mythical and religious aspects on the frontiers of poetry. It examines the historical consistency in Aristotle, Horace of the mimesis and the ekphrasis, in the tradition *Vt pictura poesis*, as for the figurative sense of the literary and plastic arts of Antiquity in the light of the didactic concern for the iconic expression. Periplo of Ulysses and his victory against the ferocity of Polyphemus. The aesthetics of mimesis and ekphrasis, in addition to intertextual interlocution in Catullus and Ovid in the mythical episode between Ariadne and Theseus. Examining mythical elements not only as a lesson or aesthetic experiments of life, but also through an analysis of

the boundaries between the poetic and the mythical. The etymology is analyzing the mythical message by the linguistic support of the Greek and Latin etymon.

Keywords: myth; poesy; etymology; intertextuality.

## Introdução

O termo educação, do latim *educatiōe*- (veio através do francês para o português: *éducation*), é composto do verbo latino *duco* (levar), com sentido aspectual durativo, mais o prefixo “ex-” com redução a “e-”: movimento para fora: portanto, “levar para fora”: educação é um ato de criar, formar espírito perante o mundo, o “real”. E não é isso mesmo que encontramos no epíteto de Pátroclo? Assim, quando lemos na *Iliada* Pátroclo, nutrido de Zeus, *διογενὲς Πατρόκλεος*<sup>1</sup> (Canto XVI, v.49). Precisamos, para compreender o mito como uma janela para a vida, da etimologia de Pátroclo: Patr-, pai e -clo (‘κλέος’, glória, renome) está ligada a dio- (simplificação do genitivo singular: Διός, de Zeus) e o elemento -genes, em Chantraine (1999): “γενεά, voir ‘γίγνομαι’ (naître) (...) διογενὲς ‘issu de Zeus’” ...

E onde isso está presente em nossos dias? Poderia ser, além de outros lugares, numa alegoria machadiana em seu romance *Esau e Jacó* quando Natividade, mãe dos gêmeos, soube da cabocla do Morro do Castelo que seus dois filhos serão grandes. Ela ficou tão feliz que, no capítulo “A Esmola da Felicidade”, ouviu do “irmão das almas”, a gratidão: “Deus lhe acrescente, minha senhora devota!” Este, quando percebeu a nota de “mil- réis”, depositada no meio das moedas de valor ínfimo, como era hábito comum a todos os fiéis, se espantou e refletiu que ela viu “passarinho verde, com certeza.”

<sup>1</sup> Os epítetos homéricos têm muita relevância como imagem poética mais consistente do que o seu próprio desempenho métrico, o que já lhe assegura eficácia de visibilidade na configuração expressiva dos atributos míticos, como “πατήρ ἀνδρῶν τε θεῶν τε” (pai dos homens e dos deuses) é Zeus. Note a etimologia de Zeus, conforme Junito Brandão, 1992: “A raiz indo-europeia é \**dei*, “brilhar” (...) v. Ernout-Meillet, *DIELL*, Zeus é, pois, ‘a luz, o céu claro, o brilho’” e, dada a sua descrição singular, além da função mnemônica para a oralidade dos aedos, os poemas homéricos só vieram a ser eternizados com uma permanência de documentação escrita, mais ou menos, após cerca de dois séculos já de existência. De fato, sua exemplaridade, como a *a0ret|h/* (areté), a “excelência”, e *timh/* (timé), “a honra pessoal”, já que, como arquétipos que são de nossa condição precária, os heróis suprem, nos epítetos exemplares, nossas deficiências.

Werner Jaeger, com razão na sua breve Introdução da obra “Paidéia: a formação do homem grego”, ressalta a complexidade da expressão ‘paidéia’, cujo radical está presente em português na expressão “pedagogia”, alegando a importância da leitura, ou seja, sobre “sua história e lhes seguimos o esforço para conseguirem plasmar-se na realidade.”

Mesmo a despeito do pensamento pejorativo emblematizado no termo ‘βάρβαρος’, ‘bárbaros’ - inicialmente denotando “estrangeiro”, cujos sons são inaudíveis na primeira interação social para um ouvido novo, mas logo assumiu a noção onomatopaica original com tom depreciativo: os estrangeiros não sabem falar e, menosprezando-os, antes repetem sons como bar-bar-bar... Quer dizer, sons incompreensíveis. Daí, existiria uma superioridade dos helenos em relação aos outros povos, pois os gregos articulavam.

Seria dispensável tecer considerações de quão é antiga a preocupação com a educação. Notamos isso como universal até no reino animal quando os pais, instintivamente, desde cedo preparam seus filhotes para o mundo futuro. É interessante levar em conta este zelo pela concepção de Homero, pois o Poeta propõe este apreço para além, nos confins do tom mítico. A lista de pesquisadores que se agruparam na linha junguiana e freudiana é longa e examinaram este cuidado homérico com a sua expressão do nível divino mais elevado, ou seja, sob os auspícios de Zeus.

Jaeger desenvolve, ainda aí mesmo, “Lugar dos Gregos na história da educação”, o juízo de que o Homem (ele escreve com maiúscula) é o único ser que processa a descoberta de si mesmo e cria, dessa reflexão exterior e interior, formas melhores da existência humana. Mas a educação não é um ato individual. Antes é uma marca de uma comunidade, dada a sua característica ζῶον πολιτικόν, Zōon politikóu, um ser social ou gregário, cuja a menor célula é a família.

Faremos, enfim, uma pequena incursão fragmentada pela história humana, pautada nas análises etimológicas das paisagens icônicas da poesia, quanto à sua forma de compreensão e captação do real através dos ensinamentos míticos. Assim, nos apoiaremos na leitura etimológica a fim de diluir e esclarecer a refração dos mitos gregos, assimilados no universo da mitologia latina. Por exemplo, o termo português “desejo” deriva do latim vulgar \**desidiu*- e se relaciona etimologicamente com a forma do latim clássico “*desidēro*”, se afastar ou “deixar de ver (o astro = “*sidus*”), ansiar...” em sentido de que os astros influenciam o destino e finitude do Homem, daí a astrologia... Depois “desejo” se apresentará à Psicanálise como sintoma de uma falta, uma privação... Em

seguida, mais adiante, partiremos principalmente da descrição, pondo em relevo a expressividade icônica, de uma passagem da *Odisseia*, de Homero (talvez século IX a.C.) e outra passagem sobre Ariadne e Teseu, comum a dois poetas romanos: Catulo (77 – 54 a.C.) e Ovídio (43 -17 ou 18 d.C.).

A tomada se desenvolve entre as fronteiras do mito e a poesia, cujo proveito para os de hoje se dará na revelação de nós mesmos tanto naquelas semelhanças gerais quanto naquelas diferenças. De modo que estranharemos uma referência homérica ao valor sagrado da hospitalidade como aspecto educativo. Isso porque já não a praticamos; jamais franquearíamos as nossas portas de nosso seguro apartamento a uma pessoa desconhecida, que, aliás, já, de antemão, ficará filtrada tal comunicação por aparelhos eletrônicos, como interfonos etc. Mas a hospitalidade era uma marca coletiva dos gregos, como veremos adiante.

## 1. Valor das características identitárias

Como nossa identidade brasileira é mais ampla, iniciaremos com um co-tejo com a literatura bíblica, textos homéricos e outros, também latinos e, bem como, em um outro texto literário hodierno, como o do irlandês Oscar Wilde (1854- 1900) de modo a trazermos à baila a falibilidade dos órgãos do sentido humano. Neste compasso se observará como se configura na *doxa histórica*, uma fonte de intertextualidades a romper as fronteiras dos ramos de conhecimentos.

Revisitemos exegeses de “A Cicatriz de Ulisses” de Erich Auerbach, *in* “‘Mimesis’ - A Representação da Realidade na Literatura Ocidental”, em co-tejo com o episódio de Abraão e o sacrifício de seu filho Isaac. De modo que no discurso homérico salta-nos aos olhos uma gama de fenômenos<sup>2</sup>. No canto XIX, ao ver a cicatriz de Ulisses, a ama Euricleia reconhece o herói.

Uma outra expressão helênica caracteriza a importância da visão. Esta é atribuída a Heráclito, “(Οφθαλμοὶ τῶν ὄτων ἀκριβέστεροι μάρτυς, Ophthalmoi... tōn ōton akribésteroi mártys) - Os olhos são testemunhas mais fiéis do que os ouvidos<sup>3</sup>”.

É bem como Aristóteles depreendeu na *Poética*. Desde a infância os homens aprendem por imitação. Aristóteles, *Poética*, não se afasta da *mimesis* como origem da poesia e meio de plasmar conhecimentos: “2. A tendência para a imitação é instintiva no homem, desde a infância. Neste ponto, distingue-se

<sup>2</sup> Termo grego derivado de φαίνω, phaino, fazer visível. Eis o estilo retórico da écfrase.

<sup>3</sup> Renzo Tosi (Verbete 309).

de todos os outros seres, por sua aptidão muito desenvolvida para a imitação.” (Capítulo IV) No mundo grego, a via principal é a visão. O conhecimento se solidifica pelo olhar.

“Salomé”, de Oscar Wilde, é uma tragédia, escrita primeiramente em francês numa permanência sua na França e depois, para uma encenação na Inglaterra, traduzida para o inglês, por Lord Alfred Douglas em 1894 (MONTEIRO, 16). Wilde se apropria de uma passagem bíblica que relata a morte de João Batista em Mateus 14 e Marcos 6. Os comentadores deste drama põem em relevo a expressividade simbólica que Wilde imprimiu no texto num esboço (visual) impressionista. Assim, leem-se (e veem-se) configurações de perversões psicossociais, numa atmosfera exótica, cheia de misticismo em meio ao paganismo, clima demoníaco... Em sintonia com o que escrevemos acima, sublinhe-se a questão do visível e invisível, que ressaltamos a observação poética de Wilde nos diálogos das personagens abaixo:

“Primeiro Soldado:

- Os judeus adoram um deus invisível.

Capadócio:

- Não posso compreender isto.

Primeiro Soldado:

- Na verdade, só acreditam em coisas que a gente não pode ver.

Capadócio:

- Parece-me isto inteiramente ridículo.”(1980: 614)<sup>4</sup>

Retome-se aqui Auerbach. As figurações, ou antes, as formações do “verdadeiro” no mundo judaico bíblico se dão auditivamente. Abraão ouve Deus e para cumprir a determinação divina: o ordálio. Também Moisés, que só ouve as ordens divinas a serem cumpridas, fica expressamente proibido de ver Deus, alcança as dez leis do mandamentos divinos, cumprindo sua missão.

Ora, se Arquimedes (287 - 212 a.C.) prosseguiu sua pesquisa científica da natureza, quando buscou incessantemente informações sobre geocentrismo

<sup>4</sup> “FIRST SOLDIER:

- *The Jews worship a God that one cannot see.*

- *THE CAPPADOCIAN*

- *I cannot understand that.*

- *FIRST SOLDIER*

- *In fact, they only believe in things that one cannot see.*

- *THE CAPPADOCIAN*

- *That seems to me altogether ridiculous.”*

e heliocentrismo, marcadamente com perfil no visual; Galileu (1564 - 1642), porém, se afastou desta verdade “orgânica”, o visual de natureza humana, que se realiza pela mimese, e passou para o telescópio, minimizando o processo visual humano com introdução de uma poderosa inteligência artificial; começou uma viagem pelo relativismo entre o que se vê, ou seja, o percurso de astros - incluindo o sol e a lua - , e o que há de verdade na captação do real físico. Sabe-se que é bem antiga a curiosidade dos gregos se empenhando em descobrir a real distância entre a terra e a lua etc. Pois bem, Galileu desconfiou de certezas acumuladas e defendidas no conhecimento científico fixado de sua época. Por essa razão, quase ardeu na fogueira da Santa Inquisição. Quase porque perante a possibilidade de condenação pela Santa Inquisição, renegou os seus conhecimentos.

De fato, em nossos dias, chegamos a um nível de conhecimento abstrato e com a relativização dos fatos concretos (mais ou menos, visuais) que concebemos até um tempo duplo, que já foi denominado como psicológico, como viver, dadas certas tensões, durante horas e dias em apenas um minuto cronológico, porque se percorreria deslocamentos físicos apenas mentalmente... Por isso, a nossa escolha também pela poesia de Homero. Ulisses levou, cronologicamente, além dos dez anos de guerra contra Troia, dos quais Homero só relata o nono ano, e mais dez anos de nostalgia, quer dizer, os elementos linguísticos: *nóstos, regresso (do esposo ao lar), alg-, dor, -ia (sufixo indicativo de abstração)*<sup>5</sup> para Penélope em Ítaca: seus parceiros já se encontravam sedentários em suas terras natais, mas o herói Odisseu ainda vagava pelas ondas do mar, num ciclo de provas iniciáticas, denominado périplo, de *περι-πλέω* (*‘peripleo’*: *navegar em torno, cruzar*). Ora, a criatividade homérica inverteu a demora de dez anos do itinerário, pois a viagem dele, conforme os comentadores, durou seis semanas: “O eventos do poema desenrolaram-se em seis semanas.” (HARVEY: *ODISSEIA*)

Justo porque os poetas, ao contrário, são visionários. Como nas passagens homéricas, não nos surpreendemos com a observação ciceroniana sobre a “*Vt pictura poesis: Traditum est etiam Homerum caecum fuisse at eius picturam, non poesin uidemus* (Tusc. 5,39,14). Conta-se do mesmo modo que Homero foi cego, mas seus poemas são antes pintura que poesia”. Mesmo cegos, os

<sup>5</sup> Ciclo é um conjunto de lendas tendo como centro Troia e há quem aponte Ulisses como central; portanto, paralelo à *Odisseia*, os ‘Nóstoi’, que retratam regressos ao lar.

poetas enxergam o que os outros não olham e não prestam atenção. De modo que a poesia da Antiguidade Greco-Romana sempre configurada em versos e, portanto, numa busca de formas visuais através de metrificações em cada linha de estrofes e é isto mesmo, o que faculta a qualquer um dizer: este texto é um poema, mesmo sem conhecimentos necessários de métrica, ou seja, pelo simples olhar. Dada a sua forma; estrofes conformadas num poema, cuja temática procede de ícones<sup>6</sup> poéticos, nos provoca a pergunta: quantos textos homéricos, vergilianos, ovidianos etc. (para citarmos apenas estes, dentre múltiplos outros poetas da Antiguidade) podem se tornar um quadro pictórico ou uma escultura?

Não seria em vão que a pedagogia escolar na Antiguidade se destacaria pela ênfase da éfrase? Assim, a éfrase foi pedra angular da retórica antiga, mas também uma sedução didática. Para ilustrar esta hipótese, bem na linha da ‘paidéia’ de Werner Jaeger, vamos interpor um relato de um médico neurofisiologista, Oliver Sacks, que nos ajuda aqui para apresentar a importância da visão perante o mundo, principalmente na herança da Antiguidade.<sup>7</sup> É a história de um paciente que muito cedo em sua vida perdera a visão e porque foi muito cedo, entre um e dois anos, não houve tempo hábil para que ele aprendesse a enxergar o mundo: sim, nós aprendemos a enxergar, assim como aprendemos a ficar de pé e andar. Pois bem, a intervenção cirúrgica que foi empreendida com o fim de restaurar os seus olhos há anos embaçados por cataratas, surgidas como reação orgânica para proteção ocular. Retiradas as cataratas, descobrem-se os cristalinos intactos, perfeitos. No entanto, o foco visual não se configurou, pois a mobilidade dos objetos escapava ao paciente: via um gato passando à sua frente aos pedaços, como se a parte dianteira pudesse estar separada da traseira.

Na Mitologia este universo de pesquisa científica se desdobra de outro modo. Como se sabe a mitologia grega e a latina estão fundamentadas nas coletâneas poéticas, pinturas em vasos, em mármore etc. - tanto de autores gregos quanto de romanos. Tanto é assim que tomaremos a seguir textos: um homérico e outros de Ovídio e de Catulo.

---

<sup>6</sup> Os ícones cristãos eram ferramentas didáticas para aliciar o fiéis através das descrições da Paixão de Cristo.

<sup>7</sup> Rosângela Santoro, in *Algumas Visões da Antiguidade*, comentou em artigo sobre “*Eikones* de Filóstrato, o Velho: um método” o impacto que lhe causou este depoimento médico, relatado em “Ver ou Não Ver”, in “An Anthropologist om Mars”.

## 2. Que ato falho existirá numa coletividade que escolhe em sua religião a idolatria animal?

Que força há, por exemplo, de impulsionar o homem a adotar como princípio religioso a idolatria a um animal, ser inferior e irracional, tomá-lo como imagem de fê espiritual? Dentre outros povos, por exemplo, os antigos egípcios, os quais constituem uma admirável civilização e antiquíssima, praticaram tal adoração de fé com a ave íbis, uma espécie aquática, que se torna uma íbis-sagrada pelo fato de devorar cobras venenosas, além de outros répteis. Inúmeras dessas aves, no entanto, já foram encontradas, mumificadas, em túmulos egípcios e, paradoxalmente, a punição, por extermínio delas, era a pena de morte.

Já a ótica do poeta grego Calímaco (310 a.C. - 240 a.C.) é mordaz quando cria um simbolismo sobre “íbis”: ele teria chamado o poeta épico Apolônio de Rodes (295 - 215 a.C.) pelo epíteto irônico de “íbis”, tomando talvez (dentre outras suposições dos exegetas) a imagem dessa ave pernalta, que chafurda na lama podre para se alimentar ... O romano Ovídio o retoma como intertexto contra os detratores de sua poesia e, para defender, contudo, seus costumes estéticos de uma poética refinada e sem mágoas... ou seja, sem dar chance a um certo crítico medíocre de se tornar imortal como haveria de ser o próprio poeta. Ao final de seu poema *Metamorfoses*, Livro XV, temos a forma como Ovídio se via diante de sua existência:

Iamque opus exegi, quod nec Iovis ira nec ignis 871  
 nec poterit ferrum nec edax abolere vetustas.  
 cum volet, illa dies, quae nil nisi corporis huius  
 ius habet, incerti spatium mihi finiat aevi:  
 parte tamen meliore mei super alta perennis 875  
 astra ferar, nomenque erit indelebile nostrum,  
 quaque patet domitis Romana potentia terris,  
 ore legar populi, perque omnia saecula fama,  
 siquid habent veri vatum praesagia, vivam.

E então terminei o poema, que nem a ira de Júpiter, nem  
 o furor do fogo,

Nem o ferro, ou mesmo o tempo voraz tecido poderá abolir.  
 Quando quiser, aquele espaço de luz, duração incerta de minha vida,  
 termine, a qual

Nada possuí, senão o direito deste corpo;  
 Apesar de tudo, pela melhor parte de mim serei transportado

Sobre os altos astros e meu nome se tornará indestrutível.  
 E, por onde quer que se apresente o poder romano em domínios  
 terrestres,  
 Serei lido pela boca do povo e pela fama viverei por muitos séculos,  
 Se os presságios de poetas têm algo de verdadeiro.<sup>8</sup>

Do texto ovidiano “Contra Íbis”, temos uma invocação protetora ao perfil sublime do panteão romano e às forças infernais poderosas, capazes do auxílio a atitudes horríveis, o Poeta profere sua maldição:

Audiat hoc Pontus: faciet quoque forsitan idem,  
 Terra sit ut propior testificanda mihi.  
 At tibi, calcasti qui me, violente, iacentem,  
 Qua licet ei misero! debitus hostis ero (...) 30  
 Illius ambages imitatus in Ibide dicar  
 Oblitus moris iudicique mei. 60

O Ponto me ouviria: farei também talvez do mesmo modo,  
 Que uma terra mais próxima testemunhe a meu favor.  
 Mas tu, cruel, tu me calcaste aos pés quando eu jazia por terra  
 E enquanto puder, ai!, serei o inimigo que mereces!  
 Dirão a mim que imitei as ambages do Íbis de Calímaco,  
 Esquecido do meu jeito e do que aprecio (e escolho esteticamente)!

Faremos, adiante, uma breve comparação entre as artes, onde se devem pontuar perguntas sobre a captação do “real” sem que necessariamente se conclua com alguma resposta, a literatura e as artes plásticas - principalmente a literatura, mas procurando relacioná-la com a pintura, se abordará a percepção do órgãos do sentido, na esfera humana, pelo viés da ‘mimesis’ - adotemos mimese aportuguesada, aspectos quanto à tradução, assim como à retórica: (ἐνάργεια) enárgeia / (evidentia) evidência, da ékphrasis (ἐκφρασις) - adotemos a forma portuguesa: écfrase.

<sup>8</sup> Texto também citado na *Gramática latina*, de Napoleão Mendes de Almeida. Tradução e comentários de nossa redação, bem como nos demais textos latinos e gregos.

### 3. O ciclope de Homero

No canto VIII da *Odisseia*, temos uma ilustração de nossa proposta. Ulisses ainda está acolhido como hóspede do rei Alcínoo e, ao ouvir o aedo Demódoco cantar os seus feitos, se emociona, mas só assume uma enunciação no canto IX, identificando-se, com a expressão “Eu sou Ulisses”, verso 17, para o rei dos feaces, Alcínoo, que lhe ofereceu hospedagem. Passa a narrar, então, como foi seu encontro, na passagem da *Odisseia*, IX, 106-547, com Polifemo, cuja composição é “poli-” (muito) e “-phemos” (falar): o muito falado; ele é um Ciclope<sup>9</sup>, filho de Posídon, que, conforme Homero, vivia afastado dos outros ciclopes e sozinho numa gruta, não precisando plantar e nem cuidar do rebanho, de onde tirava seu sustento.

De modo que o herói heleno aporta sem querer nesta ilha e trata de fazer um reconhecimento com seus doze companheiros. Chegados à gruta, se aproveitaram da fartura dos alimentos, mas foram surpreendidos pelo antropófago Polifemo, que os aprisionou. Após devorar seis dos doze companheiros do nauta grego e receber das mãos deste um vinho saboroso, porém forte, pergunta quem era grego do vinho. A sua resposta foi a do seu sinal heroico, isto é: envolve Polifemo numa rede de razões para que a sua enunciação encontre interação social definitivamente, bisneto que era de Hermes, o deus dos ardis e das trapasças, um *trickster*, ou seja, “*polýmētis*”, malicioso e hábil, e “*polýtropos*” solerte e manhoso, verso 366: “Ninguém me denomino”. Então, ouve como resposta que será devorado por último e depois dos seus companheiros, dada a gratidão pela gentileza do vinho... e como xênia, quer dizer, acolhimento afetuoso para hóspedes. Quer dizer, a ironia homérica subjaz na enunciação.

Pelo fato de alguém ser possuidor de um terceiro olho, seria dotado de clarividência, que se opõe ao normal: ser dotado de dois olhos. Mas, neste episódio homérico, ser dotado de um único olho simboliza (CHEVALIER & GHEERBRANDT, 1994: CICLOPE) “uma recessão da inteligência, ou sua incipiência<sup>10</sup>, ou a perda do sentido de certas dimensões e de certas analogias”.

<sup>9</sup> Note a etimologia do termo ciclope: composto de ‘*kýklos*’, “*círculo, o que é redondo*” e de (...) ‘*ôpa*’, (a forma de nominativo singular é ‘*ops*’) “*olho*”, donde “*o que tem um grande olho redondo*” e a sua breve ação mítica: por lutarem ao lado de Zeus, obtiveram a liberdade. Gratos, concederam a Zeus, *o trovão, o relâmpago e o raio; a Hades ou Plutão, um capacete que o tornava invisível; a Posídon, o tridente.* (BRANDÃO, 1991: CICLOPES)

<sup>10</sup> “Incipiência” – é interessante notarmos valor homonímico com “insipiência”, sendo o significado do prefixo “in” do segundo termo “negação” e, do primeiro, movimento para dentro, lugar onde, intensidade – ou seja, “incipiência” é, rigorosamente, tomar (de capère, com apofonia se forma “cip”) a partir de um ponto para dentro... iniciante...

Ter um olho, ou até um terceiro olho, pode ser não uma condição física, mas uma competência espiritual do Homem em dada instância do olhar: ou seja, uma não percepção plena ou parcial dos órgãos dos sentidos, como a situação de Polifemo, aliás, censurado por Ulisses pelo desrespeito à lei divina da hospitalidade e pelo mau humor no seu relacionamento social. Mau humor que o isola dos outros ciclopes e, até mesmo, da possibilidade do convívio social com outros humanos, como acentuou Ulisses numa passagem do encontro, o que aliás é uma estratégia enunciativa de Homero, como se verá abaixo.

Essa produção da agressão daqueles seres de um só olho gera uma reação contrária e em sentido oposto, e toma - da parte *patiens ouis iniuriae, a injúria da paciente ovelha*, na metáfora do fabulista Fedro (s. I.) - por escudo um irônico “Ninguém”. Com o ambíguo “Ninguém”, ora como escudo, ora como ataque, Ulisses derrota a voracidade brutal de Polifemo. Eis o que denominamos de “máscara”, sendo esta um deslocamento e condensação: uma “máscara poética” configuradora de uma verdade sobre o “real”. Quanto mais Polifemo - que acreditou que Ulisses se chamava “Ninguém” - gritasse: “Ninguém me fere com astúcia, não com força.” Quanto mais repetisse isso, a recepção disso mesmo para os outros Ciclopes, em réplica, era: “Se, então, ninguém<sup>11</sup> te agride e estás sozinho, (..)” (v.410); donde, foram embora abandonando Polifemo aos gritos... Homero, mais adiante, descreve que eles escaparam, usando o truque de se esconderem embaixo das ovelhas, enquanto Polifemo, agora cego, passava a mão por cima do dorso delas e as tangia para pastarem, deixando seus prisioneiros escaparem sem perceber o que acontecia.

Levantamos a hipótese da percepção fora da condição física de um indivíduo qualquer, porque um ser vivo pode não se aperceber do que se passa em torno de si, às vezes, mesmo que esteja olhando para o objeto que deveria ser apreendido ou captado pelos sentidos, e sabe-se que a visão é tida como o mais apurado dos órgãos do sentido; no entanto, falta-lhe um traço empírico, de valor mnemônico. É desse modo que, às vezes, encontramos indivíduos com aparência normal, ou seja, com dois olhos, mas inteiramente broncos no que tange ao relacionamento social. E isso independe de sexo, grau de inteligência e escolaridade. Isso de se medir a inteligência das pessoas, por exemplo, porque tire dez em Matemática, pode ser parâmetro equivocado. Para Kant (1724 -1804), há uma realidade sensível, perceptível e palpável, que é o fenômeno ou a coisa em si, tal como existe, e outra, transcendental, que é o númeno – coisas

---

<sup>11</sup> Note o cuidado do tradutor do grego em dispor o termo “ninguém” em letra minúscula e maiúscula.

que existem só no entendimento, ou na intuição. São de cunho subjetivo. Aliás, a História registra esses paradoxos culturais, personalidades “ciclópicas” como as de Nero, que foi preparado por Sêneca, o Filósofo, ou a de Hitler, que também teve uma iniciação na educação.

#### 4. *Vt pictura poesis*

Na *Poética* (1450<sup>a</sup> 26 ss.), Aristóteles esboça um cotejo na expressividade de linguagem dos poetas trágicos em relação aos pintores Polignoto (475 - 447 a.C.) e Zêuxis (464 - 398 a.C.). Horácio, *Arte Poética* (361), confronta a questão do impacto da imagem sobre o fruidor: “Como a pintura é a poesia: coisas haverá as quais, se estiveres mais próximo, mais te tocariam (interessariam) e outras, se a distância ficares.” (361 - 362) Há quem interprete como é a nota comentada por Rosado Fernandes, deste texto horaciano: “A imagem da pintura comparada à poesia (devido à *μίμησις*) é muito frequente na antiguidade. Basta lembrar um símile congênere em Plutarco, De Gloria Athen., 345 F, que nos diz ser a pintura poesia calada e a poesia pintura que fala.” *Arte Poética*, 1984: 309)

Tomemos de Márcio Seligmann-Silva, tradutor de “Laocoonte ou sobre as fronteiras da Pintura e da Poesia” em sua introdução:

“É fácil compreender a articulação entre os diversos níveis da competição que coabitam nessa modernidade: competição entre a Modernidade e a antiguidade, entre as Nações, entre as línguas e entre as artes. Todas se articulam a partir da noção de *mimesis*. Pois quem diz *mimesis* diz *tradução* e diz *ut pictura poesis* (poesia é como pintura), pois a imitação (das imagens) do mundo só existe através da sua tradução, da sua recodificação, quer ela se dê via palavras, que ela se dê via novas imagens.” (p.10)

Escolhemos alguns versos hexâmetros catulianos e uns poucos dísticos elegíacos de Ovídio, uma vez que ultrapassaríamos os limites deste ensaio mediante de 408 hexâmetros e 150 versos ovidianos, para que pudéssemos cotejar, em perspectiva de literatura comparada, o desempenho criativo nas descrições de *Caius Valerius Catullus*, no *Carmina* 64, e de *Publius Ovidius Naso*, em *Ariadne Theseo* (*Heroides*, X) através de interlocução intertextual entre eles no relato mítico do episódio de Ariadne, a filha de Minos, que, apaixonada, auxilia Teseu na tarefa ingente contra o Minotauro.

No seu breve poema épico *De nuptiis de Pelei e Thetidos*, denominado, por ser breve, como epílio, há quadros pictóricos, ou seja, um idílio (ειδύλλιον, ‘eidýllion’ - pequeno quadro pictórico) mítico; Catulo recria cenas do pranto de Ariadne, quando foi abandonada por Teseu numa ilha. Na expressão de Ettore Paratore:

“Assim, Catulo fornecia um primeiro exemplo de reelaboração de grandes modelos clássicos, mas no gosto mais moderno duma época que revivia, sob novo aspecto, os sentimentos mais eternos mas, por isso mesmo, mais mutáveis do espírito humano.” (p. 324)

Note-se a plasticidade, ou *VT pictura poesis*, nos hexâmetros datílicos<sup>12</sup> (50-1):

*haec vestis priscis hominum variata figuris 50*  
*heroum mira virtutes indicat arte.*  
*Esta veste diferente com figuras antigas de homens,*  
*Estampa com admirável arte a coragem dos heróis.*

Em sequência um outro, justo no pé métrico principal, que é o quinto - o fundamento do hexâmetro, com a menção do local do abandono (= a praia de Dia) de Ariadne por Teseu, verso 52: 5°. – U U / – – / [(5°.) *lītōrĕ Diae*]. Lemos um paralelismo na cadência dos dátilos nos versos 53 e 54 [5°. *clāssĕ tŭĕtŭr*] e [Ari(5°.) *ādnā fŭrōrĕs*] – quanto mais Teseu se afasta rapidamente, mais Ariadne se apaixonava:

*namque fluentisono prospectans litore Diae (5°. lītōrĕ Diae,)*  
*Thesea cedentem celeri cum classe tuetur (5°. clāssĕ tŭetŭr)*  
*indomitos in corde gerens Ariadna furores (Ari5°. ādnā fŭrores<sup>13</sup>,)*  
*Observando adiante na praia de Dia (Naxos) com ondas sonoras em fluxos,*  
*Ariadne vê Teseu que foge com o barco célere,*  
*Enquanto gera no coração delírios indômitos.*

<sup>12</sup> Saliente-se o “ouvido musical” como perfil dos falantes de idiomas dotados de acento duração (sílabas longas e breves): os poemas homéricos eram em hexâmetros datílicos e em suas sílabas repousavam notas musicais da cítara, entoadas pelos aedos (cantores). É daí que se fixou a noção de “canto” (a *Iliada* ou a *Odisseia* contendo 24 cantos). Depois passou a se tornar uma metáfora opaca, pois *Os Lusíadas* tem dez cantos, mas seus versos não são cantados, e sim declamados.

<sup>13</sup> *Furor*;-is: paixão cega, delírio.

A sua pupila abatida, *maestis* - se trata de adjetivo proveniente de um participio, o que indica sua passividade em sentido de abatimento, e na expressão do olhar em forma de diminutivo: *ōcelli*, fica bem no fim do dátilo [*Mīnōīs ōcelli*], ou melhor ainda, fora do foco, não mais que uma primeira vogal breve “ō-” do radical da palavra, configurando, mais que sua tristeza, assim o imponderável:

*De longe, em meio as algas (verdes), a filha de Minos,  
de pupilas abatidas:  
quem procul ex alga maestis Minōīs ōcellis, 60*

As *Heroides*, de Ovídio, são um conjunto de cartas imaginárias de heroínas da épica e tragédia helênicas. É muito interessante ressaltar a sua escolha pela epistolografia como forma de sua expressão literária. As quatorze primeiras cartas, de fato, são apenas das heroínas para heróis – é claro, sem haver respostas, mas as de número 16, 18 e 20 foram respondidas por Páris, Leandro e Acôncio. A 15 pertence à episódio da poetisa Safo para o mítico Fáon; nela Safo descreve o seu *furor eroticus*:

*Vror; ut, indomitis ignem exercentibus Euris  
Fertilis accensis messibus ardet ager. (Her. 15, 9-10)  
-Inflamo-me como campo fértil, que arde  
Com as colheitas em chama, chama insuflada pelo Euro indômito.*

A décima carta das *Heroides*, X – *Ariadne Theseo, De Ariadne para Teseu* (P. Ouidi Nasonis Epistulae Herodum):

*Illa relicta feris etiam nunc, improbe Theseu  
Viuit. Et haec aequa mente tulisse uelis?  
Perverso Teseu, aquela mulher abandonada por ti às feras ainda  
Vive. Gostarias de ter levado também estas palavras nas  
suas lembranças?*

Para Catulo, mais acima, a experiência de Ariadne se dá com ação inconclusa, aspecto verbal das formas: *indicat, tuetur* (presente indicativo e, além disso, um depoente que exprime, conforme o tirocínio filológico de Mattoso Câmara: “Em latim clássico o sentido dos verbos depoentes era o de voz ativa;

**mas de início eles indicavam uma voz reflexiva ou medial.”** [DEPOENTE Grifo nosso], quer dizer, a configuração impotente de Ariadne: “Que fazer?!”); tempo presente e reforçado pelo pronome demonstrativo que constrói enunciação no sentido de “agora”, em sua equivalência gramatical com a ação presente dos verbos: ação dêitica de mostrar em primeira pessoa. Os seus órgãos do sentido se fazem representar unicamente pela visão: *ocellis, com pupilas*, que captam só agora, neste momento. Enunciação com participios presentes<sup>14</sup> latinos: *cedentem*.

As categorias gramaticais ascendem às categorias retóricas, mas no sentido epidítico da ‘ekphasis’, *descrição*, propondo um olhar com ‘enargeia’, *que se torna visível*. Daí uma enunciação mais sutil.

Já para Ovídio, o infinitivo é perfeito, quer dizer, concluso, são memórias doídas, donde a ironia *Et haec aequa mente tulisse uelis? E gostarias de ter levado também estas palavras nas suas lembranças?* A interrogativa, que é o termo “ironia” (*eironeia*) em grego, assume o sentido de categoria persuasiva: as interrogações socráticas que, aliás, não direcionavam para uma solução na resposta, foi o grande motivo de ter sido julgado como culpado (crime doloso, isto é, com intenção de praticar o delito) e, por desfecho, a sentença de sua morte.

Quando Ariadne acorda na praia, ainda sem a percepção de todos os órgãos do sentido, ela, pelo tato, há de perceber a solidão.

*Thesea pressuras semisupina manus.*

*Nullus erat; referoque manus, iterumque retento,*

*Semi-reclinada em (busca de) Teseu (movi) as mãos a apalpar.*

*Não havia nada. Não só a mão busca, como também, de novo, tateei.*

O sintagma *pressuras manus, as mãos a apalpar*, é a formação com *premo, apertar, apertar*, no participio futuro ativo, a ideia de iminência da ação da mão - porém, uma ação como objeto direto, ou seja, alguém que busca uma resposta do “real”, note-se a posição semideitada no expressão sintética latina: *Thesea semisupina*. Então, certa de que a presença de Teseu está ali. Primeiro, o tato para se comunicar com Teseu, mas nada; não havia nada. Repetiu: nada. Mais uma terceira vez: nada. Ainda o tato no compasso do braço: ninguém. O impalpável e imponderável se apossam de Ariadne, daí a precipitação. O ritmo

<sup>14</sup> O participio presente em português perdeu seu valor aspectual. No uso cotidiano, somos obrigados a usar uma expressão artificial para resolver esta falta linguística. Assim, diremos “pôr água fervente na massa de bolo” em oposição a “pôr água fervida na massa de bolo”.

da leitura configura, em cada par de dísticos, cenas dramáticas, mas drama aqui está no mesmo sentido da tragédia clássica: o de ação.

São ações imprevistas e provenientes de emoções desarticuladas como:

*Luna fuit: specto, si quid nisi litora, cernam;  
Quod videant oculi nil, nisi litus, habent.*  
*A lua foi embora<sup>15</sup> e olho: mas o que eu poderia enxergar  
a não ser praia;  
O que os olhos possuem, nada veem<sup>16</sup>, a não ser praia.*

Agora o imperfeito, isto é, passado inconcluso, como a forma *non eram, eu não estaria*<sup>17</sup>. Cada dístico elegíaco condensa uma cena dramática de Ariadne, como exemplos:

*Mitius inueni quam te genus omne ferarum;  
Credita non ulli quam tibi peius eram.*  
*Encontrei mais doçura em toda espécie de feras do que em ti;  
Eu não estava em estado pior a não ser confiada a alguém  
como a ti mesmo.*

A busca não convencerá Ariadne. Mas ela está só.

*Nunc huc, nunc illuc, et utroque, sine ordine, curro:  
20 Alta puellares tardat arena pedes,*  
*Então corro para lá e para cá, e em ambos os sentidos, sem ordem:  
(20) A areia alta/afundada (das minhas passadas) deteve os pés femininos,*

O esforço era em vão:

<sup>15</sup> Em latim, está no perfeito. Em português, é que exige a comunicação de imperfeito: “havia”. Assim, o verbo que se segue é “cernam” (presente subjuntivo) - se traduzido pelo nosso futuro do pretérito - conforme admite a Língua Portuguesa, nos aproximaremos melhor do Poeta.

<sup>16</sup> A oração subordinada adjetiva relativa na tradução portuguesa fica no modo indicativo, mas em latim é estará no subjuntivo, pois denota valor causal: *Os olhos, que nada veem, não têm (diante deles senão praia).*

<sup>17</sup> A expressão do imperfeito indicativo ressaltando absoluta certeza de como ela *estava*.

*Interea toto clamanti litore, Theseu!  
Reddebant nomen concaua saxa tuum.  
Entretanto, por toda a praia eu gritava, Teseu!  
As pedras côncavas retornavam teu nome (para mim).*

Tal eco acentuava o seu abandono. São pequenos quadros pictóricos de angústia:

*Et quoties ego te, toties locus ipse uocabat:  
Ipse locus miserae ferre uolebat opem.  
E quantas vezes eu te chamava, tantas outras o próprio local chamava.  
O próprio local queria partilhar o esforço da infeliz.*

Escala um ponto de montanha para ampliar a visão:

*Mons fuit; apparent frutices in vertice rari;  
hinc scopulus raucis pendet adesus aquis.  
Escalei a montanha; apresentei-me no cume de raras folhagens;  
Dele pende uma rocha gasta pelas roucas ondas.*

E em ação aspectual perfectiva: *sum usa, uidi* ,, , *vi e servi-me...* Quem sabe?

*Inde ego, nam uentis quoque sum crudelibus usa,  
Vidi praecipiti carbasa tensa Noto:  
Daí eu vi – pois também me servi dos cruéis ventos  
– (30) tuas velas tensas impelidas pelo Noto impetuoso.*

É interessante ressaltar a hipálage *uentis crudelibus* complemento de *ego sum usa* (outro depoente), (*me servi dos cruéis ventos*), quando o cruel é Teseu, e não os ventos.

O termo “discursus” se compõe de “dis”, *dispersão*, mais a formação do supino latino “cursum” de “curro”, correr. Desloquemos para cá o que Roland Barthes propôs como um universal no comportamento amoroso (2000: 13-14), *o enamorado não pára de correr na sua cabeça, de empreender novas diligências e de intrigar contra si mesmo*. De modo que, afirma ele, *(S)eu discurso só existe através de lufadas de linguagem* (Idem). E isso de maneira aleatória.

Essas frações de linguagem tomam formas “coreográficas” no sentido grego da expressão ‘schēma’, atitude exterior, gesto, fluindo momentos mais ativos ou menos ativos. Ariadne preencheu seu discurso com “o coração”, ou seja, batimento cardíaco de acordo com inquietudes, “uma carta”, aliás, repitamos, nunca lida por Teseu, “o corpo do outro”, “a doce calma dos teus braços”, “a alvorada”, ou melhor, despertar em pânico, “a nave fantasma”, quer dizer, ficar errante, “angústia”, “ausência”, “velas ao vento. A armadilha da qual não se saiu: que fazer?”

Quando ele chegar à Acrópole, há de contar sobre a derrota do homem-touro. Não esquecerá, acredita ela, que a abandonou numa terra inóspita.

(...) *si non ego causa salutis,  
Non tamen est cur sis tu mihi causa necis.  
Se eu não sou causa de tua salvação,<sup>18</sup>  
Não há motivo por que sejas a causa de minha morte. (143-144)*

E nos versos 149-150:

*Flecte ratem, Theseu, versoque relabere uento.  
Si primus occidero, tu tamen ossa feres.  
Teseu, faze voltar tua nau; deixa que os ventos contrários a impilam.  
Se eu morrer antes, pelo menos levarás meus ossos.*

Este momento é como se Teseu pudesse ouvi-la, a tal ponto chegou seu “delírio, furor”.

A nosso ver, os estudos retóricos foram benéficos para Ovídio, pois, como se verá abaixo, ele consegue, nos seus dísticos elegíacos, autênticas ‘ekphrasis’, tomando aqui este termo em confronto de expressividade de linguagem literária, por exemplo, não entre um quadro de Narciso, como uma linguagem pictural de Caravaggio (1571- 1610) em relação ao episódio mítico de Narciso, narrado no poema de Ovídio, nas *Metamorfoses*, do verso 340 a 510, do Livro III. Neste trabalho, propomos, porém, um paralelo de um mesmo episódio mítico, descrito nas *Heroides*, X - em uns poucos dísticos elegíacos, de Ovídio e no poema 64 de Catulo, em alguns hexâmetros.

<sup>18</sup> Ariadne se recorda do novelo de linha dado a Teseu: o herói sem este jamais sairia do Labirinto.

## Conclusão

Como fizemos ilações sobre o ciclope Polifemo quanto ao seu único olho, sintetizemos algumas considerações sobre os dois poetas que alcançaram vivacidade com tons pictóricos em seus poemas, dispondo uma descrição verbal bastante expressiva e estética. Eles conseguiram imprimir um vestígio qualquer, tal qual os pintores alcançam em suas telas com ‘ekphrasis’.

Ambos poetas latinos assimilaram a lição grega como ‘poiesis’ (ποίησις, fabricação, confecção) Assim, mesmo sendo, no entanto, a literatura latina, caudatária da grega, nesse procedimento de assimilação, não há subserviência em Catulo e Ovídio. Na fortuna crítica da época deles, só se concebia como plágio a imitação da mesma passagem ou fragmento textual pela segunda vez sem nenhuma criatividade. Como não temos notícia histórica contra os versos de Ovídio como plágio, é porque ele conseguiu originalidade.

Em Roma, como herdeira dos temas gregos, houve quem imitasse criando e transplantasse com emulação para o latim recriando a poética grega. Não é uma tradução simplesmente. Mas é uma ação de levar para além, como bem exprime o verbo *trans-ducere*.

Além de preciosos conhecimentos das línguas gregas e latinas, o estudo da temática mítica nas poesias manifesta a estruturação do psiquismo como expressão do inconsciente coletivo, criando uma revelação entre o ego, a consciência, e sua alteridade, e, portanto, a identificação com todos o homens.

## Referências

- Almeida, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- Auerbach, Erich. **Mímesis** - a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- ARISTOTELES. **Arte poética e arte retórica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Trad. Antônio Pinto de Carvalho, 1964.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Trad. de Hortênsia dos Santos, 1988.
- A BÍBLIA SAGRADA – ANTIGO E NOVO TESTAMENTO**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, trad. João Ferreira de Almeida.1992.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 3 v.,1986.

- BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia e da religião romana**. Petrópolis, Vozes, 1993.
- CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque**. Paris: Klincksieck, 1999.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. **Dicionários de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, trad. Vera Silva *et alii*, 1994.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire de mots**. Paris: Klincksieck, 1985.
- HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica: grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, trad. Mário da Gama Kury, 1987.
- HOMERO. *Odisseia*. Ed. bilingue.. São Paulo: Editora 34, Trad. e notas Trajano Vieira, 2011.
- HORÁCIO. **Arte poética: introdução**.. Lisboa: Inquérito, trad. e comentário R.M. Rosado Fernandes, 1984.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. v.1.0 [CD-ROM], 2009.
- LESSING, g.e. **Laocoonte ou sobre as fronteiras da Pintura e da Poesia: Mimesis, Tradução, Enérgeia e a Tradição da “ut pictura poesis”**: Com esclarecimentos ocasionais sobre diferentes pontos da história da arte antiga. São Paulo: introdução, trad. e notas Márcio Seligmann-Silva, Iluminuras, 1998.
- MARTINS, Paulo *et alii*. **Algumas visões da Antiguidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- MARROU, Henri-Irenée. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo: E.P.U., Trad. Mário L. Casanova, 1966.
- MONTEIRO, Júlio César dos Santos. **Salomé de Oscar Wilde na tradução brasileira de João do Rio**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, dissertação de Mestrado, 2012 Disponível em <https://ebooks.adelaide.edu.au/w/wilde/oscar/salome/complete.html>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.
- OVÍDIO. **Arte de amar e contra Íbis**. São Paulo: Cultrix, trad. de Tassilo O. Spalding, 1957.
- OVIDE. **Les metamorphoses**. . Paris: Les Belles Lettres, texte établi et traduit par G.Lafaye, t. I. 1961.

- OVIDE. **L'exil et le Salut**: tristes e pontiques.. Paris: Arléa, textes choisis et traduits du latin par Chantal Labre, 1999.
- PEREIRA, Maria Helena da R. **Estudos da história da cultura clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, V. II, Cultura Romana, 1982.
- Rodrigues, Cristina Carneiro. A prática da tradução por teóricos tradutores. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11087/11087.PDF>. Acesso em 6 de fevereiro de 2019:
- THE LATIN LIBRARY. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/index.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.
- TOSI, Renzo. Dicionário de sentenças latinas e gregas. São Paulo: Trad. de I. C. Bendetti, 1996.
- WILDE, Oscar. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, trad. de O. Mendes., 1980.

Recebido em 11 de fevereiro de 2019.

Aceito em 5 de abril de 2019.

## RESENHA

DIAS, Elizangela. **De uma página a outra**: o reclame em livros manuscritos e impressos dos séculos XVI a XIX. São Paulo: Miró Editorial, 2018, 143 p.

Certos livros apresentam uma qualidade rara: despertar o interesse do público amplo e disseminar conhecimentos acadêmicos – antes restritos aos especialistas – para toda a sociedade. É o que caracteriza a obra em questão. O estudo *De uma página a outra* aborda um aspecto da filologia ou, mais especificamente, da codicologia, ainda pouco estudado, sobretudo no Brasil. Trata-se de um pequeno sinal nos textos manuscritos e impressos, presente no fim de uma página e no início da página seguinte – o reclame. Uma das funções do reclame, no período em que os livros não eram portáteis e a tradição era oral, era impedir a interrupção da leitura para virada das páginas e evitar a dispersão do ouvinte.

Além de analisar e realizar a tipologia desse aspecto particular dos textos antigos, Elizangela Dias oferece ao leitor um histórico da produção de livros, de sua origem às suas formas contemporâneas, que certamente atrai a atenção do leitor, levando-o a considerar o suporte de escrita, o formato e os meios de produção e circulação do livro de forma mais abrangente e aprofundada. Originário de uma dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, o trabalho apresenta a um público amplo, em linguagem clara e acessível, uma discussão sensível acerca da materialidade do livro que muitas vezes escapa ao leitor comum.

A obra é constituída de três capítulos dedicados, respectivamente, a um estudo geral do reclame nos livros antes da imprensa e nos livros impressos, à caracterização dos textos pesquisados e utilizados na investigação, e a uma inédita classificação dos reclames, com um inventário de suas ocorrências no *corpus* escolhido pela autora. Integra ainda o volume um ensaio com as considerações a respeito do uso de reclames.

No primeiro capítulo, antes de tratar especificamente dos reclames, Dias traça um percurso da confecção do livro antes do advento da imprensa. Trata-se de um histórico das origens e utilizações dos suportes de escrita, de que são exemplo o papiro, o pergaminho e o papel, e dos instrumentos de escrita, como o estilo, o cálamo e a pena. Ao dissertar sobre o formato dos livros, o

volume traz um panorama fartamente ilustrado, englobando desde o rolo, que perdurou durante toda a Antiguidade greco-latina (incluindo o uso em obituários e livros litúrgicos) até os códices de pergaminho, que seriam mais utilizados a partir da Idade Média. Os códices tinham o formato quadrado ou retangular, e eram organizados em fôlios espessos, unidos pela margem interna por cordões, tiras de couro ou suportes metálicos. Desses fôlios surgiram os cadernos, que formavam os livros. As chamadas “assinaturas”, geralmente indicadas por uma letra e um número (A1, A2, A3 e assim por diante) serviam para organizar a sequência dos cadernos, enquanto os reclames eram utilizados para organizar as páginas. Pode-se comparar o uso do reclame como “unidade mínima de organização do livro” nos séculos passados com a utilização contemporânea da numeração contínua das páginas.

Como exemplo de códice, podemos citar O *Códice Vaticano*, elaborado no século IV, é uma edição da Bíblia composta por 759 folhas de papel velino e um dos mais conhecidos códices da história.

Os primeiros impressos, por sua vez, foram os incunábulos, confeccionados com a utilização de tipos de madeira mergulhada em tinta. No final da Idade Média, os tipos móveis trouxeram a possibilidade de produzir um maior número de cópias, tornando os manuscritos menos importantes para a conservação e disseminação do saber. Uma informação também pouco conhecida é a de que os primeiros livros impressos procuravam imitar os livros manuscritos, tanto na utilização de tipos que reproduziam letras manuscritas, quanto na disposição do texto no suporte.

Da mesma maneira que analisa o livro manuscrito, a filóloga Elizangela Dias traça um histórico do livro impresso. Uma profusão de imagens exemplifica a presença do reclame em cinco obras de diferentes séculos e origens variadas: um volume em alemão do viajante Hans Staden, de 1557, um livro em francês de história, de André Thevet, de 1558, *A culinária nos Seiscentos: algumas iguarias*, de 1628, um volume em língua castelhana que trata “das regras úteis para os aficionados em dança”, de 1745, a obra *Tributos de vários obséquios à honra de São Joseph*, de 1754. As indicações da disposição e localização dos reclames nas páginas permite ao leitor um contato direto com essa singularidade dos livros antigos.

Para efetuar esta investigação sobre os reclames, a pesquisadora realizou uma busca em mais de 300 obras e documentos conservados em arquivos, como Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo do Museu Paulista, na Biblioteca de Obras Raras e Especiais

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nos sites da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Nacional do Brasil e da Biblioteca do Futuro da Universidade de São Paulo. Conforme colocado inicialmente, o tom escolhido para a redação do livro, no entanto, deixa de lado a linguagem técnica, sem abrir mão da erudição própria da pesquisa, para tornar o texto fluente e interessante ao leitor não especialista.

O segundo capítulo do livro dedica-se a caracterizar os textos escolhidos para a pesquisa, caracterizando-os como aqueles que melhor atestam a presença de reclames para fundamentar seu trabalho. Foi adotado o critério da data cronológica dos documentos, provenientes do Brasil e de Portugal. O *corpus* contempla documentos manuscritos de três séculos (do séc. XVII ao séc. XIX) e impressos de quatro séculos (do séc. XVI ao XIX).

Entre os documentos consultados, literários e históricos, foram utilizados na pesquisa os impressos *História da Província de Santa Cruz* (1576), *As obras do Doutor Francisco de Sá de Miranda* (1677), *Arte da pintura, simetria e perspectiva* (1767), *Vestígios da língua arábica em Portugal* (1830), e os manuscritos *Auto* (1613), *Diário da Navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e Rio Gatemi Que principia em março de 1769* (1769-71), o *Livro de Compromisso da Irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Areias. Ano de 1801*. São apresentados os textos, a origem das obras, sua localização, data e resumo.

Ao especificar a presença e a utilização dos reclames nos textos antigos, Elizangela Dias compara suas diferentes formas e disposições, constatando as semelhanças entre os tipos de reclame, e agrupa-os por analogia. Esse reconhecimento preliminar permite a elaboração de uma proposta original de classificação dos tipos de reclame. Esta tipologia por sua vez pode, a partir de seu meticuloso trabalho, ser observada em quaisquer outras obras, abrindo caminho para o trabalho de novos pesquisadores interessados nessa área dos estudos codicológicos.

A classificação elaborada em *De uma página a outra palavra* divide os reclames em diferentes categorias: a) palavra; b) sílaba; c) segmento de palavra; d) abreviatura; e) sem fronteira; f) mais de uma palavra; g) palavra + sílaba; h) abreviatura + numeral; i) sílaba + palavra; j) palavra + segmento de palavra; k) abreviatura + palavra + palavra; l) letra; m) numeral; n) numeral + abreviatura; o) palavra + abreviatura; p) sílaba + palavra sem fronteira. Trata-se, portanto, de dezesseis tipos ou categorias de reclames, com o acréscimo de duas categorias que não se referem propriamente ao reclame, mas a contextos específicos em que não se podem reconhecê-los (quando o fôlio está ausente, por exemplo).

Com base nesta classificação e na apresentação de diagramas e exemplos de cada tipo de reclame, o livro estuda exaustivamente as ocorrências nas sete obras analisadas, o que permite demonstrar ao leitor sua localização e funcionalidade.

Um levantamento estatístico complementa o estudo, que se encerra com as considerações teóricas a respeito das mudanças sofridas pelos reclames. Além da excelência dos recursos analíticos empregados pela autora, a publicação de *De uma página a outra: o reclame em livros manuscritos e impressos dos séculos XVI ao XVII* destaca-se como uma relevante e inovadora contribuição aos estudos da área de filologia e de codicologia portuguesa, fundamental não apenas para especialistas, mas para todos aqueles que se interessam pelos textos escritos.

Marcelo Módolo  
Universidade de São Paulo  
modolo@usp.br

## RESENHA

UCHÔA, C. E. Falcão. **Iniciação à linguística: fundamentos essenciais.** Rio de Janeiro: Lexikon, 1919, 239 p.

As últimas décadas vêm-se caracterizando pela intensa produção linguística no Brasil, um natural reflexo da diversificada e pujante ramificação de modelos teóricos que circulam nos corredores universitários e amparam projetos de pesquisa sobre o inesgotável tema da fenomenologia da linguagem humana. Portanto, não nos ressentimos de estudo vário e, em sua maioria, qualificado, razão por que o público interessado está fartamente servido de ideias e propostas de investigação renovadas neste mister, ainda misterioso, de descrição do funcionamento e do uso das línguas naturais. Isto, ressalte-se, em um momento de crise editorial que vem atingindo sem piedade o mercado de livros e a cada dia mais restringe as iniciativas de suprir o leitor de novos títulos para enriquecimento e difusão do saber científico.

As recentes publicações, entretanto, parecem coincidir em um aspecto peculiar: destinam-se ao leitor iniciado em questões linguísticas, via de regra a um leitor específico de dado paradigma da Ciência Linguística, um natural resultado do aprofundamento da atividade investigativa, de que decorre ficar o leitor iniciante desprovido de textos propedêuticos que o auxiliem no início da caminhada acadêmica, mormente nos primeiros anos dos cursos de graduação em Letras e Linguística. São, com efeito, estudos ricos e instigadores, porém imersos em uma metalinguagem de tal especificidade que somente aos já tarimbados pela labor da pesquisa aprofundada é dado o privilégio de absorver seu conteúdo e usufruí-lo como fonte de saber. Em suma, parece faltar em nossa bibliografia especializada um dado estudo que ajude o jovem estudante em seus primeiros passos acadêmicos.

A leitura de *Iniciação à linguística: fundamentos essenciais*, de Carlos Eduardo Falcão Uchôa, vem preencher com magistral eficácia esta lacuna bibliográfica, fato que não há de surpreender, dada a larguíssima experiência do Autor, não só como docente de Linguística por várias décadas em importantes universidades brasileiras, mas também como investigador consagrado e respeitado no meio acadêmico. A perspectiva de servir ao aluno, sobretudo aos discentes iniciantes, percebe-se de imediato em suas prévias *Palavras necessárias*, que advertem o leitor de que “este livro, conforme o título e o subtítulo já indicam, não se destina aos linguistas” (p. 11), para em seguida

ratificar: “seu público alvo é constituído pelos alunos que ingressam ou estão prestes a ingressar nos cursos de Letras ou de Comunicação, e também por todos os profissionais que lidam com a linguagem” (p. 11).

Um aspecto relevante na concepção deste novo manual de Linguística diz respeito às fontes teóricas que sempre inspiraram as ideias do Autor, desde os primeiros anos de atividade docente, em que atuou como assistente de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, passando por gerações de teóricos que contribuíram para sua formação intelectual e moldaram sua visão sobre a fenomenologia da linguagem. Além do próprio Mattoso Câmara, destaque-se a presença de Eugenio Coseriu no ideário linguístico do Autor, fato que se verifica em outros trabalhos já publicados e vem ratificar-se neste que ora vem a lume. Por outro lado, não se pode olvidar outro aspecto notável na formação do Autor, especificamente sua base de análise filológica, responsável pela exemplificação das teses apresentadas com *corpus* de língua literária em que figuram Autores mais distantes no tempo, tais como Fagundes Varela, ao lado de outros contemporâneos, entre eles Carlos Drummond de Andrade.

A pergunta retórica que abre o primeiro capítulo – Afinal, que faz o linguista? – é um convite à reflexão sobre o mister deste profissional tão desconhecido na sociedade, razão por que sua atividade chega a ser confundida com a de outros profissionais. O fato não é novidadeiro, por sinal, conforme nos informa Edward Sapir no artigo *The grammarian and his language*, publicado originalmente em 1924 na revista *American Mercury*, em que o renomado linguista norte-americano atesta que o cidadão comum demonstra certo desprezo pelos estudos linguísticos, convencido de que são absolutamente inúteis do ponto de vista pragmático. Passado quase um século, as dúvidas sobre o papel social do linguista persistem, uma natural consequência do desconhecimento que o público leigo tem sobre a própria finalidade desta ciência denominada Linguística, sobretudo se confrontada com a finalidade da gramática, ordinariamente mais reconhecida por seu teor normativo.

Em linguagem acessível e clara, o Autor apresenta ao leitor a Linguística como atividade científica, salientando a neutralidade axiológica do linguista como fator decisivo para que a linguagem humana seja estudada sem reservas ou preferências, de tal sorte que a língua seja descrita em todas as suas vertentes e na integralidade de sua complexidade sistêmica, desde os fatos fonológicos até os fatos semânticos, perpassando as camadas da morfologia, da sintaxe e do léxico. Preocupa-se, ainda, o Autor em distinguir o campo de trabalho do linguista em face do campo de atuação do gramático, ratificando que ao primeiro

não importa posicionar-se a favor ou contra dada vertente de uso, visto que sua atividade é incompatível com o juízo de valor normativo. Ao gramático normativo, com efeito, cabe descrever os parâmetros da língua padrão, sem descurar, entretanto, da inevitável mudança por que passa a língua no decurso do tempo e, decorrentemente, da necessária atualização dos parâmetros do uso exemplar.

O capítulo 2 é um convite à discussão sobre a natureza da linguagem humana e seu papel no corpo da sociedade, conceitos em que se percebe o alinhamento do Autor às teses do relativismo linguístico que atribuem à linguagem a função cognoscitiva que nos permite conhecer o mundo em que vivemos: “é enquanto forma de conhecer que a atividade verbal vai dando sentido ao mundo para nós” (p. 44). Sua exposição desta constatação, que remonta à Hipótese de Sapir-Whorf, faz-se didaticamente em uma analogia bastante esclarecedora, a de que só conseguimos exprimir o que as coisas do cotidiano, tais como as frutas, os amigos, as flores, a música etc., significam para nós se nos pudermos valer do conhecimento linguístico. Como bem salienta o Autor, cada língua atua como um meio de simbolização do mundo, de modo muito próprio ou peculiar, de tal sorte que a diversidade linguística que caracteriza a humanidade é o fator responsável pela correspondente diversidade cultural, ou seja, somos culturalmente distintos porque somos linguisticamente plurais.

Um conceito teórico relativamente recente, advindo do funcionalismo coseriano, constitui o tema a que o Autor se dedica no capítulo 3. Cuida-se aqui do conceito de competência linguística e sua implicação para entendermos como a língua atua em dimensões distintas no ato de comunicação. A visão tridimensional da língua, com que Coseriu distingue o saber elocucional do saber idiomático e do saber expressivo, é traduzida para o leitor em linguagem simples e notavelmente esclarecedora, de tal sorte que os iniciantes em matéria linguística não terão dificuldade em absorver esses conceitos tão relevantes para que se possa entender as distintas dimensões em que a competência linguística do falante atua no ato de comunicação. A constatação tão difundida de que “escrever mal” não significa incompetência idiomática, senão incompetência elocucional, é aqui minuciosamente explicada em lição preciosa para o que dão os primeiros passos na edificante carreira docente de língua vernácula.

Os capítulos 4 e 5 aprofundam os conceitos sobre competência linguística, dando mais informações seguras sobre o que significa dominar uma língua e quais são os parâmetros efetivos do saber gramatical. Aqui, o linguista e o filólogo dialogam em um só texto, já que conceitos consagrados no âmbito da ciência linguística buscam irmanar-se a princípios fundamentais do estudo

filológico, de tal sorte que o leitor caminhe por essas duas sendas sem receio de confundi-las e com a segurança necessária para aproveitar o máximo da caminhada. No plano do saber linguístico, cuida o Autor dos planos da língua como sistema, com seus subsistemas, de que decorre um passeio pelo processo de construção frasal em que atuam os componentes fonológico, morfológico e sintático, responsáveis pela arquitetura da unidade de comunicação dita gramatical ou sistêmica. Também se ocupa o Autor, sem exageros meta-linguísticos, em introduzir a noção de paradigma e sintagma, em que itens lexicais de igual natureza gramatical ocupam lugares sintáticos específicos no corpo da frase, decerto um momento da obra em que o Autor se vale com eficácia de conceitos estruturalistas, tais como o de unidade significativa e a correspondente função sistêmica.

Já ao tratar do saber gramatical, tema que tantas linhas se vêm produzindo na bibliografia contemporânea, vale-se o Autor de sua larguíssima experiência no campo da Linguística aplicada para apresentar um quadro em que o ensino da gramática deve sempre fundamentar-se na análise dos denominados erros idiomáticos, a fim de que não enverede o docente pela opção mais prática e decerto inidônea de ensinar um norma padrão sem o necessário comentário acerca das razões científicas que explicam os referidos erros como uma natural variação de usos linguísticos no seio da sociedade. A aula de português, como sabemos, já há muito tempo distanciou-se do ensino normativo *tout court*, ensimesmado em uma redoma de excelência que não contribui para que o educando tenha visão ampla dos usos linguísticos no seio da sociedade em que vive. Ciente do papel renovado que tem o professor de língua portuguesa em sala de aula, o Autor não hesita em renovar a lição de que aos professores cabe ensinar a norma padrão sempre em consonância com a norma coloquial que o aluno traz do ambiente familiar, numa atitude pedagógica que não busca elidir a segunda em face da primeira, mas de compatibilizá-las em face do ambiente discursivo em que o falante se encontra.

Por sinal, os temas mais intimamente ligados aos comentários oferecidos no campo da competência elocucional e idiomática, nomeadamente a mudança linguística, a variação linguística e a arquitetura do texto, foram os que o Autor diligentemente tocou no arremate da obra, mormente o instigante estudo do texto, já que aqui se cuida dos recursos que interagem no ato de comunicação e revelam a maior ou menor capacidade do falante de expor suas idéias e fundamentá-las argumentativamente no discurso. Mais uma vez, recorre o Autor às lições cosserianas que privilegiam o saber expressivo na tríade dos

saberes linguísticos, já que é nessa competência em especial que o falante não só se serve do sistema, como contribui criativamente para sua mudança, de tal sorte que a própria gramática eventualmente venha a modificar-se em plano diacrônico.

Por sinal, não descarta o Autor da premissa, hoje acatada no âmbito da Linguística Textual, de que a atuação do falante no ato discursivo é dotada de complexidade expressiva, em que cooperam todos os saberes linguísticos na edificação de uma competência discursiva, em que atuam elementos linguísticos, tais como a figura do interlocutor, o ambiente social em que se constrói a comunicação, a par de pressuposições compartilhadas pelos atores da interlocução, tudo isso em prol da eficácia na urdidura do texto. Ao lado da competência idiomática, funciona muito mais decisivamente a competência expressiva, conforme a denomina Coseriu, responsável por uma teia semântica complexa na produção e recepção de sentidos em que a responsabilidade pela eficácia da comunicação não se adstringe ao emissor da mensagem, senão também ao receptor. Conforme assevera o Autor, “o texto vai exigir então do receptor a ativação de conhecimentos armazenados em sua memória, adquiridos através de inúmeras atividades ou experiências em que se envolveu ao longo da vida, deixando entrever assim a intrínseca relação entre linguagem/mundo/práticas sociais” (p.208).

Enfim, a leitura de *Iniciação à linguística: fundamentos essenciais* revela-se imperativa para os que se iniciam nos estudos linguísticos e desejam servir-se de um texto propedêutico claro e objetivo, que apresente conceitos fundamentais para pavimentar a longa estrada que se apresenta à frente na formação acadêmica. É, sem dúvida, um livro que se impõe nos primeiros momentos do estudo linguístico e que se revela igualmente útil mesmo para os que não fazem da Linguística seu mister, mas que se interessam por questões de linguagem e desejam enriquecer o conhecimento da língua que falam no cotidiano da comunicação social.

Ricardo Cavaliere  
ricardocavaliere@id.uff.br

## COLABORADORES DESTE NÚMERO

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO é graduada em Letras, mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é professora efetiva do Curso de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. Atua na área de Linguística com ênfase em Sociolinguística e Dialetoлогия.

AMÓS COELHO DA SILVA é mestre e doutor em Língua Latina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Latim, atuando principalmente nos seguintes temas: filologia; linguística; literatura; mito; teatro antigo; sátira; crítica literária. Atua na graduação e pós-graduação *lato sensu* em Língua Latina, bem como nos cursos de mestrado e doutorado em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ARLETE RIBEIRO NEPOMUCENO é graduada em Letras (Português/Francês), especialista em Linguística pela Universidade Estadual da Montes Claros, mestre em Língua Portuguesa (2005) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e doutora em Estudos Linguísticos (2013) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professora adjunta efetiva na Universidade Estadual de Montes - Unimontes - e coordenadora do Curso de Letras Português/ UAB Unimontes. Atualmente, integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: Parataxe, Hipotaxe, Encaixamento; Gramática Sistemico-Funcional e do Design Visual, Multimodalidade e Análise Crítica do Discurso

DENIVAL VAROTTO é licenciado em Letras (2018) pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). É membro do GruPEL/UENP (Grupo Paranaense de Estudos do Léxico).

ÉRICO AUGUSTO CAETANO DA SILVA é mestrando em Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde desenvolve pesquisa na área da Historiografia da Linguística.

FERNANDO MORENO DA SILVA é doutor (2009) e pós-doutorado (2012) em Linguística pela UNESP/Araraquara. Atualmente, é professor do curso de Letras e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). É líder do GruPEL/UENP (Grupo Paranaense de Estudos do Léxico). Áreas de interesse: lexicologia, onomástica, dicionários, fraseologia.

HENRIQUE BARROSO é doutor em Ciências da Linguagem | Linguística Portuguesa pela Universidade do Minho e Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do Instituto de Letras e Ciências Humanas desta universidade, onde leciona, a cursos de graduação, Fonética e Fonologia e Léxico e Morfologia do Português e Português Língua Materna e, ao curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, Temas de Fonética e Fonologia. É investigador (Semântica Aspectual, sobretudo) do CEHUM (Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho). Entre muitas outras publicações, é autor de *O Português na Casa do Mundo, Hoje*. V. N. Famalicão: Húmus, 2018; *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2011 [reimp. de 1999] e *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo. Visão Funcional/ Sincrónica*. Porto: Porto Editora, 1994.

HILMA PEREIRA RANAURO é mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do União Brasileira dos Escritores, do Instituto Campograndense de Cultura e da Academia Brasileira de Filologia. É especialista em estudos linguístico-historiográficos com inúmeras publicações nessa área de pesquisa.

JOÃO MARTINS é licenciado em Linguística/Português pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Huíla (Angola) e mestre em Estudos Lusófonos (área de Linguística) pela Universidade da Beira Interior (Portugal), encontrando-se, no momento, a preparar a sua tese de doutoramento em Linguística na Universidade de Évora. Desenvolve investigação nas áreas de Linguística Aplicada, Sociolinguística e Variação.

LEONARDO FERREIRA KALTNER é professor Associado da Universidade Federal Fluminense na área de Língua e Literatura Latinas, docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Realizou estágio pós-doutoral,

na área de Letras, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2013). Obteve os títulos de doutor e mestre em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ; 2009, 2007). Atua nos seguintes temas: Historiografia Linguística no Brasil (Linguística Missionária, Gramaticografia) e Ecolinguística (Etnolinguística), pesquisando o pensamento linguístico do missionário jesuíta S. José de Anchieta, SJ (1534-1597) e do naturalista bávaro Dr. med. Carl Fr. Ph. von Martius (1794-1868).

LORENA ENÉAS ROSA SANTOS é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2010) e mestre em Estudos Linguísticos (2017) pela mesma instituição. Atualmente, integra o projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, desenvolvendo pesquisas na área de Linguística Histórica, com ênfase na sócio-história do português brasileiro e na sintaxe diacrônica do português. Também atua na área da Sociolinguística e Dialetoлогия, com relação aos seguintes temas: variação linguística - língua portuguesa -, formação da língua portuguesa no Brasil, português brasileiro.

MARCELO MÓDOLO é mestre (1998) e doutor (2004) em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Cumpriu estágio de pós-doutorado (2006) em Linguística Histórica e Semântica Cognitiva no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor de Filologia e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi editor da *Revista Estudos Linguísticos* do GEL e coautor, com o Professor Henrique Santos Braga, da coluna *Academia*, publicada mensalmente na revista *Língua Portuguesa*, em que contribuiu para a divulgação científica de trabalhos do campo das Letras.

MARIA CARLOTA ROSA é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa mesma universidade é Professora Titular do Departamento de Linguística e Filologia, lecionando para turmas de bacharelado e licenciatura, e do Programa de Pós-Graduação em Linguística, em que atua em duas áreas: Leitura e Historiografia da Linguística. Dentre suas áreas de pesquisa, destacam-se a investigação historiográfica de gramáticas missionárias e a sócio-história do português do Brasil.

MARIA LIDIANE DE SOUSA PEREIRA é mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri. Atua na área de Letras com ênfase em Linguística e Sociolinguística e Língua Portuguesa. Atualmente, é doutoranda bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2002), mestre (2005) e doutora (2009) em Linguística pela mesma instituição, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa, financiado pela CAPES. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é professora titular da subárea de Linguística Histórica, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP).

PAULO OSÓRIO é doutor e agregado em Letras (Linguística Portuguesa) pela Universidade da Beira Interior (Portugal) e Professor Associado com Agregação da mesma instituição. Desenvolve investigação em Linguística Histórica (História da Língua Portuguesa) e em Linguística Aplicada. É autor de diversos livros e publica regularmente em revistas da especialidade.

PIERRE SWIGGERS es Director de Investigación del Fondo Flamenco para la Investigación Científica (F.W.O.) y Profesor de Lingüística y Filología Románica en las universidades de Lovaina (KU Leuven) y Lieja (U. Lieja). Ha publicado o editado más de 50 libros y cientos de artículos en revistas científicas. Sus publicaciones están en el campo de la lingüística general, la historiografía de la lingüística, la lingüística histórico-comparativa (lenguas románicas, indoeuropeas y semíticas), la lingüística descriptiva, la filosofía del lenguaje y la semiótica.

RAKEL BESERRA DE MACÊDO VIANA é mestre e doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, é bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e professora da Secretaria Educação do Estado do Ceará. Tem experiência em Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista.

RAQUEL BASÍLIO é doutora em Letras pela UFPB (2010), onde desenvolveu trabalhos voltados para a análise conceitual da teoria saussuriana em diálogo com a psicanálise lacaniana e construção de um arcabouço teórico-metodológico de investigação das relações sujeito-linguagem e a construção de sentidos. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre os processos de escrita como sistema semiológico e suas implicações.

RICARDO CAVALIERE é professor associado da Universidade Federal Fluminense, onde atua no curso de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. É professor do Curso de Especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

ROLF KEMMLER atualmente é professor auxiliar convidado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), membro permanente e Secretário do Centro de Estudos em Letras da UTAD. Agregado em Ciências da Linguagem pela UTAD em 9 de abril de 2014, é Doutorado na área das Ciências da Linguagem e da Literatura (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen (Alemanha) desde 30 de maio de 2005. É Sócio Correspondente Estrangeiro da Academia das Ciências de Lisboa desde 15 de Novembro de 2016.

RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA é pesquisador na área da Historiografia da Linguística, fez estágio de pós-doutorado na Katholieke Universiteit Leuven, na Bélgica. Doutor em Linguística pela USP, é bolsista produtividade do CNPq. Autor do livro *Introdução à Historiografia da Linguística*, é também organizador do livro *Historiografia da linguística* (Ed. Contexto).

VERA LÚCIA VIANA DE PAES é mestranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista FAPEMIG em projeto de pesquisa intitulado *A multimodalidade em anúncios publicitários* (2016 e 2017). Pesquisa teorias linguísticas da língua em uso: Linguística Sistêmico-Funcional (Gramática Sistêmico-Funcional), Gramática do Design Visual, Teoria Multimodal e Análise de Discurso Crítica.

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO é graduada em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (uefs), mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (ufba) e doutora em Linguística pela

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Cumpriu estágio de pós-doutorado em Linguística de Corpus, também pela Unicamp. Atualmente é professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (uefs), atuando em diversos programas de pós-graduação. Coordena o Projeto ce-dohs - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão ([www.uefs.br/cedohs](http://www.uefs.br/cedohs)) e o Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro, financiados, respectivamente, pela Fapesb e pelo CNPq. É membro do Programa para a História do Português (Prohpor) e do Projeto para a História do Português Brasileiro (phpb), desde a sua fundação, em 1997.